



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Barros Munhoz - Presidente

Rui Falcão: 1º Secretário

Aldo Demarchi: 2º Secretário

Reinaldo Alguz: 3º Secretário

Telma de Souza: 4ª Secretária

Celso Giglio: 1º Vice-Presidente

Roque Barbiere: 2º Vice-Presidente

Jooji Hato: 3º Vice-Presidente

Rafael Silva: 4º Vice-Presidente

Palácio Nove de Julho Av. Pedro Álvares Cabral, 201 CEP 04097-900 Tel. 3886-6122 www.al.sp.gov.br

Volume 122 • Número 34 • São Paulo, sábado, 18 de fevereiro de 2012

www.imprensaoficial.com.br

PODER
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa
17ª Legislatura

120 anos

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CPI DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

(Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato Nº 23 de 23 de março de 2011 para apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo.)

RELATÓRIO FINAL

São Paulo, 07 de dezembro de 2011

Sumário

1. Apresentação	
2. Preâmbulo	
2.1. Agradecimentos	
2.2. A Constituição Formal da CPI do Ensino Superior	
2.3. Convidados a prestar depoimentos	
3. Objeto da CPI e sua Contextualização	
4. Diagnóstico da real situação do Ensino Superior Privado no Estado de São Paulo – Síntese dos depoimentos	
4.1. A expansão das Instituições de Ensino Superior privadas no Estado de São Paulo a partir da década de 1990	
4.1.2 – Financeirização, desnacionalização, monopolização e mercantilização do ensino superior na década de 2000	
4.2 Irregularidades de instituições do ensino superior privado	
4.2.1 - O caso da UNITAU	
4.2.2 – O caso da UNIESP	
4.3 - Perfil socioeconômico dos estudantes das instituições públicas e privadas	
4.4 – Formas de acesso ao Ensino Superior	
4.5 - Autonomia Universitária	
4.6 – A qualidade do ensino nas instituições privadas de educação superior	
4.6.1 – A relação entre pesquisa e ensino	
4.6.2 - Instrumentos de avaliação de qualidade	
4.6.3 – A qualidade do ensino nas instituições privadas de educação superior	
5. Propostas e Recomendações da Comissão	
6.Anexos	

1. Apresentação

Submeto à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo ATO Nº 23 de 2011 para **apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares, âmbito do Estado de São Paulo** o Relatório Final dos trabalhos, resultado da sistematização dos depoimentos e informações coletadas.

Foram trazidos pelos depoentes diversos elementos sobre a real situação do ensino superior privado no Estado de São Paulo e no Brasil, além de evidências de problemas relacionados à recente expansão desse setor, que devem ser tratadas com cuidado pelo Poder Público.

Além disso, os depoentes também trouxeram importantes contribuições para indicar propostas e formas de minimizar os problemas apontados.

Pela importância, relevância social e complexidade do tema, o conteúdo e as proposições desse Relatório Final devem ser utilizados para ações firmes do Poder Público, a fim de garantir uma educação de qualidade para os estudantes do nível superior de ensino.

Deputado SIMÃO PEDRO - PT

RELATOR da CPI do Ensino Superior

2. Preâmbulo

2.1. Agradecimentos

Ao deputado estadual Celso Giglio que propôs o Requerimento para Instalação da CPI e que me confiou a tarefa de relator da mesma.

Aos deputados que compareceram às inúmeras reuniões e oitivas e que contribuíram com suas presenças e intervenções para construção de conteúdos e informações que embasaram o presente relatório.

Aos assessores dos gabinetes e funcionários desta casa de Leis que apoiaram o trabalho desta CPI.

2.2. A Constituição Formal da CPI do Ensino Superior

Os fundamentos legais da CPI do Ensino Superior são:

- Constituição Federal, art. 58, § 3º;
- Lei Federal nº 15.789 de 18 de março de 1952 que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (alterada pela Lei nº10.679 de 23 de maio de 2003);



www.impressaoficial.com.br

io | certificação digital
SAC 0800 01234 01
sac@impressaoficial.com.br

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

15 Anos | impressaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

impressaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-Presidente
Diretora Vice-Presidente e Financeira
Diretor Industrial
Diretor de Gestão de Negócios
Chefe do Núcleo de Redação
redacao@impressaoficial.com.br

Marcos Antonio Monteiro

Maria Felisa Moreno Gallego
Ivail José de Andrade
José Alexandre Pereira de Araújo
Almyr Gajardoni (MTb 6.167)

Matriz

Imprensa Oficial do Estado S.A. Imesp
CNPJ 48.066.047/0001-84
I.E. 109.675.410.118

Sede e administração
Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 2799.9800

www.impressaoficial.com.br
SAC 0800 01234 01
sac@impressaoficial.com.br

Filiais

- **Capital**
XV de Novembro t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
Rua XV de Novembro 318 Centro
São Paulo SP CEP 01013-000
- **Interior**
Poupatempo t 16-3019.6049 / 16 3019.6050
Novo Shopping Center f 16 3019.6051
Ribeirão Preto Av. Presidente Kennedy 1500

Diário Oficial
Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

- Constituição do Estado de São Paulo, art. 13 § 2º;
- Arts. 34 e 71 do Regimento Interno deste Poder;
- Lei Estadual nº 11.124, de 10 de abril de 2002.

A seguir permitimo-nos transcrever os Atos Formais da criação e da constituição da CPI:

(Requerimento nº 172, de 2011)

Ato n.º 23 de 2011 - Ato nº 35, de 2011 - Ato nº 145, de 2011

Ato n.º 23 de 2011

Em face do Requerimento nº 172, de 2011, RGL nº 500/2011, de autoria do Deputado Celso Giglio e outros, tendo-se verificado o preenchimento dos requisitos do artigo 13, § 2º, da Constituição do Estado, esta Presidência cria, nos termos do artigo 34 e seu § 2º, bem como do artigo 34-A, da XIII Consolidação do Regimento Interno, Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes para, no prazo de 120 dias, **apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares, âmbito do Estado de São Paulo.**

Assembleia Legislativa, em 23 de março de 2011

- a) BARROS MUNHOZ – Presidente

Ato nº 35, de 2011

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observado o disposto no Ato nº 23, de 23 de março de 2011, que criou Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 120 dias, **apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares, no âmbito do Estado de São Paulo,** conforme o Requerimento n.º 172, de 2011, de autoria do Deputado Celso Giglio e outros, CONSTITUI, pelo presente Ato, a referida Comissão, nomeando os seguintes membros efetivos e substitutos, indicados pelos respectivos Líderes:

MEMBROS EFETIVOS		MEMBROS SUBSTITUTOS
CELSO GIGLIO	PSDB	CÉLIA LEÃO
GERALDO VINHOLI		ORLANDO MORANDO
SIMÃO PEDRO	PT	JOSÉ CÂNDIDO
GERALDO CRUZ		JOÃO PAULO RILLO
GILSON DE SOUZA	DEM	GIL ARANTES
ITAMAR BORGES	PMDB	VANESSA DAMO
VITOR SAPIENZA	PPS	ALEX MANENTE

LECI BRANDÃO	PC do B	PEDRO BIGARDI
ADILSON ROSSI	PSC	RODRIGO MORAES

Assembleia Legislativa, em 13 de abril de 2011

- a) BARROS MUNHOZ - Presidente

Ato nº 145, de 2011

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observada a indicação da Liderança da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - PSB, nomeia o Deputado Adilson Rossi como membro efetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 35, de 13 de abril de 2011, com a finalidade de, no prazo de 120 dias, "**apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares, no âmbito do Estado de São Paulo**".

Assembléia Legislativa, em 07 de novembro de 2011.

- a) BARROS MUNHOZ- Presidente

Eleição: 21/06/2011

Presidente – Deputado Celso Giglio

Vice-Presidente – Deputado Adilson Rossi

Relator – Deputado Simão Pedro

Secretária: Leda Roxana Valverde Barbato

Prazo: 120 dias. Prorrogada por 60 dias.

2.3. Convidados a prestar depoimentos

A CPI do ensino superior aprovou o convite aos seguintes especialistas, agentes públicos, lideranças de organizações da sociedade civil e lideranças do setor privado que prestaram seus depoimentos e trouxeram informações na forma regimental:

	Presidente	
ADUSP- Associação dos Docentes da USP	Professora Heloísa Daruiz Borsari Presidente REPRESENTANTE Otaviano Helene	24-08-2011
Conselho Estadual de Educação de São Paulo	Hubert Alquéres Presidente REPRESENTANTE Professor Arthur Fonseca Filho	24-08-2011
FEPESP - Federação dos Professores do Estado de São Paulo	Professor Celso Napolitano Diretor	31-08-2011
SINPRO - SP - Sindicato dos Professores de São Paulo	Professor Luiz Antonio Barbagli Presidente	31-08-2011
INEP- Instituto Nacional de Pesquisa Educacional	Malvina Tania Tuttman Presidente REPRESENTANTE Suzana Funghetto	14-09-2011
CONTEE - Conselho Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	Professora Madalena Guasco Peixoto	28-09-2011
Centro Paula Souza	Professora Laura Laganá Diretora Superintendente REPRESENTANTE Mariana Fraga Soares Muçouçah	28-09-2011
FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	Professor Celso Lafer Presidente REPRESENTANTE Carlos Henrique de Brito Cruz	28-09-2011
UNIESP- União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo	Professor José Fernando Pinto da Costa	19-10-2011 e 16-11-2011
OAB-SP - Ordem dos Advogados do Brasil - Secção São Paulo	Dr. Luiz Flávio Borges D’Urso Presidente REPRESENTANTE Edson Cosac Bortolai Conselheiro e Presidente da Comissão de Exame da Ordem da OAB SP	19-10-2011
CNE - Conselho Nacional de Educação	Professor Antonio Carlos Caruso Ronca Presidente REPRESENTANTE Professor Milton Linhares	26 –10-2011
NUPES – Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da USP	Prof. Eunice Ribeiro Durham Diretora Científica	09-11-2011

A CPI do Ensino Superior também aprovou na forma regimental o convite aos seguintes especialistas, agentes públicos, lideranças de organizações da sociedade civil e lideranças do setor privado que, no entanto, justificaram sua impossibilidade de comparecimento nas datas estabelecidas.

CRUESP - Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas	Professor Júlio César Durigan Presidente
Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	Paulo Alexandre Barbosa Secretário Estadual
CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Glaucius Oliva Presidente
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência	Professor José Goldemberg Presidente

3. Objeto da CPI e sua Contextualização

A expansão do ensino superior no Brasil é discussão em voga na mídia, na sociedade civil e no Poder Público há algumas décadas. Esta questão se afirma como importante dentro do entendimento corrente de que a escolaridade é uma das condições para ascensão social e para o desenvolvimento do país.

O ensino superior no Brasil pode ser caracterizado de diversas formas, mas há alguns elementos de concordância entre os que o analisam. Primeiro, o fato de ser tardio, pois a primeira universidade surgiu na década de 20 do século XX, enquanto, nesse momento, por exemplo, nos EUA, o ensino fundamental já estava universalizado – fato que no Brasil só ocorreu no final do século passado.

Segundo, o fato de ter alto índice de privatização, com predomínio de instituições particulares com fins lucrativos. O Brasil, segundo a publicação da FAPESP “Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo”, de 2010, está entre os cinco países com maior porcentagem de estudantes no ensino superior no setor privado, que representam, segundo os dados do INEP, de 2009, 89,4%; e São Paulo tem maior porcentagem de alunos estudando em faculdades particulares do que qualquer país do mundo, com mais de 92% das vagas em instituições particulares.

Foi a partir da reforma universitária de 1968 que a educação superior privada começou a se expandir, massificando-se na década de 1990. Na década de 1970 as instituições particulares superaram o número de matrículas das públicas e seu percentual de participação no setor só aumentou desde então.

A grande expansão da educação superior ocorreu após a universalização do ensino fundamental e a expansão do ensino médio, o que causou, nos termos de Eunice Durham, uma “massificação da demanda” a partir dos anos 1980. Os egressos da educação básica começaram a fazer pressão por mais vagas no ensino superior, o tema foi alvo de muitas discussões durante a Constituinte, sendo que em 1996 foi aprovada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e em 2006 o Decreto nº 5.773, este último dispondo sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Segundo os dados da citada publicação da FAPESP, a taxa bruta de aumento da matrícula no ensino superior no Brasil, entre 1999 e 2006, passou de 11,2% para 19,3%. Em São Paulo, no mesmo período, esse aumento foi de 15,4% para 24,4%. Neste mesmo período, a relação entre vagas oferecidas e concluintes do ensino médio passou de 1,72 para 0,8 no Brasil, ou seja, superou o número de concluintes do ensino médio. A taxa bruta de matrículas no ensino superior no país é menor que a média da América Latina, mas o percentual de absorção de concluintes do ensino médio é maior que o de muitas nações desenvolvidas: 81% em São Paulo e 71% no Brasil.

Por outro lado, também entre 1999 e 2006, as vagas no ensino superior público, proporcionalmente, diminuíram: a relação entre concluintes do ensino médio e vagas no ensino superior público em São Paulo caiu de 14,2% em 1999 para 8,5% em 2006. No Brasil, passou de 7% em 1999 para 6,2% em 2006.

A partir de 2007, com a criação pelo MEC do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), iniciou-se um processo de aumento de vagas, ampliação ou abertura de cursos noturnos. Em 2007, segundo o Inep/Sesu/MEC, eram oferecidas 139,9 mil vagas em instituições federais, passando-se para 235,6 mil em 2011.

O número de alunos matriculados em educação superior (incluindo as modalidades presencial e à distância) entre 2007 e 2010 variou bastante, segundo dados do Inep/MEC. Dos 5,25 milhões em 2007 (3,91 milhões na rede privada e 1,34 milhão na rede pública) passou-se para 6,38 milhões em 2010 (4,74 milhões na rede privada e 1,64 milhão na rede pública). Enquanto na rede privada o aumento foi de 21,5%, na rede pública o aumento foi de 22,4%.

Em 2009, segundo o Censo da Educação Superior divulgado pelo INEP, havia 2.314 instituições, sendo 245 públicas e 2.069 privadas. Em São Paulo, havia 587 instituições, sendo 76 públicas e 511 privadas.

Segundo a legislação que rege o setor, há três tipos de instituição no ensino superior: faculdades, que devem oferecer apenas ensino superior e não gozam de autonomia didático-científica nem de abertura ou modificação de cursos; centros universitários, que devem realizar ensino, pesquisa e iniciação científica, gozando de autonomia; e universidades, que oferecem ensino, pesquisa e extensão, com cursos em pelo menos cinco áreas do conhecimento, e autonomia administrativa e didático-científica.

O Censo da Educação Superior de 2009 do INEP diagnosticou que das 2.314 instituições de ensino superior (IES), 85% são faculdades; 8% são universidades; 5,5 são centros universitários; e 1,5 Institutos Federais e CEFETs. Mas, segundo os dados da FAPESP, apesar do maior número de matrículas estar nas faculdades, dos 28.671 cursos de graduação, 49,8% são oferecidos por Universidades. Em São Paulo, a grande maioria das instituições também são faculdades, totalizando 431. Elas oferecem 8.651 cursos, sendo de 4.757 bacharelado, 1732 de licenciatura e 2162 tecnológicos.

Além disso, uma característica do setor, segundo os dados do Censo, é a concentração de matrículas em grandes instituições: 117 ou 5,1% das instituições, as maiores, representavam 2.505.670 matrículas na graduação presencial, ou 48,9% do total.

Também há concentração de cursos, já que das 5.115.896 matrículas no ensino presencial e 838.125 de ensino à distância, quase 50% são em quatro cursos: administração, pedagogia, direito e engenharia.

A expansão do ensino superior privado contribuiu, segundo a publicação da FAPESP, para a gestação de novos cursos, em áreas até então pouco exploradas, como turismo, gestão ambiental, publicidade e gastronomia bem como para o investimento em cursos sequenciais, mais curtos e voltados para o mercado de trabalho. Por outro lado, não há, no ensino superior privado, instituições de ponta de pesquisa científica e tecnológica.

Essa falta parece estar ligada, entre outros fatos abordados durante esta presente CPI, às relações trabalhistas do setor privado, no qual 53% dos docentes têm regime de trabalho de “horistas”. Somando todos os docentes de ensino superior no Brasil, temos 307.815. Nas instituições públicas há 75% que são mestres ou doutores com predominância de doutores; e nas privadas esse número representa 55%, com predominância de mestres. Em relação ao regime de dedicação, 78,9% dos docentes nas universidades públicas tem função de tempo integral, enquanto nas privadas esse dado corresponde a 21,5%.

Além disso, na década de 2000, também aconteceram significativas mudanças no setor com a entrada do capital internacional no setor educacional brasileiro, com abertura de ações nas Bolsas de Valores e parcerias e aquisições envolvendo grandes grupos internacionais, outro dos temas tratados na CPI do Ensino Superior.

Por último, um dado interessante é que em 2003, 16% dos alunos do ensino superior público tinham renda de um salário mínimo ou menos, enquanto no setor privado essa taxa era de 8%. Ou seja, proporcionalmente, o ensino superior público atendeu mais alunos pobres que o privado.

4. Diagnóstico da real situação do Ensino Superior Privado no Estado de São Paulo – Síntese dos depoimentos

4.1. A expansão das Instituições de Ensino Superior privadas no Estado de São Paulo a partir da década de 1990

Vários dos depoimentos prestados mencionaram a grande expansão do ensino superior privado no Brasil e em especial no Estado de São Paulo, e suas conseqüências para a situação atual do ensino superior em geral. Foram citadas as seguintes questões pelos depoentes:

Otaviano Helene, da ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo expõe que o ensino superior privado no Brasil vem crescendo ao longo do último século: abrangia 40% dos matriculados em 1960, e atualmente representa mais de 75%. Esse crescimento foi contínuo, com exceção da década de 1980, pois a crise econômica afetou também o sistema educacional, ou seja, a educação privada foi um dos fatores de acirramento da crise, pois as pessoas tinham que abandonar os estudos por dificuldades financeiras. Segundo o professor, essa situação é muito grave, pois ao invés de o sistema educacional contribuir para a

superação de uma crise econômica, da forma como ele está organizado, acabou contribuindo para piorar a situação.

Otaviano Helene, da ADUSP, afirma que a expansão do ensino superior privado, da forma como ocorre, não contribui para o desenvolvimento do Brasil, pois os cursos são abertos por “modismos”, ou seja, os que estão sendo bastante procurados são mais abertos, pois têm viabilidade financeira, e são instalados onde há população que tem condições de pagá-los.

Otaviano Helene, da ADUSP, ainda afirma que é um engano imaginar que se precisa utilizar o setor privado para aumentar o número de vagas com o argumento de que ele consegue fornecer os cursos a um custo mais baixo, pois o custo efetivo de um estudante no setor público, em um curso com a mesma qualidade – com alta carga horária, professores bem qualificados, infra-estrutura adequada, etc. – no setor privado, é mais barato no público. No caso de graduação em economia, esse custo chega a um fator dois, ou seja, custa metade em uma instituição pública.

Otaviano Helene, da ADUSP, afirma que atualmente o número de vagas para ingresso nas instituições privadas é maior do que o número de concluintes do ensino médio; essas vagas, embora autorizadas pelo MEC, nem sempre existem de fato, assim como não existe a estrutura e os profissionais necessários para que elas sejam abertas. O que há na verdade é uma reserva estratégica. E isso se torna mais grave com a expansão do ensino à distância.

Milton Linhares, do Conselho Nacional de Educação, afirma que, na medida em que o Estado não tem possibilidade de cumprir sua missão constitucional de oferecer educação pública e gratuita para todos, ele tem que abrir espaço para o setor privado e tem obrigação de autorizar, supervisionar e acompanhar esse setor.

Milton Linhares, do Conselho Nacional de Educação, afirma que o Estado tem “a faca e o queijo na mão” em relação ao setor privado de educação, pois ele avalia e autoriza as ações nesse setor. Hoje há mais de 1.400.000 vagas ociosas no setor privado, enquanto nas instituições públicas não sobram vagas. Falta financiamento estudantil, (mesmo o PROUNI ainda é pequeno, não chega a um milhão de vagas), pois se o Brasil quer aumentar a escolaridade da população, precisa criar mais vagas.

Hermes Figueiredo Ferreira, do SEMESP - Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, afirma que a taxa líquida de escolarização de nível superior em São Paulo é maior do que no Brasil, em função da maior presença do ensino privado no Estado, já que o ensino superior público não consegue se expandir da mesma maneira que o privado. Ele afirma que foi a permissão à iniciativa privada em investir capital de risco no ensino superior que garantiu o aumento das vagas. Segundo Hermes, o ensino superior privado se expandiu como complementar ao público, mas hoje é o público que está se tornando complementar ao privado, por omissão ou incapacidade dos governos federal, estadual e municipal para suprir a demanda por vagas no ensino superior.

Luis Antonio Barbagli, do SINPRO SP - Sindicato dos Professores do estado de São Paulo, afirma que há um problema relacionado ao número de vagas nas instituições privadas, pois elas são maiores do que a demanda em alguns cursos. Com isso, muitos cursos são extintos em decorrência da inviabilidade econômica de sua manutenção, com grande prejuízo para os

estudantes. Segundo Barbagli, o processo de extinção de cursos ocorre predominantemente nas área de licenciatura e de pedagogia.

Carlos Henrique de Brito Cruz, da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, afirma que na opinião pessoal dele, instituições com fins lucrativos e universidades “são duas coisas que não combinam”, pois não existem no mundo instituições desse tipo que tenham qualidade realmente competitiva, a exemplo dos EUA, onde constantemente são divulgados escândalos e irregularidades relacionadas à educação superior que visa o lucro.

Edson Cosac Bortolai, da OAB SP – Ordem dos Advogados do Brasil Seccão São Paulo, afirma que atualmente, especificamente no curso de direito, está ocorrendo um esgarçamento do ensino, pois durante o governo Fernando Henrique Cardoso houve facilitação para grande expansão do setor visando aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano, com perda do componente técnico e criação avassaladora de cursos.

Eunice Ribeiro Durham, do NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da USP, afirma que o setor privado é necessário para a expansão da educação superior, mas em São Paulo é necessário que haja união entre o Poder Legislativo e o Executivo para estabelecer um sistema de fiscalização baseado em sistema de avaliação que garanta a qualidade. Ela afirma que a universidade pública não pode se expandir somente de acordo com a demanda, pois há cursos fundamentais que têm pouca demanda, enquanto que há cursos que podem se mover pela demanda, e este é o papel da universidade privada.

Arthur Fonseca Filho, do Conselho Estadual de Educação, lembra a importante questão do financiamento da educação brasileira. Esta seria a questão central, “pois não adianta expandir o ensino superior sem investir no prioritário ensino fundamental”.

4.1.2 – Financeirização, desnacionalização, monopolização e mercantilização do ensino superior na década de 2000

Durante a CPI, foram muito abordados os temas da financeirização, desnacionalização, monopolização e mercantilização do ensino superior privado. Foram apontadas as seguintes questões:

Madalena Guasco Peixoto, do CONTEE - Conselho Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, afirma que o fenômeno da desnacionalização do ensino superior começou em 2005 e é produto da expansão desenfreada ocorrida na década de 1990. Ela define desnacionalização como o rápido processo de formação de conglomerados econômicos no ensino superior, que atuam no mercado financeiro a partir da abertura de seus capitais para a oferta pública de ações na bolsa de valores. Até 2005, a maioria das instituições de educação superior declarava não ter fins lucrativos. Neste ano a situação começou a se modificar, formando-se os conglomerados. Ela cita o caso do ABC paulista e de Osasco, onde hoje existem somente a Anhanguera e a Metodista, e aponta para as conseqüências desse processo: nessas regiões, quando um professor é demitido, por exemplo, pela Anhanguera, não consegue mais exercer sua profissão, o que configura o grande monopólio do setor. A educação, apesar de livre para a iniciativa privada, deve ser regulada, dada a sua função social.

Madalena Guasco Peixoto, do CONTEE, afirma que, atualmente, o que rege as instituições de ensino superior privado é o imperativo de valorizar suas ações para atender ao interesse dos acionistas; e em segundo lugar vem o lucro. Ou seja, a educação é vista como qualquer outra

mercadoria, e é sob esse prisma que vem ocorrendo a reestruturação da educação superior brasileira e paulista. Essa realidade gera uma contradição entre capital produtivo e capital educacional, pois o primeiro vai procurar os melhores profissionais, e os encontra na rede pública, enquanto o objetivo do capital educacional é o lucro, tendo que otimizar todos os gastos, com docentes, pesquisa, extensão, etc., e isso mexe na qualidade da educação oferecida. A consequência desse processo é que faltará investimento para a área de educação, ciência e tecnologia.

Hermes Figueiredo Ferreira, do SEMESP, afirma que a partir da década de 1990 começou a aumentar o número de estabelecimentos de ensino superior e de vagas oferecidas. Isso foi feito e chegou-se ao ponto em que a demanda reprimida por ensino superior acabou, mas não por ter atingido toda a população, mas por ter englobado a parte da população que pode pagar para estudar. Assim, para o preço abaixar foi preciso massificar a quantidade de alunos, modernizando a gestão para conseguir manter abertas escolas de pequeno porte. Hoje essas instituições passam por dificuldades, e nesse processo as instituições que têm maior poder econômico estão absorvendo instituições de menor porte.

Luiz Antônio Barbagli, do SINPRO, afirma que entre a década de 1960 e 1998 o governo começou a autorizar faculdades isoladas, mas sem fins lucrativos. Em 1998 elas passaram a poder ter fins lucrativos e em 2006 começaram a se tornar sociedades anônimas. Além disso, o governo autorizou que as instituições privadas expandissem sua atuação para mais de um município, com vários campi com cursos diferentes e quantidade excessiva de cursos, o que gerou um problema de qualidade. Esse problema, atualmente, se aprofunda com a permissão para que as IES privadas com fins lucrativos entrem no mercado de ações, trazendo as sociedades anônimas para a educação. Essas mudanças geram transformações nas relações de trabalho, já que as instituições começam deliberadamente a lidar com o maior lucro a partir de juros e dividendos de ações, e não se sabe mais quem são seus proprietários. Até então os patrões eram os mantenedores de instituições de ensino superior sem fins lucrativos. Hoje, não se sabe quem é o patrão. Além disso, outro ângulo da questão está relacionado a um decreto de 1998, e não uma lei, que determina que os centros universitários tenham autonomia, ou seja, possam abrir os cursos que eles quiserem, não sendo mais necessário haver autorização, o que torna o processo de expansão mais ágil e traz mais problemas para a qualidade do ensino.

Milton Linhares, do Conselho Nacional de Educação, afirma que a Anhanguera abriu capital na Bolsa de Valores, assim como a Cróton, a Pitágoras, a Estácio de Sá e a COC. Não há nenhuma vedação legal a essa prática. Mas quando se abre capital na Bolsa de Valores, todos os recursos adquiridos por meio dos investidores servem para satisfazê-los. Há metas para cumprir. Nesse contexto o crescimento ocorre não somente pelo aumento do número de alunos, de cursos, de processos seletivos, mas também pela aquisição de outras instituições. Paralelamente, o alunado das classes C e D que busca condições de cursar uma graduação precisa de cursos baratos, que uma instituição pequena não consegue manter. As instituições com capital aberto, por operarem em economia de escala, atingem esse público, e seus lucros aumentam dessa forma, já que os custos são fixos quando se opera em rede. Assim, elas estão adquirindo muitas instituições menores, as mantendo abertas, o que não aconteceria de outra forma.

Eunice Durham, do NUPES, afirma que é um problema a venda de instituições para grupos de capital estrangeiro, pois eles compram instituições que já estão em funcionamento, pagando não só pela instituição, mas pelo seu reconhecimento no MEC.

4.2 Irregularidades de instituições do ensino superior privado

A CPI sobre a Real Situação do Ensino Superior Privado também se empenhou em acatar algumas denúncias contra determinadas instituições que se mostraram presentes ao longo dos depoimentos. Sobre esse assunto, os depoentes afirmaram:

Fabio Garcia, da UNE – União Nacional dos Estudantes, afirma que um há problema de democratização interna das instituições. Há duas mil universidades que não têm eleição para reitor, nem participação discente ou docente nos conselhos universitários. Existe um problema de representação das categorias na estrutura de poder vigente.

Fabio Garcia, da UNE, afirma que há um problema relacionado ao PROUNI em São Paulo, pois o programa concede bolsas de acordo com compromissos firmados, e esses compromissos ainda não foram definidos no estado de São Paulo.

Fabio Garcia, da UNE, afirma ainda que há perseguição a organizações estudantis em muitas universidades, nas quais entidades como a UNE e a UEE são impedidas de entrar e realizar atividades.

Alexandre Silva, da UEE, afirma que em algumas unidades da Anhanguera Educacional, na UNIBAN e na Faculdade de Americana, a União Estadual dos Estudantes teve que realizar suas eleições de representação estudantil do lado de fora dos estabelecimentos de ensino, por proibição das instituições. Segundo ele há muitas outras instituições além das citadas, onde esse tipo de problema ocorre. Para ele, esta questão está relacionada ao alto índice de inadimplência e cultura do medo nessas instituições, pois os estudantes têm que pedir autorização para realizar qualquer forma de organização ou divulgação de assuntos estudantis.

Fábio Garcia, da UNE, também afirma que há substituição de aulas presenciais em algumas instituições, diminuindo a carga horária, mas mantendo a mensalidade, ou seja, consta no contrato aula presencial e é cobrada aula presencial na mensalidade, mas ela não existe.

Fabio Garcia, da UNE, também afirma que sua entidade recebe muitos *emails* e denúncias de estudantes (como os anexados a esse relatório) que não conseguem fazer sua matrícula ou são impedidos de entrar em salas de aula, por conta de inadimplência. Isso gera o problema da evasão, pois esses alunos não conseguem se manter na universidade por não se adequar financeiramente a ela. Deveria haver uma negociação de igual para igual com as instituições, e o direito de negociar para continuar estudando.

Alexandre Silva, da UEE, discorre sobre a inclusão de estudantes no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) por conta de inadimplência. Para ele, há o esquecimento de que a educação privada é uma concessão e não é um comercio. As instituições deveriam entrar com ações no judiciário para receber esse crédito que o estudante não pode pagar, e não no SERASA.

Luis Antonio Barbagli, do SINPRO, afirma que atualmente as mantenedoras devem apresentar ao MEC um plano de carreira para os docentes, mas este acaba servindo apenas como plano de rebaixamento salarial, pois define-se que entre os doutores, por exemplo, há os auxiliares,

os assistentes, os adjuntos e os titulares, sendo que apenas os últimos ganham R\$ 10.000,00. Os que estão há mais tempo na instituição e estão no topo da carreira são demitidos para contratar outros que estarão na base do plano, ganhando R\$ 5.000,00 ou R\$ 6.000,00. Ou seja, as mantenedoras criaram, a partir da exigência legal, um artifício em benefício próprio, aumentando a rotatividade do corpo docente e o lucro.

O “**Relatório sobre a UNIBAN elaborado pelo Sindicato dos Professores de São Paulo**”, em anexo no presente relatório, afirma que a UNIBAN tem cometido diversas irregularidades: alteração unilateral do contrato de trabalho e redução dos salários e carga horária; burla ao artigo 52 da LDB (menos de 1/3 do corpo docente em regime de tempo integral); salários pagos incorretamente e com atraso; não pagamento e atraso no pagamento de férias.

4.2.1 - O caso da UNITAU

Fabio Garcia, da UNE, afirma que há um problema grave ocorrendo na UNITAU, em relação a colocar alunos no SPC. Houve 1.000 estudantes que foram postos simultaneamente no sistema e o Diretório Central dos Estudantes moveu uma ação contra essa atitude. A UNITAU ainda tem uma peculiaridade que torna a situação mais complicada, já que ela tem caráter público, ou seja, é uma autarquia municipal, mas cobra mensalidades.

Em 05/10/2011 a presente CPI realizou uma audiência na Câmara Municipal de Taubaté, com o objetivo de ouvir direção e alunos da UNITAU sobre as denúncias de irregularidades na relação entre a instituição e seus alunos.

Luciano R. M. da Silva, Pró-Reitor de Economia e Finanças da instituição, informa que em 2010 cerca de 40% dos alunos estavam inadimplentes e que a universidade tinha uma dívida ativa de R\$ 52 milhões e, por isso, seus 1.700 funcionários tiveram as férias adiadas. Informou que se a instituição não tomar medidas, o Tribunal de Contas do Estado aplicará multas, e que a UNITAU não tem fins lucrativos e concede bolsas de estudo a 4.100 alunos num universo total de 11 mil. Informou que a UNITAU tem a maioria dos cursos avaliados no conceito três e quatro do MEC e que há um hospital-escola junto à universidade que tem um curso de medicina dos mais tradicionais do Brasil.

Luciano R. M. da Silva, da UNITAU, informa que após denunciar os alunos inadimplentes na SERASA houve redução de mais de 20% na inadimplência e que essa medida está explícita no contrato firmado entre a instituição e o aluno. Depois do anúncio da medida e o envio de cartas e *emails* para os alunos, dos 2.500 alunos inadimplentes, cerca de 1.500 procuraram a instituição para fazer acordo e que os outros 1.000 tiveram seus nomes inscritos no Serviço de Proteção ao Crédito.

José Felício G. Murade, Pró-Reitor de Extensão e Relações Comunitárias da UNITAU, afirma que a decisão de enviar alunos para o Serviço de Proteção ao Crédito foi difícil, mas foi uma medida de proteção e auto-sustentabilidade, pois o MEC não permite programas como o FIES e o PROUNI para instituições de ensino superior que são autarquias municipais, que são 58 ao todo no Brasil. Ele defende que a UNITAU não pode ser penalizada pelas medidas que adotou.

José Felício G. Murade, da UNITAU, defende que o MEC e mesmo o governo estadual de São Paulo poderiam criar um programa de aquisição de vagas, do tipo do Prouni, para as autarquias municipais que têm espaços ociosos durante parte do dia, como forma de apoiá-las na superação da crise que muitas passam.

Anderson Silva, diretor da UEE, afirma que uma universidade que coloca 1.000 dos seus alunos no SPC/Serasa “tem algum problema” e pergunta se o valor das mensalidades não estaria muito alto. Segundo ele sim, pois, embora os cursos da UNITAU tenham boa qualidade, os valores cobrados são altos para a região. Ele solicitou a exclusão dos alunos dos serviços de proteção ao crédito e sugere que se adotem outros mecanismos de negociação.

Renan Santana, Diretor do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da UNITAU, avalia que os reitores se embasaram em um parecer jurídico do Tribunal de Justiça do Amapá para tomar as medidas de enviar nomes dos alunos inadimplentes ao SPC, mas que o PROCON não concorda com esse parecer e já notificou a universidade da ilegalidade da medida.

Hélio Sergio dos Santos, Presidente do Diretório Acadêmico da UNITAU, reconhece que há problemas de inadimplência, mas diz não concordar com a medida adotada pela universidade que, segundo ele, só piora a situação econômica dos estudantes em atraso.

Fábio Garcia, diretor da UEE, afirma que a UNITAU está tratando a educação como um comércio quando envia nome de inadimplentes ao SERASA, como se fosse uma relação de mercado.

4.2.2 – O caso da UNIESP

Celso Napolitano, da FEPESP - Federação dos Professores do Estado de São Paulo, afirma que diversas instituições, entre elas a UNIESP, não cumprem minimamente a legislação trabalhista, e ainda assim recebem auxílio financeiro público, do governo estadual, por meio da Bolsa Educação, na qual o Estado entra com metade do valor da mensalidade e a outra metade é paga mediante trabalho comunitário feito pelos alunos no final de semana.

Em relatório encaminhado a essa CPI – versão completa anexa – “**Relatório sobre as irregularidades da UNIESP**” entregue pelo SINPRO e pela FEPESP, são feitas as seguintes denúncias: a UNIESP tem como prática recorrente desrespeitar direitos trabalhistas e, quando cobrada, usar de inúmeros subterfúgios para furtar-se ao cumprimento das obrigações. Em fevereiro de 2010, a Justiça do Trabalho acatou dois pedidos de execução de multa no valor de R\$ 49 milhões. A execução foi requerida pelo Ministério Público do Trabalho da 15ª Região em Presidente Prudente, depois que a UNIESP descumpriu os termos de ajustamento de conduta (TAC) acordados em 2006. Mesmo assim, o grupo recebe recursos públicos que certamente tiveram importante contribuição para o crescimento da empresa. A UNIESP opera pelo Instituto Educacional do Estado de São Paulo – IESP (CNPJ 63.083.869/0001-67), com faculdades cadastradas no Fies (Programa de Financiamento Estudantil), Prouni (Programa Universidade para Todos) e Bolsa-Universidade (programa estadual paulista).

Segundo o “**Relatório sobre as irregularidades da UNIESP**”, em relação aos estudantes, há reclamações de que a instituição tem como política atrair alunos com baixas mensalidades e oferta de bolsa de estudo. Depois de certo tempo em que o aluno está matriculado, a bolsa é rescindida e o aluno constrangido a aderir ao FIES, com um valor de mensalidade superior ao que tinha sido oferecido no início do curso. Os alunos também reclamam de falta de aulas, cobranças indevidas nas mensalidades, falta de infraestrutura, junção de classes para suprir falta de professores, queda na qualidade de ensino, atraso no envio ou emissão de boletos,

falta de retorno sobre as reclamações e irregularidades no Programa Aluno Pesquisador (retenção do dinheiro destinado à alimentação e transporte).

Já em relação aos professores e funcionários técnicos e administrativos, o “**Relatório sobre as irregularidades da UNIESP**” afirma que: há atrasos de pagamento de salários; retenção da contribuição do empregado ao INSS; demissões em massa de professores e contratação de outros por salários mais baixos; falta de depósito do FGTS; desconto nos salários de um seguro coletivo inexistente e irregularidades na contratação de plano de saúde; e não homologação das rescisões contratuais. Além disso, há ainda a prática de demitir professores em massa para contratar outros por salários mais baixos. Por conta disso, o número de professores demitidos e que não receberam as verbas rescisórias é bastante expressivo. Ainda é citado que em diversas ocasiões, em ações na Justiça do Trabalho, o Sr. José Fernando da Costa procura atribuir a responsabilidade desses problemas para antigos donos de colégios e faculdades por ele adquiridas.

Segundo o “**Relatório sobre as irregularidades da UNIESP**”, a UNIESP desrespeita a determinação da Secretaria de Educação Superior do MEC (Sesu), que em despacho publicado no Diário Oficial em 14 de janeiro de 2011 desautorizou o uso da sigla UNIESP, pois entendeu que ela induzia os estudantes a acreditarem tratar-se uma universidade, quando na verdade é apenas um grupo de faculdades isoladas.

Por último, o “**Relatório sobre as irregularidades da UNIESP**”, aponta conflitos com ex-mantenedores de algumas das faculdades que a UNIESP adquiriu. Discute-se exatamente a anulação do negócio (em Diadema e Taquaritinga, por exemplo) ou a ausência de pagamentos aos antigos proprietários (em Ribeirão Preto e São Paulo, por exemplo).

Segundo material disponibilizado pelo **FEPESP**, de embargo e despacho do Fórum de Diadema, a Faculdade de Diadema foi retomada pelo antigo dono, em função de não cumprimento de contrato por parte da UNIESP. (Artigo e homologações estão em anexo)

Na **Audiência Pública** sobre a UNIESP realizada na ALESP em 29 de março de 2011, diversas denúncias foram apresentadas pelos presentes: falta / atraso de pagamento, sendo que há tática de regularizar a situação em alguns estabelecimentos e em outros não; não pagamento de vale alimentação; retenção indevida de INSS, FGTS, 13º salário, férias, Imposto de Renda, Plano de Saúde; falta de aumento e reajuste salarial; novas contratações por menores salários; corte de benefício de combustível a professores que vem de fora; orientação para os estudantes não formarem um Centro Acadêmico, em Conselheiro Crispiniano; cobrança de mensalidade de estudantes participantes do programa Escola da Família; não dar baixa em contratos com FIES; não há setor financeiro para fazer reclamações, só por *email*; cobrança de matrícula de janeiro, fevereiro, março e abril de alunos do Programa Aluno Pesquisador, mesmo eles trabalhando o ano inteiro; alunos com dívidas que não conseguem fazer rematrícula; salas super lotadas no Centro Comunitário Jardim Boa Vista; em São Roque, aulas não dadas e falta de professores; em Conselheiro Crispiniano, há um prédio da instituição com processo de Reintegração de Posse; alunos entram com bolsa da UNIESP, e pouco tempo depois a bolsa é rescindida e o aluno é pressionado para entrar no FIES; atraso no envio de boletos, que chegam depois do período de pagamento com desconto; turmas de cursos diferentes na mesma sala; não atende aos pais de alunos que querem fazer reclamações em São Roque.

Na oitiva realizada por essa CPI no dia 16 de novembro de 2011, com a presença do Presidente da UNIESP, além de reaparecem diversas das denúncias já citadas, o Deputado Carlos Giannazi leu o **Manifesto da Federação dos Professores do Estado de São Paulo** sobre a UNIESP: “Presente em pelo menos 23 cidades paulistas, a UNIESP acumula irregularidades nas faculdades e colégios que mantém. Atrasos de pagamentos de salários, retenção da contribuição do INSS, demissões em massa e contratação por salários mais baixos, falta de depósito do FGTS e não homologação dos demitidos. O desrespeito aos trabalhadores resulta em prejuízo aos alunos que ficam sem aulas, com classes super lotadas e sem recursos condizentes com uma educação de qualidade. A UNIESP descumpre a lei e não honra o compromisso que assume inclusive com o Ministério Público e com as entidades sindicais. Inexplicavelmente é a mesma UNIESP que goza de isenção fiscal e recebe recursos públicos da Bolsa Universidade, do PROUNI e do FIES.”

José Fernando Pinto da Costa, Presidente da UNIESP - União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo, afirma que a marca UNIESP não vem de Universidade, mas de União, e que já houve um acordo com o MEC em relação ao uso da marca, e que a instituição já se adequou às exigências do Ministério.

José Fernando Pinto da Costa, da UNIESP, afirma que em relação à Faculdade de Diadema, quando ele a adquiriu do antigo mantenedor, Prof. Romeu, em maio de 2009, o FGTS dos trabalhadores estava atrasado desde abril. O valor foi parcelado junto à Caixa Econômica Federal e hoje a dívida está quitada. Além disso, o Imposto de Renda estava retido na fonte, hoje está parcelado e está em dia. Também o INSS de 2008 e 2009 estava em aberto, pois o segurado não recolhia e também está parcelado e em dia. A Faculdade, segundo ele, foi assumida com compromisso de arcar com até cinco milhões e meio das despesas, e hoje já está com gastos de 10 milhões, em função dos atrasos de folha de pagamento e impostos do antigo mantenedor. Mesmo assim, hoje ela está com tudo em dia, foi reconhecida pelo MEC recentemente e está bem avaliada. Em janeiro havia 2.430 contratações pela CLT, e atualmente há 3.131, o que demonstra a seriedade da instituição.

José Fernando Pinto da Costa, da UNIESP, afirma que os salários da Faculdade de Mogi estavam com dois meses de atraso quando ele a adquiriu. Já foi feito acordo, inclusive para pagar a contribuição sindical, que fazia quatro anos que não era recolhida. O valor total, de R\$ 120 000, foi parcelado em seis vezes e está sendo quitado. Foi feito ajuste de salário a partir do plano de carreira da instituição. O Ministério da Educação outorgou a concessão a ele, e só ele pode retirá-la.

José Fernando Pinto da Costa, da UNIESP, afirma que a Faculdade de Taquaritinga, antes da UNIESP assumir, estava há quatro anos sem pagar FGTS, 13º salário, férias e outros benefícios. Tudo isso já foi pago, e sob sua administração, o IGC – Índice Geral de Cursos passou de dois para três.

José Fernando Pinto da Costa, da UNIESP, afirma que em relação aos problemas para emissão de diplomas, foi assinado Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Federal para que não sejam cobradas taxas.

José Fernando Pinto da Costa, da UNIESP, afirma que a UNIESP tem convênio com o Governo do Estado de São Paulo pelo Programa Escola da Família desde 2003, e o Fundo de Desenvolvimento da Educação renova semestralmente o convênio, quando todas as certidões

têm que ser apresentadas. Hoje são 1.849 alunos com o auxílio do Governo do Estado, que é de R\$ 310,00 e a faculdade complementa o valor restante da bolsa.

José Fernando Pinto da Costa, da UNIESP, também explica que a UNIESP é uma *holding*, uma empresa privada com fins lucrativos, que não tem finalidade educacional. Todos os contratos das Faculdades são feitos pela IESP – Instituto Educacional do Estado de São Paulo, que é a mantenedora. Ao assumir uma faculdade a pessoa jurídica é a IESP, credenciada no MEC.

José Fernando Pinto da Costa, da UNIESP, enfatiza que quem dá o atestado de reconhecimento, reconhecimento e de autorização é o Ministério da Educação, que atesta que a UNIESP é uma instituição de qualidade, hoje com 17,54% dos estudantes de 18 a 24 anos com acesso ao ensino superior no Brasil.

José Fernando Pinto da Costa, da UNIESP, afirma, em relação ao FIES, que é a instituição que assina como fiadora do aluno. Isso é legal, foi aprovado como Medida Provisória pelo Governo Federal, e o programa permite que mesmo tendo restrição no banco, o aluno possa acessar o crédito. O juro é de 3,4% ao ano, e começa a ser quitado após um ano e meio. Os alunos receberam todas as informações necessárias para entrarem no financiamento, mas ao irem à Caixa Econômica Federal começar a assinar os contratos, tiveram problemas. O agente financeiro mudou para o Banco do Brasil, e hoje totalizam 8 000 alunos estudando sem pagar nada, mesmo com contrato ainda não assinado com o Governo Federal. A instituição paga o financiamento dos alunos, segundo seu presidente, por uma simples conta financeira: ao invés de pagar juros altíssimos aos bancos para se expandir, prefere pagar o financiamento aos alunos que estudam de manhã e da tarde, pois há estrutura ociosa nesse período, então o gasto a mais é só com professores. Assim a UNIESP aumentou o número de alunos com bolsa e sem bolsa, e ao invés de pagar juros ao banco para se expandir, usa o Programa. Para ter esse benefício, o aluno é obrigado a fazer seis horas de atividades sociais em instituições comunitárias por semana.

José Fernando Pinto da Costa, da UNIESP, ainda garante que a instituição tem todas as documentações fiscais em mãos, tanto que acabaram de ganhar uma licitação pública no município de Colinas (TO) para adquirirem um estabelecimento de ensino superior. Ele afirma ainda que pagou adiantado esse ano parte dos 13º salários dos professores e funcionários de algumas unidades.

José Fernando Pinto da Costa, da UNIESP, afirma que não há, na UNIESP, nenhuma ação trabalhista julgada sem pagar.

José Fernando Pinto da Costa, da UNIESP, afirma que há uma orquestração entre o sindicato dos professores e o SEMESP para favorecer grandes grupos estrangeiros.

Ana Maria de Oliveira, estudante do curso de pedagogia da Faculdade Santa Izildinha, na Capital, afirma que depois que a UNIESP assumiu a instituição, o contrato, que era anual, passou a ser semestral e com um valor de mensalidade abusiva, de R\$765,00 para quem não é bolsista. Além disso, ela tem bolsa do PROUNI, e tem dúvida se sua bolsa será mantida.

4.3 - Perfil socioeconômico dos estudantes das instituições públicas e privadas

A diferença entre o perfil socioeconômico dos estudantes das instituições públicas e privadas também foi tocado diversas vezes durante as reuniões da CPI do Ensino Superior, não só pelos depoentes, mas também nas perguntas e considerações dos deputados. A esse respeito foram feitas as seguintes considerações:

Hermes Figueiredo Ferreira, da SEMESP, afirma que a elite econômica já não procura as instituições públicas para estudar, mas sim as privadas.

Otaviano Helene, da ADUSP, afirma que a elitização do ensino superior ocorre não pelo tipo de instituição, mas pelo tipo de curso. Aparece como uma elitização das instituições públicas, pois as privadas, em sua maioria, concentram seus cursos em áreas de baixo custo, nas quais não são necessários laboratórios e há baixa carga horária, enquanto as públicas concentram os cursos que exigem mais infraestrutura e maior carga horária. Ele usa como exemplo os cursos de medicina, engenharia de tempo integral e agronomia, que estão majoritariamente nas públicas.

Arthur Fonseca Filho, do Conselho Estadual de Educação, afirma que a elitização se dá por procura e não por curso. Como o sistema de acesso que existe no Brasil é meritocrático, os mais preparados entram nos cursos mais procurados, com maior relevância social. Ele usa como exemplo o magistério, que é muito menos procurado do que a magistratura. Se não mudar a diferença social – de salário e função – entre os cursos, a procura continuará sendo mais elevada na magistratura do que no magistério, e os cursos que têm maior procura terão um maior grau de elitização. O que define a elitização, assim, é a procura pelo curso, seu prestígio, e não o fato de ele ser público ou privado.

Carlos Henrique de Brito Cruz, da FAPESP, afirma que, ao contrário do que diz o senso comum, os alunos mais pobres, na faixa de renda abaixo de dois salários mínimos, estão em sua maioria no ensino superior público e não no privado. Essas pessoas não conseguem entrar no ensino superior privado, pelo fato deste ser pago. Mas esse público está pouco presente no ensino médio também, então poucos cursam o ensino superior, mas quando o fazem, é no setor público. Uma política pública pra incluir esse grupo teria que aumentar o número de vagas no ensino superior público e não no privado.

Eunice Durham, do NUPES, também afirma que os estudantes mais pobres estão nas universidades públicas, segundo pesquisas realizadas sobre esse tema desde a década de 1990. Segundo a professora há uma distribuição de renda muito parecida nos dois setores, mas com uma diferença fundamental: há mais alunos, proporcionalmente, das camadas mais pobres nas universidades públicas e uma porcentagem menor de estudantes ricos nessas universidades. O que acontece é que as instituições privadas atendem um número muito maior de estudantes, logo, pensando em termos absolutos, há um número maior de estudantes pobres, embora em proporção menor. A questão é que o número de matrículas nas instituições públicas é pequeno em relação ao conjunto de alunos matriculados no ensino superior.

4.4 – Formas de acesso ao Ensino Superior

Em relação à forma de acesso ao ensino superior, foi afirmado:

Fabio Garcia, da União Nacional dos Estudantes, aponta que é fundamental na realidade universitária brasileira discutir a democratização do acesso. A educação é um bem público, direito de todos e não somente mercadoria.

Otaviano Helene, da ADUSP, afirma que o Brasil, atualmente, está entre os cinco países com maiores índices de privatização de ensino superior do mundo, e o Estado de São Paulo tem índice maior que qualquer outro país. Em outros estados, para cada conjunto de 1.000 habitantes, há sete estudantes em instituições públicas; em São Paulo, esse número é de cinco. O número também é pequeno considerando-se os egressos do ensino médio: em São Paulo, para cada oito formados há uma vaga no ensino público. A média dos demais estados é de quatro formados para uma vaga.

Edson Cosac Bortolai, da OAB, afirma que o problema do ensino universitário no Brasil não é um problema das universidades, mas do ensino básico. As escolas, com raras exceções, não preparam o aluno como deveriam. Nesse contexto, o aluno que paga uma boa escola tem um bom preparo e consegue passar no vestibular de faculdades públicas, que são mais concorridas e são gratuitas. A preferência pelas instituições públicas existe pelo fato delas serem gratuitas. O restante dos egressos do ensino básico vão para outras faculdades, que muitas vezes não têm corpo docente adequado, cursos bem preparados, etc. Isso faz muita diferença quando o aluno acaba o curso de direito e vai prestar a OAB. Aqueles oriundos das faculdades públicas são aprovados muitas vezes sem cursinho.

Arthur Fonseca Filho, do Conselho Estadual de Educação, afirma que políticas afirmativas têm uma função social importante, mas não resolvem o problema de equacionar procura e oferta de vagas, e é necessário, para pensar essas políticas, ter cuidado para não minar valores tão consagrados quanto os direitos de minorias.

Eunice Durham, do NUPES, afirma que as cotas, da maneira como são adotadas, não têm muita efetividade. Ela entende que uma forma de democratizar de fato o acesso às universidades públicas seria as próprias universidades oferecerem cursos pré-vestibulares gratuitos, ministrados pelos estudantes.

Alexandre Silva, da UEE, afirma que nas instituições particulares, em geral, há poucas políticas de cotas e de assistência estudantil. Há o REUNI, o PROUNI, o Escola da Família, que são programas que de alguma forma possibilitam segmentos como os afro-descendentes ocuparem o espaço da universidade, mas é inexistente uma política de cotas como reparação a um segmento discriminado da sociedade.

Otaviano Helene, da ADUSP, afirma que há evidências de que os estudantes que entram nas universidades por programas de cotas têm bom desempenho. Ele ainda afirma que as cotas são adotadas em diversos países, para grupos distintos, de acordo com a realidade econômica social de cada país. Mas ele também afirma que as cotas, em outros países, são adotadas no momento em que há quebra das barreiras até então existentes, e que aqui no Brasil não foi feito dessa forma, então existe um paradoxo, pois se mantém as barreiras de pobreza, a má distribuição de renda, mas se introduzem cotas.

4.5 - Autonomia Universitária

Fabio Garcia, da UNE, afirma que a legislação estabelece uma diferenciação entre mantenedoras e mantidas, nas universidades privadas, que não se viabilizam no dia a dia. Isso porque as mantenedoras, em diversas situações, têm interferido em decisões internas da universidade.

Madalena Guasco Peixoto, do CONTEE, afirma que a constituição garante autonomia universitária às mantidas, e não às mantenedoras, mas isso se transformou em um problema, pois as mantenedoras utilizam o discurso da autonomia como se fosse para elas.

Celso Napolitano, da FEPESP, afirma que o artigo 209 da Constituição de 1988 versa que o ensino é de livre iniciativa privada, atendendo as seguintes condições: cumprimento das normas gerais de educação nacional, autorização e avaliação de qualidade pelo poder público. Porém, o artigo 207 diz que as universidades gozam de autonomia universitária, autonomia didático-científica administrativa e de gestão financeira e patrimonial obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (artigo importante para que as universidades não ficassem a mercê de interesses governamentais ou partidários), porém, é neste ponto que está o problema, pois as instituições privadas entenderam que mesmo com o artigo 209, sendo universidade elas terão autonomia, e por isso o objetivo de tantas faculdades se tornarem universidades.

Edson Cosac, da OAB, afirma que todo proprietário de um centro universitário almeja ter uma universidade, pela autonomia que isso lhe dá, e a faculdade de Direito é uma faculdade barata, logo é muito utilizada para transformar centros universitários em universidades, mesmo sem ter qualidade.

4.6 – A qualidade do ensino nas instituições privadas de educação superior

4.6.1 – A relação entre pesquisa e ensino

Celso Napolitano, do FEPESP, afirma que a questão da pesquisa é esquecida pelos mantenedores das instituições privadas, pois fazer pesquisa custa caro, assim como os cursos de pós-graduação que irão formar os pesquisadores, já que não dá, por exemplo, para ter salas muito grandes. Ele também afirma que os mantenedores frizam que o artigo 67 da LDB, que versa sobre os planos de carreira no magistério, só é de cumprimento obrigatório para as instituições públicas, e por isso, na maioria das privadas quem financia sua formação é o próprio professor, o que se torna ainda mais forte pelo fato do regime predominante de contratação ser por hora / aula. Nesta situação falta tempo e dinheiro para fazer pesquisa, pois o professor tem que preparar aula, dar suporte aos alunos, orientar, corrigir, etc. e tudo isto recebendo somente pelo tempo que se está dentro da sala de aula.

Arthur Fonseca Filho, do Conselho Estadual de Educação, afirma que o poder público tem papel insubstituível na realização de pesquisa, já que nenhum país do mundo faz pesquisa com dinheiro de mensalidade de estudantes. É função insubstituível das universidades públicas fazerem pesquisa e o poder público tem que dotar as universidades de condições para cumprirem esse papel. É uma função distinta de outras instituições do ensino superior.

Carlos Henrique de Brito Cruz, da FAPESP, afirma que há uma evolução importante da produção científica no Estado de São Paulo, carregada principalmente pelas instituições

públicas do ensino superior. A contribuição das instituições privadas é muito baixa, de 4 a 5% do total. É um contraste, pois há 10 mil professores em cada setor em regime de tempo integral, e os 10 mil professores das instituições públicas fazem 95% da produção científica.

Suzana Funguetto, do INEP, afirma que as universidades, e não as faculdades e centros universitários têm que fazer pesquisa, mas infelizmente as universidades brasileiras não publicam suas pesquisas. Além disso, a maioria das instituições são faculdades, por isso há um déficit muito grande em relação à pesquisa. E está presente também uma diferenciação da produção científica em relação à localização das universidades, ou seja, os doutores se concentram nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, havendo poucos doutores no Norte e Centro Oeste.

Eunice Durham, do NUPES, afirma que a existência de grandes universidades de pesquisa é fundamental no período moderno, para participar da grande produção de conhecimento científico e humanístico mundial e para formar pessoal qualificado a criar e se apropriar das novas tecnologias. Por isso, há todo um aparato voltado à valorização da pesquisa, que tem que existir, mas que não vai satisfazer a demanda da massa, que vai para o ensino superior para conseguir um bom emprego e não para fazer parte de uma elite intelectual.

4.6.2 - Instrumentos de avaliação de qualidade

Fabio Garcia, da UNE, afirma que é necessário estabelecer melhor o significado de ação de qualidade e também se pensar em como as universidades podem ser protagonistas do desenvolvimento do país. Segundo ele, não há nem piso nem teto para estabelecer o que é uma universidade, o que é centro universitário ou o que é faculdade; o que não ajuda para pensar essas questões.

Alexandre Silva, da UEE, afirma que é necessário compreendermos melhor o que o Estado reconhece como contrapartida social. Ele entende como contrapartida social a função da universidade estar em consonância com o desenvolvimento nacional, com o projeto nacional de inclusão de segmentos da sociedade dentro dessas instituições e dentro da camada social que organiza o trabalho social; ou seja, tem que entender a educação enquanto direito que está sendo ofertado, e esse é o prisma para pensar a contrapartida social.

Alexandre Silva, da UEE, afirma que do nem o ENADE nem o SINAES avaliam a gestão democrática das universidades, o que é um problema.

Suzana Funguetto, do INEP, afirma que a legislação básica que embasa a avaliação da educação superior é: a Constituição Federal, a LDB, o Plano Nacional de Educação, a Lei do SINAES, o decreto 5773 e a Portaria Normativa 40, de 2007, que teve sua versão consolidada em 2010.

Suzana Funghetto, do INEP, afirma que a Constituição define no artigo 14 cinco metas para se alcançar a melhoria na qualidade do ensino. Ela afirma que fazer a avaliação do ensino superior significa ter uma população de 2.314 instituições de educação superior, 27.827 cursos e cinco milhões de estudantes. Destes, apenas 15% estão matriculas em cursos de licenciatura, o que é um dado preocupante, pois o Brasil está deixando de formar professores.

Suzana Funguetto, do INEP, também afirma que os objetivos do SINAES são melhorar a qualidade do ensino superior e orientar a expansão da oferta – tanto nas públicas quanto nas

privadas. Segundo ela, todo o processo de avaliação começa no MEC, no SERES, para o curso ser reconhecido. O curso é aprovado se tiver um projeto pedagógico e instalações físicas adequadas, e após o despacho saneador satisfatório ou parcialmente satisfatório, o INEP faz a avaliação. Já o processo de supervisão ocorre sempre que houver uma denúncia. A avaliação de curso tem como objetivo maior identificar as condições de ensino oferecidas aos alunos relacionadas à organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações físicas.

Suzana Funguetto, do INEP, diz que a partir dessas avaliações chega-se aos indicadores de qualidade: o CPC – Conceito Preliminar de Curso, medido a partir do ENADE; e o IGC – Índice Geral de Cursos, que mede a qualidade das instituições (ele considera as médias dos CPCs). O ENADE, na verdade, não avalia o estudante, ele avalia o curso, o desempenho do estudante em relação às diretrizes. Diferente dos exames como o da OAB, que colocam questões específicas da atuação do profissional. Mas ela também afirma que a OAB e outras instituições de classe participam do processo de reconhecimento dos cursos.

Suzana Funguetto, do INEP, também afirma que a Lei do SINAES especifica que a avaliação acontece em cinco níveis, e é a partir deles que os relatórios dão resultados de 1 a 5. Um significa não existente, dois é insuficiente, três é o padrão mínimo de qualidade, quatro é muito bom e cinco é o equivalente a excelência de ensino. No país há poucas instituições com excelência de ensino, mas não há muitas abaixo de três. As avaliações são feitas também no âmbito dos cursos, de forma eletrônica, e só se sabe quem é o avaliador quase na hora, existem regras de designação.

Suzana Funguetto, do INEP, diz que dos 2.469 cursos que foram avaliados desde a criação do sistema EMEC, em 2007, há 186 que são um, 124 que são dois, 754 que são três, 924 que são quatro e 186 que são cinco. Além disso, há os que ficaram sem conceito, pois nas primeiras versões tinha o “imprescindível” para os cursos de Direito e da área de Saúde, os que tiravam abaixo de três ficavam sem conceito e iam direto para a CTA – Comissão Técnica de Avaliação e depois para a regulação.

Suzana Funguetto, do INEP, afirma também que a avaliação traz informações sobre a da qualidade da educação superior a serem usadas pela sociedade e pelo Estado, para o desenvolvimento de políticas públicas. A Lei do SINAES é de 2004, é muito recente. A avaliação não começa no INEP, começa na instituição. Todas as instituições de educação superior têm sua própria comissão de avaliação, e estas comissões produzem um relatório anual de auto-avaliação para o INEP. A questão da qualidade começa na própria instituição, e depois vai para o Marco Regulatório, já que os cursos são autorizados, reconhecidos e têm renovação de reconhecimento. É um ciclo de três anos. Há um problema no fato de que muitas instituições, públicas e privadas, não fazem o processo de avaliação dentro da instituição, que tem objetivo de aprofundar do desenvolvimento do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional (ele é obrigatório para todas as instituições e determina a missão e o Plano da instituição, ou seja, traça o que deve acontecer nos próximos cinco anos).

Suzana Funghetto, do INEP, também aponta a diferença existente entre Universidades, Centros Universitários e Faculdades. As faculdades devem ministrar ensino e extensão, os centros universitários, ensino de excelência, extensão e iniciação científica, e as universidades são as únicas, por lei, que devem fazer ensino, pesquisa e extensão. Há que se levar essa diferenciação em consideração quando se fala de qualidade. Se uma instituição coloca no PDI

que irá fazer pesquisa, ela será avaliada por isso. Porque é o PDI que determina o que será cobrado da instituição, o que ela própria se propõe a fazer. As instituições deveriam deixar isso mais claro para os ingressantes. Porque as faculdades, por exemplo, que na sua maioria são privadas, não farão pesquisa, porque é caro, e não se propõem a isto.

Suzana Funghetto, do INEP, ainda afirma que é um problema que muitas instituições não levem o PDI a serio. O INEP teve problemas com instituições diferentes que apresentaram PDIs iguais, ou seja, houve cópia.

Suzana Funguetto, do INEP, também afirma que é equivocada a idéia de que são somente as instituições privadas que tem se expandido, pois a partir do REUNI vários campi foram abertos e está havendo grande expansão de vagas nas universidades federais.

Suzana Funguetto, do INEP, diz que 5.421 cursos já fizeram a prova do ENADE no Estado de São Paulo, somando 1.735 instituições. Nem todos os cursos foram avaliados, mas a realidade de São Paulo, a partir dos instrumentos de avaliação, é que elas cumprem o padrão mínimo de qualidade, pois na sua maioria são nota 3, ou seja, elas cumprem suas diretrizes. No Brasil, quase todas as instituições querem ter nota 5, mas a maioria dos PDIs não colocam que a instituição será excelente em todos os processos, mas ser cinco é uma marca, e é por isso que muitas querem.

Edson Cosac Bortolai, da OAB, afirma que há no Brasil algo em torno de 1.400 faculdades de Direito, e no estado de São Paulo, 240, para 200 milhões de habitantes, enquanto nos EUA há 300 milhões de habitantes e 200 faculdades de Direito. Então há um excesso de formandos de Direito, com um nível de formação baixíssimo. Isso se reflete no Exame da Ordem, e a OAB defende seus quadros, e também o cidadão, para que tenha bons profissionais no mercado. De cada 10 pessoas formadas em direito que prestaram o último exame, apenas 1,5 foram aprovados.

Milton Linhares, do Conselho Nacional de Educação, afirma que só a partir da gestão do ministro Paulo Renato, em 1995, que a avaliação do ensino superior passou a ser utilizada. Antes era feita, mas tinha finalidade de supervisão. Em 2004 a lei do SINAES aperfeiçoou o que vinha sendo feito com três medidas: o ENADE, no lugar do Provão, a avaliação de instituições e a avaliação de cursos. Com estes processos, hoje, pode-se conduzir o Brasil a um patamar satisfatório de expansão do ensino superior com qualidade, tanto das instituições já existentes como para a criação de novas.

Milton Linhares, do Conselho Nacional de Educação, afirma que o proponente de uma nova instituição precisa apresentar sua documentação e seu projeto, para análise. Depois há a fase de designação de uma comissão de especialistas que visitam a instituição, para ver se ela tem condições de ser aberta, ao contrário do setor público, no qual uma universidade é criada por ato oficial. Feita a visita, escreve-se um relatório, com parecer favorável ou não. Aí vai para o Conselho Nacional de Educação e faz-se a análise em um colegiado, e depois há a homologação do Ministro de Estado da Educação. Ou seja, não há criação nem decisão de instituições pelo Conselho, há deliberação, que está sujeita a homologação. Então o Conselho cumpre função de expansão com qualidade. Em relação às que já existem, há o recredenciamento, e muitas delas estão passando por ajustes, que estabelecem um protocolo de compromisso entre a instituição e o MEC.

Eunice Durham, do NUPES, afirma que hoje, com a forma de avaliação existente, não se pode dizer facilmente quais são as instituições com baixa qualidade de ensino, e isso é ruim. Ela ainda afirma que é preciso avaliar as instituições de acordo com seus objetivos e finalidades, pois não é possível fazer uma avaliação homogênea para instituições que tem fins diferentes. Além disso, ela entende que é preciso haver um controle maior para abertura de cursos, pois depois que se abre é difícil fechá-los; e que deveria ter um regime de trabalho imposto, que contasse como critério de qualidade de ensino.

Eunice Durham, do NUPES, também afirma que deveria haver um esforço para que haja fiscalização das instituições privadas em âmbito estadual, construindo-se um sistema de avaliação. Ou pressionar o governo federal para exigir que aspectos considerados relevantes em São Paulo sejam incluídos no sistema de avaliação em nível nacional. Ela afirma que São Paulo deveria influir mais nas políticas educacionais.

4.6.2.1 - O Conselho Estadual de Educação

Arthur Fonseca Filho, do Conselho Estadual de Educação, afirma que este é o órgão responsável pelo credenciamento, autorização, supervisão e avaliação das instituições de ensino, no caso, todas as instituições públicas mantidas pelo sistema estadual, já que as particulares são todas de âmbito federal. Ele ainda afirma que o Estado tem que assegurar um mínimo de qualidade, e isto também poderia ser feito em nível estadual, mas o Conselho Estadual de Educação não dispõe da estrutura necessária. É preciso dotar esse órgão de condições para que ele possa realizar seu serviço da avaliação.

Celso Napolitano, da FEPESP, afirma que atualmente, da maneira como o Conselho Estadual é composto, de forma arbitrária pelo Governador do estado e pelo Secretário de Educação, há grande representação dos órgãos patronais de mantenedoras, e nenhum representante dos professores. Sua constituição deveria ser revista.

Eunice Durham, do NUPES, afirma que ela faz parte do Conselho Estadual de Educação, e que este é muito desaparelhado, com poucos técnicos para realizar as funções. E um problema central é que sua fiscalização recai só sob as instituições municipais. Outro problema é que o Governo do Estado e o Conselho Estadual têm sido omissos na atuação junto ao Governo Federal.

4.6.3 – A qualidade do ensino nas instituições privadas de educação superior

Otaviano Helene, da ADUSP, afirma que as condições de estudo e trabalho nas universidades privadas, em geral, são muito precárias. Isso porque não há laboratórios, os salários pagos em média são menores que os do setor público, há muitos professores “horistas” e poucos mestres e doutores. Ao mesmo tempo, a LDB permite que não haja tantos professores titulados, já que a Lei determina que um terço do corpo docente tem que ter mestrado ou doutorado, mas é omissa sobre o número de aulas ministradas por eles. Ele continua seu raciocínio dizendo que para se ter um curso de qualidade no nível superior é preciso ter um quadro docente que faça pesquisa, e para isto são necessários quadros titulados, os quais existem no Brasil, país que tem mais de 100 mil doutores. Mas estes não encontram trabalho que aproveite o potencial de sua formação.

Arthur Fonseca Filho, do Conselho Estadual de Educação, argumenta que o cidadão que trabalha não tem tempo para estudar. Se não houver financiamento para ele estudar, a formação será ruim, e os cursos por consequência serão ruins, pois não é possível ter ensino superior de qualidade sem que os alunos estudem. É preciso que o governo não só fiscalize, mas repasse verba para as instituições privadas para que elas possam fornecer condições adequadas de ensino para seus alunos.

Luiz Antônio Barbagli, do SINPRO, afirma que desde os anos 1990 toda a estrutura do ensino superior privado está vinculada ao governo federal. A Constituição determina que as universidades são autônomas quanto ao seu caráter didático pedagógico e administrativo. Isso surgiu no contexto da redemocratização do país e foi de extrema relevância naquele momento. Mas com a grande expansão das instituições privadas, elas podem abrir novos cursos como lhes convier. A diferença é que em algumas há conhecimento, pesquisa e extensão, e em outras só conhecimento. Isto gera uma situação delicada, porque ninguém pode ser contra a expansão de vagas no ensino superior, este deve ser universalizado o mais rápido possível, mas esse processo deveria passar por um processo de qualificação melhor. E ainda há outro problema, o fato de que a CAPS não autoriza muitos dos cursos de pós-graduação que seriam necessários para as instituições privadas melhorarem sua qualidade.

Carlos Henrique de Brito Cruz, da FAPESP, afirma que apesar do crescimento das instituições privadas, dos 10.000 docentes que trabalham em tempo integral, apenas 700 inscrevem projetos pedindo financiamento para pesquisa. Além desta disparidade há outra, que é que no ensino privado em São Paulo há 23 alunos por professor. Nos EUA, nas instituições com fins lucrativos, esse número é 20 e nas sem fins lucrativos, 9,2. Ou seja, há poucos professores proporcionalmente no Brasil, e isso pode significar que está se formando mal os estudantes.

Edson Cosac, da OAB, afirma que as soluções para o ensino superior de direito são: primeiro, melhorar o ensino de base; segundo, fazer um fechamento hostil de faculdades de Direito no Brasil, já que o Exame da Ordem, em última instância, avalia também a instituição de onde o aluno veio, e está mostrando para o MEC que não ocorre a aprovação da grande maioria dos alunos de diversas instituições.

Milton Linhares, do Conselho Nacional de Educação, afirma que quando se fala de qualidade de educação, se pressupõe a preparação das pessoas para o exercício da cidadania plena, de suas profissões, de desenvolvimento econômico e social, e tudo isso tem relação direta com a soberania nacional. Quem trabalha com educação superior sabe que alguns insumos são fundamentais para de ter qualidade: em primeiro lugar, a educação didático-pedagógica do curso. Isso pressupõe um currículo adequado aos tempos que se vive e ao mundo do trabalho. Em segundo lugar, a organização social, ou seja, o corpo docente da instituição, o que pressupõe que os professores tiveram possibilidade de obter alto grau formativo, ou seja, o doutorado, pois quem ensina tem que saber pesquisar. Por outro lado, há professores só com graduação que são excelentes profissionais. O terceiro item fundamental é a infraestrutura. Ou seja, laboratórios, bibliotecas, informática, etc. É preciso manter essa estrutura atualizada. A partir dessas três dimensões há condições de se fazer uma avaliação de qualidade. O poder público federal, que avalia todo o sistema particular de ensino, tem que ser cobrado para utilizar esses fatores na avaliação das instituições particulares.

Milton Linhares, do Conselho Nacional de Educação, afirma que os indicadores de qualidade das universidades públicas costumam ser melhores que os das universidades privadas. Isso se explica por ele ser menor em numero de matrículas e ter mais professores com dedicação integral e maior nível de titulação, havendo mais pesquisa. Além disso, o nível dos alunos que chegam ao setor público também é mais alto. As maiores instituições – que são privadas – dificilmente conseguem um indicador de qualidade muito bom. A realidade mostra que a universidade privada, via de regra, quer um professor “horista”, e por isso há pouco investimento em pesquisa no ensino superior privado. O Conselho atualmente cobra no mínimo três mestrados e um doutorado para ser universidade. Mas há o problema da pós-graduação, que custa caro e não dá retorno financeiro, pois as vagas são poucas e o custo para mantê-la é alto, já que exige alta dedicação do corpo docente, com alta titulação e altos salários. O que dá retorno financeiro é a graduação, ela é a espinha dorsal do ensino superior. Esse problema se torna mais agudo quando uma instituição privada é adquirida por uma rede com capital aberto, pois há enxugamento da folha salarial.

Eunice Durham, do NUPES, afirma que o lucro é ao mesmo tempo um instrumento muito ágil e muito deformante no ensino, pois o público que procura cursos com maior demanda de vagas não tem muita renda para gastar, então tem que ter um custo baixo para ter alunos e ao mesmo tempo tem que ter lucro. É por isso que a qualidade do ensino fica em segundo lugar, inclusive pela brutal exploração do corpo docente, que não é fiscalizada. Para se ter qualidade, não se pode ter professor com carga horária de 40 aulas por semana, tem que ter limitação de horas em sala de aula, e para isso é preciso que haja uma proteção de contrato trabalhista, já que a tendência é contratar professor como autônomo, ou seja, não há recebimento de férias, 13º, etc.

Alexandre Silva, da UEE, afirma que há um problema de participação discente nas instituições particulares, pois o direito de os estudantes se organizarem via DCEs, C.As, D.As não é claro. Esse direito acaba sendo frustrado ou pela dinâmica da universidade ou pela falta de reconhecimento das instituições para a existência das organizações estudantis.

Otaviano Helene, da ADUSP, afirma que somando todos os gastos das universidades públicas, não se chega a 0,4 do PIB paulista, e isso é muito pouco. São Paulo está entre as três piores taxas de inclusão no ensino superior público do país. Além disso, as universidades públicas, em geral, vem passando por processos muito complicados, com a entrada das organizações privadas em seu interior, conhecidas como fundações, que foram criadas como pessoas jurídicas de direito privado. Isso é muito grave.

Mariana Fraga Soares Muçouhah, do Centro Paula Souza, afirma que tem que haver preocupação com o sistema educacional como um todo, desde a educação infantil até o ensino superior. Não adianta investir em um nível ou em outro, pois assim o Brasil não conseguirá atingir os patamares de desenvolvimento desejados.

Eunice Durham, do NUPES, afirma que as universidades têm papel de formar uma elite intelectual, mas isso não esgota o papel do ensino superior, que desde a Segunda Guerra Mundial começa a se tornar de massa no mundo e diversifica suas finalidades. No Brasil, até a década de 1980 havia um bom ensino médio público, que destinava seus egressos às universidades. Mas a porcentagem da população em idade escolar que chegava ao ensino médio era bem reduzida, e quando ocorreu a massificação da demanda, houve pressão por

mais vagas no ensino superior. Além disso, anteriormente à massificação, os alunos chegavam mais bem preparados ao ensino superior, situação que também mudou. Mas se manteve a ideia de universidade universalista, tem que ter pesquisa, estrutura, professores em regime de dedicação de tempo integral, etc. E isso é muito caro, só se sustenta com apoio governamental. Em todos os países onde há alto índice de jovens formados, entre 41% e 54%, mais da metade se formam em outros tipos de estabelecimento, que não esse padrão de universidade que temos aqui. Então é necessário o incentivo a outros tipos de educação superior, para valorizar os interesses e demandas diversificados, ainda mais no contexto de ampliação do ensino superior privado, que atende outras demandas. Isso se explicita, por exemplo, no fato de o curso mais procurado hoje ser administração, que é um curso que tem finalidade para muitas áreas profissionais. Para formar administradores, advogados e pedagogos – que são os outros dois mais procurados – não é necessária uma universidade que tenha grande área de pesquisa, e sim uma boa biblioteca e profissionais qualificados, mas não um grande número de doutores, pois são necessários profissionais com experiência no mercado. Há que se entender que o público do ensino superior é muito diferenciado, e essa diversidade não cabe dentro da orientação de universidade que temos.

Eunice Durham, do NUPES, também afirma que não há falta de vaga nas universidades no Brasil, hoje há mais vagas no ensino superior do que egressos do nível médio, o que ocorre é a falta de vagas gratuitas.

5. Propostas e Recomendações da Comissão

5.1 - Oficiar a ambas as Casas do Congresso Nacional para que seja Instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares no âmbito **nacional**;

5.2 – Oficiar a ambas as Casas do Congresso Nacional para que seja Instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de investigar a aquisição de instituições de ensino superior brasileiras por empresas estrangeiras;

5.3 – Oficiar ao Ministério da Educação, encaminhando os depoimentos e documentos colhidos por esta Comissão a respeito da UNIESP, para que sejam realizadas as apurações que se fizerem necessárias;

5.4 – Oficiar ao Ministério da Educação, solicitando que seja realizada audiência pública a respeito do caso UNIESP, se possível, com participação do SINPRO, do FEPESP e de outras entidades interessadas;

5.5 – Oficiar ao Ministério da Educação, solicitando a realização de estudos técnicos necessários ao aperfeiçoamento da legislação pertinente ao regime de contratação do corpo docente nas instituições privadas de ensino superior, assim como à melhoria da fiscalização dos contratos em vigor por parte dos órgãos competentes;

5.6 – Oficiar ao Ministério da Educação, solicitando que seja estudada a possibilidade de que a democracia interna das instituições de ensino superior, especialmente a participação das entidades representativas dos estudantes e do corpo docente, seja reconhecida como critério na avaliação daquelas instituições;

5.7 – Indicar ao Governador do Estado que sejam empreendidos os estudos e discussões necessárias à modificação da composição e das atribuições do Conselho Estadual de Educação, se possível, com posterior encaminhamento de Projeto de Lei Complementar a Assembleia Legislativa do estado de São Paulo a respeito da matéria;

5.8 – Oficiar ao Ministério Público Federal, encaminhando os documentos e depoimentos relativos à UNIESP, para que aquele órgão adote as providências necessárias;

5.9 - Oficiar ao Conselho Estadual de Educação, para que determine à UNITAU (Universidade de Taubaté) que coloque fim à prática ilegal de encaminhar nomes de alunos inadimplentes aos Serviços de Proteção ao Crédito;

5.10 - Oficiar ao Ministério da Educação e indicar ao Governo do Estado que adote providências no sentido de ser celebrado convênio com as faculdades constituídas sob a forma de autarquias municipais, com o objetivo de se utilizarem vagas e espaços ociosos e garantir aos seus alunos o acesso aos programas Prouni e FIES.

6.ANEXOS

6.1.Transcrição dos Depoimentos

6.2.Apresentações dos Depoentes (arquivos em ppt ou pdf)

6.3.Documentos Encaminhados pelos Convidados

Deputado SIMÃO PEDRO – PT
Relator da CPI do Ensino Superior

Aprovado o Relatório Final
Plenário Tiradentes, em 07/12/2011

- a) Deputado Celso Giglio (Presidente)
- a) Deputado Geraldo Cruz
- a) Deputado Vitor Sapienza
- a) Deputado Geraldo Vinholi
- a) Deputada Leci Brandão
- a) Deputado Itamar Borges
- a) Deputado Adilson Rossi
- a) Deputado Simão Pedro (Relator)

ANEXOS

6.1. Transcrição dos Depoimentos

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ENSINO SUPERIOR

21/06/2011

PRESIDENTE

CELSO GIGLIO - PSDB

CPI – ENSINO SUPERIOR
21/06/2011

O SR. PRESIDENTE – VITOR SAPIENZA – PPS – Havendo número regimental damos por abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de elegermos presidente e vice-presidente da referida comissão. Este Deputado solicita aos Srs. Deputados se há alguma indicação para presidência dos nossos trabalhos.

O SR. ADILSON ROSSI - PSC – Sr. Presidente pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – VITOR SAPIENZA – PPS – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI - PSC – Sr. Presidente, para indicar o nome do Deputado Celso Giglio para a presidência.

O SR. PRESIDENTE – VITOR SAPIENZA – PPS – Esta Presidência em exercício consulta os pares se há outro candidato, em não havendo coloca em votação a indicação do nobre Deputado Adilson Rossi. Em discussão. (Pausa.) Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada a indicação do nosso amigo e Deputado Celso Giglio, ex-Prefeito de Osasco para presidir a nossa comissão e convido para assumir a presidência dos nossos trabalhos.

- Assume a Presidência o Deputado Celso Giglio.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Passemos então a eleição do vice-Presidente da CPI, consulto os Srs. Deputados se há alguma indicação para ocupar o cargo de vice-presidente da comissão.

O SR. ITAMAR BORGES – PMDB – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra para uma questão de ordem o nobre Deputado Itamar Borges.

O SR. ITAMAR BORGES – PMDB – Sr. Presidente, para indicar como nosso candidato a vice-Presidente, Deputado Adilson Rossi.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado. Fica eleito então o nobre Deputado Adilson Rossi, vice-Presidente desta CPI.

Passemos agora à definição de dia e horário das reuniões ordinárias. Gostaria então de indicar, havendo aquiescência do nosso colega, como relator desta CPI, uma vez que é opcional a designação pela Presidência, o nobre Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Sr. Presidente, se o nobre Deputado Vitor Sapienza não...

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu quero aproveitar a oportunidade, na última sessão V.Exa. se referiu a mim com respeito, como se tivesse idade para ser o seu pai, se tivesse um filho com a sua qualificação eu até ficaria satisfeito. Mas quero saber de V.Exa. se foi gozação ou foi apreço.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – V.Exa. sabe que jamais sairia da minha boca qualquer referência como gozação a Vossa Excelência.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu gostei de ouvir isso aí, mesmo porque se é um deputado da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que eu tenho não só admiração como apreço, desde a época que V.Exa. era chefe de gabinete do Paulo Teixeira e sempre me brindou com atenções mais do que exageradas, porque naquele dia V.Exa. não contente pelo fato de eu ter feito uma objeção à postura de V.Exa., V.Exa. contrariado pela minha postura se referiu a mim como se eu tivesse idade para ser o seu pai. Quero dizer uma coisa, eu tenho cinco filhos, se tivesse seis e o sexto fosse com a sua postura eu me sentiria orgulhoso.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Obrigado nobre Deputado Vitor Sapienza, da minha parte foi muito carinhoso a referência.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Ganhei o dia hoje.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Lembrar que o meu pai era um palmeirense como V.Exa. muito... mais fervoroso do que Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Composta então a comissão.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Quero assim agradecer a confiança que V.Exa. está depositando no nosso trabalho, eu tive o prazer de ser relator de uma CPI da segurança alimentar, com a presença de Vossa Excelência, acho que foi um trabalho dos mais importantes que eu participei aqui na Assembleia, então certamente foi por conta daquela experiência de trabalho conjunto. V.Exa. está me designando para relator, vou fazer de tudo Deputado Celso Giglio, eu não assinei esta CPI, foi uma solicitação do meu líder, Deputado Enio Tatto, para que pudesse participar, já que sou Presidente da Comissão de Educação. É um tema correlato, então vou fazer de tudo para colaborar com o trabalho de V.Exa., do Deputado Itamar Borges e dos demais colegas aqui desta Comissão... O Deputado Vitor Sapienza, a Deputada Leci Brandão, que tenho uma grata satisfação de tê-la aqui nesta Comissão e fazer de tudo para que ela tenha um resultado esperado. Hoje por exemplo estava olhando uma matéria na Folha de S.Paulo que mostra como as faculdades particulares têm perdido alunos, o número de desistência é muito alto, alguns casos na casa de 40%. Então, não é só investigar essa situação, mas se a gente puder dar sugestões de como o Estado pode colaborar, como o Estado pode ter alguma ação, alguma política nesse sentido, porque muita gente depende, muitos alunos dependem para ter acesso à universidade, fazer um curso pago. Nós temos um programa exitoso, que é o Programa do Pró-Une, que beneficiou quase um milhão de alunos já até esse momento, mas pelo que percebemos não tem sido suficiente. Então acho que é um tema importante, esta Casa pode dar uma contribuição boa para que a gente possa entender o que está acontecendo e se for o caso propor alguma ação legislativa, uma ação em termos de políticas públicas, indicação ao governo para que possa interferir nesse aspecto. Obrigado Sr. Presidente.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizá-lo pela indicação do Deputado Simão Pedro, que é um deputado que milita aqui veementemente, dignamente nas questões da educação e é um deputado que goza do respeito de todos nós e eu tenho certeza de que o Deputado Simão Pedro vai fazer um excelente trabalho nesta CPI. Parabéns Presidente, parabéns Deputado Simão Pedro.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu também estou muito satisfeito com o fato do Deputado Simão Pedro ter aceito o nosso convite e quando a gente propôs o Deputado Simão Pedro e Deputado Adilson Rossi foi pensando que as escolas privadas, que são nas escolas privadas que se encontram os alunos de menor poder aquisitivo, infelizmente as universidades públicas, as escolas superiores públicas elas têm acesso os alunos que permearam, estudaram em escolas privadas e puderam fazer cursinhos altamente sofisticados para concorrer a uma vaga. Então sobra para os alunos de baixa renda a possibilidade de fazer uma faculdade, que nem sempre oferece uma boa qualidade de ensino. Então acho que vai se um palco de grandes debates, a comissão é muito bem formada por deputados extremamente atuantes, Deputado Simão Pedro, Deputado Geraldo Cruz, Deputado Gilson de Souza, Deputado Itamar Borges, grande Deputado, nosso grande amigo aqui que nós todos referenciamos, Deputado Vitor Sapienza que vai ser para nós um esteio aqui nesta Comissão, a nossa querida Deputada Leci Brandão, que chegou agora mas com uma postura inigualável e o nosso querido vice-Presidente Deputado Adilson Rossi. Então falta agora definirmos os horários. E o Deputado Mauro Bragato, que se faz presente aqui, que está ali no fundo, com a sua presença marcante na nossa comissão. Fica então agora para discutirmos o horário das reuniões ordinárias. Peço vênia aos senhores, a semana está corrida, eu acho que a semana que vem também, para que então aprovemos essa data para os primeiros dias de agosto. Se as Sras. e Srs. Deputados entenderem...

O SR. ITAMAR BORGES – PMDB – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra para uma questão de ordem o nobre Deputado Itamar Borges.

O SR. ITAMAR BORGES – PMDB – É claro que o Presidente vai buscar conciliar com as reuniões das comissões, temos aqui o Deputado Vitor Sapienza, que é presidente de uma comissão nesta Casa, de uma comissão permanente; temos aqui o Deputado Adilson Rossi que também é, eu que também presido uma comissão e temos a Leci, o Simão, o Bragato também preside uma comissão, o Simão Pedro preside uma e a Leci que compõem também comissão permanente desta Casa, duas comissões, podia ir a Leda, o pessoal assessorando o nosso presidente, estudar a ocupação de reuniões de cada um, para que a gente possa propor as reuniões de forma que seja importante. Eu não sei se V.Exa. vai propor mensal, como está proposto essas deliberações, mas que se possa fazer um estudo e V.Exa. trazer uma proposta para gente, já buscando um pouco de conciliar isso. Eu sei que já ia fazer isso, mas apenas para colocar aqui a peculiaridade de cada um. Muito obrigado.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra para uma questão de ordem o nobre Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Ouvimos a colocação do Deputado Itamar e em face a experiência de outras CPIs eu proporia a V.Exa. que a primeira sessão fosse realizada na parte da manhã, em torno das dez horas, porque normalmente de terça, quarta e quinta vai ser difícil V.Exa. obter quórum, porque conforme disse os Deputados Itamar e Adilson Rossi a maioria dos deputados que compõe esta Comissão ou preside outras ou são parte de outras. Então a minha sugestão seria, digamos, a gente sabe que segunda-feira e sexta-feira são dias difíceis, V.Exa. tem que consultar na opção de terça e quarta em torno de dez horas da manhã, ao menos a primeira, para que V.Exa. se situar e depois a gente vê como vai deslanchar.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Sr. Presidente, eu apoio essa proposta do Deputado Vitor Sapienza, eu acho que as reuniões pela manhã facilitaria para todos nós membros da comissão, até para termos aí um trabalho pró-ativo, sem prejuízo de horário ou de quórum.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Sugeriria aqui a primeira reunião nossa para o dia 4 de agosto, uma quarta-feira, às dez horas da manhã. Eu na terça, dia 5. Para a primeira reunião, que cada um já trouxesse as suas sugestões, para que a gente fizesse o nosso programa, a nossa agenda de trabalho. Terça ou quarta?

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Quarta-feira para mim é bem melhor, porque...

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Quarta-feira, seria dia 4 de agosto, as dez horas.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Pelo menos a minha bancada reúne às terças-feiras de manhã.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós também. Então ficou para quarta-feira, dia 4 de agosto, às dez horas.

O SR. ITAMAR BORGES – PMDB – Então a primeira reunião será quarta-feira e diante dessa outra situação, tanto da Bancada do Partido dos Trabalhadores, como do PSDB, que tem esses encontros de terça já podíamos estabelecer que será sempre às quartas-feiras, às dez horas, na data que V.Exa. decidir, se for uma vez por mês, a cada...mas sempre de quarta-feira, às dez horas, é isso?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Lembrando que no dia 4 todos os Srs. Deputados tragam as suas sugestões, eu pediria ao colega Deputado Vitor Sapienza, que tem bastante experiência nisso, o Deputado Simão Pedro e todos os outros, Deputado Adilson, para que trouxessem, para a gente fazer a nossa metodologia de trabalho, que vai ser bastante extensa.

Nada mais havendo a tratar...

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra pela ordem a nobre Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Sr. Presidente, não poderia sair daqui sem lhe dar uma pequena demonstração da minha emoção, até porque não dizer isso, de estar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, até porque tem pessoas aqui que eu já tenho tido experiências no sentido de receber orientações, ensinamentos e tal, que é o caso do Deputado Sapienza, Deputado Itamar, o Deputado Simão Pedro que já conheço há bastante tempo e agora também aqui com o Deputado Adilson Rossi na vice-presidência, dizer que terei toda a boa vontade e toda condição de poder aprender mais com os senhores e poder contribuir bastante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A sua presidência para mim também é uma grande honra, estou muito feliz nesses três meses e pouco de mandato, estou me sentindo muito feliz nesta Assembleia Legislativa de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Não havendo mais nada a tratar. Está encerrada a reunião.

* * *

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ENSINO SUPERIOR
02/08/2011**

PRESIDENTE – DEPUTADO CELSO GIGLIO – PSDB

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ENSINO SUPERIOR
02/08/2011**

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares, no âmbito do Estado de São Paulo com a seguinte pauta:

Definir o cronograma para condução dos trabalhos, deliberar sobre os requerimentos, outros assuntos de interesses dessa CPI.

Registro a presença dos Srs. Deputados Geraldo Vinholi, Geraldo Cruz, Itamar Borges, Adilson Rossi e este Deputado na Presidência.

Registro ainda a presença da Deputada Leci Brandão. Nós vamos iniciar pela deliberação de requerimentos, o requerimento do Deputado Simão Pedro.

“Requeiro nos termos regimentais e legais, como relator indicado pelo excelentíssimo Sr. Presidente da presente CPI, conforme o Parágrafo 8º do Artigo 34B, da 12ª Consolidação do Regimento Interno, seja contratado serviço especializado para assessoramento técnico na elaboração do parecer relatório da CPI da situação do ensino superior particular no Estado de São Paulo. Tal solicitação prende-se aos aspectos técnicos específicos que o trabalho exige, já que o tema é abrangente necessitando conhecimentos específicos que resultem em trabalho de alto nível na confecção do relatório dos depoimentos e reuniões a serem desenvolvidos nessa CPI.”

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2011. Deputado Simão Pedro.

Em discussão. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Nós temos aqui algumas sugestões e eu queria ouvir, sobretudo dos nossos companheiros da CPI a respeito de alguns convidados que nós teríamos para prestar alguns esclarecimentos e nos auxiliar no diagnóstico desse importante assunto. Presente o Deputado Simão Pedro, cujo requerimento acabamos de aprovar. Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Presidente, eu me atrasei um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – O requerimento de V. Exa. foi aprovado.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Muito obrigado. Mas, eu quero aproveitar e cumprimentar a todos os Deputados, dizer da nossa alegria de retomar os trabalhos nessa Casa. Estávamos eu e o Deputado Vitor Sapienza no debate na Comissão de Finanças e Orçamento e foi por isso que nos atrasamos alguns instantes para chegarmos até aqui.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Presente também o Deputado Sapienza, o que engrandece ainda mais essa Comissão, decano que é dessa Casa.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Obrigado pela referência, V. Exa. sempre simpático e amigo.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Mas, eu tenho uma lista dos Srs. Deputados, e tem mais um requerimento para ser discutido e votado, da Deputada Leci Brandão.

“Requeremos nos termos do Artigo 13 Parágrafo 2º da Constituição, Artigo 34 da Consolidação do Regimento, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito”. E ela sugere que seja convidado o Presidente da União Nacional dos Estudantes e União Estadual dos Estudantes, respectivamente, Alexandre Eduardo Silva, para comparecer na reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito. E da Deputada Leci Brandão ainda, sugere que seja convidada a Presidente do INEP – Instituto Nacional de Pesquisa Educacional – Malvina Tuttman, para comparecer a essa Comissão. Em votação o primeiro requerimento que convida o Presidente da União Nacional dos Estudantes e da União Nacional dos Estudantes. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB - Pela ordem, Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Qual o objeto da convocação desse pessoal? Mesmo porque me parece que nós vamos ter que partir para uma CPI visando o que está ocorrendo nas faculdades particulares. Muito bem, eu entendo que pode até um dia ser oportuno esse pessoal ser convidado ou convocado. Porem, eu acho que se a gente não tomar cuidado, nós vamos perder o objetivo dessa CPI. Na minha maneira de ver, eu acho que lá adiante eles podem até ser convidados ou convocados. Porém, eu entendo que a CPI foi constituída para nós analisarmos o que está ocorrendo por parte das universidades e faculdades particulares. Só essa objeção, essa ponderação que eu gostaria de fazer.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB - Pela ordem, Deputado Geraldo Vinholi.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Com a proposta do convite ao Presidente da UNE e da União Nacional dos Estudantes, como observação do Deputado Vitor Sapienza, eu gostaria que ficasse aprovado esse convite e que fosse agendado oportunamente, na hora mais adequada.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Nada a opor.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Eu até entendo que será esse o procedimento. Nós convidarmos... Nós também temos algumas sugestões, e o objetivo, Deputado Vitor Sapienza, a nosso ver, é que essas pessoas tragam esclarecimento sobre o que está acontecendo segundo a visão dos estudantes e dos Presidentes e representantes de outros órgãos corporativos.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB - Pela ordem, Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Dentro desse contexto, eu entendo que face aos últimos acontecimentos envolvendo o exame da OAB, como a repetição e aprovação em massa, nós teríamos que começar a trazer os Reitores das universidades particulares para eles nos explicarem o porquê da queda acentuada do ensino, que segundo o jornal Folha, de ontem, teve estudante que escreveu necessário com oito ‘S’, teve petições absurdas. Porque dentro desse contexto, de repente, Deputado Celso Giglio, nós vamos partir para uma linha onde o objetivo principal que é nós analisarmos o que está acontecendo com as faculdades e universidades particulares, vai ficar para segundo. Dentro desse contexto, a OAB realiza esse tipo de exame, cobra uma taxa que muitas vezes o pessoal não tem como pagar. O pessoal é obrigado a fazer cursinhos para tentar fazer uma adequação para poder participar do exame da OAB, e nós vamos começar com a UNE? Desculpa. Na minha maneira de ver eu acho que o caminho... Deputado Celso, V. Exa. conhece bem a minha vontade, a minha eloquência, nada tenho contra a sugestão da minha amiga, companheira, porem eu entendo que nós estamos diante de uma situação da OAB. Foi a semana passada que aconteceu isso. O relato que eu estou narrando está publicado na Folha de ontem. Alguém tem que explicar para nós essa reprovação em massa. É essa a ponderação que eu gostaria de fazer a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMAO PEDRO – PT - Pela ordem, Sr. Presidente? Sr. Presidente, eu queria endossar aqui a sugestão de que a gente aprove os requerimentos da Deputada Lecí Brandão. Eu acho que para que a gente tenha uma visão global do que ocorre, a realidade das universidades particulares, nós devíamos convidar, agrupar representantes dos estudantes, dos Professores, das mantenedoras, representantes do Governo do Estado, porque um dos objetivos do Parlamento Estadual é a fiscalização do Governo do Estado em relação a essas universidades. Tem relação, por

exemplo, com os convênios, Escola da Família, para a gente ter uma visão real do problema, fazer o diagnóstico e sugerirmos ao Governo do Estado e demais órgãos, medidas que possam melhorar e beneficiar principalmente a população que demanda educação, tem necessidade de ter educação de qualidade.

A minha sugestão é que a gente faça um esforço e a próxima reunião dos Deputados que tiverem sugestões de convites, que tragam o nome e a instituição que representa, e a gente aprove e depois a gente tenta organizar em blocos. Vamos ouvir estudantes em primeiro lugar, depois vamos ouvir representantes das faculdades, Governo e assim por diante. Para que no final, como o tempo é exíguo e nós vamos ter que apresentar um relatório, indicações, para que tenhamos sucesso nessa CPI.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – E vamos ter, Deputado. Mesmo porque a Deputada Lecí Brandão trouxe aqui sugestões, conforme nós pedimos na ultima reunião, o Deputado Vitor Sapienza deu a sua contribuição, sugerindo que trouxéssemos aqui os Reitores dessas universidades, e o Sr. sugere que nós tentemos agrupar em algumas reuniões, os representantes, sejam dos estudantes, outra hora dos professores, para que isso não tome tanto tempo e todos tenham oportunidade de falar e de expor as suas...eu acho que a reunião está indo bem, atingindo os seus objetivos e acho que os três Deputados já deram uma contribuição importante.

A SRA. LECÍ BRANDÃO – PCdoB - Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB - Pela ordem, Deputada Lecí Brandão.

A SRA. LECÍ BRANDÃO – PCdoB – Primeiramente dizer que eu estou muito feliz de ter retornado aqui nesse semestre, e eu tenho como um dos meus mestres aqui na Assembleia Legislativa é o Deputado Vitor Sapienza, que já me deu várias orientações. O Sr. não sabe o quanto o Sr. me contemplou com a sua fala, porque entre os requerimentos que nós acabamos de entregar, tem um que está inclusive chamando o Reitor da universidade. O requerimento já está aí, já foi entregue a mesa, estou muito feliz com a sua explanação porque coincidentemente, o que o Sr. está orientando, nós requeremos também. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Então ela convida aqui nos seus requerimentos, ela convida o Presidente da União Nacional e União Estadual dos Estudantes, no outro ela convida a Presidente do INEP, no outro ela convida o Presidente Professor do SIMESP – Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior do Estado de São Paulo – Professor Hermes de Figueiredo Ferreira, e no outro ela convida o Presidente do Sindicato dos Professores, Luis Antonio Barbalho. Eu acho que nós poderíamos até, se me permitem os Srs. Deputados, discutir e votarmos em bloco esses requerimentos.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Pela ordem, Sr. Presidente? Eu acho que se for necessário, eu queria dar uma sugestão não para fazer (ininteligível), mas que essa Comissão pudesse inclusive se deslocar e visitar alguma instituição, dialogar de perto, eu acho que enriquece muito o nosso ponto de vista, poder tirar dúvidas. Eu acho que em algum momento, se for necessário...

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Visitar alguma instituição. Perfeito. Me permite colocar em discussão e em votação, em bloco, os requerimentos da Deputada Lecí Brandão, havendo quem queira discutir...

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB - Pela ordem, Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - Eu sugiro a V. Exa. que a gente não vote em bloco. Eu acho que é muito perigoso a gente votar em bloco, mesmo porque no próprio regimento da casa, a votação tem que ser isoladamente, cada caso por caso. Desculpe, Deputado Celso Giglio.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Nós o agradecemos. Em votação o convite para os estudantes, Presidente da União Nacional e Estadual dos Estudantes. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Presidente do INEP – Instituto Nacional de Pesquisa Educacional. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Presidente do Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior do Estado de São Paulo, Professor Hermes de Figueiredo Ferreira. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Presidente do Sindicato dos Professores, Luis Antonio Barbalho. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Eu registro aqui a presença da Sra. Fernanda Helena Baldana, que é do Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Obrigado pela presença e a informação que tenho é que a Sra. vai acompanhar o desenrolar dessa CPI.

Nós tínhamos aqui dentro dessa mesma linha, sugestão também para convidarmos alguns depoentes, nós tínhamos aqui, por exemplo, o Secretário Estadual do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Paulo Alexandre Barbosa, o Presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo, FAPESP, Sr. Celso Lafer. A (ininteligível) do Centro Paula Souza, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPQ, Glaucius Oliva, o Presidente da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do CAPS, José Almeida Guimarães, Professor José Goldemberg, todo mundo conhece, Professora Eunice Ribeiro Duran. São essas as sugestões que nós teríamos. Eu pergunto aos Srs. Deputados se têm alguma sugestão mais a ser feita. Nós já temos aqui então, alguns convites aprovados. Nós temos a orientação de formarmos grupos de trabalho para que os depoentes, em uma mesma sessão e mesma area possam prestar esclarecimentos. E nós temos aí a sugestão do Deputado Vitor Sapienza de convidarmos Reitores de faculdade.

O Senhor sugere por onde começar, Deputado.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu entendo, Presidente, mesmo não havendo requerimento, eu penso que nós deveríamos deliberar sobre isso nessa sessão.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Sr. Presidente, eu acho que nós aprovamos, minha opinião é que nós aprovamos cinco requerimentos, e esse já é um bom ponto de partida. A minha sugestão é que nós utilizássemos a próxima reunião já de preferência com um dos convidados, para ganharmos tempo, e na próxima reunião à gente pudesse ter conhecimento dos próximos requerimentos, ou que a gente pudesse fazer uma sessão ou aguardar o momento para deliberarmos sobre os demais convites. Para ter um método de aprovação e para a gente poder planejar o trabalho. Não tenho nenhuma avaliação a respeito dessa lista. E acho que ela pode enriquecer muito.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Eu concordo com o Sr. pela sistemática que nós temos que seguir. Então, caro Deputado Vitor, cuja sugestão muito me agradou, ver por onde a gente começa, sugestões, quais Reitores nós convidaríamos.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu traria o Dr. Hermes, que é Presidente de todas as entidades privadas, que administra em São Paulo as entidades. Seria o começo (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Da Deputada Lecí?

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Isso. Já seria o começo, uma vez que em condições, conhecendo praticamente todas as universidades particulares e dar uma visão global do que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Então na próxima reunião deliberamos.

O SR.– Sr. Presidente, a sugestão parece que estava sendo acatada por V. Exa. e não houve manifestação contrária. Deputado Simão Pedro, se eu entendi, primeiro que chamasse os estudantes... Siga essa ordem do requerimento como foi votado. Uma sugestão de organograma de trabalho que eu acho que seria... Em seguida nós podemos ouvir o Reitor...

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - Pela ordem, Sr. Presidente? Dentro do que está sendo proposto, qual o objetivo? O objetivo não é o aluno, não é a União Estadual, e sim o funcionamento das universidades. Então, o andamento desse esquema de seguir uma certa ordem, V. Exa. na minha maneira de ver, tinha que trazer o chefe, e o chefe quem é? O cara que preside a entidade, que congrega todas as entidades particulares. Depois vamos entrar no detalhe. Não é o fato de V. Exa. ter lido primeiro o requerimento da UNE ou da União Nacional que deve comandar. Se a sua Secretária tiver invertido, ao invés de pegar a primeira folha colocasse a segunda, seria votado desse jeito? Não é. Dentro de uma certa ordem, tem que ter um certo raciocínio e uma certa sequência. Não vamos começar pelo fim.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Mesmo porque, Deputado, entraram todos no mesmo dia e não tem (ininteligível). Nós vamos ouvir os estudantes, mas vamos procurar atender o Deputado Sapienza se todos concordarem.

O SR. – Não tem dificuldade em atender o Deputado de maneira alguma. Queremos ouvir também o Reitor. A dificuldade é que para que também possamos ter um relatório da situação real das universidades, é necessário ouvir principalmente aqueles envolvidos, que são os estudantes. Também os profissionais da area. Queremos ouvir a todos. Vai convidar a todos no mesmo dia? O requerimento só foi desses? Então...

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Eu acho que no primeiro dia convidaríamos um só, porque nós temos que fazer a nossa reunião e votar os nossos... Deputado Sapienza, nós traremos só o Professor Hermes nesse dia, porque nós temos que dar sequência a nossa reunião, de votação dos requerimentos. E na próxima reunião, os Deputados tratam as suas sugestões através de requerimento, que nem fez a Deputada Lecí Brandão. A única Deputada que fez de forma correta.

A SRA. LECÍ BRANDÃO – PCdoB - Pela ordem, Sr. Presidente? Porque assim, eu tenho procurado humildemente, devagarzinho, ir ouvindo os mais experientes, os mais antigos. Mas na verdade não houve nenhuma intenção da minha parte de colocar quem era o primeiro ou o segundo ou terceiro. Nós entregamos os requerimentos, foram lidos sem essa preocupação. Mas se houver qualquer problema nesse sentido, eu sugiro que a gente pare dois minutos aí e conversamos aqui, e organizamos o trabalho. O que a gente quer é que as coisas corram na paz.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Geraldo. Nós temos a honra de ter dois Geraldos aqui, um que foi Prefeito e outro que vai ser.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Eu não estou entendendo, Sr. Presidente. Afinal de contas, a próxima reunião é quando e a pauta vai ser convocada (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Se o Professor Hermes puder na próxima semana, será na próxima semana com o Professor Hermes e os nossos requerimentos que serão votados aqui...

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – É evidente que eu gostaria de ouvir primeiro os estudantes, mas também estou à disposição para ouvir o Reitor também.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Nada mais havendo a tratar, nós damos por encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos e desejando a todos um bom semestre.

* * *

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ENSINO SUPERIOR

10/08/2011

PRESIDENTE – DEPUTADO CELSO GIGLIO - PSDB

CPI – ENSINO SUPERIOR

10/08/2011

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 2ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de apurar a real situação do Ensino Superior, praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo, com a seguinte pauta: ouvir o Professor Hermes de Figueiredo Ferreira, Presidente da Cemesp, Sindicato das Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo, convidado para fazer exposição sobre o tema em tela. Deliberar sobre requerimentos, outros assuntos de interesse desta CPI.

Solicito à Secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC- Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – O pedido de V.Exa. é regimental. Em discussão. (Pausa.) Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Eu registro a presença dos nobres Deputados Adilson Rossi, Deputada Leci Brandão, assídua, que com a sua sabedoria abrilhanta esta Comissão, nosso decano, Vitor Sapienza, mestre de todos nós, Deputado Geraldo Vinholi, grande Deputado e companheiro e este Deputado na Presidência. O Deputado Simão Pedro, que é o relator e está chegando nesse momento.

Colocaria em pauta, pediria aos Srs. Deputados para deliberarmos a respeito de alguns requerimentos ao início desta sessão, é um requerimento da minha autoria ... Eu solicito ao Deputado Adilson Rossi, já que o requerimento é meu, para assumir a Presidência dos trabalhos.

* * *

- Assume a Presidência o nobre Deputado Adilson Rossi.

* * *

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Requerimento do nobre Deputado Celso Giglio, Presidente desta Comissão, com o seguinte teor: “Requeiro, nos termos do Regimento Interno, que sejam convidados à Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com o propósito de investigar a qualidade de Ensino Superior, para prestar esclarecimentos sobre a matéria, o Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Paulo Alexandre Barbosa; o Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, a Fapesp, Professor Celso Lafer; Diretora Superintendente do Centro Paula Souza, Professora Laura Laganá; o Presidente do Conselho Nacional de Educação, Antônio Carlos Caruso Ronca; o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPQ, Gláucios Oliva; o Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Jorge Almeida Guimarães; o Presidente da Seccional-SP da Ordem dos Advogados do Brasil, Luis Flávio Borges D’Urso; o Professor José Goldemberg, que foi Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Secretário de Ciência e Tecnologia e Secretário de Meio Ambiente, da Presidência da República, Ministro da Educação do governo federal e Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e a professora Eunice Ribeiro Duan, que foi Presidente da CAPES nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, vice-Presidente da SBPC e atualmente é diretora científica do Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP, Nupes. Esses são os indicados nesse requerimento do Deputado Celso Giglio, para que sejam convidados e ouvidos na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PSC - Gostaria de fazer uma ponderação, sem dúvida alguma as pessoas aqui citadas, todas elas têm um peso enorme e no sentido de nos esclarecer uma série de dúvidas que possam vir a existir no objeto desta CPI. Mas eu queria ponderar o seguinte, eu entendo que nós temos que estabelecer prioridades, todo esse pessoal, se formos ouvir, todos eles, vamos superar o tempo destinado para vigência dessa CPI. Então dentro desse quadro eu faria uma ponderação ao nosso Presidente, mesmo porque nós já temos o requerimento da Deputada Leci, no sentido de convocar, ou melhor, convidar pessoas. Eu sou totalmente contrário à votação em bloco, eu gostaria que o nosso Presidente estabelecesse uma prioridade dentro desses nomes que ele está pedindo e a gente depois viria “fulano vem aqui, depois vem beltrano, tem outros membros da comissão, que também tem interesse em trazer pessoas que veio nos esclarecer da forma como o Presidente abrangeu, praticamente tem dez ou doze personalidades de interesse para esta comissão, porém eu entendo que de repente nós vamos ficar somente ouvindo aqueles que o Presidente indicou. Então, a minha ponderação, Sr. Presidente Celso Giglio, é no sentido de que V.Exa. fizesse uma revisão no requerimento que V.Exa. apresenta e viesse estabelecer uma prioridade dentre esses nomes que V.Exa. está indicando. Então essa ponderação, nobre Deputado Geraldo Vinholi, é no sentido de permitir também que os demais membros tenham condições de trazer e nós termos condições de ouvir a oitiva de outras personalidades.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Muito bem, Deputado Vitor Sapienza...

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Gostaria de ouvir também a opinião dos demais, senão de repente parece que eu quero conduzir tudo.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Continua em discussão o requerimento do nobre Deputado Celso Giglio.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Primeiro quero cumprimentar a todos os meus colegas e cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Professor Hermes, desde já agradecê-lo pela presença, pela colaboração. A princípio não tenho objeção em relação a gente aprovar o máximo de requerimentos, de convocação, como estamos fazendo convites, provavelmente nem todos poderão vir no prazo que temos para concluir os trabalhos. Poderia seguir a sugestão do Deputado Vitor Sapienza e a gente fazer votação por votação de cada um dos nomes, com as respectivas justificativas, mas também não vejo problema. Eu sou daquela linha que deveria aprovar o máximo de nomes, tentar depois organizar em blocos e aí organizar o cronograma e os nossos trabalhos poderem fluir.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Geraldo Vinholi.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB - Quero cumprimentar a todos os meus colegas, a Mesa, o Professor Hermes, eu acho que esta CPI está procurando primeiro se inteirar do que está acontecendo e muitas das autoridades aqui convidadas nesse ofício, como em outros já aprovados, é para que possamos ter uma boa noção do que está acontecendo na visão dessas autoridades, especialistas, no setor. No entanto, Sr. Presidente, me parece que nós deveríamos ter aqui um planejamento dos trabalhos no sentido de que pudéssemos nesses convites organizar, de forma que em blocos pudéssemos ter o conhecimento desejado, para que em seguida nós pudéssemos então ouvir, convocar aqueles que são o motivo real dessa CPI, que são as faculdades, universidades particulares com tudo aquilo que nós sabemos, seja na qualidade de ensino, seja nas altas taxas, seja na reprovação. Enfim, tudo isso, que possamos então num primeiro momento organizar para ouvirmos para tomarmos conhecimento e em seguida então que pudéssemos chamar essas outras pessoas. Se nós ficarmos o tempo todo ouvindo só para tomarmos conhecimento talvez não vamos ter ação necessária para as universidades, faculdades privadas. Então, a minha proposta é no sentido de nenhum problema de aprovar, mas que seja feito um planejamento de organização para avançarmos nas próximas reuniões. Quem vamos ouvir primeiro, em blocos, para não ultrapassar também aqui os limites de tempo e não conseguirmos ouvir as pessoas adequadamente.

O SR. CELSO GIGLIO – PSDB – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Celso Giglio.

O SR. CELSO GIGLIO – PSDB – O nosso objetivo com esse requerimento é ter vários nomes, claro poderemos fazer a seguir aí uma avaliação e também para que a CPI possa andar, porque nós temos um prazo, esse prazo poderá ser prorrogado ainda, mas mesmo assim fica apertado e nós temos que ter condição de trazer aqueles que se dispõe vir, segundo a nossa agenda. Então estaremos autorizados a convocar, o que não impede que façamos, conforme a proposta do Deputado Adilson Rossi, propositura do Deputado Adilson Rossi e mesmo do Deputado Simão Pedro, no sentido de termos autorização, como temos aqui de outros colegas um pedido de convite para algumas outras pessoas. Então nós aí teremos um rol suficiente de pessoas para que a CPI possa ouvi-los talvez em bloco e da melhor forma que possamos fazer, no sentido de que não deixemos de ouvir ninguém que possa dar subsídios para que nós esclareçamos essas questões de vez.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem a nobre Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Cumprimentando aqui os meus pares e alguns mestres também, não é nenhuma objeção à aprovação do seu requerimento e sigo a mesma linha do Deputado Simão Pedro, para que a gente veja as prioridades, fazer um planejamento, para que não haja nenhuma ação que possa prejudicar esta CPI. Muito obrigado.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Ouvimos as ponderações de todos os membros presentes nesta CPI, vamos colocar em votação o referido requerimento e eu acredito que depois estaremos organizando o cronograma das pessoas que serão convidadas e até a sugestão feita pelos nobres deputados, fazermos essas convocações em bloco.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Desde que seja agrupado, eu ainda continuo a pedir ao Presidente efetivo que faça um agrupamento desse pessoal, por exemplo um grupo A,B e C, outro grupo C,D e E, porque da forma, eu com toda a sinceridade, em todas as votações que eu participei eu nunca votei em bloco, eu não voto em bloco porque a gente conhece a Casa, foi, não foi, eu volto e reitero o meu ponto de vista, eu sou contra o voto em bloco, se for vencido eu aceito, tudo bem, mas não aceito votação em bloco. Não tem no Regimento nada que vote em bloco.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Nós estamos, nobre Deputado Vitor Sapienza, votando apenas esse requerimento, então não é uma votação em bloco.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – É bloco sim, nesse requerimento estamos aprovando a convocação de uma série de pessoas. Dentro desse contexto...

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Levando em conta as ponderações já feitas pelos nobres deputados, que todos colocaram as suas ponderações. Em votação o referido requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Eu devolvo a Presidência ao nobre Deputado Celso Giglio.

- Assume a Presidência o nobre Deputado Celso Giglio.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Requerimento do nobre Deputado Geraldo Vinholi: “Os meus cordiais cumprimentos, solicito que esta Comissão Parlamentar de Inquérito requeira informações quanto às condições de acessibilidade das instituições de Ensino Superior listadas abaixo: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Uniban-Brasil; Universidade Nove de Julho- UniNove; Universidade Paulista- UNIP; Universidade de São Paulo –USP”. Em discussão o requerimento do nobre Deputado Geraldo Vinholi. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

É acessibilidade, é ingresso, acesso ou acessibilidade...

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Eu gostaria de solicitar que fosse lido novamente o requerimento.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – É um requerimento onde ele requer informações quanto às condições de acessibilidade das instituições de Ensino Superior listadas abaixo, PUC, Uniban, UniNove, UNIP e USP.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Sr. Presidente, só ponderar que a USP não é objeto de avaliação dessa CPI.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – São só universidades privadas.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Geraldo Vinholi.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Na verdade nos chegou a informação de que muitas das universidades não atendem hoje aos requisitos, seja na acessibilidade a deficientes, nas mais variadas necessidades e também não existe um levantamento com relação a isso. Então, eu gostaria de primeiro retirar do requerimento a USP por não fazer, mas dar essa explicação aos nobres pares para que possamos ter também, não só na qualidade de ensino, mas a possibilidade dessas pessoas com alguma deficiência de poder ter o acesso pleno em cada um dos seus prédios.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Requerimento do nobre Deputado Simão Pedro. O Deputado tem três requerimentos, convidando o Sr. Celso Napolitano, Presidente da Federação de Professores do Estado de São Paulo. Ela é composta, é a FEPESP, composta por 22 Sindicatos de Professores que representam cerca de 80% dos professores da rede privada da Educação básica e Ensino Superior no Estado de São Paulo. Portanto, a oitiva do representante dos professores do Ensino Superior Privado é fundamental para se formar o quadro objeto da presente CPI. Em discussão. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Outro requerimento do nobre Deputado Simão Pedro, “Convite ao Sr. Júlio César Dorigan, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas – CRUESP. A oitiva se

faz necessária para a CPI, pois o CRUESP faz estudos de instituições de pesquisa e aporte de recursos, tanto em universidades públicas e privadas, analisando a oferta de vagas, reprodução científica do magistério superior”. De autoria do Deputado Simão Pedro. Em discussão. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Outro requerimento: “Convidamos o Sr. Ubert Alquieres, Presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. O CEE atua como órgão normativo, deliberativo e consultivo do sistema educacional público e privado paulista, seja presencial ou a distância. Trata-se de órgão simultaneamente de esclarecimento e de proposta de soluções e assim pode exercer a sua missão no objetivo maior de qualificar a educação paulista, pública e privada de todos os níveis.” Em discussão. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Outro requerimento: “Convite à Sra. Eloísa Daruis Borsari, Presidente da ADUSP – Associação de Docentes da USP. A oitiva se faz necessária, pois a ADUSP tem grupo de trabalho sobre Ensino Superior privado e poderá trazer o assunto acumulado. Ademais, existe o problema da ameaça de privatização do Ensino Superior público, representado pelas fundações privadas, ligadas às universidades, sobre as quais a ADUSP também tem grande acúmulo de estudos. O ensino a distância é outro assunto com acúmulo na Associação e que deve ser objeto de estudo pela CPI. Em discussão. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Aprovado na semana passada, o Professor Luis Antônio Barbagi, Presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo, Sra. Malvina Tania Tutman, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisa Educacional, Sr. Daniel Liesco, Presidente da União Nacional dos Estudantes, Sr. Alexandre Shemon, Presidente da União Estadual dos Estudantes.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Geraldo Vinholi.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Sr. Presidente, eu confesso que eu estou um pouco perdido de todas as pessoas que nós já aprovamos o convite ou convocação. Se V.Exa. poderia solicitar à secretaria que passasse a cada um dos membros um quadrinho depois da reunião para que pudéssemos tomar conhecimento pleno de tudo que está aprovado nessa CPI, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO- PSDB - Determino à secretária que o faça. Deputado Simão Pedro, Deputada Leci Brandão, eu acho que nós poderemos, após essa reunião, ou mesmo na parte da tarde, ou amanhã sentarmos um pouco, discutirmos e fazermos uma relação de prioridades, uma vez que nós temos os nomes aprovados, quem sabe possamos ouvi-los todos, mas tentar formar grupos e eu pediria ajuda dos senhores para que pudéssemos fazer isso em conjunto. Eu vou tentar marcar com o gabinete de V.Exas. para a parte ou para amanhã...

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Sr.Presidente, pela ordem.

O SR. CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Deputado, qual é o prazo que nós temos para concluir a CPI, o prazo regimental.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Cento e vinte dias a partir de 21 de junho, mas desconta o recesso...

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB - Desconta o recesso.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Então temos mais seis meses. Só precisamos checar se desconta o recesso.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Desconta, eu achei que era mais exíguo o prazo, eu ia sugerir que a gente fizesse um dia inteiro de oitivas, sei lá, a parte da manhã, a parte da tarde até para a gente ganhar tempo, ter tempo para elaborar o relatório, discutir o relatório.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – A gente poderia discutir nessa reunião ou na próxima reunião, a nossa intenção é encaminhar da forma mais democrática possível, sobretudo atendendo o nosso querido decano, que é o nosso orientador maior.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Geraldo Vinholi.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Junto com essa relação que eu solicitei anteriormente e pensando já nesse planejamento dos trabalhos desta CPI, eu acho que V.Exa. juntamente com o relator poderiam apresentar o plano, se não houver condições, apresenta já com antecedência em relação à próxima reunião, que aí já cada um traz a sua sugestão e já aprovamos tudo isso na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO - PSDB – Perfeito, Deputado. Já está entre nós, eu pediria que se dirigisse aqui à Mesa o Professor Hermes de Figueiredo Ferreira, nosso convidado nesta data e que se faz acompanhado do Dr. José Roberto Kovachi, que é da Sociedade de Advogados.

Tem a palavra o Professor Hermes, o Professor Hermes sabe do objetivo da nossa CPI, que tem a finalidade de apurar a real situação do Ensino Superior, praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo. Na verdade, Professor, há uma inversão aqui no nosso país, os alunos de baixa renda freqüentam as escolas públicas nos cursos fundamental e básico e quando vão fazer o vestibular para a faculdade não tem condições de passarem no vestibular que requer cursinhos cada vez mais sofisticados, o ensino primário e fundamental de bom nível. Então, as universidades públicas têm acesso geralmente, os alunos de classe superior e os alunos das classes mais baixas acabam indo para as faculdades privadas, com grande sacrifício e nem sempre conseguem disputar vaga no mercado de trabalho com aqueles que freqüentaram as universidades públicas, que são geralmente as melhores do país. Isso não quer dizer que não existem faculdades privadas boas, claro que existem muitas que são boas, mas sabe-se também que muitas delas o ensino deixa a desejar e esse ensino, geralmente, é destinado a esses alunos que não conseguiram pelas razões aqui representadas adentrar nas escolas públicas. Então, nós estamos tentando esclarecimentos sobre esse assunto, quais as causas desse fato, buscando enfim contemplar uma melhoria de ensino nas nossas universidades. O senhor tem a palavra.

O SR. HERMES DE FIGUEIREDO FERREIRA – Nobre Deputado Celso Giglio, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, o meu bom dia, bom dia aos demais deputados, senhoras e senhores presentes, para nós não deixa de ser uma surpresa, tenho que registrar a instalação dessa CPI, já que entendemos a avaliação do Ensino Superior privado é de única e exclusiva competência do governo federal através do seus órgãos para isso constituídos, que é o MEC e assessorado pelo Instituto Anísio Teixeira. O sistema particular de Ensino Superior não está sob alçada do governo estadual, porém aqui comparecemos com maior prazer, com enorme respeito a esta Casa, às suas atribuições e também parabenizando por essas preocupações, é uma preocupação de toda sociedade, não tão-somente a qualidade do Ensino Superior oferecida pelas instituições particulares de ensino, deve ser uma preocupação como um todo pela qualidade do Ensino Superior, oferecido pelas fundações municipais e pelas universidades ou faculdades estaduais. É uma preocupação permanente nossa e extensivamente deve ser uma preocupação de toda a sociedade e de todas as autoridades constituídas, mas é um prazer aqui trazer algumas informações, qual a real importância e o significado da iniciativa privada no Ensino Superior no Brasil e notadamente no Estado de São Paulo.

Eu pediria licença aos senhores para me ausentar aqui da Mesa para poder acompanhar o quadro, que o Dr. José Roberto, nosso assessor jurídico, vai me assessorar para poder passar o quadro. Depois disso, ficarei à disposição dos senhores quanto tempo for necessário e para dar as informações que eu julgar competente para fazê-lo. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO - O papel da iniciativa privada no Ensino Superior, principalmente no desenvolvimento social, econômico paulista, é uma apresentação do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior particular no Estado de São Paulo. Nosso Sindicato foi fundado em 1979 e congrega todos os mantenedores de instituições de ensino particular sediadas no Estado de São Paulo, é o único sindicato patronal que se contrapõe ou que tem uma parceria de colaboração com cerca de 50, 60, 70 sindicatos que representam professores regionalmente ou funcionários que trabalham em estabelecimentos de Ensino Superior. Tem como objetivo preservar, proteger e defender o segmento privado de educação, bem como prestar serviço de orientação especializados dos seus associados. O sindicato é instalado em sede própria, no Ipiranga etc. e tal.

O Sindicato tem uma posição de liderança e representatividade junto aos mantenedores e sociedade, no seu papel de preservar, proteger e defender os interesses das CIES privadas, o CEBESP (?) ampliou a sua interlocução com a sociedade e com o governo. Ele hoje representa 387 entidades mantenedoras, que mantém, que são mantenedoras por sua vez de 504 instituições de ensino, isso se dá pelo seguinte, vocês pegam por exemplo o objetivo, é uma entidade mantenedora e tem mais de um estabelecimento de ensino, por isso tem 387 instituições de personalidades jurídicas e 500 e tantas escolas. A situação atual da educação brasileira, porque nós do sindicato acompanhamos toda a evolução do sistema privado de ensino, o CEBESP pertence, e eu faço parte,

do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior particular no Brasil, composto de ANUP, que é a Associação Nacional de Unidades Privadas, ABRAF, que é a Associação Nacional das Faculdades Isoladas, a ANACEU, que é a Associação Nacional de Centros Universitários. Acho que é só. E o sindicato, como é o órgão de maior representatividade no Brasil, ele então faz parte desse fórum, que tem acesso ou tem interlocução com as autoridades federais, quer no Congresso Nacional, quer no MEC, quer no INEP.Então para que o sindicato não vá sozinho, tem um posicionamento, a ANUP, outros, então constituímos o fórum nacional das entidades representativas. Então nessas audiências no MEC, no INEP, no Congresso Nacional vão os presidentes dessas entidades para ter uma unicidade de discurso.

O Ensino Superior particular é de autorização, avaliação e supervisão do Ensino Superior privado, o Ensino Superior privado está vinculado ao sistema federal de educação, cabe a autorização e a supervisão ao Ministério da Educação e assessorado pelo INEP, que é o Instituto Nacional Anísio Teixeira, que faz o Provão, que faz o Enem e constitui as comissões de avaliação “in loco” que visitam as instituições de ensino e depois faz um relatório que vai para o MEC.

A consciência do atraso no Brasil, em termos educacionais, é fundamental para análise dos desafios, dois indicadores comprovam o atraso de um século da educação no Brasil. Os Estados Unidos completaram a universalização de acesso ao Ensino Fundamental no final do século XIX, 1897 precisamente, e nós completamos a universalização do Ensino Fundamental em 1997. É simplesmente um século de atraso, é contra esse atraso que nós temos que trabalhar e não nas suas bordas, na sua periferia, nós temos que atacar o atraso de cem anos em termos de educação.

Nos Estados Unidos a proporção de jovens matriculados no Ensino Superior, no início do século XX era de 9%, muito parecida com a situação do Brasil hoje, 12%, cem anos depois. A taxa de escolarização líquida no Ensino Superior, em 2008, segundo o Censo da Educação, o senhor vê, eu não consigo enxergar daqui, o Brasil 12,4%, São Paulo 16,4 e eu vou explicar porque essa diferença de escolarização, porque aqui o ensino privado tem maior preponderância. Essa diferença de Brasil e São Paulo deve muito ao ensino privado.

Contribuição do ensino privado no desenvolvimento da educação superior e do Estado de São Paulo especificamente. Aqui nós temos o número de matrículas do Ensino Superior no Brasil, 74% dos alunos universitários estão matriculados na iniciativa privada, em escolas privadas, no Estado de São Paulo esse percentual é de 90, 92, 93%, o número de matrículas no Ensino Superior no Estado de São Paulo, 87%, esse aqui é de 2008, alunos da rede privada, você tem aqui em 2009 na rede pública nós temos 183 mil alunos matriculados, na rede privada um milhão, 217. Ao lado da informação tem uma provocação, imagina os senhores, o Brasil como sendo a sétima, oitava economia do mundo, querendo ser a quinta daqui alguns anos, qual seria a participação dentro dessa economia se não fosse a contribuição da iniciativa privada com um milhão e duzentos mil estudantes universitários. Sobreviveria com 180 mil alunos? Eu acho que não.

O impacto econômico do setor de Ensino Superior privado no Estado de São Paulo, ele hoje emprega 117 mil funcionários colaboradores, sendo 63 mil professores e 54 mil técnicos administrativo. Tem um faturamento estimado de mensalidades, de sete bilhões e meio, massa salarial anual de quatro bilhões. O custeio da universidade ou da educação, 70% é folha de pagamento e nós não fomos beneficiados com a isenção da quota patronal, e uma das maiores incidências, a nossa despesa é funcionário e professor.

Investimento anual de 700 milhões, como acervo de biblioteca, equipamentos, obras e reformas, geração anual de 315 milhões de renda indireta, alimentação, moradia, transporte, material escolar. Mais de oito mil projetos sociais por ano, o que quer dizer isso, toda escola tem uma pró-reitoria, tem um departamento, uma diretoria de relacionamentos com a comunidade, esses projetos sociais normalmente estão atrelados às nossas clínicas e aos nossos serviços sociais, desenvolvido por clínicas de odontologia, clínicas de medicina, clínicas de psicologia e escritórios jurídicos que dão atendimento, todos os serviços são gratuitos, oferecidos à sociedade. Tenho tido na minha universidade e também na dos colegas, que quando somos visitados por autoridades, quer estaduais quer federais e que visitam as nossas clínicas de odontologia, de fisioterapia, eu tinha esquecido de dizer, de enfermagem, chegam a suspirar, quem sabe um dia as nossas universidades estaduais terão clínicas e laboratórios tão bem equipados, como tem as particulares. Sete milhões de pessoas por ano.

Impacto do Ensino Superior privado na formação da mão de obra e na empregabilidade do Estado de São Paulo. Isso aqui, minha gente, o nosso nobre Presidente da Comissão manifestou preocupação quanto à empregabilidade dos alunos egressos da escola particular. Isso é uma ideia deturpada, equivocada, porque a empregabilidade dos nossos egressos é superior da pública. Isso aqui é uma pesquisa feita por empresas de pesquisa independente. Então fizemos já por duas ou três vezes pesquisas entre as 500 maiores empresas da Revista Exame, por empresas de pesquisa, sobre a origem do seu funcionário, desde a presidência até nível de gerência. Então temos aqui a empregabilidade, considerando presidência, alta diretoria, médio escalão, analista e técnicos recém formados, nós temos como origem do ensino público 14%; origem do sistema privado 86%. Eu acho que nesse plenário, incluindo nobres deputados e o público que está aqui presente prestigiando essa sessão, essa estatística pode ser confirmada que deve ser verdade, todos passaram por alguma escola particular, na graduação ou em cursos de pós-graduação, 86%. Quanto mais jovem maior é a força do ensino particular, até 25 anos é justamente essa nova onda de procurar o Ensino Superior, que houve um reconhecimento, nunca se falou tanto em educação, tanto é que está havendo essa

CPI aqui, nunca se falou tanto em educação, nunca a educação ocupou tanto espaço na mídia, nunca a educação ocupou tanto espaço no discurso dos homens públicos, principalmente dos candidatos, não depois de se tornarem homens públicos, mas o candidato ocupa 90% do seu discurso, tendo como base eleitoral a educação. Isso é bom, isso é bom, é um problema que existe, é um desafio que existe e temos que enfrentá-lo. Então, houve um convencimento da sociedade, que a educação é o grande trampolim de ascensão social, econômica, cultural etc. e tal. Estamos numa fase, minha gente, que talvez 80% dos jovens universitários é o primeiro membro da família, que está na universidade, porque até então antes de ter essa abertura ou essa possibilidade da iniciativa privada investir e arriscar como capital de risco, entrar no Ensino Superior, realmente o Ensino Superior era destinado a uma minoria, elite econômica social.

Com a abertura das unidades privadas houve a possibilidade de uma maior inclusão daqueles jovens que precisam trabalhar durante o dia e se auto sustentar, se auto financiar na escola particular, já que os governos federal, estadual e municipal não oferecem vaga suficiente de acordo com a demanda. Então o ensino particular é complementar, hoje está se tornando o público complementar ao particular, daí essa preocupação que os senhores têm que pode ser uma privatização do Ensino Superior, mas é por omissão ou incapacidade do governo federal, estadual, municipal suprir essa demanda de necessidade de Ensino Superior.

A força do ensino particular no segmento econômico, na indústria 88% origem, ensino privado, no comércio 83%, na construção civil 84% e no turismo 88%. Então, você vê que a nossa ocupação, a ocupação dos egressos no mercado de trabalho é igualmente proporcional à sua representação de estudantes. Então, por que essa falsa ideia que o sistema particular não oferece condições de empregabilidade, se o mesmo percentual de 80 a 90% desses postos de trabalho é ocupado por egressos da rede privada. Então, precisamos começar a consertar.

Outra observação que também temos que fazer, a elite A, A,A, que não é os Estados Unidos, que tem A mais, a elite A,A,A já não procura escola pública, ela procura as melhores escolas privadas, e eu posso falar com segurança, porque eu sou originário da escola pública, eu sou uspiano. Então eu sei, conheço os dois lados, posso dizer que conheço os dois lados, estou no Sindicato da Entidade Mantenedora desde 93 e como educador, empreendedor desde 1965. Portanto, a minha instituição tem 46 anos de atividade e não estamos brincando de ser educadores, nós temos preocupações sociais muito sérias.

Crescimento profissional corre igualmente entre egresso do ensino particular e do público para jovens profissionais. Quando terminou o seu curso ou no ano seguinte você mudou de emprego, mudou de cargo, veja a importância do Ensino Superior. Mudou de cargo, o verde é sim, 62% dos egressos ao se formarem mudam de emprego imediatamente, porque novas possibilidades, 58% da particular, 62% do público. Ensino Superior particular propicia uma elevação salarial média de 55% em três quartos dos jovens profissionais, teve alteração salarial formatura, está lá, evolução média salarial em termos de salário após a conclusão do curso superior, média 55% de aumento do seu salário. Na pós-graduação ensino privado é também o principal formador de cursos posterior ao bacharelado, que são os famosos “latu sensu”, MBA especialização de modo geral em todas as áreas do conhecimento, 15% para público, 85% das particulares. Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgar necessário.

- Assume a Presidência o nobre Deputado Adilson Rossi.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC - Queremos agradecer a exposição do professor Hermes e abrir a palavra aos nobres Deputados, certamente terão algumas perguntas a fazer ao professor.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Professor Hermes, queria fazer uma ponderação e depois uma indagação. Quando V.Exa. mostrou toda aquela parte de retribuição, que é dada aos funcionários, que é dado aos professores, eu entendo que V.Exa. se referiu à Universidade Cruzeiro do Sul, que eu conheço, eu entendo que uma boa parte delas não dá esse tipo de assistência que V.Exa. deu essa ênfase. Essa ponderação eu estou fazendo porque eu conheço profundamente a sua história, conheço a sua preocupação pelo social e para mim, como eu entendo para os demais membros nesta comissão, tivemos um passado uma proposta do Deputado Vaz de Lima, no sentido de fazer com que os que ingressam nas faculdades públicas em relação à declaração do imposto de renda de cada um deles fosse cobrado algo que viria justamente preencher aquilo que V.Exa. colocou e bem a insuficiência de recursos do governo para atender a demanda dos futuros profissionais. Queria saber qual a sua opinião, no sentido de que após a formatura, aqueles que tiveram condições de usufruir do imposto recolhido pela comunidade, uma forma deles retribuírem através de pagamentos que poderiam ser feitos em alguns anos na relação direta com o seu imposto de renda. É muito comum, mas isso não no nível só de São Paulo, como nível de Brasil, mandarmos

técnicos formados pelas universidades do exterior, eles assinam compromissos que na volta vão compensar todo o investimento e como a maioria das vezes eles são superdotados eles acabam ficando no país, eles não voltam mais e quem pagou tudo isso foi uma comunidade através de impostos e a gente sabe bem que, infelizmente, nesse ponto o professor Hermes nos deu uma lição, vindo confirmar aquilo que eu penso, o ingresso no Ensino Superior gratuito em 75 a 80% é a classe A,A,A que entra, mercê de cursinhos que eles fazem, eles adquirem uma possibilidade maior de um concurso, mas para que não perca o objetivo gostaria que V.Exa. focalizasse esse pedido que eu lhe faço sobre o pagamento após a formatura, que foi gratuita dentro do ensino público universitário.

O SR. HERMES DE FIGUEIREDO FERREIRA – Nobre Deputado e amigo Vitor Sapienza, respondo a sua pergunta com a maior tranquilidade, se formos obedecer a Constituição Federal, nós vamos encontrar que o governo federal está desobrigado de oferecer Ensino Superior gratuito, o que diz a Constituição que quando oferece tem que ser gratuito, mas não é obrigado a fazê-lo. Já que o Ensino Superior não pode ser universalizado gratuitamente, não deixa de ser um privilégio desnecessário e até acintoso para os demais cidadãos estudar em escolas públicas de primeira qualidade, primeira linha, recebe dinheiro de toda a sociedade e privilegia uma minoria. É justo sim que aqueles que após a sua formatura vão desfrutar o resto de sua vida daquela profissão que lhe foi propiciada pelo Estado, ele retorne alguma coisa para esse estado que privilegiou, quer como uma contribuição que pode ser fixada a um determinado período de tempo, como também de serviço naquelas áreas que o Estado oferece esse serviço, como educação propriamente dito, na área de saúde, todas aquelas profissões de estado. Hoje, Deputado, podemos informar a V.Exa. que recentemente o Estado do Amazonas fez um concurso público para contratação de médicos, que eles chamam de ribeirinhos, aqueles consultórios, ambulatórios volantes, que na Amazônia é feito pelos rios e simplesmente com um salário de oito mil reais as vagas não foram preenchidas e todos esses concursos, esses médicos, é um caso específico que estamos citando, formaram-se nas escolas públicas e estão com consultório na Rua Itapeva, na Avenida Paulista, no Sítio Libanês, no Einstein, desenvolvendo uma carreira pessoal, própria, onde só é beneficiado o paciente que ele trata evidentemente, que nós devemos respeitar o cuidado e a capacidade médica em salvar nossas vidas, porque se não fossem os médicos, a evolução da indústria farmacêutica, possivelmente eu não estaria aqui, porque a custa de um remédio de manhã, azul, a noite o branco você vai prolongando a sua vida, nós temos que agradecer também. Mas eu acho que devemos estudar uma fórmula de haver um pagamento, eu me formei na USP, não paguei nada, embora fosse pobre, estudei a noite, mas chegou um certo ponto da minha vida que eu podia devolver alguma coisa assim, teria que devolver ou em dinheiro ou em serviço. Acho que é um projeto meritório que deve ser estudado com carinho.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE- ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Geraldo Vinholi.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Cumprimentar o Professor Hermes pela exposição, eu creio que acrescentou muito no conhecimento dos membros desta comissão, mas gostaria até de ouvir pela sua experiência o seu ponto de vista com relação ao seguinte, eu tenho um projeto aprovado aqui nesta Casa e vetado pelo governo do Estado que está para avaliação novamente aqui da Casa, onde o maior número de solicitações que eu recebo por ser do interior são de famílias que não conseguem pagar a faculdade, são mães chorando dizendo que não há condições de fazer o pagamento e as pessoas, esses jovens abandonam muitas vezes, eles não conseguem o financiamento do ensino. Tem faculdades que estamos há dois anos acompanhando diariamente e é uma verdadeira mentira, porque eles passam para os alunos de que tal dia poderá ter acesso ao financiamento e não conseguem. Quanto ao meu projeto, em função disso, eu imagino, até baseado no modelo do Chile, de que não há estudo gratuito lá, todo mundo paga um pouco e que temos lá um Ensino Superior de qualidade e baseado até nas afirmações que todos nós conhecemos aqui na exposição do Deputado Vitor Sapienza, de que quem estuda em universidade pública é muito mais uma elite porque se prepara para esse acesso do que aqueles que têm dificuldades financeiras. Esse projeto prevê que deveríamos ter o levantamento de que as famílias, a renda familiar daqueles que têm uma alta renda familiar pudessem contribuir, mesmo estudando em universidades públicas e aqueles que estudam em universidades, faculdades privadas que têm uma renda familiar muito baixa, passasse a ter acesso, basicamente é uma distribuição de renda entre esses estudantes. Com isso nós não resolveríamos o problema, mas possivelmente nós teríamos aí uma grande parcela de contribuição. A primeira coisa que eu gostaria de ouvir é como o senhor enxerga isso, conhecendo os dois lados da universidade pública e da universidade privada.

E uma outra coisa, sabemos que o Ministério da Educação faz um acompanhamento anual das faculdades, faz até uma classificação daquelas que são melhores em qualidade de ensino e as que são piores. Mas independente disso quais as ações que são tomadas com relação a essas universidades, nós devemos ter aquelas que são ponta, que forma essas pessoas para ter emprego nas 500 maiores empresas e aqueles que não conseguem o emprego. Muitas vezes depende da

própria pessoa, mas se tem o levantamento todas as faculdades, daquelas que empregam mais e daquelas que não conseguem empregar, além desse levantamento das 500 maiores empresas. E com relação às 500 maiores empresas, se temos algum outro levantamento no geral, porque isso deve representar uma pequena parcela do que representa o geral da empregabilidade do nosso país.

Então resumidamente sobre o meu projeto, sobre essa classificação se temos um acompanhamento por universidade e se temos também alguma outra estatística mais abrangente além das 500 maiores empresas.

O SR. HERMES DE FIGUEIREDO FERREIRA – Inicialmente parabenizo o senhor pela iniciativa do projeto, porque realmente nós devemos ter coragem de nos sentarmos e discutir o assunto da gratuidade, sem nenhum critério para quem ingressa na universidade pública. É evidente que quem tem nós devemos privilegiar sempre o mérito, a universidade é o lugar da excelência, é lugar de líderes, é lugar de formação do quadro dirigente da nação e dos quadros dirigentes das empresas, lá é o lócus com raras exceções. Quando vai se constituir uma empresa ou vai buscar um profissional, se busca o profissional nas universidades ou os seus orientandos ou passar por grandes universidades. Então sem prejudicar o mérito eu acho que continua sendo o principal pré-requisito para ingressar numa universidade é o mérito, dentro dos que foram classificados aqueles que demonstrarem que podem pagar a escola deveriam fazê-lo, estabelecer uma faixa de renda, a partir dali ele paga a sua mensalidade para privilegiar, para dar mais oportunidade para outros que não podem pagar. O pagamento por serviço também é viável, pós-formatura, mas nenhum Estado hoje, principalmente hoje com essa crise que está e a cada década nos assola, nenhum país mesmo mais rico não tem condições de universalizar o ensino público superior gratuito, ninguém tem dinheiro para pagar essa conta. Então, se nós cobrarmos de quem pode pagar, nós aumentaremos a quantidade de pessoas que não podem pagar em frequentar a universidade. Então é um projeto meritório, mas que nós não temos coragem, nós somos covardes, é um discurso muito fácil de que tudo que é público tem que ser grátis, eu acho que deve ser desde que seja para todos, não pode ser para uma minoria. E o aluno, realmente o jovem super capaz, competente, inteligente, pode ser gratuito mesmo sendo rico, porque o gênio traz retorno, o gênio traz retorno, não importa se ele é rico ou é pobre e o gênio tem que ser prestigiado, ele tem que ser financiado, tem que ser apoiado, porque o retorno virá para ele pessoalmente e o gênio nunca pensa nele, o retorno é automático para a sociedade e para o seu país. Então aquele gênio, esqueça a riqueza, ele é um gênio, tem que ter um tratamento diferenciado. Claro, os medianos, como eu, pode pagar então paga, os que não podem pagar não pagam.

A segunda pergunta, eu me perdi um pouco no seu segundo questionamento nobre Deputado. Sobre o seu projeto, sobre a empregabilidade, é o seguinte: a avaliação que é feita pelos órgãos competentes hoje está muito sofisticado, o Ministro da Educação não gosta que a gente fala, mas está quase que bagunçado, tantos índices e indicadores que se criaram, o senhor vê uma relação de Enem, você vê uma relação do Enade, você vê uma relação de IGC, você vê uma relação de CPC. O que é isso? É uma salada de letras que quando sentam-se dez especialistas, cada um tem uma interpretação diferente,é pior que jurista, no mesmo artigo vê 500 interpretações.

Então o IGC, que é o Índice Geral de Cursos, o MEC nós temos aí três fases, nós temos autorização de cursos quando você submete à apreciação do MEC a criação de um curso, quem submete a apreciação de um curso para ser autorizado? São o que nós chamamos de faculdades isoladas ou estudos isolados de ensino, que tem uma hierarquia, então ele se submete a um processo, esse processo vai ao MEC ele encaminha ao IMEP, o IMEP designa uma comissão que chamamos de especialistas para visitação “in loco”, essa comissão de especialistas normalmente é composta por professores da rede federal de ensino, às vezes, uma vez ou outra vem um com a rede privada no meio, rede estadual, mas 95% é composto por professores da rede federal de ensino. Eles vêm até o local do projeto, examina o laboratório, biblioteca, o corpo docente que foi proposto, o projeto pedagógico, o projeto da organização, a seriedade, idoneidade, capacidade financeira, volta para o MEC com parecer favorável ou não. Feita a autorização, depois quando se completar 50% do curso da sua grade curricular a instituição é obrigada a pedir o reconhecimento do curso, novamente vem uma comissão para verificar se aquilo que foi colocado no projeto foi cumprido e se reconhece o curso, porque sem reconhecimento o diploma não poderá ser registrado e é bom se informar que as faculdades isoladas, isoladas de Ensino Superior não têm competência para registrar os seus diplomas. Então ela tem que encaminhar para uma escola federal ou para a USP ou UNEP aqui no Estado de São Paulo toda a documentação daquele aluno, a grade curricular, as emendas das disciplinas, as notas que foram obtidas para o diploma ser registrado. Isso é quanto a autorização do curso, aí você tem o Enade, que é o sucessor do Provão, que foi criado em 94, 93 pelo Ministro Paulo Renato, que ficou conhecido como Provão e agora tem um novo batismo, sem nenhuma crítica, Deputado Simão Pedro, mas todo governo gostar de dar um novo nome ao recém nascido, então o Provão passou a ser o Enade, Exame do Ensino Superior, que é o Provão. Esse Provão, aquela nota que os senhores vêem lá, o Enade teve três, quatro, cinco, porque vai de um a cinco não é a nota que o aluno tirou, porque o Provão foi para ser avaliado o aluno não a instituição. Atualmente pelo Enade foram introduzidos outros elementos para constituir a nota do Enade, então o que você faz, no dia do Enade o aluno responde um questionário quilométrico, ele diz quanto ele ganha, se é pardo, preto, é branco ou se é índio, responde se a escola dele tem todos os laboratórios

adequados para o desenvolvimento do curso, responde se a biblioteca existe e se ela é acessível, responde sobre os seus professores e responde o que ele acha do projeto pedagógico do curso e responde o que ele acha sobre o projeto pedagógico da instituição como um todo. Então são opiniões, e cada resposta dessa tem um peso, aí ele faz uma fórmula matemática lá e resulta uma nota, então o que os senhores vêem no jornal, tal escola tirou um ou tirou dois é uma escola ruim e a que tirou cinco é a escola boa. Não é, essa é a leitura que os senhores devem fazer, porque esses resultados desses alunos é dividido por uma curva chamada curva de Gaus, talvez tenha algum professor que seja mais esperto do que eu, o que quer dizer, ele pega 20% das menores notas e classifica como insatisfatória e 60% nota três e os 10% nota cinco. Tem curso que a nota cinco é menos de 40% de aprovação e tem curso que a nota um é 50% de aprovação, então não tem nenhuma relação. Se nós continuarmos assim, vamos partir da radicalidade e dizer que todos que tiveram nota um e nota dois deverão ser fechados. No final de cinco anos nós teremos todas as escolas fechadas, porque no ano seguinte aquelas que eram quase ruim passam a ser ruim, porque elas serão abaixo. Então é um indicador bom, mas não para classificar que deva ser fechado, é um indicador que deve ser melhorado e o MEC faz isso, todos os cursos da ... e da minha escola teve nota quatro no Enade, ele está dispensado, esse curso está dispensado de pedir a renovação de reconhecimento, ele é renovado automaticamente. Aqueles que têm nota um e dois o reconhecimento não é automático, então ele precisa pedir a renovação de reconhecimento, então o MEC está atendo a isso. E o que vem fazer essas comissões, aqui o aluno, no questionário do aluno constou que vocês não têm infraestrutura adequada, e vai ver se tem acessibilidade, que foi dito aqui, vai ver se a biblioteca tem o número adequado de livros, vai ver qual a frequência dessa biblioteca, se tem equipamentos de computação, de engenharia na área de saúde adequado ao desenvolvimento do seu curso. Então o MEC só renova o reconhecimento se ele demonstrou pelo menos que está melhorando aquelas suas atividades. Então o MEC é muito zeloso e mais pancada que estamos recebendo, “pancada” entre aspas, chamada, porque é muito cômodo, porque elogio não dá resultado. Então a escola privada e tal desobedece, não quer avaliação, sim queremos avaliação. Como eu disse aqui no Estado de São Paulo nós temos 600 mantenedores de ensino, todos são anjos, o Deputado Vitor Sapienza deu uma penadinha, não, somos heterogêneos, temos pessoas que estão no ramo da educação, mas devido às faculdades já estão na terceira, quarta geração porque começaram lá trás com escola primária, escola secundária, os filhos foram para o superior. Então tem muitas escolas, quer dizer que a maioria são escolas e são dirigidas por pessoas comprometidas com a educação. E sobre aquele serviço, para complementar para o Deputado Vitor, que aquele número de sete milhões de atendimento são números oficiais, não foram feitos pelo sindicato é do INEP, é o serviço prestado nas nossas clínicas e serviços de programas sociais, são números oficiais, nós não inventamos nada.

Quanto às bolsas de estudo não é só na Universidade Cruzeiro do Sul não, eu como presidente do sindicato há 13 anos, nos nossos acordos coletivos consta duas bolsas integrais para todo o filho de funcionário ou o próprio e professores. Então todas, pelo menos por Acordo Coletivo de Trabalho são obrigados a oferecer, nenhuma categoria faz, já imaginou se todas as indústrias quando fornecessem uma bolsa de estudos para o seu funcionário estudar mediante pagamento, estaria resolvido o problema nacional. Eu tenho hoje 1800 funcionários professores, se todos gozassem desse benefício, porque alguns estão velhinhos como eu, já não tem mais filhos, então não tem o bolsista, seria 3600 bolsas. Se nós temos lá cem mil funcionários e professores seriam duzentas mil bolsas, mas é que não tem todo esse número de bolsistas para serem contemplados, mas normalmente todos os filhos estão contemplados. Então, nobre Deputado, quero dizer a V.Exa. que esse ranking de ruim, péssimo precisa ser analisado com muito cuidado, o BEC não faz esse ranking, quem explora muito isso é a mídia. E também existe um componente social que faz parte do Enade, eles tentam classificar de acordo com essa resposta sócio econômica, ele tenta comparar as escolas que recebem em suas instituições o mesmo extrato social, porque senão ele vai comparar um que disputa a GV e um que disputa da minha modesta escola de São Miguel Paulista. Então ele tem que comparar também o egresso, porque também tem o componente muito importante nesse Enade que chama-se o IBD, o Índice Agregado, quer dizer, porque agora faz exame também o ingressante. Então, o Enade hoje, o ingressante presta o exame e concluinte e eles, embora não seja o mesmo personagem, eles vêem qual o diferencial entre o ingresso e a saída. Porque é muito simples trabalhar com um aluno, que o senhor disse que faz cursinho, é da elite e chega na USP e recebe o brilho e você pegar um semi-analfabeto e torná-lo engenheiro depois de quatro anos, é uma diferença enorme.

O IGC o que é, eles pegam o Enade do curso A, o Enade do curso B, o Provão do curso...e faz uma média e tem esses deslizes que o MEC descredenciou uma escola no Nordeste, porque o IGC foi dois, ele só tinha um curso avaliado e tinham dez cursos que não tinham sido avaliados. Como o IGC, Índice Geral de Cursos, a média baseado em um, os alunos entraram na justiça e foram obrigados a reconsiderar, então tem umas coisas que também precisa analisar com muito cuidado, agora o que eu vou dizer é que o MEC é muito zeloso, principalmente nesses últimos dois governos, a escola privada foi objeto de uma rigorosa regulação. Primeiro você tinha, antes de 94, na Constituição que o curso era autorizado, reconhecido e esquece, ele ficava “ad eternum” reconhecido, hoje não, depois da nova LDB, que foi aprovada em 96 o curso é reconhecido periodicamente. Então quando vem a renovação de reconhecimento ele te reconhece de acordo com

o seu desempenho ele reconhece por mais três anos, mais cinco anos o máximo, é até o máximo da duração do curso, se é um curso de cinco anos o máximo que ele renova são cinco anos. Então, desde a a LDB de 96 a regulação, hoje o Ministério criou uma secretaria, primeiro era só Secretaria de Ensino Superior, que cuidava da particular, da pública, de tudo, era o ministro e o Secretário de Ensino Superior, hoje nós temos Secretaria do Ensino Superior, temos a Secretaria de Regulação, que foi agora contemplado o Professor Massoneto aqui da USP e a Secretaria de Relações Institucionais, que mais tem relação com o público e com as universidades públicas, que é o ex-Deputado Abi Calil. E ainda a Setec, Secretaria de Ensino Tecnológico, então está havendo realmente uma reorganização voltada para a preocupação com a qualidade do ensino oferecido, quer na pública ou quer na particular, porém algumas públicas só se submetem a essas avaliações por adesão, elas não são obrigadas como a USP que não aceita o Enade, não faz o Enem etc. não aceita avaliação. Mas estamos caminhando, caminhando não, estamos dentro de um sistema de permanente observação, avaliação e regulação do sistema de Ensino Superior, para nós chega até ser sufocante, porque nós estamos numa fase que às vezes regula ou se legisla baseado nas minorias, então quando se quer coisas pontuais, sai uma legislação preocupada em pegar aquele caso pontual e esse caso pontual envolve uma série de custos e preocupações para todo mundo, quando devia ir no pontual.

Lembro-me perfeitamente quando o ministro Tarso Genro assumiu a Educação e ele dizia que precisava fechar as filantropias, as pilantropias, e um dia eu fiz um bate bola pela CBN com ele, ele aqui e eu no Rio de Janeiro e o Florestan Fernandes Filhos perguntou: “Professor o que o senhor acha de fechar as pilantrópicas?” Eu falei: “sou favorável que as feche, mas o ministro é que disse que elas existem e ele deve nominá-las e eu ajudarei a participar”. Agora genericamente a escola privada é uma zona, a escola privada não atende aos seus objetivos, eu não aceito, eu aceito dizer “a universidade Cruzeiro do Sul não cumpre as suas obrigações”, dá nome aos bois, não podemos aceitar generalizações. É isso aí.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Professor Hermes, parabéns pela sua exposição, difícil trabalhar nessa CPI, com todo respeito, já falei isso ao Deputado Celso Giglio, normalmente a CPI é constituída para investigar uma denúncia, investigar um problema concreto e essa CPI é muito genérica, estudar os problemas do Ensino Superior privado, ela não foi constituída a partir de um denúncia, de um problema concreto, em todo caso nosso líder nos designou para aqui participar e vou fazer de tudo para colaborar. Concordo com o senhor de que o Ensino Superior tem, como o senhor mesmo explicou aqui nessa parte final da exposição, da resposta ao Deputado, que o MEC tem sido bastante rigoroso na fiscalização, no acompanhamento, no detalhamento do desenvolvimento do Ensino Superior privado. Mas eu acho que podemos, talvez, fazer do limão uma limonada, ou seja, pegar essa CPI e ao final apresentar algumas conclusões, algumas indicações ao governo, quem sabe aprimorar a legislação. Eu queria, antes de perguntar sobre como é a relação do governo do Estado, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com as instituições privadas, se tem parcerias, como elas se dão, fazer algumas considerações. Primeiro me chamou a atenção o número que o senhor apresentou no começo, que no Brasil 74% dos alunos universitários estão em instituições privadas e aqui em São Paulo esse número sobe para 92%, o que mostra que aqui em São Paulo, o Estado mais rico, que concentra o maior número de habitantes do país, que foi sempre um Estado que recebeu bem os imigrantes, eu mesmo sou do Paraná, vim para cá nos anos 70, o que mostra, por exemplo, a falta, a dificuldade de expansão do Ensino Superior estadual, a USP por exemplo abriu campus lá da zona leste, estacionou nos dez cursos, este ano ameaçou cortar pela metade o número de vagas, fechar cursos, como o de obstetrícia. Mesmo a UNESP, com todo respeito aos seus dirigentes, mas há muito tempo, há mais de dez anos não tem um programa de expansão, criou-se em alguns lugares campus com um curso só, vou dar um exemplo, Registro tem apenas um curso, Itapeva tem apenas um curso, então há dificuldades, eu estou lutando há muito tempo para que a gente abra um campus da UNESP lá na região da Mogiana, região da Boa Vista, a região de mais de vinte cidades, o governo federal que criou uma instituição técnica de ensino técnico, tecnológico, dois cursos superiores tecnológico. Mas estamos vivendo essa dificuldade.

Eu vejo que ao contrário do governo do Estado, eu espero agora que o governo Alckmin reveja, eu li algumas matérias na imprensa, que ele foi a Botucatu, Bauru, anunciando que vai ajudar a criar cursos de medicina naquela região. Até houve uma briga, porque ele prometeu o curso de medicina em três cidades e o pessoal “mas escuta governador aonde vai ser?” E ele diz: “isso não é comigo, a UNESP tem autonomia”. Mas eu espero que ele usando toda força e poder do Executivo que ajude as instituições de São Paulo públicas a expandir o seu campo de recursos, o orçamento do Estado de São Paulo tem crescido sistematicamente de 5 bilhões em 2007 já chegamos à casa dos 150 bilhões, o percentual de repasse para as universidades públicas está engessado, nós chegamos aqui na legislatura anterior a aumentar de 9,57 para dez por cento, mas

infelizmente foi vetado, a Assembleia não teve capacidade de derrotar o veto, aliás, deputado, essa é uma dificuldade, porque o que nós temos de vetos parados aqui na Casa.

Mas eu vejo que ao contrário o governo federal tem feito esforço de criar novos campus na Universidade ABC, a Unifesp, que tinha o único campus aqui na Vila Mariana, hoje tem campus em Osasco, Santos, Diadema, vai abrir um agora na zona leste, o Ministro parece que vem no dia 20 discutir aqui com a região do noroeste de São Paulo, então dobrou o número. Mas mesmo assim é muito pouco, vamos reconhecer.

Professor Hermes não é porque eu estou na sua frente, mas eu lembro que eu fiz um discurso uma vez aqui homenageando Unicsul no plenário pelos 25 anos, senão me engano, de Ensino Superior ali em São Miguel Paulista. Um amigo veio falar “pô, você vem agora, você sempre brigou para recuperar a qualidade do Ensino Público e agora vem elogiar as faculdades privadas”. Isso não é um problema, isso aí não é uma contradição, porque eu conheço, reconheço que quando não tinha a Fatec ali na AE Carvalho e que só foi implementada porque a população derrubou as instalações para a construção de um presídio bem ali na Avenida Aguiar de Haia que o governador Mário Covas teve essa sensibilidade de olhar a reclamação da população e instalou a Fatec, depois veio a USP, agora vem a Unifesp, mas antes disso a Unicsul se instalou lá e abriu, deu oportunidade para muita gente. Temos que reconhecer isso, então eu acho que temos universidades privadas e temos universidades privadas, concordo com o senhor, não podemos colocar tudo num balaio, acho que tem aqueles que estão no negócio, vamos dizer assim, do Ensino Superior privado, porque tem compromisso com a educação, quer dar oportunidade, não busca o lucro pelo lucro e nós temos muitos aventureiros e eu me preocupo muito com esses aventureiros que estão entrando aqui em São Paulo, que não tem qualquer compromisso, vê a educação apenas como objeto de negócio, de lucro, como uma mercadoria e a educação não pode ser vista assim.

Então reconheço o seu trabalho e a sua dedicação, o compromisso daquela instituição, nós temos que saber separar. Então queria fazer, e eu acho que o governo tem que investir sim, tem que colocar recursos, tem que manter a qualidade da educação e manter, de preferência, se puder ampliar o número de vagas no Ensino Superior público gratuito tem que fazê-lo, temos que democratizar o acesso, porque eu concordo, acho que foi o Deputado Celso Giglio que colocou no começo aqui, temos essa inversão, quem estuda numa boa escola privada, no Ensino Fundamental, acaba entrando na escola pública, que em tese oferece melhores condições e quem fez, como foi o meu caso, que estudei em escola pública, não conseguia entrar, fui fazer uma escola, fui estudar Filosofia na FAE e fiz Sociologia na Escola de Sociologia e Política pagando e fiz o mestrado na PUC e uma boa parte eu paguei, outra parte eu recebi uma bolsa da CAPES. Então eu acho que precisamos ampliar, o Estado tem que oferecer, tem que ampliar, tem que redemocratizar, eu acho que o vestibular precisa ser democratizado, precisamos não só fazer a prova, eu defendo que temos que olhar o aluno por outro ângulo, o candidato por outro ângulo. Mas me chamou a atenção esses números que o senhor apresentou aqui e acho que a CPI poderia olhar isso, estudar isso, o que acontece.

Tecendo esses comentários, queria levantar essa questão com o senhor, como é a relação com o Estado, por exemplo, o Programa Escola da Família, que aliás um projeto originário de uma ideia de um deputado da bancada do PT, Deputado Hamilton Pereira, que propôs aqui na Casa, quando começou a ter um processo de violência nas escolas, e o governo Alckmin então implementou esse programa com o financiamento do Banco Mundial, ou seja, ajudar os alunos que estão em escolas particulares a financiar os seus estudos, prestando um serviço nos finais de semana nas escolas públicas, uma bela ideia. Nós denunciemos em 2007 um corte de 50% dos recursos orçamentários do Estado em relação a esse programa. Eu lembro que era líder do PT e fiz a denúncia do orçamento de 2007, no orçamento de 2008 houve um corte de 50%. Então gostaria de perguntar, o senhor tem dados a respeito desse programa, o senhor tem uma avaliação, se isso de fato, qual o mérito desse programa, ajuda. E evidentemente que o Pro-UNE do meu ponto de vista é um programa agora que vai bater na casa de um milhão de bolsas oferecidas para alunos no Brasil inteiro, qual a avaliação que o senhor faz do programa, tem ajudado, tem possibilitado que mais alunos possam estudar. Mas obrigado mais uma vez pela presença e pela contribuição.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE- **ADILSON ROSSI – PSC** – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Geraldo Vinholi.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Sr. Presidente, só pela oportunidade, em complemento à análise aqui realizada pelo nobre Deputado Simão Pedro, se me permite. V.Exa. fez uma análise com relação ao Estado de São Paulo, queria aproveitar para solicitar dentro da sua formulação ao professor Hermes, o Estado de São Paulo investe quase dez por cento do seu orçamento nas universidades públicas, nós não podemos avaliar simplesmente pelo número de alunos, o que traz riquezas aos países, principalmente os países de ponta é o resultado científico desses estudos, registro de patentes, publicações, se o senhor tem dados com relação, primeiro, se existe um outro Estado que investe mais em educação do que o Estado de São Paulo e qual é; no Estado de São Paulo com relação a ensino público, Ensino Superior público. O governo federal o que tem investido em recursos públicos para expansão da sua rede de Ensino Público, o quanto no

Estado de São Paulo a rede pública tem em registro de patentes e a rede privada, por exemplo. A USP nós sabemos que tem publicações, registro de patentes, é uma prioridade, assim como na rede privada o Einstein tem este ano já dez pedidos de registro de patente. Então acho que é uma avaliação muito mais complexa do que olharmos simplesmente o número de alunos, então queria em complemento à análise feita pelo Deputado Simão Pedro que pudéssemos olhar e ter também uma dimensão com relação a isso, porque dez por cento do orçamento é uma parcela significativa, principalmente num Estado como o de São Paulo.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PSC – Dentro da mesma linha do Deputado Geraldo Vinholi, eu gostaria de fazer uma ponderação a V.Exa. que nós não fugíssemos do objeto da CPI, nobre Deputado Simão Pedro muito inteligentemente deu uma desviada e mostrou o que é feito pelo governo federal, governo estadual, o que é feito na rede pública, não é objeto da CPI, porque dentro desse esquema nós não vamos nem isso, nem meio nem fim, essa é uma das razões que eu fiz a ponderação quando apresentaram um requerimento convocando dez ou doze eu acho o seguinte, política é uma coisa, agora cabe ao presidente quando a coisa começa a sair do objeto ponderar e falar “Deputado, V.Exa. é muito inteligente” e é mesmo, eu o respeito pela inteligência, porém nós não vamos chegar a lugar nenhum, o objeto desta CPI é Ensino Superior Privado, não temos nada a ver se investe ou não investe, se cria faculdade ali, eu também faço um bruta discurso e não consegue nada. Então, dentro dessa linha eu complico vida da pessoa que veio, vai começar a discutir coisas para o qual não veio preparado, porque quando foi convocado sabia qual era o objeto e de repente vai emitir opiniões sobre coisa que desconhece. Então dentro desse quadro, dentro daquela experiência do passado eu quero ponderar a V.Exa. que não pode deixar fugir do objeto para o qual foi constituída a CPI.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Respeito muito o Deputado Vitor pela sua sapiência, agora quando o Deputado Geraldo Vinholi teceu considerações sobre se o aluno estuda na USP deve ter a sua mensalidade custeada pelo Estado, se ele pode pagar, o Deputado Vitor Sapienza não entrevistou, ele só intervém quando a gente faz alguma consideração. Eu acho que as perguntas que eu fiz ao Professor Hermes têm a ver com o objeto da CPI, eu perguntei a relação do governo do Estado se tem parceria, como é o Programa Bolsa ...

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Com isso eu concordo.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Foi isso que eu perguntei Deputado Vitor Sapienza. Respeito muito V.Exa. Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – V.Exa. partiu para uma linha, V.Exa. falou da criação ...

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu comentei os números que o Professor Hermes apresentou.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu poderia ponderar V.Exa. o seguinte, a União recebe de impostos do Estado de São Paulo, 42%, investe no Estado de São Paulo não chega a dois por cento, então vou perguntar para o reitor da Universidade do Rio Grande do Sul o que ele acha desse absurdo. Então dentro desse quadro Deputado Simão Pedro, meu grande amigo, V.Exa. sabe o quanto prezo a sua inteligência, e vou ser sincero se eu também tivesse no PT eu ia fazer esse tipo de discurso, mas não dá, nós começamos a reunião às dez horas, já estou aqui há duas horas e ainda tenho três comissões, tenho que presidir uma comissão e tenho mais três comissões...

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Nobre Deputado Vitor Sapienza, V.Exa. teve oportunidade de usar o tempo, fazer as perguntas, o professor Hermes pacientemente respondeu, eu pediria que V.Exa. pudesse deixar o professor Hermes responder as minhas questões, complementadas muito bem pelo Deputado Vinholi.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Se o Presidente acha que é pertinente ele que responda.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Vamos ouvir o Professor Hermes.

O SR. HERMES DE FIGUEIREDO FERREIRA – Quero dizer que em complemento às observações do nobre Deputado Simão Pedro, eu quero entender e quero acreditar que essa CPI terá os seus objetivos plenamente atendidos, senão como conseqüências práticas, pelo menos servirá para melhor esclarecimento sobre o Ensino Superior particular com todas as suas virtudes e com toda as suas mazelas, para que quando se falar em educação superior privada se fala com um pouquinho mais de conhecimento, de convicções e não com paixões exarcebadas e eleitoreiras, políticas ou opiniões pessoais. Fiquei contente em saber que o Deputado Simão Pedro, dizer que é paranaense, porque São Paulo realmente é a terra das oportunidades, nós o acolhemos aqui com satisfação, como paulista...

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Leci Brandão é carioca.

O SR. HERMES DE FIGUEIREDO FERREIRA - É carioca, nós nos orgulhamos disso, de ser uma Casa aberta e dar oportunidade a todos que precisaram por um motivo ou outro deixaram os seus Estados premidos por circunstâncias, cada um com a sua particularidades e São Paulo continua assim.

Sobre essa discrepância aparente de 90%, eu vou arriscar como cidadão, não como professor, arriscar, dizer porque São Paulo chegou a 90% dos estudantes matriculados na rede privada e tão pouco ou menos na rede pública. Eu posso atribuir isso a uma má aplicação das compensações nas políticas públicas, por entender, como o senhor afirmou que o Estado de São Paulo é o Estado mais rico da nação, ele às vezes ao longo da história sempre foi preterido em iniciativas federais, de todos os governos. Por isso aqui nós só tínhamos uma universidade federal, uma, que era a de São Carlos, enquanto que em Minas Gerais tinha cinco, seis, sete, o que mais teve Presidente da República foi mineiro e gaúcho, é onde mais tem unidades federais. Por ser rico São Paulo é sempre esquecido na distribuição de renda e isso seria um dos motivos. Quanto à USP, necessidade de expansão da rede pública, eu sou totalmente contrário à sua tese e não estou fazendo, afirmando isso hoje, afirmei em alguns seminários específicos sobre educação, como podemos atingir em pouco espaço de tempo dez milhões de estudantes universitários. A minha tese é que Estados e municípios devam ser proibidos por lei de aumentar os seus investimentos ou criar investimentos na área de Ensino Superior enquanto não atingirem a universalização do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Temos notícias super desagradáveis, Estados que mantém escolas públicas superiores e com o Ensino Fundamental lamentável, sem estar universalizado, Ensino Secundário inexistente, de péssima qualidade e se dão ao prazer, ao luxo de ter universidades ruins estaduais. Então, o Estado de São Paulo ele fez o seu investimento, dez por cento fixo do seu orçamento, eu acho que ele já está dando a sua contribuição, sem nenhum partidarismo.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Só para precisar ao Professor Hermes é 9,53 da arrecadação do ICMS que fica com as universidades, o que não fica com o Estado.

O SR. HERMES DE FIGUEIREDO FERREIRA - Sim, com as universidades.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Mas não é dez por cento do orçamento.

O SR. HERMES DE FIGUEIREDO FERREIRA – Do orçamento do ICMS.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Do ICMS, a quota parte do Estado, não deixa de ser um valor muito alto.

O SR. HERMES DE FIGUEIREDO FERREIRA – Também não posso ignorar a observação do nobre Deputado Vinholi quanto a importância da USP, porque em termos de pesquisa, ela sozinha responde por mais da metade das pesquisas feitas por todo o Brasil. Então eu também defendo que devemos ter o menor número possível de universidades, porém de excelência. Quem tem cem universidades, mais ou menos, não tem nenhuma. Outra tese que eu defendi no seminário é que devíamos partir para ter apenas de cinco a oito universidades que pudessem ser de nível internacional, que se dedicariam ao ensino, mas principalmente à pesquisa de ponta e as demais fossem apenas universidades de extensão, de ensino e de pesquisa docente, pesquisas onde fossem empregados, pesquisas localizadas, regionais do seu entorno e pegar essa massa crítica de excelente qualidade, que tem a universidade pública federal e concentrá-las, a data dessa massa crítica, em cinco ou seis universidades públicas federais, pesquisa de ponta. Nós temos ranking mundiais das 200 melhores universidades do mundo, temos três ou quatro agências ou organizações que fazem isso e coincidentemente mesmo com critérios variados as dez primeiras, das dez sempre tem seis ou sete que são comuns a todos os ranking, não entra uma universidade federal. Quem tem cem não tem nada, seríamos mais modestos, realistas, dizer que temos faculdade de Ensino Superior, não precisa ser universidade, negócio de universidade é um carma, “quero ser universidade”, é um carma, não precisa ser universidade para oferecer ensino de boa qualidade. Porém, ao se falar nesse modelo de universidade que nós temos, ensino, pesquisa, extensão, então

you make a university lá na tiririca da serra, regimentalmente tem ensino, pesquisa e extensão, o orçamento é camuflado, “mas aqui fazemos pesquisa”, eu pergunto “quantas patentes fizeram”, “nenhuma”. Então seria só ensino, eu lamento, são convicções que eu tenho apartidariamente falando como cidadão e sobre São Paulo falo como paulista. Não tem nenhum partidarismo nesse ponto.

Sobre a sua pergunta, sobre o Bolsa Família, realmente era um programa... Escola da Família é um programa que considero meritório, excelente, as escolas particulares aderiram, porque é de conhecimento de todos o abandono em que ficavam e ficam, em grande parte, as escolas públicas, quer estaduais, quer municipais nos seus fins de semana e tem espaços maravilhosos, muitos não só deixaram de ter acesso como passaram a ter grades, devido ao vandalismo, invasões, roubos da merenda escolar etc.. Então, a Escola da Família propiciou uma meia bolsa de 260 reais, 270 reais e a escola complementava com a outra meia bolsa, isentava o aluno do outro pagamento e esse aluno vai até a escola para fazer atividades lúdicas ou culturais, segundo a sua habilidade, ele não vai lá para ensinar português, nem vai ensinar matemática, ele vai lá para aplicar o seu conhecimento de mercado de trabalho às vezes naquela atividade, ou técnico de futebol, vôlei, handebol, ou xadrez, dança, música. Eu acho que é um programa que quando houve esse corte nós fomos o primeiro a ir à Secretaria de Educação e manifestar o nosso descontentamento, no interior principalmente muitas escolas tinham uma oportunidade ímpar de interação com o seu entorno. Eu lamento que esse corte foi feito, mas estamos lutando para aumentar. Não posso ignorar também, de reconhecer o êxito fabuloso que está sendo o Prouni, por adesão das escolas particulares. Às vezes fala “ a escola particular não pagar imposto”, nós pagamos através de serviços, é uma troca, nós não pagamos determinado imposto e em troca desses dez por cento de bolsistas.

Informo ao nobre Deputado, que mesmo aquelas que não pagam imposto por imunidade constitucional, que são as instituições sem fins lucrativos, que já tem imunidade de imposto aderiram ao programa, porque entendem que é um programa de grande mérito, é um programa de inserção social. E hoje temos dessas instituições, um terço delas são entidades sem fins lucrativos que já não pagam imposto e mesmo assim aderiram ao programa espontaneamente, é um programa por adesão. Quanto ao programa o Prouni eu acho que respondi.

Sobre investimento eu já respondi a minha posição, é uma opinião pessoal, não é do sindicato, é a minha posição pessoal da participação do Estado de São Paulo sobre patentes e não sei se deixei de responder alguma coisa.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Professor Hermes, é que o senhor se referiu a uma questão nessas respostas, o senhor estava dizendo que tem faculdades que às vezes são isoladas, não precisa ser universidade para manter a qualidade, o que tenho percebido, eu vou dar um exemplo aqui, uma autarquia municipal de São José do Rio Pardo, a FEUC, Faculdades Euclides da Cunha, ela vem perdendo aluno, entrando em crise depois que chegou a UNIP na região, a UNIP uma grande instituição, mas vem oferecendo cursos na faixa de 189, 200 e poucos reais e acaba abafando. Uma vez um especialista me disse “deputado, as pequenas faculdades privadas, mesmo as comunitárias, elas conseguirão sobreviver nessa guerra se se especializar”, Sorocaba tem uma faculdade lá que ela é especializada em Direito, se ela se especializar naquele curso ela vai oferecer um curso de excelência, vai ser procurada e ela consegue sobreviver. A FEOB lá em São João da Boa Vista é veterinária e assim por diante, tem se falado muito da entrada, eu tenho visto que algumas instituições privadas têm feito uma política muito agressiva de chegar e comprar as pequenas, sem muita preocupação que a instituição às vezes é tradicional naquela região ou não tem fins lucrativos, mas faz um trabalho excelente, presta um serviço excelente à sociedade.

Está se falando muito também em empresas estrangeiras que com muitos recursos vem aqui e compram, o senhor tem informações sobre isso, o que o senhor acha, se o senhor puder precisar dessa situação que eu falei anteriormente.

O SR. HERMES DE FIGUEIREDO FERREIRA – V.Exa. está tocando num ponto muito sensível para todos nós. Como todos os segmentos que hoje é um segmento educacional também, é um segmento econômico, todos os segmentos estão passando por transformações, nós hoje vivemos num capitalismo explícito, ninguém tem constrangimento ou pudor, “sou capitalista, acho o melhor sistema”, mas vivemos hoje sob esse sistema capitalista e temos que dosar esse sistema capitalista com as responsabilidades e preocupações sociais naturais. O senhor está tocando num assunto sobre uma consolidação do sistema, nós tivemos até 1990 uma abertura de instituições particulares num ritmo muito lento, por um enfoque que eu digo, diria equivocado, ou falta de coragem de enfrentar o problema, que nós tínhamos um problema sério que era demanda por Ensino Superior e a incapacidade do Estado, quando eu falo Estado de responder essa demanda. Então houve a exploração, vamos dizer desenvolvimento da atividade econômica Ensino Superior sempre foi permitido a iniciativa privada, está na Constituição, o ensino é livre à iniciativa privada, mas não se ousava porque não havia essa abertura, encontravam-se entraves burocráticos. Então houve um reconhecimento ou se utilizava a iniciativa privada ou não se utilizava e mediante os regulamentos, mediante rigorosa fiscalização houve na época de 90 então a abertura daquilo que já era permitido, a universidade privada, criou-se uma comissão no Conselho Federal de Educação, que baixou normas, o que precisava fazer para ser uma universidade. Por que todas as instituições de ensino que já tinham adquirido, atingido determinado porte tinha sonho de ser universidade, por

que, quais as principais prerrogativas de uma universidade? Ter autonomia didática, científica, pedagógica, financeira e patrimonial. Pedagógica significa o que, ela tem autorização, autonomia para criar curso, fechar curso, estabelecer número de vagas, independente do MEC. Sendo submetido ao MEC apenas a avaliação, mas não autorização, autorização e reconhecimento. Então, nós tínhamos uma demanda reprimida de candidatos, de jovens que queriam estudar e não tinham ... e a iniciativa privada, então, você tem em São Paulo na mesma década vamos contar, enumerar quantas faculdades, universidades particulares surgiram. A nossa universidade Cruzeiro do Sul, na cidade de São Paulo, Universidade São Judas, Universidade Bandeirante, Universidade Ibirapuera, Unisa, Universidade de Santo Amaro, Anhembi Morumbi foi a última, em 97, Marília, UNIP, UniNove foi a última, faz quase dois anos. Acho que é só. Ribeirão Preto, Naerp, então o que aconteceu, as universidades com essa autonomia foram ao encontro dessa demanda reprimida e abriram cursos não exageradamente, de acordo com a necessidade. Essa abertura não aconteceu só com as universidades, também houve o interesse maior por criar-se faculdades, então colégios que tinham espaços ociosos a noite, em suas instalações passaram a requerer faculdades. Então houve um crescimento, depois eu vou deixar aqui um mapa, Deputado, do Ensino Superior do Estado de São Paulo, coincidência foi uma conferência que teve ontem no Semesc e aqui tem... Desculpe, o nobre Deputado terá dados da evolução, da criação de faculdades isoladas. Chegou num ponto que essa demanda reprimida acabou, acabou a demanda reprimida por Ensino Superior? Não. Ainda tem muita gente para estudar, acabou a demanda reprimida daquela população que ainda pode pagar alguma coisa. Ainda pode pagar alguma coisa. Atingida essa estabilização e não está havendo mais crescimento, por quê? Porque o número de alunos do Ensino Fundamental no Estado de São Paulo está caindo porque as famílias têm menos filhos, o Ensino Médio está formando menos gente e a população, apesar dessa euforia de classe nova, classe média, de que 90 milhões de pessoas minha gente, a classe C, está incluída famílias que ganham mil e duzentos reais, mil e duzentos reais ele mora e come. Ele não tem condições de pagar o Ensino Superior, a nossa mão de obra é baseada em gente, em pessoas altamente qualificadas, que são pessoas barachéis no mínimo, porque hoje não pode mais, só bacharéis dá aula, que tenha latu sensu, mestrado ou doutorado. Se nós admitirmos que esse pessoal precisa ganhar pouco, nós precisamos oferecer um curso barato e talvez não de boa qualidade, então nós temos que reconhecer que os nossos colaboradores são colaboradores de alta qualificação. E o que aconteceu? Começou a ser necessário para manter uma escola de razoável qualidade ter massa, ter quantidade e uma escola de mil alunos, nós estamos sofrendo, estamos estudando se o Semesp diuturnamente, como fazer para assessorar, para modernizar a gestão, profissionalizar a gestão dessas escolas de mil alunos que são super importantes no seu entorno, para que sobrevivam com mil alunos. Temos hoje no Brasil cerca de 2400 escolas de nível superior, dessas 60, 80% tem menos de dois mil alunos. Essas escolas realmente, nobre Deputado, estão passando por dificuldades, se elas não modernizarem a sua gestão, os seus custos, são escolas que é o fundador que trabalha, a esposa, a secretária, a filha, é bedel, o genro toma conta do almoxarifado e quando o primeiro sobrinho entrar na justiça do Trabalho com uma regulação trabalhista, que foi uma relação familiar durante vinte anos ele quebra. Então, essas instituições que têm maior poder econômico estão absorvendo realmente essas menores escolas. Mas eu acredito que se o MEC, o INEP continuar atuantes como estão sendo atuantes as escolas, mesmo pequenas, e mesmo sendo adquiridas ou fundidas ou associadas como uma organização maior ela pode continuar prestando serviços de razoável paridade para o seu entorno, o que não podemos é advogar o seu fechamento. Então acredito que uma escola aberta é muito melhor do que uma boate de luxo.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI- PSC – Tem a palavra pela ordem a nobre Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Professor Hermes, primeiramente dizer que fiquei contemplada com tudo que o senhor explicou, mas queria apenas fazer uma observação particular, estou nesta Assembleia pouquíssimo tempo e na qualidade de artista que sou, eu estou deputada, mas eu sou uma artista há 36 anos eu já falava da educação dos professores há mais de quinze anos, porque como eu sou compositora já tinha feito, nem sonhava um dia entrar numa Casa parlamentar como essa, só queria deixar esclarecido que foi colocado que esse assunto “educação” virou um pouco de moda nos candidatos, mas não é o caso nem meu e de muitos deputados que eu conheço aqui que se debruçam de fato sobre a questão de educação. Não tenho nenhuma procuração para defender a Assembleia Legislativa, mas a gente tem um convívio aqui dentro já de quatro meses e tenho que me colocar.

Queria também dizer para o senhor, o senhor falou da questão do gênio, eu sou uma pessoa que sempre briguei por quotas nas universidades, mas não pelo fato da pessoa ter a cor da minha pele, não é isso, o que eu sempre briguei é que eu acho que qualquer pessoa, de qualquer etnia, que seja pobre, ela tem que ter acesso, ela tem que ter oportunidade e a nossa briga de quotas é até muito mais pelos sociais, porque a gente que anda pelo Brasil inteiro a gente vê que tem pessoas que têm necessidades independente da cor da pele. Agora, eu também acho que se houvesse realmente essa oportunidade para todas as pessoas, para todos os seres humanos nós teríamos gênios nascidos nas favelas, nas periferias, eu não tenho a menor dúvida disso, os gênios não podem

só sair daquela família que teve condições, que pôde pagar, que pôde dar toda a infraestrutura para aquela criança, para aquele jovem, para aquele adulto, ele pode sair, tanto é que temos hoje crianças de periferias de São Paulo, inclusive, que estão fazendo música erudita, estão formando orquestras. Então todo mundo, se tiver oportunidade, tem condições de chegar lá.

A minha pergunta, objetivamente até assessorada aqui pela minha equipe, eu gostaria de perguntar ao senhor duas coisas, professor: como se dá o processo da eleição dos órgãos colegiados no interior das instituições de Ensino Superior e também saber quais são os critérios utilizados para calcular o aumento das mensalidades, porque os outros companheiros aqui já falaram em coisas que eu tinha perguntas elaboradas, mas eu já estou contempladas, inclusive com as suas respostas. Muito obrigado.

O SR. HERMES DE FIGUEIREDO FERREIRA – Nobre Deputada, eu fico contente em receber uma não paulista aqui nesta Assembleia, continuamos afirmando que São Paulo é a terra das oportunidades, por qualquer circunstância que a pessoa tenha que ter deixado as suas origens, ainda mais da qualidade dessa artista, ficamos mais contentes ainda.

Nobre Deputada, temos por obrigação regimental e mesmo pelo órgãos reguladores os colegiados das instituições de ensino, nesses colegiados é obrigatório a presença dos representantes dos corpo docente, representantes do corpo técnico administrativo e representante externo da comunidade, que pode ser uma comunidade, um Lions Clube, um sindicato ou mesmo Sindicato dos Professores, enfim, que é convidado e realmente não esqueci do estudante, o estudante que é eleito normalmente, como é o nosso caso, pelo DCE da cidade, não é indicação da escola ou por aqueles que não têm DCE, não tem centro estudantil, por um movimento democrático, feito entre os estudantes. Esse colegiado, e um representante da mantenedora, que é o titular econômico da instituição e normalmente membros natos como o diretor no caso de uma faculdade e os reitores no caso de universidade. O reitor quando tem, os pró-reitores acadêmicos de graduação e de pós-graduação e de extensão. Então a composição do colegiado, pelo menos esses números são obrigatórios, comunidade externa, estudantes, técnico administrativo e docente e o órgão diretivo acadêmico. Isso é o diretor geral etc. Esse é o órgão máximo da instituição de ensino, quando é uma universidade ela também tem aquilo que nós chamamos de Concep, Conselho de Pesquisa e Extensão. Quando vamos aprovar, submeter à apreciação a criação de um curso de pós-graduação latu sensu ou stricto sensu, que é mestrado e doutorado, o primeiro passa por esse colegiado, que é uma análise acadêmica, científica, que é a proposta desse curso, depois vai para o órgão superior, porque sempre envolve matéria financeira, como vai manter esse curso, porque são cursos que são autorizados, principalmente o stricto sensu, é autorizado pela Capes, que é o órgão que autoriza e ele normalmente autorizam doze vagas, dez vagas, por quê? Porque tem que ser proporcional ao número de docentes, doutores, orientadores, em relação ao número de orientandos, então é sempre limitado e normalmente são doze vagas, dezesseis vagas por ano. Então são cursos que atualmente são deficitários nas universidades privadas, nós os mantemos por uma obrigação legal e também porque entendemos que o ensino é de melhor qualidade, quando a instituição tem também pesquisa, onde o professor está envolvido e o aluno está envolvido, aí começa a ter congresso de iniciação científica, até o Presidente Lula teve num que o Cemep faz anualmente, fazendo abertura, veio com cinco ministros inaugurar, que é uma iniciativa do Cemesp, que chama-se Congresso Iniciação Científica Nacional e também tem o Coint, que é paralelo, que também recebemos o material, iniciação científica de universidade estrangeira. Nesse último para a nobre Deputada ter uma ideia compareceram cerca de dois mil e duzentos participantes, sendo mil e tantos alunos e mil e tanto orientadores. E o Cemep faz o quê? Cada ano ele convida uma instituição para sediar, o ano passado foi na Uninove, o ano anterior que o Presidente Lula compareceu com cinco ministros, foi na FMU e este ano agora, em setembro vai ser na UniSanta em Santos. O último foi Mackenzie e o próximo vai ser na UniSanta em Santos.

Então, as universidades que têm pesquisa trazem junto os projetos de iniciação científica, que é a curiosidade, o início, então são cursos realmente caros. Então o colegiado são esses. Quanto aos custos das mensalidades, ela hoje, a senhora falou muito bem, qual é o custo da mensalidade? Ela é como qualquer outra empresa, tem os seus custos e depois põe a sua margem de contribuição para remuneração do seu capital, ela não, como todo outro segmento econômico, tem tabelamento. Você quando é instado a explicar, você demonstra através das suas planilhas, ela não tem limite. Para efeito de informação, esclarecimento, sei que os senhores já sabem, mas não quero aqui descer uma de professor numa Casa como essa, apenas para complementar informações que os nobres deputados têm. Nos últimos dez anos, o Sindicato tem estatística que a inflação subiu 129%, as mensalidades escolares subiram 19%, devido justamente, nobre Deputado Simão Pedro, a essa pressão, expansão e hoje como não se ganha mais aluno, se tira aluno do outro, não tem mais aumento de aluno. Então, a universidade A cresce em cima da universidade B, então há realmente uma competitividade via preço, mas isso nós estamos alertando que tem limite, os nossos custos não podem ter concorrência, os nossos custos são fixos e certos. Todo ano estão aqui os representantes dos professores, nós já afirmamos acordo coletivo por dois anos, está prevendo aumento para o ano que vem. Então, esses aumentos têm que ser repassados normalmente. Os nossos custos reflete no preço.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Duas citações, primeiro para parabenizar o Deputado Simão Pedro por aquela colocação que ele fez, que a globalização vai trazer inclusive numa área perigosa, que é o ensino, investimentos estrangeiros. Eu acredito até Deputado Simão Pedro que isso que V.Exa. levantou deveria merecer uma CPI nacional, porque uma das formas de você torpedear o que está acontecendo no país é você investir na área de educação. Então para que fique claro que quando eu faço restrições a V.Exa. eu também elogio e V.Exa. foi muito feliz nessa colocação, estou parabenizando V.Exa. e dando uma sugestão, isso caberia uma CPI nacional para ver até onde esse pessoal vai chegar. Essa é a primeira parte, a segunda parte, Presidente, quero dar um depoimento, depoimento que vai chocar a Leci, eu sou colega do Professor Hermes, fizemos um concurso público há 51 anos, eu o conheço como dono de uma escolinha muito pequenina e acompanhei a luta desse homem e me orgulho de ser amigo dele, admirador dele e digo mais, graças a influência dele, eu consegui, brincando, brincando, formar alguns serventes, alguns escriturários através de bolsas de estudo que o coração dele granjeou. Eu estou pedindo essa observação, Sr. Presidente, porque tenho que me retirar e não posso me retirar sem primeiro parabenizar a verdadeira aula que aquele fiscal de renda de nível três, tinha nível um, dois e três, o três era mais fraco, mas como ele já tinha uma inclinação para ser professor e não para ser fiscal de renda ele era nível mais baixo. Mas quero me orgulhar de ser seu amigo, seu admirador, e quero parabenizar pela verdadeira aula que você nos deu nessa parte da manhã. E digo mais, eu só fiquei porque era uma verdadeira aula, porque se fosse somente pela amizade eu teria ido embora. Obrigado por mais essa demonstração de carinho e de competência.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI- PSC – Tem a palavra pela ordem a nobre Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Nobre Deputado, só não entendi, como o senhor disse o verbo vai me chocar por quê?

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Vai chocar porque muitas vezes V.Exa. ficaria admirado de tratá-lo com essa deferência, eu sou amigo dele, talvez só tivesse nascido há 51 anos nós ingressamos na Secretaria da Fazenda...

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Deputado, essas atitudes suas não me chocam, porque nesse pouco tempo já estou acostumada com o seu bem tratar, com o seu bem querer, com a sua consciência, com a sua elegância, com a sua delicadeza, com o seu reconhecimento às pessoas que lhe são caras, assim como o senhor elogiou o meu chefe de gabinete, que também já passou pelos seus caminhos. Para mim isso não é surpresa não, isso é normal de Vossa Excelência.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu quis fazer essa colocação, porque no momento em que eu ponderei ao discurso excessivamente petista do Deputado Simão Pedro podia dar impressão que eu estava contra ele, pelo contrário eu me orgulho de duas coisas, primeiro dele ser meu amigo e segundo dele ser palmeirense.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Eu gostaria de deixar registrado aqui a necessidade de se ausentar dessa reunião o nosso Presidente efetivo, Deputado Celso Giglio, recebeu uma chamada urgente, professor, e precisou se ausentar e gostaria também de em nome dos membros desta Comissão, em especial daqueles que se fizeram presentes hoje, Deputada Leci Brandão, Deputado Simão Pedro, Deputado Geraldo Vinholi e o nosso professor Deputado Vitor Sapienza, isso é com muito carinho que eu me refiro a V.Exa. como professor, deixar aqui os nossos agradecimentos ao professor Hermes que a sua visita a esta Comissão engrandeceu os trabalhos que esta comissão está desenvolvendo, fomos grandemente contemplados pelas suas explicações e deixo aqui em nome desta Comissão os nossos agradecimentos pela sua disposição e disponibilidade em nos atender nesse dia.

Não tendo mais nada a tratar...

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Só para efeito de registro, se o Professor Hermes pudesse deixar conosco a exposição, porque nem tudo conseguimos anotar e também esse material que

V.Exa. disse que deixaria na comissão, se pudéssemos depois pedir para a secretaria tirar cópia e passar para todos os membros da comissão.

O SR. HERMES FIGUEIREDO FERREIRA – Eu vou dar um exemplar para cada um.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Obrigado Professor Hermes.

O SR. PRESIDENTE – ADILSON ROSSI – PSC – Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

* * *

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ENSINO SUPERIOR
17/08/2011

PRESIDENTE - DEPUTADO CELSO GIGLIO - PSDB

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ENSINO SUPERIOR
17/08/2011

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Havendo número regimental declarado abertos os trabalhos da 3ª. Reunião Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo, com a seguinte pauta: - que o Sr. Daniel Iliescu, Presidente da UNE – União Nacional dos Estudantes e o Sr. Alexandre Silva, Presidente da UEE – União Estadual dos Estudantes para discorrer sobre a matéria.

Deliberar item 2, deliberar sobre requerimentos e questões relativas à programação e outros assuntos de interesse da CPI.

Solicito à Secretária a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Eu gostaria de propor a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – É regimental está dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

Antes de chamarmos aqui o Presidente da UEE e o 1º Secretário Fábio Costa, nós queríamos colocar aqui a nossa proposta para os próximos depoimentos. Nós fizemos o seguinte cálculo. A Secretaria da Comissão imagina que a CPI em se prorrogando ela iria até o dia 16 de Fevereiro de 2012. Se fosse reservado o mês de Fevereiro para votação e elaboração do relatório, a Comissão teria 16 dias de 4ª feiras até o dia 21 de Dezembro deste ano. Até o momento foi aprovada a oitiva de 17 pessoas, excluindo o Prof. Hermes de Figueiredo ouvido em 10 de Agosto.

Se a Comissão conseguisse agrupar os depoentes em pares ou trios, que é perfeitamente possível conforme sugestão anexa, teríamos por hora nove reuniões dedicadas a depoimentos e até o mês de Dezembro, mas cinco 4ª feiras disponíveis para deliberação ou depoimentos adicionais, não

se contando nessa estimativa o mês de Fevereiro para o funcionamento que teríamos até o dia 16 de Fevereiro.

A proposta feita pela Secretaria foi a seguinte: o INEPE, o grupo A que seria o Prof. Luiz Antonio Barbalhe do SINP – Sindicato dos Professores. Grupo B a Sra. Malvina, Grupo C a União Estadual e a União Nacional que é hoje. Grupo D, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Grupo E a FAPESP e Centro Paula Souza. Grupo F o Conselho Nacional de Educação e CNPQ e CAPs. O Grupo G a OAB, a Sociedade Brasileira de Progresso para a Ciência, incluindo aqui ainda no Grupo A, a ADUSP – Associação de Docentes da USP, no B o Núcleo de Pesquisa de Ensino Superior, quer dizer, seriam duplas ou trios mais ou menos próximos para as nossas oitivas. E nós temos ainda um Requerimento do Deputado Simão Pedro e eu peço licença aqui para ler e discutir.

Ele sugere o convite para Sra. Madalena Guasco Peixoto, Presidente da CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino. A CONTEE representa o Sindicato dos professores e técnicos administrativos da educação privada em todo país. São 68 Sindicatos e 6 Federações filiadas, envolvendo mais de 500 mil trabalhadores da educação. Portanto, é um importante quadro de ensino privado não só no Estado de São Paulo, como em todo país. E certamente a sua Presidente contribuirá e muito aos trabalhos dessa CPI.

Eu acho que já coloco em votação o requerimento do Deputado Simão Pedro, em discussão e em votação. Em discussão. Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

E solicito aqui dos nobres pares, opinião a respeito dessa formação de duplas e trios das oitivas.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Quero dar um bom dia ao nosso Presidente dessa nossa CPI o Celso Giglio, e os demais membros o Deputado Adilson, Deputado Geraldo Cruz, Deputada Leci Brandão.

Sr. Presidente eu quero dizer que concordo com V. Exa. nessa ideia de agruparmos as oitivas. Por exemplo, tivemos já no dia 10 a oitiva do Prof. Hermes, hoje ouviremos os estudantes da UEE e da UNE e a minha sugestão é que a gente pudesse agrupar por temas. Eu fiz aqui um estudo e queria compartilhar com vocês porque poderia ser melhorado, evidentemente.

Uma sugestão é conseguirmos agrupar num mesmo bloco, numa mesma oitiva o Prof. Julio Cesar Durigan, Presidente do CRUESP, a Sra. Heloísa Borsari, Presidente da ADUSP e o Prof. Hubert Alquéres, Presidente do Conselho Estadual de Educação. Ou seja, tem essa temática da privatização do ensino superior público, papel do Conselho Estadual e ouviremos então a parte dos reitores, a parte dos professores.

Isso seria um bloco de três dos nossos convidados. Depois em outro bloco ouviríamos a Profª. Malvina Tuttmann Presidente do INEPE, para discutir os números dados da educação. O Prof. Carlos Ronca Presidente do Conselho Nacional e a Profª Madalena Guasco Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. A Madalena poderia estar junto no bloco dos trabalhadores que estaria junto ao Prof. Luis Antonio Barbagre, Presidente do SINPRO, o Celso Napolitano Presidente da Federação, poderia estar a Madalena no bloco da Confederação. Poria a Madalena no bloco dos trabalhadores, Sr. Presidente

Então teríamos três convidados para ouvir a representação dos trabalhadores da educação privada.

Depois num outro bloco, o Secretário Jorge Barbosa e a Profª Laganá. Ele é Secretário de Desenvolvimento Econômico e tem a responsabilidade de ter sob o seu comando o ensino técnico e tecnológico e a Profª Laura Laganá. Ouviremos os dois numa mesma oportunidade.

Depois um bloco da pesquisa. José Wildberger Presidente da USPC, Dr. Gláucio de Olivas Presidente da CNPQ, José Almeida Presidente da CAPs e o Celso Laffer Presidente da FAPESP. Ou seja, teremos um bloco para discutir fomento à pesquisa, como é que está o debate da pesquisa no nosso país e no Estado.

E aí sobraria, teremos que ver a Eunice Duran que é do segmento da pesquisa do ensino superior. Talvez esse bloco da pesquisa dividir, são cinco, dividir em dois e tem o D’Urso Presidente da OAB que vamos fazer uma oitiva com ele também. Não tem problema.

Aqui dariam de 6 a 7 sessões para ouvirmos com a de hoje. Pelo menos 8 sessões para ouvirmos os depoentes. Depois nós utilizaríamos, a minha proposta, todo mês de agosto e todo mês de setembro, pensando que temos um feriado de 7 de Setembro que cai numa 4ª feira, então teríamos hoje 17, 24, 31 de agosto. Pularia 7 de setembro e teríamos, 14, 21 e 28. Talvez utilizar a primeira semana de novembro, mas tem feriado também, mas tentar concentrar nesses dias. Dia 28 de outubro é feriado também. Então vamos tentar pegar até o início de novembro e depois durante o mês de novembro utilizaríamos duas sessões. Teria que ter uma folguinha para o relator fazer o relatório, mas pegariamos mais duas sessões, uma para discutir o relatório e outra para votar, de maneira que a gente terminaria no limite até o final de novembro essa CPI.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Essa sua proposta coincide mais ou menos com a nossa. E eu coloco aqui em discussão.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Primeiramente gostaria de cumprimentar a V. Exa. e parabenizá-lo pela forma brilhante como vem conduzindo essa importante CPI. Cumprimentar os meus pares, Deputado Simão Pedro, Leci Brandão, Geraldinho. Eu acredito que a proposta do Deputado Simão Pedro vai mais ou menos na linha daquelas nove reuniões para oitivas. Só entendo que essa ideia de agrupar essas reuniões, convidando pessoas para discutir temas específicos, eu acho uma proposta muito saudável e creio que será muito produtiva, porque nós vamos já eliminando nessas reuniões por temas específicos. Eu acho que teremos uma melhor produtividade. Eu apoio perfeitamente a proposta do Deputado Simão Pedro, até porque vai de encontro com aquela proposta feita por V. Exa. dessas nove reuniões para oitivas.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Cumprimento V. Exa. e todos os meus pares aqui, Deputado Adilson, Geraldinho e Deputado Simão Pedro e apenas para dizer que eu concordo com tudo que o Deputado Adilson falou porque, na verdade, quando a gente consegue trazer a CPI para temas específicos, pessoas que são diretamente ligadas a esses temas, não só favorece o nosso entendimento, como também do público que está acompanhando. Essa CPI tem tido uma audiência muito grande, as pessoas estão falando, estão gostando da forma que está sendo conduzida e posso dizer que aprovo também aqui a ideia do Deputado Simão Pedro.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Geraldo Cruz que vem lá do Embu das Artes, agora oficialmente.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Oficialmente Embu das Artes. Queria dar bom dia a todos os Deputados e Deputada, cumprimentar V. Exa. pelo excelente trabalho e parabenizar o Simão Pedro pela proposta de encaminhamento para que a gente possa ter êxito o mais rápido possível e concluir esse trabalho dessa Comissão que está se tornando um dos trabalhos mais importantes aqui da Casa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Terminada a discussão, vamos colocar em votação esse agrupamento. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. E a senhora Secretária fica encarregada de já marcar na próxima 4ª feira um desses grupos que estiverem disponíveis. Aprovado.

Então com a presença dos Deputados Simão Pedro, Geraldo Cruz, Leci Brandão, Adilson Rossi e Celso Giglio na presidência, nós chamamos para a Mesa o Sr. Alexandre Silva, Presidente da União Estadual dos Estudantes para discorrer sobre a matéria e também o Sr. Fabio Costa que fala em nome do Presidente da UNE. Os senhores palestrantes sabem que essa CPI busca apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo.

Então sejam bem vindos, nós agradecemos a presença e com a palavra então o Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE SILVA – Bom dia Deputado Celso Giglio, bom dia Deputados que compõem essa CPI, a todos os presentes aqui. Primeiramente gostaria de saudar a todos os presentes e dizer que é muito importante para União Estadual dos Estudantes participar dessa CPI para poder colaborar com o diagnóstico do ensino superior privado no Estado de São Paulo.

E venho aqui também deixar o depoimento de que a UEE ela vem falar sobre questões do seu cotidiano, do que ela vive no dia a dia, do estudante, ou na prática do movimento estudantil ou mesmo dentro da sala de aula. E com certeza nós vamos querer atuar nessa CPI para poder esclarecer o máximo de dúvidas possíveis, em relação a essas questões que versam sobre o direito do estudante e sobre a regulação do ensino superior privado em nosso Estado.

Gostaria de perguntar como será a dinâmica da Mesa?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Você faz a sua apresentação e depois nós abriremos para perguntas. Gostaria primeiramente que o senhor fizesse o juramento.

O SR. ALEXANDRE SILVA – Juro como dever de consciência dizer toda verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com as investigações a cargo dessa Comissão Parlamentar Inquérito.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Presente aqui na Mesa o Dr. Tiago Souza Fraga, que é o advogado da UEE.

O SR. ALEXANDRE SILVA – Senhoras e senhores Deputados aqui presentes, eu acho que a maior contribuição que nós temos que dar a essa Comissão é justamente como a gente enxerga o serviço do ensino superior privado nessas universidades do Estado de São Paulo, e o que a gente tem como base a nossa prática no dia a dia.

Primeiro eu acho que a gente não tem questões a levantar a respeito de qualidade. Eu acho que regulação ao próprio MEC tem os seus dispositivos federais e eles apresentam todo tipo de regulação, de avaliação e coisas do tipo. Mas eu acho que é de extrema pertinência a gente discorrer sobre as questões do direito do estudante no interior de cada universidade. Porque eu acho que é importante a gente entender o ensino superior privado como uma concessão pública. Sendo uma concessão pública e também devido a opção do Estado em colocar a maioria dos universitários no ensino privado, eu acho que é também dever do Estado não só discutir sobre esse tipo de serviço que é prestado ao estudante, mas também sobre as soluções em relação aos problemas que certamente virão. Eu acho que a natureza desses problemas não sei nem se vem da natureza do serviço que é oferecido, mas também até pela complexidade que há nessas universidades, porque você pode pegar universidade privada, às vezes, você tem universidade com cerca de 120 mil estudantes, ou com 70 mil estudantes, às vezes, que dispõe de uma complexidade diferente da vida universitária do ensino superior público. Então eu acho que a gente tem que ter também a flexibilidade para analisar essa complexidade no interior das universidades privadas.

Mas eu acredito que essa CPI ela teria sim, pelo menos, o dever ou a pertinência de discutir qual é o serviço oferecido ao estudante. Primeiramente eu não quero levantar nenhuma questão que não seja dessa alçada, por exemplo, a gente vê muito nas universidades privadas onde a gente atua, e muitas vezes essas universidades elas precisam cumprir ou com a lei de mensalidades, ou até com a própria lei que veio com a conquista de direitos na Constituição de 88 que seria de ordem da democracia de organização dos estudantes, e também de alguns direitos que são firmados mediante contratos na hora da matrícula. Então eu acho que, às vezes, uma coisa ou outra pode passar despercebido em relação a esse tipo de regulação. A gente vê muito por parte dessas universidades de forma muito genérica e também não de forma legal. Com certeza é muito da relação que a gente tem via estudante, via representante das universidades que não são reconhecidas pelas próprias reitorias, que às vezes, existem aumentos de mensalidade duvidas em relação ao estudante sobre esse aumento de mensalidade seja precedido de planilha de custo ou não. Então existe muita dúvida em relação a isso.

Em nossa opinião eu acho que não é muito claro no interior dessas universidades privadas. Também não fica claro o direito do estudante se organizar via diretório central do estudante, via centros acadêmicos, via diretórios acadêmicos. Às vezes, esse direito é um pouco frustrado ou pela dinâmica da própria universidade, ou porque a gente não tem certeza ainda se essas universidades reconhecem ou não esse tipo de cultura que é muito praticado no Brasil, e que inclusive fez parte de todos os nossos processos de transformação e construção da vida democrática do nosso país. Então eu acho que nossas contribuições, inclusive, para nortear esse debate seriam mais na nossa vivencia dentro dessas universidades em relação ao que a gente tem como patrimônio nosso que são os estudantes.

Então muito mais do que achar que nós vamos a uma CPI para tentar regulamentar um ensino, para tentar levantar questões que cabem ao MEC, que cabem aos órgãos de regulação, eu acho que a gente pode levantar importantes elementos para se chegar a uma conclusão, ou até tirar como indicativo que os parlamentares visitem essas universidades também para tirar as suas próprias conclusões sobre o serviço que é prestado ao estudante, e mais do que isso, sobre a avaliação do estudante com relação a esse serviço.

Lembro mais uma vez que o ensino superior privado é uma concessão pública, então ele não é um comércio, é uma concessão pública e com certeza ele deve atuar e se portar como tal.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Vamos deixar as perguntas após ouvirmos aqui o Fabio Garcia que fala em nome do Presidente da UNE.

O SR. FÁBIO GARCIA – Juro como dever de consciência dizer toda a verdade, na omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com as investigações a cargo dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de tudo bom dia nobres Deputados, público presente. Eu acho que quando o parlamento de propõe a discutir os problemas das instituições privadas é bem salutar para Assembleia Legislativa de São Paulo, porque mesmo hoje sendo o MEC e o EQUIPE os mecanismos, as instituições que regulamentam o ensino privado, o Estado de São Paulo esse parlamento tem condições de regulamentar certas questões da universidade privada que hoje são omissas.

E aí tem questões que hoje são fundamentais na realidade universitária. E eu gostaria de elencar quais são essas questões. Por exemplo, nós precisamos discutir a questão da democratização do acesso. Hoje as universidades privadas devem encarar o princípio constitucional da educação como um bem público, direito de todos e não meramente uma mercadoria. Temos que levar em conta a democratização do acesso, a elevação da qualidade de avaliação. E hoje se nós pegarmos o que é a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, ela determina cinco formatos de instituições de nível superior, mas ela não determina o quesito das universidades privadas, os critérios de qualidade.

Eu acho que a terceira grande questão que aqui ela deve ser fundamental e que essa CPI deve se aprofundar, é o compromisso social de cada uma dessas universidades.

É muito bem sabido que essas grandes instituições conseguem movimentar milhões e milhões de reais no Estado de São Paulo com o ensino. Só que hoje o nosso debate é qual é a contrapartida dessa universidade com a sociedade paulista. Qual é o número de bolsas ofertadas, quais são os projetos de pesquisa e extensão, qual a ação dessas universidades com a comunidade dentro de um projeto estratégico de desenvolvimento do Estado. Qual é a contribuição dessas universidades na formação de uma mão de obra qualificada, de uma mão de obra que hoje no Estado de São Paulo se faz necessários para os desafios que hoje nos enfrentamos.

Dentro disso, houve uma conferência regional de ensino superior e dentro dessa conferência que foi feita em 2008 pela UNESCO, o documento é categórico em algumas informações. Por exemplo, existe certo mito de que hoje os estudantes que estão nas instituições de ensino superior têm o nível sócio econômico compatível com a universidade que ela tem condições sócio econômicas de pagar essa universidade. De acordo com o ENADE, o Acordo Nacional de Desempenho dos Estudantes, a imensa maioria não tem essas condições efetivas de pagar essa universidade.

Outra questão que o documento também levanta é que no Estado de São Paulo, principalmente, é muito heterogêneo. Os termos de qualidade do que são as nossas universidades privadas. Nós temos universidades privadas com excelência de qualidade como PUC, Mackenzie, uma UNIMEP de Piracicaba, uma UNIFEB de Barretos, mas nós temos também o outro lado da moeda. Se eu for aqui relatar, são varias universidades que nós não temos esses termos de qualidade, mas a questão é que nós precisamos assegurar padrões mínimos de qualidade. Nós precisamos estabelecer como que vai ser essa ação de qualidade e como que a universidade vai protagonizar enquanto a gente de desenvolvimento.

Eu acho que é assim, o debate que nós devemos ter aqui e o debate que eu acho que é o mais tocante aqui para realidade do Estado de São Paulo. É o compromisso social, as contrapartidas sociais que a única contrapartida que nós temos hoje é o PRO UNI. O PROUNI é o regulamento que determina certo número de Bolsas a partir do compromisso que essa universidade tem enquanto instituição de ensino. Só que no Estado de São Paulo ainda não temos firmado esse compromisso.

E a gestão democrática, por incrível que pareça, num estado de direito que hoje nós alcançamos com a constituinte, com a sociedade democrática, ainda dentro das universidades há um grande problema. Nós temos 2 mil universidades que não tem eleição para reitor, que não tem participação discente de professores nos conselhos universitários. Existe um problema de representação de categoria dentro das universidades, inclusive, nós enfrentamos casos de perseguição sobre diretórios centrais, centros acadêmicos.

Então é uma realidade que precisa ser discutida nos termos de representação. Eu acho que aí cabe o papel da Assembleia Legislativa de São Paulo nesse debate, que se for travado e conseguir desatar esse nó, eu acredito que nós podemos dar um grande salto de qualidade no ensino universitário de nosso Estado.

Eu acho que a priori seriam esses elementos aqui para trazer para essa CPI.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Vamos então oferecer a palavra aos Srs. Deputados.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Primeiro eu quero cumprimentar o Alexandre e o Tiago, agradecendo pela disposição de virem até aqui. Mas eu senti que eles ficaram meio tímidos e fizeram uma fala bastante genérica.

Mas acho que vocês podiam nos ajudar aqui. Por exemplo, nesse problema de desrespeito a contratos em faculdade que o aluno assina um contrato quando se matricula, ele tem o dever de pagar as mensalidades, mas muitas vezes são contratos longos ou o aluno se sente prejudicado. Existem casos concretos de que isso aconteceu, onde que isso tem acontecido, que instituições são mais recorrentes, se nas instituições de vocês tem levantamento sobre isso, se tem uma faculdade que isso ocorre com mais frequência, qual é o volume disso, se sai muita reclamação, se os alunos procuram vocês. Evidentemente você falou que vai falar da experiência de vocês, do cotidiano e da vivência de vocês, mas como Presidente ou dirigente de uma instituição como essa isso circula

bastante, tem contato com muitos centros acadêmicos. Então qual é a incidência disso, se vocês têm levantamentos sobre isso, se as coisas ocorrem com mais frequência em algumas instituições.

Outra coisa é se há muita reclamação a respeito da qualidade. Você falou que é obrigação como é uma concessão pública, o aluno paga a mensalidade e ele quer ter um serviço de qualidade, e se há reclamação de instituições privadas que não tem primado pela qualidade, se isso é recorrente em algumas delas, se vocês têm dados sobre isso.

E com o Fabio, quais são as universidades, as instituições privadas que não respeitam, por exemplo, esse último caso que você falou dos universitários que não tem representação decente se isso é dificultado, e quais são, se vocês têm informações sobre aquelas que não respeitam, por exemplo, reprimem, não permitem organizações estudantis, a livre organização como determina a Constituição, a livre atividade dos estudantes, se isso ocorre com frequência, se tem reclamações, se isso chega até vocês.

Então colocar um pouco de dados e informações para que a gente possa fazer uma aferição melhor.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Geraldo Cruz.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Sr. Presidente eu queria cumprimentar os meninos representantes das duas instituições e queria acrescentar. Nessa pergunta do Deputado Simão Pedro, vocês tem dados de números de estudantes que concluíram o curso e não recebem o certificado por conta de 6 meses de atraso? A gente, às vezes, tem se confrontado com isso e há uma determinação de que não pode segurar o certificado. Outro é quantos desistem por não ter condições de pagar. Como está essa relação hoje e se vocês têm acompanhado isso.

Eu acho que esses números para nós seria importante para que a gente pudesse fazer uma intervenção nisso, já que tem, como você mesmo disse um papel social que deveriam ter e que não é cumprido. Tem números sobre isso?

O SR. FÁBIO GARCIA – Para responder as perguntas do Deputado Simão e dizer que nós discorremos sobre questões mais gerais, até para gente conseguir encontrar um elo de consonância com o que a gente quer levantar aqui e a realidade que a gente enfrenta. Eu acho que a partir do momento que surgirem as perguntas, eu acho que dá para gente encontrar o sentido da CPI.

Sobre a questão de planilha de contratos, a gente tem muita reclamação através da Ouvidoria do estudante que é um mecanismo que a gente usa, a gente já tem há um bom tempo. Hoje ele não funciona com regularidade, ele funciona minimamente, no sentido de levantar algumas questões da prática dos serviços da universidade privada em relação ao estudante. E muitos estudantes nos recorrem e com muitos desses problemas. E é muito comum o problema de cobrança de taxas, às vezes, que consta no contrato. Por exemplo, quando você vai fazer a matrícula na universidade você tem uma série de custos que constam nesse contrato. Às vezes, a própria universidade dispõe de algum trabalho ou algum serviço e ele é cobrado por esse serviço. Muitas vezes há uma dúvida em relação a estudante se isso consta no contrato ou não. Como é o caso dos diplomas também. os estudantes que estão inadimplente não conseguem retirar o diploma ou muitas vezes o caso de muitos estudantes que pagam pela retirada do documento.

Então tudo isso aí a gente tem. Inclusive nós não trouxemos esses documentos porque é preciso autorização inclusive das pessoas que fizeram reclamação para poder apresentar e poder abrir esse tipo de coisa. Então é necessário fazer uma consulta, porque às vezes, até o próprio estudante eles recorrem a gente e não dá prosseguimento no problema, mas é muito comum ter aumento de mensalidades não previsto dentro do contrato, ou seja, no prazo de um ano para aumento da mensalidade e sem apresentação de planilha de custo para comprovar que precisam aumentar essas mensalidades de fato.

Aí sobre a qualidade do ensino que eu acho que é bom a gente pegar, que inclusive o Fraga levantou aqui com bastante precisão que é, às vezes, a substituição das aulas presenciais nessas universidades privadas, por qualquer outro tipo de atividade, e constando no contrato como aula presencial e sendo cobrado como aula presencial. Então, às vezes, você diminui a carga horária das aulas e cobra o mesmo percentual na mensalidade dos estudantes. Então isso passa despercebido pelo estudante e o estudante chega até nós com esse tipo de dúvida. Em relação a organização dos estudantes na própria universidade, é muito comum, 90% das universidades que a gente passa, é lógico que tem muito a ver com a dinâmica do ensino superior. Eu vejo hoje nas universidades que a maioria dos estudantes são trabalhadores, trabalham o dia todo, estudam a noite, e então, às vezes, não tem uma dinâmica, uma cultura de organização estudantil, mas mesmo os estudantes de fazem a opção por ter essa organização estudantil, muitas vezes ele é impedido, ou por falta de disponibilidade de espaço para sua organização ou por falta de liberdade de entrar na universidade para expressar suas questões em relação a educação, em relação a organização local da universidade ou em relação ao próprio direito dele de expressar sua opinião no interior da universidade. É muito comum assim nesse processo de congresso onde a gente após universidade para fazer eleições, para tirar representantes nos congressos da UNE e para os congressos da UEE, nós somos impedidos de

entrar nas universidades. Inclusive, nós da representação da universidade e da UNE e da UEE, às vezes. nós somos impedidos de entrar nessas universidades, quase a maioria. Se alguém acompanhar a gente para uma universidade e a gente tiver com a carteira e dizer que nós somos Presidente da UEE ou Presidente da UNE ou representante das entidades, nós não temos entrada por direito nessas universidades, sequer os estudantes dessas universidades em se organizar. Muitas vezes a própria cultura do movimento estudantil ele depende também da própria gestão democrática dessas universidades.

Lógico que se a gente vive numa sociedade que exerce em todos os seus âmbitos a democracia, é claro que o povo vai entender como cultura uma cultura democrática, uma cultura da organização, uma cultura de uma relação social marcada pela liberdade. E às vezes, nessa universidade a cultura do movimento estudantil ele não é enraizado porque a própria universidade não exerce essa cultura democrática no seu interior.

E às vezes, muito fica dependendo da própria reitoria, quer dizer, a gente tem muito dessas universidades aí que estão sob ainda processo de reconhecimento da própria reitoria, mas que existe o reconhecimento dos estudantes em relação a isso.

Nós cansamos de fazer eleição de DCE e eleição de representantes para o congresso das entidades do lado de fora da universidade, do lado de fora das catracas, então essa é uma realidade que a gente enfrenta bastante nas universidades. É claro que a gente tem uma coisa que é a autonomia universitária, e a democracia nessas universidades nem sempre, como nas universidades públicas você não tem qualidade de um texto nos órgãos de representação, ou seja, paridade dos três setores, nas universidades privadas, às vezes, você também não vê, mas nas universidades públicas ainda é exercido o direito de livre organização, você tem certa regulação e respeito às leis, as liberdades e o direito do estudante.

Agora na universidade privada isso, às vezes, fica um pouco ofuscado, porque não sei se é do entendimento da própria universidade em relação ao seu serviço que é uma concessão. Então ele não é uma mercadoria, ele está vendendo um produto para o estudante, ele está concedendo o direito para ele e é lógico que tem direito de existir, não vamos nem colocar em discussão a existência dessas universidades, mas eu acho que essas questões que foram levantadas agora sobre cobrança de taxas, sobre mensalidades é outra coisa que eu acho que tem bastante e que a gente precisa tomar conhecimento é sobre estudantes inadimplentes de que não conseguem fazer a sua rematricula, ou às vezes, não conseguem nem entrar na própria sala de aula para cursar. Então tem problemas de evasão é porque ele não consegue se adequar não só a mensalidade, mas também se manter na própria universidade porque ele tem custo com transporte, com livros e tem uma série de custos que ele não consegue arcar e muitas dessas vezes ele não consegue terminar os seus estudos, ou seja, ter uma negociação de igual para igual com a universidade, porque tiraram o direito dele se matricular, ele não é mais estudante e, às vezes, até impedido de entrar na própria universidade. Com a natureza dessas denúncias, desses levantamentos por parte desses estudantes, muitas vezes tem essa natureza que é uma natureza mais no sentido do direito do estudante como consumidor e como um cidadão que está recebendo um direito do Estado.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Quero cumprimentar o Alexandre e também ao Fabio. Eu ouvi atentamente a explanação de ambos e há algumas perguntas que eu gostaria de fazer. Vou tentar usar aqui o poder da síntese para não ser cansativo.

O Alexandre falou varias vezes sobre os serviços prestados aos estudantes. Citou aqui também que a faculdade ou a universidade não é uma vendedora de produto e depois colocou o estudante como consumidor. Eu não entendi muito bem isso, porque quem consome é quem compra. Mas a pergunta que eu faço é a seguinte: - Se o ensino privado é uma concessão pública como foi citado aqui várias vezes, quem regulamenta essa concessão não possui o direito e assina de tudo o dever de fiscalizar essa concessão? Se há uma concessão dada a uma universidade, essa concessão precisa ser fiscalizada e quem dá a concessão também fiscaliza. Salvo melhor juízo, se eu não estiver errado, o MEC tem um peso muito grande nisso, porque ele que dá a concessão e tem a responsabilidade e o direito de fiscalizar a concessão dada a essas universidades.

O Fábio falou sobre democratização do acesso, falou sobre critérios de qualidade, falou sobre compromisso social. Eu acho que na questão de critérios de qualidade a pergunta também é extensiva ao Fábio. Esses critérios são regulamentados pelo MEC. O MEC precisa fazer a fiscalização dessa qualidade do ensino. Você citou aí que há uma disparidade entre universidades. Algumas com ensino de altíssima qualidade e outras praticamente sem nenhuma qualidade. Então a pergunta que eu faria, a mesma que eu faço ao Alexandre eu faço ao Fabio. Quem é o responsável pela fiscalização da qualidade do ensino.

O Fabio também falou sobre o compromisso social e ele citou aqui o PROUNI e eu gostaria que ele falasse alguma coisa também sobre o programa Escola da Família que é um programa do governo do Estado. Deixando claro aqui que não há somente programas sociais a nível federal, mas

há também programas sociais a nível estadual. Eu gostaria que você falasse alguma coisa sobre esse programa Escola da Família e como ele se desenvolve.

O SR. FABIO GARCIA – Muito bem Deputado Adilson, para você ver como é complexa a questão do ensino superior privado ou mesmo de qual é a sua função hoje na nossa sociedade. O aluno se ele assume um compromisso mediante contrato, então ele faz um acordo de mensalidades, então ele faz um acordo financeiro e ele tem que honrar com esse acordo, com esse contrato. Ao mesmo tempo, o serviço, ou seja, vamos entender que é serviço tudo que é direito na sociedade de que chega até nós, então ele vem como uma forma de serviço do Estado, onde qualquer outra instituição que é credenciada ou tem uma concessão em relação a isso chega a nós em formato de serviço, a própria prática da universidade não é comércio. Ela vende o serviço como qualquer outro direito que não é mediante relação financeira, mas também pode ser um serviço, pode ser entendida como serviço. Um serviço a saúde, um serviço a qualquer outro tipo de acesso a nossa sociedade e pode ser entendido como serviço. De lei para realidade, para exercer esse tipo de direito, ele é um serviço. Na universidade, apesar dele ser um serviço, a prática dela não é um comércio. Ela é uma concessão, a educação não é entendida como comércio nem na Constituição, nem em qualquer outro dispositivo. Concordo também que o MEC tem os seus próprios dispositivos em relação a regulação do ensino, mas também eu acho que eu levanto até a dúvida aqui para todo mundo que qualquer estabelecimento que oferece qualquer serviço a sociedade ele é passível de erros, é passível de, às vezes, não cumprir com questões que estão no contrato, ou às vezes, eles cumprem mesmo e o próprio estudante, ou o próprio agente ou cidadão que recebe esse serviço ele pode estar muitas vezes errado porque a informação não chega a ele em relação ao seu direito, mas pode ter certeza que tudo que chega em relação ao direito do estudante e a esse serviço que é prestado a ele, ele é mediante um contrato, e também a gente envolve às vezes, comissões de direito ao consumidor, às vezes, defensoria pública, às vezes, órgãos que competem e nos dão respaldo a esse tipo de coisa.

Foram inúmeras ações inclusive que a própria UEE pegou em toda a sua história, na instalação da ouvidoria do estudante nós já ganhamos ações de muitas universidades em relação a Nós questões e também de muitas questões que foram perdidas porque a gente entende que, às vezes, o estudante deixa de levar para frente o próprio levantamento, ou às vezes, até se perde até por própria forma de organização nossa com a Ouvidoria, mas vocês podem ter certeza de uma coisa. Esses problemas eles ocorrem.

Imaginem uma coisa. A maioria hoje, no Estado de São Paulo nós temos mais ou menos um milhão e 200 mil estudantes universitários. A maioria desses estudantes estão no ensino superior privado. Então não é nem aqui uma caça às bruxas e não é nem querer questionar esse tipo de coisa, mas que tem problema no seu interior e que às vezes, a gente precisa criar mecanismo de solução em relação a realidade, isso eu acho que a gente precisa e acho que essa CPI pode servir para isso.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Geraldo Vinholi.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Desculpe, achei que estivesse terminando.

V. Exa. citou o programa da Escola da Família e também sobre essa confusão educação é direito ou é serviço?

É aí que está o X da questão no tocante a Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Não há marcos regulatórios para determinar a prestação de serviços hoje que o ensino superior privado estabelece e que estabelece enquanto direito.

Com relação a Escola da Família, hoje a nossa avaliação é que foi um programa que foi bastante fragilizado nos últimos anos. Houve uma baixa muito grande no caso de oferta de vagas pelo Escola da Família, mas nós achamos que é um programa importante que precisa melhorar. Precisa melhorar os mecanismos na relação do papel do estudante universitário dentro da escola no final de semana. Inclusive a nossa avaliação é a vinculação da grade escolar, do que acontece no dia de semana da escola com o final de semana. E nós acreditamos que o universitário pode contribuir e muito com isso, mas nós achamos que precisa ampliar mais as vagas, estenderem o projeto a mais escolas, porque é um projeto de contrapartida social muito interessante.

Isso é inegável.

O Simão falou sobre a questão da democracia, hoje nós temos um problema que é o seguinte: é uma confusão entender hoje quem é a universidade e quem é a mantenedora.

A legislação é clara. Ela estabelece uma diferenciação, mas ali na prática do dia a dia isso não acontece. A própria palavra diz mantenedora, aquela que mantém a universidade. Muitas vezes os aumentos das mensalidades acontecem por questões relacionadas ao custeio desses estudantes. Só que a mantenedora tem esse papel e esse papel não é exercido dentro da universidade. Já tivemos caso da mantenedora intervir inclusive em conselho universitário. O conselho decide uma coisa e a mantenedora falar que não vai ser isso, vai ser outro.

O SR. – Você lembra onde aconteceu isso?

O SR. FÁBIO GARCIA – Nós precisamos fazer um levantamento dentro da Ouvidoria dos Estudantes, mas eu acho que nós podemos entregar esse relatório da ouvidoria do estudante aqui para essa Comissão e passar, porque existem muitas universidades que acontecem esses problemas.

Agora na questão do quesito qualidade é também confuso. Nós temos o ENADE que faz a avaliação da universidade. Ela determina critérios e faz uma avaliação dentro desses critérios, só que nós não temos. O que determina, por exemplo, a educação básica tem um (ininteligível) chamado CAQ – Custo aluno Qualidade. Ele pega uma série de elementos que é necessário para uma escola existir com qualidade e na universidade nós não temos esse referencial para estabelecer. Por exemplo, uma universidade ela precisa ter N projetos de pesquisa, ela precisa ter extensão. Qual que é o equipamento necessário para exercer o curso de Medicina? Qual que é a formação dos professores para determinar a qualidade dessa universidade? Quantos livres docentes nós temos? Não tenho nem piso e nem teto para estabelecer uma universidade, um centro universitário, uma faculdade porque existe essa diferenciação.

Então, inclusive é um problema anterior, já da legislação de 96 e que é uma questão muito tocante num processo de reforma universitária, se a gente for levar adiante aqui essa discussão.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Só para corroborar com você Fabio, essa questão do ENADE acho que o Professor Hermes citou alguma coisa na nossa reunião passada e acho que você estava aqui presente. Ele falou sobre essa dificuldade de avaliação.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Geraldo Vinholi.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, quero me desculpar pelo atraso. Eu ouvi uma parte da explanação e me parece, Presidente, que como CPI e tendo aqui um órgão responsável por isso que é o Governo Federal, a grande colaboração que nós podemos dar, e marcando num momento oportuno uma visita dessa CPI ao órgão fiscalizador, de concessão, tomando conhecimento desses problemas, eu acho que há necessidade de aprofundarmos e sabermos exatamente onde estão os problemas, como disse aqui o Deputado Simão Pedro.

Então me parece que sabermos, até por região do Estado, por universidades e faculdades, qual é a inadimplência que temos em cada uma delas.

Quando se fala em qualidade, termos aqui também qual é o nível de formação desses professores. Estão atendendo realmente? Qual o currículo das pessoas responsáveis por isso? Porque embora seja uma prestação de serviços, ela pressupõe que uma pessoa, uma família, ela está pagando aquilo para garantir o seu futuro. E nós sabemos que no mercado de trabalho, quando alguém sai de uma universidade X, ela está empregada e têm outros que não são aceitas por terem sido formadas naquela universidade.

Então, Presidente, eu acho que a pergunta já foi até respondida, mas se existe um quadro de todas essas faculdades, qual o nível de inadimplência por faculdade, universidade? Qual o nível de formação desses professores? Enfim, aprimorar um pouco mais disso daqui, mas se não tivermos pelos meios do nosso Banco de Dados, que seja formulado por essa CPI um Ofício geral ao órgão centralizador dessas informações, ou a cada uma delas, para que possamos ter e que a relatoria possa então fazer essas observações em nosso relatório e que seja depois encaminhado ao órgão competente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Pela ordem Sr. Presidente. Eu quero parabenizar os dois estudantes, o Fábio e o Alexandre pela forma com que expuseram as suas ideias.

Eu tenho três perguntas, mas algumas que eu ia fazer já foram respondidas.

O Fabio falou bastante sobre a questão do PROUNI e eu queria que ele dissesse com essa oportunidade de milhares de alunos terem entrado para o ensino superior através do PROUNI, o que ele acha do desenvolvimento econômico do país em função do PROUNI?

Queria saber se a universidade ela tem direito de incluir o nome do aluno inadimplente no SPC e gostaria de saber como é que as universidades privadas do Estado de São Paulo estão tratando com o negócio da política de cotas?

São as três perguntas que eu tenho para os dois.

O SR. ALEXANDRE SILVA – Sobre a questão do SPC. O aluno é um consumidor como a gente disse agora, e ele deve honrar esses compromissos que são assumidos no contrato da matrícula. E claro que se ele não cumprir com essas obrigações ele se sujeitará a algumas sanções e medidas legais. Só que a inclusão do seu nome no Cadastro de Proteção ao Crédito não pode ocorrer, simplesmente por aquilo até que foi levantado aqui. Que a educação não é um comércio. Não existe uma relação comercial em relação a essa concessão educacional.

Então a universidade ela deve ingressar no Judiciário para ela poder receber seu crédito, e possibilitar inclusive, o aluno a contratar um advogado para questionar eventualmente, o valor que é cobrado. Então ao mesmo tempo em que ele firma um contrato financeiro ao se matricular na universidade, ele tem que cumprir com essas obrigações do contrato, se não cabe para ele algumas sanções e algumas medidas previstas em lei. E ao mesmo tempo pela educação não ser um comércio, ela não pode enviar o nome dos alunos ao SPC SERASA, ela deve ingressar ao Judiciário para receber esse crédito que o estudante não pode quitar com a universidade.

Inclusive, o estudante, às vezes ele recorre a Ouvidoria porque ele não tem condição e nem advogado para defendê-lo. Ele já está com uma dívida com a universidade, ele não tem o direito de se rematricular, além de ter o seu nome no SPC. Então muitas vezes ele não dispõe de um advogado para defendê-lo. Essa é uma nossa grande luta no interior dessas universidades e também de tentar dar um caráter mais objetivo para nossa Ouvidoria do estudante.

Em relação ao PROUNI, eu acho que ele como outros mecanismos de acesso, ele é um mecanismo também de regulação. Primeiro que é um investimento no cidadão, segundo que toda universidade para dispor desse programa ela precisa passar pó uma série de quesitos que são regulados, fiscalizados pelo MEC, mas com certeza ela consegue aumentar o poder de fiscalização do poder público em relação ao serviço que é prestado nessas universidades.

A política de cotas, na universidade privada a gente vê pouca política de cotas, política de assistência estudantil. Tudo que é muito comum na universidade pública, ou seja, de lutas históricas mesmo em defesa dos direitos básicos, ou do direito ao ingresso através de cotas, ou do direito a permanência através de programas de assistência estudantil, a gente vê pouco por parte das universidades privadas. É muito difícil você apontam uma universidade privada que tem uma política de cota. É difícilimo, não tem um programa de acesso nesses termos. E no geral a gente pode entender que o ensino superior público ou privado, alguns programas eles possibilitaram alguns segmentos, ou seja, estudantes afro-descendentes a ocuparem um espaço na universidade. O REÚNE foi assim, o PROUNI foi assim, A Escola da Família eu acho que possibilita bastante, mas a política de cota como a gente entende como reparação doe sistema tributário é um segmento da sociedade, a gente não vê.

Tem uma experiência muito boa que é a universidade Zumbi dos Palmares, que ela é voltada para isso. Ela é uma experiência única em relação a política de cotas, mas em minha opinião, eu acho que ainda essa cultura dentro da universidade privada ela é pouco exercida.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Eu estou insistindo nessa pergunta por que o Prof. Hermes que esteve aqui falou em contrapartida social nas universidades de ensino privado, que parece que tinha 8 milhões ou 8 mil eu não sei exatamente.

Mas ele tocou nesse assunto que foi perguntado para ele qual era a contrapartida social que as universidades privadas faziam no Estado.

O SR. ALEXANDRE SILVA – De repente até dizer: a gente precisa entender também o que o estado reconhece como contrapartida social. Às vezes, você tem uma entidade de ensino superior privado que pega contrapartida social como programa de Banco de Sangue. Por exemplo, um dia de arrecadação de alimento ou coisa do tipo e então entende como contrapartida social.

A gente entende como contrapartida social a função da universidade em consonância com o desenvolvimento nacional, com o projeto nacional de inclusão com os segmentos da sociedade dentro dessa instituição e dentro dessa camada que organiza o trabalho social. A oferta de educação enquanto direito. Então a gente entende a contrapartida social historicamente a partir desse prisma. Mas em minha opinião esse termo contrapartida social, da mesma forma que a gente tem que discutir bem o que a gente define como contrapartida social, acho que a gente tem que discutir também como que a gente define a universidade privada como concessão não como comércio, mas também como uma instituição que oferece serviços que garantem um direito do estudante e do cidadão.

O SR. FABIO GARCIA – Quando ao que a Deputado falou a respeito do SPC nós estamos enfrentando um problema concreto no caso da UNITAU de Taubaté, nós tivemos um problema lá, que inclusive o Diretório central de estudantes moveu ação, começou a fazer mobilizações, porque lá nós tivemos mil estudantes que ficaram quase que simultaneamente no SPC. Inclusive a UNITAU é uma espécie de Fundação, então ela tem um caráter público, mas ela cobra as mensalidades e colocou esse pessoal no SPC. Inclusive eu acho que deveria ser objeto de mérito aqui dessa Comissão de fazer uma visita na universidade, saber o que está acontecendo e ver o problema que a gente enfrenta no cotidiano.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – É recente esse fato?

O SR. FABIO GARCIA – É recente, aconteceu e está acontecendo nesse momento.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB - – Desculpe a intervenção, é que pelo que o Alexandre falou, as universidades podem recorrer ao Judiciário para cobrar as mensalidades dos inadimplentes, mas por lei ela não deve, não pode criar o constrangimento de colocá-lo num serviço como a SERASA, é isso?

O Fábio está dizendo que tem uma universidade particular, no caso a UNITAU, de Taubaté que está fazendo isso.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Está aqui, é uma autarquia municipal, pior ainda.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Sr. Presidente eu queria voltar aqui. O Alexandre disse que o serviço da Ouvidoria da UEE é um serviço disponibilizado aos estudantes para que façam reclamações.

O SR. ALEXANDRE SILVA - É uma consultoria que a própria UEE ela presta ao estudante. Acho que esse programa da Ouvidoria do estudante ele surgiu em meados de 2005/2006. Acho que até o Dr. Fraga ele pode colocar bastante porque ele esteve muito em contato, inclusive liderando essa iniciativa da ouvidoria do estudante. Mas em síntese, é uma ouvidoria que é uma espécie de proteção ao estudante no sentido dele colocar os problemas deles, que ocorrem dentro do interior das universidades e de tentar encontrar um respaldo por parte da entidade estudantil na solução desses problemas.

Às vezes, ou a gente tenta encaminhar para uma Defensoria pública, então encaminhar para um órgão competente, ou às vezes, a gente vai para universidade e dispõe daquele que é o nosso melhor patrimônio que é a mobilização estudantil, que é a conversa de sala em sala, que é a resolução de problemas mediante a uma conversa coletiva com os estudantes.

Muitas vezes a gente recorre a esses dispositivos não legais, não jurídicos, mas legais e conferidos por lei.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Ou seja, eu sei que não é fácil organizar, fazer um movimento estudantil, organizar as entidades. Tanto a UNE quanto a UEE foram duramente reprimidas durante a ditadura militar, foram fechadas, tiveram as suas sedes incendiadas como foi o caso da UNE no Rio de Janeiro, como você bem falou, uma cultura que desestimula o aluno a participar, a buscar seus direitos e questionar. Eu sei que não é fácil o aluno, quando ele se vê prejudicado, recorrer a um órgão e buscar seus direitos. Mas eu acho louvável esse serviço dentro da UNE e da UEE de fornecer um serviço onde ele possa fazer uma reclamação e assim vocês terem um contato mais direto e saber onde estão acontecendo determinados problemas, e como você bem disse, onde está acontecendo uma situação e buscar uma solução para aquilo.

Mas vocês não dispõem de um balanço, de uma tabulação dos principais problemas ou daquelas instituições onde os alunos reclamam mais. Você disse que não conseguiram fazer ainda.

O SR. FABIO GARCIA – A gente está fazendo esse levantamento, inclusive a gente retomou a Ouvidoria do estudante aqui há mais ou menos um ano. Ela já existe há 6 anos, mas a gente retomou nesse formato que ela está agora a mais ou menos um ano e a gente está preparando o levantamento sobre isso, principalmente porque tem muitos casos que o estudante não dá continuidade e então não dá para gente apurar de fato, aquele caso. Ou muitas vezes passa até por autorização do estudante de colocar. Mas em linhas gerais, a gente está fazendo um levantamento sobre essas instituições e com certeza, servirá para CPI fazer alguns levantamentos em relação a esses serviços que são prestados.

Eu não sei também, às vezes, de tratar também no âmbito das comissões de defesa do direito do consumidor, no âmbito da Comissão de Educação com certeza uma visita a essas universidades e também a separação desses dados aí para CPI eu acho que vai valer muito, inclusive para nossa responsabilidade de apurar essas questões.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Ninguém aqui quer expor um estudante que fez uma reclamação, porque às vezes ele sofre uma discriminação, mas se vocês puderem nos disponibilizar um levantamento de reclamações de alunos com relação ao SPC, isso para gente é importante. Seria um ponto de partida.

Aqui já foi dito pelo Prof. Hermes e o Fabio acabou de confirmar que nós temos 92% dos alunos que estudam no ensino superior no Estado de São Paulo nas faculdades privadas. Houve uma proliferação, principalmente no final dos anos 90. Nas minhas informações, principalmente durante o Governo Fernando Henrique e a gestão do ex-ministro Paulo Renato, houve uma proliferação, uma facilidade muito grande de abrir faculdades, de abrir cursos, e às vezes, não se tinha o cuidado com a qualidade, com o garantir o bom funcionamento, de fiscalizar com mais rigor e hoje se busca fazer isso.

E também, concomitantemente a isso, não houve ampliação do ensino público, do ensino técnico. As escolas técnicas federais ficaram congeladas. Havia até uma determinação se não me engano de um Decreto do Presidente, de que não devia mais abrir.

E 92% são aqui no Estado de São Paulo e no Brasil segundo o Prof. Hermes está na casa dos 76%. Então evidentemente que aqui nós vamos ter mais problemas.

Mas vocês mesmos, como diretores de instituição que representa legalmente os alunos, vocês não podem nem entrar numa determinada faculdade para fazer uma conversa com os alunos. Você disse que quando precisam fazer uma Assembleia tem que fazer do lado de fora.

O SR. ALEXANDRE SILVA – Eu fiz minha campanha agora para UEE, fiquei 8 meses em campanha pelas universidades e como a maioria são universidades privadas, pouquíssimas universidades nós tivemos o direito de entrar para poder fazer nossa campanha. Inclusive, muitas universidades nós tivemos que recorrer a eleições do lado de fora e, às vezes, correndo o risco até de ser agredido por seguranças e ser tirado da própria universidade. Isso eu posso falar com a maior tranquilidade. Tanto universidades da capital como do interior.

E é assim, o sentimento do estudante, às vezes, até em participar é (ininteligível).

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Você não pode passar assim pela sua memória algumas faculdades e nos dizer?

O SR. ALEXANDRE SILVA – Faculdade de Americana nós fizemos eleição do lado de fora da universidade. UNIBAN também, por declaração aberta do Reitor por ser contra esse tipo de coisa. Outras do interior, Anhanguera de Jundiaí, Anhanguera de Rio Claro. Tem uma série de universidades da rede Anhanguera que a gente nunca conseguiu montar um centro acadêmico, montar uma representação, não pela falta de interesse do estudante, mas até pela forma que é tratada a própria liberdade do estudante lá.

Mas também tem muitas experiências de universidades privadas que são muito referência em cada cidade, em cada lugar que você tem livre organização e às vezes, a cultura do movimento estudantil ela é até elevada em nível de (ininteligível).

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Você lembra de algumas?

O SR. ALEXANDRE SILVA – Lembro. Universidade UNIMEP de Piracicaba, UNIARARAS de Araras, UNIFEB de Barretos. Tem muitas universidades que a própria cultura na universidade é uma cultura de universidade pública porque você tem diretório central dos estudantes, tem centro acadêmico. Nós podemos entrar e falar com estudantes.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Na sua avaliação as faculdades que procuram as organizações, que dialogam, que estimulam a participação dos estudantes, elas conseguem ganhar qualidade? Você disse que tem boas faculdades que não tem esse problema. Ao contrário, vocês não fizeram referência a essas outras que reprimem. Em sua opinião tem uma ligação direta a repressão, o desestímulo, o medo com a baixa qualidade?

O SR. ALEXANDRE SILVA – Com certeza. Nessas universidades você vê, por exemplo, o tripé dissociável de ensino que é ensino, pesquisa e extensão, nessas universidades geralmente ele é respeitado. Você pega uma universidade de Sorocaba, ela presa pela pesquisa. Então você tem pesquisa na universidade de Sorocaba, na de Araras, na Metodista de Piracicaba e você tem poucos casos de estudantes inadimplentes.

Pelas formas de pagamento, as formas de negociação elas são bastante flexíveis. A gente consegue entender isso, e há uma proximidade da instituição com o estudante. Por exemplo, Bolsa de Iniciação científica, Bolsas por questões sócio econômicas, mas assim, faz três anos, a universidade de Piracicaba que a gente coloca como exemplo de universidade que respeita os estudantes passou por ocupação de reitoria, passou por mobilização e foi um processo muito tranquilo do ponto de vista do tratamento da universidade com o estudante.

Eu lembro que teve mobilizações e que na época o reitor era o Elias Boaventura, e ele continuou trabalhando normalmente na reitoria, enquanto os estudantes estavam ocupados. Isso acontece muito em várias universidades do interior, universidades privadas que são universidades tradicionais.

O problema que a gente vê em muitas universidades, não pelo fato do tamanho delas, às vezes, tem muita universidade grande que não cumpre com essas questões e tem universidade pequena que também não preza por essa cultura. Então essas universidades que desrespeitam isso, o índice de inadimplência e muito alto, a cultura do medo é muito grande, quando você chega no estudante para falar das entidades estudantis, muitas vezes ele tem que pedir autorização para coordenação, ou às vezes, não pode fazer uma panfletagem, coisas simples assim são desrespeitadas nessas universidades. Essas universidades que a gente citou é bastante costumeiro esse tipo de prática.

Veja, a UNINOVE nós fizemos a eleição do DCE pelo lado de fora da universidade, e o próprio DCE está sob reconhecimento. Nós estamos esperando a própria reitoria reconhecer a instituição estudantil, porque não precisa a instituição estudantil reconhecer, mas o curso natural das coisas é que elas reconheçam e que a unidade estudantil possa servir com o seu caráter mesmo de

prestar serviço a sociedade, e de prestar serviço ao estudante. Então dessa forma ela tem que ser reconhecida pela instituição para ter uma prática harmoniosa entre as partes.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Só um aparte Presidente com relação a isso. Às vezes, uma CPI, uma Comissão da Assembleia ela decide visitar in-loco. No nosso caso aqui eu gostaria de saber qual o sentimento que vocês têm, caso decidíssemos visitar alguns lugares do Estado de São Paulo, por exemplo: dividirmos o Estado em 4 regiões e essa CPI marcar em determinado local uma audiência para ouvirmos professores, alunos. Nós teríamos presença ou seríamos boicotados.

Segundo, seria melhor marcarmos em uma universidade problema para de pudéssemos despertar a atenção dela? Qual o sentimento de vocês para que pudéssemos dar essa colaboração e colhermos esses dados também para podermos complementar aqui?

O SR. ALEXANDRE SILVA – Em minha opinião esse tipo de proposta vem a casar com tudo o que a gente está fazendo aqui. Acho que é muito coerente da parte dessa CPI ir até o local dessas universidades para poder constatar isso. A gente vive o cotidiano da universidade, mas muito do que é falado da universidade, às vezes, a maioria é verdade mesmo. O problema é o que não é falado nessas universidades. O que não é dito, ou nos meios de comunicação, ou dito nos espaços que discutem a regulação desses serviços. Eu acho que a CPI a partir do momento que ela tira como dever visitar essas universidades, com certeza essas universidades não negariam uma visita da Comissão ao seu interior e eu acho que seria muito bom a gente fazer um levantamento, inclusive nós podemos ajudar a CPI a fazer um levantamento dessas universidades, eu acho de não só ver as universidades que tem problemas, mas também de comparar as universidades que cumprem com a sua função social, porque também não vamos colocar com a contrapartida social, com todas as suas contrapartidas que tem boas práticas, que já tem um reconhecimento na área, para fazer uma comparação com o serviço, que já é prestado ao estudante. Então eu acho que isso para gente inclusive, vem a confirmar tudo o que a gente vive no nosso dia a dia.

Pegar depoimento de estudante na universidade que é reconhecido pelos estudantes, pelo conjunto dos estudantes que são representantes legais do seu centro acadêmico e não é reconhecido pela própria instituição de ensino superior, eu acho que é uma boa.

Visitar essas universidades para ver a disposição das salas de aulas para os seus alunos. Disposição de bibliotecas. Ver se alguns cursos dispõem da estrutura física, da estrutura didática e pedagógica para poder exercer esse tipo de serviço. Eu acho que é muito bom. Eu acho que essa Comissão também pedir para essas universidades apresentação de planilha de custos para poder justificar o aumento das mensalidades também ela é de muita responsabilidade.

Se cada universidade dessa mandou o nome de cada pessoa inadimplente para o serviço de proteção ao crédito, eu acho também é um levantamento também que a gente podia fazer, porque veja bem, o movimento estudantil ele tem o caráter de contribuir com o Brasil. Nós temos um princípio só que é defender o Brasil, defender o nosso Estado. Às vezes, isso passa um pouco despercebido à sociedade.

Então se os Deputados assumirem como responsabilidade a gente pode até orientar a CPI a participar conosco dessas visitas nas universidades e com certeza, serão apresentadas tanto ao corpo discente como ao corpo docente que será chamado aqui também. Representantes do corpo docente dos trabalhadores, porque da parte dos estudantes tem esses levantamentos, e com certeza, por parte do professor também tem. Então eu acho de extrema importância.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – É só para dizer que essa ideia brilhante do Deputado Geraldo Vinholi caiu assim como uma luva, porque os estudantes já nos deram uma série de caminhos e exemplos que nós podemos pegar para que essa CPI realmente tenha o resultado que se espera, e queria dizer que eu apoio totalmente.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Eu gostaria de dizer a V. Exa. e ao Alexandre e ao Fábio que em partes eu me considero contemplado pelas explanações que vocês fizeram aqui e que para mim foram muito úteis, mas só para completar a minha fala na reunião de hoje, eu gostaria só de um esclarecimento do Alexandre, isso é pessoal, porque ele citou acerca da dificuldade que ele teve de entrar em algumas universidades, ou faculdades, citou no começo da sua fala. E agora, finalmente, ele voltou a citar essa mesma dificuldade que teve, mas colocou também a sua campanha durante 8 meses para presidência da UEE.

Eu gostaria de saber se essa dificuldade em entrar em algumas universidades se deu por conta dessa campanha, uma vez que você estava em campanha. Ou se essa dificuldade se deu por programas que vocês tinham para desenvolver com os alunos.

Segundo, o Deputado Simão Pedro indagou acerca dessas universidades que proibiram a entrada de vocês e você citou algumas delas e depois o Deputado Simão Pedro perguntou se você imaginava que a proibição se deu à baixa qualidade dessas universidades e houve uma resposta afirmativa. Eu gostaria de saber, uma vez que foram citadas aqui algumas universidades, se vocês têm dados para nos oferecer agora sobre a qualidade de ensino dessas universidades para que não paire aqui nenhuma dúvida. De repente, citou-se aqui algumas instituições que a qualidade de ensino era baixa e eu gostaria que fosse esclarecido isso. Se vocês tem dado para dizerem que a proibição se deu por conta da baixa qualidade dessas universidades.

O SR. ALEXANDRE SILVA – Muito bem Deputado Adilson, primeiro o movimento estudantil ele é marcado por campanhas. A gente faz campanhas pela reforma universitária, campanha pela regulamentação do ensino privado, campanha por formação de centros acadêmicos, campanhas pelo 50% do Pré-Sal para educação.

Se a gente é impedido de entrar na universidade, pelo menos no meu caso que eu fui impedido de entrar na universidade em vários períodos. Por exemplo, na minha gestão como diretor da UEE, acho que os Deputados aqui presentes acompanharam bastante como foi a nossa gestão passada, nós fizemos muitas campanhas e todas as campanhas que a gente fez foi pelo lado de fora da universidade.

A minha campanha para Presidente da UEE ela veio a 15 dias antes do Congresso porque eu fui lançado candidato a Presidente da UEE a 15 dias do congresso da entidade. Foi do dia 23 ao dia 26 de junho. Então, mais ou menos assim, no início de junho foi lançada a minha campanha a Presidente da UEE.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – O que se refere então aos 8 meses que você citou?

O SR. ALEXANDRE SILVA – Os 8 meses de campanha foi que eu passei nas universidades privadas, porque eu era diretor das universidades públicas. Então eu passei em campanha 8 meses. Campanha que a gente diz é um termo costumeiro do movimento estudantil ou do movimento sindical, quem é do movimento popular sabe que a gente passa a maior parte do nosso tempo em campanha. Eu passei 8 meses em campanha nas universidades privadas na região de Campinas e aqui na Grande São Paulo.

Eu tinha uma função dentro da entidade que era mais do ensino superior público e então teve boa parte da minha gestão que eu passei visitando as FATECs, visitando a USP, visitando centros acadêmicos. Em 8 meses da minha gestão eu passei visitando as universidades privadas em campanha. Ou por formação de centros acadêmicos nos eventos da UNE, ou por mobilização dos foros nacionais das entidades estudantis e essa realidade, essa dificuldade que eu encontrei foi durante a campanha e eu acredito que se for um Deputado nos acompanhar numa universidade agora, de câmera aberta, eu me identificar como Presidente da UEE, eu acho muito difícil a gente ter acesso a essa universidade.

E nós participamos de muitas eleições de diretórios centrais de estudantes e muitas vezes até com proibição de entrar na sala de aula para divulgar essas eleições. Às vezes, impedido até de afixar documento para anunciar aos estudantes sobre a eleição de diretório acadêmico ou sobre o direito dele participar.

Ou mesmo os matérias de nossas entidades, da UEE e da UNE, apesar delas serem reconhecidas pela Constituição Federal, apesar delas serem reconhecidas como entidades que representam os estudantes a novel estadual e a nível nacional, a gente não tem o direito de falar com os estudantes no interior dessas universidades.

Coisa que na universidade pública e em outras universidades a gente tem o direito, mas tem muita universidade que não tem.

Uma UNIP do interior a gente não consegue entrar. Às vezes, para fazer uma campanha estudantil, para levar a nossa mensagem estudantil nesses espaços.

E as nossas práticas, nossas campanhas são muito genéricas. Puxa a campanha para 10% do PIB para educação, por regulamentação do ensino privado, então não são campanhas ofensivas, não são campanhas que venham a colocar certa dúvida em relação às comunidades acadêmicas ou no próprio Município.

Às vezes, nós somos muito bem recebidos nas Câmaras Municipais e nos Gabinetes dos prefeitos e nem sempre nós somos bem recebidos dentro da própria universidade. Às vezes, na cidade que a gente chega, que nós não podemos entrar nas universidades para fazer campanha, a gente recorre até ao poder público para tentar nos ajudar a entrar nessas universidades, e às vezes, nem o poder público pela responsabilidade que tem, não consegue garantir esse próprio direito.

Então é disso que eu falo de campanha e é disso que eu falo da constatação de nossa prática nas universidades

E reafirmo aqui, todas as universidades que a gente citou, para o bem ou para o mal foram experiências que a gente viveu no dia a dia da universidade.

O SR. ALEXANDRE SILVA – Veja só Excelência. Falou sobre os dados objetivos da qualidade de ensino dessas universidades. Pode ter certeza, pegue os dados do ENADE e do SINAES das universidades que nós enumeramos aqui e de uma olhada nos índices.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB - – Vocês tem esses dados aí?

O SR. ALEXANDRE SILVA – Temos e podemos mandar. E do ponto de vista empírico do que a gente vive ali no dia a dia, porque nós temos um problema que nem o ENADE e nem o SINAES avaliam gestão democrática. Não tem mecanismo para falar se aquela instituição tem ou não tem gestão democrática. O que nós podemos falar é o que nós temos em termos de entidades de representação estudantil, representação docente dentro da universidade, que tem uma relação conturbada e se você for dentro dessa universidade você vai sentir, vai olhar pela própria infraestrutura da universidade.

Vai ser fantástico essa Comissão poder visitar determinadas universidades. Inclusive eu falo de universidades que nós temos problemas de acessibilidade, de universidades que tem problemas de gestão. Nós enfrentamos muitos problemas dentro das universidades.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu sei que já exploramos bastante o Alexandre e o Fabio e também dado o adiantado da hora, eu queria ver, esse não era o caso de aprovarmos aqui por sugestão, Deputado Vinholi, mas que fora do nosso cronograma nós pudéssemos fazer uma visita a UNITAU para saber o que está acontecendo lá. Se de fato esse episódio de que mil estudantes foram denunciados ao SPC, talvez fosse o caso de ir até lá. Taubaté não é tão longe, dá 150 kms. daqui de São Paulo a gente poderia marcar uma data e ir lá para saber o que é possível fazer.

Poderia se submeter aos demais colegas.

Ele citou também o caso da Faculdade de Americana. Da UNIBAN que o Reitor diz que é contra organizações estudantis. Anhanguera Jundiaí e Rio Claro seria o caso de saber se vale a pena fazer uma visita.

E, eu queria ver se a gente aprovaria aqui um Requerimento, que a gente enviasse um requerimento de informação ao MEC, solicitando a Secretaria Nacional de Ensino Superior, requisitando a relação das instituições privadas de ensino que funcionam no Estado de São Paulo com os seus cursos, e a avaliação que o MEC, através do seu sistema de avaliação fez o último levantamento de avaliação a cada um dos cursos.

Para que a gente pudesse ter um ponto de partida. Fazer esse requerimento, encaminhar e a gente faria gestão ao Presidente da CPI para que o MEC pudesse nos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu acho importante essa observação e eu coloco aqui para os senhores Deputados discutirem e aprovarem.

O SR. – Eu acho que seria importante dentro dessa avaliação, Deputado, os estudantes egressos do... Só para juntar aqui no levantamento, pedir por exemplo, para OAB o número de estudantes que são formados nas faculdades privadas e quanto por cento desses estudantes formados passam na prova da OAB.

Esses dados aqui eu acho que a CPI pode fazer esse levantamento.

O SR. – Eu quero aprovar em número, gênero e grau a proposta do Deputado Simão Pedro. Eu acho que quando tivermos em mãos esses dados eles vão contribuir muito para o desenvolvimento de nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – E também em votação aqui a visita não somente a UNITAU, mas eventualmente em outras.

O SR. – Seria bom visitarmos todas essas que foram citadas aí para nós termos uma...

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Não sei se teremos tempo hábil durante a CPI para isso, mas aqui fica para os senhores deliberarem a respeito da tal visita a algumas universidades.

Pela ordem Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Apenas para fazer uma solicitação aos estudantes, que façam Ofício relatando as Universidades que colocam os alunos inadimplentes no SPC. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Que eles tiverem conhecimento.

Eu também queria fazer aqui a nossa observação que a gente lamenta assim profundamente. Enquanto nós avançamos em outras áreas após a Constituição de 88, do ponto de vista da democracia, a gente percebe que os estudantes ainda não conseguiram os avanços que seriam importantes para o desenvolvimento da classe. A gente lamenta profundamente.

Eu quando universitário participei muito das atividades do centro acadêmico de forma enfática, porque uma das primeiras gestões do regime militar, foi mudar o nome de centro acadêmico e já fazia parte da nossa cultura. E eu lamento profundamente que isso não tenha ocorrido.

O que a gente vê hoje é que até a formação dos diretórios ela é manipulada pelos dirigentes proprietários das universidades. Desde que sejam eleitos tais elementos comprometidos com tais e tais comportamentos, eles permitem a eleição. O que se vê é a manipulação da classe estudantil até por parte dos proprietários das universidades.

Não sei se os estudantes também não tenham alguma culpa por permitir em determinados momentos, a partidarização de alguns grupos dentro da entidade, mas de qualquer forma, o Alexandre também disse no início que não gostaria de falar a respeito da qualidade de ensino, porque os órgão do MEC seriam os responsáveis pela avaliação, quase que deixando nas entrelinhas que essa Comissão não teria poderes para interferir nessa avaliação.

Nós sabemos os limites dessa Comissão, mas é nossa obrigação enquanto Deputados, enquanto representantes da população, do povo de São Paulo, discutirmos todos os assuntos que interessem a boa qualidade de vida da nossa gente.

E a nos caberá, sem dúvida, denunciar a quem de direito, eventuais inconformismos, mazelas que nós possamos encontrar. O que se sabe é que hoje o ensino público ele é deficiente enquanto no ensino fundamental e médio. E o ensino da universidade pública é de primeira linha. Eu acho que não tem nenhuma universidade pública que ofereça um serviço de má qualidade. Lamentavelmente, têm acesso às universidades públicas alunos de maior renda e essa é a nossa preocupação, o estudante pobre vai para universidade privada e depois quando termina o curso ele não tem condições, não compete no mercado de trabalho pela baixa qualidade de ensino. E nós queremos é desnudar esse panorama. Da má qualidade de ensino, não todas as universidades, como senhor mesmo citou o Mackenzie e outras aí de excelência. Mas nós queremos desnudar essas faculdades que oferecem uma má qualidade de ensino para o aluno pobre que não consegue depois de formado, ele se forma a duras custas, trabalhando quase sempre para poder pagar a faculdade e ele no fim não consegue adentrar com dignidade no mercado de trabalho. Quantos passam na OAB? É um número limitado.

Então eu acho que essa CPI, como foi a CPI dos cursos de medicina que eu tive a honra de presidir, a proliferação dos cursos de Medicina aqui no nosso Estado e no nosso país, chegamos a conclusões importantes. Chegamos a conclusão, por exemplo, que foi durante o Governo Lula que mais proliferaram os cursos de Medicina, muitas vezes não amparados pelos equipamentos necessários para boa formação dos alunos.

Então o pecado é do Fernando Henrique, é do Lula, talvez de forma, pensando em atender a população, oferecendo oportunidades a todos criando tantos e tantos cursos.

Um aparte ao Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – A informação que eu tenho é que durante o último período do Ministério do Fernando Haddad foram fechadas mil vagas nos cursos de Medicina privados e o MEC criou um Conselho formado por 18 especialistas, presididos pelo notável Adib Jatene que hoje é esse Conselho que dá o aval se vai abrir ou não.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Agora sim, mas anteriormente a essa avaliação, foi no Governo Lula que se proliferaram as faculdades de Medicina que existem aí. Mas nós também temos a nossa culpa, eu acho que os dois governos permitiram e acho que nem mal intencionados foram, mas foi um erro, a proliferação de tantos e tantos cursos.

O que se vê é esse pessoal extremamente ávido em fazer faculdades e elas viraram aí um comércio que a gente tem até péssima referência.

O SR. PRESIDENTE – GERALDO VINHOLI – PSDB - Desculpe a indelicadeza. Foi aprovada a nossa visita a UNITAU. E a eventuais outras universidades que possam a vir. Como nós não vamos ter condições de ir a todas as universidades e algumas regiões do Estado, gostaria de sugerir que fosse essa visita a UNITAU que fosse solicitado um espaço e que fossem convidados os estudantes, professores de todas as universidades daquela região, para que pudéssemos ouvir não só a UNITAU, mas também que levássemos aquelas mais democráticas para dentro para discussão, para podermos discutir profundamente esse caso.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu acho que o senhor tem razão quando diz que existe uma relação direta de proporcionalidade entre a boa qualidade de ensino e a cultura das liberdades do estudante. Eu acho que existe sim porque aqueles que não temem, sabem conduzir esse movimento e permitem que tudo seja livre, aberto e que todos possam contribuir e acompanhar. Aliás, é uma obrigação.

O SR. ALEXANDRE SILVA – Presidente, me permite um aparte só para esclarecer? Em relação a livre organização, inclusive sobre questões que o senhor levantou de responsabilidade do estudante eu entendo que pela Constituição democrática de 88, a livre organização ela é assegurada pela Constituição, inclusive do jovem, a partir do momento que tem o direito de tirar seu titulo de eleitor, de se filiar a um partido político ou de aderir a um movimento da sociedade civil organizada.

Então, às vezes, eu acho que a gente tem que entender também que a opção do estudante de aderir a um movimento ou a um partido político, ela vem com direito que é garantido na Constituição de 88, e às vezes, é até perseguido por conta dessa opção que ele faz na sociedade. Então eu acho que esse levantamento também é importante para entender como que é a cultura democrática no nosso país. eu acredito que entidades estudantis não devem tomar parte sobre um partido ou sobre uma organização, como uma Casa de Leis não deve tomar parte de um partido ou de uma organização, ou qualquer outra instituição democrática da nossa sociedade. Mas o direito do estudante de participar também, às vezes, é castrado o direito dele por esse detalhe dele participar de algum movimento ou dele aderir a algum partido político ou coisa do tipo. Eu acho que também tem que ser combatido no interior das instituições, o que não existe nas instituições de ensino superior uma perseguição velada como existe em muitos lugares aí. Estado de direito eu acho que serve para todos os ângulos.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós agradecemos a participação dos estudantes que certamente muito contribuíram para os trabalhos de nossa CPI e encerramos a presente reunião. Obrigado pela presença de todos. Convocados para próxima semana as 10 horas, 4ª feira e nós encaminharemos aos gabinetes dos Srs. Deputados os convidados.

* * *

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ENSINO SUPERIOR

24/08/2011

PRESIDENTE DEPUTADO CELSO GIGLIO - PSDB

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ENSINO SUPERIOR
24/08/2011

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Havendo número regimental declaro abertos os trabalhos da 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de apurar a real situação do Ensino Superior praticado nas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo com a seguinte pauta. Ouvir a Profª Heloisa Borsari Presidente da ADUSP – Associação dos Docentes da USP.

A Profª Heloisa envia o Sr. Otaviano Heleni da ADUSP para substituí-la e eu pediria que ele assumisse o seu lugar na Mesa.

Ouvir o Prof. Hubert Alquéres Presidente da CEE-SP – Conselho Estadual de Educação de São Paulo. O Sr. Hubert está representado aqui pelo Conselheiro Arthur Fonseca Filho que foi Presidente do Conselho Estadual de Educação, Presidente da Câmara de Educação Superior, membro do Conselho Nacional de Educação, Secretário Municipal de Educação de Sorocaba, e representa o colegiado neste evento.

O Dr. Julio Durigan do CRUESP envia Oficio pedindo que seja remarcada a sua oitima uma vez por compromissos anteriormente assumidos.

Presentes os Srs. Deputados Simão Pedro, Itamar Borges, Leci Brandão, Adilson Rossi e esse Deputado na Presidência.

Srs. Palestrantes, a preocupação da Comissão é no sentido de uma avaliação correta, séria, precisa, honesta da realidade do ensino superior das universidades privadas, uma vez que enquanto as universidades públicas em sempre uma provação muito maior, uma qualificação muito maior, não por uma questão já bem conhecida, oportunidade de alunos de renda mais alta. Os alunos de renda mais baixa, que não conseguem por razões já conhecidas também, acabam se destinando às universidades privadas que nem sempre oferecem ao formando as mesmas oportunidades ou permitem as mesmas oportunidades de competição do que aqueles que estudam nas escolas públicas.

O objetivo da Comissão é detectar quais as razões, encaminhar para os órgão competentes e ensinar, e buscar participações de outros órgãos importantes nessa luta para redenção desse problema que para nós é realmente importante.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Quero primeiro dar um bom dia aos meus colegas Deputados e ao Sr. Presidente dessa Comissão. Sr. Presidente quando na semana passada nós apresentamos três requerimentos de convites a algumas pessoas que nós entendemos fundamentais para nos ajudar nesse debate. Por exemplo, como Dr. Julio Cezar Durigan do Conselho de Reitores das Universidades Paulista a CRUESP, inclusive está na justificativa votada e acatada pela CPI para que ele pudesse fazer estudo de instituições, pesquisas e aportes de recursos de todas as universidades públicas e privadas, analisando oferta de vagas e profissão científica do magistério superior.

A mesma coisa quando sugerimos o nome da doutora Heloísa Borsari Presidente da ADUSP para que pudesse expor um pouco o conteúdo e resultados dos trabalhos feitos pelo grupo de trabalho sobre ensino superior privado e falar um pouco sobre a ameaças da privatização do ensino superior público, representado pelas fundações privadas, e pelo que nos consta a ADUSP tem um acúmulo muito grande.

E no convite feito a nossos convidados a CPI sugeriu que nossos convidados pudessem discorrer sobre temas que não estavam na justificativa do convite, por exemplo, o Sr. Otaviano aqui representando a Profª. Heloísa Borsari, foi sugerido que falasse sobre a importância do corpo docente. Então eu queria chamar a atenção de V. Exa. para que fosse respeitado o objetivo das sugestões que os Deputados fizeram e que fosse aprovado, porque senão a pessoa que vem aqui discorrer sobre o assunto que a CPI achou interessante, vem com dados, informações que não era aquela intenção inicial.

Eu queria registrar para que isso não ocorra novamente, Sr. Presidente, senão pode gerar problemas aqui na condução dos trabalhos e do conteúdo que nós queremos apurar. Eu espero que então os nossos convidados possam se remeter àquele requerimento inicial da Comissão aprovado aqui por unanimidade nas reuniões anteriores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Sr. Deputado, o convite foi feito para a Dra. Heloísa Borsari conforme Ofício de sua autoria aprovado nessa Comissão, com pauta e assunto representado e nós imaginamos que o Dr. Otaviano que a representa tenha conhecimento do Ofício e que venha substituí-la a corresponder aquilo que nós havíamos formulado.

Então eu quero solicitar a Secretária a leitura da ata anterior.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Gostaria de solicitar a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – É regimental, está dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

Registro ainda a presença do Deputado Geraldo Cruz de Embú das Artes.

Pergunto aos Srs. Palestrantes quem é que se atreve a falar primeiro.

O SR. OTAVIANO HELENI – Bom dia a todos, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Deputada. Eu estou aqui representando a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, substituindo a sua Presidente Heloísa Borsari e vou abordar o tema que nos chegou no convite que era a questão do ensino superior privado no Estado de São Paulo e a questão do trabalho docente, obviamente ligado a questão da qualidade do ensino.

Mas eu quero aproveitar e iniciar fazendo uma observação em relação a uma observação do Sr. Presidente quanto que a forma que a elitização e a exclusão ocorrem no ensino brasileiro. Ele fez referência ao fato que as universidades públicas são os mais ricos que entram e por complemento, nas instituições privadas são os menos favorecidos.

Eu queria apontar que esse é um engano bastante grande que há no Brasil, engano sobre o qual são tomadas decisões políticas e eu queria dizer que não é dessa forma que ocorre a elitização e a exclusão do sistema educacional brasileiro.

A elitização ocorre pelo tipo de curso e não pelo tipo de instituição. Parece que ela ocorre pelo tipo de instituição, porque por uma questão mercantil, as instituições privadas concentram os seus cursos naquelas áreas que são cursos apenas expositivos, sem laboratório, com uma carga horária para completar o curso relativamente baixa, absolutamente baixa, enquanto que as universidades públicas concentram os seus cursos naqueles que são mais caros, mais demandantes de infra-estrutura com carga horária maior.

Como um exemplo, e entrando em alguns pontos, embora o percentual de estudantes nas instituições privadas no Brasil seja da ordem de 75% e muito mais do que isso no Estado de São

Paulo, em certas áreas de conhecimento a coisa se inverte totalmente e a concentração é muito maior nas instituições públicas.

Citando aqui uma bem emblemática que é a medicina. Eu não tenho número exato, mas grosso modo 50 ou 60% do estudantado de Medicina estão em universidade pública. Como a elitização ocorre pelo tipo de curso, parece que é pelo tipo de instituição, porque na instituição pública estão exatamente aqueles cursos caros, os cursos de Engenharia de tempo integral, os cursos de Agronomia, os cursos de Medicina e várias outras áreas, e então a gente olhando de longe dá a impressão que a elitização corre pelo tipo de instituição e não é isso.

E complementando esse raciocínio, se nós compararmos cursos equivalentes, por exemplo, um curso de engenharia em tempo integral numa universidade pública e uma engenharia de tempo integral de igual qualidade numa universidade privada, e existe isso na PUC do Rio de Janeiro pelo menos, a gente percebe que a elitização não é pelo tipo de instituição, é pelo tipo de curso. O mesmo ocorre em medicina, o mesmo ocorre em todas as outras áreas, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Pedagogia, etc. A elitização é pelo tipo de curso e não pelo tipo de instituição. Isso eu acho que é importante porque muitas vezes essa informação é usada como base para certas conclusões e até mesmo para certas deliberações políticas.

Entrando no tema que eu devo falar aqui que é sobre o quadro docente das instituições e da garantia da qualidade de ensino, eu queria primeiro iniciar um balanço geral do que aconteceu com o ensino superior privado no Brasil.

O ensino superior privado no Brasil ele vem sendo no último século, em todos os grandes períodos da nossa história política recente, o ensino superior privado cresceu. Ele abrangia 40% aproximadamente do estudantado por volta de 1960, atualmente abrange 75% do estudantado. Esse crescimento ocorreu durante todos os períodos, com exceção do período da crise econômica, que é a tal da década perdida de 1980. Como o ensino é privado o que nós vimos acontecer em 1980 foi o seguinte: com a crise econômica, essa crise entrou totalmente no sistema educacional brasileiro e afetou o sistema educacional brasileiro. Então nesse período houve uma redução do ensino superior privado na década de 80, não por qualquer mérito de alguma decisão política correta que tenha sido tomada, mas simplesmente como consequência da crise econômica, ou seja, a educação privada acaba servindo para acirrar a crise, porque as pessoas abandonam o sistema educacional, por não poderem custear a universidade e ou custear uma escola, e vão, evidentemente, se eles abandonam nessa faixa etária a educação, numa situação de crise econômica, eles vão evidentemente aumentar o desemprego. Foi exatamente o que aconteceu na década de 80. Houve uma migração do estudantado mais desfavorecido para o desemprego, e do estudantado mais favorecido das escolas de ponta, no caso do ensino fundamental e médio das escolas privadas para as escolas públicas, e no ensino superior a gente viu uma redução do estudantado que não podiam custear os estudos.

Então esse é um primeiro exemplo da gravidade do sistema educacional, ou seja, numa crise econômica, ao invés do sistema educacional contribuir para superação da crise e para construir as bases para sustentação futura do país, ela acaba contribuindo para piorar a situação.

Outro aspecto que eu queria apontar e esse é bastante importante, especialmente aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo é o seguinte: a privatização é um problema nacional. De fato, 75% do estudantado estão nas instituições privadas, entretanto, ele é um problema muito mais grave no Estado de São Paulo. No Estado de São Paulo a privatização com dados de 2009, que são os mais recentes disponíveis, 87% dos estudantes estão em instituições privadas, mostrando absoluta ausência do setor público. Enquanto que nos demais Estados é 69% essa proporção.

Então o Estado de São Paulo, se o Brasil é um dos três ou quatro países com maiores índices de privatizações do mundo, o Estado de São Paulo tem um índice de privatização maior do que todos os países do mundo. E não pensem que os Estados Unidos é um dos três ou quatro.

Eu queria apontar também o seguinte: quando eu comparei o estudantado e disse que são 87% dos estudantes paulistas que estão em instituições privadas, podia parecer que era simplesmente um aspecto positivo, um estado emergente, ativo, mas não. Esse número é terrível. Nos outros Estados da ordem de, para cada conjunto de mil habitantes há aproximadamente 7 estudantes em instituições públicas de ensino superior, no Estado de São Paulo esse número cai para 5. é uma diferença bastante significativa.

Então a gente vê que em termos mesmo comparados com a população, o que absolutamente não se justifica porque a gente está num dos Estados, tirando o Distrito Federal e o Rio de Janeiro talvez, mas eu presumo que só o Distrito Federal tem uma renda per-cápita superior a paulista, tem uma situação econômica melhor que a paulista. O restante não. Então não se justifica essa pouca presença no ensino público.

O ensino público é pouco presente também quando a gente compara com os formados no ensino médio. No Estado de São Paulo a gente tem para cada 8 formados no ensino médio, há uma vaga para o ensino público. Nos demais Estados essa proporção é de 4 para um. Para cada 4 formados há uma vaga no ensino público.

Eu passei para o Presidente um resumo desses dados.

É o seguinte, no Estado de São Paulo há uma vaga no ensino público presencial para cada 8 concluintes do ensino médio. Nos outros Estados a proporção é de uma vaga para cada quatro concluintes do ensino médio. A diferença é muito significativa e mostra de fato, não um engano,

uma crise, ou uma confusão, mas uma política de longo prazo porque tem sido assim há muito tempo.

Essa então é a situação do ensino privado superior presencial no Brasil e no Estado de São Paulo.

As conseqüências dessas privatizações são muito graves. Eu até perguntaria se a crise econômica que ocorreu na década de 80, que foi mais intensa no Estado de São Paulo do que no restante do país, a estagnação econômica de São Paulo foi mais intensa e mais longa do que no restante do país. nós ficamos no Estado de São Paulo com a renda per-cápita praticamente inalterada de 1980 aproximadamente até 2005/2006, quase duas décadas e meia de renda per-cápita estritamente estagnada, com pequenas flutuações, isso é dado do SEADE, o órgão estadual correspondente ao IBGE, enquanto que o crescimento pífio do país nesse período foi concentrado nos demais Estados.

Então quem olha o Estado de São Paulo e o país em 1980 e em 2005, 25 anos depois e compara a realidade dos diferentes estados, a gente vê que o Estado de São Paulo perdeu participação não porque os outros cresceram mais rápido, não. Foi porque aqui nós estagnamos de forma mais intensa e mais longa.

A pergunta aqui é o seguinte: não estaria o ensino superior público responsável também por essa situação? Afinal das contas não se faz PIB sem profissionais qualificados. Não se faz bem estar social, saúde, educação, sem condições objetivas e concretas de trabalho. Então a pergunta é: será que a educação não é um dos fatores que pode ter contribuído para a perda relativa de posição do Estado de São Paulo, pelo lado negativo, por mais estagnação e mais crise aqui do que no restante do país?

Quanto aos cursos privados eu queria abordar uma questão bastante importante. Importante para gente entender que as instituições privadas, sejam elas confessionais, lucrativas, não lucrativas, enfim seja qual for, elas dependem vitalmente de sua planilha de custos. Conseqüência disso o que a gente vê são cursos viáveis economicamente ou financeiramente e não os cursos que o Brasil precisa e no lugar que o Brasil precisa. Então há sempre uma instituição provada capaz de oferecer mais um curso de administração, ou um curso da moda, que a gente passou por vários períodos que surgem cursos da moda, que está na moda. Talvez ainda esteja na moda hoje os cursos de fisioterapia, de Educação Física, teve um período da Odontologia, há cursos que a gente vê claramente que a concentração dos cursos não está respondendo a uma necessidade profissional, mas sim a uma viabilidade financeira. E esses cursos são instalados nas regiões do país onde há capacidade financeira da população pagar. Ninguém abre um curso de Engenharia de tempo integral privado no sul do Pará, onde seria absolutamente fundamental para o desenvolvimento da região, ou de pelos menos Agropecuária, Engenharia Agrônômica, Veterinária, etc. Não, ninguém abre, porque não há uma população capaz de pagar isso. Eles preferem abrir mais um curso de moda, que está na moda, ou um desses cursos de baixo custo. Esse é um problema gravíssimo da privatização no ensino geral no Brasil, e no Estado de São Paulo em particular onde esta privatização (ininteligível).

Eu queria citar também nessa mesma linha, que quando a gente compara a distribuição do estudantado brasileiro superior para as diferentes áreas de conhecimento e compara com o restante do mundo, a gente vê uma discrepância muito marcante onde os cursos de administrações em geral, que inclui vários tipos de cursos de administração, hiper dimensionados quando comparados com o restante do mundo. Enquanto que, cursos fundamentais para o bem estar social ou para o desenvolvimento da produção de bens e serviços, como por exemplo, os cursos de tecnologia, engenharia, ciências básicas, etc., a nossa diferença em relação aos demais países é no sentido negativo.

Em resumo, temos muito mais administradores e advogados e outros profissionais do que os demais países, e muito menos engenheiros e cientistas do que os demais países. Para se dar um exemplo o percentual de engenheiros estudantes no Brasil é da ordem de 7%, e isso é 1/3 ou 1/4 de países que tem viabilizado um crescimento mais importante.

A qualidade dos cursos nas instituições privadas elas ficam muito aquém dos cursos no setor público, pelas razões que a gente sabe quais são. Mas de qualquer forma eu vou alinhar aqui algumas delas. Mas desculpe, eu queria apontar outro aspecto muito importante que é o seguinte: com frequência surge no Brasil um discurso dizendo o seguinte: - Mas o setor público precisa usar o setor privado para aumentar oferecimento de cursos, mesmo porque o setor privado consegue dar o curso por um custo mais baixo, um investimento por estudante mais baixo.

Ora, isso é um engano. Há alguns trabalhos inclusive dos quais eu participei de levantamento de qual é o custo efetivo de um estudante numa universidade pública, no caso a Universidade de São Paulo, comparativamente ao custo de manutenção do estudante de graduação numa instituição privada, quando nós comparamos custo de cursos de igual qualidade, a diferença é muito favorável para o setor público. Então quando nós comparamos o custo de um estudante de Medicina numa instituição pública brasileira, por exemplo, na Universidade de São Paulo que tem um curso de Medicina em São Paulo e em Ribeirão Preto com as mensalidades dos cursos de Medicina de qualidade, que existem alguns poucos por aí no setor privado, na instituição pública é menor. A mesma coisa no curso de Engenharia.

Se nós comparamos a mensalidade de um curso de Economia na FGV com o custo de um estudante de Economia na USP, na UNICAMP, na UNESP ou numa Federal, o custo numa

instituição pública é muito menor. Incomparavelmente menor. Acho que eu no caso da Economia, chega num fator 2, quer dizer, a metade do custo.

Então eu quis apontar esse aspecto porque isso está fortemente ligado com a questão de uma política essencial que esse país tem que tomar, e tem tomado com base em fatos que não corresponde a realidade. E aí vêm políticas federais, estaduais, municipais, subvenções, incentivos, etc., com uma base como se o setor privado oferecesse cursos mais baratos que no setor público.

É evidente que na média sim, porque os cursos oferecidos pelo setor privado são cursos para se formar, e muitas vezes o estudante não chega a ter 2 mil horas de aula num curso pleno de nível superior. Esse curso é evidentemente mais barato. Curso de baixa carga horária, sem laboratório, etc. Enquanto que num curso de Medicina, o estudante para se formar tem que ter 8 mil horas de aula. E são 8 mil horas de aula com laboratórios e com laboratórios seletivos. Então o custo é muito diferente. Mas aí se a gente fizesse a comparação, nós estamos comparando alhos com bugalhos, coisas que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Compare-se o mesmo curso no setor público e no setor privado.

Então, vários aspectos, acho que aponteí algumas dificuldades do setor privado, dos problemas que o setor privado nos causa e muitos deles relacionados às condições de estudo e trabalho nas instituições privadas. As condições de estudo e trabalho são claramente muito precárias nas instituições privadas, com raras exceções. As exceções são raras e com uma outra exceção em termos nacionais, essas raras exceções estão concentradas em cursos sem laboratórios, especialmente sem laboratórios com seres vivos.

Os salários pagos pelas instituições privadas, são significativamente, em média por hora trabalhada, inferior a do setor público. E o setor público não é nada magnífico, está longe de ser, e no setor privado, com raríssimas exceções ele é significativamente inferior. Há uma quantidade enorme de professores horistas, o que acaba comprometendo evidentemente, as condições de trabalho.

Eu vou citar um número sem desenvolver um pouco o raciocínio, mas o raciocínio é mais ou menos imediato, numa instituição de ensino superior, especialmente numa universidade, a proporção de estudante/professor não pode exceder 15 para um, ou seja, 15 estudantes para um professor, mesmo nas áreas onde não tem laboratórios com seres vivos, e portanto, o salário de um professor é uma fração da mensalidade paga por 15 estudantes. Grosso modo o salário de docente de uma universidade privada e nas públicas também, grosso modo é a metade do orçamento. Então se alguém quiser estimar a capacidade que o setor privado tem de pagar salário então é essa a conta. 15 estudantes, multiplica pela mensalidade que eles pagam, divide por dois, esse é mais ou menos o salário bruto de um professor. Seria. Mas realmente é bastante perto disso. A gente compara o salário, grosso modo, algumas mensalidades chegam abaixo de 500 a 600 reais em alguns cursos, têm outros até abaixo disso, vezes 15 professores, dada a ordem de 6 a 7 mil reais, divide por dois, 3 mil reais. Esse é o salário que seria pago a um professor universidade se dedicando integralmente ao ensino, então se repetindo o que acontece no ensino fundamental e médio.

Outro problema das instituições privadas, é que nessas condições de trabalho que elas oferecem, inclusive as condições salariais, professores horistas que se sujeitam a dispensas arbitrárias porque fecha cursos, fecha unidades, funde cursos e etc., e às vezes por razões até piores do que essas, com essas condições de trabalho, as instituições privadas não conseguem e nem querem atrair mestres e doutores para o seu corpo docente. Está aí um projeto de lei acho que no Senado Federal, que chegam ao absurdo de propor que no Brasil, pessoas sem pós-graduação possam dar aula no ensino superior, então as instituições de ensino privado elas não querem, não precisam e não podem atrair bons profissionais com grande titulação. Não querem porque implicaria em pagar um salário menor e oferecer condições melhores de trabalho e mesmo porque a demanda de uma pessoa altamente titulada seria maior. Então não quer por causa disso. E ela não precisa, porque por absurdo que possa parecer, o Brasil consegue ter uma lei, a LDB de 1976 que concebe universidades sem doutores. A LDB diz que uma instituição universitária ela é uma instituição que precisa ter em seu corpo docente, pelo menos um terço de pessoas com mestrado ou doutorado. A redação é exatamente essa por mais estranho que possa imaginar, por mais estranho que tenha sido aprovada uma redação desse tipo na lei. Quer dizer, é como dizer o seguinte: o salário mínimo é 500 ou mil reais. Evidente que se é 500 ou mil reais, é 500. e dizer que é mestre ou doutor, é evidente que o ou não precisa doutor, um terço do corpo docente como mestre ou doutor.

Outro erro mais sutil na LDB, na direção que as instituições privadas não precisam mesmo de pessoas tituladas no seu corpo docente por lei, é o fato de que essa mesma norma da LDB se refere a porcentagem do corpo docente, não das aulas ministradas e não das aulas da instituição. É um terço do corpo docente com mestrado ou doutorado, ou seja, é um terço do corpo docente com mestrado. E é um terço do corpo docente, não é um terço das aulas ministradas. Então você pode jogar Transgênicos Orgânicos e Agrotóxicos a carga horária em cima de um professor que não tem o mestrado ou doutorado e ter lá um professor dando uma aula apor semana com doutoramento.

Essa situação que já em 1996 era totalmente inaceitável, hoje quando surge esse projeto de lei no Senado, dizendo que nem se quer a pós-graduação latu-sensu a pessoa precisa ter, é um absurdo que não dá nem sequer para entender. Nós passamos esse tempo todo, especialmente as instituições públicas formando pessoas, nós temos hoje no Brasil na ordem de 100 mil doutores e um número bem maior do que 200 mil mestres sem doutoramento, um potencial para o ensino superior de qualidade, ao invés de surgir uma proposta que frente a melhoria de condições de oferta,

vamos aumentar as exigências, surge uma proposta exatamente na posição contrária. E não é uma proposta isolada. Essa proposta parece nos projetos de lei apresentados pelo setor privatista no Congresso Nacional por ocasião quando se discutia a reforma universitária.

Há vários projetos de lei, eu não sei agora quando mudou a legislação, teve lá uma Comissão que deu um parecer que neutralizou alguma coisa, mas existe no Congresso Nacional, existem projetos de lei e emendas de projetos de lei que vão na mesma direção.

Então eu acho que essa é uma condição absolutamente importante.

Para se ter um curso de qualidade de nível superior é necessário ter um quadro docente que, inclusive, faça pesquisa, porque a pesquisa é fundamental para viabilizar os cursos nas próprias áreas. São necessário quadros titulados, é necessário pelo dois lados para melhorar as condições de ensino nas instituições de um lado e para aproveitar o potencial desses 100 mil doutores que o Brasil tem e formou. Nós temos 100 mil doutores formados mas não aproveitamos o potencial dessa formação, porque muitos deles simplesmente não encontram condições adequadas de trabalho e vão ao longo dos anos se dedicando a outras atividades.

Mais do que isso eu diria ainda o seguinte: o poder do setor privado na educação ele é muito grande e a ponto de que hoje o setor privado tem um número de vagas a serem oferecidas para ingresso, maior do que o número de concluintes do ensino médio. Mas isso não é um mérito. Ele é outro lado da moeda. Ela não tem essas vagas. Na verdade ela tem autorização do MEC, do Conselho Nacional de Educação e de leis etc., de potencialmente abrir essas vagas, mas não existem as vagas. Não é que existe a sala de aula, o professor, a biblioteca, o laboratório, o banheiro, etc. capaz de atender essas pessoas. Não, é uma reserva estratégica. O que nos coloca numa situação muito complicada, porque essa reserva estratégica, evidentemente, como qualquer reserva estratégica, quando for estratégica vai ser usada. E ela é usada para pressionar Governo, como moeda de troca e uma série de formas. E agora com o ensino a distância a situação ainda piorou um pouco mais porque o ensino a distância que vem bem embalado com um discurso social muito bonito, quando ele cai na realidade do ensino brasileiro ele transforma totalmente e tem outra fisionomia. Então hoje nós no ensino a distância temos mais vagas do que o concluinte do ensino médio, deve estar passando de longe de Um milhão e meio de vagas potenciais, evidentemente, não há vaga que a pessoa ingresse nessa vaga. Ela existe, está registrada, aquela instituição que tem aquele CNPJ tem direito de oferecer isso e vai usar isso como moeda de troca, ou como fator de pressão, vai usar isso comercialmente quando isso interessar.

Então acho que é essa a situação que eu queria abordar, eu fiquei sabendo que o requerimento aqui incluía outros aspectos, mas lamentavelmente para Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo não chegou essa informação, então eu preparei a fala nessa direção que eu me manifestei. Queria agradecer a oportunidade em nome da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo e colocar a associação a disposição e lembrar que a Associação teve um papel bastante importante junto com outras associações docentes das Universidades estaduais paulistas e outras universidades da educação do Estado de São Paulo, na elaboração do plano estadual de educação que foi, não sei agora se está ainda como uma proposta na Assembleia Legislativa de São Paulo, mas que foi num certo momento apresentada e foi um P L ou é um na Assembleia Legislativa de São Paulo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Muito obrigado Prof. Otaviano que de forma, muito interessante, muito pratica, muito real, expôs aí uma parte da problemática e pedimos que ele continue a Mesa e depois abrimos para perguntas. Queremos registrar a presença do Deputado Geraldo Vinholi e passamos a palavra agora para o Prof. Arthur Fonseca Filho que representa o Prof. Hubert Alquéres.

O SR. ARTHUR FONSECA FILHO – Bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Deputados presentes aqui nessa sessão, eu quero registrar a minha enorme satisfação de poder estar aqui nesta Casa e eu quero enfatizar como representante do Conselho Estadual de Educação. Eu quero enfatizar porque eu quero ser o representante do Conselho.

Se eu fosse defender minhas posições pessoais e a minha posição com relação ao tema proposto especialmente pelo Prof. Otaviano, talvez tivéssemos um debate mais acalorado, porque eu quero dizer que eu discordo radicalmente das colocações dele com relação as origens do problema. Eu acho que os problemas existem, mas acho que os problemas não estão na oposição entre ensino superior público e privado. As origens são outras.

E aqui, eu como Presidente do Conselho quero dizer que nós temos dois representantes dos Deputados nesta Casa que tem nos seus Municípios instituições públicas de ensino superior que nem sempre são lembradas, nem sempre são lembradas nesse Estado e nem mesmo na Assembleia. São instituições municipais de ensino. No Estado de São Paulo nós temos mais ou menos 30 instituições de ensino superior. Nós temos duas universidades públicas municipais, a universidade de Taubaté e a universidade de São Caetano do Sul que são universidades públicas, porque o que define a publicidade é o fato do mantenedor ser uma entidade pública. Nós temos ainda no Estado de São Paulo três ou quatro, talvez cinco centros universitários municipais e nós temos outras 25 ou 30 instituições de ensino superior isoladas, uma delas no Município de Osasco com grandes serviços prestados a educação paulista.

E eu estou dizendo isso para dizer qual é o papel do Conselho na supervisão e avaliação. A Constituição Federal definiu a existência de sistemas. Do sistema federal, estaduais e municipais em si. A LDB nos seus artigos 16 e seguintes quem são as instituições que integram quais sistemas. E definiu que o sistema estadual de ensino, cujo representante do ponto de vista, por força de uma disposição da Constituição estadual, o órgão normativo e deliberativo do sistema estadual de ensino é o Conselho Estadual de Educação que é o órgão responsável por autorizar, reconhecer, credenciar, avaliar as instituições do seu sistema de ensino. Aliás, eu não posso vir a igreja sem pedir favor para o santo.

Apesar do Conselho Estadual de Educação ter essa dimensão em decorrência de pressuposto constitucional do Estado, o Conselho não tem a estrutura, não tem a importância, não tem o orçamento necessário para encontrar, por quê? Porque quando o Conselho é tratado, ele é tratado no rol dos demais conselhos do órgão da administração direta. No entanto, a função de responsabilidade educacional do Conselho Estadual de Educação tem uma mente mais complexa do que a maioria dos demais Conselhos no órgão da administração pública estadual.

Voltando, o Conselho é, portanto, o órgão responsável pelo credenciamento, autorização, supervisão e avaliação das instituições do sistema de ensino. E quem é que integra o sistema estadual de ensino? Todas as instituições públicas mantidas pelo Governo estadual. Em qualquer nível, desde educação infantil, até o ensino superior, as instituições privadas de educação básica, ou seja, as instituições privadas integram o sistema estadual e se vinculam ao Conselho Estadual de Educação. As instituições municipais de educação básica, cujo Município não tem sistema próprio, aliás isso é uma coisa que devemos pensar em termos de São Paulo e eu gostaria de propor formalmente depois quando do Plano Estadual de Educação, que as condições a serem definidas para as instalações dos sistemas municipais de ensino, não sejam pura e simplesmente auto credenciamento do Município do sistema. No Estado de São Paulo o modelo que adotamos na educação básica e não é objeto específico dessa reunião, mas é correlato, é decorrente e é fundamental porque os alunos que vão ao ensino superior são os egressos da educação básica do Estado, e que 90 % infelizmente são egressos da rede pública estadual e/ou municipal, mas no ensino médio quase que só da rede estadual. Mas vamos lá.

As instituições de ensino superior públicas, portanto, as municipais e estaduais se vinculam ao Conselho Estadual de Educação. As privadas se vinculam ao sistema federal porque a lei assim o quis. O legislador e a lei foram aprovadas dizendo que as instituições privadas de ensino superior se vinculam ao sistema federal. No entanto, a mesma lei previu no seu Art. 9º parágrafo III que os Estados, ou que essas competências podem ser delegadas aos Estados. Quer dizer, o Estado pode pleitear e o governo Federal pode conceder a delegação de competência para que as instituições privadas nos limites do Estado, sejam autorizadas, credenciadas, supervisionadas pelo sistema estadual. E é o caso do interesse de São Paulo e é o caso efetivo que nós devemos pleitear, que isso precisa de uma força de todos os poderes constituintes do Estado para que isso se consiga. Mas é absolutamente possível, independe de mudança legal, para o Art. 3º parágrafo 9º da LDB que expressamente pressupõe a possibilidade de delegação de competências para fins da supervisão das escolas privadas no nível das escolas estaduais.

Portanto, eu quero dizer e eu li com muita atenção o Requerimento que justificou enfim essa CPI e eu acredito que aquelas questões apostas, como as questões colocadas pelo Prof. tem que ser analisadas num âmbito um pouco maior.

Primeiro nós temos que passar por uma questão de financiamento da educação brasileira. Essa é a questão central. E se me chamarem como ex-Presidente do Conselho qual é a questão prioritária da educação brasileira, ela continua sendo o ensino fundamental. E prioritário é prioritário. Não tem mais e nem menos prioritário. Prioritário é o ensino fundamental, porque se nós resolvermos o problema de oferta, o problema quantitativo nós não resolvemos o problema qualitativo. Não resolvemos e não equacionamos do ponto de vista de financiamento. Não preciso aqui lembrar aos Srs. Deputados que o problema de financiamento da educação pública paulista, seja em nível de Município ou de Estado, não está resolvido.

Portanto, a atenção total, eu vou dizer uma coisa para vocês. Há um aporte aqui, um aporte no sentido de que os alunos egressos, eu não vou fazer defesa da instituição privada de ensino superior e nem ataque a pública, porque se nós levantarmos o mau uso do dinheiro público, alguma coisa a gente tem que pensar também. Resultados quantitativamente abaixo dos esperados e essas passam a avaliação das universidades públicas estaduais, passam pelo Conselho Estadual de Educação, passam sob a minha gestão. é inegável e inquestionável querer saber o valor do interesse, da função. É lógico que a criação de doutores, eminentemente, sob o ponto de vista fundamental, é para atender a função pesquisa da Universidade. Eles são a concepção da pós-graduação brasileira, especialmente dos problemas de doutorado tem em vista a função de pesquisa e muito menos do que se devia, da função docência. Isso na grande maioria dos institutos de todas as universidades públicas brasileiras.

No entanto vamos lá. Então o problema do financiamento é que no momento da história da educação brasileira, especialmente no Estado de São Paulo, Estado (ininteligível) fase da realidade, o que acontece? Acontece que nós tivemos uma explosão benéfica do número de egressos, ou o aumento do percentual de concluintes da educação básica como um todo.

Obviamente o Estado de São Paulo está na frente do número de alunos que concluem a educação básica ou o ensino médio. E esse úmero vai crescer ainda assustadoramente, porque a

pirâmide dos alunos que concluem o ensino fundamental ainda é maior do que aquelas que ingressam e concluem o ensino médio.

Nós conseguimos resolver alguns problemas da educação básica por conta dessa prioridade que se deu por ponto de vista orçamentário e especialmente por conta da criação do FUNDEB e FUNDEF, por quê? Porque nós universalizamos o atendimento, nós praticamente extinguímos o funcionamento do curso noturno da educação básica paulista. Essas coisas com certeza reverterão em melhor resultado do ponto de vista qualitativo, em que pese nos ficarmos insistindo sempre nas mazelas da educação básica. Ela é, do ponto de vista social, terrivelmente melhor do que o colégio que eu freqüentei em Sorocaba no meu tempo, e era colégio de elite sim, porque só adentravam os privilegiados como eu era. E todos os meus colegas eram que são os mesmos que hoje tem acesso. Desculpe, mas vou fazer uma correção no meu modo de ver. O problema não é que a elitização se dá por curso, a elitização se dá por procura. Os cursos procurados públicos, privados ou outros como são os comunitários, são procurados, as vagas são preenchidas por aqueles que têm melhor preparo acadêmico, salvo as alterações colocadas por motivos cotas e que tais. Evidente que as pessoas mais privilegiadas procuram aqueles cursos que socialmente são mais relevantes. Enquanto o magistério for muito menos relevante que a magistratura, evidente que a magistratura será mais procurada do que o magistério. Em outros países essa diferença social e de salários entre funções de nível superior não é a mesma que aqui, portanto, é um dos componentes de que os cursos têm outra procura.

Agora a elitização se dá por curso procurado. Eu pergunto: os cursos de administração da FGV são mais procurados do que os da USP. Os cursos de administração do INSPER têm uma procura, ainda que um gratuito e outro pago, porque se dá a procura pela qualidade e pelo interesse do curso. Logo o que efetivamente define a elitização do acesso e do destino do curso do aluno médio no curso superior é a procura desse curso, o prestígio desse curso e não o fato dele ser público ou privado. Evidente que vão reconhecer.

Quem adentra são sempre os alunos melhor preparados seja da escola pública ou privada. Os alunos melhor preparados são aqueles que socialmente têm... Com certeza daqui a 15 anos nós vamos ter uma mudança desse perfil, porque com quantas deficiências da educação pública, no momento que o universo dos alunos conclui o ensino médio, nós estamos tendo uma melhora social acentuada. Por si só a oferta quantitativa vai tornar uma geração de cidadãos muito melhores de país desescolarizados que nós tivemos. Eu não tenho a menor dúvida, aliás os números mostram que os país escolarizados são pais melhores de alunos da escola, ainda que a escolaridade, ainda que o nível de proficiência na leitura e na matemática seja menor (ininteligível) de um e de outro. No entanto, é evidente que quando nós temos as condições sociais, as condições das pessoas, dos alunos que freqüentam o ensino médio provocam finais diferentes no momento em que se submetem essas pessoas a uma disputa acadêmica, o resultado é o de que as pessoas privilegiadas têm maior chance de sucesso do que aqueles que não têm.

Em algum momento então nós tivemos o Plano Nacional de Educação fez isto, isto passou aqui na discussão em São Paulo e ninguém questionava, e uma das metas para ser o que queríamos do plano para ensino superior era nós aumentarmos o número de alunos no ensino superior. A equação era a seguinte: nós tínhamos uma meta que não foi alcançada porque se previa que 30% dos alunos nessa idade, dos 18 aos 24, ou dos 18 aos 30 não me lembro bem teriam que estar freqüentando ensino superior, nós temos que fazer (ininteligível) por quê? Se de um lado a divisão constitucional da participação do bolo orçamentário prevê que o percentual de 18% do Estado de São Paulo tem que ser gasto com o ensino fundamental, é evidente que quanto mais você prioriza a prioridade, menos sobra, e portanto, nós temos no Estado de São Paulo problema sério orçamentário para a manutenção das universidades estaduais e para as ampliações das universidades estaduais, já que nós temos o pressuposto que já não acontece em outros países de um ensino superior totalmente gratuito para o aluno. Portanto, quando nós comparamos essas coisas, nós precisamos comparar com parâmetros equivalentes.

Há países, boa parte deles, quando comparamos com a França por exemplo, a França tinha resolvido seu problema quantitativo e qualitativo no século XVIII e nós estamos tentando conseguir agora. Portanto, é preciso que a gente compare uma situação e outra. É preciso que a gente resolva o problema do equacionamento do financiamento da educação.

Ora, se a expansão quantitativa for para atender aqueles 30%, não há orçamento que resolvesse e portanto, se optou em algum momento pela iniciativa privada poder participar do ensino superior. Essa participação a meu ver, não é por si só um malefício. O que é um malefício é se nós não cobrarmos, a sociedade não cobrar qualidade desse serviço, mas é preciso que a gente de condições. Todos nós aqui, principalmente as pessoas envolvidas de (ininteligível) público cobrávamos que o ensino superior deveria ser oferecido nos cursos noturnos. Para atender o aluno trabalhador. Não há esse modelo no mundo de ensino superior do aluno trabalhador. Do ponto de vista quantitativo não há como regra, mas nós temos que atender essa necessidade de aspiração social e portanto, nós instituímos um modelo praticamente hegemônico nas instituições, que não as universidades públicas mantidas pelo... Nós temos uma situação aqui em São Paulo muito diferente do resto do Brasil. É o único Estado onde a universidade pública é atendida pelo dinheiro público estadual. Nos outros Estados quem financia a universidade pública gratuita é a União. Minas Gerais tem 16 universidades federais, Rio Grande do Sul tem 12, São Paulo não precisa então a USP,

UNESP e UNICAMP resolvem. Pois é, mas o fato concreto é esse. Procuremos qual é de prestígio a Universidade do Paraná? E do Rio de Janeiro?

Essa discussão passa por mim porque eu tenho uma discussão muito séria a respeito do ENEM que eu acho que também deve ser uma preocupação aqui, o mal que a existência de três processos seletivos distintos, o mal que as três universidades públicas causam para o sistema educacional ao manter três processos seletivos distintos com duas fases cada um. A troca de que? A troca de manter. A instituição que faz FUVEST, que faz da UNESP e da Unicamp. Porque não termos uma só primeira fase? Isso inclusive acarreta um problema no sistema de ensino. Os vestibulares começam em Junho, Julho, Agosto por conta exclusiva da irresponsabilidade das Universidades públicas na função do seu vestibular. A troca de que? O aluno que entra na UNICAMP tem competências diferentes da USP, ou que tem da UNESP, não me parece poder ter. E ainda que não sejam esses os alunos impactados, esse modelo e este currículo definido a partir do vestibular impactam o sistema de ensino como um todo. Impacta só no Estado de São Paulo hoje porque o resto do Brasil foi resolvido com o ENEM. Com todos os defeitos, com o roubar prova, fugir. Eu não estou defendendo aqui o Fernando Haddad por nenhuma razão, no entanto eu quero dizer que a concepção do ENEM em todo país cujo vestibular tem a importância que tem é uma solução que pelo menos elimina os excessos e temos cobranças distintas por um ensino médico só. Só em São Paulo que não vai acontecer porque aqui a USP, a UNESP e a UNICAMP continuam fazendo vestibulares distintos (ininteligível) para que os mesmos alunos sejam aprovados, ditos pelas próprias instituições que selecionam.

Vamos voltar. Temos um problema de financiamento e temos um problema de ... Vamos das um exemplo bem concreto já que Medicina foi o exemplo preferido do Prof. Otaviano.

A Santa Casa que é uma instituição pública e privada faz o vestibular junto com a FUVEST. A diferença de pontuação entre o aluno que passa no 3º curso procurado da Medicina da FUVEST, que deve ser USP e depois Ribeirão Preto e em 3º deve ser a Santa Casa, a diferença de desempenho entre um e outro deve ser traço de ponto de nada, porque os alunos que passam de (ininteligível) sabem tudo de tudo. Eu sou diretor de colégio. Esses alunos que também sabe tudo de tudo também por um eventual desempenho, entra na Santa Casa e também está sujeito a pagamento por conta de uma situação que é decorrente do que? É o sinal de que o problema que define é a procura e não o fato ser pública ou privada.

Voltemos, acho que: 1. É preciso, do ponto de vista, se nós fizemos um cruzamento também, eu vi o requerimento entre, eu não defendo o fim da OAB e nem defendo as faculdades ruins, o noturno. Você tem um curso noturno, o cara vai das 7:30 as 10hs na aula, veja o cidadão que trabalha até as 18 hs não começa a aula as 19:30hs., e o cidadão que trabalha não dá para terminar muito depois das 22:30hs também. O cidadão que trabalha não tem tempo para estudar. Logo, se nós montarmos um modelo que não tenha financiamento para esse aluno, (ininteligível) nós vamos ter curso ruim sempre, seja público ou seja privado. Não é possível ter ensino superior que o aluno não tenha aula e não estude. Nem à distância e nem presencial. Vamos perguntar para qualquer instituição pública ou privada se a aula começa antes das 19:30hs e se termina as 22:30hs. Eu não chego de Sorocaba aqui em menos de 3 horas porque tem um acidente na Castelo.

Então o financiamento desse aluno, e aí eu vou dizer uma coisa: com relação, o MEC avançou-se por diversas razões, não tenho nada a ver com o MEC muito menos nesses últimos 8 anos, mas a adoção dos sinais, o procedimento de avaliações das instituições nacionais melhorou muito, os indicadores melhoraram muito nos últimos 16 anos, com as provas, com o sistema de avaliação. Provocaram resultados? Talvez não. Voltemos aquela questão, o aluno que não passa no exame da OAB é o mesmo aluno que fez o noturno, o mesmo aluno que fez um curso secundário ruim, é o mesmo aluno que fez cursos supletivos. Esse aluno que acerta tudo de tudo na Medicina, tudo de tudo do exame da OAB, do exame do CREMESP, agora o aluno que não tem condição de leitura e escrita, não tem condição de fazer exame algum, sendo feito bem feito ou não o exame da OAB.

Vou insistir, solução nossa para esse caso. Acho que, tenho certeza de que a gestão do processo, o controle inclusive das vagas por oferta do curso... Olha a iniciativa privada oferece curso que em procura, as licenciaturas não têm suas vagas preenchidas nas universidades gratuitas, por quê? Porque carreira do professor não é valorizada. A UNESP tem vaga em qualquer curso e em qualquer lugar nas suas licenciaturas. Então é preciso que a gente crie mecanismos que, acho que o modelo da São Paulo, o modelo antigo do CEPAM que financiava o aluno, ele recebia para estudar, é preciso reproduzir esse modelo da formação de docentes em nível superior hoje. Por quê? Lógico que o ideal seria, mas isso leva muito tempo e não o tempo que nós temos de nós valorizarmos carreira do magistério a ponto da procura se dar para as carreiras do magistério.

Um exemplo típico, a Finlândia, modelo do PIZA descobriu lá, para nós valorizarmos a carreira precisa um novo professor. O que foi que fizemos? Vamos transformar a carreira do professor na carreira melhor remunerada. Na Finlândia talvez dê. Em São Paulo talvez dê em algum momento antes do que em São Paulo, apesar da injustiça nacional nós possamos fazer, mas eu quero dizer bem claro que com relação as questões apontadas, é preciso sem subsidiar, sem ajudar, sem repassar dinheiro público para iniciativa privada, é preciso não só fiscalizar, é preciso prover condições para que essas instituições ofereçam um tipo de ensino adequado a população que tem a sua demanda. São Paulo não pode esperar a expansão da universidade pública.

Professor, quanto tempo nós levamos para criar um campus Zona Leste da cidade de São Paulo? Mesmo com dinheiro, no mínimo para termos mais 2 mil vagas ano, nós levamos... Não há tempo para que a gente espere isso, e portanto, eu sou daqueles que acreditam na contribuição da iniciativa privada ainda que o resultado daquela mantenedora seja o lucro. Não impede que o sistema, que o Estado assegure um mínimo de qualidade, e isso é muito mais possível no nível de nosso Estado, aí falo como membro do Conselho Estadual da Educação, mas não falo que esteja pronto não. O Conselho Estadual da Educação mesmo com as (ininteligível) faz um serviço ruim. O Conselho não tem condições nenhuma estruturais para fazer avaliação, nem para contratar nem para fazer coisa nenhuma.

Então não é novidade para ninguém aqui, é preciso dotar esse aparelho de condições para que ele possa fazer o seu serviço de avaliação.

Resumindo, com relação a proposta, tem coisa ruim no ensino superior? Tem, no público estadual, no público municipal e na privada.

Tem coisa que precisa ser mexida? Tem.

É da nossa competência avaliar as instituições públicas e privada? Não.

É da nossa competência avaliar o ensino superior público municipal e estadual? É.

Podemos pedir para avaliarmos? Podemos.

Acho que um bom final para essa CPI depois de levantar todos os casos é que a própria Assembleia envide esforços no sentido de pedir aquela delegação de competências de lá para cá.

Falei mais do que devia, me entusiasmei, mas isso é parte do meu feitio. Coloco-me a disposição, quero pedir desculpas ao professor se em alguma pauta fui deselegante. Não é minha intenção, mas pura e simplesmente colocar uma posição agora como quem é Gestor, foi Presidente do órgão gestor do sistema estadual de ensino. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós agradecemos o brilhante depoimento do Conselheiro Arthur Fonseca Filho e abrimos agora para as perguntas dos Srs. Deputados.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Sr. Presidente foram as duas exposições mais densas que tivemos até o momento. Aliás, eu queria parabenizar o Prof. Otaviano e o Prof. Arthur pela sinceridade das exposições e pela qualidade e pelo conteúdo. Trouxeram-nos, ambas, muitas informações.

Prof. Otaviano, eu não sei se com o objetivo de valorizar o peso e a importância do ensino superior privado, o Prof. Hermes, Presidente da Associação das Mantenedoras ele até nos deu um dado aqui que eu gravei porque me chamou muito a atenção. Ele disse que o peso das vagas do ensino superior privado no Brasil era 76% e no Estado de São Paulo era 92%. O senhor falou 77, mas com dados de 2009.

O SR. OTAVIANO HELENI – (ininteligível) o número de matrículas. Realmente há muito mais vagas (ininteligível).

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Depois o senhor falou que o número de vagas não significa que elas estão preenchidas, que há uma reserva. Eu observo Sr. Arthur que de fato esse peso foi, ainda é muito significativo. Não sei se o senhor concorda, eu tenho observado que o Governo Federal tem tentado corrigir, talvez amenizar nos últimos anos a presença do ensino superior público com a abertura de campus da UNIFESP em Osasco, Diadema, Embu, agora uma abertura aprovada na zona leste, em Sorocaba, Santos, Guarulhos e também a mudança do status das antigas escolas técnicas, passando a serem institutos técnicos com cursos tecnológicos em regiões onde não exista.

Por exemplo, sábado estive presente e li também na imprensa a abertura de um Instituto Técnico lá na Brasilândia, ali é o exemplo do abandono, do isolamento de regiões dormitórios. Lá na zona leste eu quero dizer que eu acompanhei a implantação da primeira FATEC ali na Avenida Itaquera que foi fruto da luta da população local. Aliás, merece um estudo, uma atenção maior, o que a população da zona leste, 4 milhões de habitantes, maior do que o Líbano, o Uruguai, a briga da comunidade, das suas lideranças para trazer o ensino superior público lá. O caso da USP foi um exemplo. A FATEC era para ser um presídio na Avenida Águia de Haia, a população na hora da instalação da empresa que ia construir lá, a população foi lá e derrubou os muros e falou: Nós queremos uma instituição de ensino aqui e não um presídio. E o Governador Mário Covas no limite acabou concordando e implantou a primeira FATEC. E agora também a luta para trazer a universidade federal lá. Liderada pelo Patição, lideranças políticas e comunitárias. Foi um processo muito impressionante de mais de 20 audiências, três delas com a presença do próprio Ministro da Educação e o acordo com o Governo Municipal para conseguir o terreno, que infelizmente, no meu ponto de vista uma irresponsabilidade do Prefeito em fazer um decreto de desapropriação e perder a participação num leilão e fez um decreto com avaliação quatro vezes mais do que foi o preço do terreno no leilão. Mas isso eu espero que a gente consiga resolver ainda esse ano. Mas eu percebo um esforço do Governo Federal em tentar corrigir essa ausência aqui no Estado de São Paulo.

Agora eu concordo com os senhores que precisamos cobrar qualidade. Eu até fiz aqui na presença do Prof. Hermes um depoimento que eu mesmo uma vez fiz uma homenagem em plenário

pelos 25 anos, 30 anos da presença da Unicsul, instituição que ele preside, que é proprietário lá na zona leste, quando não tinha nenhuma instituição de ensino superior, e então ele foi pioneiro, foi crescendo, então não dá para gente deixar de...

O SR. ARTHUR FONSECA FILHO – Uma parte. Um relevante serviço prestado a zona leste.

O SR. – O senhor citou proprietário?

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu não sei se é proprietário o termo, se é Presidente da mantenedora. Ou mantenedor. Aliás, eu queria até perguntar qual é o termo correto.

Mas nós não deixamos de criticar também a falta de qualidade, essa busca desenfreada pelo lucro. Aliás precisamos até avaliar um pouco esse estudo a respeito do lucros das instituições privadas como nós já fizemos também com as concessionárias de pedágio daqui, que é um absurdo o lucro que elas têm em cima de um serviço público.

Então como garantir essa qualidade? O MEC, foi enfatizado aqui pelo representante dos estudantes, é que tem feito, o próprio Prof. Hermes colocou o rigor que tem sido, que as instituições privadas que tem sido submetidos nos sistemas novos de avaliações. O senhor até confirma que isso evoluiu nos últimos anos, na tentativa de cobrar qualidade. Como melhorar essa qualidade, como garantir essa qualidade.

Eu acho que uma das formas é submeter a uma competição positiva com as instituições públicas.

Ultimamente eu tenho lido pelos jornais uma procura bem maior das universidades públicas, talvez pela expansão das vagas, não sei se pela perda da qualidade ou dificuldade mesmo, há uma expansão de emprego, mas nem sempre é uma expansão significativa na mesma proporção da melhoria salarial dos trabalhadores. Nos últimos anos a gente em visto isso, então uma competição de garantir a qualidade do ensino superior público, a sua expansão. Eu mesmo tenho brigado, por exemplo, que lá na região que eu atuo na Mogiana, São João da Boa Vista, Mococa, não temos nenhuma instituição pública.

Tem a FAE em São João da Boa Vista que inclusive eu fui professor lá por 2 anos.

É uma luta para manter a qualidade, eu sou testemunha disso. Hoje há uma proposta da UNESP encampar aquela instituição, livrando talvez o Município, talvez uma forma de apressar a presença da UNESP naquela região.

Mas há um debate que está colocado lá agora que a Casa Civil através do Secretário Sidney Beraldo que é daquela região anunciou que vai.

O SR. ARTHUR FONSECA FILHO – Atendi muito o Beraldo, vou chamar de Beraldo, eu era Presidente do Conselho da outra vez quando o Deputado Beraldo lutava pela transformação da FAE no Centro Universitário que eu acompanhei e pude ajudar naquilo que era possível porque eu entendi que era uma solução absolutamente interessante para aquele Município e região que presta um serviço regional, e é uma questão do financiamento da contribuição de São João, sei lá se cabe ou não. Mas eu sou testemunha da luta.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu também mesmo sendo Deputado do PT não deixei de reconhecer publicamente o papel que o ex-Deputado, ex-Secretário hoje teve nesse debate lá.

Agora há regiões do Estado que não tem a presença do ensino público e aí é que entram universidades públicas dessas gigantes que ficam oferecendo cursos a 199 reais, 299 reais inclusive, prejudicando, matando, sufocando aquelas instituições como a Unifae, como a Feuc lá em São José do Rio Pardo.

Eu cito esses exemplos porque eu conheço. Então por isso que a gente luta pela expansão da universidade pública, talvez para criar uma concorrência positiva e uma busca dos alunos. Agora expansão, evidentemente, eu concordo com vocês, precisa ser garantida a qualidade, garantido os recursos públicos necessários. Nós lutamos aqui e queria até perguntar ao senhor, como é que vocês avaliam, o Sr. Otaviano o atual patamar de repasse do ICMS de 9,57% se é suficiente para garantir a expansão, garantir a qualidade. Como é que vocês analisam essa situação atualmente.

Por enquanto é isso, queria pedir os comentários dos senhores sobre esses temas.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu ofereceria a palavra aos demais Deputados para que os palestrantes respondessem em conjunto depois as perguntas.
Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Prof. Otaviano, eu vou fazer uma pergunta para o senhor que é uma pergunta até para o futuro, mas é baseada numa coisa que o Prof. Arthur Fonseca falou. Concordo plenamente quando o Prof. Arthur diz que a questão do ensino fundamental é prioritário. Eu acho que se o ensino fundamental ele fosse realmente efetivo, nós não precisaríamos estar durante todos esses anos, eu sou uma pessoa que sempre fui favorável as cotas e sou favorável as cotas até porque existe um exemplo no Rio de Janeiro que é a UERJ que foi provado que os

cotistas foram alunos brilhantes. Não tiveram nenhum problema de serem cotistas, estudaram tudo, mas também tive a oportunidade certa vez de falar com o Ministro da Educação num encontro que tivemos em Brasília, que não bastaria apenas a cota. Teríamos que ter também a cota do livro, do transporte e da alimentação, porque quem é pobre, é pobre mesmo e não tem condições de continuar.

Porque eu estou fazendo esse contraponto para questão do ensino fundamental?

O senhor não acha Prof. Otaviano que se, principalmente o Brasil, não estou nem falando de São Paulo, estou falando de nosso país, se ele tiver uma atenção maior para o ensino básico, para o ensino fundamental, não vai haver um dia a procura de alunos paraenses pela Faculdade de Engenharia?

O curso de Engenharia jamais vai (ininteligível) o Pará, entendeu? Só que o Pará também tem construção civil, então é muito legal que esse povo, povos indígenas na sua maioria que a gente conhece bastante, tenha oportunidade. Imagina a felicidade de ver um índio engenheiro. Eu gostaria de ver.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Geraldo Cruz, eu devolvo a palavra ao Deputado Simão Pedro logo após.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Então eu queria dizer que concordo plenamente com as colocações da Deputada Leci Brandão, mas eu queria Professor Arthur falou bastante aqui da estrutura do Conselho e dessa proposta de trazer a competência, avaliar e acompanhar as instituições privadas no Estado de São Paulo pelo Conselho. Isso levantou um problema também de estrutura do Conselho para dar conta de tudo isso.

Eu queria fazer uma pergunta. Como que é a composição do Conselho? O senhor acha que o Conselho hoje tem uma representação suficiente, representativa do conjunto de interesses da educação aqui no Estado de São Paulo em relação a própria competência do Conselho?

Precisa de mudanças também na composição, além da necessidade de recursos e de estrutura para que o serviço seja plenamente feito? É isso, Prof. Otaviano se quiser comentar sobre isso também.

O SR. ARTHUR FONSECA FILHO – Vamos começar pela mais fácil. O Conselho da Educação é regido por uma lei estadual 10403/71 e essa lei foi criada a semelhança da lei que criava o então Conselho Federal de Educação. É copia fiel. E a nomeação é por conta do Governador autocraticamente. A lei diz que deve ter representantes de notório saber no campo da educação e que representam os segmentos públicos e privados.

Eu quero dizer que, grosso modo, essas coisas têm sido respeitadas na sua maioria, mas não significa que de 71 para cá deva merecer outro tipo de conceito de nomeação.

Particularmente eu acho que se transformarmos num órgão corporativo, vai virar outra coisa que não um Conselho de Educação. Também não é o caminho. Aí é fechar o Conselho. Mas eu acredito que precisa um aprimoramento no sentido de não ficar apenas na vontade do Sr. Governador e que se eles tem tido bom senso e boa vontade de nomear gente na área de educação, pode não ter porque isso é feito por um decreto.

Respondi sua questão? Olha Professor, hoje está bom. Podia ser melhor? Podia.

Eu sou suficientemente malcriado para dizer dos meus pares. Talvez porque eu sou o primeiro, que se tivesse muitos critérios (ininteligível). Eu assumo essa questão.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Professor, como é que funciona esse Conselho? São reuniões apenas, existe uma parte administrativa, executiva que emana diretrizes, ordens?

O SR. ARTHUR FONSECA FILHO – O Conselho e os 24 conselheiros eles não devem ter função profissionais, são conselheiros. O Conselho tem que ser dotado de um órgão técnico que vai efetivamente proceder a avaliação, avaliar in-loco. O trabalho duro, técnico tem que ser feito por uma estrutura que também é de 71. Auxiliar, na verdade o conselheiro quase que seria um auxiliar. Alguém que votaria o produto final depois do estudo feito. Mas guardadas as devidas proporções seria o mesmo que... O Conselho tem uma estrutura muito parecida com uma Casa Parlamentar. Até o formato. Se não tiver a estrutura técnica, formar os processos para que os Deputados votem, é o mesmo que acontece nos Conselhos. Os conselheiros fazem o processo, vai... Não é viável. Se nós acrescentarmos ao Conselho, todas as instituições privadas da noite para o dia, sem dotar, vai piorar muito porque não tem quem faça isso. É preciso fazer isso articuladamente, dotar o Conselho eu diria muito mais do que em estrutura técnica. A universidade pública tem que ajudar. A USP, UNESP e UNICAMP que me mande, disponibilize 10 especialistas cada uma delas para fazer as avaliações nas instituições privadas. A função público do ensino superior não é só o atendimento do aluno.

O Governo Federal faz isso e investe altamente no ensino superior porque não tem rede de educação básica. O Ministério da Educação tem uma escola de educação básica que é a Dom Pedro II e as escolas técnicas federais que são o ensino técnico.

A preocupação do Ministro com a educação é preocupar com que os Municípios invistam na educação básica e portanto, sobra no (ininteligível) orçamentário. A União muito mais que o Estado, porque a divisão constitucional, a lei do FUNDEB impede o gasto superior aos 18%. Então a conta do ICMS precisa ver se ela bate com a Lei do (ininteligível) Fiscal e com a aplicação das verbas necessárias da educação. Se eu ampliar muito lá eu excedo, eu invado o limite da educação básica. Então a conta não é simples de fazer.

Então a resposta a sua questão do por que... Agora o poder público já tem um papel insubstituível na função pesquisa. Ninguém faz pesquisa em nenhum país do mundo com dinheiro de mensalidade. É mentira, não faz. Portanto, as universidades públicas quando a solução de transformar em centros universitários, a mim particularmente, é uma solução interessante. Porque é uma instituição que por conta da sua qualidade, pela sua avaliação se bem autorizada, tem autonomia para criação de cursos.

Agora, não há de se esperar que a universidade privada, ou a universidade pública municipal como temos a medicina de Taubaté, de Jundiaí, o caso de São João da Boa Vista, vai ter fôlego, estofo, para fazer pesquisa, para manter pessoal em nível de doutorado fazer pesquisa que faz na função pública.

Essa função é insubstituível. O poder público tem que dotar, as instituições públicas têm que ser as universidades para cuidar disso. Então não dá para comparar, as funções são distintas. Quando muito, há quem defenda originalmente que era indissociável a função pesquisa e ensino em extensão. Do meu ponto de vista haja controvérsias. Há defensores dessa tese, mas eu acho que neste momento do Brasil eu acho absolutamente impraticável você querer ter ensino superior vinculado totalmente ao ensino pesquisa e extensão, veja o caso, voltaríamos aos excedentes daquela época de 1964.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – A grande dificuldade é no sentido de quase um protecionismo. Eu acho que isso é um absurdo. As privadas são subordinadas ao Conselho Federal de Educação e as estaduais ao Conselho Estadual, quer dizer, essa distância que favorece a falta de fiscalização, porque imagino que o Conselho Estadual seja muito mais próximo, muito mais atuante por varias razões do que o Conselho Federal e isso já é uma discrepância gritante, em minha opinião.

Acho que é uma proposta que nós devemos encaminhar para os legisladores federais, porque essa dicotomia não deve existir, como também em outras áreas, na Medicina como a CPI que nós fizemos aqui, é a mesma coisa.

O SR. OTAVIANO HELENI – Foram levantados muitos aspectos interessantes e na fala do Prof. Arthur levantou-se alguns aspectos que vou tentar abordá-los num tempo relativamente aceitável, eu acho.

Primeiro se eu entendi uma fala do Prof. Arthur sobre que doutor é para fazer pesquisa, me deixa eu usar o seguinte argumento. Em qualquer nível de ensino, a pessoa que leciona naquele nível de ensino tem aquele e muito mais do que aquele para ter condições de lecionar, quer dizer, então quem dá aula na pré escola tem que ter no mínimo ensino médio. Quem dá aula no ensino fundamental, pela LDB até se exige uma licenciatura e quem dá aula no ensino superior tem que pelo menos ter alguns anos a mais de educação formal, inclusive de treino, de habilidade e de competências que ele vai desenvolvendo ao longo da carreira. Então aceitar que possa haver professores sem doutoramento dando aula em universidade já é muito estranho. Em mestrado, intolerável. Agora sem nem sequer uma pós graduação.

Como você citou, eu quero pegar uma carona e defender essa questão, é inaceitável que no ensino superior tenham pessoas dando aula tendo apenas o ensino superior. Quando ele conseguiu a maturidade? Isso é um projeto de lei que está no Senado, por isso que eu levantei. Eu não estou falando uma coisa abstrata que alguém disse não sei aonde. Eu estou falando de uma coisa que está num projeto de lei no Congresso Nacional, com editorial favorável a esse tipo de projeto de lei.

Que país que a gente constrói desse jeito?

Quanto a questão da importância dos vários níveis de ensino, acho bem colocado por várias pessoas, pelo Arthur e pela Deputada Leci também, qual o ensino mais importante, eu acho que depende para quem a gente pergunta.

Se for para Petrobrás certamente é o curso superior na área de tecnologia. Se for para um economista, engenharia, agronomia, pecuária, etc. Se for para um psicólogo, educador certamente é a educação infantil. Se for para um cientista, certamente é o curso de graduação. Então eu acho que a resposta é geral, são todos.

Você não constrói uma ponte de um lugar para o outro, um pedaço da ponte. Ou seja, ou a ponte vai ou a ponte não vai. Não dá para construir o meio da ponte, a ponta da ponte, etc.

Outra questão nessa direção que eu queria apontar, que eu Cho que não ficou explicito aqui, mas é um fato importante, nós estamos com uma questão no ensino fundamental gravíssima. Na última década nós chegamos a reduzir o número de alunos que concluem o ensino fundamental. Se a gente tinha 25% de evasão antes da conclusão do ensino fundamental, lá pelo ano de 2000, ou 98 e 99 mais ou menos, a evasão chegou a aumentar para 30%.

Isso é a situação. O ensino fundamental apesar da Constituição de 88 dizer que ele é obrigatório e gratuito, etc., até hoje ele não foi universalizado.

O SR. ARTHUR FONSECA FILHO – Eu vou dizer para o senhor que há engano na sua informação.

O SR. OTAVIANO HELENI – Não há engano. O dado está disponível na página do INEP, existem as sinopses estatísticas.

O SR. ARTHUR FONSECA FILHO – Estão disponíveis os dados da Secretaria da Educação a todos que quiserem consultar para gente (ininteligível).

O SR. OTAVIANO HELENI – Bem, vamos tentar. A questão é a seguinte, eu preciso tomar o meu calmante. Desculpe a brincadeira, vamos parar com isso. A questão é a seguinte. Eu estou me referindo a conclusão do ensino fundamental. O número de alunos matriculados do 1º ao 9º ano escolar atualmente é até mesmo maior do que a população nessa faixa etária, então dá a impressão de universalidade. O problema é que nós ainda temos o grande problema da reprovação. Então o estudante para ir um ano para frente na média, ele tem que fazer 1,2 ou 1,3 anos de escola e isso incha.

Mas do ponto de vista de conclusão no Estado de São Paulo, o número de conclusões no ensino fundamental é ligeiramente superior a 70 ou 75%. A evasão é de 25% ou um pouquinho menos no Estado de São Paulo. No ensino médio, no Estado de São Paulo se formam 450 mil estudantes por ano, aproximadamente, quando um ano de (ininteligível) etária dá 700 mil pessoas. Ou seja a evasão é de 750 mil pessoas mais ou menos. A evasão é quase 50% depois do ensino fundamental. Então é essa a situação.

Eu abordei esse ponto porque é bom a gente saber que há uma enorme evasão no ensino fundamental, crescente da última década, década do plano nacional de educação cujas metas não foram cumpridas. Essas metas não apenas não foram cumpridas, como nós nos afastamos da década. E essa a realidade que a gente está trabalhando. E isso daí são dados concretos que existem nos dados da Secretaria, do MEC, do INEP etc.

Mas o tema aqui é a questão do ensino superior privado. Então eu vou voltar a esse tema e fazer o seguinte raciocínio: quem financia a sistema de ensino, qualquer que seja a forma, privado, público, por imposto, mensalidade é o povo, é a população. Não existe outra fonte de recurso na sociedade. você pode financiar diretamente, pagando a mensalidade do bolso, pode pagar uma taxa, um imposto que o setor público organiza e financia, isso é uma questão que passa até por uma questão política, mas até que seja a coisa, quem financia é quem gera a riqueza do país, que é quem trabalha. Não existe outro gerador de riqueza do país, não existe outra máquina que gere bens, produtos e serviços que não seja a pessoa que está trabalhando.

O segundo ponto é o seguinte: como eu disse e vou insistir, num curso de igual qualidade, o setor público oferece com investimento menor do que o setor privado. É mais barato formar um estudante numa engenharia plena num setor público do que no setor privado. É mais barato formar um economista bom no setor público do que no setor privado, um licenciado e assim por diante.

O terceiro ponto é o seguinte: o setor privado só oferece cursos aonde ele é viável economicamente, enquanto que o setor público pode oferecer os cursos de que o Brasil precisa. Então faltam médicos em tal região, faz um curso de Medicina lá. Faltam professores , engenheiros, químicos, historiadores fizemos esses cursos lá. O setor privado não. O setor privado depende da existência da clientela, então ele não consegue fazer isso.

Então a pergunta é óbvia. Por que o setor privado? Quem ganha com isso? O que a sociedade ganha com isso? O que o PIB cresceu? O bem estar da população está respondendo às demandas sociais? Eu acho que a resposta é negativa para tudo isso. Não tem sentido o que aconteceu no Brasil.

Eu insisto, o setor público ele é regra mundial da educação. Mesmo nos Estados Unidos a educação é pública na enorme maioria.

O SR. ARTHUR FONSECA FILHO – Pode citar de que forma?

O SR. OTAVIANO HELENI – Vou citar os números já, desde que o senhor está na provocação, mas vamos lá. Os números eu te digo exatamente. Nas universidades da Califórnia, a taxa que o estudante paga é da ordem de 10 mil dólares por ano. Eu não defendo o pagamento. Esses 10 mil dólares por ano é da ordem de 1/5 da renda per-cápita americana. Seria mais ou menos equivalente a uma mensalidade no Brasil da ordem de 250 reais por mês. Sou absolutamente contra, eu só estou relativizando.

Tem as grandes privadas, as Harvard que cobram 50 mil dólares por ano, mas são pouquíssimas, e além do mais o estudante que não pode pagar, há fundos nessas grandes instituições que custeiam as suas despesas estudantis. Mesmo esses 10 mil dólares, mas eu vou voltar a ele porque é um problema bastante interessante, ele é perto do poder aquisitivo do americano uma coisa muito pequena, e há fundos públicos que o financiam com juros baixos, que esteve até recentemente em disputa no Congresso americano. Quem leu o jornal com atenção viu que na negociação tinha isso também. os republicanos tentando tirar o financiamento a juros subsidiados desse empréstimo.

Então ele é pequeno, note, eu falei que no Brasil corresponderia a 250 reais por mês para custos das universidades da Califórnia. Não estou falando de um curso de Pedagogia noturno de 1.800 horas no dia que você pode ir vai, e no dia que não pode ir não vai. Eu estou falando de um curso de tempo integral, de engenharia plena, medicina, história etc., numa universidade da Califórnia. A coisa é incomparavelmente menor o custo.

Segundo, é um problema para eles também. Quando na crise de 2008, que ela chegou, eles tiveram gravíssimos problemas, com o aumento de desemprego, a procura as universidades diminuiu por causa das condições econômicas, muito parecido com o que aconteceu aqui no Brasil na década de 80.

O segundo ponto é que os fundos que existiam para financiar esse tipo de educação, com a crise, secaram.

Então excelente exemplo, ensino pago é ruim, e sendo privado pago é péssimo.

Eu acho que não podemos ir nesse caminho. A gente já pagou um preço muito alto por isso. Não tem porque a gente continuar pagando um preço tão alto por um erro que a gente sabe corrigir, sabe pegar o caminho correto.

Eu queria só citar aqui para finalizar o seguinte: no Estado de São Paulo o investimento público em todo o ensino de graduação público , nas instituições estaduais e nas federais. Atenção, nos ensinos de graduações, eu estou excluindo a parte das universidades que correspondem a pagamentos de previdência, porque isso aí não podia nem sequer ser considerado educação, e separando mais ou menos proporcionalmente ao número de estudantes o que seria graduação e pesquisa, e pós graduação, ciência e tecnologia.

Somando toso os gastos das universidades, a gente não chega a mais do que 0,3 ou 0,4 % do PIB paulista. Com 0,3 ou 0,4 % de um PIB de um país investido no ensino superior de qualidade, que respondam as necessidades e demandas da sociedade, nenhum país vai para frente. É inviável, não tem mágica para fazer isso. Não há discurso, medida provisória, ou mesmo revolução que resolve esse problema. Esse problema tem que ser equacionado. Nesse aspecto eu concordo com o Prof. Arthur. Nós estamos pagando caro por isso, e vamos pagar mais caro do ponto de vista social, cultural, econômico, etc.

E não estamos falando de um absurdo. Notem quando a gente fala mais dinheiro para educação, veja se eu fizer mais 1% da educação para mais para educação, isso corresponde nos últimos anos para o crescimento do PIB de 3 meses ou 4 meses. Eu estou falando o seguinte: jogue na educação pública apenas o equivalente a 3 meses de crescimento do PIB dos últimos 7 ou 8 anos. Não estou falando quebrem o Brasil, ou fecha. Eu estou falando de uma pequeníssima coisa.

Nós sobrevivemos a crise de 2008 onde foi comido 5% do PIB embora hoje esteja pior do que podia estar se não tivesse a crise de 2008/2009 mas não é nenhum fim de mundo. Ora, se você transferir para educação pública 5% do PIB a mais, claro que a gente vai perceber. É um celular a menos, mas é uma sala de aula a mais. Talvez seja um carro novo a menos, mas talvez um veículo de transporte escolar a mais. Talvez seja uma televisão a menos, mas certamente serão 2 computadores a mais. Seja um metalúrgico a menos empregado, mas vai ser um professor a mais empregado. Ou seja, você só tira o crescimento do lugar, não é nem para comer o crescimento, é para mudar o crescimento do lugar.

A gente teria passado despercebido se a gente nos últimos 7 ou 8 anos tivéssemos a cada ano transferido 1% ou meio por cento para o setor educacional. A realidade seria totalmente diferente e passaria totalmente despercebido por nosso dia a dia. Talvez os carros fossem em média um ames mais valho, mas que diferença faz. Talvez a gente trocasse celular um mês mais tarde do que troca, alguma coisa desse tipo, mas em compensação o telefone da escola, o salário do professor, a iluminação da escola etc., todas melhores. Então por que não fazermos isso? Essa é a grande pergunta. A gente prefere seguir esse caminho, então vamos seguir. Pagamos e estamos pagando caríssimos. Estamos dentre os três países sul americanos com a maior taxa de analfabetismo juvenil, ou seja, representando o que o nosso sistema escolar fez nos últimos anos, nas ultimas décadas. Não estou falando de pessoas mais velhas analfabetas, estou falando de jovens de 15 aos 24 anos analfabetas. Nós estamos entre os três ou quatro piores e no ensino superior estamos entre as três piores taxas de inclusão no ensino superior. E ainda uma inclusão no ensino superior que em grande parte não está dando retorno nenhum. Não tem sentido algum a gente pegar um bom estudante, selecionado pelo ENEM de classe social desfavorecida e colocá-lo para fazer um curso superior de 2 mil horas de aula, numa área de conhecimento que nenhum retorno vai dar e eventualmente nem mesmo para ele profissionamente.

Então eu acho que é esse o problema que os Deputados têm em mãos para resolver.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós estamos já no final da nossa reunião, mesmo porque o espaço será usado por outra reunião a seguir, mas eu queria fazer uma pergunta. O assunto tem sido bastante discutido e eu tenho interesse especial em saber o parecer dos senhores.

Quando eu era Deputado Federal em 99/2000 este projeto de cotas fui eu quem apresentou e ele dizia o seguinte: depois ele foi substituído, aglutinado, a paternidade foi mudando, mas não importa. Eu queria trazer o assunto à baila que era uma novidade que o meu projeto dizia exatamente isso: que destinar-se ia 50% das cotas das universidades públicas a alunos egressos da

rede pública. Não falando em cotas, porque eu acho que essa discriminação que existe, esses discriminados se incluem nos alunos da rede pública. Então os negros e outras categorias estão integradas nesses alunos que não conseguem, que só estudam na rede pública enquanto ensino fundamental e médio e depois não tem acesso a faculdade.

Eu queria saber a opinião disso de vocês nisso que se transformou hoje em cotas. Eu ainda prefiro o meu projeto porque ele é muito abrangente, ele inclui todas as categorias porque eu acho que se agrupam mesmo nesses alunos egressos da escola pública.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Pela ordem Sr. Presidente. Eu quero agradecer tudo o que o senhor acabou me ajudando que eu estou aqui aguardando a minha resposta ansiosamente.

O SR. ARTHUR FONSECA FILHO – Eu acho que as políticas afirmativas, das quais as cotas é uma parte, elas têm a sua função social, elas têm relevância, elas têm sinal histórico e tem momento histórico, mas no entanto elas não têm função de resolver o problema que nós estamos tratando aqui no sentido de equacionar a procura e a oferta de vagas.

Eu acho que sempre que se fizer, mesmo em relação a ser pública ou cota racial, é preciso ser pensada exatamente para você não empurras soluções externas para favorecer em função de demanda. Você precisa tomar cuidado no sentido de elaborar e também para não minar certos valores que são tão consagrados quanto aos direitos de minorias. Então é preciso fazer e eu acredito que nem sempre essas soluções são bem resolvidas.

Vou dar um exemplo para vocês, hoje e concreto. Os alunos de ENEM hoje com mais de 18 anos se terminarem o ENEM tem um certificado de ensino supletivo expedido pelo INEP. Esse aluno é egresso de escola pública? Não necessariamente. E o problema também não é o fato de ser público ou privado. As escolas federais até recentemente, antes desse último crescimento, elas era altamente disputadas no início no vestibulinho e as pessoas que passavam desse vestibulinho eram as pessoas privilegiadas. Os egressos dessas escolas eram alunos de escola pública em função (ininteligível).

É preciso pensar em todas essas situações para preservarmos o interesse e o valor ético da preservação das cotas, da preservação do fato concreto do que ele pode provocar no futuro, sem desmontar valores legítimos que existem nos mecanismos de seleção como um todo.

Eu vou dar por encerrada minha participação. Quero agradecer, eu tenho um debito aqui de mandar aos Deputados os números que eu utilizo com relação a crescimento de conclusão de ensino fundamental e médio. Estou extremamente otimista com relação a isso, acho que o Brasil vai num bom caminho por conta de que? O FUNDEF, a lei do FUNDEF foi a melhor pensada nesse país. Eu sou absolutamente favorável a determinar uma prioridade.

Eu acredito que não há solução no Brasil sem contar nos próximos 20 anos com a iniciativa privada. Então é melhor fazer com que ele funcione bem.

O SR. – Sr. Presidente só para uma justificativa. É ruim por conta da presença de dois ilustres e bons professores, até uma discussão muito boa e com a saída dos Deputados, eu faço parte de outra Comissão que começa agora ao meio dia.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós estamos encerrando aqui e realmente o debate foi muito interessante e uma pena, mas quem sabe eles se dispõem a virem em outra ocasião, porque nós não conseguimos extrair deles tudo o que eles podiam nos oferecer. O tempo foi curto.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Gostaria de que se eles pudessem falar a respeito do que se fala sobre privatização do ensino superior público, ou seja, essa utilização de instituições privadas que cobram mensalidades, utilizando as estruturas públicas. A ADUSP embora o senhor tenha sido prejudicado ao não ser comunicado de que esse tema de profundo interesse dessa Comissão, quiser fazer um comentário ou se quiser posteriormente nos enviar os estudos, eu acho que poderia ajudar bastante nessa CPI.

O SR. OTAVIANO HELENI – Aproveitando e falando sobre a questão levantada pela Deputada Leci sobre as cotas, acho que há evidencias das cotas do desempenho do estudantado seja por cota racial, seja por cota do tipo de escola que frequentou, etc., mesmo na UNESP e na UNICAMP há dados bastante claros sobre aqueles que foram beneficiados com adicional na nota, enfim, na USP a gente detecta muito frequentemente alguns cursos de baixa procura, eles acabam sendo procurados por estudantes vindo de regiões geográficas e faixas de renda bastante desfavorecidas.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Mas eles têm disponibilizado cursos de baixa procura. Nós entramos com um projeto aqui na Casa no sentido de disponibilizar todos os cursos, inclusive aqueles que têm, em relação às universidades estaduais, disponibilizando vagas em todos os cursos de nossa universidade.

O SR. OTAVIANO HELENI – Eu só quis citar esse exemplo porque vai na mesma direção. Para estudantes que normalmente entram pela licenciatura, de faixa sócio econômica muito desfavorecida, no primeiro, segundo ano, eles levam um baque e muito difícil de sustentar o curso, mas quando eles caem numa instituição que os acolhe melhor, inclusive quando eles conseguem uma primeira bolsa de iniciação científica, a coisa muda. O estudante que estava no limite de conseguir ser aprovado no primeiro ano, segundo semestre, terceiro semestre, no quarto ano ele está entre as notas mais latas da instituição.

Então não resta dúvida de que a exclusão, nós excluímos o ensino fundamental no Brasil, 30% dos nossos jovens no ensino médio já chegam quase a metade excluído. Tem potenciais enormes para fazer PIB, Saúde, Ação, Tecnologia. Bem Estar e etc., e nós estamos sucateando, ou seja, um país que usa metade do seu potencial. Mais ou menos como tira 2 barris de petróleo e joga um fora e aproveita outro. Assim não vai para frente, como não estamos indo. Compare-se números internacionais em grande período.

Mas a questão das cotas elas foram adotadas por vários países do mundo. Os Estados Unidos tem as cotas raciais, a Índia quando assumem os governos laicos eles têm as cotas para os intocáveis, os dalites. Na Indonésia, tem vários países que tem vários tipos de cotas em função da sua realidade social e econômica. Entretanto, esses países todos eles, adotam as cotas no mesmo momento que tiram as barreiras, então adotou as cotas para (ininteligível) nos Estados Unidos, exatamente na mesma época que as barreiras foram retiradas. Quem adotou as cotas na Índia foram exatamente os governos republicanos, laicos, que não reconheciam a divisão religiosa.

Aqui no Brasil nós somos esquizofrênicos porque nós criamos as cotas e deixamos as barreiras. Não tem sentido. Se a gente deixa barreira até na escola pública, a gente deixa barreira na distribuição de renda, a gente deixa barreira da exclusão, da pobreza e falamos que agora tem cota. Isso é um país esquizofrênico. Não dá para resolver o problema e criar o problema ao mesmo tempo.

Aí acho que é um erro bastante marcante. Até tem um artigo sofre isso publicado na Folha de São Paulo que eu reproduzo meus artigos num Blog que chama Blogolitica, que a gente pública no Estado, um jornal mais ou menos a direita, até o Brasil de Fato que é até um jornal que podem alguns não gostarem, mas certamente não é um jornal de direita, é de esquerda. No meu Blog está lá sobre a cota fazendo essa comparação internacional e essa analise. Vamos colocar as cotas, mas vamos tirar as barreiras.

Outro problema da cota são os números. A gente tem uma vaga para 8 concluintes do ensino médio. Ainda que a gente dê uma cota para esses estudantes da escola pública, a gente está falando de uma coisinha desse tamanho. Não arranha a superfície do problema. Resolve, minora, resolve o problema daquele que foi beneficiado, mas você não pode tomar uma decisão pública, coletiva depois da proclamação da Republica olhando para o indivíduo. A gente tem que olhar para políticas públicas do Estado, que qualquer decisão vai ter um indivíduo ou outro que será beneficiado, não resta dúvida, mas isso não pode ser justificativa para decisão. Tem que ser com base pelo menos numa política republicana, senão tudo é justificável. A gente tem que ter em vista essa questão educacional. Para questão educacional isso é um caminho, é uma solução, como fazer e etc.? alguém vai ser beneficiado? Em qualquer situação alguém vai ser beneficiado. Se eu soltar uma bomba daqui não sei aonde limpando toda a Avenida Brasil, em 15 minutos eu estou em casa. Isso resolve meu problema, mas cria um problema para um monte de outras pessoas. Não é assim que a gente tem que raciocinar quando a gente fala num negócio coletivo, público, democrático, republicano.

O último ponto a questão da privatização por dentro como se chama, nós temos gravíssimos problemas nas instituições públicas brasileiras em geral, na educação em particular e nas universidades paulistas e na USP e com as organizações privadas. São fundações estritamente privadas, elas foram criadas em cartório por pessoas físicas, é uma fundação privada de direitos privados e criada por pessoas físicas. A única fundação não privada no âmbito daquelas 30 ou 40 que circulam pela universidade de São Paulo é a FUVEST, todas as outras são privadas. Essas fundações num certo momento ela chegava a usar o espaço da universidade, funcionários, telefone, salas da universidade para dar os seus cursos cobrados. Essa situação foi revertida. Ela foram obrigadas a regulamentar um pouco essa situação. Saírem do campus, por exemplo, foi uma decisão do Ministério Público, se não me engano um TAC do Ministério Público, uma situação absolutamente intolerável. Elas ainda existem em termos nacionais. Até regulamentar em nível federal e até com um perigo muito grande que a gente corre no momento... Tem uma proposta de se criar fundações ligadas a universidade para desenvolvimento científico e tecnológico.

Em 1998/99 o próprio PT que hoje é Presidência da Republica entrou com uma ação junto com o PDT, se não me engano, contra essa legislação. Agora as coisas se inverteram. A Presidente é do PT e o processo está lá. Isso é uma fundação privada que ela surge sempre com um bonito discurso que é semi verdade. Não é verdade nessa proporção. Segundo, que se esse for o problema vamos resolver esse problema e não criar outro. Se a administração pública é burocrática, é difícil vamos resolver esse problema.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – E gozam de benesses. A contratação pelo pode público, muitas vezes as isenta de licitação. Seja de mão de obra , de produtos, as isenta de licitação e elas não em nada de público.

O SR. OTAVIANO HELENI – Esse é um problema gravíssimo. Um órgão público contrata uma fundação dizendo que não precisou fazer licitação porque é uma fundação ligada ao setor público, a fundação do setor público vai lá e contrata os serviços de terceiros, eventualmente até de docentes e funcionários da própria universidade, e ela é privada e ela fala que pode fazer isso. Isso dá rolo até em Tribunal de Contas. Tribunal de Contas não gosta disso e nem sempre aceita.

Então as fundações elas são um problema gravíssimo de qualquer forma que elas existam, ligadas a instituição. É uma fundação privada ligada a fundação privada como qualquer fundação, mas não pode ter nenhum relacionamento privilegiado com instituição pública, muito menos como é a Universidade de São Paulo cujo relacionamento se dá pela base. A alta direção da fundação e a mesma que está no Conselho do departamento, da congregação, da diretoria, na chefia do departamento, no Conselho universitários e etc.

Isso é péssimo, porque é o tal do conflito do interesse. Eu sou o contratante de um lado e o contratado do outro. Isso é inaceitável. Há se não me engano uma ação ate movida pela ADUSP que está em âmbito não sei se no Ministério Público ou em um órgão judiciário direto sobre esse conflito de interesse.

Bom eu agradeço a oportunidade em nome da Associação dos Docentes da universidade de São Paulo por eu poder me manifestar nessa Comissão e espero ter trazido aqui parte da posição da Associação, mas também por vivenciar também a posição da Unicamp, Unifesp e outras entidades que representa os docentes das instituições públicas no e do Estado de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Agradecemos a presença dos dois ilustres palestrantes que realmente contribuíram bastante para o desenvolvimento de nossos trabalhos.

Próxima reunião 4ª feira as 10 hs da manhã;

Está encerrada a sessão.

* * *

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ENSINO SUPERIOR
31/8/2011

PRESIDENTE
DEPUTADO
CELSO GIGLIO – PSDB

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ENSINO SUPERIOR
31/8/2011

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB - Havendo número regimental declarado abertos os trabalhos da 5ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Ensino Superior, constituída com a finalidade de apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo com a seguinte pauta:

Ouvir o professor Celso Napolitano Presidente da FEPESP (Federação dos Professores do Estado de São Paulo)

Ouvir o professor Luiz Antônio Barbagle Presidente da SIMPRO (Sindicato dos Professores de São Paulo)

Deliberar sobre requerimentos e questões relativas a programação e outros assuntos de interesse dessa CPI.

Solicito a secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Para solicitar a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB - É regimental, está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior e considerada aprovada. Registro a presença dos senhores Deputados Vitor Sapienza, Leci Brandão, Simão Pedro, Geraldo Vinholi e este Deputado na Presidência. Eu convido o professor Celso Napolitano Presidente da FEPESP (Federação dos Professores do Estado de São Paulo) que já tomou assento à mesa para usar da palavra. A Comissão Parlamentar de Inquérito senhores palestrantes ela surgiu buscando a real situação do ensino superior das instituições particulares do Estado de São Paulo porque as universidades públicas têm acesso apenas a alunos nas classes mais abastadas de maneira geral, enquanto os alunos de classe menos abastadas que são aqueles que são egressos da escola pública acabam indo para as escolas privadas, e a nossa preocupação é de buscar esses esclarecimentos porque na maior parte das vezes os alunos que saem das escolas particulares não conseguem adentrar no mercado de trabalho porque

não tem condições de competitividade. Então, nós estamos ouvindo pessoas da área interessadas na busca de um diagnóstico e de soluções para essa questão que é de real importância para nós do Estado de São Paulo. Tem a palavra o professor Celso Napolitano.

O SR. CELSO NAPOLITANO – Muito bom dia, eu primeiramente queria cumprimentar o Deputado Celso Giglio e excelentíssimos Deputados aqui presentes Deputada Leci Brandão, Simão Pedro, Vitor Sapienza, Geraldo Vinholi. Agradecer o convite feito a Federação dos Professores do Estado de São Paulo que estou representando aqui na qualidade de Presidente da Federação e gostaria de pedir licença ao digno Presidente Deputado Celso Giglio para que o meu companheiro professor Luiz Antônio Barbalho Presidente do SIMPRO utiliza-se a palavra em primeiro lugar, para que não houvesse repetição nos nossos depoimentos, nós fizemos uma certa combinação de depoimentos e o professor Luiz Antônio Barbagle então, seria o primeiro a falar se o senhor me der essa possibilidade eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Tem a palavra o professor Luiz Antônio Barbagle.

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARBAGLE – Bom dia a todos, em nome da diretoria do Sindicato dos Professores de São Paulo eu agradeço o convite que nos foi formulado para podermos expressar-nos sobre a questão do ensino privado superior no Estado de São Paulo. O que aconteceu foi que a partir de meados dos anos 90, o Governo Federal toda a estrutura do ensino privado superior está vinculado ao Governo Federal no caso do ensino privado. O Governo começou a fazer concessões para autorização de funcionamento de universidades, essa é uma modificação muito importante e profunda na relação da constituição de novos cursos, porque as universidades pela Constituição da República elas são autônomas nos seus caracteres didáticos pedagógicos e administrativos. Então, o artigo Constitucional permite a autonomia e a liberdade da universidade, autonomia universitária, isso é de extrema importância porque também vamos relembra que esta Constituição foi feita no fim do regime militar brasileiro onde houve inúmeras cassações de professores vinculados as universidades, naquela época praticamente todas eram públicas e a partir do artigo 207, a ingerência do Governo fica menor dentro das universidades, aqui no Estado de São Paulo inclusive as universidades tem através dos senhores verbas de ICMS absolutamente destinadas ao custeio das universidades paulistas. O fato de nós começarmos a abrir as instituições privadas de ensino como universidades permitiu que estas instituições fizessem a abertura de todos os cursos que lhes conviesse como isso é feito até hoje, num segundo momento antes desse momento isso só acontecia em instituições de ensino superior, geralmente instituições pequenas e o Governo naquela época através do Conselho Federal de Educação tinha que autorizar o funcionamento das faculdades, os institutos de ensino superior. A partir da constituição das universidades e com a autonomia que lhes foi dada e que lhes é garantida pela Constituição, isso é importante ressaltar, todas as empresas que se mantiveram como universidades partiram para os seus cursos, num segundo momento ainda dentro do Governo mais ou menos em 1998, o Governo Federal autorizou através de Decreto que os chamados centros universitários também tivessem autonomia Constitucional. Então, hoje podem constituir cursos novos, remanejamento de vagas, remanejamento de turnos tanto as universidades quanto os centros universitários, a diferença é que num você tem pesquisa, extensão e conhecimento e no outro você trabalha basicamente com o conhecimento, isso gerou de uma forma um tanto quanto desregada a abertura de novos cursos, e isso modifica o conceito de cursos universitários dentro do Brasil, fica uma situação delicada a partir do momento que ninguém pode ser contra a expansão da educação, se é um direito que deve ser o mais rápido possível universalizado com certeza é a educação no nosso ponto de vista. Então, fica uma situação delicada como eu dizia porque apesar de nós apoiarmos a expansão para que a universidade, para que a educação seja aberta universalizada a todos os brasileiros, ela precisaria passar por um processo de qualificação melhor. Então, os professores que foram para as instituições de ensino superior eles através dos cursos de pós-graduação atingiram a maturidade para trabalhar nesses cursos, acontece que o outro regime que é o regime de pós-graduação também é agora ao contrário da universidade em cursos de graduação não há liberação para os cursos de pós-graduação então, se por um lado a universidade pode produzir o curso que ela assim desejar, por outro lado a universidade privada é submetida ao crivo da CAPS para a constituição dos cursos para o ensino de pós-graduação em regime de mestrado e doutorado não em regime de especialização. Então, aqui neste ponto eu penso que o nosso Estado através da nossa Assembleia Legislativa poderia fazer um incentivo nas instituições de fomento para que elas também auxiliassem a qualificação no regime de pós-graduação aos professores que estão no ensino privado, isso tem acontecido por Legislação Estadual para os professores que trabalham no ensino básico ou através desta Casa a Legislação formulada é que nós podemos trabalhar e fazer no ensino básico e fazermos os cursos de mestrado através da Legislação promovida por esta Casa, mas nós também gostaríamos que entidades de fomento tipo FAPESP, por exemplo, também estivessem ligadas e trabalhando nesse sentido pra formação do professor em pós-graduação no mestre e no doutor, não em especialização porque a especialização esta relativamente aberta há vários cursos na linha de especialização, com isso fechando esse bloco, todas as instituições universidades e centros universitários passam a dominar o mercado, eu estou usando a palavra mercado objetivamente não tem rodeio na palavra é mercado

mesmo. Então, elas começam a trabalhar em expansão dos seus campi então, também foi uma modificação feita no final dos anos 90 porque num primeiro momento a instituição só podia fazer funcionar no endereço que ela pediu a sua autorização e com o passar do tempo isso foi cortado, é por isso que vocês percebem várias instituições de ensino com o mesmo nome em vários lugares da cidade ou do entorno ou do Estado inteiro, eu ainda não vou ao país inteiro, mas é no país inteiro. Então, vocês pegam uma que vocês estão lembrando e ela tem um campus aqui outro campus ali então, São Paulo Rudge Ramos, Osasco, em São Paulo tem três, quatro porque o Governo autorizou que elas expandissem as suas instituições para fora do endereço, num primeiro momento era um mercado fechado de divisão de partes, depois ele foi aberto com a expansão então, são as coisas que vão acontecendo são a expansão porque ele pode abrir pela autonomia universitária e porque ele pode expandir os seus campi nas várias cidades que eles quiserem ou na mesma cidade como São Paulo em vários locais. Então, você tem, por exemplo, uma determinada instituição que num lugar tem engenharia e odontologia e em outro lugar tem pedagogia e ciências da computação, no outro lugar tem outra coisa e isso vai expandindo o mercado, esse número excessivo de abertura de cursos obviamente que vai trazer problema na qualidade e ai nós temos a terceira fase da expansão que são as instituições que vão colocar as suas ações no mercado. Agora este novo método é o método que algumas instituições são de sociedade anônima, elas colocaram no mercado suas ações e isso realmente vai traduzir um novo conceito de padrões. Então, agora vamos voltar um pouquinho em outra linha de ação, quem são os padrões inicialmente, os padrões inicialmente são constituídos pelo que se chama de entidades mantenedoras, num primeiro momento o Governo ao transferir para os privados o ensino superior, eu estou nos anos 60, neste primeiro momento o Governo entendeu que eles fariam uma concessão então, ele deixava que pessoas tocassem entidades mantenedoras tocassem as faculdades e ele achou que ele no futuro iria resgatar as faculdades e as universidades para o Governo, seriam questões governamentais especificamente, essas entidades mantenedoras são formadas por núcleos de pessoas que teoricamente iriam manter as instituições, obviamente que isso deixou de ser verdade, o Governo não resgatou mais nada, abriu mais possibilidades de fazer e, a partir do final dos anos 90, outra vez ele autoriza a que as entidades mantenedoras sejam empresas com fins lucrativos. Então, a mantenedora não tem fim lucrativo, vive inclusive com isenção da parte patronal do INSS, a maioria das instituições de ensino superior são filantrópicas então, elas não pagam a cota patronal do INSS de 26, 27% da folha de pagamento, o Governo autorizou que se fizesse sociedades com fins lucrativos, não precisava ainda ser sociedade anônima, e ai elas teriam que pagar a cota patronal, mas elas poderiam ter lucro nas empresas então, essa modificação ocorre no fim dos anos 90, essa modificação poucas empresas se interessaram em mudar para fins lucrativos, a maioria continua como filantrópica, isso é importante porque ao mudar o conceito a maioria preferiu continuar no conceito antigo, e a partir do momento em que se pode ter fins lucrativos é o último estágio que eu me referi agora à pouco, nós atingimos a sociedade anônima. Então, existem pelo menos três empresas no Brasil que estão na bolsa de valores que é a Anhanguera, Estácio do Rio de Janeiro e a Króton que é de Minas Gerais, a Króton é uma ligação com o grupo Pitágoras, ela se funde com o grupo Pitágoras de Minas Gerais e agora pertence a esse grupo financeiro que se chama Króton o maior grupo que você tem em São Paulo é a Anhanguera e no Rio de Janeiro é a Estácio são as três que estão na bolsa de valores e não estão restritas a esses Estados então, elas já avançam em todos os Estados da Federação, o COQ de Ribeirão Preto ameaçou, mas não foi para a bolsa e não abriu capital, esse é um outro grupo que também tem base no interior de São Paulo e a Anhanguera também tem base na região de Valinhos, tem base inicial mas esta no país inteiro esses três grupos pertencem ao grupo da sociedade anônima que gera outro tipo de comportamento que é nós estamos fazendo a instituição superior e dentro dessa instituição superior permite-se retirar declaradamente lucro, não é o lucro dele isso ele sempre existiu, mas através de juros e de dividendos e ações, a bem da verdade aqui e sem nenhum problema essa e uma linha nebulosa até para nós, apesar de nós nos debruçarmos todos os dias nós ainda não compreendemos exatamente o que esta acontecendo, porque e um novo tipo de padrão e isso que eu estou me referindo para nós, porque nós conhecemos os padrões que a gente tinha até então nós sabemos que são os proprietários e agora nós não sabemos que são os proprietários das instituições de ensino superior, temos uma vaga noção de quem seja e outra relação, é mudança de escala sim porque você colocou corretamente, porque eles fizeram um projeto em que as mensalidades se tornaram mais baixas. Então, faz a economia de escala, abaixa no preço da mensalidade e aumenta o número de alunos, eu ainda agora ao chegar conversava com um jovem da Polícia Militar que me atendeu na porta e ele dizia que o curso dele de educação física tem oitenta alunos na sala de aula e eu até brinquei com ele, se cada um tiver que fazer uma prova de 1.500 metros a aula vai durar uns quatro dias, porque 80 alunos cada um correndo 1.500 metros vai ficar uns quatro dias fazendo aula. Então, isso foi realmente uma questão que apareceu que é uma novidade dentro do mercado, como você disse corretamente que ele vai ganhar na escala. Eu acho que eu fiz uma introdução para que vocês tivessem uma ideia de como é que foi o desenvolvimento dessas questões no ensino superior.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu achei muito interessante e didática a exposição do professor Antônio Barbagle, mas se o senhor pudesse precisar melhor essas fases da expansão, precisar melhor a data o momento o senhor foi falando em anos 60 anos 90 só para nos ajudar melhor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARBAGLE – Em termos de formação de padrões, os padrões eles são até 1998, eles são mantenedores de instituições de ensino superior, empresas sem fins lucrativos e todas são filantrópicas e, a partir do fim dos anos 60 até 1998, que o Governo começou a autorizar as faculdades isoladas, em 1964, mais ou menos até 1998, em 1998, você é autorizado a fazer empresas com fins lucrativos então, a modificação na linha do padrão acontece ai, aos artigos que versão com a questão da universidade especificamente estão amparados e não foram mexidos são três ou quatro que trabalham com a questão das instituições de ensino superior na Constituição da República, depois obviamente, a partir de 1998, você permitiu os fins lucrativos criaram-se sociedade anônima, nós estamos, em 2011, e eu acredito que a primeira tenha sido em 2006, que foi a Anhanguera. No ponto de vista da estrutura da universidade você tem instituições de ensino isoladas dos anos 60 até mais ou menos 1994, no fim do Governo Itamar, no começo do Governo Fernando Henrique você começa a ter universidades, dá-se autorização para que as instituições se tornem universidades, no fim do Governo Itamar, em 1993, e no começo do Governo Fernando Henrique, em 1994, é que essa modificação acontece, mais ou menos no em torno de 1998, que essa também é uma coisa que interessa, através de Decreto não é nem Lei é um Decreto Presidencial autoriza-se os centros universitários a terem autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição Federal, esse é um outro dado importante, porque os dois universidades e centros universitários tem o direito de abrir os cursos que eles quiserem, não precisa mais se submeter a autorização para abrir o curso, isso pesa muito porque agiliza o processo e a gente costuma dizer que na região leste da cidade de São Paulo havia uma faculdade que tinha fisioterapia ela tinha 300 candidatos e 100 vagas e com essa liberdade os padrões da região leste de São Paulo eles fizeram 1.000 vagas de fisioterapia e continuam tendo os mesmos 300 candidatos então, como eles entenderam que fisioterapia enchia, lotava as salas, eles foram construindo escolas de fisioterapia e a quantidade de candidatos continua a mesma, agora você tem oito instituições que tem fisioterapia com os mesmos 300 alunos, isso é outro problema que você vai ter ali na frente porque a instituição sem a escala que você se referiu, porque uma ganhava e fazia caixa com 100 agora oito não fazem caixa com 300 vagas então, você ganhou outro problema porque você abriu em excesso e não tem candidatos, mesmo porque, na sequência até dentro da sua colocação inicial não há mercado para esse enorme número de candidatos que acaba se formando, por isso em determinadas situações o compartimento é fechado não tem a expansão. Outra coisa que a gente percebeu e isso interessa a todos nós é que os cursos que mais estão fechando são os de licenciatura, formação de professores e o curso de ensino básico são os cursos que mais estão sendo fechados.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Mas, será que tem professor para tudo isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARBAGLE – É uma coisa diferente, os cursos profissionais, por exemplo, de direito eles formam dois, três mil, quatro mil, cinco mil, 20 mil no Brasil inteiro advogados bacharéis por ano e essas pessoas que serão aproveitadas para dar aulas no curso de direito. Então, os cursos profissionais como medicina, odontologia e direito esses vão ter sempre pessoas formadas na área para trabalhar esses não nos chocam mais, o que você não tem e ai você tem razão são os cursos do ensino básico, por exemplo, eu fiz licenciatura e física, é um mercado eterno porque não tem ninguém que queira fazer isso, mas quando eu fui para física, os que tinham feito química já tinham um mercado eterno porque ninguém ia para licenciatura ia para a indústria. O professor Celso é matemático, por exemplo, o curso de matemática hoje ele é restrito a pouquíssimas instituições privadas em São Paulo, matemática, letras, que são cursos universais porque física, química só tem um pedacinho para trabalhar, mas matemática e letras você desde a primeira série do ensino fundamental tem como trabalhar. Então, mercado de trabalho não falta neste caso, faltam pessoas para o mercado de trabalho.

O SR. CELSO NAPOLITANO – O professor Luiz Antônio fez um histórico de como ocorreu a modificação no mercado de trabalho e na questão universitária do ensino particular, eu só gostaria de lembrar que ocorreu toda essa ampliação de vagas no ensino universitário privado a partir do momento em que havia os excedentes, lembra da figura dos excedentes, que eram as pessoas aprovadas no vestibular que tinha nota acima de cinco e não conseguiam obter vagas nas universidades que eram basicamente privadas, o que eu me lembro e que prestei vestibular, em 1970, havia basicamente as universidades públicas e algumas instituições de ensino privado, havia na minha memória duas universidades privadas que era o Mackenzie e a PUC e as outras eram instituições de ensino superior tipo Escola de Engenharia Mauá, FAAP que não era universidade, Mogi das Cruzes e algumas escolas isoladas no interior Engenharia de Lins e algumas dessas escolas foram, só para confirmar o que o Luiz Antônio disse, que havia num primeiro momento uma intenção de entregar o ensino para a universidade para mantenedores privados e depois reestatizar essas instituições, que várias instituições de ensino superior do interior foram agrupadas entorno de uma nova universidade Estadual que é a UNESP, várias dessas universidades eram privadas ou de fundações municipais várias dessas instituições de ensino superior foram agrupadas em torno de uma terceira universidade Estadual que é a UNESP, São Paulo eu acho que é o único

Estado da Federação que têm três universidades Estaduais a USP, UNESP e UNICAMP. Então, nesse momento é que surgiram as instituições de ensino superior privadas.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu queria registrar a presença aqui do Deputado Geraldo Cruz, que nos honra com a sua presença ele que é membro efetivo dessa CPI.

O SR. CELSO NAPOLITANO – Nesse momento então, surgiram as instituições de ensino privadas para que dessem conta dessa demanda e ao mesmo tempo exclui-se a palavra aprovado, não havia mais aprovados e excedentes no vestibular, havia as pessoas classificadas para o vestibular então, você nunca sabia se tinha sido aprovado ou não porque até aquele momento era assim, os aprovados eram os que obtinham nota acima de cinco, ocorre que mil obtinham nota acima de cinco e só havia cem vagas então, havia novecentos excedentes e manifestações por todo o Brasil de estudantes que haviam sido aprovados nos vestibulares e eram excedentes não conseguiam vagas nas escolas que basicamente eram públicas, a partir desse momento e eu posso dizer isso porque, como disse o Deputado, o Liceu Marechal Deodoro que era a escola do nosso bairro lá era mantida por uma família e o meu pai foi professor daquela escola, foi diretor daquela escola e eu comecei a minha vida profissional dando aula naquela escola, é um testemunho que eu estou dando, em 1968 o mantenedor daquela escola a este mantenedor foi oferecida a possibilidade de abrir um curso superior então, havia grupos de professores, grupos acadêmicos e lobistas que estruturavam um curso superior levavam ao Ministério da Educação e obtinham o aval ou a concessão do poder público naquele momento para montar um curso superior então, o meu pai fazia parte do estafe de direção desse colégio e ele participou dessa reunião e eu naquele momento eu tinha já meus 18 anos então, nós conversávamos muito a esse respeito e foi oferecido por um grupo ao mantenedor para que ele então, naquele momento ele não era o mantenedor ele era o dono de uma escola de ensino médio básico e para ele seria um mantenedor de ensino superior e diziam para ele o seguinte: você vai investir tantas mil unidades monetárias e com o primeiro vestibular você já recupera o investimento, parece franquia hoje, porque Deputado havia um número enorme de pessoas querendo entrar na faculdade, principalmente a demanda de São Paulo era muito grande e não havia vagas então, no momento em que abriu uma escola particular o número de candidatos era enorme o vestibular era muito bem pago, a taxa de inscrição do vestibular e eles diziam que com o primeiro vestibular o mantenedor já recuperava aquele investimento que ele fazia, que ele teria que fazer naquele grupo, é lógico que eram oferecido cursos que demandavam muita despesa, ninguém ia abrir um curso de física porque tinha laboratório, engenharia, medicina porque tinha hospital então, era oferecido cursos naquele momento de direito, letras, licenciaturas e administração de empresas, naquele momento ainda os jovens se interessavam e eram atraídos pelas licenciaturas, que é o fenômeno que o professor Luiz Antônio colocou aqui, hoje a demanda pelos cursos de licenciaturas é muito menor na medida em que a carreira de um licenciado de um professor de ensino básico não é muito atrativa. Até hoje se discute no Congresso Nacional a adoção de um piso salarial para um professor de ensino médio é um absurdo, nesta última semana nós tivemos a notícia que o Senador Cristovam Buarque e o Senador Pedro Simon ingressaram com um Projeto de Lei no Senado Federal, para que os professores tenham o mesmo índice de reajuste dos Senadores, para que fosse indexado ao índice de reajuste do Senador. Então, as estruturas daquele momento como o Luiz Antônio colocou dos mantenedores era uma estrutura basicamente familiar, e as mantenedoras não poderiam ter fins lucrativos, as mantenedores de ensino superior elas tinham que se constituir sem fins lucrativos, e parte das vagas daquelas instituições de ensino superior deveriam ser destinadas a público de baixa renda teoricamente ou na medida em que elas teriam que ser concedidas na forma de bolsa de estudos e por esse motivo é que as entidades do ensino superior eram dispensadas do pagamento dos encargos sociais da Previdência sobre a folha de pagamento, do recolhimento dos encargos sociais, que como diz o Luiz Antônio gira em torno de 26, 27% hoje em dia, porque é 20% da folha de pagamento mais PIS, COFINS, etc., na medida em que havia um número restrito de vagas e grande número de candidatos é obvio que as camadas mais baixas da população de nível socioeconômico ou inferior não tinham acesso a essas universidades, portanto, aquelas bolsas não eram oferecidas a quem de direito, eram oferecidas basicamente a pessoas que podiam pagar então, eram benesses que eram distribuídas pelos mantenedores, eu me atrevo a dizer que nunca este controle foi exercido pelo poder público para saber se aqueles 20% de bolsa era oferecido. Nós professores em convenção coletiva temos o direito que os nossos filhos estudem gratuitamente nas escolas onde nós trabalhamos, e nós temos notícias que as bolsas dos nossos filhos também eram incluídas nesse rol que deveria cumprir os 20%, eu disse que eu tenho notícia, eu não poso provar isso absolutamente, mas é dito isso a boca pequena normalmente, quer dizer, os filhos dos professores que teriam a conquista pela sua convenção coletiva também eram inseridos nesse rol, portanto, as entidades mantenedoras deveriam dar os 20% além das bolsas concedidas aos dependentes legais e aos filhos dos professores. Em 1988, a Constituição consagrou o ensino privado no artigo 209 o lobby dos mantenedores de ensino privado é muito grande e é justo que haja lobby na correlação de forças do Parlamento, do Congresso Nacional, da Assembleia etc., mas o artigo 209 diz que o ensino é livre a iniciativa privada atendidos as seguintes condições: cumprimento das normas gerais de educação nacional, autorização e avaliação de qualidade pelo poder público, isso vale para a iniciativa privada e ai começa o entendimento entre o privado e o público a diferença de entendimento, no artigo 207 diz que as universidades gozam de autonomia

didático científica administrativa e de gestão financeira e patrimonial obedecendo ao principio da indos sociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, porque foi incluído esse artigo na Constituição, para que as universidades públicas tivessem autonomia e não ficassem sujeitas aos diversos governos, aos diversos interesses partidários de governos que poderiam ser eleitos, a academia, a universidade ela tem que ser suprapartidária ele tem que gozar de autonomia didático científico e de pesquisa. Os mantenedores do ensino superior então, privados se apoderaram desse artigo da Constituição também e disseram: o artigo 209 o Estado tem que autorizar, mas o artigo 207 disse que a universidade tem autonomia então, quem é universidade tem autonomia e a grande disputa foi pela concessão, vamos dizer assim, pelo reconhecimento da universidade pelo poder público ou pelo Ministério de Educação e Cultura, nós tivemos até um evento onde um conselheiro do Conselho Federal de Educação, de um conselheiro ter pedido demissão, pedido de exoneração do Conselho, pelo status de universidade concedido a uma mantenedora do ensino superior, que hoje inclusive foi incorporada por uma instituição de ensino dos Estados Unidos que tinha ações na bolsa, mas não tem mais agora virou capital fechado que era a Universidade Anhembí Morumbi, pelo fato de ter sido concedido o título e de ter sido reconhecida a autonomia universitária a essa instituição de ensino o conselheiro pediu demissão do Conselho Federal de Educação, a partir desse momento não houve mais concessões de títulos universitários, só que é previsto o credenciamento da universidade porque o Estado tem que checar se o artigo 207 está sendo cumprido quando fala em indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A questão da pesquisa é esquecida pelos mantenedores do ensino superior, porque pesquisa é caro, o Luiz Antônio se referiu ao pouco oferecimento de curso de pós-graduação, curso de pós-graduação é caro, porque não dá para colocar 90 alunos na sala de aula e a gente costuma dizer que dar aula para 100 alunos Deputado, não é dar aula é comício, você está fazendo um comício a cada atividade de aula que você faz, mais ainda, imagina Deputada o fato ainda de nós depois prepararmos essa aula e depois então, corrigimos os trabalhos dos alunos e atendermos as suas dúvidas, as orientações etc. e ai o Ministro Paulo Renato diz vamos parar com essa história de fingir que não tem fins lucrativos, porque as entidades de ensino superior não tinham fins lucrativos elas tinham resultados e nós costumávamos dizer que no final do ano derrubava-se uma parede para que ela fosse construída novamente no início do ano letivo, porque derrubar uma parede Deputado custava 200 mil reais e para reconstruir custava 500 mil reais, era uma boa maneira de transferir dinheiro da pessoa jurídica para a pessoa física, as pessoas físicas que eram os mantenedores com esse dinheiro “desviado” da universidade construíam prédios e alugavam os prédios as universidades por 600 mil reais por mês Deputado, porque a negociação era assim: o dono do prédio do lado da mesa e o reitor da universidade do outro lado era a mesma pessoa então, ele negociava com ele mesmo e dizia assim: 600 mil reais e o reitor dizia: barato, porque não 700 mil reais é eu acho que você tem razão 700 mil reais e as universidades que hoje dizem que estão no vermelho começam o mês devendo aluguel e a primeira despesa é o aluguel que é sagrado se não eu mesmo posso me despejar daqui, e eu como dono do prédio sou implacável e o reitor diz que é a mesma pessoa e é verdade então, eu vou pagar primeiro a sua mensalidade, fora o seu aluguel, fora o caso de que as despesas das residências, os carros são leasing. O Ministro Paulo Renato disse: vamos acabar com essa brincadeira de faz de conta e vamos oficializar o lucro e as universidades podem então, se transformar em entidades lucrativas e nós que participamos de mesa de negociação com os mantenedores temos vários depoimento do tipo assim: eu não acreditei, eu virei instituição com fim lucrativo pago todos os encargos sociais e a instituição que está lá na minha esquina continua, sendo sem fins lucrativos e não paga os encargos sociais e baixou a mensalidade e tirou aluno da minha universidade, aconteceu que institucionalizou-se a concorrência e como era fácil e o mercado era amplo a taxa de crescimento de alunos do ensino superior naquele momento era da ordem de 20% ao ano, qual é o negócio que você têm onde a demanda aumenta 20% ao ano, houve uma profusão de instituições de educação e a gente costumava dizer que num determinado momento, principalmente quando a inflação era alta porque com inflação alta era uma beleza, o mantenedor recebia o dinheiro no início do mês e pagava todos os encargos no mês seguinte, no mercado financeiro Deputado esse dinheiro girava a 35% ao mês, o senhor e moço e não deve se lembrar disso, mas a inflação era altíssima e o mercado financeiro era uma loucura eles praticamente pagavam a folha de pagamento com o lucro do mercado financeiro então, houve uma profusão de instituições de ensino superior a que o Luiz Antônio se referiu, a demanda continuou e ai a demanda foi um pouco refreada porque também não tinha dinheiro para pagar então, a demanda continuou, por exemplo, um relato que nós tivemos de Santos haviam dois mil candidatos para o curso de direito e havia 400 vagas e depois de um certo tempo havia dois mil e quinhentos candidatos para o curso de direito e três mil vagas, porque todo mundo abriu curso de direito, curso de direito é um curso maravilhoso para você abrir, basta você ter sala de aula giz e cuspe só, e o cuspe cada vez mais barato que é o trabalho do professor então, não demanda coisa alguma, não demanda laboratório, não demanda nada e o investimento é sala de aula matéria prima barata que é o salário do professor, a Leda perguntou se há professor para tudo isso, há porque o profissional é o professor então, quem da aula em curso de direito muitas vezes e o profissional de direito o advogado, o bacharel, o juiz, o promotor público e o MEC autoriza esses profissionais a cumprirem a atividade docente exatamente porque não tem professor no mercado então, o MEC autoriza e é um notório saber, como você pode dizer que um juiz não é gabaritado para dar um curso de direito, um promotor não é gabaritado para lecionar num curso de direito. Então, essa é que foi a expansão do curso superior e nesta dicotomia entre eu interpreto o que me interessa do meu

lado e interpreto do outro lado o que não me interessa, surgiu a LDB em 1996 depois de 10 anos de encrenca, a Bia Parte acompanhou bem a LDB em vários Fóruns de Educação onde nós participávamos também e em 1996 surgiu a LDB que dizia no seu artigo 67 que os sistemas de ensino promoveram a valorização dos profissionais de educação assegurando-lhes inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- 1 – Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.
- 2 – Aperfeiçoamento profissional continuado inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim.
- 3 – Piso salarial profissional.
- 4 – Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho.
- 5 – Período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga de trabalho.

Os mantenedores do ensino superior dizem que está escrito dos planos de carreira do magistério público e não serve para o ensino privado, portanto, eu não preciso cumprir os incisos do artigo 67 da LDB. A constituição quando lhe interessa serve para ele, mas o artigo 67 porque não lhe interessa não serve para os mantenedores. Então, quem financia a sua própria qualificação é o professor, no ensino particular e no ensino privado é o professor que financia a sua própria qualificação, ele não tem tempo pago porque o regime e outra excrecência do ensino brasileiro, o regime de contratação do professor é por hora aula, hora aula a gente faz lá na sala dos professores a brincadeira e a comparação de que professor é taxista então, no momento em que a gente entra na sala de aula baixa o taxímetro e quando a gente sai da sala de aula levanta o taxímetro, nós ganhamos por hora aula e por hora aula se entende do momento em que eu estou dando aula, portanto, não é pago aquele momento anterior à aula e nenhum momento posterior a aula, dizem os nossos mantenedores que esta compreendido no valor da hora aula. Então, aquele valor da hora aula já compreende todo o trabalho de preparação e o trabalho de correção e de orientação aos alunos etc. pior ainda com o advento das novas tecnologias a pesquisa é palavrão no ensino superior privado e o advento das novas tecnologias, porque agora também se criaram as plataformas de interação onde o professor tem que pendurar e postar o seu material nas plataformas de interação e atender as dúvidas dos alunos primeiro então, nós lá na campanha salarial do ano passado cunhamos a expressão professor 30 horas é aquele que fica seis horas na sala de aula e 24 em casa atendendo as dúvidas dos alunos então, nós somos obrigados a postar trabalhos e ai receber as dúvidas, inclusive numa famosa matéria do Estado de São Paulo um aluno disse - eu sou tímido e quando o professor explica eu tenho receio de que meus colegas me ridicularizem pela pergunta que eu vou fazer então, eu espero e em casa eu mando pergunta pró-professor por e-mail das coisas que eu não entendi naquela aula.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu queria fazer uma ponderação, no seguinte senhor Presidente, Vossa Excelência sabe que eu participo de cinco, seis comissões eu tenho um comício inclusive no nosso bairro, eu queria ponderar se Vossa Excelência concordar de levantar algumas questões, eu gostaria de saber se Vossa Excelência me permite fazer algumas indagações.

O SR. CELSO NAPOLITANO – Senhor Deputado eu encerro em cinco ou 10 minutos, só para me referir a outra invenção dos mantenedores do ensino superior, como a LDB confirmou a Constituição privilegiando a autonomia para as universidades o lobby dos mantenedores conseguiu introduzir o conceito de centro universitário, centro universitário é uma excrecência no sistema de ensino brasileiro, ele não é faculdade isolada, não universidade, centro universitário como disse o falecido Ministro Paulo Renato era universidade de ensino. Então, as instituições de ensino tinham a obrigação não de fazer pesquisa nem de extensão não cumprir com os requisitos de uma universidade que é ter 1/3 dos professores em tempo integral 1/3 de mestres e doutores então, eles não precisam cumprir nada disso, mas tem autonomia e foram reconhecidos por esse Decreto como autônomos então, tem autonomia para criar o curso que quiser e para fechar o curso que quiser e ai que o Luiz Antônio se referiu ao mercado, virou mesmo uma questão de mercadoria, aquele curso que tem pouca demanda eu fecho e abro um outro curso que pode ter maior demanda então, hoje você tem mil especializações é administração com especialização em marketing, marketing esportivo, marketing da cerveja, marketing politico, e ai os cursos tecnológicos de dois anos formam os tecnólogos que a gente diz que não é carne e nem peixe, não é nem um técnico de ensino médio e não é nem um profissional de ensino superior, mas com dois anos eles fazem isso. O MEC reconheceu que os tecnólogos de dois anos podem fazer mestrado, pós-graduação, strito senso há universidade em São Paulo que já esta oferecendo o seguinte: você entra na tecnologia e no segundo ano você já esta fazendo o lato sensu então, o aluno sei de lá em três anos com graduação e especialista então, virou produto de mercado. Deputado só para encerrar, eu vou passar as mãos do Presidente o dossiê que nós fizemos da Federação dos Professores de duas instituições de ensino que estão eivadas de irregularidades, porque todas essas questões o MEC com razão diz que não pode se ater a fiscalização trabalhista é lógico, mas eu penso que se essas instituições elas são beneficiadas por dinheiro público e no Estado de São Paulo pela famosa bolsa educação, porque existe aqui o instrumento que é uma modalidade de auxilio aos estudantes de baixa renda que é o programa bolsa universidade onde o Governo do Estado entra com metade do valor da mensalidade que é limitada a 310 reais e as instituições de ensino superior entram com a outra metade e os alunos fazem trabalho comunitário de educação no final de semana, há muitas universidades

recebendo esse tipo de auxilio e não cumprem a mínima legislação trabalhista, uma delas é a UNIESP inclusive esse nome ela foi proibida de usar pelo MEC porque ela não é universidade é IESP (Instituição de Ensino Superior) foi objeto de uma audiência pública nessa Assembleia solicitada pelo Deputado Carlos Giannazi e o Deputado mandou um requerimento e solicitou informações de 2011 nº87 sobre o montante de recursos que esta instituição de ensino esta recebendo e não tem retorno, essa instituição de ensino não paga os salários corretamente, não deposita fundo de garantia por tempo de serviço, não recolhe o INSS da parte patronal e têm inclusive nesse dossiê várias irregularidades que ela esta praticando e inclusive algumas instituições de ensino que foram por essa instituição adquiridas também não estão recebendo, ela é democrática não paga nem o antigo patrão e nem o atual empregado é uma democracia plena, outro exemplo, a Universidade Uniban que também tem vários problemas e uma questão rápida que eu queria tocar, a composição do Conselho Estadual de Educação a maneira como é composta hoje por ato arbitrário do Governador do Estado e do Secretário de Educação faz com que nesta composição exista representação de várias entidades patronais de vários representantes dos mantenedores de ensino e nenhum representante dos professores, inclusive o diretor do departamento jurídico da Uniban o Dr. Décio Leone é Conselheiro do Conselho Estadual de Educação e é diretor de departamento da Uniban e a Uniban por uma carta enviada pelos professores diz que a Uniban foi obrigada a cumprir 1/3 de período integral e cumpriu da seguinte forma: a carga horaria fora da sala de aula foi dividida em horas cumpridas obrigatoriamente na instituição com o pagamento de meia hora aula e as horas restantes com o pagamento de 15% da hora aula. Então, Deputado a LDB obriga que o professor de tempo integral trabalhe 40 horas por semana sendo 20 horas na sala de aula e 20 horas fora da sala de aula, parte desse valor era pago com metade e parte com 15% dos professores e o diretor do departamento jurídico da Uniban é Conselheiro do Conselho Estadual de Educação, eu acho que é raposa tomando conta de galinha.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Inicialmente eu quero saudar o professor Luiz Antônio e o professor Celso Napolitano. Eu gostaria de levantar algumas questões, eu entendo que a proliferação de doutorados e a consequência dos péssimos cursos que as universidades particulares proporcionam então, é uma forma de fazer com que algumas pessoas tenham efetivamente poder e conhecimento e é uma das razões da OAB fazer os celebres exames e também levantar recursos e não são pouco os recursos que a OAB levanta, faça essa forma infelizmente fraca de propiciar cursos. Eu tive a oportunidade pegando um gancho do meu amigo Simão Pedro de uma pergunta que ele fez numa das audiências da CPI de solicitar ao Deputado Milton Monti que pedisse uma CPI na área Federal sobre a entrada de grupos estrangeiros no ensino no Brasil, uma das formas de você começar a distorcer a cabeça das pessoas é através de cursos e isso me preocupa, diz o Deputado Milton Monti que iria propiciar esse tipo de pedido de CPI, não sei e se ele não o fizer vou cobra-lo, gostei quando você Napolitano mencionou pesquisas eu mercê do apoio de colegas aqui fui eleito Presidente da Comissão de Ciências e Tecnologia da Assembleia e tenho trazido muita gente para poder falar e fui trazendo o pessoal do SENAI o pessoal do SESC, mesmo porque, de repente esse pessoal esquece que o recurso é público e não é privado, esse recurso que é carreado para essas entidades que fazem muito, mas poderiam fazer muito mais ainda porque esse exemplo Napolitano que você deu do aluguel também se aplica muitas vezes no SESC, SENAC e o pessoal imagina que aquilo e propriedade deles, quando não é propriedade deles, aquilo é nosso. Então, dentro desse contexto me preocupa também quando você Napolitano fez umas colocações em que muita coisa que tem que ser definida ainda no ensino foge da nossa competência é de competência Federal, mas dentro desse quadro essa denuncia Napolitano que você fez eu pediria ao nosso Presidente que entrasse em contato com a Secretaria da Educação e trouxesse os responsáveis por essas liberações de recursos por esses convênios para ser ouvido aqui por nós que é uma das formas de a gente começar a atingir o objetivo principal da formação dessa CPI. Eu tenho uma série de compromissos e seis que hoje foi ruim para todo mundo por causa do trânsito, mas eu procuro aquilo que foi nos ensinado lá no nosso bairro que é cumprir horário, eu vi que você com muita dificuldade como eu, nós três estávamos sentados aqui às 09h55min. Eu sei que o Deputado Celso Giglio mora em Osasco e os demais também e eu tenho a felicidade de morar praticamente perto. Então, dentro desse quadro são essas as indagações que eu quero levantar e quero cumprimentar aquele moleque que eu vi o neto do senhor Angelim estar ocupando essa posição de hoje, muito obrigado.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Eu queria perguntar para o professor Luiz Antônio e também para o professor Celso se essas instituições privadas elas respeitam os direitos do Sindicato dos Professores, como é essa relação.

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARBAGLE – De um modo geral essas questões relativas aos sindicalistas elas não tem sido observadas dentro da Constituição pelos nossos empresários, o sindicalista dentro da universidade ele não tem respaldo, não é devidamente respeitado porque em alguns momentos eles têm praticado atos de demissão com os sindicalistas, não só aqui como no Brasil inteiro, eu estou respondendo pelo professor Artur Costa Neto que é um dos membros do Sindicato dos Professores de São Paulo que foi demitido sem justa causa enquanto sindicalista da Universidade Ibirapuera, por exemplo, esse é um caso que vem sendo tratado junto a justiça do

trabalho para a reintegração e isso tudo demanda tempo até chegar uma resposta., mas essa questão realmente não tem sido observada pelos patrões. Dentro disso também para constar para nós e dentro dessa exposição que o Celso fez, os patrões são obrigados hoje a apresentar plano de carreira para o Ministério da Educação, o Ministério da Educação dentro dos seus avaliadores têm uma planilha de várias coisas que eles devem seguir e entre elas verificar se a instituição tem plano de carreira, de um modo geral as instituições hoje têm e esses planos de carreira são planos de rebaixamento salarial apenas então, você tem hoje, por exemplo, um doutor vamos supor que ganha 10 mil reais por mês com tempo integral, a instituição inventa mais cinco janelinhas para os doutores sendo que esse que hoje ganha 10 mil e o topo da carreira e o doutor que chegar e deveria ganhar os 10 mil vai ganhar seis mil reais, cinco mil reais, e um dia talvez, quem sabe, se tudo correr bem ele chegará ao topo da carreira é uma coisa muito tristemente inteligente. Então, é outra forma que se arrumou de rebaixamento salarial, você entrava em quatro buraquinhos da carreira como auxiliar, assistente, adjunto e titular qualquer que fosse a denominação e essas quatro janelas hoje são 24 janelas e ai você tem um novo processo de rotatividade, que para você aumentar o lucro e fazer frente ao aluguel você vai diminuindo aqueles que estão no mais alto da carreira que são os mais velhos como eu e vão sendo contratados os mais novos, não obrigatoriamente mais novos em idade, os novos que são contratados eles já chegam lá no final da carreira. Então, a leitura que o professor Celso fez eles usaram um artifício governamental em prol deles isso é comum.

O SR. CELSO NAPOLITANO – A nossa reivindicação de plano de carreira eles utilizaram de maneira inversa, utilizaram o plano de carreira para baixar salários, na medida em que há a dispensa imotivada. Então, eles demitem um doutor que ganha 30 mil reais e contratam um doutor para ganhar 20 mil reais, porque ele está no início de carreira, essa é a perversidade a que o Luiz Antônio se referiu da inteligência perversa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARBAGLE – Inteligência para o mal, na sua questão nem os sindicalistas e nem de um modo geral os profissionais, de um modo geral não há, essa economia de escala, esse ganho de escala que o Deputado Giglio se referiu ele hoje vai nessa linha. Então, para baixar a mensalidade para 200, 300 reais, ou seja, lá o que for ele não cortou o dele ele cortou o nosso já que o maior gasto da escola é folha de pagamento e nem pode ser diferente, prestadora de serviços e folha de pagamento.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Até para entender um pouco essa questão, parece também uma coisa um pouco combinada tanto o Estado quanto à iniciativa privada também é de um ensino ser cada vez pior, porque nesse quadro que vocês colocaram não tem como formar bons professores, você estava comentando, mas não falou do curso de direito, mas um dos cursos que foi bastante e tem sido crescente e abre cada porta você tem é pedagogia que é onde vai exatamente para a base da educação, quer dizer, todo aquele discurso e ai o Estado faz uma aprovação continuada então, também não tem um exame rigoroso para que essa qualidade do ensino uma ciranda do que é ruim no ensino está muito bem perfeito. Na opinião de vocês o que fazer para que possamos melhorar isso, essa ciranda da educação, fechar essas faculdades e dificultar a abertura na opinião de vocês que a gente pudesse trabalhar a ideia, porque o sonho de todo mundo e o discurso politico é difícil e para melhorar cada dia cada um os programas dão para melhorar e nós vemos aqui na Assembleia o aumento de salário da área da educação e até é ridículo falar de aumento nas instituições privadas, mas pelo menos para ter um modelo para a educação.

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARBAGLE – Eu vou falar para você que outra perversidade que eles usaram em benefício próprio da legislação, a LDB que foi implantada a partir de 1997 ela prevê que os professores da 1ª série do ensino fundamental também tenham curso superior respeitado aquelas que já tinham o direito que tinham feito o magistério normal, ou seja, lá o nome que a gente vai lembrar então, geralmente são mulheres e as professoras até agora o 5º ano elas tem que ter pedagogia então, proliferou porque dentro do contexto do mercado a pedagogia e o direito tem a mesma linha de raciocínio e não precisa de nada para formar o curso, não tem custo e o retorno é alto porque você não investe alto porque você tem esse tipo de formação. Então, esse modelo volta a ser a inteligência perversa contra nós, agora eu digo para você assim: eu penso que nós deveríamos tentar depurar esse assunto da qualidade, nós deveríamos melhorar a qualidade não tenha dúvida nenhuma e obrigatoriamente nós teremos que fechar alguns cursos que não deram resposta, isso me parece que é uma coisa meio inegável e temos que trabalhar nessa questão da melhoria e essa questão da melhoria passa obrigatoriamente pelo aperfeiçoamento dos profissionais que estão envolvidos nesse projeto. Então, você pega uma pessoa que cursou engenharia, por exemplo, não obrigatoriamente ele tem conhecimento para ministrar aula, não é conhecimento do conteúdo técnico é conhecimento como professor didático esse ele não tem então, ele faz uma situação em que ele resolve o problema dele dando aula copiando do antigo professor e vai embora, como disse o professor Celso, essas novas tecnologias elas estão embaralhando o novo processo, a criança ela não chega com a mesma cara outro dia eu vi um menino trabalhando nesse ipod da avó dele e ele tinha três anos o que ele fazia com aquilo eu nem imagino como ele conseguia mexer naquilo, essa criança quando chegar aos cinco, seis anos na escola já é diferente da geração pré tablet, uma criança que hoje tem cinco, seis anos é menos dotada de habilidades que uma criança

que tem três, o professor tem que se preocupar com a que chegar com três lá na frente e o que vai acontecer com o que vai nascer daqui à pouco geração x, y, e daqui a pouco já esta no alfabeto grego alfa, beta e já estamos indo lá para baixo e isso e o novo problema. Só mais dois dados, as três instituições a que o professor Luiz Antônio se referiu que tem capital aberto uma delas é a Anhanguera que foi a primeira cuja administração esta a cargo do Banco Pátria que é um banco de investimentos, toda essa estrutura financeira organizacional ela foi concebida pelo Banco Pátria, ela tem ações e as ações da Anhanguera estão colocadas na Bolsa de Nova York então, fundos de pensões dos Estados Unidos são proprietários de instituições de ensino no Brasil, a Kroton também ela havia incorporado o Grupo Pitágoras e hoje está com uma assessoria financeira de investidores, cujo o único objetivo é o lucro. Eu particularmente não estou dizendo aqui que os mantenedores de ensino superior tem que ser abnegados, filantropos e colocar o dinheiro em prol da educação brasileira, mas ao mesmo tempo não pode ser uma atividade ela tem um fim social, não pode ser uma atividade que vise exclusivamente o lucro e o poder público os Conselhos Federais os Conselhos Estaduais porque há universidades de ensino superior , instituições de ensino superior que também são fiscalizadas pelo Conselho Estadual de Educação que são as Fundações Municipais, outrora Municipais, mas que agora também têm dono é gozado isso foi uma relação incestuosa que ocorreu nas cidades que com dinheiro público se constituíram em entidades de ensino superior que agora são Fundações de direito privado, a Uniararas, por exemplo, a Fundação Bauab de Jaú que não paga salário que atrasa o pagamento de salário dos professores cuja família do antigo Prefeito da cidade que já é falecido é a que domina a Fundação Bauab que era uma fundação de caráter municipal, essas instituições de ensino superior Fundações Municipais elas são fiscalizadas pelos Conselhos Estaduais de Educação. Então, o Estado e os Conselhos Estaduais também tem uma responsabilidade sobre a questão de ensino então, têm que ser tratado como uma concessão do Estado porque têm um fim social e o Deputado estava se referindo sobre a questão do circulo vicioso, esse circulo vicioso tem que ser transformado num circulo virtuoso, quer dizer, o que se pode fazer nessa questão para melhorar o nível do ensino, que haja uma junção do poder público dos seguimentos do poder público tanto o Executivo quanto o Legislativo no sentido de que sejam cumpridas as metas de caráter social trabalhista etc. para que os professores tenham qualidade de ensino, tenham condições de trabalho e que isso possa propiciar a qualidade de ensino e que seja fiscalizado pelo poder público, sem entrar no mérito que nós estamos numa sociedade capitalista e quem investe precisa ter o retorno do capital investido sem entrar nesse mérito, mas do mesmo modo como são fiscalizados e organizados as organizações de saúde, por exemplo, que também há grupos econômicos interessados e proprietários de hospitais, mas a primeira função desses grupos é o fim social. Outro dado que eu gostaria de dar nessa economia de escala, foi nos dito em mesa de negociação, que a Anhanguera ela vende livros aos alunos, está embutido no valor da mensalidade os livros então, lá eles perceberam que pode chegar na editora e comprar um certo número de livros por um preço mais barato e ai eles fornecem aos alunos, teoricamente é muito bom porque o aluno não tem apostila, não precisa tirar xerox de livro ele fornece o próprio livro aos alunos, mas essa brincadeira dá proporciona para a Anhanguera um lucro de dois reais por livro, nessa brincadeira de intermediar que eles já embutem no valor da mensalidade aquele valor referente aos livros, dois reais por livro e eles vendem depois Deputada e Deputados um milhão de livros por ano, só ai dá dois milhões de reais e foi me dito o seguinte: sabe de quantas pessoas eu preciso para cuidar disso, só preciso de quatro pessoas, só para vocês terem uma ideia do nível de lucro que essa economia de escala proporciona para as grandes universidades que ai é uma questão de economia de escala mesmo. Então, quanto mais aluno tem na sala de aula, menos eu posso cobrar de mensalidade e mais lucro eu vou ter.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu quero cumprimentar os professores Barbagle o Napolitano e cumprimentar também o professor Artur que é nosso amigo e já contribuiu muito com a Comissão de Educação da Assembleia quando lançamos um programa de combater o analfabetismo aqui no Estado, na campanha Analfabetismo Zero no Estado de São Paulo. Então, é uma satisfação reencontrar o professor Artur aqui que é membro do SIMPRO. Professores Barbagle e Napolitano, outro dia tivemos aqui o depoimento dos representantes da UNE e da UE que nos deram um quadro meio parecido com aquilo que vocês disseram aqui respondendo a pergunta da Deputada Leci Brandão, eles reclamam que mesmo as instituições, representação dos alunos e organizações dos alunos têm dificuldades de entrar nos recintos para fazer assembleias e realizar aquilo que é um direito constitucional que é o direito da livre organização das pessoas, instituições, sindicatos, entidades e eles fizeram quando eu lhes perguntei uma relação entre aquelas que pior prestam serviços com aquelas que mais são fechadas que reprimem, talvez querendo esconder problemas não permitindo que os alunos possam se manifestar e possam denunciar. Eu queria fazer essa pergunta, no caso de atividade de sindicalistas vocês percebem essa mesma relação, onde vocês tem tido mais dificuldade de entrar.

O SR. CELSO NAPOLITANO – Senhor Deputado eu acho que se pode fazer essa sua relação é positiva mesmo, é perto de um as escolas que tem mais a esconder são aquelas escolas onde as condições de trabalho são as piores possíveis e a qualidade também deixa a desejar, que é o que acontece com a Uniban que nós estávamos nos referindo aqui, a Uniban não pagou corretamente as férias dos professores agora no mês de julho e na nossa convenção coletiva nós

temos um instrumento que é o foro de conciliação antes de qualquer medida judicial nós procuramos estabelecer uma conciliação então, vai o sindicato patronal, o sindicato dos professores os dois que assinaram a convenção que tem a responsabilidade de manter o texto e convoca uma instituição de ensino que não esteja cumprindo a convenção coletiva. Eles foram convocados diversas vezes adiam e não comparecem e quando comparecem dizem o seguinte: devo não nego, pago quando puder e quem comparece é o Dr. Décio. Então, essa correlação é positiva, quem não tem nada a temer permite a entrada dos estudantes dos sindicalistas dos órgãos de representação das entidades de representação tanto dos professores quanto de sindicalistas, a Pontífice Universidade Católica, por exemplo, não tem o menor entrave à entrada de professores, sindicalistas, estudantes, as universidades e as instituições de ensino superior com maior liberdade são aquelas que realmente têm um melhor resultado em termos de qualidade de ensino e as outras são as mais fechadas mesmo.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu moro na zona leste também como o professor Barbagle e levei mais de uma hora para ir da minha casa ali na Conselheiro Carrão até aqui hoje por conta da chuva, eu nunca entendi direito essa coisa de chuva piora muito o trânsito, mas ali eu de fato vivenciei os meus 35 anos morando naquela região a proliferação de faculdades e universidades e recentemente a Unicastelo lá de Itaquera bairro em que eu morei por 31 anos passou por uma crise muito grande que os trabalhadores e funcionários entraram em greve, se não me engano no ano passado, o que levou os funcionários e os professores entrarem em greve foi porque segundo os representantes dos professores a faculdade não pagou os salários e já não vinha recolhendo o fundo de garantia, eu fui lá oferecer a minha solidariedade inclusive com a reitoria e abrimos um dialogo dos professores com o MEC. Eu queria perguntar como é que vocês avaliam isso, primeiro a Unicastelo era de uma mantenedora parece que essa mantenedora vendeu a Unicastelo para outra mantenedora que a nova passou a ter o seguinte comportamento de os débitos com fundo de garantia, recolhimento de INSS, imposto de renda não tem nada a ver comigo e o anterior que se vire, mas a justiça trabalhista não entende assim e foi atrás das contas levando essa instituição a cada mês recolher as mensalidades numa conta diferente e a justiça trabalhista um dia pegou uma conta e bloqueou e não teve pagamento para os professores, mas como é essa coisa de uma mantenedora vender para outra, isso pode ou não pode e me parece que ali não se sabe quem são os donos, quem são os responsáveis por essas mantenedoras isso é um negócio meio nebuloso, que está por trás porque sempre se têm dúvidas ali. Quando nós fomos ao MEC os professores reivindicaram uma espécie de intervenção do MEC numa instituição com problemas desse tipo para não prejudicar os alunos, o Ministro que é muito meu amigo ele disse que o MEC estuda uma possibilidade de criar uma legislação para não intervir, porque ai é aquele dilema é uma relação capital e trabalho porque a instituição mesmo sendo mantenedora, mas ela cobra mensalidades e estabelece uma relação de mercado ali entre o aluno e a mantenedora mesmo que ela não tenha fins lucrativos, é uma relação trabalhista entre o professor e a instituição, mas que se pensava numa saída como uma Legislação Federal ou uma mudança na Legislação no sentido de permitir que nesses casos para não se perder aquele patrimônio, aquele investimento constituído que o MEC pudesse intervir preservando a carteira, por exemplo, dos alunos do patrimônio ou coisa parecida, eu não tenho a informação se isso já foi enviado ao Congresso ou se o MEC já fez, eu até vou perguntar ao Ministro quando encontrá-lo, no fim nos acabamos até fazendo porque você imagina se fechar uma faculdade daquela também não é, o prejuízo no bairro, economia local, porque no entorno da faculdade foram constituídas lanchonetes, empresas de prestação de serviço, quer dizer, movimenta a economia do bairro também, eu olho aquele caso da Unicastelo e todo aquele quarteirão ali não é Deputada Leci Brandão o impacto que seria fechar então, não interessa para ninguém fechar nem para os professores, nem para os funcionários, nem para a comunidade local, mas percebo muita irresponsabilidade em relação a alguns entes privados que tem a concessão que não vê assim, que não se comportam como se fosse uma concessão pública e que deveriam prestar um serviço de qualidade. Então, queria perguntar se a Unicastelo como é que esta e se vocês têm informações a respeito.

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARBAGLE – A Unicastelo é um caso clássico de problemas, ela passou por uma transformação de mantenedora aprumou a vida dela e novamente começa a ter problemas então, eu estive no sábado anterior numa assembleia no sindicato com os professores da Unicastelo porque a Unicastelo quer implantar um novo plano de carreira daquele que eu mencionei a pouco, o professor que hoje ganha 33 reais por hora aula foi convidado a permanecer na escola por 22 reais por hora aula a mesma pessoa e com todos os problemas que não pode acontecer isso, mas no final das contas a proposta foi feita então, os professores obviamente que rejeitaram essa questão e vão continuar na luta, ela voltou a ter problemas e continua sem pagar os depósitos do fundo de garantia desde aquela época, existe um processo que o sindicato moveu coletivamente que hoje gira em torno de seis milhões de reais por cinco anos de fundo de garantia, jamais em hipótese nenhuma pensaram em fazer os créditos e isso gerou um grande problema dentro dessa instituição. Então, hoje ela volta a ter problemas e começa outra vez a patinar dentro do universo. A transferência da mantenedora eu vou ousar dizer aqui que é um dos mais bem guardado segredos da República e deve estar naquele sigilo eterno eu imagino, eu não conheço nenhum outro caso que isso aconteceu e eu milito no movimento sindical há 30 anos, só para vocês terem uma ideia a

Universidade São Marcos ela tem problemas muito piores do que a Unicastelo e o Governo não se mexeu em nenhum momento para fazer a intervenção, a Universidade Ibirapuera tem problemas semelhantes ao da Universidade Castelo Branco e o Governo não se mexeu para fazer a intervenção, mesmo tendo sido obviamente alertado pela gente, a gente alerta nesse sentido você procura o problema trabalhista que nós temos e o Ministério da Educação diz que não é com ele e nós concordamos que não é com ele, mas o Ministério da Educação também não pega a questão da educação e da qualidade de ensino em si e também não tenho nenhuma informação até hoje que o Governo mexeu a pedra de fazer uma legislação que possa trabalhar esses casos, o que se estranha nesses casos é que são universidades, porque se fosse pequenos centros ou eles teriam fechado ou eles já teriam sido encampados por outras instituições, eu confesso a você e foi um tema que eu toquei na assembleia desse sábado, que eu até hoje não sei quem são os mantenedores da instituição da Unicastelo, a única coisa que eu sei é que o antigo mantenedor que se chamava Mauricio ele tinha prometido que jamais ele pagaria impostos e aparentemente cumpriu e deixou um abacaxi, eles tentaram fazer o mesmo processo da Varig, pegou a Varig Log que e a parte boa da Varig e deixou a Varig para a Fundação Ruben Berta, mesmo caso da Rede TV com a Manchete, deixou a Manchete pra fora e diz que só pegou a concessão do sinal, as ideias são todas parecidas e foi conseguido agora recentemente uma penhora no prédio da reitoria então, o prédio da reitoria esta penhorado e a justiça conseguiu 550 mil por mês para pagamentos de INSS e imposto de renda retido, que não foi repassada a dívida era algo em torno de 250 milhões de reais, a dívida agora talvez com essas amortizações esteja um pouco melhorada.

O SR. – Eu gostaria de fazer um comentário aqui também, como vocês parece que são dois professores com bastante informação. Essa FMU eu lembro que um tempo atrás o dono dela também era politico e ainda são ligados a politica, essas instituições valem para as outras também, sempre tem um pé dentro da politica e se vocês tem conhecimento de todas elas. Nas universidades públicas tem os conselhos que tomam decisões, nas particulares também tem conselhos com participação dos professores.

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARBAGLE – Há os conselhos chamados Conselhos Universitários Congregações com participação dos professores e total ingerência da mantenedora sobre os conselhos só são órgãos homologadores absolutamente homologadores então, os mantenedores é que tem o total controle, eu estava aqui conversando com o Deputado Celso Giglio que ele foi um brilhante Prefeito de Osasco e que o Conselho Municipal de Osasco, por exemplo, tem uma forma de composição o prefeito não pode ao seu bel prazer nomear as pessoas o Conselho Estadual de Educação aqui não tem então, e o próprio Governador que por ato arbitrário nomeia os membros do Conselho Estadual de Educação, eu estava colocando para ele aqui os nomes das pessoas e vários desses conselheiros são ligados à escola particular a mantenedores de escolas particulares, o Presidente que veio aqui ele é originário do Colégio Bandeirantes e o mantenedor do Colégio Bandeirantes também é conselheiro do Conselho Estadual, a pessoa que veio representar o professor Rubens do Conselho Estadual o Artur Fonseca é mantenedor de estabelecimento de ensino de Sorocaba, eu não tenho nada contra a participação dos mantenedores, mas teria que haver uma forma de composição que os governantes ou o Executivo ou Governador pudesse respeitar para compor o Conselho Estadual de Educação de modo que todos os atores que participam do processo educacional pudessem ser representados no Conselho Estadual de Educação. Então, o mantenedor da FMU que é o Edvaldo Alves da Silva ele tem ligações politicas e familiares com o Deputado Paulo Maluf, a filha do Maluf é casada com o filho do Edvaldo Alves da Silva, o Heitor Pinto da Uniban foi candidato a Vice-Governador ou Vice-Prefeito o mantenedor da Uniban, o professor Carbonari, ele estava na chapara do falecido Senador Tuma ele era o primeiro suplente do falecido Senador Tuma. Então, existe essa relação que a gente chama de relação incestuosa entre o poder e os mantenedores do ensino superior.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Além de fazer aquela correlação entre instituições que prestam péssimos serviços enroladas em problemas com aquelas que menos permitem a democracia, eu tenho depoimentos de amigos e amigas que são professores em algumas instituições privadas e que relatam casos absurdos de ingerência na própria instituição, quando vai propor algum projeto não aqui você está para obedecer e não está para propor nada e tem que cumprir aquilo que é determinado então, são coisas terríveis eu imagino o cidadão que se constrói numa instituição dessa, que cabeça, que formação, que conceito e que valores. Eu não quero aqui fazer discurso politico, mas com a ideia de democratizar o acesso houve uma abertura, não vou dizer irresponsável, mas sem qualquer critério e foi proporcional ao mesmo tempo em que o Estado estagnou nas vagas públicas se permitiu uma proliferação de instituições privadas sem que o Estado pudesse colocar amarras, mais ou menos se fez igual com as privatizações hoje aqui por responsabilidade da Eletropaulo da CETEEP porque não fizeram investimentos e não se garantiu no processo de privatização que elas cumprissem um cronograma de investimentos, a preocupação das instituições era em remeter os lucros aos patrões, por exemplo, no caso da Eletropaulo a AES Norte Americana, que, aliás, pegou dinheiro do BNDES e nem pagou o empréstimo, fazendo com que o BNDES tivesse que intervir e recomprar 49% das ações para não estatizar novamente. Então, infelizmente nós estamos vivendo a consequência desse tipo de abertura que foi feito de forma

irresponsável e sem regras, eu acho que é urgente e vocês colocaram bem a necessidade de se voltar a colocar regras, exigência, melhor acompanhamento, eu acho que isso Deputada Leci Brandão, Geraldo e Deputado Celso Giglio. A CPI eu acredito que pode contribuir. Presidente o senhor poderia nos informar qual é a próxima sessão, quais são os nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – A nossa próxima sessão será na quarta-feira no dia 14.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Senhor Presidente, só para lembrar Vossa Excelência sem qualquer cobrança pelo amor de Deus, mas que nós combinamos e aprovamos um requerimento de fazer uma visita a uma instituição que se não me engano é a Unitau que estava enviando a relação de alunos para o SPC para as instituições de cobrança de crédito e nós não conseguimos marcar, eu queria dar uma sugestão a Vossa Excelência eu sei que estamos abarrotados de coisas eu, por exemplo, participo da Comissão de Finanças e Orçamento e estamos com mais de 20 Audiências Públicas Regionais, eu queria sugerir que no dia em que ocorrer a Audiência Púbica no Vale do Paraíba a gente pudesse fazer essa visita a Unitau e assim a gente otimizaria o tempo, apesar que Taubaté não é tão longe, talvez uma próxima audiência nossa nós fazermos uma visita a essa instituição.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu acho a ideia muito boa e a gente coloca aqui para os nossos pares, porque o senhor confirmando a audiência do orçamento talvez nós pudéssemos ir fazer essa visita na entidade, é uma forma de marcarmos essa visita. No dia 14 os convidados serão a professora Laura Laganá Diretora Superintendente do Centro Paula Sousa.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – A audiência que ocorrerá na cidade de Taubaté é no dia 12 de setembro segunda-feira, como a audiência é das 10 às 13 horas, que a gente pudesse marcar neste dia para às 14, 15 horas, em Taubaté.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu coloco para os demais Deputados Leci Brandão e Geraldo Cruz se aceitam essa data ou sugerem outra data. Então, esperamos ter aqui a professora Laura Laganá e a senhora Malvina Tania Presidente do Instituto Nacional de Pesquisa Educacional e o senhor Cezar Durigan Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulista, seriam três palestrantes sujeitos a confirmação.

Nós queremos agradecer muito a contribuição dada pelos professores Celso e Barbagle e dizer da nossa satisfação de tê-los aqui e da grande contribuição que eles deram a nossa comissão e com certeza de que estarão torcendo para que esta comissão chegue a resultados promissores e que consigamos através dessa CPI ações que realmente melhorem o tema sobre o qual ela se propôs. Muito obrigado pela presença, nós colocamos à disposição de vocês.

Nada mais havendo a tratar está encerrada a presente sessão.

* * *

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ENSINO SUPERIOR

14/09/2011

PRESIDENTE

DEPUTADO CELSO GIGLIO - PSDB

CPI ENSINO SUPERIOR

14/09//2011

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Havendo número regimental declaro abertos os trabalhos da sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de apurar a real situação do Ensino Superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo, com a seguinte pauta. Representando a Professora Malvina Tania Tuttman que é Presidente da INEP, Instituto Nacional de Pesquisa e Estudo Educacional, nós temos a honra de receber a Professora Suzana Funghetto, Coordenadora Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior, da Diretoria de Avaliação de Educação Superior desta Autarquia. Deliberar sobre requerimento e questões relativas à programação, outros assuntos de interesse desta CPI.

Solicito à Secretaria a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI – PSC – Gostaria de propor a suspensão da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – É regimental, está dispensada a leitura da ata da última reunião, aprovada a ata da reunião anterior. Registro a presença dos senhores Deputados Simão Pedro, Vitor Sapienza, Leci Brandão, Adilson Rossi e esse Deputado na Presidência.

Convido então a Professora Suzana Funghetto, Coordenadora Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação para tomar assento à Mesa e usar os nossos microfones, cujo depoimento será de grande importância no desenvolvimento dos nossos trabalhos. Seja bem vinda.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Bom dia! É um imenso prazer estar falando para vocês sobre o Sistema de Avaliação de Educação Superior. Hoje eu coordeno a avaliação da educação superior e estou representando as Professoras Malvina e Cláudia Griboski, Diretora da DAES.

Bom, antes de falar sobre a situação dos cursos do Estado de São Paulo, eu quero falar para vocês como se constitui o Sistema de Avaliação da Educação Superior para que vocês entendam todo esse processo em relação à avaliação.

A Constituição define no artigo 14 cinco metas a serem alcançadas para a melhoria da qualidade do ensino, que, aliás, é um desafio muito grande uma vez que o Brasil é um país continental com diferenças regionais muito acentuadas. Os dados de 2009, agora vão sair os dados do senso de 2010, são os últimos que nós temos, existe uma prévia de crescimento de no mínimo seis por cento dos cursos de graduação ao ano no país.

Fazer avaliação na Educação Superior significa ter uma população de 2314 instituições de Educação Superior, 27827 cursos e cinco milhões de estudantes. Então eu quero dizer para vocês, para avaliar a Educação Superior brasileira nós temos quem? Professores universitários que compõem o Banco de Avaliadores do SINAES que avalia a questão da qualidade.

Se nós formos ver a questão das matrículas em cursos de graduação em grau acadêmico e modalidade de ensino nós vamos ver 71% das matrículas estão no bacharelado, 15% nas licenciaturas que, aliás, é um país que não está mais formando professores o que é uma preocupação muito grande porque a procura dos jovens brasileiros é para os bacharelados e não para as licenciaturas, o crescimento dos cursos tecnológicos e 4% cursos de bacharelado e licenciatura. São aqueles, por exemplo, Enfermagem que tem o Bacharelado em Enfermagem e depois mais um ano em Licenciatura em Biologia. São cursos que dependendo das diretrizes curriculares nacionais estão em extinção.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Com licença, professora. Senhora Secretária, eu pediria que apagasse a luz aqui. Parece que está complicado, pedir ao pessoal que apagasse a luz.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Qual a importância da avaliação? Se na Constituição Federal diz que nós temos que avaliar, a importância da avaliação é porque ela traz, se eu tenho que avaliar a qualidade, nós vamos sempre nos lembrar deste universo. Mais de 2000 instituições, mais de 28 mil cursos, mais de cinco milhões de estudantes.

Ela traz informações para a sociedade de como está a qualidade da Educação Superior para o Estado, para o desenvolvimento de políticas públicas, a Lei do SINAES. Todo mundo, ah! A Lei do SINAES é antiga! Não, ela só tem sete anos, ela vem de 2004 a partir da LDB e ela fala claramente a questão da qualidade da Educação Superior para as instituições de Educação Superior e desenvolvimento do seu PDI.

Porque a avaliação não começa no INEP, mas na instituição. Todas as instituições de Educação Superior têm uma comissão própria de avaliação, todo ano as instituições, até o dia 31 de março, enviam para o INEP o relatório daquilo que elas estão fazendo de auto-avaliação. Então a questão da qualidade começa na instituição e depois ela vai para o Marco Regulatório porque os cursos são autorizados, reconhecidos e tem renovação de reconhecimento e esse ciclo é um ciclo definido, um ciclo de três em três anos e a instituição é avaliada por um instrumento de avaliação nacional. Mas a gente não pode esquecer que toda instituição tem a sua avaliação na sua comissão própria de avaliação.

E aí eu quero colocar para vocês que saiu agora um estudo no INEP sobre o primeiro ciclo do SINAES que daqui a pouco eu vou falar e lá está a análise dos relatórios de auto-avaliação.

Foram analisados vários relatórios das instituições para saber o que era a qualidade e aí nós observamos que as instituições, isso não fazendo diferença do público e privado, de uma forma geral elas não fazem esse processo de avaliação dentro da instituição aprofundando a relação do desenvolvimento do PDI.

O que é o PDI? É o Plano de Desenvolvimento Institucional. Toda instituição tem um PDI, toda instituição tem uma missão, toda instituição tem Plano, ou seja, ela vai dizer o que vai acontecer com ela daqui a cinco anos. O PDI tem o prazo de cinco anos.

Só que tem um detalhe muito básico em relação à Educação Superior Brasileira. Nós temos Universidades, Centros Universitários e Faculdades. A Lei coloca que as Faculdades devem ministrar ensino e extensão, os Centros Universitários, ensino de excelência, extensão e iniciação científica, e apenas as Universidades, por lei, fazem ensino, pesquisa e extensão.

Então eu não estou falando para vocês a questão da qualidade, mas quando nós falarmos aqui as Universidades, o Ensino Superior Brasileiro, a Educação Superior Brasileira, eu tenho que falar nessas três modalidades e aquilo que se coloca em relação à cobrança legal que a instituição tem que fazer.

Agora, se uma Faculdade coloca no seu PDI que ela vai fazer pesquisa, quando ela for avaliada ela será avaliada pela pesquisa.

Nós temos ido a vários seminários, instituições públicas e privadas. Nós tivemos o instrumento de avaliação, passaram por audiências públicas, não sei se vocês acompanharam inclusive uma foi aqui em São Paulo. Em Brasília foi para instituições públicas e em São Paulo para instituições privadas e no Rio de Janeiro para instituições comunitárias e (ininteligível).

E nós colocamos que a importância de se discutir a avaliação a partir da instituição porque nenhuma instituição apesar de ter um instrumento único, nenhuma instituição é igual à outra porque o que a difere? O seu PDI.

E aí o que deveria ficar mais claro para o aluno, o que a instituição deveria deixar mais claro para o aluno? Qual é o seu desenvolvimento. Se ela é uma Faculdade ela não terá pesquisa a não ser que ela coloque no seu PDI. E como o Ensino Superior Brasileiro, 84% é privado e isto significa custo para a instituição, uma Faculdade provavelmente, eu estou falando provavelmente porque existem Faculdades que fazem, não fará pesquisa. Porque é custo, ela tem que pagar este professor para fazer pesquisa. E para orientação para os estudantes, ou seja, tem no site do INEP que o INEP e o MEC tem que é o EMEC que é o Sistema Eletrônico que é emec.mec.gov.br, depois eu vou entrar para vocês, ele é de consulta pública.

Então qualquer estudante pode saber qual é o conceito institucional da instituição e qual o conceito do curso que ele vai estudar.

Então a avaliação é um dos requisitos regulatórios e é isso o que as pessoas, não, a avaliação está no MEC, não. A avaliação é operacionalizada pelo INEP apesar de nunca esquecer que a avaliação começa na instituição.

Em relação, ainda para fechar a questão dos relatórios de auto-avaliação, este estudo mostra que muitas instituições que foram pegas aleatórias na pesquisa, os relatórios, muitas instituições copiam o relatório de auto-avaliação e aí a pergunta que eu faço para vocês, como é que vai copiar se o desenvolvimento do PDI é único?

Então não deveria ter este trabalho, inclusive quando nós estivemos na ABMES, Associação Brasileira de Mantenedores da Educação Superior lá em Brasília e foi transmitido para todo o país eu perguntei, nós tínhamos um seminário agora para os Procuradores Institucionais, disse assim, eu gostaria que vocês me esclarecessem porque ao invés de vocês trabalharem melhor com Procurador Institucional que é o responsável legal por colocar as informações no Sistema de Avaliação, as instituições pequenas contratam consultores que não tem acesso a esse processo, que estão longe da instituição?

Aí assim, como é que a gente sabe isso? Nós fizemos um estudo que demonstrou que alguns relatórios eram os mesmos. Tiveram dois, inclusive que eles nem mudaram a capa. É claro que isso foi colocado para a Secretaria Reguladora e a instituição foi para a Supervisão. Mas é para colocar para vocês que hoje uma instituição tem um profissional que se chama Procurador Institucional que

é quem alimenta todo esse processo de avaliação. E tem a CPA que é a Comissão Própria de Avaliação que deve fazer esse processo.

Bom, as Instâncias da Avaliação. Todo o processo dá entrada onde? No Ministério da Educação, até uns meses atrás era na CESU, CETEC ou na SEED. Hoje essas três Secretarias se transformaram em SERES, Secretaria de Educação e Regulação da Educação Superior.

Todo processo de avaliação se inicia na Secretaria Reguladora, então, MEC, Secretaria Reguladora. Depois, se for um ato regulatório que é credenciamento e recredenciamento, depois de todos os trâmites do processo de avaliação ir para o INEP, ele vai para o Conselho Nacional de Educação. Se for de cursos ele vai direto para as SERES, só que ele tem o que? O parecer dos Conselhos. Quais são os Conselhos? Conselho Nacional de Saúde, OAB e o CONFEA.

Então todos os cursos de Medicina, Engenharia e Direito tem os pareceres dos Conselhos respectivos das áreas no momento de sua criação. Desculpa, e aqui existe a CONAES que é a Comissão Nacional que trabalha a questão da qualidade da avaliação da Educação Superior que é ela quem delibera. É uma Comissão ligada ao Gabinete do Ministro que delibera sobre a questão da qualidade onde o INEP tem assento. O INEP operacionaliza e a CTA, Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação.

Quando essa CTA é acionada? A instituição quando recebe a avaliação do INEP, ela tem depois da avaliação em loco 60 dias para se manifestar. E aí o Sistema EMEC, eu vou mostrar para vocês, é um sistema espelho, o que eu vejo a instituição vê. E aí quando é disponibilizado o relatório, a instituição pode ou não concordar com ele.

Se ela não concorda com este relatório vai para esta Comissão que é composta por mais de 15 membros de todas as áreas do conhecimento que deliberam ou não sobre se este relatório está ou não válido. Se ela não estiver válido eles podem encaminhar para fazer uma nova visita. Mesmo assim, depois que ocorre a avaliação, a Secretaria Reguladora se utiliza do relatório como um dos insumos, ou seja, uma instituição que tirou quatro no relatório, a Secretaria pode emitir a Portaria com três.

A Lei do SINAES especifica que a avaliação acontecerá em cinco níveis e é por isso que os relatórios são de um a cinco. O um é não existente, o dois é insuficiente, o três é o padrão mínimo de qualidade, o quatro é muito bom e o cinco é o equivalente a excelência de ensino. No país nós temos poucas instituições com excelência de ensino, mas não temos muitas como se pensam abaixo do três e aí eu vou mostrar para vocês.

A legislação que embasa a avaliação da Educação Superior. A Constituição Federal, LDB, Plano Nacional de Educação, a Lei do SINAES, o Decreto 5773 que regulamenta todos os processos de avaliação e a Portaria Normativa 40 que era de 2007 e teve a versão consolidada em 29/12/2010 que especifica bem o processo de avaliação porque na versão anterior da Portaria não havia, as instituições ficavam perdidas porque antes do SINAES ser instituído a avaliação ocorria no início do SINAES. A autorização ocorria no INEP, o reconhecimento na Secretaria Reguladora até porque o Sistema estava se formando e é isso o que tornou o que? Uma confusão até hoje das instituições é assim, a avaliação é no MEC. Não! A avaliação toda é no INEP.

Inclusive muitas vezes a minha Coordenação recebe pedidos de vários Deputados do país referentes, tanto Estaduais como Federais, inclusive Senadores, ah não! Meu processo está sendo avaliado no MEC. Não! A avaliação é no INEP e a gente vai fazendo todo este processo.

Bom, a Lei do SINAES é de abril de 2004, do dia 14 de abril. Tem objetivo aferir a qualidade das instituições, dos cursos e dos estudantes. E nesse universo todo que eu mostrei para vocês que está em crescimento não é fácil fazer com que esta avaliação tenha componentes regionais. Porque o instrumento é nacional? Porque os avaliadores são treinados para avaliar, nenhum avaliador avalia só o instrumento puro, mas o Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição que ele está. Ele avalia o projeto pedagógico do curso. O Projeto Pedagógico do Curso tem que estar de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.

Então quando o avaliador avalia, ele está avaliando aquela instituição, mas de acordo com aquilo que se espera de requisito legal e de qualidade para aquele curso. E as questões regionais ele coloca em uma parte descritiva que serve de embasamento para a Secretaria Reguladora emitir ou não a Portaria referente ao ato que está sendo avaliado.

A Educação Superior é ministrada em instituições de Ensino Superior pública e privada, com variados graus de abrangência ou especialização. E aí temos também as instituições que são estaduais ou municipais que é uma tendência que todas migrem para o Sistema Federal de Ensino. Um detalhe para vocês, as instituições federais e municipais de ensino utilizam o mesmo instrumento do INEP nos seus Estados e Municípios em relação à Educação Superior.

A autorização e reconhecimento de curso têm prazos limitados e são renovados, ou seja, uma instituição tem periodicamente avaliação. No ano passado nós fizemos mais de 4100 avaliações no país. Destas, teve um dia, uma instituição até de São Paulo, assim, eu estou com 14 avaliações na mesma semana na minha instituição e eu disse assim, que bom! O senhor não estava esperando a avaliação? Mas não todas para a mesma semana. Eu disse assim, mas são avaliações de cursos? São!

As avaliações de curso são feitas no âmbito de cursos, da coordenação do curso. Então precisam da instituição, precisam do Coordenador Institucional, precisam sim. Agora, eu não posso cancelar essas avaliações porque elas calharam de cair nesse processo porque todo sistema de avaliação é eletrônico. Eu não sei quem é o avaliador, existem regras de designação.

Por exemplo, um avaliador de São Paulo não avalia São Paulo, ele avalia a Região Sudeste, mas São Paulo ele não avalia. Um avaliador só pode avaliar se tem formação na área. Eu não posso colocar um professor de Pedagogia para avaliar o curso der Direito porque ele não tem formação na área.

Para ser avaliador eu tenho que ter o título no mínimo de mestre, só que a grande maioria dos nossos avaliadores são doutores na área. Existe uma carência especial em relação aos cursos tecnológicos porque nós temos alguns cursos, por exemplo, de Gestão de Surf eu não tenho doutores em Gestão de Surf. Então os cursos tecnológicos ainda não têm doutores suficientes.

Por exemplo, Produção de Cachaça. Eu não tenho doutores, eu tenho doutores em Química, em Alimentos, mas eu não tenho doutores em produção de cachaça. Então vai por grande área do conhecimento. Muita gente quer ser avaliador deste curso.

Os objetivos do SINAES. Melhorar a qualidade da Educação Superior, orientar a expansão da oferta que nós temos tido tanto com as instituições públicas e privadas, há uma preocupação muito grande das instituições e principalmente em relação à expansão da oferta. Todo mundo pensa que a grande expansão da oferta no último ano foi das instituições privadas, mas não foi, foi da pública, das instituições públicas. Com o Reúne vários Campus foram abertos.

Então assim, ah, não! As instituições privadas estão maiores que a instituição pública. Não! O Reúne aumentou e muito a questão do acesso à Educação Superior.

O SR. – (Inaudível).

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Sim, é recente. Mas quando se pensa em retrato de Educação Superior, por exemplo, quando vocês forem ver o senso de 2010 a maior expansão será na instituição pública, agora será divulgado. Porque houve uma expansão muito grande dos Institutos Federais da Educação, inclusive a Presidente anunciou há 20 dias a expansão ainda maior dos cursos tecnológicos visando também à preparação do país para os grandes eventos que vão ocorrer.

Identificar o mérito e valor das instituições. Então, é muito importante que na discussão de vocês verifiquem que uma instituição para ter qualidade deve estar expressa a qualidade desta instituição no Plano de Desenvolvimento Institucional dela. As áreas, os cursos, os programas, as dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão e formação de uma forma geral, mas por lei tem aquele adendo que eu coloquei para vocês, Faculdades, extensão e ensino. Centros Universitários, iniciação científica, não é pesquisa aplicada, extensão e ensino de excelência. Universidades, pesquisa, ensino e extensão de ponta.

Promover a responsabilidade social das instituições respeitando a identidade institucional e autonomia. Ou seja, Eu falei em um Fórum de Extensão há poucos dias que todas as instituições de Educação Superior, que todas elas têm que colocar para os alunos maneiras de participar de extensão, que as instituições por terem que promover pela Lei do SINAES responsabilidade social, todos os estudantes universitários deveriam participar de programas de extensão nestas instituições.

Aí foi uma fala assim, mas as confessionais fazem mais que as privadas. Eu disse sim, mas confessional não, mas aí a comunitária. Mas comunitária não é privada. Não! Mas aí é diferente.

Aí existe uma especificidade muito grande. E aí quando vocês colocam assim, olha, vocês convidam para falar sobre sistema privado, tem que observar como é que, está se dando esse entendimento de vocês em relação a esses três níveis de instituições.

Pelo Decreto 5773 existe a regulação, a supervisão e a avaliação. Ou seja, avaliação, regulação e supervisão são processos independentes e complementares. Ou seja, uma instituição para existir ou para o seu curso funcionar ou ser reconhecido, ela sempre vai começar o seu processo lá no MEC, lá na regulação, lá na SERES.

Se tiver um projeto pedagógico adequado, se tiver instalações físicas adequadas, se tiver todo um processo, ele vai para o INEP para avaliação com despacho saneador satisfatório ou parcialmente satisfatório, senão ele não chega na fase INEP. Ou seja, uma instituição pode protocolar um pedido e ele nunca chegar porque ele não apresentou documentos suficientes e comprovações suficientes para este processo.

O processo de supervisão ocorre sempre que houver uma denúncia, sempre que houver alguma questão referente a algum processo específico, por exemplo, toda instituição solicita um número de vagas por curso e é autorizado ou não aquele número de vagas. Se ela tem 250 vagas ela tem que estar preparada para receber 250 alunos para aquele curso. Aquelas vagas anuais.

Então não vale dizer que, aí tem uma fala recorrente das instituições privadas e também das públicas com a função do Reúne que não chegaram todos os recursos, não! Mas eu só tenho 30 alunos.

Eu disse não, as vagas são 250 e aí como é que ficam os 30? Vocês foram autorizados por este número de vagas, então vocês têm que ter uma infraestrutura para este número que vocês mesmos solicitaram. Então, se vocês não podem atender, simplesmente peçam a diminuição do número de vagas. Por exemplo, a supervisão realizou várias visitas que culminaram agora na diminuição das vagas de Direito em todo país nos cursos que não estavam, que tinham CPC que é o Conceito Preliminar de Curso II ou Conceito II, o CC, o Conceito do Curso II. E é por isso que houve a diminuição, aquela Portaria com vários cursos de Direito diminuindo as suas vagas.

O SINAES promove a avaliação da instituição dos estudantes e dos cursos, mas esta avaliação é feita de forma interna pela CPA e externa pelo INEP. Então, é muito difícil quando o INEP vai lá e a Comissão própria de avaliação não fez a avaliação interna. O que deve impulsionar o processo de avaliação é a CPA, é a instituição que deve rever de acordo com o seu PDI o que ela vai fazer, como ela vai avaliar os cursos, como está avaliando os estudantes, como está avaliando a sua própria infraestrutura, como está avaliando os seus cursos, o acesso, a questão da acessibilidade para os alunos com necessidades educacionais especiais.

O instrumento do INEP de acordo com a Lei do SINAES é organizado em três dimensões. O que é avaliado aqui? A organização didático-pedagógica, o perfil do corpo docente, as instalações físicas. A autorização é aquilo que a instituição, ou seja, a instituição muitas vezes, quer dizer, o curso está criado, está sendo autorizado, então é o que a instituição diz que vai fazer. Quando é o reconhecimento, ou seja, daqui três anos quando for o reconhecimento os avaliadores vão verificar tudo o que a instituição colocou na autorização e aquilo que ela preencheu no reconhecimento.

Porque os avaliadores vão ver o processo, o que aconteceu. A instituição cumpriu aquilo que ela colocou no PDI? Ela fez as melhorias, ela colocou todos os livros no acervo da biblioteca? Este acervo é disponível aos alunos? Não é? Como pode ser feito?

O perfil do corpo docente. Há uma prerrogativa legal que na avaliação institucional, ou seja, na avaliação, no credenciamento e recredenciamento desta instituição tem que ter um mínimo de doutores e mestres. Para cursos não é necessário, só que o instrumento de avaliação é um indutor de qualidade, então é por isso que no instrumento de curso existe quantidade de mestres e doutores que são parte do corpo docente.

Existe também o núcleo docente estruturante, o que é isso? É composto por professores que estão desde o início do curso e fazem todas as mudanças no Projeto Pedagógico e aí acompanham todo o desenvolvimento deste curso.

Avaliação do curso. Tem como objetivo maior identificar as condições de ensino oferecidas aos alunos em relação à organização didático-pedagógica, em relação ao corpo docente, em relação às instalações físicas.

Vou dar uns exemplos para vocês. Cada dimensão tem um número de indicadores, cada indicador terá os seus critérios de análises. Só que o avaliador vai lá avaliar aquilo que a instituição preencheu, ou seja, a instituição tem lá o seu Projeto Pedagógico, tem lá o PDI, na hora, antes da avaliação abre um formulário eletrônico para ela preencher. Abrindo este formulário eletrônico para ela preencher ela vai colocar quatro mil caracteres em cada um destes indicadores e vai colocar lá o que está sendo feito em relação ao curso.

Ela não vai colocar o Projeto Pedagógico do curso, ela vai colocar o que está sendo feito. O avaliador quando for lá ele vai avaliar estes três documentos e vai verificar em loco se aquilo está correto, aquilo que a instituição colocou e vai aferir qualidade de um a cinco.

Os objetivos do curso, implementação das políticas institucionais, perfil de egresso, número de vagas, conteúdos curriculares. Aí tem um parêntese muito grande, existem cursos no país que não tem diretrizes curriculares nacionais, existem diretrizes curriculares para os cursos de graduação. A grande maioria tem diretrizes, mas por exemplo, o curso de Relações Internacionais não tem diretrizes curriculares, então o avaliador vai seguir a geral. Por isso que nenhum curso no país é igual a outro.

Atuação do Coordenador, estágio, atividades complementares, tem diretrizes que não necessitam de estágio, tem diretrizes que não colocam a obrigatoriedade do trabalho de conclusão de curso, então o avaliador vai se colocar de acordo com este processo.

Atendimento aos discentes no corpo docente, a titulação, composição e titulação do núcleo docente estruturante, titulação, alunos por turma e número médio de disciplinas por docente, mas de acordo, o que ele vai verificar? De acordo com as vagas e não de acordo com o vestibular. Pesquisa e produção científica, instalações físicas. Sala de reuniões, acesso aos equipamentos, registros acadêmicos, livros na bibliografia, periódicos, laboratórios e aí? Tudo isso acontece via sistema eletrônico.

Acontecendo via sistema eletrônico. Acontecendo via sistema eletrônico, a IES protocola o período de documentação, vai para a Secretaria Reguladora ver se a documentação é suficiente, vai para o despacho saneador. No despacho saneador vem para a fase INEP Avaliação, cria-se a avaliação, abre-se o formulário eletrônico, sorteia-se a Comissão, visita-se a instituição disponibiliza-se o regulatório. Se um deles não está de acordo, ou seja, a instituição ou a Secretaria, vai para a CTA e se publica o ato. Então é todo um processo que é feito em relação à avaliação.

E aí existem indicadores de qualidade que é o CPC que é o Conceito Preliminar de Curso e o IGC. O IGC é o indicador de qualidade das instituições. Ele considera a média dos últimos CPCs, ou seja, a média que a instituição teve no ENADE. E aí todo mundo acha, acredita que o ENADE avalia o estudante, mas ele avalia o curso, ele avalia o desempenho do estudante em relação às diretrizes.

Por isso que se tem uma discussão em relação, por exemplo, à OAB e aos e Exames de Ordem, a Engenharia aqui está colocando, que não, a OAB, e a discussão está lá no Supremo Tribunal Federal, que a OAB verifica o profissional. O ENADE verifica o aluno de acordo com as diretrizes, ou seja, são dois exames completamente diferentes.

Domingo ocorreu a Prova de Revalidação de Diplomas Médicos de alunos que fazem, brasileiros e estrangeiros que iniciaram a primeira avaliação, a primeira etapa da revalidação de diplomas médicos. É um exame que o INEP, a Diretoria de Avaliação de Educação Superior faz.

Como é montado este exame? É montado em cima das diretrizes curriculares nacionais dos Cursos de Medicina. Eu preciso saber se este estudante que está vindo de lá conhece, entende a realidade brasileira. Se ele não entender, por exemplo, de doenças epidemiológicas da Amazônia, se ele não entender sobre Chagas, como é que ele vai poder clinicar no Brasil? Então existe todo um processo em relação a esta situação.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Mas isso vale enquanto cursos no exterior, quando aqui no Brasil, são duas avaliações distintas, na verdade o que funciona é a avaliação do profissional que a faculdade, que a universidade formou.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Mas a avaliação do profissional é feita para o profissional e o que está se colocando é que o SINAES foi feito para avaliar a instituição, o curso e os alunos de acordo com as diretrizes.

A OAB especificamente coloca questões do profissional, de atuação do profissional.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Professora, mas ele faz a faculdade para ser um profissional, para entrar no Mercado de Trabalho.

A SRA. SUZANA FUNGHETO - Sim, mas a gente não pode esquecer que a OAB faz parte aqui, ela emite parecer sobre todos os cursos de graduação. E aí há uma discordância. A discordância dela

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – É uma correção que precisa ser feita.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Mas a correção que deveria ser feita. O ENADE é feito de três em três anos, só que ele tem objetivos diferentes dos Exames de Ordem. Sejam os Exames de Engenharia, sejam dos Exames, porque ele segue uma concepção nacional do é ser um bom Advogado. E ser um bom Advogado não necessariamente é aquilo que a instituição formou porque a instituição seguiu as diretrizes que a mesma OAB, eu volto a colocar para vocês, colocou o parecer positivo. O mesmo Conselho de Engenharia colocou o parecer positivo para que este curso fosse criado e acompanhado.

Então é um trabalho que tem que ser feito em relação a todo este processo. Então assim, quando se coloca na mídia, principalmente a discussão que, não! O Exame de Ordem é mais eficaz e é diferente, é uma discussão que tem que ser repensada.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Senhor Relator, Deputado Simão Pedro, eu acho que é um ponto extremamente importante este que ela está abordando porque avaliações diferentes, pelo que eu consegui depreender não levam este aluno egresso da faculdade para o Mercado de Trabalho.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - Eu queria fazer uma sugestão, Presidente. A professora fez uma exposição técnica de como funciona, eu entendo que nós Deputados temos condições de fazer algumas indagações aproveitando a experiência dela. Mesmo porque estruturalmente eu entendo que eu, por exemplo, sendo leigo, pouca coisa vou aprender do que ela nos disse, porém eu já me permiti face às colocações dela uma série de indagações que entrariam inclusive no campo que V. Exa., Presidente, indagou dela.

Então a minha sugestão seria o seguinte, nós já partiríamos ou participaríamos já com debates, porque senão vai acontecer o seguinte, eu vou ter uma aula estrutural das análises e de experiência para eu poder debater com os meus eleitores, com a sociedade vou ter pouca coisa.

A minha sugestão seria a seguinte já partirmos para o debate e eu gostaria de me inscrever porque eu tenho umas sete, oito dúvidas que eu gostaria de levantar.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Deputado, eu concordo com o senhor, desculpa a intromissão, eu não estou muito acostumada com o “metiê” de vocês, só que assim, antes de eu colocar isso, eu quero colocar para vocês assim, quando a gente está colocando a questão do ENADE que é uma das colocações de vocês em relação ao exame que é feito, que o estudante faz e que avalia, é que é assim, a concepção desses instrumentos que avaliam é diferente, por isso que as análises são diferenciadas. Isso que eu quero deixar claro para vocês. Em relação à situação do ENADE, por exemplo, nós tivemos o primeiro ENADE em 2007 e agora estamos no segundo ciclo do SINAES que é o que tem que ficar claro para vocês.

Por exemplo, estes cursos aqui foram avaliados em 2007 e serão avaliados agora, quer dizer, já foram avaliados no ano passado, em 2010. Em 2011 eu vou ter avaliação das licenciaturas e das engenharias.

Em relação especificamente ao Exame da OAB é anual ou, dependendo do Estado ele acontece duas vezes. O ENADE de Direito acontece de três em três anos. São exames diferentes e avaliações diferentes. Em relação à competência da DAES e INEP em elaborar os instrumentos, operacionalizar os procedimentos, o Banco de Avaliadores são professores da Educação Superior de instituições públicas e privadas que avaliam estes cursos.

Eles têm uma capacitação, especificamente no Estado de São Paulo eu tenho 587 instituições de Educação Superior. Eu tenho em funcionamento 76 públicas e 511 privadas. Aí tem as categorias administrativas para mostrar para vocês que eu tenho 32 Universidades privadas, 48 Centros Universitários e 431 Faculdades. Lembrem-se que cada uma tem a sua especificidade.

E nas públicas eu tenho dois Centros Universitários Públicos, um Instituto Federal e sete Universidades Públicas. E aí públicas compreendem federais e estaduais. Quantidade de cursos no Estado de São Paulo, 8651. A grande maioria de bacharelado, 4757. Licenciaturas são 1732 e tecnológicos tem um crescimento muito grande que é 2162 instituições.

E aí eu quero mostrar para vocês que de 2007 para cá, da criação do Sistema da EMEC para cá e dos processos de avaliação, foram avaliados 2469 cursos e aí eu quero dizer para vocês, observem que eu tenho lá de novo os numerozinhos um, dois, três, quatro e cinco.

O um não existe, não atende, o dois insuficiente, três é o padrão mínimo de qualidade, o quatro é muito bom e o cinco é excelência. Eu tenho no conceito de curso, ou seja, dos cursos desses oito mil que foram avaliados, eu tenho 186 que são um, que são insuficientes, eu tenho 124 que são dois, eu tenho 754 que são três que são padrão mínimo, 924 que são quatro e eu tenho 186 que são cinco. Sem conceito os instrumentos anteriores, das versões anteriores tinham o imprescindível para a área da Saúde e para a área do Direito, e quando tirava abaixo de três, elevava o relatório a sem conceito ia direto para a CTA e depois para a regulação.

E aí o ENADE tem 5421 cursos que já fizemos no Estado de São Paulo, 1735 instituições, ou seja, desde 2007 do ciclo do SINAES para cá, nem todos os cursos foram avaliados. É isso o que eu quero colocar para vocês, ainda, porque se lá, o primeiro ano Agronomia, e aí vinha lá o segundo ano Direito, o terceiro ano Engenharias e Licenciaturas, então assim, todo ciclo do SINAES é determinado pela CONAES e é impossível avaliar 28 mil cursos no país ao mesmo tempo com as especificidades que ele tem.

Então, para fazer isso foi criado um ciclo e é por isso que nem todos os cursos do Estado de São Paulo, por exemplo, é o primeiro ano que a UNICAMP vai fazer ENADE. Eu não sei, estou, qual é o desempenho dos alunos da UNICAMP, por exemplo.

Então, só para colocar para vocês as questões referentes a este processo. Era isso, obrigada.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Gostaria de me inscrever para algumas indagações à expositora.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – O senhor está inscrito. Eu solicito aos colegas que o façam também.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - Inicialmente eu quero parabenizá-la por ter mostrado a estrutura da unidade que ela trabalha. Mesmo porque a gente poderá ter condições de ver se está ou não sendo feito alguma coisa que poderia ser feita. Porém, para nós políticos, conhecer a estrutura é muito irrelevante. Eu gostaria de saber o seguinte, sabendo que é feita a avaliação na unidade dela, eu elenquei cinco perguntas.

A sua opinião sobre a qualidade do Ensino Superior Brasileiro. O que, na sua maneira de ver, deveria ser feito para superar as deficiências. Essa é a primeira pergunta.

Segunda, o porquê no ranking mundial nossas posições deixam muito a desejar. Terceira, ao contrário do Ensino Básico, as universidades públicas se destacam em relação às particulares, por quê? O que você acha do Ensino

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Você se importa, eu vou responder a todas as suas perguntas, para o senhor me entregar e aí eu já vou respondendo as suas perguntas para eu não ter que anotar. Obrigada.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS – Ao contrário do Ensino Básico, as universidades públicas se destacam em relação às particulares, porque? O que você acha do Ensino Superior Público ser pago em dinheiro ou com prestação de serviços? A OAB realiza exames para os

profissionais da área, o que aconteceria se fosse feito o mesmo procedimento principalmente com Engenharia e Medicina? Os institutos fazer também o mesmo tipo de exame?

E finalmente, o porquê da quantidade insignificante de pesquisas que ocorrem nas universidades. Enquanto a senhora responde a primeira, eu passo, a minha letra é um pouquinho difícil.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Não, eu fui alfabetizadora, o senhor não se preocupe.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS – A minha letra é bonita, heim!

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Está bom, todas as letras o são, com todas as manifestações.

Bom, em relação à qualidade do Ensino Superior, da Educação Superior Brasileira. Nós temos a Lei do SINAES, nós temos o Sistema de Avaliação. O Sistema de Avaliação, eu discordo do senhor o porquê, o senhor acredita ser irrelevante, eu coloco tecnicamente o que ocorre porque o INEP tem que operacionalizar a Lei do SINAES e aí ele operacionaliza por meio de instrumentos.

Eu venho colocando assim, que quem inventou o SINAES era uma pessoa muito feliz porque para ver a dimensão do país, colocar que todos os cursos, todos os alunos e todas as instituições têm que ser avaliadas, fica meio difícil em relação a este processo.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Um apartezinho só, dentro da clínica de relevância. Eu antes de ser Deputado eu fui Delegado tributário. Vamos admitir que em uma discussão sobre reforma tributária eu começasse a dizer o seguinte, Secretaria da Fazenda tem o Secretário que se divide em Coordenação de Administração Tributária, se divide na Comissão de Administração Financeira e Comissão Administrativa do Prédio. Espera um pouquinho, isso em uma disputa ou discussão para nós que estamos buscando conhecer, eu quero dizer à senhora o seguinte, eu aprendi, eu não sou da área vossa, porém eu quero ter o máximo de praticidade de tal maneira que amanhã ou depois em uma discussão com meu eleitor, eu tenha condição de dizer, olha, eu ouvi da pessoa que chefia as análises de posicionamento das faculdades a seguinte posição, isso!

Na opinião dela o que tem que ser feito para nós melhorarmos, eu entendo o seguinte, a crítica não é nem ao Governo Federal, não! Eu tenho que sair daqui com uma sugestão do que eu tenho que lutar para melhorar alguma coisa que não está funcionando direito. Então a crítica não é à senhora, mesmo por que

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Não! Eu entendi.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – A senhora não está acostumada a participar desse tipo de debate, CPI, então, dentro desse quadro, ao menos eu, quero sair daqui com o conhecimento que ouvi uma pessoa técnica e reputo à senhora como técnica que diz que o nosso ensino está assim, poderia ser feito isso assim. Desculpa a veemência, o entusiasmo, mas eu sou desse jeito mesmo, não é crítica, não.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Não, mas eu entendi isso Deputado, mas assim, o que eu quero colocar é assim, falar em qualidade da Educação Superior, eu tenho que falar na Lei do SINAES e operacionalização desse processo.

A operacionalização do processo se inicia, se o Ensino Superior não tem qualidade, temos observado que nos estudos referentes no resultado destas avaliações, eu tenho resultados diferentes. Eu tenho análise dos relatórios das instituições, das comissões próprias de avaliação, eu tenho análises da avaliação em loco e eu tenho resultado do ENADE.

Por isso que quando a gente está falando em qualidade a gente está falando nestas três dimensões, instituição, curso e aluno e isso se dá aonde? Começa na instituição por instrumentos que a instituição faz. Só que, como a instituição é livre para fazer o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, que ela vai dizer que é assim e a missão dela é assim porque ela escolheu ser assim, ela vai criar instrumentos diferenciados para avaliar.

Então, qual a informação que o aluno tem que ter ao ingressar em uma instituição? Que aquela instituição vai ofertar para aquele aluno de acordo com aquilo que está na Lei. Se ela é uma Faculdade, Centro Universitário ou uma Universidade. Ela não vai fazer em termos de regulação de Mercado, isso eu tenho ouvido em todos os lugares diferente daquilo que está colocado na lei. Se ela colocar no PDI que ela vai investir por uma questão filantrópica, etc. e tal, ela vai ter que pagar o seu corpo docente para fazer isso. Porque o professor recebe por hora/aula, o professor recebe pelo trabalho desenvolvido.

Então eu posso induzir qualidade em um instrumento der avaliação, e o senhor está falando em relação à pesquisa, já respondendo a questão da pesquisa, as Universidades sim, tem que fazer pesquisa. Infelizmente as Universidades Brasileiras não divulgam as suas pesquisas. Infelizmente o Brasil produz pesquisa, só que ele não patenteia as suas pesquisas. Então é um problema de concepção e de formação.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS – Então, o que eu gostaria, como a senhora pediu que eu fizesse, entregasse um rascunho, que a senhora seguisse, por favor, a senhora está falando do último item.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – E aí dizer o que? Que o ranking, mas isso é para responder a sua segunda questão. O ranking internacional é feito por sistemas diferentes. Por exemplo, o Brasil participa de sistemas de acreditação internacional. Nós fazemos parte do Sistema Arco Sul. O Sistema Arco Sul é um sistema de acreditação que os países do MERCOSUL fazem para os cursos de Agronomia, Veterinária, Enfermagem, Direito, etc. e tal.

Vem avaliadores de outros países que farão a avaliação no Brasil acompanhados de avaliadores brasileiros que são deste Banco de Avaliadores aqui que eu coloquei para vocês, do SINAES. Os brasileiros e os outros indicados pelos países, mas depende o ranking, por exemplo, esses dias saiu que a USP estava entre as cinco melhores universidades.

Como é que é feito aquele ranking? Pela quantidade de acesso que o aluno faz, ou alguém faz no site em relação à pesquisa. Vai depender do sistema de acreditação. O Brasil hoje é o maior sistema de avaliação do mundo. Por quê? Porque ele é o único que mede instituição, aluno e cursos.

Na França eles fazem trabalhos de instituições assim, a Sorbonne é a melhor, mas não quer dizer que o curso de Pedagogia da Sorbonne seja o melhor curso. Na Sorbonne não é avaliado, o estudante também não é avaliado. Então, nós temos produção sim! Só que esta produção não é divulgada pelas instituições e aí lembrando que, quem faz pesquisa são as universidades. A grande maioria do setor brasileiro são as faculdades. E é por isso também que tem um déficit muito grande, um abismo muito grande em relação a esta produção.

Em relação às universidades públicas e privadas, não existem destas 4100 ações para criar os novos instrumentos, nós fizemos uma análise estatística do um ao cinco, da média e da moda de todos os instrumentos e aí não separando entre pública e privada, primeiro.

E aí nós observamos que a média e a moda por indicador não é diferente da instituição privada e da pública. Porque vai depender da onde? Da onde a instituição está. Por exemplo, existe uma dificuldade muito grande de mestres e doutores na Região Centro-Oeste do país e na Região Norte do país, diferente do Nordeste e Sudeste e do Sul onde se concentram os doutores.

Então, a Universidade Federal da Amazônia tem dificuldade de levar doutores para morar na Amazônia, porque eles se concentram na Região Sudeste e a CAPS está fazendo todo o trabalho

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Dentro disso que a senhora está dizendo, eu queria, e acho que os colegas também gostariam. A senhora está mostrando uma situação, eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre como resolver o problema, porque eu entendo que a senhora tem muito melhores condições do que nós de apresentar soluções.

Eu fiz uma pergunta que a senhora não abordou que é a seguinte, porque as universidades públicas quando cotejadas com as particulares tem um nível alto e o mesmo princípio não se aplica no Ensino Básico. Porque, se a gente sabe que o Ensino Básico Brasileiro, as professoras são mal remuneradas, existem escolas acanhadas, a mesma coisa não existe na universidade pública. Então, dentro deste quadro, a minha indagação, e gostaria que a senhora entendesse que não é implicância minha não! Eu quero sair daqui aprendendo e ensinando também.

Então, dentro deste contexto, eu gostaria que a senhora abordasse este tipo, para mim é muito importante a tua experiência.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Mas, volto a colocar, o senhor colocou aqui, ao contrário do Ensino Básico, as universidades públicas se destacam em relação às particulares. As Universidades particulares ou aos Centros Universitários, ou as Faculdades? O senhor está falando só em relação às Universidades?

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Sim. Por exemplo, eu vou pegar

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Assim, olha, Universidade é o ensino, pesquisa e extensão. Então são coisas diferentes.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Aquilo que eu tinha dito de início, a senhora domina essa conceituação. É a mesma coisa que eu começar a falar com a senhora de isento, tributário, essa área eu domino, a tua área, se a senhora me perguntar a diferença entre universidade e faculdade eu não conheço bem. Eu só quero dizer para a senhora o seguinte, se eu faço um cotejo em São Paulo entre a USP, PUC e o Mackenzie, vai aparecer primeiro a USP destacada. Eu quero saber o porquê, em sua opinião, isso acontece. Porque se vocês fazem uma avaliação, vocês teriam condições de apertar e fazer com que as coisas fossem iguais.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Eu não posso, é assim, por mais, eu não tenho dispositivo legal. Vocês são

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Com todo o respeito ao Deputado Vitor Sapienza, eu considero o seguinte, o Deputado está fazendo uma pergunta por que o Ensino Básico no Brasil é fraco. Não sei se é atribuição da senhora Suzana responder. O senhor está fazendo uma constatação que é do senso comum, ou seja, as universidades, as instituições públicas de ensino superior se destacam em qualidade. Na minha opinião, nós temos recursos garantidos de 9,57% da arrecadação de ICMS

O SR. – E a gente acha pouco ainda.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Achamos pouco, nós chegamos a votar 10% e infelizmente o Governador Alckmin vetou, não é? Agora, é evidente

O SR. – A Presidente Dilma certamente vai, o 0,8 ela vai

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - A Presidente Dilma já está fazendo muito em aumentar a arrecadação, só o orçamento do Estado de São Paulo dobrou nos últimos cinco anos, 85 bilhões em 2007 e agora vai para 167 bilhões em 2011, não é? A pujança do nosso Estado.

O SR. – (Ininteligível).

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Não só graças à Secretaria da Fazenda, graças à Economia do país que melhorou bastante e o Estado de São Paulo se beneficia disso porque aqui tem 34% do PIB, está certo Deputado Adilson Rossi?

Então eu queria dizer o seguinte, ao contrário do Ensino Básico que metade dos professores não tem concurso público, o próprio Governador Geraldo Alckmin reconhecendo o arrocho salarial que foi imposto aos professores nestes últimos anos enviou um projeto aqui para a recuperação salarial, nós acabamos de votar em junho. É um reconhecimento de derrotar aquela política dos quatro anos passados que foi, que sufocou, então assim, é evidente que o Ensino Superior público tem um nível de investimento, de acompanhamento e o Ensino Básico não teve o mesmo tratamento nos últimos anos e que a gente tem que recuperar. Aí essa inversão de quem estuda em uma escola pública não consegue entrar em uma universidade pública.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Depende da área, Deputado.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Mas eu acho que este é um tema

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – (Ininteligível.)

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Não, eu só estou dizendo, não sei se nós temos que cobrar da Dra. Suzana que ela responda essa questão que nós estamos cobrando dela, é a avaliação.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Não, Deputado, é o seguinte, eu sou de uma época em que o Ensino Básico você tinha que fazer um vestibulinho para poder entrar e não era qualquer cara que estudava em uma escola pública. As coisas foram se deturpando e hoje nós temos promoção automática, isso faz com que lá em cima as coisas estourem. Então, dentro deste contexto, Deputado Simão Pedro, V. Exa. que também é um entusiasta e eu entendo que eu também sou, eu quero sair daqui aproveitando todo o conhecimento da expositora.

Eu entendo que ela fazendo análise, ela participa de análise, ela tem condição de nos mostrar falhas para poder consertar.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Deputado Vitor Sapienza, é que nós não prestamos atenção na parte final da exposição dela, talvez seja isso aqui da avaliação que demorou para chegar até aquele ponto onde ela mostra que no Estado de São Paulo nós temos 8651 cursos e ela estava enquadrando estes cursos nos tópicos de avaliação nível um, dois, três, quatro e cinco. Até na minha intervenção, solicitar que a senhora pudesse repetir para nós porque aí nós entramos na questão, nós vamos ter um dado da realidade, um quadro da qualidade do Ensino Superior Público no Estado de São Paulo, fazendo a ressalva que ela fez, que UNICAMP e outras instituições não entraram.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Elas nunca foram avaliadas.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Nunca foram avaliadas, embora com um ótimo conceito, mas dentro deste sistema comparativo, espero que seja, mas a senhora poderia depois voltar um pouco

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Eu quero assim

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Nesse tópico da qualidade.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Deputado, para responder quando o senhor coloca, eu vou retomar assim, quando o senhor coloca Universidade, então eu vou responder em relação à Universidade. Quando o senhor colocar Ensino Superior o senhor está colocando os três, ok? Faculdade então, só tem que dar aula, só tem que passar o conhecimento e atividade de extensão, o aluno tem que vivenciar a extensão.

Centro Universitário o aluno tem que vivenciar iniciação científica. O que é isso? Ele tem que ter atividades iniciais de pesquisa ao seu dispor no seu curso, ele tem que ter atividade de extensão e tem que ter um ensino de excelência. Ou seja, o egresso do Centro Universitário, esses dias eu estava lá na ANACEU, Associação Nacional dos Centros Universitários, eu disse olha, todos os egressos de vocês têm que ser quase perfeitos porque excelência de ensino, excelência é cinco, vamos trabalhar melhor esta questão da qualidade.

E a Universidade, o aluno tem o ensino na sala de aula, a pesquisa e a extensão à sua disposição, mas o que acontece em relação a este processo? Eu colocar que todos os alunos das universidades públicas são melhores, não, porque vai depender da área que essa universidade pública tem. Se este curso é novo ou não, se ele tem professores doutores, se tem mestres e a diversidades no país é muito grande.

Quando o senhor está falando que ao contrário do Ensino Básico as universidades públicas se destacam em relação às particulares, vai depender do tempo, da instituição. O senhor colocou PUC, Mackenzie e USP.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu coloquei as melhores particulares.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Sim, eu sei. Mas assim, o senhor coloca essas três, por exemplo, USP eu não posso falar em conceito institucional e conceito de curso porque ela nunca foi avaliada, então eu não tenho dados para responder tecnicamente para o senhor em relação a esse processo. Eu sei que na USP os professores são convidados entre aspas, a fazer pesquisas, eles são provocados a fazer isso porque é uma das vertentes da USP, mas não quer dizer que o aluno que é formado na Mackenzie em Pedagogia tem déficit em relação ao conteúdo porque todos os cursos são orientados pelas diretrizes curriculares.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Um apartezinho só, nós formamos profissionais para que? Para exercerem uma profissão, com toda sinceridade por minha experiência, se eu sou proprietário de uma empresa não me interessa se ele fez universidade, se fez faculdade, se fez o centro, interessa que ele tenha conhecimento, que na hora que eu apresentar a ele um teste de conhecimento ele tenha condições de exercer aquela profissão.

Então, dentro deste quadro, eu volto a fazer a colocação, professores do Mackenzie são bem pagos, e outras, a própria Getúlio Vargas são bem pagos, quero saber por que eles não têm a mesma qualidade do ensino dado pelo ensino superior. Simão, eu sei que estou sendo até chato, mas a minha obrigação é chegar aqui, porque eu vou ter condições de discutir com o meu pessoal aquilo que eu tenho dúvidas.

Eu tenho dúvidas, eu estou aprendendo com a senhora.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Eu concordo, Deputado, mas assim,

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – A pergunta do Deputado

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Eu estou lhe dizendo que o que o senhor está falando, que assim, são melhores depende da área. Depende da função, não é porque o aluno vem da USP que o aluno é melhor profissional do que o outro porque existe a questão humana em relação a este processo, a relação do estágio.

Existe o que? A instituição de Educação Superior ela deve oferecer aquilo de acordo com a qualidade

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Onde a senhora falou deve, leia-se deveria.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Por exemplo, professora, deixa eu tentar traduzir

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Não é o que os dados mostram

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Deixa eu tentar traduzir a pergunta do Deputado, pelo que eu entendi, exemplificando. Porque um número maior de formandos da São Francisco, por exemplo, Faculdade de Direito, passa no Exame da OAB, um número muito maior. Vamos imaginar que os números sejam os mesmos candidatos, 10 para um e 10 para outro, para uma faculdade privada particular, sei lá, UNIBAN, UNIP e outras aí, porque os estudantes da São Francisco adentram, passam no exame da Ordem com muito maior facilidade, em número muito

maior do que aqueles que estudaram na universidade privada? Porque o ensino é mais fraco na universidade privada?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Não! Porque esse aluno já vem com diferencial anterior da Educação Básica, esse aluno estudou, a grande maioria estudou, quem vai para a universidade pública hoje na grande maioria estudou em uma instituição privada, tem um acesso que o outro não teve.

Aí então, assim, a gente vai discutir em cima do senso comum que, ah! Não, o ranking 40% das crianças que saem do quinto ano não sabe ler e escrever e contar. Vai depender, por exemplo, esses dias eu vi uma experiência no Gabinete do Ministro do IDEB, que é o indicador da escola da Educação Básica.

Uma escola da periferia de Salvador investiu na questão da auto-estima do aluno e em um trabalho todo integrado. O resultado do IDEB daquela escola foi o mesmo do maior IDEB de São Paulo que é onde tem o maior IDEB, de escola particular. Então vai depender do método que foi utilizado, das vivências deste aluno, mas o que a gente está falando em termos de avaliação, em termos de Governo é aquilo que está colocado nas diretrizes.

O que está colocado nas diretrizes, que são os conteúdos mínimos e máximos que um aluno deverá ter cumprido na Educação Superior. E as oportunidades vão diferenciar a partir do que? Dos níveis.

Então se este aluno passa em um concurso porque ele saiu da USP, é porque para entrar na USP foi investido todo um processo em cima dele. Não existem faixas no país inteiro, aluno assim, ele vem da escola particular assim, ele finalmente alcançou a Educação pública, eu sou oriunda de universidade pública. A minha universidade é a primeira universidade do interior do país, a Universidade Federal de Santa Maria. Ela é excelente em algumas áreas, em outras não tanto. E aí quer dizer assim, não, todo aluno da Universidade Federal de Santa Maria é nota 10, vai depender. Todo aluno da Universidade Federal de Santa Maria egresso vai passar? Vai depender, não existem números no país, é isso o que eu quero deixar claro para vocês, para comprovar estes dados. Existem concepções.

O que eu posso falar para vocês é da realidade de São Paulo a partir dos instrumentos de avaliação. A partir destes, eu coloco para vocês que as avaliações realizadas colocam que as instituições de Educação Superior do Estado de São Paulo são na sua maioria três, ou seja, elas cumprem o padrão mínimo de qualidade, elas cumprem as diretrizes.

As diretrizes são estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação que estabelece diretrizes para o Ensino Básico, Médio e Superior. Tanto que as instituições são três e quatro.

Agora, se ele é melhor, se ele estuda mais para o concurso ou não estuda, por exemplo, o estudo do SINAES, os alunos de Enfermagem, foi colocado a quantidade de horas que o aluno de Enfermagem tem fora do curso. E para a nossa surpresa, o estudante de Enfermagem ele estuda, ele se declarou lá no estudo, que ele estuda menos do que ele deveria, ele estuda menos de duas horas por dia.

Só que este estudo foi tanto nas instituições públicas quanto privadas. Então dizer que este aluno é melhor ou pior vai depender de dados. Hoje nós temos aqui, o SINAES é novo, tem sete anos.

Então, daquilo que se tem até hoje eu posso dizer para vocês, estes aqui são os dados daquilo que foi avaliado.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB - Deixa o Deputado Geraldo, ele falou primeiro.

O SR. GERALDO CRUZ - PT – Me deixa entender um pouco isto. É evidente que há uma inversão de valores muito grande.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Claro!

O SR. GERALDO CRUZ - PT – Quer dizer, o bom aluno que é da escola privada, vai para a universidade pública, o mau aluno que é formado na escola pública vai para as privadas.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Exatamente.

O SR. GERALDO CRUZ - PT – Qual seria uma solução aí? Não era melhor que as privadas também fizessem os mesmos critérios de vestibular, de acesso das públicas?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Concordo com o senhor. Tanto que hoje, por exemplo, o ENEM.

O SR. GERALDO CRUZ - PT – Enquanto a gente não forma bem as escolas públicas para formar os alunos

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – O ENEM hoje provavelmente vai substituir todos os vestibulares, ele tem uma tendência em relação a este processo.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Quem deveria fiscalizar isso nas universidades privadas? O que vira isso, quem vale? É o capital. Quem está valendo?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Existe fiscalização, existe a supervisão, existe a entrada, existe o controle, existe o vestibular, mas não quer dizer que este vestibular e isso se correspondam ao conhecimento adquirido em relação a este processo.

O ENADE hoje ele só avalia o concluyente porque para avaliar tudo o que o aluno, antes ele avaliava o início e no final do curso, hoje, a mudança do ano passado para cá é que o ENEM será a porta de entrada e provavelmente vai substituir todos os vestibulares.

Ou seja, o aluno que teve colocação no ENEM

O SR. GERALDO CRUZ - PT- Inclusive Nas privadas?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Inclusive nas privadas, para o sistema todo. Isto está lá condicionado a que? Ao FIES, ou seja, a instituição, pessoal, que não tem bom rendimento, que passa o aluno lá ela não tem FIES. Ou seja, ela não tem investimento, ela não tem dinheiro para financiar este aluno que já não tem dinheiro.

Então assim, quais são as medidas de controle que o Governo está fazendo? Ah, o vestibular não está de acordo? A instituição tirou conceito dois, tirou conceito um? Ela é obrigada a passar por nova avaliação, ela não vai ficar ao léu esperando três anos em relação a este processo. Tem dois e tem um, não recebe FIES e não recebendo o FIES, não vai receber dinheiro.

Tem dois e tem um e é pública? Não recebe dinheiro para o Réune! Não recebe Bolsa, não recebe Bolsa de Extensão, não recebe Bolsa de Pesquisa.

Agora, o vestibular, não quer dizer com isso quer o vestibular seja a maneira mais correta, porque existem experiências em outros países que o aluno vai lá, existem experiências no próprio Brasil mesmo que o aluno vai lá e faz nos três anos o Ensino Médio, faz várias provas e tem uma classificação, existe destinação de vagas.

Aí existem destinações diferentes porque a universidade tem autonomia para fazer isso. Por exemplo, hoje eu tenho vagas para índios, para negros, eu tenho vagas para todos os tipos. Nada contra nenhuma dessas vagas, mas assim, nem sempre este aluno ao entrar tem a mesma nota. Claro que não tem, porque ele é minoria, ele foi afastado, ele tem que ter o acesso à Educação Superior.

Só que existe pela LDB uma coisa chamada nivelamento, todas as instituições de Educação Superior são obrigadas a fazer nivelamento de Língua Portuguesa, eu estou falando todas! E isto é cobrado, nivelamento de Língua Portuguesa, de Matemática

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Mas elas fazem, professora?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Fazem, é ponto do PDI e é ponto de avaliação, então é cobrado. Agora, a maneira que é feito o vestibular vai depender da autonomia da instituição. Não estou falando com isso que concordo com o vestibular feito, marcado, agendado, mas assim, a instituição tem autonomia e está lá escrito no PDI que foi aprovado lá. Então é isso o que tem que ser colocado para vocês.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Professora, ah, desculpa, não terminou Geraldo?

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Não, o Vitor estava querendo um aparte aqui, ele fala bastante, ele está bravo, vamos deixar ele falar.

(Risos.)

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – (Inaudível.) A Folha de ontem com base no ENEM, ela faz um trabalho que mereceria uma pesquisa por vossa parte, é o seguinte. Ela faz as colocações, ela estabelece as matérias, o peso delas no contexto e um dado muito importante, quanto custa a mensalidade de cada escola. Nós nos deparamos com uma escola que eu conheço e que eu vi nascer chamada Colégio Jardim São Paulo.

Gostaria que a senhora anotasse. Mensalidade dele, 820 reais, ele ganha de 20 ou 30 que a mensalidade é 1500, 1400, 1700. Seria interessante que mandasse ver o porquê disso. A senhora vai falar, mas porque você, eu tenho uma filha de 18 anos e estou acompanhando esse negócio de ENEM todos os dias e me obriga a ver. Por isso que eu sou chato nessa parte.

Normalmente eu sou, mas aí eu sou mais chato ainda. Então, dentro deste quadro teria que se ver o que está acontecendo que este colégio se destaca, Simão Pedro, lá em Santana por 890 reais contra colégio de 1500, 1200. Alguma coisa diferente tem isso.

Então eu entendo que a nossa obrigação nessa amostragem que o ENEM nos dá, é fazer uma pesquisa para ver o que este pessoal está fazendo que dá esta condição. Obrigado, Cruz.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Professora Suzana, são duas perguntas. Como é avaliação, pesquisa educacional, eu queria saber como é que o INEP está avaliando a questão das aulas presenciais, porque foi colocado aqui nos outros depoimentos, muita gente está fazendo aula através da TV, não é? Que é a aula da

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - É que 20% da carga

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB - Eu queria saber o que a senhora pensa sobre isso. E também foi dito aqui por diversos atores que estiveram aqui que muitas pessoas que estão saindo formadas nas universidades, das instituições, não estão preparadas para exercer a sua profissão. Eu queria também saber da senhora quanto a isso, e quando a senhora falou que os doutores que vão fazer a avaliação, quer dizer, quem é de São Paulo não avalia São Paulo, avalia tal, isso dá certinho? Porque às vezes as pessoas acham que quem é da Região Norte, Região Nordeste, que não sabem de nada, não tem influência, não tem conhecimento e eles vão avaliar um doutor aqui do Sul, aqui do Sudeste. Eu queria saber o que a senhora pensa sobre isso e também a questão dos doutores da Amazônia que não podem ser mandados para o Sudeste porque todo mundo já está aqui, eu queria saber o que fazem estes doutores lá na Amazônia, porque o país é

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Eu tenho uma avaliação agora em Belém, para vocês terem noção da especificidade do país, que a avaliação de curso é feita em dois dias e a avaliação institucional em três. A avaliação de um curso, só que para os avaliadores chegarem lá vai ser uma semana porque eles têm um trajeto de barco e aí, diz assim, mas eu tenho que abrir um, porque este avaliador ele sai, um obrigatoriamente é da Região Norte e o outro é de outra Região do país.

Aí foi sorteado um avaliador, porque o sistema é eletrônico, do Rio Grande do Sul. Eu disse assim, esse sistema às vezes entrava, não é? Porque assim, para ir do Rio Grande do Sul para fazer uma semana de viagem lá, e aí esta mesma instituição, uma instituição pública, ela é lá do Pará e na avaliação de outro curso perderam o avião e aí ligaram assim, professora são 25 dias de barco para retornar. Eu disse Jesus Cristo! Este país é muito grande mesmo e com muita diversidade.

Mas em relação à área do conhecimento que a senhora está perguntando, Deputada, se um doutor é doutor em Educação, ele é doutor em Educação e conhece toda a realidade do país. Quando ele vai avaliar, por isso que ele precisa ter contato com o PDI da instituição, com as diretrizes e com o Projeto Pedagógico do curso. Então ele é um doutor na área, ele não é um doutor que não saiba falar de Educação à Distância ou não conheça esse processo.

Para ser avaliador institucional, inclusive, ele deve passar por questão de gestão do curso e coordenação do curso. Então assim, dá certo? Dá! Mas é assim, é a maneira mais eficaz de, assim, a avaliação da Educação Superior é feita por professores da Educação Superior.

Por exemplo, o ENADE mudou do ano passado para cá. Antes o INEP encomendava, só tem duas instituições que podem fazer exames de grande porte no país. É a CESGRANRIO e a UCESP, não existem outras instituições com porte para fazer exame de larga escala no país. Não sei se vocês tinham conhecimento disso.

E o ano passado o INEP criou o Banco de Itens. Os itens do ENADE são feitos por professores que se inscrevem das instituições públicas e privadas, ou seja, o que a gente quer dirimir com isso? A questão do conhecimento, nem para mais e nem para menos. Ou seja, o professor que está dando aula, que está trabalhando naquelas diretrizes, que é selecionado claro, por seu currículo, por sua formação e por sua atuação, mas é ele quem vai fazer o item em relação a este processo.

É uma matemática difícil, mas assim, se a senhora quer saber se o avaliador do Amazonas sabe avaliar no Sudeste, sabe sim.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB - Não, mas eu fiz essa pergunta propositadamente porque existe uma coisa errônea no nosso país que muitas pessoas acham que quem é da Região Norte, Região Nordeste e tal não tem noção de conhecimento.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Claro que tem!

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB - Eu fiz a pergunta de propósito, por isso que eu perguntei, dá certo? Porque ainda existe um grande percentual da sociedade brasileira que acha que pessoas de outras regiões não têm conhecimento, não tem competência, enfim, por isso que eu fiz a pergunta. Muito obrigada pela resposta.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Mas tem sim, o Brasil tem excelentes condições e excelentes centros de pesquisas em todas as áreas, apesar de se concentrar no Sudeste a grande área.

Eu queria só colocar uma questão em relação a este processo que a CAPS e aí eu estou falando de outra autarquia que é a CAPS, ela está para resolver este problema da regionalização, ela está fazendo mestrados e doutorados para formar estes corpos docentes para as Regiões Norte e Centro-Oeste que não têm tantos quantos no resto do país.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB - Eu estive recentemente em uma reunião onde estavam professores indígenas aqui em São Paulo e foi muito saudável para a gente saber que existem professores indígenas e que todo mundo é capaz. Isso é fundamental.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Claro!

O SR. – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem.

O SR. - Primeiramente eu gostaria de cumprimentar a V. Exa. pela maneira brilhante como vem conduzindo os trabalhos desta CPI, cumprimentar aqui os meus pares, cumprimentar à Professora Suzana e fazer apenas uma pergunta. Não sei se a professora teria condições de me fornecer esta informação. Quando a senhora disse sobre esses resultados de avaliação de instituições e cursos, a senhora colocou que a grande maioria das instituições e cursos do Estado de São Paulo atingiram nível três.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - É o padrão mínimo de qualidade.

O SR. - A pergunta que eu faria é a seguinte, a senhora tem algum dado que possas nos fornecer das instituições ou cursos que estão abaixo do nível três? Se são privadas ou públicas, essas universidades, faculdades.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Os dados são públicos. Eles estão lá no MEC, vocês podem acessar por instituição.

O SR. - Mas a senhora não teria aí agora, este dado?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Eu posso mostrar para vocês como acessa, posso? Aí vocês, mas teria sim, teria como o INEP fornecer esse processo. O site é emec.mec.gov.br

O SR. - Pode repetir, por gentileza?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - emec.mec.gov.br e aí, lá tem a busca por instituição, busca por curso. Tem como fazer todo um

O SR. - Tem como conseguir esta informação.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Sim.

O SR. – Muito obrigado.

O SR. – No portal do INEP? No Portal do MEC?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Não, no EMEC que é o portal conjunto do MEC e do INEP, emec.mec.gov.br

O SR. – Só complementando aqui a minha pergunta, professora Suzana, essas instituições ou cursos que não atingiram esse nível três nessa avaliação, o que acontece com essas universidades?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Elas passam por nova avaliação e assinam um protocolo de compromisso. Elas têm um ao para fazer melhorias, vai uma nova visita e se ela não cumprir ela pode ser fechada.

Em Brasília, saindo um pouco do foco de São Paulo, teve uma instituição que foi fechada e os alunos terminaram a sua graduação na universidade pública, e tem vários exemplos.

O SR. - A senhora saberia me informar se alguma universidade ou faculdade foi fechada aqui no Estado de São Paulo dentro deste critério?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Várias têm protocolo de compromisso, agora o fechamento é feito pela regulação, então eu não tenho esses dados agora, mas tem como pesquisar aqui e o senhor vai ver, ok?

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Mais alguma pergunta? Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Senhor Presidente, eu queria parabenizar o debate, a reunião da Comissão de hoje porque, do meu ponto de vista, tem discordância aqui de alguns dos

meus colegas que eu achei muito proveitoso esta exposição da Dra. Suzana porque nos mostrou como é que funciona o sistema de avaliação. Nós tínhamos uma ideia muito vaga.

E como ela disse, o Brasil é um país continental, houve só para a gente ter uma ideia, é um país novo. A USP que é uma das melhores instituições do mundo, se não me engano está entre as 150

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Depende do Ranking.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - É, não é?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Por isso que é assim, quando fala assim, não! Isto é melhor, isto depende do ranking, depende de como, depende, eu posso colocar para vocês o seguinte, eu fui a um seminário em Madrid em abril deste ano e aí estava Sorbonne, Cambridge, tinha universidade da Arábia Saudita, do Zimbábue, de onde vocês possam imaginar do planeta tinha lá.

Aí, todo mundo assim, nós somos os melhores nesse ranking, aí outro, ah! Mas eu sou melhor nesse. Então assim, existem vários rankings de acreditação internacional. E existe o que? Modalidades para que, e movimentos para que existam só creditações de instituições e não de cursos, então, assim. Assim, a USP está entre os melhores, mas assim, depende para que. Para deixar bem claro

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Mas não importa, o que eu queria dizer é que a USP é de 1934, quase 80 anos quando nós temos instituições com mais de 500 anos no mundo inteiro. O MEC foi criado, o nosso Ministério da Educação foi criado na década de 30.

Então assim, se a Educação Pública no Brasil, este conceito é muito recente, mesmo diante da história, da idade do nosso país, então houve um processo de expansão do Ensino Superior muito rápido, acelerado nos anos 90 sem se preocupar, na minha opinião com a questão da qualidade. Foram se abrindo faculdades, abrindo cursos e permitindo, não é?

Embora eu reconheça que temos muito poucos alunos que deveriam estar cursando Ensino Superior dentro das instituições de Ensino Superior. Tem muita gente fora e precisamos democratizar, mas eu acho que houve uma expansão muito grande e acelerada sem a preocupação com a qualidade. Essa expansão se deu, pelas exposições que nós tivemos anteriormente no espaço das instituições privadas, houve um período nos anos 90, início dos anos 2000 que não houve expansão das vagas do Ensino Superior público.

Mesmo no nosso caso aqui, a UNESP, outro dia conversando com o Reitor ele disse, nós fizemos um processo de expansão, passamos 10, 12 anos congelados e agora a UNESP está voltando a discutir um processo de expansão.

Agora, eu estou muito curioso para ver os novos dados, mas é de conhecimento público que o Governo do Presidente Lula fez um processo de expansão do Ensino Superior Público criando várias universidades em lugares que nunca se imaginou que pudesse ter, recôncavo baiano, regiões do Piauí e assim por diante. Paraíba, do nosso querido amigo Geraldinho.

Aqui em São Paulo também. A UNIFESP fez um processo, agora é lógico, nós precisamos discutir a qualidade, os investimentos.

Agora, este sistema é novo ainda, então eu quero parabenizar ao INEP por, o MEC por organizar um sistema de avaliação que nós não tínhamos e esse sistema de ranking, de notas é algo recente.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Inclusive em relação ao ranking eu quero deixar bem claro para vocês o seguinte, o INEP e o MEC não têm ranking, as próprias instituições fazem. Por exemplo, ano passado na divulgação do ENADE que vai ocorrer nos próximos dias, nós colocamos a nota aqui, mas antes a instituição confirmou.

No mesmo dia nós vimos vários outdoors na cidade e vários na Folha de São Paulo, no Estadão, assim, essa instituição é cinco, esta é quatro. A instituição fez isso e aí os jornalistas nos procuram muito e dizem assim, me dê as 10 melhores instituições do país. Depende para que, depende de uma série de fatores e as instituições mesmo fazem isso.

Então assim, saiu, foi publicado às três horas, às 15h30min já tinha outdoors on line da instituição, somos cinco, somos quatro, somos isso, aquilo, em relação aos cursos. Só para deixar que o Ministério da Educação não faz ranking.

E este ano ele vai divulgar o ENADE de uma forma diferente dos resultados do ENADE do ano passado. A instituição, o ENADE é composto de insumos, ou seja, tem o desempenho dos estudantes, a resposta dos estudantes em relação ao seu nível sócio econômico, a infraestrutura da instituição e todo o processo. A instituição vai confirmar antes o insumo, eles vão ter só o insumo, eles não vão ter a questão final porque senão, no outro dia, até todo mundo confirmar, está todo mundo lá colocado e às vezes não se confirma o pré-resultado desse processo.

Eu queria mostrar para vocês, o EMEC é público, e aí tem a busca interativa, se você colocar no Estado de São Paulo, tem por curso e por município. Vocês vão verificar a nota de cada um deles. O CC, quando vocês verificarem ali é conceito de curso, CI é conceito institucional, o CC sempre vai se referir aos cursos, CI sempre à instituição, ok?

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Dra. Suzana, eu estava dizendo o seguinte, desculpe, o que eu acho assim, importante, eu fiquei muito contente por conhecer como é que funciona essa estrutura tudo, o que não é fácil. Também acho que, eu entendi que quando se pensa que os professores no Sudeste avaliando o Nordeste é para não ter contaminação, critério subjetivo, ou possibilidades, para diminuir essa possibilidade, não é? É isso?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Não, inclusive o avaliador quando há o sorteio da comissão, quando eu mostrei para vocês todos os passos ali, o avaliador a instituição só conhece este avaliador até, quer dizer, no prazo máximo de 15 a cinco dias e é só a partir do contato do avaliador, para que não haja nenhuma contaminação em nada nesse processo.

E o avaliador se declara, e aí a gente está tendo um problema principalmente em São Paulo que teve um monte de união de (ininteligível), grandes grupos estão comprando pequenas faculdades, o avaliador tem que declarar que ele não tem vínculo nenhum, e significa vínculo nenhum até com a (ininteligível). Se ele declara que ele não tem vínculo e a instituição se manifesta dizendo, a gente interpela ele e ele pode ser expulso do Banco de Avaliadores.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Entendi. Professora Suzana, eu entendi que o MEC, o SINAES, a senhora falou o seguinte, que ele faz a avaliação das instituições, dos cursos e dos alunos. Dos professores, do corpo docente é avaliado pela instituição?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Não! Existe a avaliação do corpo docente na dimensão dois da avaliação ali, que eu mostrei para vocês. Aí tem itens do corpo docente.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Ah, entendi. Então eles também são avaliados?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - São.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Avaliados como? Se tem doutorado, se tem mestrado, ou se tem alguma

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Se tem doutorado, mestrado, se tem publicação, como é a metodologia utilizada na sala de aula, como é a organização didática pedagógica daquele curso, qual a relação do trabalho, se ele distribui plano de aula ou não. Inclusive o plano de aula está lá no ENADE, o aluno marca se ele recebe ou não, porque o plano de aula, o plano de ensino, aliás, o plano de ensino é o condutor de todas as atividades do semestre, o aluno declara, então, ele é avaliado em vários pontos.

Qual foi a formação dele, a instituição preenche esse processo.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Porque o seguinte, nós tivemos na exposição na semana passada, aliás, antes do feriado, na semana retrasada que muitas instituições privadas, na medida em que elas, aquelas que são, que tem ações na Bolsa, que buscam lucro, etc., não aquelas que têm fins, que são sem fins lucrativos, que buscam funcionar com o objetivo de transmitir ensinamentos, etc., as comunitárias e outras, que elas fazem um sistema de demissão, por exemplo, do doutor. Por exemplo, as faixas salariais, então demitem aqueles que estão lá em cima e contrata outro que é recém formado para pagar menos.

No sentido de diminuir custos, e assim por diante, como é que isso é avaliado pelo MEC, como é que isto é visto? Tem algum mecanismo de cobrança para que ao invés do professor de excelência, a faculdade, por exemplo, ela fosse avaliada, premiada pelo nível dos seus acadêmicos, do nível dos seus docentes.

Porque é evidente, o professor com muito mais experiências, com muito mais tempo de carreira, não generalizando, mas em tese ele tem muito mais condições de dar qualidade para o curso, de passar a sua experiência. Mas em muitos casos não é isso o que muitas instituições privadas fazem, ou seja, elas olham a questão de custos, diminuir custos e assim por diante.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Todos os casos que chegam, por exemplo, o avaliador vai lá, a instituição preencheu, o sistema EMEC espelha. O avaliador preencheu e ele vai lá e confere o corpo docente, a instituição que preencheu e disse que é aquele corpo docente que ela tem. O avaliador vai lá e confere cada titulação, tempo de casa, todo o processo, publicação, toda a situação.

Ele exclui todos os que não estão lá, que ele não conseguiu encontrar, que não tem titulação, todo este processo. Os instrumentos atuais, quando, por exemplo, tem um graduado, os tecnológicos, por exemplo, eles colocam o quesito corpo docente na dimensão um, porque pela LDB o professor tem que ter para ministrar aula de Educação Superior tem que ter no mínimo pós graduação. Então, existe todo um trabalho em relação a este processo.

Quando passa a avaliação e há uma demissão, tem casos que ocorrem no Brasil, encaminham para a gente e a gente encaminha para a Supervisão e a Supervisão vai lá e, espera aí, como é que tu fez este processo? O avaliador não avalia o contrato, mas ele vê se está de carteira

assinada, qual o regime do contrato. A instituição fornece e ele anota todos estes dados que vão subsidiar a regulação em relação à emissão da Portaria.

Mas todas as denúncias que forem encaminhadas, a supervisão (ininteligível) todas as denúncias. E é claro que pagar um doutor é mais caro do que pagar um mestre, mas se eu não tiver um corpo docente com mestre e doutores, eu não tenho qualidade em relação aos instrumentos de avaliação. Então eu preciso fazer toda esta equiparação.

Aliás, a gente estava colocando para as instituições, todas as instituições do Brasil querem ser cinco e a gente coloca assim, mas porque todas querem ser cinco se nem todos os PDIs se colocam que esta instituição será excelente em todos os processos, porque ser cinco é uma marca, e continuar com esta marca em todos os cursos, em todos os atos, pode ser muito bom para o marketing, mas conseguir este processo, vamos combinar que não é um processo muito fácil.

Então, quando a gente coloca que o três é o padrão mínimo de qualidade, significa que eu tenho um corpo docente bom, adequado, com experiência, equilibrado com mestres e doutores, com experiência no Mercado.

Agora, isso se eu for falar para bacharelado em licenciatura, mas se eu for falar para Gestão do Surf, lembra aquele lá Tecnológico? Eu não tenho doutor formado em Gestão do Surf. Eu posso ter doutor em Administração, doutor em Oceanografia, agora, Gestão do Surf eu não vou ter. Então vai depender da situação e do caso. Os Tecnológicos ainda são um ponto diferente e para resolver todo este problema, hoje existem vigentes 12 instrumentos de avaliação.

Agora vai ter um único, depois das audiências públicas, é o mesmo para a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, para presencial e à distância, tecnológico, bacharelado e licenciatura. Só que vai ter peso diferente da autorização que o peso maior é a na infraestrutura, reconhecimento e renovação de reconhecimento no processo pedagógico e no corpo docente.

Então vai ficar mais claro, vai ser melhor fazer esta série histórica e colocar realmente as questões referentes à qualidade.

Só para mostrar aqui, o EMEC, está aqui, aí tem o curso, tem o município, São Paulo e aí eu vou clicar no curso de Administração de Empresas e Negócios, aí vou vir aqui, apareceram duas faculdades, vai ter o endereço da instituição, os detalhes da instituição, o último ato regulatório, os cursos, os processos que estão no EMEC, então tudo isso é publico, então qualquer aluno.

A orientação que vocês como Deputados e Deputadas podem dar aos seus eleitores é que na escolha de um Curso de Educação Superior, eles entrem no EMEC e escolham quais são os cursos e verifiquem todo este processo, é uma dica que vocês podem dar, podem contribuir para a disseminação dessa informação. Porque esta instituição, por exemplo, não sei se vocês estão enxergando, mas ela tem os cursos, aí eu vou entrar em um curso, e aí vai ter publicamente a relação dos cursos, aí tem a nota do último ENADE, o CPC, o Conselho Preliminar de Curso e o CC, estes cursos não foram avaliados, estão sendo avaliados no próximo ciclo.

Então tem tudo aqui direitinho, viu?

O SR. - Nesse caso específico, estes cursos nota dois.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Estes cursos todos estão em protocolo de compromisso. Então vocês têm como saber, aí uma pesquisa de casa com os Assessores de vocês podem fazer, vocês podem colocar e saber a situação do Estado.

O SR. - Eu tenho que pesquisar por faculdade, por universidade, ou tem

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Você pode pesquisar por curso, por faculdade, como você quiser. Tem várias interações, por cidades, lembrando que o conceito do ENADE é o conceito do município, viu? Não é o conceito de cada, por exemplo, uma instituição que vocês citaram a UNIP, ela tem vários campi, então são todos do Município de São Paulo, todos no Município de Americana. Na PUC a mesma coisa, da USP a mesma coisa, da UNICAMP a mesma coisa.

Então, por isso que a gente coloca que a informação é pública. O que vocês podem fazer é orientar aos estudantes e às suas famílias a observarem este processo. E quando vocês falarem em Educação Superior Brasileira coloque as três diferenças em relação àquilo que o aluno vai escolher das instituições no país.

Eu acho que essa é a grande contribuição do Sistema EMEC, que torna automaticamente, quando tem uma avaliação, termina a avaliação aí vem o relatório de avaliação, automaticamente quando eu clicar lá vai aparecer o CC aqui, não vai passar por ninguém. Aconteceu lá, clicou lá, ou seja, o Coordenador Geral de Avaliação clica lá liberando o relatório automaticamente está aqui.

O SR. – Muito bem, obrigado.

O SR. - Presidente, eu queria fazer um comentário. Eu sei que está terminando, mas eu não entendi muito assim, talvez a professora poupou em não dar um posicionamento pessoal.

Quando nós estávamos falando da questão do acesso e na verdade, o que a gente constata, pelo menos em São Paulo, o acesso é mais facilitado para o capital, o seja, sempre estimulando a questão privada, o crescimento, tanto é que o número de alunos que foi colocado aqui que tem em

faculdades e universidades particulares e públicas. Uma coisa que eu ouvi um comentário, quando foi criada a história das cotas, foi uma polêmica muito grande no Brasil.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - A história do que?

O SR. - Das cotas.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Ah! Das cotas!

O SR. - É. Nós tivemos o desprazer de ouvir cada comentário, de pessoas dizerem, mas imagina, uma pessoa que estudou em uma escola particular vai ficar do lado de um que estudou na escola pública, enfim, vários comentários.

E o resultado tem mostrado é que estas cotas, o aluno pode acessar a universidade pública, inclusive de qualidade. Normalmente, também saiu uma pesquisa, não sei se foi pesquisa ou estudo, mas foi publicado que estes alunos têm sempre um aproveitamento maior, tem mostrado uma capacidade muito boa no desenvolvimento dentro das faculdades que eles acessaram por esta questão de cota.

A sua opinião a cota é importante e que a forma de vestibular que as universidades públicas faz está errado?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Cada instituição tem autonomia para dizer como ela vai fazer o seu processo seletivo

O SR. – Desculpa, mas eu não queria ouvir isso

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - Aí eu vou falar a minha experiência

O SR. - Mas e o Ministério, e o MEC? Não poderiam intervir neste sistema?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Mas são duas opiniões. O senhor quer a opinião técnica ou opinião da Professora Suzana, professora universitária? São duas opiniões diferentes.

O SR. - A técnica eu até entendi, mas também a posição política para que a gente possa mudar também

A SRA. SUZANA FUNGHETTO - A posição é que todos devem ter acesso à Educação Superior. Eu trabalhei tanto na instituição pública quanto privada com acesso de alunos com deficiência, na Educação Superior. Tanto na pública quanto na privada.

Então assim, dizer que trabalhei assim, eu trabalhei de Deficientes Mentais Altistas, então, cegos, surdos, surdo-cego, todos estes processos. Trabalhando como professora, assim, os meus alunos tiveram rendimento assim, essas pesquisas, precisa mais pesquisa, mais dados para mostrar essa situação.

Tanto na instituição pública quanto na privada eles precisam de núcleo de acessibilidade para trabalhar com eles porque senão eles não vão conseguir. Se eu tenho, por exemplo, a questão do surdo no país. Ah, não! Todo surdo tem que ter o intérprete, depende de como ele foi alfabetizado. Sabe por quê? O surdo que foi alfabetizado e foi oralizado, ele não sabe língua de sinais. Não sabendo língua de sinais, o intérprete para ele não vai fazer nada, agora, eu vou precisar de alguém para fazer o trabalho pedagógico com ele, em um núcleo de acessibilidade para ele ter esse acompanhamento, porque Libras, não adianta ter alguém lá porque não vai traduzir esse processo.

As cotas são importantes, elas estão colocadas tanto no Sistema Federal tanto nas instituições públicas quanto, tem algumas instituições privadas que também tem cotas. Tem algumas instituições inclusive, que em relação aos alunos com deficiência, elas têm um trabalho tão diferenciado que os alunos querem estudar lá por todo acompanhamento pedagógico.

Os instrumentos hoje quando falam de acessibilidade, eles colocam que acessibilidade é só física, não. Ela é atitudinal e pedagógica e vai depender de uma série de fatores e da relação de cada aluno.

O SR. - Mas o que eu queria questionar é a forma do acesso das universidades públicas que excluem muitas pessoas por eventualmente não passarem no vestibular, mas quando teve a oportunidade através da cota, mostraram capacidade de desenvolvimento muito bom.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Através da cota entrou e mostrou superação. Mas assim, não existe pesquisa suficiente para dizer que foi porque ele entrou no Sistema de Cotas. Eu não estou dizendo que sou contra o Sistema de Cotas, mas assim, a questão da superação, por exemplo, eu já acompanhei um aluno que foi o primeiro paralisado cerebral no país a ser formado em Educação Física em uma Universidade Pública.

Aí eu perguntei assim, mas como é que você fazia nas disciplinas de atletismo? Como é que você fazia na prática? Ah, Não! Foi adaptado. Mas assim, ele é tão bom naquilo que ele faz, mas assim, teve algumas coisas no curso que deixou a desejar em relação à formação dos professores porque os professores também é novo no país.

Em relação às cotas, eu Suzana sou a favor das cotas. Agora assim, o Governo também Federal, também é. Mas assim, vai depender do acompanhamento que esse aluno vai ter em relação aos alunos com deficiência especificamente.

O SR. - É evidente que todos eles, mas pelo menos o que eu estou querendo discutir aqui é a questão mais política, decisões políticas de Governo, de Gestor, de dar oportunidade igualmente para todos, porque você acaba sendo excluído nessa história do vestibular

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Existe um Programa da Secretaria de Educação Especial que agora se juntou com a SECAD para a questão do acesso aos alunos com deficiência nas instituições públicas, e aí eu colocava assim, o pessoal, tudo bem nas públicas, mas assim, 80% do ensino é privado, então quer dizer que ele também não, vou dar núcleo de acessibilidade primeiro só para as públicas, depois para as públicas federais, depois para as públicas estaduais, mas e o resto? O acesso não é para todos?

Ele não tem que ter escolha? Então assim, são decisões que em termos de país, retomando um pouco a sua fala, é uma construção, um histórico, então precisa de todo um acompanhamento de pesquisa e publicações em relação a esse processo.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB - Professora Suzana, a senhora foi professora em Santa Maria, no Sul?

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Hoje eu sou licenciada no Centro Universitário em Brasília, mas já fui professora da Universidade de Brasília, já trabalhei na Universidade Luterana do Brasil no Rio Grande do Sul, já trabalhei na Universidade Federal de Santa Maria e já trabalhei em algumas faculdades.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB - Não, a pergunta é porque, é só questão geográfica porque eu já estive certa vez no sul do país e quando a gente falou lá na Lei 10639, houve um espanto. Muitas pessoas não sabiam que existia essa lei que foi criada inclusive no Governo Lula. E eu queria saber o que a senhora acha da questão dessa lei, porque vários reitores se negam a colocar essa matéria na sua universidade, no seu colégio.

Eu também queria saber, a senhora falou sobre os deficientes físicos, eu queria saber também a sua opinião na questão das cotas dos negros e dos índios que é também uma coisa bastante discutida no Brasil.

A SRA. SUZANA FUNGHETTO – Tem a política, eu acredito que todos que tem que ter acesso, aí existe pesquisas que mostram a questão da desigualdade, da questão da Educação, os novos instrumentos vão cobrar a questão que toda instituição tem que oferecer para os seus alunos conteúdos da Educação étnico-racial, tem o instrumento que é uma lei de 2004 do Presidente Lula. Os novos instrumentos vão ver este processo e todos têm que ter acesso, tem que ter o acompanhamento, tem também que ter o nivelamento.

A senhora falou antes a questão da Educação Indígena, eu acompanhei em Brasília no Curso de Pedagogia, especificamente na Universidade de Brasília, tem uma disciplina que é a introdução à classe hospitalar. Setenta por cento dos leitos do Hospital Universitário de Brasília são para as crianças xavantes que vão para lá por desnutrição.

Só que a cultura é completamente diferente e as crianças estudam até o equivalente ao nosso quinto ano, só que elas estudam conteúdo matemático e geografia, questões de orientação.

Então, quando elas vinham para lá, eu tinha que colocar as minhas alunas de Pedagogia, eu professora universitária, orientando as minhas alunas a trabalhar conteúdo de classe hospitalar com os alunos xavantes.

Só que na tribo eles têm um nome, na civilização eles têm outro. Quem estava lá no hospital? O pai, um índio e ele é o responsável pela educação e os meninos são afastados das meninas. Então assim, teve todo um estudo das alunas para poder trabalhar estes conteúdos que tiveram até que ter licença da FUNAI para poder fazer isso, porque a grande maioria dos professores xavantes são homens e não mulheres. Então tem a questão da escolarização, então vai depender de todo um processo.

Hoje na Educação Superior, agora saindo a Suzana, professora universitária e voltando a Coordenadora Geral de Avaliação, hoje nós temos processos que a própria Secretaria, que a SECAD faz em relação à Educação Indígena e Educação no Campo.

Então estes processos vão ser avaliados e tem lugares que a Educação Superior é ministrada nos meses de férias e os alunos fazem as atividades ou na tribo ou no campo. Então é todo um processo de conhecimento e regionalização desse processo que é importante sim, eu acredito que o Sistema de Cotas é importante porque está trazendo pessoas que não tinham acesso à Educação

Superior, a gente não pode esquecer dos outros tantos quantos que também deveriam ter tido acesso e não têm.

Então, é uma discussão que precisa ser feita, existem os dados, os programas precisam ser estudados, mas todos têm, a Constituição é clara, todos têm direito à Educação, direitos fundamentais e os instrumentos têm cobrado, vão cobrar a questão da Educação étnico-racial, sim.

A instituição vai estar lá como requisito legal, ou a instituição tem ou não tem. Na parte final dos instrumentos, eu me esqueci de dizer para vocês que tem uma parte que são requisitos legais. Por exemplo, toda instituição de Educação Superior deve oferecer Libras. Toda instituição deve oferecer conteúdos étnico-raciais.

A ideia do Presidente Lula na época era uma disciplina, depois quando foi para a formalização, são conteúdos, os avaliadores vão cobrar. Então, tem uma série de coisas, de coisas é horrível dizer isso, mas tem uma série de procedimentos que estão sendo feitos em relação a este processo.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Nós agradecemos muito à Professora Suzana Funghetto. A sua explanação foi de vital importância para o desenvolvimento dos nossos trabalhos, nos colocamos à sua disposição e agradecemos a presença dos senhores Deputados, inclusive ao Deputado Geraldo Cruz cuja presença não havia sido anunciada. Está encerrada, portanto, esta sessão.

* * *

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ENSINO SUPERIOR

21/9/011

PRESIDENTE

DEPUTADO

CELSO GIGLIO – PSDB

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ENSINO SUPERIOR.

21/9/11.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Havendo número regimental declaro abertos os trabalhos da 7ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo com a seguinte pauta:

- 1 - Ouvir a professora Laura Laganá Diretora Superintendente do Centro Paula Sousa.

- 2 – Deliberar sobre requerimentos e questões relativas à programação.
- 3 – Outros assuntos de interesse da CPI.
- Solicito a secretaria à leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Para solicitar a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior e considerada aprovada. Registro a presença dos nobres Deputados Simão Pedro, Geraldo Cruz, Vitor Sapienza, Leci Brandão e este Deputado na Presidência. Nós estamos aguardando ainda por alguns minutos a professora Laura Laganá, que confirmou presença através de e-mail, ela que é a Diretora Superintendente do Centro Paula Sousa.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Nós recebemos uma pauta e me parece que há um requerimento de autoria do Deputado do PSOL e pediria que nós deliberássemos sobre isso enquanto aguardamos a vinda dela.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – É o que nós iríamos propor agora senhor Deputado. Existe um requerimento aqui sobre a mesa, do Deputado Carlos Giannazi destinado a Comissão Parlamentar de Inquérito do Ensino Superior.

Senhor Presidente Celso Giglio requeremos a Vossa Senhoria a inclusão na pauta dessa CPI a convocação do senhor Diretor Presidente da União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (UNIESP) José Fernando Pinto da Costa, para que preste informações sobre as inúmeras denúncias trabalhistas e baixo nível de ensino feitas por alunos, professores e pais, conforme cópia anexa da transcrição da Audiência Pública realizada nesta Casa no dia 29 de março de 2011.

Atenciosamente, sala das comissões 14 de setembro de 2011.

Carlos Giannazzi, Deputado.

É uma Audiência Pública onde se discutiu a crise da UNIESP.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu entendo Presidente que efetivamente que o Deputado Carlos Giannazi apresenta um requerimento interessante para essa comissão, mesmo porque, dessa forma condições de efetivamente entrarmos no âmago da questão no momento que se discute questão trabalhista se discute nível de escolaridade nós teremos condições de efetivamente de nós capacitarmos da real situação do ensino superior. Eu quero parabenizar o Deputado por essa iniciativa, se bem que muitas delas eu também sou crítico quando ele exagera nas ponderações dele, porém nesse caso específico eu quero parabeniza-lo.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Em discussão o requerimento do Deputado Carlos Giannazi. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os senhores Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. A nossa secretária entrará em contato com o senhor José Fernando Pinto da Costa acertando a data para a sua oitiva. Nós temos ainda um assunto para ser discutido que é uma visita a UNITAU por propositura do Deputado Simão Pedro, eu informo aos colegas se existe uma data preferencial para que a comissão se dirija a UNITAU, presente também o Deputado Geraldo Vinholi.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Em primeiro lugar eu quero dar um bom dia a todos os colegas da comissão. Senhor Presidente a minha sugestão em relação à questão da UNITAU me recordo que aqui foi denunciado pelos jovens dirigentes da UNE e da UEE, que essa instituição embora sendo uma autarquia municipal ela recebe mensalidades dos seus alunos não seja considerada, vamos dizer assim, uma universidade privada objeto desta CPI, mas por ser autarquia municipal ela está subordinada ao conselho estadual de educação e pela denuncia de que ela tem constantemente levado os alunos inadimplentes a ingressarem nas listas de instituições de defesa de proteção ao crédito e como já foi dito de forma ilegal, a minha sugestão é que a comissão pudesse marcar uma data e a secretaria consultar as agendas dos Deputados e a gente garantir que pelo menos fossemos em uns três Parlamentares, talvez não dê para todo mundo ir, mas de der para ir todo mundo é melhor porque dá mais peso, mas que a gente pudesse fazer uma visita aquela instituição e conversar com os alunos como já combinamos. Então, eu acredito que a gente possa estar chegando a um impasse nessa comissão se não tomarmos algumas atitudes, por exemplo, desprezo pelo convite feito hoje pela diretora Laura Laganá que nem ao menos justificou, agradeceu.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pelo contrário, ela confirmou a vinda através de e-mail e nós estamos imaginando que tenha acontecido alguma coisa, por isso que estamos dando esse tempo porque ela pode estar no trânsito.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – A minha sugestão é que a gente tirasse e Vossa Excelência pudesse coordenar a consulta da agenda dos Deputados para a gente fazer essa visita a UNITAU, a gente sai um pouco daqui e quem sabe e isso também nos traga mais informações a respeito do que vem ocorrendo. Eu estive na Audiência Pública da Comissão de Finanças que ocorreu em Taubaté e havia lá um diretor da UNITAU que queria conversar comigo individualmente, mas eu não achei muito correto e eu falei que a gente vai marcar uma visita da comissão e a comissão está aberta, mas de fato confirmei que houve esse tipo de denuncia que nós iríamos apurar. Então, a minha sugestão é que a gente pudesse fazer uma vista a instituição e ouvir os alunos, professores e diretores antes de fazermos qualquer juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu acho que os Deputados podem ir a qualquer unidade e informo a assessoria que se não sai do escopo da nossa comissão visitarmos uma universidade municipal, uma vez que a nossa CPI ela visa a apuração da real situação do ensino superior praticado nas instituições particulares, eu não sei se a comissão estaria investida de plenos poderes para uma visita, talvez o Deputado Vitor Sapienza com a sua experiência possa clarear um pouco a nossa dúvida.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu entendo que Vossa Excelência está totalmente com a razão, mesmo porque, em que pese algumas irregularidades que possam estar ocorrendo, nós iríamos entrar numa área que não é nossa competência, dentro desse contexto, eu queria aproveitar que nós tivemos aqui a presença do Presidente de um dos sindicatos o Napolitano e ele fez uma denuncia que essa nós deveríamos investigar, que seria o seguinte: que as concessões de bolsas segundo ele e ele deu inclusive a referência da Secretaria ou de quem de direito que comete algumas irregularidades, que aquela quantidade de bolsas que deveriam ser dadas aos alunos que fazem por merecer não teriam critérios, lembra que o professor Napolitano disse isso, aliás, quando ele até brincou que seria o meu primo, mas eu gostaria que Vossa Excelência entrasse em contato com ele e desse mais informações para que a gente possa trazer a pessoa aqui para ela nos esclarecer sobre aquela denuncia que ele fez e diz respeito ao ensino superior pago.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Eu gostaria de dar bom dia a Vossa Excelência aos demais Deputados e a Deputada Leci. Eu queria talvez ponderar um pouco essa posição do Deputado Vitor com relação faculdade de Taubaté, eu acho que o princípio como é uma instituição pública e no meu entender e que todas as instituições públicas sejam municipal, estadual ou federal, eu acho que vale a pena e é um direito e até um dever do Deputado poder acionar algo irregular, que possa fazer a solução não partira dessa comissão, mas pode partir uma solução para quem dirige a universidade em Taubaté eu queria entender melhor isso, mas a minha opinião é que eu acho que nós poderíamos versar sobre isso, porque ela lida com recursos públicos e acho que até às vezes mais do que a privada no meu ponto de vista.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Tudo que Vossa Excelência falou eu estou plenamente de acordo, eu só estou apoiando o objeto da CPI se Vossa Excelência chegar e dizer se a Comissão de Educação poderia fazer isso, eu estou totalmente de acordo, a minha ponderação e que foge a competência da nossa CPI então, de repente nós vamos abrir e não vamos fechar então, dentro desse quadro se aquela alegação trazida ou levada a Comissão de Educação eu estou totalmente de acordo, mas a nossa comissão nós estamos saindo fora do objeto dela, eu estou totalmente de acordo que tem recurso público e que tem que ser investigado, mas não por essa comissão.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – A UNITAU embora ela seja considerada uma autarquia municipal, ela cobra mensalidade ela é uma Fundação como se fosse uma Fundação Privada que tem vida própria então, se fosse assim por esse raciocínio nem essa CPI poderia funcionar porque não seria competência dessa Assembleia fiscalizar instituições privadas do ensino superior que é uma competência do MEC e seria uma competência dos Deputados Federais, não estamos considerando assim então, se for para limitar demais e depois que veio aqui um dos nossos convidados que faz uma denuncia e nós não vamos apurar, quer dizer, eu não sei para que nós estamos aqui.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Essa denuncia não foi feita aqui, foi em outra comissão.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Foi sim, senhor Deputado pelo Presidente da UNE.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Presidente a finalidade de uma CPI ela em determinados casos ela parte de denúncias e é investigativa, em quantas ocasiões nós tivemos aqui apurando irregularidades com inúmeras CPIs, mas em outras o conhecimento que se obtém nesta Casa numa CPI ela serviu para poder criar Leis, orientar o Governo, orientar os órgãos competentes e nasceram da CPI saídas muito importantes, como por exemplo, a questão do ICMS do álcool que foi na CPI dos Combustíveis, IPVA e tantas outras, quando esteve aqui o Presidente da UNE e da

UEE que trouxe esse problema que nós colocamos então, que seria bom uma visita em loco e o objetivo não seria só naquela faculdade, mais poder divulgar a ida dos Deputados para colher as informações tanto de professores, funcionários, funcionamento da faculdade, dos alunos e apurar dentro daquilo que dizem o que pode servir para essa CPI, foi dito mais de podermos além dessa de Taubaté que marcássemos em lugares estratégicos do Estado de São Paulo para poder reunir a região toda e dar até uma certa visibilidade a CPI empenhada nisso, mesmo porque, a demanda e muito forte quando nós estamos aqui que você coloca num twitter num facebook que estamos tratando de tal assunto o retorno e muito grande, a necessidade é muito grande as pessoas se interessam muito. Então, eu acho valido primeiro a ida a Taubaté que pudesse à noite ou num dia em que as pessoas possam participar de toda a região não especificamente naquela faculdade, mas que seja naquela faculdade ou num lugar próximo com enfoque para aquela faculdade, mas para toda a região e que pudéssemos também em tempo hábil e antes de finalizarmos esses trabalhos num esforço dos membros desta comissão, que pudéssemos ir a três ou quatro regiões do Estado, eu acho que esse assunto e muito pertinente e acho que daria a Assembleia Legislativa uma visibilidade que é importante.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Tendo em vista as ponderações do Deputado Cruz e do Deputado Geraldo Vinholi, eu reformulo o meu ponto de vista e passo a apoiar à ponderação da visita a faculdade.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Bom dia ao senhor e aos nossos queridos amigos aqui. É só para sublinhar o que disse o Deputado Geraldo Vinholi, eu estive recentemente na posse dos alunos da UNE da nova diretoria e num discurso inclusive da nova diretoria foi citada a participação e a atuação da CPI do Ensino Superior Privado, quer dizer, os próprios estudantes falaram lá para os seus colegas publicamente da importância e também deles terem sido convidados para vir aqui para dar os seus depoimentos, apenas para dar mais ênfase até para o que o Deputado Geraldo Vinholi acabou de dizer, todo mundo está gostando muito da existência dessa CPI.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu coloco em votação a vista da comissão a UNITAU. Os senhores Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu colocarei a secretaria em contato com a universidade e com o gabinete do senhor Secretário tentando aprazar uma data para que os maiores números de colegas possam ir a Taubaté visitar esta unidade. A senhora secretária foi até a sua sala segundo sua informação buscar um e-mail, no qual a senhora Laura Laganá teria inicialmente confirmado a sua vinda e depois substituindo a sua vinda pelo envio de um professor para estar aqui durante a nossa CPI, a pessoa não está presente pelo que fomos informados, eu coloco aos senhores Deputados a respeito do próximo passo se seria um novo convite ou a convocação da senhora Laura Laganá.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Antes de nós passarmos para esse assunto, seria interessante que nós abordássemos o seguinte aspecto, eu entendo que uma pura visita não vai resolver o nosso objetivo, eu acho que Vossa Excelência deveria entrar em contato talvez em um local neutro como a Câmara Municipal de Taubaté, se for o caso, avisar o objetivo da Audiência Pública, a fim de verificar isso e dar condições da diretoria da entidade e também a quem representa os alunos em fazer as diversas colocações e teremos aquela divulgação que o Deputado Geraldo Vinholi colocou bem, divulgação de toda região e nós envolveríamos tudo isso. Então, dentro desse quadro, se Vossa Excelência for entrar em contato com a diretoria da faculdade nós já estamos mais ou menos perdendo um pouco de espaço, se Vossa Excelência entrar em contato com a Câmara Municipal de ou com a Prefeitura, ou seja, lá quem for, na cidade de Taubaté num campo neutro e numa Audiência Pública nós teríamos toda a exposição que se faz necessária para a importância dessa comissão.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu acato também a posição do nobre Deputado Vitor Sapienza, eu acho que nós num campo neutro com o convite prévio aos representantes e aos diretores da UNITAU, para que estejam presentes eu penso que nós estaremos atingindo o nosso objetivo de forma mais eficaz.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Eu acho que nessa linha a comunicação é muito importante não só para os alunos, mas para a direção também que possa se discutir o assunto é que possam ser mapeadas todas as faculdades da região e também estender o convite. Em segundo lugar eu gostaria de reiterar que fizéssemos aqui, eu não sei se pelos próprios Deputados participantes ou pela Secretaria um levantamento onde seria possível em outras regiões, não precisamos ir em 10 regiões, mas em duas ou três regiões, por exemplo, Catanduva eu não vou sugerir que se leve a Catanduva, mas talvez São José do Rio Preto, Catanduva tem uma faculdade que também é uma Fundação como essa de Taubaté tinha três mil alunos a quatro anos atrás e tem oitocentos agora estão fechando os cursos e tem reclamação diária, numa hora em que está se implantando faculdades em todos os lugares lá está se fechando. Então, eu tenho a impressão de que uma

audiência em São José do Rio Preto, que pode ser uma sede maior levar mais faculdades, que tenham problemas que a gente não conhece pode ser importante então, eu gostaria de reiterar pra que se fizesse e cada Deputado pudesse sugerir quais as regiões duas, três ou quatro regiões que nós não vamos ter tempo de fazer em muitas ou a própria Secretaria fizesse um levantamento e que pudéssemos trazer na próxima reunião um cronograma para isso.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Em discussão a propositura do Deputado Geraldo Vinholi.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Eu gostaria de saber quais são os próximos calendários da comissão.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Seria proximamente o professor Celso Lafer da Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo e a professora Madalena Grasco Peixoto do Conselho Nacional de Técnicos em Administração.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Então, senhor Presidente dado o tempo da comissão, seria necessário primeiro tirar essa data de Taubaté como já foi definido pela comissão de entrar em contato com a Câmara conforme a sugestão do Deputado Vitor e dar uma publicidade para essa audiência.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós vamos acatar as sugestões, as propostas que partiram dos senhores Deputados.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Eu acho que o Deputado Geraldo Vinholi tem as suas razões, que a comissão de visitar mais de uma, mas sugeriria que primeiro nós fizéssemos esse calendário e depois fazemos uma avaliação para decidir se visitamos outras.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Se foi positiva a visita ou não.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Isso, até mesmo pelo tempo e o calendário da comissão e se for o caso, por exemplo, nós temos aqui Santo André tem uma também semelhante à de Taubaté. Então, essa é a sugestão ao Deputado Geraldo Vinholi se nós fizéssemos esse calendário e depois refletir um pouco sobre as visitas.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu vou sugerir umas datas aqui da semana que vem, quarta- feira, por exemplo, à noite eu não sei quanto tempo se leva até Taubaté uma hora e meia, duas horas.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Eu sugeriria que a partir de Vossa Excelência faça o contato com a Câmara de Taubaté e discuta um pouco qual é o melhor horário para eles e nós avisamos talvez daqui a uns 15 dias, porque eu sei se oito dias dá tempo de se fazer tudo isso, fica a ideia para Vossa Excelência depois passar o convite para nós.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós vamos marcar e espero que na próxima reunião nós já tenhamos essa data aprazada. O nosso próximo passo e se reconvidamos a professora Laura Laganá ou se fazemos a convocação.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Senhor Presidente, nessa sugestão anterior que Vossa Excelência acatou de reavaliar os trabalhos da comissão, já que a professora Laura não veio, eu não sei se reconvoca ou convoca a minha sugestão continua sendo de concluir essa pauta que nós definimos e não sei se é possível apresentar um pré-relatório, para que a gente pudesse avaliar se vale a pena depois convidar novamente ou não então, é só uma sugestão para ser observada.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Em discussão. Informe dos senhores Deputados qual a opinião a respeito do convite ou convocação da senhora Laura Laganá. Eu gosto de expressar com muita sinceridade a minha posição, eu acho que nós não estamos aqui brincando, eu acho um desrespeito muito grande não vir ninguém e não sermos notificados de forma correta a ausência das pessoas, poderemos dar a ela uma nova oportunidade ou então, poderemos convoca-la. Coloco a decisão nas mãos dos senhores.

O SR. GERALDO VINHOLI – PSDB – Conhecendo a professora Laura Laganá que é uma pessoa que recebe a todos independente de partido e tem realizado um trabalho excepcional no Estado de São Paulo, vamos convida-la novamente e tenho certeza que ela virá, depois partiríamos para uma convocação, mas tenho certeza que não vamos precisar.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Registrando no convite que nós lamentamos a ausência dela e de seu representante.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu presido a Comissão de Ciência e Tecnologia e nós tivemos a oportunidade de ouvi-la e confirmo totalmente o que o Deputado Vinholi expôs, ela é atenciosa, eficiente e alguma coisa aconteceu, mesmo porque, nós já tínhamos tido um problema com o próprio Secretário, mas com ela nós não tivemos problema então, dentro desse contexto, eu endosso a posição do Deputado Geraldo Vinholi no sentido de reiterar o convite.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Eu não conheço pessoalmente a Diretora Superintendente Laura Laganá, mas sei da sua eficiência perante o Paula Sousa vejo muitas matérias e já ouvi muitas pessoas aqui em São Paulo falarem a seu respeito e por isso quero endossar a posição do nobre Deputado Geraldo Vinholi.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu tinha feito uma sugestão a Vossa Excelência com referência ao Presidente do Sindicato o Napolitano, que Vossa Excelência determinasse a secretária que entrasse em contato e ver qual a unidade que ele mencionou e eu tendo de posse a informação eu entro com um requerimento pedindo a convocação do responsável para ele vir aqui nos esclarecer o problema das bolsas, lembra que o Presidente do Sindicato fez acusações e nós não sabemos lendo qual é a entidade, eu acho que devo ter o registro se a secretária me passar eu entro com requerimento e se Deus quiser na próxima reunião a gente aborda esse problema.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Voltando ao assunto anterior para encerrá-lo então, refazemos o convite a professora Laura Laganá, lamentando a ausência da instituição nesta CPI. O professor Celso Napolitano segundo a nossa secretária encaminhou um e-mail com as denúncias e passará esse e-mail aos senhores Deputados hoje ainda para que nós possamos tê-los na próxima reunião.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu sugeriria se nós tivéssemos o nome da entidade ou o nome da unidade da Secretaria da Educação que é encarregada de fazer isso, nós vamos fazer um requerimento pedindo que o responsável viesse aqui nos esclarecer a respeito dessa denuncia.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Então, além das denúncias a identificação do setor responsável e convidar um dos seus membros diretores ou alguém que possa falar em nome para proximamente estar aqui na nossa comissão, a senhora secretária encaminhar hoje ainda o teor das denúncias aos senhores Deputados.

Nada mais havendo a tratar está encerrada a presente reunião.

* * *

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ENSINO SUPERIOR
28/09/2011

PRESIDENTE – DEPUTADO
CELSO GIGLIO - PSDB

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ENSINO SUPERIOR

28/09/2011

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Havendo número regimental declaro abertos os trabalhos da oitava reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de apurar a real situação do Ensino Superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo, com a seguinte pauta. Ouvir a Professora Laura Laganá, Diretora Superintendente do Centro Paula Souza, ouvir a Professora Madalena Guasco Peixoto, Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Educação, CONTEE. Ouvir o Professor Celso Lafer, Presidente da FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Deliberar sobre requerimento e questões relativas à programação e outros assuntos desta CPI.

Solicito à Secretaria a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Primeiro eu quero pedir dispensa da leitura da ata e segundo eu quero fazer uma proposta para V. Exa., depois que V. Exa. colocar este pedido em apreciação eu quero fazer outro pedido logo a seguir.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Seu pedido é regimental e está dispensada a leitura da ata anterior, aprovada a ata da reunião anterior. Eu quero registrar a presença dos nobres Deputados Simão Pedro, Geraldo Cruz, Vitor Sapienza, Adilson Rossi e este Deputado na Presidência. Pela ordem, Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu queria sugerir à V. Exa., como V. Exa. mencionou que há requerimentos a ser apreciados pelos colegas Deputados que não deixasse isso para o final da sessão porque pode acontecer a ausência de um ou outro e eu quero deixar claro a V. Exa. que este Deputado tem uma audiência às 12 horas na Secretaria e deverá se ausentar às 11 e meia e gostaria de participar na votação, nessa inversão que V. Exa. deverá fazer.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado, eu solicito informação, mas não temos nenhum requerimento aqui na Mesa.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – V. Exa. falou então, eu entendi mal. V. Exa. falou outros assuntos de interesse da Comissão e eu imaginei que esses outros assuntos fossem requerimentos.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Não. Não há nenhum, eventualmente poderão surgir outros assuntos de interesse da Comissão até o final.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Satisfeito com (ininteligível) por Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Temos na verdade aqui um ofício do Deputado Itamar Borges.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Mais uma, eu quero esclarecer o seguinte, na convocação que foi feita por V. Exa., está no item quatro, deliberar sobre requerimentos. Senão, de repente, eu falei, eu li isso aí, está aqui, item quatro deliberar sobre requerimentos, por isso que eu me atrevi a fazer este pedido a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Porque na verdade alguns Deputados apresentam durante a sessão requerimentos, então nós deixamos este item para

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Sabe o que acontece? Na medida em que o tempo vai passando e vai ficando mais idoso a gente pensa que pode ter feito alguma confusão. Fico contente quando alertado pelo Deputado Adilson que eu não estou tão senil ainda

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – E nós temos muito ainda a aprender com V. Excelência, Deputado.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Bondade de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Com os meu cumprimentos me sirvo da presente para apresentar escusas e justificar a minha ausência na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Na próxima reunião estarei presente. Valho-me para expressar a oportunidade a V. Exa. e aos nobres Deputados protestos de estima e consideração, Deputado Itamar Borges.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Geraldo Cruz.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Um esclarecimento, Senhor Presidente. A Comissão aqui consta, se não me engano nove membros e normalmente a reunião tem acontecido com um número de cinco ou no máximo seis. É previsto alguma coisa quando há mais de uma ausência, duas ausências a exclusão dessas pessoas? Eu não me lembro Senhor Presidente, pode ser que seja até por falta de observação, mas eu não tenho observado a presença de outros a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Nós estamos encaminhando à Secretaria essa questão e nós a responderemos assim que possível.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - A ponderação do Deputado Geraldo Cruz procede. No nosso Regimento é previsto somente as ausências em Comissões Permanentes, em CPI não é previsto. Interessante, quero dar razão e parabenizar ao Deputado Geraldo Cruz, que na hora que forma a CPI todo mundo quer entrar e sempre ficam os mesmos segurando as pontas, porque eu entendo que V. Exa. está agindo direitinho e bem, encaminhando essa ponderação do Deputado Geraldo Cruz à Administração, aos colegas e à Presidência da Casa porque fica muitas vezes até desmoralizante para a CPI nós termos tanta gente indicada e poucos participam.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Nós encaminharemos essa consulta a quem de direito na Casa, Deputado.

Nós queremos convidar a Professora Madalena Guasco Peixoto que é Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Educação para tomar assento à Mesa. Queremos convidar ao Sr. Carlos Henrique de Brito Cruz que representa o Sr. Celso Lafer da FAPESP. Queremos chamar também a Professora Mariana Fraga Soares que representa a Professora Laura Laganá.

Nós estaremos deixando os microfones à disposição para um tempo estabelecido de 20 minutos para cada apresentador. Com a palavra então, a Professora Madalena Guasco Peixoto.

A SRA. MADALENA GUASCO PEIXOTO – Bom dia senhores Deputados e senhor Presidente. Eu quero em primeiro lugar agradecer o convite para participar desta CPI e queria apenas esclarecer o seguinte, a entidade que eu represento chama-se Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

É uma Confederação que congrega atualmente mais de 800 mil trabalhadores na base. Nós congregamos sindicatos e federações de docentes e de técnicos administrativos que atuam na Educação Superior. Então a minha confederação não é apenas de técnicos, mas de docentes e técnicos administrativos que atuam na Educação Superior. Portanto é uma confederação representativa porque nós sabemos que a Educação Superior principalmente privada da década de 90 para cá cresceu assustadoramente. Isso também faz com que o número de trabalhadores que atuam na Educação privada cresça em todo o país.

Em primeiro lugar gostaria de dizer o seguinte, a CPI pelo que eu pude me informar está querendo discutir a qualidade da Educação Superior no Estado de São Paulo na rede privada exatamente.

Com relação à qualidade nós não tínhamos no Brasil um órgão de regulação da Educação Superior, com a criação e aprovação do SINAES, o Governo Federal através do Ministério, através do chamado Decreto Ponte resolveu fazer a regulação da Educação Superior via avaliação.

Então é uma coisa específica do Brasil que ao invés de termos lei de regulação nos temos uma Lei de Estado que é a Lei da Avaliação e essa Lei de Avaliação através de um decreto ponte fica servindo também para fazer a regulação da Educação Superior.

Nós da Confederação consideramos isso um avanço, ter uma Lei de Estado que discute a qualidade da Educação Superior Privada, até porque a Educação Superior Privada está ligada ao

Governo Federal através do Ministério da Educação, mas achamos insuficiente o fato de termos uma regulação vinculada apenas à avaliação.

Apesar disso os dados de avaliação, os ciclos avaliativos têm mostrado que apesar de todo esforço nós continuamos com uma baixa qualidade da Educação Superior no Estado de São Paulo, no Brasil todo, mas no Estado de São Paulo.

Os dados demonstram que poucas são as instituições que conseguem tirar nota três na avaliação. A maioria tem nota dois ou menos o que equivale à péssima qualidade já que os referenciais de avaliações são bem flexíveis, mesmo as avaliações do SINAES.

Mas eu vou aproveitar a oportunidade para falar de um fenômeno novo que eu acho que deve chamar a nossa atenção e também ser de nossa preocupação que é o que nós estamos chamando na Confederação de Desnacionalização da Educação Superior Brasileira.

A Desnacionalização da Educação Brasileira é um fenômeno novo na história da Educação Brasileira de Educação Superior. Ela começa em 2005 e é produto da expansão desenfreada que ocorre na década de 90.

A LDB propiciou a formação de cinco tipos de instituição de Educação Superior e propiciou a existência de universidades com (ininteligível) de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou seja, universidades por área de saber e apenas de Ensino.

Isso auxiliou concretamente a expansão das chamadas universidades que na verdade não são de fato universidades porque não congregam Ensino, Pesquisa e Extensão, em geral são universidades de ensino.

Com a instituição da avaliação começam a existir algumas universidades que passam a oferecer Extensão, poucas oferecem Pesquisa, muito poucas, mas começam a oferecer Pesquisa através da criação de Pós-Graduação (ininteligível), mas em geral são muito poucas. Então o que agente considerava que estava sendo um avanço do ponto de vista da constituição de universidade de qualidade, em 2005 com o que a gente está chamando de desnacionalização está ocorrendo um retrocesso.

O que nós estamos chamando de desnacionalização? Uma acelerada formação de conglomerados econômicos no campo educacional da Educação Superior que passaram a atuar na Bolsa de Valores realizando abertura de capitais através da oferta pública de ações.

Então até mais ou menos 2005 a maioria das instituições de Educação Superior eram sem fins lucrativos, se declaravam sem fins lucrativos. De 2005 para cá começa a mudar este panorama, as instituições passam a se declarar com fins lucrativos porque interessa a estas instituições ou se colocarem a venda ou participarem da compra de outras instituições e estão formando o que agente está chamando de conglomerados.

Neste mês mesmo nós tivemos por parte da Anhanguera a compra da Unibam aqui em São Paulo e isto, só para os senhores Deputados saberem, nós vamos ter um problema muito grave em São Paulo.

ABC e Osasco nós só temos agora Anhanguera e Metodista. Se um professor for demitido da Anhanguera ele não consegue mais emprego no ABC e nem em Osasco. Isso é um fenômeno que está acontecendo no Brasil inteiro e é um fenômeno sério porque isso representa monopólio. Mesmo considerando que existe na Constituição Federal um artigo que a Educação é livre a iniciativa privada, ela é regulada pelo Estado e como Educação, ela tem responsabilidade social.

Hoje nós vivemos uma situação em que, primeiro, o que vai reger estas instituições será melhorar as ações ou tornar obviamente para os acionistas, aquelas ações lucrativas, e em segundo lugar, o que vai interessar na verdade é a concepção de uma Educação como mercadoria e isso mexe, reestrutura a Educação Superior Brasileira e também no Estado de São Paulo.

Como eu acabei de dizer, no caso, por exemplo, da Anhanguera que comprou a Uniban, o docente ou o técnico administrativo daqui a pouco se for demitido de uma grande corporação desta ele não consegue mais emprego no Brasil todo. Ele terá que mudar de profissão porque não conseguirá mais emprego uma vez que isso vai se tornando cada vez maior esses conglomerados e esse monopólio.

Então são estes grupos. Então a Educação brasileira encontra-se cada vez mais nas mãos do capital especulativo o que é uma coisa nova. Porque nós temos uma contradição no Brasil entre o capital produtivo e o capital educacional. Porque o capital produtivo precisa de uma Educação Superior de qualidade.

Aonde ele encontra uma Educação Superior de qualidade? Nas federais, é onde ele encontra. Se apesar de todo o sucateamento que ocorreu na década de 90 para cá das universidades públicas, continua sendo a universidade que faz pesquisa, continua sendo a universidade que produz conhecimento.

Então o capital produtivo procura qualidade e onde ele encontra os melhores profissionais? Ele encontra o melhor profissional formado pela rede pública. Então existe uma contradição de fato entre o capital produtivo e o capital educacional. O objetivo do capital educacional é o lucro e se é o lucro ele vai tentar diminuir o salário dos seus professores, dos seus técnicos, vai na medida do possível otimizar todos os gastos, inclusive gastos de investimentos com pesquisa, com extensão, investimento deste tipo que obviamente mexe com a qualidade da Educação que ele está oferecendo.

Então nós temos esta contradição e agora é uma contradição nova porque é uma contradição entre o capital produtivo e o capital especulativo que passa atuar na Educação Brasileira.

Esse capital especulativo o que também nos preocupa, primeiro porque como é especulativo ele não está preocupado nem com o desenvolvimento nacional. Ele é um capital que entra e sai do país a depender dos interesses da lucratividade que este capital tem.

Então nós temos aí uma mudança também nas características da Educação Superior porque se antes algumas das instituições privadas se declaravam publicamente de responsabilidade, com a aquisição destas instituições por corporações cujo objetivo é melhorar ou conseguir proliferar o capital especulativo, essas instituições acabam por não se colocar mais como responsabilidade social, uma vez que ao capital especulativo não interessa desenvolvimento de nenhuma nação soberana.

O pior é que os dados mostram que este capital é especulativo e não é brasileiro, é um capital internacional. Os grupos que atuam no Brasil são grupos ligados ao capital internacional. Mais sério ainda, nós temos um capital que não é produtivo, um capital especulativo cujo objetivo é melhorar o seu lucro, e pior, é um capital especulativo que não é nem brasileiro. Portanto pior fica porque não é de interesse deste capital melhorar os quadros formados pela Educação Superior Brasileira.

E nós sabemos e torcemos para que o Brasil se desenvolva, aliás, no noticiário diz isso, o Brasil está se desenvolvendo, o Brasil tem um apagão de mão de obra, o Brasil precisa de engenheiros. Obviamente que a falta de engenheiros que nós temos no Brasil foi produzida por políticas públicas. Que acabou com o nosso parque naval, com o nosso setor produtivo. Para que servia um engenheiro? Para ser motorista de taxi como muitos engenheiros se tornaram taxistas nesse período. Hoje nós temos um apagão porque não se incentivou a formação de profissionais para o desenvolvimento nacional.

Agora nós temos outro problema que além do apagão, nós temos instituições de Ensino Superior cujo objetivo tanto em São Paulo como em qualquer outro Estado desta nação não será a formação dos profissionais. Seja para a área de Educação, seja área de ponta, de Ciência e Tecnologia, qualquer que seja a área, porque o interesse destas instituições é melhorar o seu lucro para que suas ações sejam convidativas na Bolsa e, portanto seus acionistas ganhem muito dinheiro com a Educação Superior Brasileira.

Então, Senhores Deputados, eu trago aqui estes dados, eu deixei registrado aqui um material da Confederação sobre esta questão gravíssima para que os Senhores tenham acesso, mas esta preocupação que eu trago é pública. Não é porque os Jornais inclusive têm debatido esta questão e noticiaram como eu disse há pouco tempo da Anhanguera que comprou a Uniban por um preço de 550 milhões de reais.

Então, o que eles têm movimentado na Bolsa é tudo nessa ordem de 800 e estão crescendo de tal forma que são instituições que hoje têm mais de 3000 alunos. Tem instituições, a Estácio de Sá está em 52 municípios e tem mais de 300 mil alunos.

Nós estamos falando de um número significativo de jovens que estão na mão deste capital cujo interesse não será formá-los com qualidade.

É claro que eles vão se adaptar às regras do SINAES e se não se adaptarem eles vão fazer bastante pressão para que a Lei do SINAES se altere e mude porque eles também, não sabemos, possuem correlação de força e essa correlação de força é assim que se faz política e obviamente são as regras. Infelizmente ou felizmente porque vivemos uma democracia, e, portanto, o jogo é jogado por todos. Mas de fato é essa a nossa preocupação.

E eu termino dizendo que a Confederação que represento está à disposição, se for necessário mais algum esclarecimento nós estamos à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – A Professora Madalena tem, segundo informação um compromisso a seguir, então nós vamos abrir para o plenário os microfones para que possam fazer perguntas a ela.

Mas eu queria acrescentar, professora que a gente assiste não surpreso, a gente conhecia estes dados, mas vendo a senhora com tanta firmeza e categoria afirmá-los, a gente vê estes dados com muita tristeza porque o acesso às universidades públicas só tem os alunos de mais alta renda, estes que estudaram em escolas particulares, fizeram cursinhos sofisticados e acabam usando as vagas das universidades públicas. Para os estudantes de classe mais baixas, mais pobres, restam apenas irem para as faculdades particulares pagando as mensalidades com muita dificuldade e quando terminam o curso sentem-se inferiorizados no Mercado de Trabalho.

Eu estes dias, isto eu realmente não sabia, fiquei surpreso, que existem agenciadores de estudantes, a Grande Imprensa publicou, não sei se o Estado ou Folha, agenciadores de alunos para estas universidades particulares. Então, estas universidades pagam para determinadas entidades, tenho a impressão de que os colegas também leram esta, pagam para estas entidades para encaminhamento de alunos para as faculdades.

A gente vê isso com muita tristeza e o nosso pensamento ao fazer a propositura da criação desta CPI, embora nós saibamos que é competência maior é do Governo Federal, nós queremos estar com a nossa atenção denunciando para os órgãos competentes aquilo que ocorre e que me parece tantas e tantas pessoas fecham os olhos e deixam o (ininteligível), enfim, a gente vê isso tudo com muita tristeza.

Mas nós queremos cumprimentá-la por sua clareza, firmeza e postura aqui nesta Comissão. Com a palavra os senhores Deputados.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Cumprimentar a todos os colegas, ao Presidente, aos nossos convidados, agradecer a presença. Também cumprimentar a Professora Madalena pela objetividade da exposição.

Professora Madalena, como a senhora é Presidente de uma entidade que representa os trabalhadores, a senhora deu um quadro muito interessante. A pergunta é como a senhora avalia, como faz uma análise da situação dos trabalhadores, professores, funcionários técnicos dessas instituições privadas principalmente aqui no Estado de São Paulo.

A SRA. MADALENA GUASCO PEIXOTO – Nós sempre denunciamos como têm sido tratados os professores e técnicos administrativos. Os professores nas instituições de Ensino Superior são horistas em sua maioria. Apesar da LDB exigir que um terço dos docentes nas universidades sejam contratados por tempo. Quando o SINAES foi criado essa regra da LDB começou a ser mais cobrada pelas avaliações. Aí o Patronal da Educação Superior fez o contrato de tempo nas universidades, só que ele paga separado. Ele paga a hora/aula um valor e ele paga o que ele chama de tempo fora.

Esse tempo que é fora o professor não faz pesquisa, ele fica lá à disposição da instituição ganhando em holerites separados, alguns holerites são separados, ele vai ganhar por um trabalho, a instituição não considera como docente. O que prejudica obviamente entre outros problemas, prejudica na hora em que ele vai se aposentar porque acaba se aposentando com salário bem menor, então isso é o docente.

O técnico administrativo tem uma situação diferenciada porque a ele é delegada um trabalho que é de docente a um preço bem menor do que deveria ser pago como Coordenador de Curso. O SINAES obrigou agora que o Coordenador de Curso seja um docente através da avaliação, mas antes não era. Só que ele ganhava como técnico administrativo fazendo uma função de docente e trabalha mais do que 40 horas semanais. Agora com a desnacionalização nós temos uma novidade porque o RH dessas corporações acontece em um lugar. Supondo, eu fui demitida da Anhanguera lá no Mato Grasso do Sul, aí eu venho homologar em São Paulo porque o RH da Anhanguera é em São Paulo.

Então nós estamos tendo um problema agora do ponto de vista da organização das relações de trabalho nova, porque antes a gente fazia as negociações via Sindicato e federações com a patronal. Agora quem é o patronal e qual a federação que negocia? Porque se eu trabalho no Mato Grosso do Sul e a Central de RH da Instituição é em São Paulo, a quem eu respondo? A negociação que foi feita com o patronal de São Paulo (ininteligível), é isso o que rege as minhas relações de trabalho? Ou a do Mato Grosso do Sul onde eu estava dando aula? E na indefinição desse tipo quem vai sofrer é o trabalhador e as instituições vão se aproveitar desta indefinição criada pela própria expansão delas o que trará para nós um grande problema.

Não sei se eu respondi Deputado, a sua questão.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Continua a palavra aos senhores Deputados.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Presidente?

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Geraldo Cruz.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Eu só queria fazer um comentário aqui, talvez a professora pudesse comentar depois. Ela falou do monopólio das universidades que está se concentrando, em São Paulo acho que duas ou três está comprando todas. Mas quem regulamenta isso é o MEC. Quem autoriza essas compras também e se que movimento a Confederação tem feito no sentido de propor alguma coisa ao Ministério da Educação, ao MEC que impeça isso.

Além disso, nós observamos, a Anhanguera comprou uma que era a Faculdade Taboão da Serra, mas foi vendida para a Anhanguera e aí o proprietário abriu outra em outro município, não sei com qual intenção se não é depois também vender para a própria ou outra. De certa forma é uma especulação financeira, na sua declaração o que constata é o que a gente vem observando nessa questão, que é a Educação deixando de ser um direito para ser um espaço de exploração de capital sem que com isso se preocupe com a qualidade do ensino o que é mais grave ainda. Só acrescentar esse comentário.

O que vocês têm proposto ao MEC ou ao Ministério, o objetivo também desta Comissão até por muitas questões ou quase todas das faculdades particulares está ligada à questão federal, o Estado pouco pode fazer. Mas acho que também não dá para ficar de braços cruzados enquanto o estado tem seus limites, mas também impedir que essas coisas aconteçam. Acho que é um direito,

um poder de polícia também do Estado pudesse ajudar também ao MEC nesta questão de uma legislação que fosse mais rigorosa para que de fato a gente

Porque ela vinha com, é uma necessidade que a população sente de pedir mais faculdade, mas não teve um cuidado de alguém que pudesse controlar para que essas faculdades de fato, com qualidade de ensino melhor, que pudesse ajudar no desenvolvimento do Brasil o que não é o caso.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS – Pela ordem, Presidente. Dentro da mesma linha complementando

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Vitor Sapienza.
O SR. VITOR SAPIENZA - PPS – O Deputado Geraldo Cruz está levantando, eu fico surpreso com a manifestação de V. Exa. mesmo porque nós aqui na Assembleia nos deparamos com dificuldades de criação de CPI. Eu entendo, eu até em cima de uma sugestão dadas em uma dessas audiências pelo Deputado Simão Pedro, eu pedi e vou dar um nome ao contrário do que muita gente fala e não dá nome. Eu pedi ao Deputado Milton Monti que encabeçasse um pedido de CPI a respeito da entrega do Ensino Superior Privado a forças estrangeiras. Mesmo porque, lá afora tudo V. Sa. mencionou tem o problema de formação filosófica.

Eu digo isso, eu tenho uma filha que está fazendo faculdade, de repente eu tenho que me deparar com ela mudando, expondo algumas ideias diferentes daquelas que ela recebe na faculdade por quê? O que também é uma forma de eu fazer uma lavagem cerebral principalmente na juventude.

Então, dentro desse quadro o que eu estranho é que V. Sa, representando uma confederação com tanta força não tenha encaminhado um pedido aos Deputados Federais de abertura de uma CPI.

Mesmo porque eu me deparo com uma situação aqui que muitas vezes eu sou oponente a algumas ideias do PT e outras vezes eu apoio, aqui o PT exige CPI e muitas vezes eu concordo com ele, porque no momento em que existem cinco não pode ter a sexta, porém a Confederação tem uma linha direta com o PT. Então eu entendo que V. Sa. deveria encaminhar tudo o que está dizendo para a Câmara Federal no sentido de abertura urgente de uma CPI, porque o que a senhora está trazendo para nós é muito grave.

Então, dentro deste quadro eu concordo com V. Sa quando diz capital especulativo, tudo o que disse. Eu só estranho que V. Sa. através da Confederação não encaminhou ou não tenha encaminhado no sentido de pedido de abertura de CPI, porque isso é um assunto muito grave e merece uma atenção muito especial da nossa Câmara Alta.

A SRA. MADALENA GUASCO PEIXOTO – Nós, quando o Ministro, era o Ministro Tarso Genro, eu não sei se os senhores estão lembrados, nós fizemos uma grande mobilização nacional por uma reforma da Educação Superior. Esse PL é o PL 7200. Nesse PL nós mudávamos o capítulo da Educação Superior da LDB dizendo o que era de fato universidade, resgatando a dissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, falando sobre Democracia porque outra coisa que a rede privada não gosta de ouvir é a palavra democracia, apesar de a gente viver em um Estado democrático, dentro das instituições essa palavra não existe.

O SR. - Só um aparte dentro do que V. Sa. está expondo, o seguinte, não podemos também nos esquecer que a própria Imprensa de certa forma é manipulada porque hoje as grandes empresas de publicidade, a gente cansa de ver páginas e páginas das universidades, páginas inteiras. Universidade FMU, Anhanguera, e eles não têm muito interesse de explorar com profundidade o assunto que V. Sa. com muita propriedade nos traz, porque quer queiramos quer não, existe também infelizmente uma manipulação por parte da Imprensa.

A SRA. MADALENA GUASCO PEIXOTO – É, um poder econômico com grande influência. Então nós nesse PL, nós construímos este PL e no artigo sétimo regulamentava o capital internacional nas mantenedoras, e, aliás, resolvia também um problema que nós temos aqui na Educação Superior Brasileira que é essa confusão entre mantenedora e mantida.

A nossa Constituição dá autonomia universitária às mantidas e não às mantenedoras. Só que no Brasil se compreende que quem tem autonomia é a mantenedora e não a mantida. Aliás, existe essa confusão.

Então, o PL 7200 regulamentava também o que é uma mantenedora e uma mantida, o que é uma instituição educação, o que é uma mantenedora e dizia, na mantenedora não pode ter mais do que 30% de capital internacional caso venha a ter.

Nós sabemos, este PL está engavetado na Câmara e obviamente porque, a gente sabe qual é a correlação de forças que existe lá na Câmara Federal e nós lutamos com a correlação de forças e obviamente que a Confederação não está de braços cruzados. Nós com o Ministro da Educação, já discutimos várias vezes essa questão, nós já conversamos com Deputados que estão interessados nesta questão e inclusive já pedimos uma audiência pública. Estamos com esta audiência pública no Senado já agendada para discutir essa questão.

Então nós estamos trabalhando politicamente dentro da correlação de forças, agora, é fundamental já que esta Casa se colocou e colocou com grande importância esta CPI que é fundamental, nós estamos discutindo o futuro dos nossos jovens, que esta Casa nos ajude como

Confederação a fazer pressão no Governo Federal, com os Deputados Federais, Senadores que se discuta de fato esta questão, eu concordo com o Deputado, é muito séria.

O SR. – Pela ordem, Presidente.

O SR. – Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem.

O SR. – Eu sugeriria à V. Exa., Presidente, na qualidade de presidente, que determinasse que através dessa Comissão saísse uma moção endereçada ao Governo Federal no sentido do pedido de uma CPI a respeito da matéria que nós estamos abordando. Que V. Exa. como Presidente propondo, com a assinatura de todos os membros, nós seremos dentro daquilo que a professora colocou bem, mais um instrumento de pressão em cima de uma coisa muito séria.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Teremos que encaminhar então, ao Legislativo, não é senhor Deputado?

O SR. – Senhor Presidente

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Uma vez que a CPI é de autoria do Legislativo.

O SR. – Não! O que eu digo é o seguinte, V. Exa. pode encabeçar na qualidade de Presidente desta CPI uma moção, nós assinamos, ela passa pela Comissão respectiva e depois nós encaminhamos mediante aprovação pelo Plenário para o Governo Federal.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Geraldo Cruz, depois o Deputado Simão Pedro.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Acabou despertando aqui alguma coisa que precisa acrescentar mais um comentário aqui. É verdade que a CPI aqui na Assembleia tem um limite, mas ela pode servir como resultado final, como pressão na mudança na Legislação. Mas é importante ressaltar, talvez de repente uma CPI que parecia que não tinha tanta importância venha trazer a tona algumas questões que eu acho que é fundamental.

Primeiro é a constatação que o Ensino público brasileiro tem sido deteriorado nos últimos anos e o Governo Federal através do Governo Lula começou a recuperar e uma das demonstrações concretas de intervenção de diminuir, já que a lei está engavetada no Senado, não depende do Governo, depende dos Deputados e essas faculdades particulares têm loby para não deixar sair da gaveta, não é uma atitude só do Governo, precisa ser da sociedade civil, de todos aqueles que têm interesse em melhorar a Educação Pública no Brasil.

Uma prova disso, a Dilma assinou no final do mês passado a criação de mais se não me engano, 34 campus de universidade federal e talvez essa seja uma atitude mais concreta e firme no sentido de intervir no crescimento das faculdades privadas.

É fazer isso que o Governo está fazendo, não dá para fazer no ritmo que nós gostaríamos. Em São Paulo foi criado mais 10 campus de universidade federal, inclusive na nossa região que é a região do nosso Presidente já foi criado dois que é em Osasco e Embu e na Região do ABC também. Talvez isso seja uma das medidas, mas paralelo a isso eu acho que é necessário que a sociedade se mobilize no sentido de fazer uma legislação mais rigorosa que impeça esse crescimento e especialmente a concentração do Ensino Superior particular nas mãos de um ou dois que vem com capital inclusive internacional, ou vem buscar o nosso dinheiro para levar para fora do Brasil.

Obrigado pelo comentário e eu tenho certeza de que vamos estar juntos pressionando para que se faça alguma mudança na legislação.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Queria informar ao Deputado Vitor Sapienza que a Assessoria nos informa que a moção só poderá ser incluída no relatório final e nós certamente o faremos. É o que a Assessoria nos informa. Com a palavra o Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Senhor Presidente, era justamente nesta direção. Eu acho que temos um prazo para terminar, fazer o relatório, aprovar. Eu acho que medidas como esta proposta pelo Deputado Vitor nós podemos incluir no Relatório Final para encaminhar às respectivas esferas do Governo se for o caso, sugestões ao Governo Federal, se for o caso sugestões ao Governo do Estado. Mas por uma questão de métodos somente. Obrigado.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu discordo da Assessoria de V. Exa., vamos admitir que uma pessoa esteja doente, com febre. Eu espero a febre atingir o pico dela ou começo dar remédio? Nós estamos constatando que existe uma denúncia de alguém que conhece profundamente a matéria, nós vamos esperar agravar a doença ou podemos soltar uma moção antes? Dá um tempinho para a Assessoria de V. Exa. analisar um pouco melhor porque se eu apresento uma doença, está com febre, eu vou esperar a pessoa morrer para depois eu ver o que fazer?Não!

A denúncia procede, manda dar uma analisada desculpa Celso, vocês sabem, desculpa Deputado Celso. Você sabe que o meu entusiasmo quando eu entro para fazer alguma coisa eu entro com entusiasmo. Agora, meio entusiasmo eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – A sua contribuição é muito grande Deputado.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Nós traremos na pauta da próxima sessão uma posição definitiva a respeito. Com a palavra os senhores Deputados. Com a palavra então a Professora Madalena para as suas considerações finais.

A SRA. MADALENA GUASCO PEIXOTO – Eu quero me despedir agradecendo a oportunidade e dizendo que a Confederação se coloca à disposição e que nós estamos esperançosos com o produto desta CPI e achamos que ela está sendo inclusive citada em outros Estados. Nós estamos trabalhando com a possibilidade de criar outras CPIs porque isso nos ajuda na luta em defesa da Educação Superior de qualidade no Brasil. Muito obrigada, eu vou ter que me retirar porque vou dar aula ainda hoje, então agradeço a oportunidade mais uma vez e bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Nós é que agradecemos Professora, e receba os aplausos com muita sinceridade e eventualmente nós poderemos convidá-la novamente mais ao final da CPI para eventuais dúvidas que surjam e tenho certeza de que a senhora continuará colaborando conosco porque nosso objetivo é exatamente o seu, a melhoria do Ensino Superior que é destinado às classes menos favorecidas do nosso Estado, do nosso país. Muito obrigado, Professora.

Então nós aqui vamos oferecer a palavra à representante da senhora Laura Laganá, Diretora do centro Paula Souza que é a Professora Mariana Fraga Soares Muçouçah. A senhora também dispõe de 20 minutos.

A SRA. MARIANA FRAGA SOARES MUÇOUÇA^H – Bom dia a todos! Bom dia aos Senhores Deputados, demais membros presentes. Nós gostaríamos de agradecer a participação do Centro Paula Souza neste debate que é muito importante, a constituição desta CPI que trata do Ensino Superior.

O que nós nos propomos em contribuir é o que o Centro Paula Souza vem fazendo dentro do Estado de São Paulo para manter um padrão de qualidade adequado. O Centro tem dois vieses, tem a questão do Ensino Técnico e o Ensino Técnico ainda está na Educação Básica, na continuidade do Ensino Médio e nós entramos também na questão do Ensino Superior só com cursos de graduação tecnológica. Então está previsto pela LDB, tem três possibilidades de graduação no nosso país. Nós temos as Licenciaturas, os Bacharelados e temos os Cursos Tecnológicos. E o Centro Paula Souza no Ensino Superior apenas oferta Ensino Tecnológico.

Em 2000 o Centro contava com seis unidades de ensino e hoje, 2011 nós já temos 51 faculdades de tecnologia atuando no Estado de São Paulo, então ele também seguiu caminhando com esta expansão do Ensino Superior, o que a gente vê acontecendo de maneira generalizada e como foi muito bem colocado pela Professora Madalena essa questão com muitos egressos do Ensino Médio, então surgiram oportunidades sem dúvida alguma no Ensino Superior. E o Centro Paula Souza vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo também expandiu a oferta do Ensino Superior.

E quando ocorre esta expansão de maneira generalizada sempre vem à tona esta questão da qualidade. Como manter a qualidade com tantas unidades de ensino. Esse foi realmente e continua sendo o desafio do Centro Paula Souza.

Hoje nós temos 51 FATECs como eu coloquei, nós temos 55 diferentes cursos, nós somos uma instituição estadual. Por um lado nós seguimos a legislação federal, estamos vinculados ao MEC, porém o nosso vínculo primário é ao Conselho Estadual de Educação, ligado à nossa Secretaria Estadual de Educação.

Então o Conselho Estadual de Educação é que avalia os cursos de todas as faculdades, Centros e Universidades Estaduais. No nosso caso nós somos faculdades isoladas embora haja uma

confusão por ser Centro Paula Souza, mas nós não somos um Centro Universitário. Existem requisitos pela LDB para que a gente possa se tornar um Centro Universitário.

Recentemente o Centro Paula Souza conseguiu autonomia universitária, então é diferente, não somos universidade, não somos centros universitários, somos 51 unidades de ensino isoladas, todas vinculadas ao Centro Paula Souza.

Esta questão de autonomia universitária pode ser atingida por algumas instituições de ensino pelo artigo 52 da LDB, porque nós conseguimos chegar a um patamar de soberania de reconhecimento no ensino de graduação, no ensino superior e temos autonomia universitária. Essa autonomia nos permite aumentar o número de vagas, abrir novas unidades de ensino, autorizar cursos sem a necessidade de tramitar este processo pelo Conselho Estadual de Educação. Então até o ano passado, no meio do ano passado todos os nossos processos iam para o Conselho Estadual de Educação.

Acho que já possível conhecer um pouco da estrutura do Conselho porque vocês tiveram o Conselheiro Artur aqui expondo também aqui na CPI, e para que a gente conseguisse manter este padrão de qualidade o Centro adota algumas medidas e é isso o que a Professora Laura nos pediu para conversar aqui com vocês.

Então, quais são as medidas do Centro? Há um problema de preconceito com os cursos de tecnologia. Então existem diretrizes específicas para cursos de tecnologia que é a atuação do Centro Paula Souza. Os cursos de tecnologia estão classificados em diferentes eixos e as cargas horárias do curso mínimas são variadas em 60 a 2400 horas. Por isso nós vemos muitas faculdades, Centros e Universidades que ofertam cursos de tecnologia em dois anos, porque em um ano letivo é possível 800 horas, então 1600 horas faz com que a gente tenha cursos de tecnologia em dois anos.

O Centro Paula Souza tomou a seguinte decisão, os cursos do Centro Paula Souza são todos em três anos, então este já é um padrão de assegurar a carga horária mínima e em um período mínimo de três anos nós conseguimos constituir os nossos cursos com (ininteligível) curriculares de 2400 horas. Essas são horas, atividades acompanhadas pelos professores em sala de aula. Então isso já é um diferencial de qualidade para o Centro Paula Souza.

Fora esta questão, ainda os cursos nas diretrizes internas do Centro, os cursos de graduação ainda contemplam estágio curricular e elaboração de um trabalho de graduação. Este trabalho de graduação vai desde uma monografia até uma iniciação científica que pode ser publicada em revistas ou congressos que tenham pelo menos uma qualificação de A a C pela CAPES. Então a gente tenta prezar pela qualidade no Centro Paula Souza pensando nesta questão aí.

Que medidas são adotadas também para manter o padrão? Os nossos alunos agora estão sendo avaliados passando pela prova de desempenho de estudantes que é o ENADE. O ENADE é um dos braços, do tripé da avaliação pelo SINAES. Então, na questão de avaliação tem a avaliação do curso, avaliação institucional e o desempenho dos alunos pelo ENADE. Este é então, o tripé de constituição do SINAES que é proposto pelo MEC.

O Centro Paula Souza começa agora a obrigar que seus alunos entrem no Exame doe Desempenho dos Estudantes, o ENADE, o antigo “provão” e felizmente nós temos sido bem avaliados, temos as faculdades que já passaram pela avaliação, são as FATECs mais antigas, a FATEC Sorocaba, a FATEC São Paulo, FATEC Indaiatuba e conseguimos atingir o conceito dos alunos quatro e cinco. Alguns cursos foram avaliados com conceito três e nós temos o nosso SAI que é o nosso Sistema de Avaliação Institucional. O SAI já acontece desde as prerrogativas do SINAES que começou em 2004 e nós estamos fazendo esta avaliação continuamente anualmente, passando por um sistema nosso porque os nossos cursos são avaliados pelo Conselho Estadual, então não recebemos Comissões do SINAES, mas o Conselho Estadual de Educação de São Paulo segue as prerrogativas do Sistema Federal com algum detalhamento a parte.

Dentro dos cursos fora estruturação mínima de nós trabalharmos com três anos, então não existe nenhum curso de tecnologia com dois anos no Centro Paula Souza. A partir agora de 2010 todos os cursos estão enquadrados nestas diretrizes internas. Os trabalhos de graduação estão abrindo portas para que a gente possa entrar na iniciação científica, temos o professor representando a FATESP aqui, nós estaremos agora criando a INOVA que é uma Agência de Inovação dentro do Paula Souza, porque o que falta ainda ao Paula Souza é a questão da Pesquisa porque nós temos o Ensino, privamos por um Ensino de qualidade.

Nós temos o nosso resultado também de empregabilidade na casa de 80 a 90% dos egressos do curso de tecnologia do Centro Paula Souza e temos a questão de Extensão que o Centro Paula Souza também entra nesse eixo e agora precisa aprofundar um pouco mais na questão de Pesquisa. Então este é o desafio que nós estamos lançando agora internamente no Centro Paula Souza para que a gente possa abraçar mais a questão da Pesquisa.

Há um problema quando os professores são contratados no sistema de horas, os horistas, que realmente é um impeditivo para que os professores se dediquem à questão de Pesquisa.

Hoje o quadro de docentes do Centro tem em torno de 73% entre mestres e doutores, pela LDB as universidades deveriam ter apenas um terço entre mestres e doutores que é a nossa graduação (ininteligível), mas dentro do Paula Souza nós já temos um quadro de 1900 docentes, 73% são mestres e doutores. Então, nos permite agora que a gente caminhe um pouco mais na direção da Pesquisa.

Então essas prerrogativas do Centro estão fazendo com que ele consiga manter um padrão de qualidade mesmo com esta expansão que aconteceu nos últimos 10 anos. Então, se você pensar

que nos últimos 10 anos tínhamos seis unidades e fomos para a casa de 51 e hoje temos 55 cursos diferentes de graduação tecnológica, então isso demandou muito capital humano para que isso acontecesse de uma maneira que não perdesse a qualidade dentro do Centro Paula Souza.

Fora a questão do trabalho de graduação, nós temos ainda professores que podem entrar em jornada de dedicação exclusiva no Centro. Este é um viés para que eles abracem a questão da Pesquisa. Todos os professores do Centro Paula Souza passam por concurso público para ingresso na instituição, isso faz também com que a gente tenha um filtro maior na questão desta seleção entre os professores e isso nos permite ter este quadro que eu apresentei de um quadro com 73% com pós-graduação (ininteligível), a criação da INOVA que vai nos abrir portas.

Nós conseguimos agora também entrar no PIBIT que é uma linha de inovação tecnológica junto ao CNPQ e conseguimos Bolsas de Iniciação Tecnológica, é um sistema parecido com o PIBIC que é muito conhecido nas universidades. Então nós já temos agora Bolsas destinadas especificamente para graduação de Ensino Tecnológico.

Para encerrar esta questão, nós enxergamos que a Educação no país, nós queremos parabenizar aí a importância de estar debatendo esta questão do Ensino Superior no Brasil porque a expansão fez com que se perdesse a questão da qualidade em alguns momentos.

Acho que a Educação tem que ser vista de ponta a ponta porque se nós tivermos uma Educação, se nós começarmos na Educação Básica com ensino, com a Educação Infantil e um despertar da criança para o que são as Ciências, a importância do conhecimento, ela já vai adentrar o Ensino Fundamental gostando de freqüentar uma escola. Eu acho que nós temos que despertar isso desde os sete anos de idade porque somente assim nós vamos chegar a patamares de países europeus, também a Coréia.

Então a hora que a gente despertar o Ensino Fundamental, a importância do Ensino Fundamental passando pelo Ensino Médio, aí o aluno vai adentrar o Ensino Superior porque ele quer aprender, porque ele vê a importância da valorização do Ensino Superior. Porque ele conseguiu enxergar isso desde a Educação no Ensino Fundamental.

Então acho que ele tem que ser abraçado como um todo no nosso país, é o Sistema Educacional desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Porque se nós tivermos só o Ensino Superior de qualidade e uma Educação Básica com uma qualidade questionável, nós não vamos atingir os patamares de desenvolvimento que nós desejamos. E se nós tivermos só uma Educação Básica com qualidade A, e tivermos o Ensino Superior que não tenha este padrão de qualidade, também não vai atender esta demanda dos egressos do Ensino Médio.

Então a questão que nós estamos trabalhando e isso o Centro Paula Souza tenta fazer no Ensino Médio porque nós temos também as nossas CETEC que cuida questão do Ensino Médio. Eram essas colocações que eu queria trazer com relação ao Centro Paula Souza e medidas adotadas mesmo com a expansão para manter um padrão mínimo de qualidade na nossa instituição.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Realmente as FATECs são exemplos do nosso Estado para o resto do país. Nós queremos oferecer a palavra aos senhores Deputados.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Professora Mariana, pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Você falou que hoje são 51 FATECs e ela sofreu um processo de expansão grande nos últimos anos, não é? Primeiro a gente reconhece a qualidade do Sistema Paula Souza, batalhamos muito aqui para que os professores, funcionários, técnicos pudessem ter uma remuneração mais adequada para manter seu nível de qualidade. Eu queria perguntar, eu não me lembro das fontes de financiamento das FATECs, o Orçamento do Estado, como são feitos os repasses. Ela está vinculada à Secretaria do Desenvolvimento do Estado, assim como a FAPESP. Mas qual é a fonte de financiamento, orçamento, a senhora pode me informar?

A SRA. MARIANA FRAGA SOARES MOÇOUÇA**H** – Diferentemente das três universidades que tem a parcela fixa do ICMS, o Centro Paula Souza, lá da Secretaria do Desenvolvimento Econômico igualmente a FAPESP a cada novo ano é aprovado quanto será destinado às FATECs e realmente o Governo Estadual investiu nestes últimos 10 anos porque a expansão só é possível se estiver aprovado no Orçamento do próximo ano a parcela a que vai se destinar a FATEC, ao Centro inteiro, não é? E aí o braço do Ensino Superior são as FATECs.

Essa verba não é fixa, então há sempre esta questão de estar junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico passando qual é o planejamento do Centro Paula Souza especialmente nesta questão de expansão que não caia essa questão de qualidade no ensino. Então, ano a ano é previsto na Secretaria de Desenvolvimento Econômico essa parcela que será destinada para o Centro Paula Souza no Ensino Técnico Profissionalizante e na questão das FATECs, Ensino Superior.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – A palavra continua à disposição dos senhores Deputados. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, nós queremos agradecer à Professora Mariana e certamente nós temos a certeza da preocupação do Governo do Estado em

manter o nível de qualidade das FATECs e o dado positivo que nós temos é o grau de empregabilidade que é oferecido aos alunos egressos da FATEC. Parabéns à senhora e muito obrigado pela presença.

Com a palavra então, o Diretor Científico da FAPESP, o SR. Carlos Henrique de Brito Cruz.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Bom dia aos senhores Deputados. Eu queria agradecer a oportunidade de vir a esta CPI para trazer como contribuição uma visão sobre as atividades de Pesquisas Científicas e Tecnológicas que acontecem nas instituições privadas de Ensino Superior que nós temos no Estado de São Paulo. A FAPESP sendo a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo relaciona-se com todas as instituições de Ensino Superior e Pesquisa no Estado de São Paulo recebendo projetos, analisando projetos de pesquisa e quando aprovados financiando-os e, portanto, a Fundação tem, por ter esse contato estreito, tem uma oportunidade de acompanhar e de verificar a evolução ou não evolução da quantidade e qualidade das atividades de pesquisa nas várias organizações. É isso o que eu queria mostrar. Posso usar um projetado ali?

Como é que a gente faz?

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Vou pedir para apagar a luz.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Alguém pode me ajudar ali? Se eu sentar neste microfone daí eu posso passar. São poucos slides, só para dar ideia da questão quantitativa e muito qualitativa da produção científica destas instituições e isso a gente faz por força de, inclusive a FAPES legalmente tem um mandato para fazer isso porque o Estatuto da Fundação obriga a FAPESP a promover periodicamente estudos sobre o estado geral da Pesquisa em São Paulo e no Brasil. Nós temos publicado, eu trouxe para deixar com a Comissão aqueles dois volumes são indicadores de Ciências e Tecnologia de São Paulo e há um capítulo que analisa justamente a produção científica e onde analisa as produções científicas das instituições públicas, privadas, institutos de pesquisas. Então o que eu vou falar aqui vem desse levantamento que lançamos recentemente. Já fizemos quatro edições desse livro de indicadores.

Do ponto de vista de produção científica, quer dizer, quando as organizações têm atividades de pesquisas científicas ou tecnológicas um dos resultados importantes dessa atividade de pesquisa é o conhecimento criado e esse conhecimento é comunicado ao mundo, aos colegas cientistas, à população, etc. Isso é feito através de revistas científicas que são bastante rigorosas nos artigos que vão publicar porque não é só porque a pessoa manda o artigo e ele vai ser publicado. A revista recebe o artigo, manda para outros cientistas analisarem e verem se faz sentido, se tem um conteúdo relevante, não está repetindo coisas que já foram feitas, etc. Se for aprovado o artigo sai publicado.

Essa figura esta mostrando na linha azul, é que muita luz. Bom, o que eu queria mostrar nesta figura é que tem uma evolução importante da produção científica no Estado de São Paulo e essa produção, esse crescimento é carregado principalmente pelas intuições públicas de Ensino Superior que tem no Estado de São Paulo que é a linha vermelha, a segunda ali embaixo.

Em segundo lugar, como contribuição a contribuição dos institutos de pesquisas públicos. O Estado de São Paulo tem institutos de pesquisas muito importantes, agrônômicos, biológicos, botânico.

Em terceiro lugar há a contribuição de instituições de ensino superior privada que é a última linha embaixo ali. Como os Deputados podem ver é uma quantidade bastante inferior à quantidade publicada, é uma proporção que dá mais ou menos quatro a cinco por cento do total. Essa porcentagem de quatro a cinco por cento do total a gente pode, talvez vocês queiram considerar o seguinte fato. Nas instituições públicas de ensino superior em São Paulo há aproximadamente 10 mil professores, nas instituições privadas de Ensino Superior em São Paulo há aproximadamente 10 mil professores no regime de tempo integral, tem outra quantidade bem maior que é em regime que não é integral.

Então os 10 mil da instituição pública fazem 95% da produção científica e os 10 mil da instituição privadas fazem cinco por cento da produção científica, é um contraste que vale a pena ter em mente. São 10 mil professores em cada setor no regime de tempo integral e 95% da produção científica vem do setor público e cinco por cento do setor privado.

Nas universidades privadas, essa figura mostra do lado esquerdo que tem havido de 1998 uma evolução importante. Várias delas, a gente nota claramente na FAPESP, têm se esforçado para desenvolver atividades de pesquisas internas. Vocês podem ver que a curva é bem inclinada para cima. E o outro gráfico do lado direito mostra a porcentagem do total onde dá para ver que a partir de 2004 houve uma estagnação. Quer dizer, elas vinham ganhando participação e depois pararam ali perto do 4,5% que foi aquele 4,5% que me referi anteriormente.

O que esta figura nos leva a crer, e essa próxima que tem letras pequenas indicam, mas com o livro os Deputados poderão verificar é que embora haja muitas instituições de Ensino Superior privadas no Estado de São Paulo são poucas aquelas que se envolvem com a atividade de Pesquisa. Deve ser uma quantidade, talvez umas, envolvimento um pouco mais intenso haveria menos do que 30 de um total que deve ser algumas centenas entre universidades, faculdades isoladas e etc.

Algumas das principais são, por exemplo, as PUCs que são instituições privadas, não são estatais, quer dizer, tem duas PUC a de São Paulo e a de Campinas. Também duas muito importantes são o Instituto Mauá e a FEI. Outras importantes que agora são do setor privado chamado particular, classificado pelo MEC como particular são a Universidade de Mogi das Cruzes, a UNIVAP de São José dos Campos, a Universidade São Francisco que tem um campus importante em Itatiba no interior e a UNAERP de Ribeirão Preto e a Universidade de Franca. Essas aparecem muito na FAPESP solicitando financiamento e apresentando resultados de pesquisa relevantes e de certa forma proporcionais ao número de pessoas que eles dedicam a esta atividade de pesquisa, certo?

Então, estas instituições que listei o resultado que eles obtêm em pesquisa por pessoa que se dedica à pesquisa não é muito pior do que acontece na USP, UNICAMP, UNESP, Federal de São Carlos. Só que, sei lá, enquanto a USP tem cinco mil professores a Universidade de Franca dedica talvez 50 professores que tem autorização da instituição e podem gastar tempo fazendo atividades de Pesquisa.

Este slide mostra as principais no ano de 2010. Então lendo de baixo para cima a que mais publicou artigo científico foi a Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo, em segundo lugar a Universidade Presbiteriana Mackenzie, depois a Faculdade de Medicina do ABC, depois a UNIVAP, depois a UNIP, Depois a Universidade de Guarulhos, a Universidade de Franca, a UNIC SUL, PUC São Paulo, PUC Campinas, UNAERP de Ribeirão Preto, UNIBAN, UNINOVE, UNIMEP, UNOESTE, Mogi das Cruzes, Sagrado Coração e Universidade Cidade de São Paulo.

Quer dizer, estas concentram uma boa fração, mais metade da produção científica das instituições de Ensino Superior privadas de São Paulo. Algumas são universidades, outras são faculdades e outras são centros universitários isolados.

Quando a gente fala, aí também com a luz será difícil de ver, mas eu vou descrever, outro resultado importante da atividade de pesquisa são as patentes, quando o pesquisador tem uma ideia que vale a pena fazer uma patente porque pode ser usada por uma empresa, para criar um desenvolvimento, etc.

Aí nesta lista de patentes não aparecem universidades privadas e instituições de ensino superior privadas. Naquelas do Estado de São Paulo que aparecem são universidades públicas, UNICAMP, FAPESP, USP, UNESP e empresas.

Na verdade este assunto de aparecer universidade pública na lista de quem mais faz patente é um assunto que deveria nos preocupar um pouco porque indica que a indústria é muito fraca, porque em qualquer país que tenha economia saudável, a lista dos 100 maiores patenteadores não tem universidade nenhuma, só tem empresas. Porque quem cuida de patentes em geral é a empresa e não universidade. E as universidades aparecem lá pela classificação 45, 63.

Aí a gente faz aqui em São Paulo e em primeiro lugar aparece a UNICAMP, deveria ser uma empresa em São Paulo que tinha mais patente, está certo? Então tem um sinal de que tem uma dificuldade na capacidade de criar competitividade nas empresas que tem no Estado de São Paulo ou no Brasil. Mas de qualquer jeito não aparecem universidades privadas.

Na FAPESP, essa próxima figura mostra nas colunas azuis a quantidade de projeto e solicitações de financiamentos que a gente recebe, e nas colunas vermelhas a quantidade que é aprovada. A coluna vermelha é mais ou menos a metade da azul, quer dizer, 50% das solicitações são aprovadas o que é uma taxa de aprovação bastante boa. Indica uma qualidade razoável nestas solicitações que vêm para nós, mas a quantidade total de solicitações é muito pequena comparada com aquele total de professores que tem nestas instituições no Estado.

Uma Agência de Financiamento aprovar 50% das propostas que recebe é uma característica que dos vários países que a gente conhece só no Brasil a gente vê isso aqui acontecer. Quer dizer, as propostas que a gente recebe da USP 60% são aprovadas, mas as propostas da Universidade Harvard que vão para o (ininteligível) dos Estados Unidos, só 20% são aprovados. Na Inglaterra as propostas de Oxford e de Cambridge têm aprovação de 28%.

Então quer dizer, 50% indica que tem uma qualidade, em geral o país que tem comunidade científica pequena tem taxa de aprovação maior porque está construindo uma comunidade científica.

Então essa taxa de aprovação é mostrada nesta figura, vocês vêem que está em torno de 50% no ano de 2010, um pouco mais do que 50%, então não é uma situação na qual a gente possa dizer, ah, eles fazem poucas pesquisas porque não tem como fazê-las. Se apresentar o projeto tem 50% de chance do projeto ser aprovado, então é uma chance boa essa.

Nesta outra figura a gente mostra que a FAPESP tem investido anualmente nos últimos dois anos perto de 20 milhões de reais nesse conjunto de projetos das instituições de ensino superior privado. Aí inclui Bolsa para estudantes, tem muita Bolsa para estudantes de graduação, Bolsa de Iniciação Científica e tem os financiamentos à pesquisa para projeto, comprar material, etc. Materiais que por lei não são doados à instituição, eles ficam pertencendo à FAPESP e depois ela vai fazendo em comodato a estas instituições se ela for daquele tipo que tem fins lucrativos.

Essa aqui eu posso pular. Eu queria terminar com esta figura aqui, onde o gráfico da direita não apareceu, mas é onde tem estes números os quais me referi na tabela da esquerda que mostra uma comparação da quantidade de professores na primeira coluna, a quantidade de professores em

regime de tempo integral na segunda, o número de alunos e a relação de alunos por professores na última coluna.

Aí eu estou fazendo uma comparação entre três regiões. São Universidades privadas no Brasil, em São Paulo e nos Estados Unidos. Peguei os Estados Unidos porque é um país fácil de achar os dados para as universidades. Eu não estou querendo dizer que tudo tem que ser que nem é nos Estados Unidos, mas as universidades privadas nos Estados Unidos funcionam razoavelmente bem. Pelo menos aquelas que são sem fins lucrativos. As que têm fins lucrativos que são as da última linha aí, elas têm problemas que são muito semelhantes aos problemas que a gente vê nas faculdades daqui com fins lucrativos.

Quem lê o New York Times vê que toda semana tem alguma notícia sobre alguma coisa escandalosa que as instituições com fins lucrativos de ensino superior nos Estados Unidos fizeram e o Congresso fez uma CPI para investigar, o diploma foi dado fácil demais, alguma coisa acontece. Esse assunto de fins lucrativos com ensino superior, a minha sensação, aí não é uma sensação da FAPESP, mas uma sensação pessoal que é uma combinação que não entra bem. Nunca vi nenhum lugar do mundo ter instituição com fins lucrativos que faz ensino superior que tenha qualidade realmente competitiva.

Pode ser que o Brasil invente isso, mas eu não vi na Inglaterra, em nenhum país da Europa, os asiáticos não têm, nos Estados Unidos menos de 10% dos estudantes no ensino superior estão em instituições com fins lucrativos. Então é uma coisa que talvez seja possível inventar e se invente no Brasil, mas eu acho que tem muitas dificuldades.

Mas o que eu queria mostrar, era que, vejam, por exemplo, no bloco do Estado de São Paulo são 26 mil professores, dos quais 10 mil são do tempo integral. Tempo integral deveria supor que a pessoa se dedica àquela atividade a semana inteira, está certo? Ou dar aula, ou fazer pesquisa ou orientar estudante de pós-graduação, está certo?

Então tem uma quantidade de pessoas, mas o que era para aparecer no quadro da direita era a evolução da quantidade de pessoas que solicitam projetos na FAPESP que é uma quantidade que em 1992 eram 90 pessoas e em 2010 foram 700 pessoas.

Tem um crescimento apreciável, mas ainda assim dos 10 mil que são de tempo integral, somente 700 inscrevem um projeto para pedir um financiamento, para fazer uma pesquisa. Não é pedir um financiamento de 10 milhões de reais, às vezes pedir cinco mil reais para fazer um pedaço de um projeto, etc.

Então tem esta disparidade. Mas a outra disparidade que aparece nessa tabela na coluna da direita é que, se os senhores olharem, no Estado de São Paulo tem 23 alunos por professor nas instituições de ensino superior privadas. Nos Estados Unidos tem 10, a metade, está certo? Naquelas que são sem fins lucrativos tem 9,2 e nas com fins lucrativos tem 20.

Quer dizer, isso me leva um pouco a crer que talvez tenha um excesso de estudante por professor o que é uma coisa que, a quantidade de estudantes por professor é assim, se for muito baixa está usando mal os recursos, se for muito alta está formando mal os estudantes. Tem um ponto no meio que é o ponto onde isso aí pode funcionar adequadamente, está certo? E talvez este 23 seja um pouco alto demais considerando que isso aí nem sequer inclui estudantes de pós-graduação. Porque estas instituições têm poucos, mas na conta dos americanos estão incluídos os de pós-graduação.

Quando a gente está falando 10 estudantes por professor são os de graduação mais os de pós. Se descontar os de pós vai dar menos ainda, vai dar uns sete, está certo? Enquanto que no Brasil é 23, então dá o triplo, então isso realmente tira o tempo do professor para poder se dedicar a atividades de Pesquisa.

Então isso era o que eu tinha para mostrar aos senhores. Eu só quero mostrar mais uma figura porque não é um assunto que é do ensino superior privado, mas é um assunto que tem nos preocupado na FAPESP porque, o ensino público é importante na pesquisa, na pós-graduação e também na formação de pessoas e eu chamaria a atenção dos senhores para a tabela 2.5 desse livro da FAPESP onde a gente mostra que, os pesquisadores levantaram os dados, mostram que na faixa de renda abaixo de dois salários mínimos a maior fração dos estudantes está no ensino superior público e não no ensino superior privado.

Isso contraria uma coisa que é um senso comum que eu mesmo acreditava antes de ver este dado que é a gente achar que as pessoas mais pobres não conseguem ir no Ensino Superior Público. Mas elas não conseguem ir no Ensino Superior Privado também porque tem que pagar. Elas não têm dinheiro para pagar e na escola de Ensino Superior Público em geral a escola dá para ele uma Bolsa, dá o pagamento da condução, tem o “bandejão” subsidiado, etc.

Então, na verdade o que acontece no Brasil e em São Paulo é que as pessoas muito pobres, abaixo de dois salários mínimos de renda, eles vão pouco ao Ensino Superior. Essa é a primeira coisa, está certo? Mas eles vão pouco também ao Ensino Médio e ao Ensino Básico. No Ensino Básico mais, no Ensino Fundamental mais, no Ensino Médio bem menos, e aí com isso não conseguem ir ao Ensino Superior. Mas poucos vão ao Ensino Superior, é a primeira coisa.

Mas em segundo lugar, quando eles vão ao Ensino Superior a chance maior é deles irem ao Ensino Superior Público, então uma política pública que queira incluir essas pessoas precisa ter mais Ensino Superior Público, precisa ter mais FATEC, por exemplo.

As FATECs aqui em São Paulo fazem um efeito enorme nisso, de pegar os estudantes de renda menor e dar para eles uma oportunidade de ter acesso ao Ensino Superior Público de boa qualidade e com boa chance de empregabilidade depois. Quer dizer, não é que ele vai estudar se matar para pagar uma mensalidade em uma escola privada achando que ele vai ter um diploma de engenheiro, de advogado para depois pegar um trabalho de assistente, secretário ou balconista.

Mas quando ele vai, sem querer desmerecer nenhum tipo de emprego, mas é que se a pessoa faz um curso para ser engenheiro ele quer ser engenheiro, não quer ser outra coisa.

Se ele vai na FATEC ele vai tirar um diploma de tecnólogo de edificações, ele vai trabalhar como tecnólogo de edificações, ele não vai trabalhar de balconista em um lugar que contrata ele porque ele sabe fazer conta um pouco melhor porque ele freqüentou o ensino superior.

Então, essa questão é relevante e o que eu queria mostrar nessa figura é uma coisa extremamente preocupante que é o que está no bloquinho da direita da figura, da esquerda, perdão, que nas universidades federais no Estado de São Paulo, aí está mostrando só as instituições de ensino superior pública.

A contribuição dela para formar pessoas é em São Paulo, é mínima. E ainda por cima em 2009 as universidades federais em São Paulo formaram menos gente do que em 2003. Embora tenha havido uma enorme expansão do sistema. Só que esta expansão foi contra o Estado de São Paulo, foi uma expansão em outros lugares do Brasil, não sei onde que foi, mas não foi no Estado de São Paulo.

Então a estratégia do Ministério da Educação não está ajudando o Estado de São Paulo a desenvolver a capacidade de formar pessoal, e deveria porque seria uma coisa a favor do Brasil. Porque onde tem mais gente matriculada no Ensino Médio no Brasil é em São Paulo. O que acontece é que na medida em que o Governo Federal se desonera do Ensino Superior Público em São Paulo, o que acontece é que abre espaço para Ensino Superior Privado.

Porque o Ensino Superior Público Estadual tem se desenvolvido, vocês vêem ali os dois gráficos, 2003 e 2009 mostra um crescimento na UNICAMP, UNESP e nem se quer está contando FATEC porque eu só contei universidades, não contei faculdades isoladas. Quer dizer, o Governo Estadual tem feito um esforço, mas o que acontece e muitas outras coisas, no Brasil a gente vê em pesquisa isso claramente. Quando o Governo Estadual faz um esforço a mais o Governo lá em Brasília fala, eles já fizeram vamos tirar e a gente faz em outro lugar porque estão fazendo em São Paulo.

Quer dizer, em Pesquisa é constantemente desse jeito que acontece. Isso é um assunto que eu quis trazer aqui para os Deputados porque é relevante para o Estado de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Nós queremos agradecer a presença e a colaboração do professor Carlos Henrique de Brito Cruz, receber aqui, entregar para a Comissão os livros que ele nos deixa. Dizer mais uma vez da importância dos dados aqui revelados, sobretudo quando ele informa que menos de cinco por cento das nossas entidades particulares se dedicam à pesquisa.

Antes de abrir aqui a palavra aos senhores Deputados, os microfones, queria propor aqui que encaminhássemos um ofício ao Presidente da Casa para que melhorasse um pouco o sistema de iluminação para que as projeções sejam mais visíveis, eu não consegui ver nada da projeção porque essa luz aqui me parece que não conseguiram apagar.

Então nós queríamos encaminhar um ofício ao Presidente da Casa, eu coloco aqui em votação na Comissão um ofício buscando melhorias no sistema de projeção e iluminação das salas onde se realizam as nossas reuniões e as reuniões das Comissões. Essas salas são usadas intensamente e precisam também receber as melhorias que a Casa tem recebido. Com a palavra o Deputado Simão Pedro, em votação antes o nosso requerimento.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - (Risos.) Está aprovado, senhor Presidente, por mim.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Está aprovado.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Professor Carlos Henrique Brito Cruz.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – É preciso melhorar e nós estamos aí em uma época muito moderna, tecnológica e é preciso encontrar um meio para que a transmissão na televisão possa ser feita e que nós possamos realmente assistir as projeções, senão não há necessidade, vamos pedir aos nossos palestrantes que não tragam porque ninguém consegue assistir as projeções que são muito importantes no esclarecimento da matéria. Com a palavra o Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Quero cumprimentar ao professor Carlos Henrique que é um brilhante pesquisador, membro da Academia Brasileira de Ciências, Reitor da Unicamp, sob a gestão do professor Carlos Henrique se projetou o novo Campus de Limeira, então é uma honra

para esta Comissão ter a presença do professor Carlos Henrique e agradecer também pelas informações, dados que nos trouxe que foram muito enriquecedores e muito interessantes.

Queria fazer uma pergunta ao professor Carlos Henrique sobre os critérios de financiamento V. Sa. trouxe para gente informações muito importantes como essa questionada pelo Deputado Celso Giglio da baixa participação do ensino privado na pesquisa.

Ou seja, o Brasil incentivou muito a expansão do ensino privado sem garantias, sem exigências nenhuma. Então a expansão, a busca do lucro e no paralelo um freio na expansão do ensino superior público. Para se ter uma ideia nos anos 90 e 2000 era proibido expandir Ensino Técnico Federal, medidas governamentais determinavam a proibição do Ensino Superior Técnico, do Ensino Tecnológico. Tanto é que estagnamos aqui, São Paulo ficou três escolas técnicas federais durante anos, décadas. Hoje nós temos mais de 20.

Bom, em relação aos critérios professor Carlos Brito, o senhor passou aqui o volume, 20 milhões, uma taxa interessante de 50% de aprovação dos pedidos, as principais instituições que buscam, quais são os critérios de aprovação das pesquisas e dos recursos?

E um comentário, professor Carlos, em relação a este último slide, o que eu tenho visto e acompanhado é uma expansão de novos campus das universidades federais, por exemplo, a UNIFESP com campus em Sorocaba, Santos, Diadema, Guarulhos, criação da Universidade do ABC com novos campus. Eu participei de um movimento lá na Zona Leste da Capital pela criação de uma universidade federal, um campus da UNIFESP.

Há um debate, eu acompanhei a semana passada através da minha assessoria uma reunião na Secretaria de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas, o Secretário Edson Aparecido entusiasmado com um debate com o MEC de criação de um campus aqui no antigo Hospital do Juqueri em Franco da Rocha, de expansão do ensino superior para lá.

Ao contrário, eu tenho mantido um diálogo com a reitoria da UNESP, uma dificuldade enorme da UNESP que fez a expansão do ensino superior público estadual para o interior do Estado, há mais de 10 anos não se criam novos campus. Eu tenho lutado, por exemplo, para criar um campus na Região da Mogiana. O ex Deputado Sidnei Beraldo, atual Secretário de Gestão anunciou recentemente através da Imprensa que será criado um campus da UNESP lá, mas até agora a gente não conseguiu ainda informações mais detalhadas sobre como vai ser.

Se vai ser construído, se vai incorporar uma autarquia municipal que tem lá naquela cidade, mas, então se formos olhar de 2003 para 2009, uma expansão apenas de três mil alunos, ou seja, quase uma década e a expansão acho que foi maior, mas cresceu mas em uma velocidade que eu acho muito aquém das necessidades de desenvolvimento de várias regiões do estado de São Paulo.

Vale do Ribeira, por exemplo, nós temos um campus da UNESP lá, mas com um curso apenas. E, além disso, a prefeitura que tem que ceder o prédio, manutenção e assim por diante. Agora que a UNESP está construindo um prédio lá e falou que vai fazer mais um campus.

Mas eu concordo com o senhor que a expansão tem sido baixa e precisaria ser mais acelerada. Perdemos muito tempo e acho que agora é o momento, eu cobro da UNESP, por exemplo, que agora passe a ter um processo novo. Evidentemente que as universidades têm aquelas dificuldades, vamos expandir, mas e os recursos? Eu tenho dialogado também, por exemplo, o orçamento do Estado de São Paulo de 2007 era 85 bilhões, nós estamos fazendo audiências públicas para discutir o orçamento do ano que vem e se fala em 160 bilhões, ou seja, em cinco, seis anos dobrou o orçamento do Estado de São Paulo, e o repasse para as universidades e o próprio repasse para a FAPESP é fixo. A FAPESP é um por cento da arrecadação de ICMS e as universidades 9,57%.

Mas o reitor falou, não, mas tem despesas com aposentadoria, etc. e, bom, a gente quer que expanda com qualidade. A nossa preocupação também é não fazer uma expansão de baixa qualidade, depois só criamos problemas. Mas, este o comentário que eu queria fazer, se o senhor quiser comentar fique a vontade. Muito obrigado e parabéns. É um prazer tê-lo aqui conosco.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Muito obrigado, Deputado. Quanto à primeira parte da sua questão sobre os critérios que a FAPESP usa na análise e seleção dos projetos.

Primeiro eu vou falar do método e depois do critério. O método que a FAPESP usa é o método que todas as boas Agências de Financiamento às Pesquisas no mundo usam que é o método de, ao receber um projeto enviá-lo para um ou mais cientistas daquela mesma área de conhecimento de outras instituições e que não tenham algum envolvimento com aquele projeto.

Não faz sentido perguntar para uma pessoa que está interessada em ter aquilo aprovado. Em geral a gente manda para mais do que três assessores, a gente chama assessor essa pessoa essa pessoa responde para a FAPESP um questionário sobre o projeto de pesquisa que está sendo analisado. Quando é um projeto de pesquisa, as perguntas que a gente faz estão em três categorias. A primeira é sobre a avaliação daquele assessor quanto à qualificação do pesquisador que está propondo o projeto para dar conta de fazer o projeto que ele está propondo. Essa qualificação em geral é avaliada e os critérios são, verifica-se o que ele fez antes.

Bom, ele teve em 1999 um projeto e fez tal resultado, em 2003 fez isso, é uma das maneiras. Avalia-se também o currículo e a lista de publicações científicas desta pessoa. Avalia-se a infraestrutura da instituição na qual o projeto vai acontecer, porque às vezes pode ter um cientista

muito capaz em uma instituição que não fornece infraestrutura adequada e aí o projeto não vai poder prosperar. Essa é a primeira parte sobre o proponente e as condições.

Em segundo lugar avalia se o orçamento solicitado é compatível com a pesquisa que se pretende fazer e com os resultados que se pretende obter. Então, se o resultado é mais ousado do ponto de vista científico, isto pode justificar um projeto mais caro e o impacto disso é que na análise do currículo e das condições o critério fica mais exigente porque para fazer coisas mais ousadas precisa de condições melhores. Então, por exemplo, precisa ter certeza que a instituição onde o projeto vai ser feito consegue manter esse apoio por três ou cinco anos dependendo da duração do projeto, para citar um exemplo. Esse é o orçamento.

E a terceira coisa que se avalia é o projeto de pesquisa em si, quer dizer, qual é a ciência que vai ser criado, o que vai ser descoberto ali. Então precisa ver se não vai descobrir uma coisa que já descobriram, se a descoberta é suficientemente original e sofisticada.

Os critérios são estes e o método de seleção é esse, feito por esses assessores. A gente consulta mais de 30 mil, a gente obtém mais de 30 mil desses pareceres por ano e aí tem comitês na FAPESP que lêem os pareceres, analisam o projeto e o parecer e escrevem uma recomendação e aí o projeto vem para mim para decidir se vai ser aprovado ou não.

Além disso, todo projeto aprovado tem que submeter à FAPESP relatórios anuais que são de novo enviados para o mesmo assessor e aí a gente pergunta para ele, o pesquisador falou que ia fazer “abc”, vê aí se ele fez, está no meio do projeto, se ele fez o “a” e metade do “b”. Aí ele escreve um parecer dizendo se sim ou não. Quando o assessor critica a gente vai atrás do pesquisador e fala para ele, olha, você precisa melhorar como está fazendo ou então devolver o dinheiro, ou tem que encerrar o projeto. Em geral os nossos advogados na FAPESP são muito eficientes e nunca perdeu um processo desses assim para o caso de projeto que não prosperou, a gente sempre consegue recuperar. Embora seja raro isso acontecer.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Professor, só uma pergunta. Os 20 milhões que o senhor mencionou eles não são fixos, não é? Depende dos pareceres para determinar o montante.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Aquele é o resultado, a soma de cada projeto que foi analisado.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Há um limite orçamentário?

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Se eles mandassem mais projetos poderia ser mais.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Entendi.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Não é uma cota. Cada centavo daqueles milhões foi conquistado na base do mérito de um projeto. Não tem cota para nada. Isso sobre os critérios.

Sobre a expansão do Ensino Superior Deputado, veja, eu concordo. O senhor era Deputado quando a gente fez aquele plano aqui em São Paulo de expansão do Ensino Superior Público. Eu me lembro de vir aqui em 2003, 2002, o senhor já era Deputado.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – – Em 2003 eu assumi.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Em 2003, então, eu vim aqui em 2004 quando era o meu terceiro ano como reitor, para apresentar para a Comissão, eu acho que era uma sala dessas aqui. O Governo do Estado de São Paulo fez um plano muito interessante que era assim. Oferecia no orçamento do fim do ano um adicional de recursos não para contratar professores, para despesa permanente, mas para investimento momentâneo que ajudasse a melhorar a capacidade das universidades estaduais de atender mais professores. Com isso teve um aumento muito importante na quantidade de vagas, de alunos e de concluintes.

Uma boa parte deste dado que está aí, que mostra um aumento de 30%, esse aumento de 30% não representou nenhum professor a mais porque passou de 10 mil para 14 mil, quase 40% o aumento nas públicas. Nenhum professor a mais, hoje tem menos professor na USP, UNICAMP e UNESP do que tinha em 1995, está certo? Nenhum funcionário a mais, representou aumento de eficiência da instituição, uma eficiência naquele ponto que eu disse antes que não pode ter pouco aluno e não pode ter aluno demais.

Tem um lugar certo para a instituição funcionar corretamente e as universidades sabem USP, UNESP, UNICAMP tratar disso, eles tem experiência, tem os parâmetros internacionais.

Teve esse aumento, isso foi uma coisa importante que o Governo do Estado, a gente não poderia fazer mais, está certo? Agora o meu ponto aí foi que não está certo o Estado de São Paulo ser o único Estado, é o único Estado no Brasil onde o Ensino Superior Público é só financiado pelo

contribuinte estadual. Isso é o que eu estou dizendo que não faz sentido. Porque em todos os outros Estados do Brasil tem uma universidade federal que tem pelo menos 30 mil alunos matriculados.

Nenhuma universidade federal aqui em São Paulo tem mais do que 1500, 2000 porque, são universidades muito boas, Federal de São Carlos, Federal de São Paulo, Federal do ABC, são ótimas em qualidade. É mais uma razão para o MEC fazer investimentos em São Paulo porque quando o MEC põe uma universidade federal em São Paulo ela fica boa rápido.

A Universidade Federal do ABC foi criada em 2004 e hoje já é uma das melhores universidades federais do Brasil. Porque aqui em São Paulo tem estrutura, tem a FAPESP para financiar pesquisa, as Bolsas, etc. O meu ponto é esse que não está certo o MEC se desonerar do financiamento do Ensino Superior para os jovens paulistas. Os jovens paulistas pagam impostos que nem todos os brasileiros.

Não pode o MEC dizer em São Paulo, não. Lá quem cuida é o Governo Estadual porque ele não fala isso para nenhum outro Estado. No Rio de Janeiro, Minas não são desse jeito. Não estou falando de Estado pobre, certo? Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, o único que chega perto da situação paulista é o Paraná que tem um Sistema Estadual razoavelmente forte.

O meu ponto é este, veja ali no gráfico é o resultado de várias décadas de desoneração federal sobre o Ensino Superior paulista, várias décadas e continua ainda hoje. Não essa coisa de mudou em 2003, não mudou não. Continua desonerado, aumentou, faz campus da UNIFESP em Santos, etc., mas são campus pequenos que o efeito deles neste gráfico aí é pequeno. Tanto que o número de concluintes em 2009 foi menor do que em 2003.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Professor, me permita só, mas os campus novos criados não podem surtir efeito porque está iniciando, foram criados em São Paulo, 21 esse ano.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Depende de quando foram criados, Deputado. Alguns foram criados até em 2000. Porque o MEC começou a criar campi novos acho que foi por volta de 2006, porque até 2006 o MEC passava de Ministro a Ministro ali e era (ininteligível) era isso, era aquilo, em 2006 eles começaram a pegar o foco da coisa. Aí no começo não teve muito investimento em São Paulo, agora começou a ter.

Quer dizer, a primeira vez que tem anúncio de fazer um campus na Cidade de São Paulo foi há três meses porque não teve nenhum. Se os senhores forem ver, todos esses campi que foram feitos da UNIFESP e outras universidades foram feitos fora da Cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Na Grande São Paulo, por exemplo, o de Osasco?

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – No município de São Paulo, estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Dentro do Município de São Paulo, é verdade.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – E o Município de São Paulo tem muito jovem querendo ir no Ensino Superior e tem muito jovem concluindo o Ensino Médio e tem muito jovem concluindo o Ensino Médio inclusive público o que é muito bom, e que poderiam frequentar uma universidade deste tipo.

Então tem um assunto aí, por exemplo, o MEC fez em 2007 um edital oferecendo financiamento à pesquisa, o edital começava dizendo que só podem concorrer instituições federais, para tirar a USP, UNICAMP e UNESP da concorrência. Isso não está certo, não é uma maneira de tratar o desenvolvimento do Brasil falando, não, o MEC é o Ministério da Educação do Brasil, não o Ministério da Educação Federal no Brasil. Então ele precisa ajudar a Educação no Brasil a prosperar. O meu ponto é este.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Professor eu concordo com o senhor que pode ser que esta política tenha sido até um determinado tempo, hoje na minha avaliação mudou. Com a criação do campus na Zona Leste, com a criação do campus em Diadema que o atual Ministro chama de Anel Universitário. A Universidade de São Carlos, por exemplo, criou um campus em Sorocaba, anunciou agora um novo campus em Buri na Região de Itapeva, região pobre, pouco desenvolvida.

Eu acho que esta política está superada, agora evidentemente precisamos dos resultados, eu não tenho os dados de, por exemplo, quantos alunos têm na Universidade Federal de São Carlos.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – São 700 professores, ali deve ter sete, oito mil alunos.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Aqueles dados que o senhor mostra ali são.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Aqueles ali são concluintes, quem concluiu o curso que é do ponto de vista do contribuinte é o que interessa. O cara ganhar o diploma e saber fazer a profissão que ele estudou. Mas nestas universidades a evasão é baixa. Na Federal de São Carlos, nas três estaduais paulistas como na UNIFESP, quem entra faz o esforço máximo para terminar porque é diploma que tem valor para a pessoa.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Mas eu acho que é uma realidade que nós estamos superando e deixando para traz.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Mas se o senhor me permite mais um dado Deputado, eu tinha anotado aqui e esqueci de falar, eu faço essas contas de vez em quando e vou acompanhando porque o MEC publica esta estatística do Ensino Superior.

No Brasil o Ensino Superior público federal de 1995 a 2004 cresceu a uma taxa de 6,4% por ano.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Desculpe, pode repetir?

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – De 95 a 2004 a taxa de crescimento no número de concluintes no Ensino Superior, de novo insisto nisso, é o que interessa para o contribuinte porque vaga pode ser que a vaga não seja preenchida, mas concluinte é o aluno que estudou e pegou o diploma. No Ensino Superior Federal a taxa de crescimento de 95 a 2004 foi 6,4% por ano no Brasil. De 2005 a 2009 foi 1,6% por ano.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Estranho isso.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Dado é dado. Uma coisa é a propaganda, outra coisa é o dado.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Não acho que a propaganda, é a realidade, a criação de novos campi pelo Brasil, Recôncavo Baiano, quer dizer, é uma nova realidade.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – É uma nova realidade Deputado, mas esses campi foram criados em lugares onde tem pouca gente que conclui o Ensino Médio, então não tem candidato para preencher a vaga, esse é o ponto. Uma estratégia mal engendrada do ponto de vista da racionalidade da política pública.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Nós queremos agradecer muito aqui a presença dos três palestrantes que muito contribuíram para o desenvolvimento dos nossos trabalhos. Esta foi uma das sessões mais proveitosas, não tenham dúvidas, com a presença do nosso Professor Diretor Científico da FAPESP, Carlos Henrique Brito Cruz, da Professora Mariana Fraga Soares Muçouçah e da Professora Madalena Guasco Peixoto.

Eu acho que a CPI vai fornecer dados importantes para as autoridades da área, dados que nos foram fornecidos hoje aqui nos deixaram extremamente surpresos e ratificou a necessidade de se criar esta CPI embora ela não tenha a autonomia que deveria ter na verdade se fosse uma CPI de âmbito federal.

Nós agradecemos muito a todos e queria lembrar aos membros da Comissão que ficou para o dia cinco a nossa visita à UNITAU em Taubaté, às 19 horas, é uma quarta feira, às 19 horas em Taubaté, na Câmara Municipal de Taubaté.

E a convocação da UNIESP ficou para o dia 19/10. Está encerrada a presente sessão.

* * *

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ENSINO SUPERIOR

PRESIDENTE

DEPUTADO CELSO GIGLIO - PSDB

19/10/2011

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ENSINO SUPERIOR

19/10/2011

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo, com a seguinte pauta:

1. Ouvir o Dr. Luiz Flávio Borges D’Urso, Presidente da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo que se faz representar pelo Sr. Edson Cosac Bortolai, Presidente da Comissão de Estágio e Exame da Ordem.
 2. Ouvir o Prof. José Fernando Pinto da Costa, Presidente da UNIESP – União das Instituições Educacionais do Estado.
 3. Deliberar sobre Requerimentos.
 4. Outros assuntos de interesse dessa CPI.
- Solicito à Secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Dois requerimentos, primeiro a dispensa da leitura da Ata. Segundo que V. Exa. faça uma inversão da pauta e nós decidiríamos primeiro a respeito de possíveis convocações que possam acontecer nas próximas reuniões. Então desse quadro, antes de nós ouvirmos as pessoas convidadas, nós podíamos deliberar sobre o problema que V. Exa. colocou de resolver o 3º ou 4º item que V. Exa. falou.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Aprovada a Ata da reunião anterior.

Atendendo a solicitação do Deputado Vitor Sapienza nós queremos então... Temos algumas deliberações aqui e eu queria pedir que o Deputado Vitor Sapienza presidir nesse momento, uma vez que eu gostaria que ele lesse um requerimento que é de minha autoria.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Pois não. Requerimento da lavra do Deputado Celso Giglio Presidente dessa CPI, nos termos do Art. 34 do Regimento Interno consolidado, requeiro a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de verificar a qualidade do ensino superior privado, a prorrogação do prazo de funcionamento desse órgão pelo período adicional de 60 dias.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Pela ordem nobre Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu gostaria de solicitar ao Presidente que pudesse nos expor os motivos do pedido de prorrogação. Lembro que tiramos um calendário, aprovamos uma série de requerimentos para fazer as oitivas e havia uma expectativa de todos os membros, mesmo desse Deputado quando se dispôs a participar de que pelo menos até o final do ano nós estivéssemos encerrado esse trabalho.

Então eu não fiquei sabendo e gostaria de ouvir do Deputado Celso Giglio qual o objetivo desse pedido de prorrogação.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu cometi uma falha Deputado Simão, porque não dei a justificativa do requerimento do nobre Deputado. Ele alega o seguinte: que o requerimento se fundamenta no fato de que essa Comissão, além dela não cumprir integralmente a sua programação de trabalho, faltando ainda ouvir o depoimento de várias personalidades vinculadas a seu objeto e debater a questão com mais profundidade e minúcia.

Além disso, encerrada a fase de “insulção”, é preciso conceder ao Relator um prazo de 15 dias para elaboração do parecer, o que ao nosso juízo se prefigura um objetivo impossível de ser alcançado, sem que antes seja votada a prorrogação dos trabalhos.

Lida a justificativa eu passo a palavra ao nobre Deputado Celso Giglio para complementar algo se necessário for.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Simão Pedro nós também imaginamos que concluiremos essa CPI antes do final do ano. Entretanto, o prazo para o seu encerramento é dia 18 de Novembro e até 18 de Novembro eu penso que nós não teremos ainda dado o prazo necessário a V. Exa. para concluir o relatório.

Então, por via das dúvidas nós estamos pedindo essa prorrogação que temos direito, mas pretendemos como o senhor, encerrar essa CPI até o final desse ano.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Seria 60 dias depois do dia 18, não é?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Sim, mas nós não necessariamente teremos que usar esses 60 dias.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Em discussão. Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento do nobre Deputado Celso Giglio no sentido de prorrogar por 60 dias a validade da CPI.

Eu restituo a presidência ao nobre Deputado Celso Giglio.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – A título de informação, entre as pessoas aqui sugeridas para serem ouvidas nós temos ainda o Secretário Estadual do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, o Sr. Paulo Alexandre Barbosa. O Sr. Antonio Carlos Caruso Ronca, Presidente do Conselho Nacional de Educação. O Dr. Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Técnico, o CNPQ. O Sr. Jorge Almeida Guimarães. Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o CAPS. O Sr. José Goldemberg. Eunice Ribeiro, Diretora Científica do Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da USP. Júlio Cesar Durigan, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulista, CRUESP.

São as pessoas que ainda deverão ser ouvidas nessa Comissão e eu pediria então à Secretária que agilizasse para os próximos dias. São oito pessoas e temos a impressão que em quatro sessões nós ouviremos e encerraremos as oitivas.

Nós então agora convidamos o senhor representante do Dr. Luis Flávio D’Urso que é o Sr. Edson Cosac Bortolai, pedindo que tome assento à Mesa e colocamos os microfones à sua disposição.

O SR. EDSON COSAC BORTOLAI – Sr. Presidente, doutos Deputados, senhores presentes aos plenário, é uma honra estar nesse plenário representando a Ordem dos Advogados do Brasil para falar a respeito de tema que é tão momentoso e tão caro como o ensino superior no Brasil e mais especialmente o ensino de Direito no Brasil.

Eu me ponho à disposição do Presidente Giglio, dos demais Deputados para os esclarecimentos que forem solicitados. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós vamos aqui então fazer uma lista com ordem de inscrição. Eu quero saber dos Srs. Deputados quem deseja se inscrever. Deputado Simão Pedro, Deputada Leci Brandão, Deputado Itamar Borges, Deputado Vitor Sapienza...

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu me inscrevo, mas pediria a V. Exa. que nós vamos ter uma solenidade dentro de 15 minutos na Presidência, que é a outorga, a Comunidade Italiana está doando à Assembleia uma réplica da Loba Romana. E quem foi o interlocutor junto à comunidade fui eu e a solenidade está marcada para as 11 horas. Então dentro desse contexto eu pediria aos demais colegas que me liberassem para eu fazer a primeira pergunta, porque eu vou ter que me ausentar e depois voltar. Estão de acordo, senhores?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Estão de acordo. Com a palavra então Deputado Vitor Sapienza e os demais presentes a essa reunião, o Deputado Simão Pedro, Deputado Itamar Borges, Deputado Leci Brandão e esse Deputado na Presidência. Deputado Carlos Giannazi também presente.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Sr. Presidente causa espécie a nós Deputados e a comunidade em geral, o alto índice de reprovação nos exames que a OAB procede.

Isso faz com que, e eu conhecendo vários dos membros da OAB, inclusive o Presidente que é do mesmo bairro meu, que é o D’Urso, eu sei a seriedade com que é realizado esse tipo de teste, mas causa espécie para nós sabendo que a população, melhor os estudantes, muitas vezes abrem mão de, praticamente exceto alimentação de tudo na vida, para poder concorrer e participar de uma faculdade.

Eu gostaria de saber do senhor o seguinte: Primeiro, o porquê dessa reprovação tão grande. Segundo, que V. Exa. analisasse o tipo de ensino que é dado a esse pessoal e terceiro, finalmente, quais as soluções que V. Exa. poderia sugerir no sentido de nós melhorarmos o nível dessa

faculdade, que muitas vezes, infelizmente, talvez até eu seja excessivamente agressivo, não passam de caça-níqueis no momento em que o pessoal se dedicam, e muitas e muitas vezes, eu que conheço praticamente o Estado de São Paulo todo, me deparo com situações estarrecedoras vendo aqueles jovens de ambos os sexos, se dirigindo à faculdade depois de um dia de trabalho. Eu fico olhando e penso: esse coitado está sendo enganado. O que é que vai acontecer com ele no futuro? A decepção grande... E digo mais, finalizando, a quantidade de motoristas de praça, de ascensoristas, depois de posse de um diploma em que eles saem todos contentes, com aquele canudo, eles começam a buscar um espaço no mercado, e eles vêem que eles passaram quatro, cinco ou seis anos na faculdade e foram enganados.

Eu quero me desculpar por esse desabafo, mas a gente que acompanha no dia a dia o que acontece, tem que desabafar mesmo. Obrigado Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Acho melhor o senhor responder, porque assim o Deputado Vitor Sapienza que precisa sair, já terá a resposta.

O SR. EDSON COSAC BORTOLAI – Sem problemas, Presidente.

O SR. – Pela ordem. Eu não me inscrevi, mas eu poderia complementar a pergunta do nobre Deputado Vitor Sapienza?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Sem problemas.

O SR. – Quero cumprimentar a presença aqui do representante da OAB e os demais convidados da CPI que vão aqui se manifestar, mas eu reforçaria como Bacharel que sou também, que a sensação que temos nessa questão colocada pelo Deputado Vitor Sapienza, e a Leci Brandão, Simão Pedro e todos nós convivemos aqui no dia a dia, é que depois de ter cursado uma faculdade, parece que o estudante de Direito ou o Bacharel em Direito precisa fazer uma nova faculdade, que seria aí o preparatório para ser aprovado, para conseguir a aprovação do exame da Ordem.

Eu acho então que o intuito do Deputado Vitor Sapienza é exatamente esse. O que circula aí é bem isso. O advogado hoje ele precisa fazer duas faculdades se ele for advogar. A primeira que são cinco anos do curso de Direito e a segunda que é o curso preparatório. Muitos chegam a fazer mais de anos de preparação para poder ser aprovado no exame da Ordem. Apenas esse complemento que possa ir de encontro à resposta.

O SR. EDSON COSAC BORTOLAI – Srs. Deputados, o problema do ensino universitário no Brasil não é um problema da universidade, é um problema de ensino básico. Começa já no ensino primário, secundário. As escolas no Brasil não preparam o aluno como deviam, com raras exceções.

Então o que acontece? O aluno que paga uma boa escola, ele tem um bom preparo, faz o vestibular muitas vezes sem cursinho e entram nas faculdades públicas que são as gratuitas. Ele vai dar preferência, evidentemente, a uma pública por ser gratuita.

Então nós temos o primeiro ponto aí. Os melhores preparados entram em faculdades públicas, porque são gratuitas. Os menos preparados vão concorrer com as privadas, porque são pagas.

Então você tem dois núcleos aí. Um que vai para as faculdades tradicionais. Eu vou citar nomes, se me permitem, para ficar mais claro. PUC, Mackenzie, FMU já tem certa tradição. Essas tradicionais pegam então o segundo contingente de alunos mais preparados. O que sobrar, vai para as demais faculdades e elas, essas outras não tem um curso decente, um corpo docente adequado.

Não tem mestres, não tem doutores, não tem professores de nível docente e isso faz totalmente a diferença na hora do cidadão prestar o exame de Ordem. Aqueles que vêm das faculdades públicas são aprovados sem fazer cursinho. Os que vêm das tradicionais também. Agora, os outros é um problema sério, porque eles vão ter que fazer cursinho. Se bem que isso na advocacia não é um drama, não é problema, porque o advogado vai estudar a vida inteira. Diariamente ele tem que se debruçar sobre os livros, sobre as novas leis, todos os dias saem novas leis e o advogado ele tem que acompanhar isso.

Então é bom que ele já se acostume porque se ele abraçou essa carreira ele terá que estudar até o fim da vida.

Agora como começou o esgarçamento do ensino, e vou falar mais especificamente de Direito. Começou de longa data, mas a coisa se deteriorou no Governo, que foi em minha opinião um ótimo Governo, mas o Ministério da Educação no Governo Fernando Henrique quis melhorar o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Então ele facilitou a criação de faculdades, não só de direito, qualquer faculdade. Você perdeu o componente técnico e o componente político foi muito forte. Então houve uma criação avassaladora de todos os cursos, inclusive de Direito.

E o que aconteceu? Essa criação avassaladora de cursos de Direito, eu vou explicar o porquê, tem uma questão técnica aí... Um centro universitário ele é formado por até seis faculdades. Então no interior você monta uma faculdade que não precisa de muita instalação, tipo, Filosofia, Sociologia, Jornalismo e você tem seis faculdades. Acontece que o Centro Universitário ele não tem autonomia. E todo proprietário de um Centro Universitário ele almeja ter uma Universidade, porque

aí ele vai dizer qual é o número de alunos que ele quer, quais os cursos que ele quer, etc. E para isso ele precisa ter sete faculdades. Então aí entra a Faculdade de Direito, que é uma faculdade também que não tem custo.

Então monta-se uma Universidade, a faculdade de Direito entra ali como massa de manobra, vamos dizer assim, e aí a coisa vai. Mas eles não têm tradição, eles não vão contratar um professor com Mestrado, Doutorado embora o MEC tenha passado a exigir um determinado número.

Mas vejam a diferença. Eu não vou pegar faculdades públicas Deputado Giglio, Sapienza. Vou pegar faculdades tradicionais de São Paulo.

Mackenzie e PUC tem cursos de Mestrado e Doutorado. O quadro deles tem professores de nível docente, professores associados, adjuntos e titulares. Isso, cada gradação que o professor tem, ele tem um aumento de salário. A hora aula dele passa a custar mais, então ele passa a pesar mais para faculdade, e isso não interessa para essas faculdades que são como mencionou o Deputado, caça-níqueis. E é verdade, nós temos esse problema no Brasil.

Então falando de números. No Brasil, perto de Um mil e 400 faculdades de Direito; no Estado de São Paulo nós temos perto de 240 faculdades de Direito para 200 milhões de habitantes.

Nos Estados Unidos inteiro com 300 milhões de habitantes, não tem 200 faculdades de Direito. Ou seja, tem menos do que tem no Estado de São Paulo.

Assim é fácil ver que o excesso de formandos em Direito e com um nível de formação baixíssimo, há essa carência do corpo docente das faculdades vão desaguar na Ordem dos Advogados.

E o que reflete? O exame de ordem não é um exame reprovativo. É um exame de constatação para ver se o Bacharel não vai enganar o cliente dele, não vai cometer um equívoco e lesar o patrimônio ou a liberdade daquele cliente. A Ordem defende não os seus quadros, a Ordem está defendendo o cidadão, a cidadania. Daí porque nós temos o exame de Ordem.

E o exame de Ordem, para vocês verem o absurdo, no penúltimo exame, em cada 10 que prestaram, um foi aprovado. No último exame, em cada 10 que prestaram, um e meio foram aprovados. Melhorou 50%, mas o índice Deputado Sapienza, é muito baixo. Nós ficamos perplexos com esses números, mas é a nossa realidade, é a realidade do Brasil.

A Ordem não está para temporizar. Nós não estamos para agradar o filho de uma autoridade ou um religioso. Não dá. Ela absolutamente contrata uma empresa especializada, era a Universidade de Brasília, o CEST – Centro de Estudos, depois houve o problema do vazamento de uma prova por culpa deles. Houve um prejuízo de quase 3 milhões de reais, o pessoal todo foi processado. Nós anulamos a prova no Brasil inteiro contra a minha vontade. Eu queria anular só em São Paulo. O Presidente D’Urso e o (ininteligível) disseram Não, nós temos a imagem da Ordem, isso pode custar caro, mas nós vamos anular, eu não quero que tenha o menor risco. Foi afinal uma solução que se mostrou adequada.

Então Deputado, V. Exa. me pergunta quais as soluções. O tipo de ensino já deu para perceber que já vem lá de baixo o equívoco.

Soluções: primeiro melhorar o ensino de base. Quem puder, infelizmente, tem que pagar uma escola particular para os seus filhos, infelizmente. Eu falo isso com dor no coração. Ao contrário das Universidades públicas, os colégios públicos não são eficientes.

Segundo lugar, temos que fazer, me perdoe o Presidente, o fechamento hostil, o fechamento dramático de faculdades de Direito no Brasil. Não podemos autorizar a criação de novas faculdades. Esses cursos, veja Deputado tem um aspecto: a Ordem no exame, ela em última análise, ela não está examinando o aluno, ela está examinando a faculdade de onde ele proveio. Por quê? Porque nós estamos inclusive comunicando ao MEC: - Olha vocês inscreveram 40 examinandos e foi aprovado um. Isso tem sido uma colaboração que a gente pode dar ao Ministério da Educação que também não está atento a isso, devido a involuções políticas, acredito eu. Mas a solução será isso. Encerramento de faculdades de Direito.

Nós podemos acabar com o exame de Ordem. É só nós termos umas 150 Faculdades de Direito no país.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu até sugeria ao representante da OAB no seguinte sentido: da mesma maneira de quando a ENEM faz as publicações, ela mostra que tal escola teve tantos aprovados, classificados. Eu entendo que talvez até seja abusivo, primeiro uma reciclagem das faculdades através de uma representação da OAB, ela poderia fazer um pedido ao Ministério da Educação para fazer uma reciclagem do nível das faculdades.

Segundo, aí talvez seja até abusivo o que eu vou propor, mas seria interessante aquilo que o senhor mencionou no seguinte sentido: tal faculdade teve tantos inscritos e não passou nenhum, tal teve tantos e passou tantos. Porque aí já começa uma formação da pessoa interessada. Ela já começa a ter noção, se ela está entrando naquela faculdade, ela já vai ver o risco que ela está correndo. Talvez isso seja abusivo, mas em determinados momentos a gente tem que ser drásticos. Eu entendo da mesma maneira que o senhor fez uma colocação, que em determinado momento a proposta era

cancelar o exame em São Paulo. Vocês foram de uma forma drástica, cancelando no país todo, e deu resultado. Talvez, a gente comece a fazer com que o pessoal tenha certa responsabilidade e aquele pessoal que é iludido começa a ver as coisas com mais clareza. Eu sei do objetivismo de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Antes de passar a palavra aos Deputados eu também queria tirar as minhas dúvidas e fazer uma observação.

O senhor falou das dificuldades da educação básica e falou também do vestibular.

Essa é a segunda CPI na área da educação que eu presido. Presidimos outra, eu sou médico, a respeito dos cursos de Medicina que também merecem ser melhor avaliados, uma vez que para o médico não existe exame de Ordem. Ele apenas termina a faculdade com seu diploma, e está apto a atender de forma muito ampla todas as doenças que o ser humano pode apresentar.

O número de residências é inferior à demanda e muito colegas acabam não fazendo residência e não atendendo como deveriam aos pacientes.

A proliferação das faculdades não ocorreu só no Governo Fernando Henrique, ela continua no Governo que o seguiu, não só na área do Direito, mas em todas as áreas, e nós temos hoje um número imenso de faculdades, umas inclusive até crescendo muito e aplicando aí recursos na Bolsa, deixando de fazer com que a educação passe a ser uma mercadoria praticamente.

Mas por que o vestibular é tão fraco? Nós temos lido e temos acompanhado que existem agências dentro de igrejas, dentro de outros setores, arregimentando estudantes para prestarem vestibular.

Quer dizer, o vestibular não é padronizado, não é corrigido da mesma forma. Então o vestibular é mais fácil aqui, entra todo mundo e acabou. Eu acho que aqui o vestibular que é a porta do ingresso para faculdade, já começa errado.

E depois a sugestão do Deputado Vitor Sapienza me pareceu muito oportuna e essa CPI no relatório do Deputado Simão Pedro, certamente vai sugerir que haja um demonstrativo da aprovação dos alunos egressos das faculdades.

Então, tantos alunos de tal faculdade passaram no exame da Ordem, tantos de tal faculdade não passaram, para ficar evidenciado quem presta bons serviços ou não.

Aliás, eu tenho um projeto audacioso aí na área da educação. Propondo isso para as escolas públicas que sejam colocadas na Portaria das escolas a avaliação das escolas, para que todos possam saber onde seus filhos estudam. Ou nós encaramos esse problema educacional de frente, infelizmente a nossa Comissão por atuar apenas aqui no Estado de São Paulo, e muitas vezes são de alçada federal, mas em São Paulo dá para gente atuar bastante. Eu acho que publicar o nome seria muito importante e eu pergunto, se a OAB que tem o respeito de toda a sociedade, a gente vê a OAB participando, sendo convidada para Congressos, a presença da OAB enriquece todo tido de evento.

O que a OAB tem feito para isso? Que denúncias a OAB tem feito? E que órgãos deixam de atender a OAB e viram as costas para essas reclamações?

Nós queremos com isso identificar o trabalho da OAB e queremos identificar também eventual ineficiência para aqueles a quem vocês reclamam.

O SR. EDSON COSAC BORTOLAI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a OAB como entidade da sociedade nacional, ela faz o que pode, mas ela não é uma entidade política, é uma entidade técnica. Nós estamos criando, aliás, está voltando o chamado selo OAB recomenda. A partir desse final de ano será implantado novamente. Ele vem ao encontro do que o Deputado Sapienza propôs. Ele é um ranking das faculdades que tem o prestígio da OAB, pelo número de aprovados, pelas suas instalações. Aliás, a Ordem encara a faculdade de Direito que é instalada, ela manda representantes para verificar bibliotecas, verificar as instalações, nós podemos até sugerir, mas nós não temos o poder de mandar a faculdade agir de uma forma ou de outra. O órgão crítico nessa questão é o Ministério da Educação e Cultura. E nós sabemos que em Brasília os órgãos técnicos são muito maleáveis à pressão política. É um fato da vida. Isso nós temos que adotar uma postura, os congressistas tem que adotar uma postura de pressionar o Ministério da Educação de não conceder mais autorização para abertura de faculdades de Direito, porque o número que nós temos é exorbitante.

Agora, Deputado Giglio, V. Exa. é formado em Medicina, V. Exa. mencionou a carência também do necessário estudo na faculdade de Medicina e o fenômeno da residência médica, que o aluno se forma e não faz residência. Isso não é o defeito só da Faculdade de Medicina, e veja que realmente vestibular é necessário, como o exame da ordem é necessário. É um bem necessário, porque nós temos que expurgar aquele pessoal que não tem o preparo para acompanhar um curso universitário.

Agora, o médico ele se forma, ele tem o diploma de médico, como o Deputado estava lembrando, ele pode não fazer residência e entra no mercado de trabalho. Vai clinicar.

Se ele fizer residência, os dois anos obrigatórios, ele tem o título de especialista, mas ele fez o vestibular, um pré vestibular pós universitário. Por quê? Porque como V. Exa. mencionou nós temos poucas vagas nas residências, então a disputa entre os formandos de medicina é muito grande. Eles fazem o cursinho tem que estudar e se submeter à aprovação em uma das faculdades que oferecem a residência.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós detectamos, só para complementar, que a falha está nas faculdades de Medicina, que não oferecem o número suficiente de residências e não tem uma avaliação durante o curso, mais ostensiva dos alunos, mas sobretudo porque elas não oferecem a todos os formandos a oportunidade de fazer residência, quando que isso deveria ser obrigatório.

Quer dizer, toda faculdade, todos os hospitais deveriam ter as vagas para residência em número suficiente para os alunos formandos.

Então foi detectado que a falha está no ensino mesmo e nós encaminhamos isso aos órgãos competentes e esperamos que alguém nos ouça.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Duas coisinhas só. Primeiro eu estou me retirando e segundo, da mesma maneira que eu elogiei o expositor eu quero fazer uma crítica. Eu entendo que a OAB tem que pressionar mesmo, não tem essa história de social.

A OAB faz parte de um sistema e ela tem que zelar pelos cursos e V. Exas. tem que pressionar mesmo, porque no momento em que a comunidade toda começar a reagir às coisas erradas, nós começaremos a mudar o país. Então dentro do mesmo (ininteligível) estava tirando 10, já está tirando de 8,5 para 9.

Obrigado eu volto logo.

O SR. EDSON COSAC BORTOLAI – Obrigado, é uma boa nota.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu quero dar bom dia ao Presidente Celso Giglio, bom dia ao Dr. Bortolai, aos demais colegas aqui da Comissão.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Quero anunciar a presença do Deputado Geraldo Cruz de Embú das Artes.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Dr. Bortolai, eu ia fazer uma pergunta que o senhor acabou de responder agora de que porque a OAB desde 2007 deixou de publicar o ranking das recomendações. Eu lembro que isso foi instituído há uns anos atrás, invés de ficar passando listas de indicações daquelas faculdades que não tem um bom desempenho, etc., recomendar eu acho que é uma boa iniciativa.

A OAB recomenda essas, e aí o estudante que está querendo fazer um curso de direito ele tem essa recomendação técnico política da OAB e ele faz a sua escolha.

Deixou de fazer, mas eu fico contente com a notícia de que no final do ano voltará a ocorrer. Eu considerava uma boa atitude da OAB nesse sentido.

Eu tenho visto que de fato, há uma abertura muito grande de cursos, principalmente nas faculdades privadas, mas também há um processo de fechamento de cursos.

No caso de medicina houve uma proliferação dos anos 90 aos anos 2000, depois nessa gestão um processo de fechamento, mais de mil vagas foram fechadas.

E o MEC criou uma Comissão de especialistas presidida pelo Dr. Adib Jatene que hoje dá a palavra ali para abertura.

Nós mesmos estamos lutando na Zona Leste da Capital para abrir um curso de medicina na faculdade Santa Marcelina. Aí não é questão política não, é a região carente, que não tem médicos. Hoje mesmo tem notícia nos jornais da falta de médicos nos hospitais do Município. Os hospitais recusando pacientes. Então precisa ter um critério, de fato.

No caso dos cursos de Direito, abrem, mas o MEC através de seus processos de avaliação que nós já tivemos oportunidade de discutir com a representante do MEC aqui, os critérios de abertura, como é que se processa a avaliação dos cursos, os sistemas de punição e foram 34 mil vagas fechadas.

Eu queria perguntar ao senhor: a OAB participa em algum momento de... Ela dá algum parecer antes do MEC aprovar uma abertura de uma faculdade, de um curso de Direito?

Eu não tenho certeza, mas eu tinha um entendimento que a OAB ela participava também com isso dando o aval.

A segunda questão, vamos ser sincero, é senso comum e vendo aqui por tantas denúncias que se tem, e tem excelentes cursos, mas também tem faculdades que almejam somente o lucro e não tem preocupação com a formação, mas eu não sei se o critério de passar no exame da Ordem, e olha que eu não sou da área. Eu sou da área de Filosofia e Sociologia, mas tenho um irmão que é advogado e eu considero ele um excelente profissional, pessoa inteligentíssima, mas ele teve muita dificuldade de passar no exame.

Então eu não sei se passar no exame da Ordem é um critério que dê para gente avaliar se o curso é bom ou se não é, ou se ele deve ser fechado.

Eu, com toda sinceridade, eu acredito que o MEC tem construído mecanismos de avaliação, de sistemas de punição que precisam evidentemente, de serem aperfeiçoados, mas não é de agora

que eu tenho informação como militante, como estudante de que passar no exame da Ordem não é coisa fácil. É um funil muito grande. Eu tinha entendimento que isso era porque havia um processo de seleção para que não se entre muitos profissionais no mercado. Não seria uma reserva de mercado, mas a OAB... Porque senão, tantos cursos formando tanta gente, tantos profissionais entrando no mercado, uma hora seria uma guerra.

Então os exames da OAB serviriam para tipo, a cada ano 10% dos formando é que entram. Então eu queria saber se essa percepção que nós temos com relação à avaliação da OAB a respeito disso, e se concretamente a OAB participa para dar aval para abertura de algum cursos e se o MEC consulta a OAB ou não?

O SR. EDSON COSAC BORTOLAI – Deputado Simão, primeiramente vou falar a (ininteligível) aqui que V. Exa. falou do curso de Medicina do Santa Marcelina. É um hospital excelente. As freiras são fenomenais e acho que vocês tem que brigar muito para abrir uma faculdade de Direito lá porque elas tem as instalações. É melhor do que muito hospital público e as freirinhas na administração elas tocam aquele hospital muito bem, e acho que é o hospital mais relevante de todo o entorno da Zona Leste.

Eu não sabia disso aí, mas fiquei feliz com essa notícia de que vocês estão trabalhando.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – E já foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, pelo Conselho Nacional de Saúde, está em vias de conquista para região lá.

O SR. EDSON COSAC BORTOLAI – Que beleza, parabéns. Quanto ao aval da Ordem para abertura de Faculdade de Direito, a Ordem ela recebe o pedido de inscrição e ela dá uma manifestação.

O Conselho Federal através do seu órgão específico que é do ensino jurídico, se manifesta na criação das faculdades de Direito. Normalmente ela é contra a abertura de faculdades de Direito porque já se tem muito, a menos que seja numa região que nem tenha nenhuma faculdade de Direito, então existe aí um critério de atendimento à população de uma região, e nesse ponto a Ordem acaba dando parecer favorável a abertura daquela faculdade de Direito.

Agora quanto ao exame de Ordem, Deputado, nós temos em São Paulo 300 mil inscritos na Ordem dos Advogados. Ultimamente a maioria já são moças, não é mais uma carreira masculina. Inclusive nos Bancos escolares a grande maioria do alunado é formada por moças e o que acontece?

Quanto mais gente nós tivermos nos quadros da Ordem melhor, porque a Ordem vive exclusivamente da contribuição dos seus associados, dos seus filiados, mas o espírito da ordem não é esse. Realmente é de deixar entrar aqueles que tenham condições mínimas de exercer advocacia. Então não há um problema corporativista. A Ordem também não quer limitar o mercado de trabalho àqueles que estão inscritos.

Mas nós vemos nos tribunais de ética da Ordem, aliás na entrada eu comentava com um colega que a dificuldade econômica pode levar o cidadão honesto a praticar um desatino, mexer com o dinheiro de cliente, por exemplo. Tipo, bom eu recebi aqui, mas eu vou dar o mês que vem para ele porque eu estou com o meu aluguel para pagar.

E quando chega no mês seguinte ele tem o aluguel para pagar e não tem o dinheiro para devolver ao cliente.

Então no nosso tribunal de ética, nós diuturnamente lidamos com isso, suspendendo advogados, dando advertência, fazendo pagar o cliente e tal. Isso o senhor imagina, Deputado, com 300 mil inscritos. Imagina se nós tivermos o número do Brasil inscritos em São Paulo, 700 mil advogados. Vai acontecer de tudo.

Então, indiretamente, se limita sim o mercado de trabalho, mas por uma razão óbvia. Se o cidadão não tem condições de advogar ele não pode entrar. Assim como aquele que não tem condições de clinicar não poderia exercer a medicina. Ou vai fazer um concurso público, ser Fiscal de Renda, fazer outra coisa, mas não deve exercer aquela atividade.

Espero ter respondido a pergunta de V. Exa.

Sim, tem o problema de dificuldade do exame de Ordem. O exame de Ordem é um exame amplo. Ele é dividido em suas fases. Na primeira fase, antigamente, até dois exames atrás, haviam 100 questões objetivas, com quatro possibilidades de resposta, tipo teste. Então não é uma prova de matar ninguém, porque a resposta correta estava ali.

Nós diminuímos de 100 para 80 o número de questões para fazer em cinco horas, de modo que ele tenha mais tempo para pensar e fazer o exame. Aqueles que obtiverem cinco na primeira fase, acertarem 40 questões, eles vai se submeter a uma segunda fase que é a fase prática. Então ali tem um problema concreto de dissertação e outras quatro questões dissertativas sobre...

O primeiro exame é genérico, o segundo é específico dentre sete matérias que ele vai escolher: Direito Civil, Direito Empresarial, Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito do Trabalho, enfim, ele escolhe qual e a área de militância dele. Ele vai fazer dentro da área de conhecimento dele.

Então ele terá que fazer uma dissertação e responder quatro questões dissertativas também. Então qual é o grande problema?

Eu falo isso porque eu fui professor na PUC 28 anos, fiz Mestrado, Doutorado lá, então conheço a coisa. O aluno da Faculdade de Direito ele deveria exercer a atividade no 4º ano, ele

deveria ir para um escritório de advocacia, para uma empresa no 4º e 5º ano lá. Mas o aluno não faz. Então vai se submeter ao exame de Ordem e fica reprovado mesmo, porque quem faz os dois anos de estágio é aprovado.

Não é um exame difícil, ele é cansativo.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Só um comentário. Eu presido a Comissão de Educação aqui, a gente tem feito bons debates a respeito, por exemplo, do vestibular. Eu tenho lutado para convencer os Reitores da USP e da UNICAMP e UNESP, as nossas Universidades públicas a mudar a forma de seleção dos alunos.

Eu acho que o vestibular não é a melhor forma de selecionar os melhores alunos, porque um exame, eu não sei se você consegue captar a inteligência desse aluno, a capacidade dele de resolver problemas. Sou a favor de medidas, como já temos em várias partes do mundo de agregar no processo de avaliação outros itens.

O estudante que participa de atividades comunitárias no seu bairro, poderia ser um critério de pontuação. E assim por diante.

Eu acho que a prova em si ela não é a forma mais adequada. Então eu não sei se o exame do jeito que ele é feito, eu não conheço por isso estou falando como leigo, se ele de fato seleciona os melhores profissionais e dá a oportunidade para os melhores. Não sei se era o caso de se avaliar, de incrementar na avaliação outros elementos. Se ele, por exemplo, participou de um estágio num escritório, a gente podia pensar.

Então, eu por exemplo, tenho um filho que estuda na USP, ele faz engenharia na POLI. Ele estudou num bom colégio privado. Ele aos três anos já estava alfabetizado, mas aos cinco ele teve que entrar no curso primário. Eu tive que colocá-lo numa escola particular muito boa, mas mesmo assim ele não entrou na primeira vez na faculdade. Foi obrigado a fazer um cursinho. Fez no Etapa que é um bom curso. Por isso que eu fico pensando: nós já, grande parte dos cidadãos já paga o curso, e às vezes, eu vejo isso na OAB também. O cara fez uma boa faculdade, não conseguiu entrar, ele é obrigado a ir para um curso.

Eu não sei, não sou contra, eu tenho amigos, até o próprio Ministro da Justiça que é meu amigo é professor num desses cursos preparatórios. A minha preocupação é que há um conjunto de interesses também espalhados na nossa sociedade que... Então eu não sei se criminalizar as faculdades, colocar toda a culpa no MEC, que o MEC não avalia direito, que nós precisamos jogar para cima do MEC a responsabilidade da avaliação dos cursos.

Eu estou dizendo que eu sou contra essa ideia de que avaliar o curso pelo fato dele aprovar alunos na OAB, se é o melhor critério. Por isso que eu achei interessante e volto a enfatizar da minha satisfação, a OAB vai recomendar faculdades. É um papel que ela tem, é uma entidade respeitadíssima na sociedade civil. Então eu não sei se esse debate está correto da forma que nós estamos fazendo.

Essa é a minha observação, agradeço muito a contribuição dos senhores aqui para os debates dessa CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Deputada Leci Brandão, eu peço desculpas porque ela estava inscrita antes do Deputado Simão Pedro. Eu me confundi aqui.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu também peço desculpas a Deputada Leci por não ter percebido.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Leci Brandão, grande Deputada, companheira de horas e horas de debates.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Cumprimento o Sr. Presidente Deputado Celso Giglio. É sempre uma honra poder falar depois do Deputado Simão Pedro que a gente sempre aprende um pouco mais. Um grande amigo, grande orientador. Cumprimentar também o Deputado Geraldinho de Embu das Artes e o meu querido amigo Deputado Carlos Giannazi do Psol.

Dr. Bortolai, eu não sou advogada. Pensei um dia em ser, mas depois a música atravessou a minha vida e acabei não podendo fazer o curso. Fiz o curso de universidade da vida e o povo de São Paulo me colocou nessa Casa.

Antes eu queria dizer que a OAB, nos dias de hoje, tem sido muito citada pela mídia até na participação, nas atitudes que o povo brasileiro tem tomado. O povo tem saído às ruas, tem se manifestado e a OAB tem tido a presença. A OAB tem um posicionamento que nos chama atenção em vários acontecimentos que rolam na nossa Pátria, o povo fica um pouco receoso e aturrido e a OAB vem e se posiciona.

Eu estou falando uma coisa que eu sempre questiono com os amigos, enfim, que as Universidades públicas são as melhores. Eu queria saber como é que o senhor pensa essa questão, que eu enquanto cidadã sempre discuti, que é a questão da distribuição das cotas, porque para mim é uma coisa muito triste. Me dá um desalento muito grande quando eu vejo pessoas espalhadas por todo esse país que gostariam de ser um dia um grande advogado (a) e que infelizmente não podem pagar os cursinhos para vestibular, e que acabam não tendo a oportunidade de entrar numa universidade pública que é a melhor.

Eu queria saber a sua opinião sobre isso, até porque eu tenho uma história de uma amiga minha que mora na Zona Leste, ela fez provas quatro vezes, conseguiu passar no ano retrasado na OAB, entrou para OAB, mas depois de cinco vezes que ela fez a prova. O senhor não acha que é uma injustiça, o senhor que é homem do Direito? Como é que o senhor vê isso?

O SR. EDSON COSAC BORTOLAI – Deputada Leci, é uma honra ser arguido por V. Exa. Eu devo dizer o seguinte: em princípio acho que qualquer cota é perigoso para o cotista, porque a facilitação de ingresso numa universidade ela teria que, em tese, ter somente caráter meritório. Aquele que estiver melhor preparado entra, o que não estiver não entra.

Agora acontece que a senhora colocou uma coisa muito bem posicionada. As minorias não tem oportunidade de ingresso numa universidade de nível porque não tem normalmente dinheiro para bancar um bom curso básico. Normalmente eles vem de uma escola pública, fraca e não tem.

Então nessa medida, por equidade, para dar oportunidade a essas minorias, eu não vejo nenhum mal em que seja feito uma cota, 10% por exemplo, para determinado tipo de minoria. Na minha visão não haveria problema nenhum.

Agora se começar a se fazer cotas para tudo quanto é minoria, aí não é bom para as próprias minorias. Será uma discriminação ao contrário.

Vou mencionar um fato que ocorreu a uns 60 anos numa faculdade de Direito. Um cidadão prestou vestibular e entrou na Faculdade de Engenharia e naquela época tinha o costume de cortar o cabelo do calouro, e o sujeito impediu que fosse cortado o cabelo dele, bateu num veterano e tal, porque não queria. Ele se impôs pela força, e ele foi discriminado durante todo o curso porque disseram o seguinte: se você não tem espírito universitário para aceitar uma cortada de cabelo, você não tem condição de ficar no nosso grupo. Deram um gelo nele ao longo do curso inteiro.

O que eu acho é que esse destaque para uma minoria não é bom. Ele pode vir a ser discriminado. Esse é o aspecto negativo que eu vejo.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Uma segunda pergunta: Como que o senhor avalia os cursos de Direito das instituições de ensino do Estado de São Paulo?

O SR. EDSON COSAC BORTOLAI – De ensino superior elas são de excelência. A USP, UNESP, etc. Inclusive não só em São Paulo, nós verificamos que o maior índice de aprovação foi de uma faculdade pública de um Estado pequeno lá do Nordeste. Foi o maior índice de aprovação no exame de Ordem, percentualmente não numericamente.

Então quer dizer, as faculdades públicas, tanto as federais como as estaduais elas são muito boas, porque elas têm o quadro estruturado. O quadro docente estruturado, o Governo me parece não ter negado verba para eles, agora as instalações a gente pode discutir, mas a qualidade de ensino é boa.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pelo adiantado da hora e não havendo mais oradores inscritos, nós agradecemos muito aqui a presença do Dr. Edson Cosac Bortolai que é Conselheiro da OAB e Presidente da Comissão de Exame da Ordem da OAB São Paulo.

Certamente o seu depoimento alimenta muito os trabalhos da nossa CPI e nós ficamos profundamente agradecidos com a sua presença aqui nesta manhã.

O SR. EDSON COSAC BORTOLAI – Obrigado Srs. Deputados, Sr. Presidente eu que agradeço e fico honrado com o convite, estarei sempre à disposição em nome da Ordem dos Advogados para o que os senhores precisarem. Um bom dia.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós queremos convidar agora o Dr. José Fernando Pinto da Costa da UNIESP para tomar assento à Mesa, prestar aqui o seu depoimento a respeito da UNIESP e certamente ouvir algumas perguntas de nossos Deputados presentes a essa audiência.

Queria cumprimentar também as pessoas que acompanham o Dr. Fernando, se quiserem tomar assento aqui no plenário, sintam-se à vontade.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Eu só queria saber como será o procedimento. Se o Dr. José Fernando vai fazer primeiro uma explanação ou se os Deputados já podem levantar os questionamentos, até porque nós que fizemos o requerimento aqui do convite para que o representante da UNIESP viesse aqui até a Comissão, então nós temos muitas indagações e denúncias para serem feitas e talvez, eu até sugira que a gente já comece levantando os questionamentos e o Dr. José Fernando já vá fazendo a sua explanação e respondendo os

questionamentos. Isso até pelo limite de horário. Então nesse sentido eu gostaria de solicitar que a gente já pudesse fazer alguns questionamentos, algumas considerações para que o representante da UNIESP já pudesse ir respondendo durante a explanação.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós vamos seguir a nossa rotina e vamos dar oportunidade ao Dr. José Fernando em fazer a sua explanação. Temos certeza de que ele o fará num tempo breve para depois ele responder as perguntas que lhe forem formuladas.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Primeiramente queria cumprimentar a todos da Casa, em especial ao Presidente, aos Deputados, aos professores aqui presentes, Diretores, representantes dos trabalhadores de Sindicatos e Federações e ter a oportunidade de poder, primeiramente, antes de entrar na questão levantada pelo nobre Deputado Carlos, que eu tenho o prazer de conhecê-lo nesse momento, e a gente poder explanar aqui.

Minha vida é uma vida transparente eu faço questão de estar discutindo todos os pontos com V. Exa., mas antes queria deixar a minha contribuição de 12 anos à frente do ensino superior, em particular no Estado de São Paulo, e recém agora no Estado do Rio de Janeiro, uma cidade que eu tenho um apreço muito grande, especialmente a Baixada Fluminense que tem um estado de pobreza imenso e falta de professores.

Então eu queria dar minha contribuição à Comissão, parabenizar pela formação dessa Comissão em discutir as diretrizes do ensino particular no Estado de São Paulo.

O Estado de São Paulo é a força que dirige o ensino, onde nasceu o ensino particular no país. Então Presidente, se me permite eu queria deixar alguns números, e a importância dessa Comissão para o ensino superior para São Paulo e para o Brasil.

O ensino superior particular hoje representa de 82 a 85% de todo alunado do ensino superior do país. As escolas públicas respondem por 15% focadas entre as federais, estaduais e as Municipais.

Então vejam a responsabilidade que nós temos frente aqui de uma Comissão criada pelos nobres Deputados, da importância da discussão do fato, e pelo resultado que nós podemos chegar, elevar mais o ensino. Os números hoje estão aí pelo IBGE, estão aí na mídia, nós somos hoje o pior país da América Latina no ensino superior. Nós estamos entre os piores do mundo, estamos competindo com a Etiópia, o Haiti com relação a ensino superior no mundo.

Então é uma discussão de relevância o ensino superior particular e público no país.

Então se me permite, eu dirijo hoje nesses 12 anos. Deixei minha carreira particular de engenharia na Cia. Energética de São Paulo, eu era engenheiro do Pontal do Paranapanema na construção da Barragem do Sergio Mota, onde eu saí de São Paulo, me formei numa universidade pública de Ilha Solteira, da primeira turma e fui ficar fora do Brasil quatro anos e depois eu tive o convite de trabalhar na Cia. energética. Ali eu fiquei até meados de 97/98 e depois eu saí e entrei na educação na mão de um professor semeador de escolas nesse país, que é o Prof. José Gonzaga da Silva Neto, Emérito professor e tem faculdades nos mais longos rincões do Brasil, recente lá em Cruzeiro do Sul no Acre, que aqui eu quero deixar registrado nessa Casa o brilhante papel desse professor, porque levar escolas a esses locais longínquos é ser uma pessoa abençoada, um pessoa muito nobre e um brasileiro nato que defende esse país.

Eu tive oportunidade de conhecer esse professor e saí da Cia. energética e comecei minha caminhada dentro da educação superior e educação básica do Estado de São Paulo.

Eu não quero me alongar muito, mas eu quero dizer da importância dessa Comissão. E digo mais, não foi dito por mim, foi dito numa palestra na FMU pelo nosso Presidente Lula que o ensino superior particular é que atende os pobres nesse país, porque as públicas atendem a elite. Então está inversamente proporcional.

Eu concordo com a nobre Deputada Leci, a qual eu conheci na inauguração de um comitê de um candidato a Deputado federal que eu estive acompanhado do José Rainha Junior, que temos um projeto no Pontal do Paranapanema.

Eu a conheci lá quando ela discursava e eu tinha certeza que ela seria eleita e de fato consagrou.

Então Presidente, nós somos responsáveis efetivamente pelo ensino superior nesse país às pessoas que não tem acesso.

Então eu estou vindo hoje aqui e vou colocar o tempo que for necessário para discorrer as questões, requerimentos da Audiência Pública, sem nenhum problema.

O que eu estou tendo a oportunidade de dizer claro, o ensino superior hoje ele está passando por um momento muito delicado. Hoje coloco alguns pontos relevantes que nós precisamos aqui na Comissão colocar.

O primeiro, eu dirijo hoje 37 faculdades no Estado de São Paulo e 2 no Estado do Rio de Janeiro. Imagina a responsabilidade que eu tenho perante o Ministério da Educação no qual eu assino todos perante o Ministério e perante todos os compromissos porque é uma concessão. E se eu tenho essas escolas não foram por acaso.

Então hoje eu coloco o ensino superior particular, que está atravessando um momento muito delicado, resumindo numa questão de gestão. Uma gestão própria da direção das entidades. Falta de uma política mais focada a inclusão de jovens e ainda coloco a necessidade de nós focarmos as questões regionais.

Então Presidente, eu vejo assim que não é por acaso que eu tenho essa responsabilidade de 37 faculdades, assumi muitas em dificuldades, mas hoje eu vejo aqui a importância e colocando para Comissão, a formação de professores. Hoje poucas faculdades estão focando a formação de professores.

Se o problema do ensino como foi colocado aqui pelo membro da OAB, que é o ensino básico, nós não temos professores em várias formações. Então nós temos que criar aqui um instrumento, porque nós temos faculdades de excelência para formar professores, porque sem professores nós não temos escolas, e sem escolas não temos alunos, e sem alunos não temos o saber.

Então Presidente, a minha preocupação hoje é formar professores, professores de excelência. Eu sou um engenheiro, eu tenho que construir a minha vida, deixei minha profissão e a educação não é por acaso, eu não estou por aqui por acaso e muito menos com recursos financeiros.

A minha vida é aberta e deixo aqui a minha declaração de Imposto de Renda se assim a Comissão desejar, minha e da minha esposa, que somos Presidente e vice-Presidente e deixo mais. Se algum de vocês quiserem ver a minha vida, eu nunca sai fora das fronteiras brasileiras e não ser que eu trabalhei quatro anos no Peru. Nunca sai e sim trabalhei.

Eu não tenho fazendas, não tenho apartamentos em Miami, não tenho outros bens a não ser a minha casa aqui de São Paulo que ainda é financiada pela Caixa Econômica Federal.

Então eu não estou aqui nessa frente por acaso, é uma luz que me ilumina. Estou aqui por amor a esse trabalho que faço pela educação, e sinto que precisamos de todos. A educação realmente tem muito a construir, nós temos muito a se identificar.

Pelos números que passei, São Paulo é o que tem o maior índice de alunado no ensino superior, 22%. Os demais Estados não chegam a 18, a 16%.

Ainda agora o Ministro da Educação encaminhou para a Câmara de Deputados, Congresso, o Plano Nacional de Educação, onde ele quer elevar de 30 para 33% o índice de alunado no ensino superior, que tenha curso superior no país. Se nós hoje não chegamos a 18 e na última década acrescentamos 3%, então nós temos muito trabalho e muita dedicação de todos, a gente tem que encontrar efetivamente os problemas para a gente poder atuar.

Como foi dito aqui ao membro da OAB, eu parabenizo a OAB pela supervisão junto aos cursos de Direito. Eu dirijo hoje 14 faculdades de Direito no Estado de São Paulo. Todas elas muito bem avaliadas pelo MEC e não tivemos nessas últimas avaliações nenhuma redução de vagas pelo Ministério da educação. Pelo contrário, recente agora tivemos a faculdade de Mirassol, cuja é uma das três melhores faculdades do Brasil. Estamos junto à USP e a Federal de Belo Horizonte ou do Rio de Janeiro, não me recordo.

Então coloco muito bem a questão da OAB de não restringir a abertura de escolas, e sim de supervisionar. A OAB tem que estar junto às escolas para que ela possa avaliar o corpo docente, ela possa avaliar o projeto pedagógico, a biblioteca, a parte do núcleo de apoio jurídico e sim poder estar junto conosco construindo uma faculdade de Direito excelente e não simplesmente fechar. Porque quando você fecha, você abre uma cela, um presídio.

Se nós tivéssemos hoje igual o Canadá com 82% de sua população com ensino superior, nós estaríamos muito tranquilos. Nós estamos com 18%. A Bolívia tem 32%. Se nós queremos ser um país de primeiro mundo, estar entre as 29 potências, com esses números a gente não consegue chegar.

Nós falamos das faculdades de Medicina que o Presidente aqui é médico, vai uma colocação minha nessa questão da faculdade de Medicina. Eu acho importante a criação de novas faculdades de Medicina de excelência. E com hospitais agregados.

Parabenizar aqui o nobre Deputado Simão Pedro que o Hospital Santa Marcelina, que minha esposa é da Zona Leste e por sinal é corintiana, está feliz pelo Itaquerão e eu conheço o hospital Santa Marcelina. E de fato, precisa ter uma faculdade de Medicina com um hospital agregado onde já tem ali toda a área de formação e residência.

E por quê? Porque hoje a gente vê nos jornais e nas regiões Norte e Nordeste, sem médicos para atender os brasileiros, e vamos restringir a abertura de faculdades de Medicina onde nós temos necessidade de profissionais?

Como eu falei agora, a Baixada Fluminense, eu vou dizer que eu estou caminhando para lá, porque eu vi recente nas televisões que não tem professor de matemática nas escolas públicas no ensino básico, no infantil e fundamental. O que será dessas crianças sem ter o raciocínio lógico? Não tem professor da língua portuguesa.

Então como vamos formar uma geração se não temos o professor para poder formar as crianças do futuro de amanhã e a gente poder ter aqui escolas de período integral, como foi dito aqui pela OAB. Eu sinto ele dizer aqui que tem que pagar uma escola particular do ensino básico para ingressar numa escola pública. Então nós temos sim que enfrentar, e só vamos enfrentar a hora que nós tivermos professores de excelência e escola período integral, remunerar professores a contento e termos professores diferenciados com relação a sua produção e resultado dentro da sala de aula.

O SR. – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria primeiro cumprimentar V. Exa. e demais Deputados dessa Comissão e queria pedir desculpas ao Professor. Eu de fato, não estou muito bem de saúde, mas também não estou entendendo as colocações do professor.

Ele veio falar aqui de uma instituição e ele está falando da qualidade do ensino e de uma série de coisas. Gostaria de saber se não seria possível resumir aqui a formulação do convite ou então abrir para as intervenções dos Deputados?

Por conta até de nosso tempo professor, é evidente que as questões que o senhor está colocando são verdadeiras, são colocações que já foram feitas aqui por todos e nós entendemos isso, mas nós queríamos específicos dentro da convocação sobre a instituição da qual o senhor representa especificamente, senão passar a palavra para que os Deputados pudessem...

Sr. Presidente eu queria colocar essa questão de ordem para V. Exa. encaminhar.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Certamente o Dr. Fernando já está concluindo os seus comentários e nós vamos logo depois passar em seguida para os Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Eu estou tendo a oportunidade nobre Deputado, porque eu tenho uma responsabilidade muito grande. Porque quem dirige 37 faculdades sabe da sua responsabilidade. E eu estou tendo essa oportunidade, porque essa CPI eu considero de suma importância para o crescimento, para melhoria do ensino superior particular.

Mas deixo aqui as minhas colocações, as minhas pequenas contribuições e a minha experiência frente ao ensino superior desse país.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós vamos oferecer primeiro a palavra aos Srs. Deputados membros da Comissão, aqueles que quiserem fazer perguntas que se inscrevam. Deputado Simão Pedro e Deputado Carlos Giannazi por enquanto.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Cumprimentar o Prof. José Fernando Pinto da Costa da UNIESP, eu não tinha cumprimentado formalmente ainda o meu querido amigo Geraldinho Cruz.

Sr. Presidente a UNIESP que usa esse nome, e até o MEC já recomendou através de um processo despachado no mês de Janeiro pelo que eu tenho conhecimento, solicitou a UNIESP para que deixe de usar esse nome porque não é Universidade e nem é Centro Universitário, é um conjunto de faculdades, mas usa o nome UNIESP dando a entender aos estudantes que é uma Universidade. Ela tem feito um processo de aquisição agressiva no mercado de compra de faculdades isoladas, chegando a esse número que o Prof. José Fernando Pinto da Costa disse de mais de 37 faculdades. É uma instituição que está presente em vários Municípios do Estado de São Paulo, de Ilha Solteira ao ABC, passando aqui pela Cidade de São Paulo. Eu não tive oportunidade de participar no mês de Março de uma Audiência Pública realizada aqui por iniciativa do Deputado Carlos Giannazi, mas me lembro que repercutiu, foi publicado no Diário Oficial inúmeras reclamações naquele mês de Março, que passavam pelos problemas de não recolhimento de INSS, atrasos de pagamentos, demissões como foi o caso da instituição de Diadema que é uma instituição antiga e foi incorporada pela UNIESP e professores demitidos, sem receber salários, salários atrasados. Também tenho percebido denúncias de alunos que se formaram e não conseguem receber seus diplomas.

Eu agora estava até olhando aqui no Google, o que tem de sites de denúncias, jornalistas como Luiz Nassif dizendo de ...

Eu queria perguntar ao Prof. José Fernando se esses problemas reclamados aqui por Sindicatos, entidades de professores, os próprios alunos representantes da UNE que aqui estiveram fazendo considerações aqui, a nosso convite nesta Comissão, colocaram essa instituição como a que mais tem sido o alvo de reclamações, protestos aqui no Estado de São Paulo. Professores demitidos que não tem seus processos homologados, processos no MEC abertos por conta de denúncias desse tipo.

Eu queria saber Sr. José Fernando Pinto da Costa como estão sendo resolvidos esses problemas pela instituição? Como que foram encaminhados? Se esses problemas relativos à atrasos de pagamentos foram resolvidos, estão sendo resolvidos? Esse problema dos diplomas, se já conseguiram dar uma solução? São questões que eu tenho conhecimento, foram objetos de uma Audiência Pública aqui no mês de Março, certamente o Deputado Carlos Giannazi vai poder complementar essas questões, mas a princípio gostaria de ficar nessas questões para saber como que a instituição tem resolvido.

E esse problema do uso do nome como é que foi resolvido? Se tem autorização do MEC ou ainda não, ou se está se resolvendo.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Nobre Deputado, eu tenho tudo a esclarecer aqui a V. Exa. Primeiramente com respeito à marca.

A marca UNIESP ela é uma holding que controla todas as faculdades isoladas no interior de São Paulo, na Capital, na Região Metropolitana e Baixada Santista. São faculdades isoladas. O MEC nós comunicamos e estamos ainda participando aquilo que o MEC determina que não se usa a marca UNI nós tivemos aqui todo o cuidado de adequar aqui junto ao Ministério de Educação a marca UNIESP. A marca UNIESP não vem de Universidade, não vem de campus, ela vem uma união de institutos educacionais do Estado de São Paulo. A marca UNI vem de união e não de universidade. Em nenhum site nosso, em nenhum momento eu falo de universidade. Futuramente seremos uma universidade, mas ainda temos que caminhar muito e temos que ainda atingir as

diretrizes do Ministério para chegarmos nisso. Mas esse assunto está sendo tratado junto ao Ministério, está se adequando toda a questão do site e hoje usamos o Grupo Educacional UNIESP, e embaixo, União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo, no qual foca muito as faculdades. Exemplo: Faculdade de Diadema, Faculdade de São Paulo, Faculdade de Campinas, de Sorocaba, de Santo André e assim nós colocamos a faculdade em nome do Município no qual nós estamos realizando o trabalho educacional. Então esse é um assunto que está sendo tratado entre a instituição e o Ministério da Educação e estamos ajustando os últimos para que seja definida a questão da apresentação.

Com relação à compra de faculdades, nós não compramos faculdades. Nós assumimos a faculdade. Não se compra faculdades, se assume responsabilidade. Nós tratamos com pessoas, com professores, administrativos, tratamos com uma comunidade acadêmica, tratamos de formação de profissionais, então comprar faculdades nós não compramos. Nós sempre assumimos. E na sua maioria, vou só resumir algumas, mas até 2005 nós não assumimos nenhuma faculdade. Todas foram criadas com a autorização do Ministério da Educação. A partir de 2005 quando ingressamos na Cidade de São Paulo, nós tivemos o privilégio de conhecer a comunidade judaica, uma faculdade Renascença que estava em processo de descontinuidade. Ela ia fechar. Estava na Rua Prates desde 1922 e na Rua São Vicente de Paula em Higienópolis quando a colônia me conheceu e depositou confiança de tocar essa faculdade, a Renascença e passou a escola que era uma entidade sem fim lucrativo pertencente à Sociedade Hebraico-Brasileira Renascença fundada em 1922. Eles permaneceram com o Colégio Renascença e nós assumimos a Faculdade Renascença e transferimos para o centro de São Paulo no dia 3 de Janeiro de 2005, onde queríamos participar da revitalização do centro, iniciado na gestão da nossa Prefeita Martha Suplicy e a gente queria levar uma escola para que os alunos pudessem usar a parte noturna e assim iniciamos um projeto no centro, que hoje é referência a nossa escola, tanto na qualidade como no processo de revitalização do centro. Chegamos a nove mil alunos, utilizando nove prédios que estavam abandonados, então passamos para o (ininteligível), passamos por toda a mudança que eram prédios financeiros e estamos transformando em escolas. Uma delas era o Mappin na Praça Ramos de Azevedo que todos conhecem, que estava fechado a mais de 15 anos e nós transformamos ali no ISE que é o Instituto Superior de Educação só para professores.

Inclusive, pedimos recente ao Ministério da Educação dos cursos do qual o senhor tem a formação de Filosofia e Sociologia e instalamos esse semestre, a Faculdade de Música. Essa Faculdade de Música ela tinha 100 anos, era na Vila Mariana, a Faculdade de Música Carlos Gomes e ela tinha encerrado as suas atividades. Nós fomos até a mantenedora que tinha se mudado da Vila Mariana e tinha ido para o Ipiranga e aí nós reabilitamos essa Faculdade junto ao Ministério da Educação e hoje temos a primeira turma de música que se faz necessário formar professores, porque vai ter a partir do ano que vem não só Música, como também Filosofia e Sociologia e não temos professores para lecionar essas disciplinas.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Com licença Sr. José. O senhor usa o termo holding como se fosse um conjunto de empresas. Esse conceito, essa ideia de holding eu nunca tinha visto isso, tinha visto isso no mundo empresarial, o que dá uma ideia de que é um conjunto de empresas. Mas o senhor mesmo utiliza isso, eu vi inclusive no site. Então por isso que eu usei o termo aquisição nessa ideia de um mercado, mas V.Sa. mesmo usou esse termo agora pouco.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA - Deputado, a escola que eu assumi da colônia judaica e depois assumi mais uma na Freguesia do Ó, na Zona Norte, são entidades sem fins lucrativos, de caráter filantrópico nas leis anteriores. Elas permanecem até hoje como entidades sem fins lucrativos e hoje, está aqui o Certificado, dentro da nova lei de benefício social que parablenizo o Congresso de ter aprovado uma lei que regulamenta a questão das entidades de beneficência social. Antes era uma verdadeira filantropia. Se falava que se dava social e não se fazia. Hoje não. Hoje dentro da área educacional tem que ser dadas Bolsas de Estudos para você ter o título. Não tem mais filantropia, são entidades de beneficência social.

Então anexo aqui o certificado. E foi o primeiro certificado deferido pelo Ministério da Educação, pela Secretária do Ensino Superior, Maria Paula Dalare, publicado no Diário Oficial do dia 10 de Setembro de 2010. Foi a primeira faculdade dentro da nova lei.

Então é nossa instituição é puramente filantrópica de entidade social. Então todas as escolas que nós assumimos, o senhor pode verificar no Ministério da Educação, são transferidas para essa entidade, são uma transferência da mantida. Mantida é concessão do Ministério da Educação. Ela transfere para uma pessoa jurídica que é essa entidade de beneficência social, todas as que estão na entidade chamam Instituto Educacional do Estado de São Paulo. Porque a IESP é uma entidade que está aqui. Eu vou passar aqui, fazer parte, publicação do Diário Oficial reconhecendo ela por três anos como entidade beneficente social.

Dando continuidade Deputado, o senhor falou de Diadema. Realmente Diadema me preocupou muito e me preocupa até hoje. Inclusive está em litígio, está em nosso advogado e se fez jus aqui a Audiência Pública pela (ininteligível) advogado da causa, o ex mantenedor, que usou aqui essa Casa, falando das questões da situação da escola.

Eu vou colocar a real situação quando eu assumi e hoje esta Faculdade de Diadema que eu tenho um apreço muito grande pela escola, porque é a única faculdade de um Município tão importante como Diadema.

Quando eu assumi, está aqui vou deixar os documentos, o mantenedor que era o Prof. Romeu entregou a faculdade praticamente... Eu assumi a faculdade em Maio de 2009. Quando ele me entregou estava em atraso desde Abril de 2008 o FGTS dos trabalhadores. Está aqui o documento que nós parcelamos junto à Caixa e hoje já está quitado o FGTS. Está aqui, vou deixar junto.

Depois tivemos aqui o Imposto de Renda retido na Fonte, quando assumimos estava em aberto desde 2005 até Abril de 2009. Inclusive IR é apropriação indébita, é crime. Hoje está parcelado e em dia. Vou deixar aqui também.

Também o INSS patronal e segurado. O patronal você pode pedir parcelamento, o segurado se você não recolhe é crime, é apropriação indébita. Estava em aberto desde 2008 até 2009. Nós colocamos em dia a parte de segurado e pedimos parcelamento da parte do patronal que está em dia.

Então essa é a situação fiscal que deixamos em dia hoje.

A parte trabalhista, porque os salários estavam com duas folhas atrasadas. Colocamos em dia em 30 a 60 dias. Até estava em atraso, lá representa o Sindicato de Mogi das Cruzes, estava quatro anos sem recolher a contribuição sindical. Eu fiz um acordo, está aqui o nosso Diretor, esteve até o Sindicato de Mogi das Cruzes, fomos lá e fizemos um acordo de 120 mil reais para pagar em 6 vezes, porque não recolhia nem a cota do Sindicato, que retinha dos salários e não pagava o Sindicato.

Isso foi feito, tem os documentos, talvez a associação que os represente pelo Celso Napolitano pode anexar esse documento junto do Sindicato de Mogi das Cruzes.

Então esse foi o fato que nós recebemos a Faculdade de Mogi. Fizemos sim um ajuste em todo o salário, porque nós temos um plano de carreira que está aqui, e foi deixar aqui arquivado, onde nós temos as leis que eu tenho que seguir. Eu sou responsável pela instituição.

Essa instituição não é minha, é do povo, da comunidade. O Ministério da Educação outorgou uma concessão, como ela pode muito bem cassar a concessão. Então eu tenho um plano de carreira no qual eu tenho que apresentar tudo isso aqui junto ao Ministério da Educação e todas as autorizações, reconhecimentos, recredenciamentos estão aqui. Temos não só a responsabilidade de seguir isso aqui não só pela isonomia e também porque isso passa a ser uma instituição jurídica só, e por ela ser entidade sem fim lucrativo eu tenho aí a obrigação.

Então só para citar alguns pontos que eu vou deixar aqui anexos a Comissão, nós temos aqui professores especialistas, mestres, doutores e pós-doutores. Vamos pegar um professor mestre, nós temos a faixa, iniciando com 17 e 19 e podendo chegar até 41 e 83 horas aula sem o DCR hora atividade. Isso aqui tem mérito que está aqui, de produção, de conhecimento, de pesquisa, que eles vão galgando nos níveis e também no ganho da titulação ele passa para mestre doutor.

Então isso foi feito um ajuste. Eu tive que fazer as demissões daqueles que não se enquadravam. Tanto é que a diretora continua até hoje, vários professores estão lá, se adéquam ao nosso plano de carreira.

Então eu deixo aqui o plano de carreira.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Só para tirar dúvidas, nós quando os Sindicatos estiveram aqui, eles justamente relataram esse problema que essas faixas assim muito amplas, como o senhor falou, que vai do pagamento de 17 reais a hora aula a 40 e pouco. A prática que muitas faculdades tem feito é demitir aqueles que com o tempo passam há ganhar um pouco mais por conta do tempo dessa carreira, para depois serem contratados aqueles professores lá embaixo e com isso a faculdade economiza, e de certa forma precariza.

Não sei, eu não estou fazendo uma acusação, mas essa faixa tão larga de pagamento por hora/aula, eu queria questionar que esse não é o melhor método de pagar professor por hora/aula.

Se não precariza, quer dizer, não dá uma liberdade de demissão para aqueles professores que com o tempo passam a ganhar, ou teriam o direito de ganhar um pouco mais, ter ascensão na carreira e tem que voltar lá para faixa de baixo recomeçando tudo de novo. Aí com as dificuldades que se tem, muitos se submetem a essa situação, mas o senhor só comprova uma situação que foi colocada aqui para gente dias atrás.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA - Nobre Deputado, eu estou falando questão de professor horista. Eu tenho também professor mensalista, na sua maioria. São professores que tem uma jornada de trabalho que varia de 4 horas até 44 horas semanais. Todos os coordenadores de cursos são mensalistas. Professores pesquisadores são mensalistas. Horistas são professores que, na eventualidade, que tem outros compromissos e não tem como dedicação maior, que a gente chama como dedicação parcial e integral, a gente tem que usar a questão horista. Não é do meu agrado. O professor para mim tem que ser o mais dedicado possível às questões da escola.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Na Faculdade de Diadema tem professor pesquisador?

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA - Tem, só que está centralizado na matriz aqui em São Paulo, que fica no centro de São Paulo. Se colocar no nosso site em lá a Revista Acadêmica que já está no número 57, é uma das primeiras revistas acadêmicas, onde o professor

tem ali o seu espaço para publicar os seus artigos, suas pesquisas. Já estamos no número 57 e todas reconhecidas pelo Ministério da Educação e pela INEP.

Então essa é uma revista que nós temos, centralizamos a pesquisadora, o professor pode desenvolver o seu trabalho junto às unidades e estar enviando, e a professora que é uma pós-doutora...

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – É que o Presidente da FAPESP, o Prof., Brito Cruz nos passou aqui que praticamente as faculdades não tem desenvolvido a atividade de pesquisa, somente a de ensino.

Então nos interessa saber quantos professores pesquisadores, não é obrigação da faculdade, só de universidades, mas o senhor falou que tem professor pesquisador na faculdade então eu me interessei por essa informação.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA - Deputado, eu tenho uma preocupação muito grande com pesquisa, e quando eu assumi essa faculdade que ela estava na Freguesia do Ó, no coração ali, ela já tinha um trabalho e a gente deu continuidade. Esse trabalho de pesquisa eu vou fazer chegar às suas mãos os últimos, inclusive tem artigos na área da Sociologia e Filosofia fantásticos, de professores doutores, pós-doutores que tem nessa revista que é semestral, que está na sua edição 57.

Eu tenho preocupação porque amanhã eu quero ser Universidade e para isso a gente primeiro tem que construir o núcleo de pesquisa. Convido o senhor até o centro de São Paulo para conhecer o nosso núcleo, nossa professora pós-doutora de pesquisa que está trabalhando. Ela tem só na área de ensino mais de 40 anos fazendo trabalho dessa natureza. É a Profª. Zenaide. Dra. Zenaide.

O senhor falou dos diplomas. O diploma eu posso dizer e garantir que estão hoje... O que aconteceu? Recente agora, coisa de um ano o Ministério Público interferiu junto a instituições particulares tantos outros problemas maiores para se preocupar, que deu de cobrar a taxa do diploma, que antes era um absurdo cobrar taxa de diploma, que subentendi que estava no preço da mensalidade.

E nós cobramos só 100 reais para um diploma especial, porque nós pagamos só para São Carlos, nós registramos todos os nossos diplomas na Universidade Federal de São Carlos. Ele tem uma chancela, um rigor da lei para cancelar o diploma. Não fazemos em nenhuma outra universidade particular e sim com a chancela e com todo o cuidado, e houve essa demanda e nós assinamos um termo de ajuste com o Ministério Federal no qual nós não íamos cobrar mais taxa nenhuma.

Houve uma avalanche de pedidos e nós estamos aí na medida do possível atendendo e, recente agora, a universidade Federal ficou em greve a parte administrativa por quase 60 dias.

Eu lhe garanto que estão sendo atendidos totalmente, queria convidar o senhor para conhecer aqui em São Paulo que é o problema maior. Nós temos um departamento só para atender essa demanda, porque houve do dia para noite um pedido de mais de três ou quatro mil certificados e nem a São Carlos consegue atender, e nem nós.

Mas estamos atendendo.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Tem a denúncia de que a unidade de Presidente Prudente não está conseguindo fornecer os diplomas, inclusive prejudicando alunos que passaram em concursos públicos e não conseguem por conta do atraso, ingressar no concurso, atrapalhado por conta desse tipo de problema. Então é uma denúncia recente, e o senhor está explicando que é um problema da São Carlos, é isso?

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA - Não, teve 60 dias agora parada a Universidade, a parte administrativa, emissão de diplomas.

Mas o senhor falou de Presidente Prudente, eu tenho um carinho muito especial por aquela região. Nós começamos ali, naquela região extremamente carente onde eu tive o privilégio de como engenheiro conhecer os movimentos sociais. Conheci lá o primeiro espaço da Deolinda e do José Rainha em 2003, 2004 e 2005 onde o nosso saudoso Franco Montoro começou a dar os primeiros passos efetivos na reforma agrária desse país.

Então eu tenho um carinho especial por aquela região e a faculdade de Presidente Prudente, nosso diretor de Presidente Prudente está aqui, o Prof. Rosival, ela foi uma das faculdades que sofreu muito para sobreviver em Presidente Prudente. Me custou sonos e muita luta. O senhor sabe que prevalecer nessa região, a universidade que ali se reinava, que se levava e reconhecido pelo Globo Repórter que formava estudante do asfalto que o currículo era a quilometragem. Vinha estudante do Brasil inteiro e ali eu fui colocar uma faculdade.

Então o senhor imagina o que eu sofri. Era Prefeito. Eu sofri de toda natureza, cassação de alvará de faculdade, fechamento, questão de bombeiro e depois iniciamos o campus universitário que hoje é um campus de referência. Não aprovou nunca o projeto de engenharia, tivemos que aprovar o projeto de engenharia aqui no Tribunal de Justiça e hoje é um campus que atende cinco mil alunos.

E nós temos que cumprimentar aqui o nobre Deputado Jooji Hato que teve lá conhecendo a nossa Faculdade de Presidente Prudente, que fizemos uma solenidade lá no qual esteve presente ele, o nobre Deputado de Presidente Prudente o Bragato, onde fizemos uma solenidade de 100 anos da imigração japonesa. Fizemos uma festa onde dançamos junto com a colônia uma tarde e uma noite inesquecível e eu estive no Gabinete do Deputado hoje que eu conheci, e vi no Gabinete do Deputado a presença de uma homenagem que fizemos ao Jooji Hato, que ali se fez presente junto à colônia comemorando a história da colônia japonesa no Município de Presidente Prudente.

E hoje, posso lhe dizer que o nosso credenciamento da faculdade de Presidente Prudente é reconhecido com quatro. O curso de Direito foi reconhecido com quatro. O curso recente agora de Modas reconhecido com quatro. Todos os cursos que temos hoje, 13 cursos e atendemos cinco mil alunos, na sua maioria em projetos sociais. Estão estudando e temos vários alunos de movimentos sociais se formando professores.

Então eu não registro diplomas fora da Universidade Federal de São Carlos. Eu acho uma escola de excelência e quero sempre ter a grife e o atestado de fé de uma Universidade pública que é a Universidade Federal de São Carlos.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Com a palavra o Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Sr. Presidente, nobre Deputado Celso Giglio, nobre Deputada Leci Brandão, nobre Deputado Simão Pedro, nobre Deputado Geraldo Cruz, nobre Deputado Jooji Hato, nobre Deputado Vitor Sapienza. Eu gostaria Sr. Presidente de dizer inicialmente, como já citou aqui o Deputado Simão Pedro, que em Março desse ano nós realizamos aqui uma grande Audiência Pública para debater a crise na UNIESP, até porque o nosso mandato tem recebido muitas denúncias em relação a essa instituição já há alguns anos aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Denúncias de alunos, de funcionários, de professores, dos sindicatos que representam os professores como o Simpro, e especialmente o Simpro de São Paulo e da Federação dos Professores de São Paulo. Muitas denúncias nós encaminhamos para Secretaria de Educação, para o MEC, mas o volume de denúncias era tão grande que nós organizamos uma audiência em Março e ficamos mais perplexos ainda com o número de denúncias, que são denúncias assustadoras com relação ao comportamento da UNIESP com os professores, por exemplo. A UNIESP não deposita ISS dos professores, o FGTS, e tem várias dívidas trabalhistas, faz demissão em massa de professores prometendo todo o andamento do projeto pedagógico da escola, não respeita os acordos que são realizados com os Sindicatos e muitas vezes intermediados com o Ministério Público do Trabalho como é o caso de Presidente Prudente que o senhor acabou de citar aqui agora, que foi assinado um TAC que não foi respeitado, que a UNIESP não paga, que existe uma dívida enorme com os professores. Então esse é um aspecto importante, porque uma instituição que não respeita os seus professores, que não paga direito os básicos trabalhistas, uma instituição que faz demissão em massa de professores e não negocia com o Sindicato, se nem respeita o Ministério Público Federal, não pode ser uma instituição preocupada em ofertar qualidade de ensino como o senhor colocou.

O senhor fez um pronunciamento bonito, interessante, mas ele não corresponde à realidade dos fatos. Existe um abismo entre o seu pronunciamento e o que nós conhecemos aqui de denúncias em relação aos vários campus que o senhor mantém no Estado de São Paulo.

Eu já fiquei aqui extremamente preocupado com essa denúncia que o Deputado Simão Pedro fez em relação ao nome de UNIESP, que não é uma universidade e o senhor usa como universidade, e agora o senhor acabou de dizer textualmente que o grande sonho da instituição é que ela se torne uma universidade. Então ela não é uma universidade, mas parece que isso soa como propaganda enganosa para sociedade, para atrair alunos. Parece que é whisky falso aí na praça. Isso é muito grave, isso tem que ser revisto. Espero que o MEC continue tomando as devidas providências quanto a esse aspecto.

Além dessa questão gravíssima dos professores, dos profissionais e da educação e também dos funcionários que são demitidos aleatoriamente, os seus direitos trabalhistas não são pagos, nós temos também outras denúncias graves em relação à super lotação de salas, a falta de professores para muitos cursos, a falta de professores também com titulação básica. Essa é uma reclamação que apareceu muito aqui na nossa Audiência Pública. Embora o senhor tenha dito que os professores são titulados, mas nós queremos conferir isso na prática, talvez fazer uma auditoria em algumas dessas instituições que o senhor mantém, professor ver se os professores são titulados de fato, com mestrado, doutorado até com pós doutorado como o senhor disse.

Então nós queremos aprofundar isso, porque uma coisa é o que o senhor fala e outra coisa são as denúncias que nós recebemos. E tem denúncias aqui inclusive de mantenedores anteriores às instituições que o senhor comprou, como a própria Faculdade de Diadema, que o senhor incorporou na sua instituição, que o senhor não pagou. Que o senhor não paga nem os professores e nem os mantenedores antigos. Ou seja, a algo aí generalizado, o senhor é democrático nesse sentido. O senhor não paga professor e não paga também as instituições que o senhor comprou.

Inclusive tem um processo da Faculdade de Diadema na Justiça com mais de 6 mil páginas. Nós tivemos aqui a presença de uma pessoa que representa a instituição que quer de volta a instituição porque o senhor não pagou a instituição que o senhor comprou.

Com relação à faculdade Tereza Martan houve demissão em massa, nós acompanhamos o que aconteceu nessa instituição, enfim, os alunos reclamam que são enganados, são ludibriados por conta das Bolsas, dos convênios que são firmados com o Governo Federal, PRO UNE, FIES, com a Bolsa Universidade aqui em São Paulo, nós recebemos muitas e muitas reclamações em relação à Bolsa Universidade que a UNIESP diz que a Bolsa é gratuita, mas não explica que é só no 2º semestre, então muitos alunos se matriculam e depois são cobrados no 1º semestre. Essa é uma das principais reclamações em relação aos alunos, que eles estão enganados, literalmente essas palavras foram utilizadas na nossa Audiência Pública e por muitos alunos e pais de alunos que nos procuram aqui. Que a UNIESP arregimenta esses alunos através de igrejas, através de associações comunitárias com a promessa de que o curso será gratuito, mas não explica aí os detalhes. Então é uma questão muito grave essa aí também.

Então nós gostaríamos de saber o que realmente está acontecendo com a UNIESP. E as reclamações continuam chegando aqui. Nós temos um dossiê imenso que nós protocolamos aqui nessa Comissão para fundamentar o convite ou a convocação, a representação da UNIESP. Nós também fizemos o mesmo em relação à Comissão de Educação inclusive, o Deputado Simão Pedro já nos comunicou que foi aprovada a vinda do senhor aqui na Comissão de Educação para que nós possamos aprofundar a investigação dessas denúncias e nós também, no semestre passado, logo após a realização da Audiência Pública aqui que foi realizada junto com professores, alunos, pais de alunos, Simpro e a Federação dos Professores do Estado de São Paulo, porque é uma denúncia generalizada. Está aqui o Celso Napolitano que é o Presidente da Federação que acompanha isso em todo o Estado de São Paulo e confirma todas essas denúncias, que até eu gostaria de pedir autorização para que o Prof. Celso pudesse fazer aqui uso da palavra para confirmar um pouco, ilustrar com mais exemplos todas essas denúncias que nós recebemos.

Mas só finalizando Sr. Presidente, nós após a Audiência Pública nós tivemos aqui mesmo na Assembleia Legislativa de São Paulo um encontro com o Ministro da Educação o Fernando Haddad por conta de uma audiência que foi organizada pela Bancada do PT, o Deputado Simão Pedro esteve presente, nós conversamos com o Ministro Fernando Haddad, entregamos o dossiê a ele juntamente com a Federação e com o Simpro e ele disse que essa instituição estava sendo investigada por irregularidades no PRO UNE, e que ele faria uma rigorosa investigação em relação a todas as denúncias apresentadas.

É uma situação muito grave, eu falo aqui não só como Deputado, membro da Comissão de Educação, mas como professor que eu sou professor também, universitário, trabalhei 18 anos em universidades particulares aqui em São Paulo, várias universidades. Tenho mestrado e doutorado pela USP, conheço muito bem as entranhas do ensino superior privado, particular do Estado de São Paulo. Sempre participei do Simpro, então nós conhecemos profundamente e sabemos que temos que investigar, porque sabemos que é sério o desrespeito, a afronta aos professores, aos profissionais e funcionários da educação, que são desrespeitados, humilhados, não tem os seus salários pagos, salários atrasados os direitos trabalhistas subnegados, diversas denúncias nessa situação.

Então como que uma instituição pode ser séria se ela desrespeita o seu principal fator humano que é o professor, que viabiliza a suposta qualidade de ensino.

Então é nesse sentido que queremos aprofundar as investigações porque se trata aí, porque se nós confirmarmos todas essas denúncias, se trata aí de uma intervenção geral dessa mantenedora, porque isso compromete os nossos profissionais da educação, mas sobretudo os nossos alunos que se dizem muitas vezes enganados e ludibriados por essa instituição.

E o senhor deu aqui uma pequena amostra grátis, que usa o título da UNIESP, mas não é Universidade, mas quem vê pensa que é Universidade. Mas que o sonho da instituição e ser uma Universidade. No mínimo o senhor tinha que tirar esse nome e ser verdadeiro com os alunos.

Então é nesse sentido que nós gostaríamos, Sr. Presidente Sr. José Fernando Costa que o senhor explicasse todas essas denúncias.

Olha, não pagamento dos convênios dos planos de saúde dos professores e funcionários, problemas com FIES, com PROUNI, com o programa do Governo estadual Bolsa Universidade, rebaixamento salarial, rebaixamento da qualidade da educação, super lotação de salas, falta de professores, falta de titulação de professores. Então são as mais inúmeras denúncias que nós recebemos e que estão todas elencadas no dossiê que nós protocolamos aqui na CPI, na Comissão de Educação e no MEC também.

O Ministro da Educação disse que faria uma rigorosa investigação em torno de todas essas denúncias.

Inicialmente seria isso que eu gostaria de colocar aqui.

E só terminando Sr. Presidente eu queria ler um minuto de um manifesto que foi feito, um documento feito pela Federação dos Professores do Estado de São Paulo por conta da Audiência Pública que nós realizamos aqui em Março.

“Presente em pelo menos 23 cidades paulistas, a UNIESP acumula irregularidades nas faculdades e colégios que mantém. Atrasos de pagamentos de salários, retenção da contribuição do INSS, demissões em massa e contratação por salários mais baixos, falta de depósito do FGTS e não homologação dos demitidos. O desrespeito aos trabalhadores resulta em prejuízo aos alunos que ficam sem aulas, com classes super lotadas e sem recursos condizentes com uma educação de qualidade. A UNIESP descumpre a lei e não honra o compromisso que assume inclusive com o

Ministério Público e com as entidades sindicais. Inexplicavelmente é a mesma UNIESP que goza de isenção fiscal e recebe recursos públicos da Bolsa Universidade, do PRO UNE e do FIES.”

Então era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Dr. José Fernando, o microfone é seu para fazer a sua exposição, suas considerações, responder ao Deputado para podermos finalizar a nossa audiência.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu queria fazer uma sugestão. É gravíssima a exposição feita pelo nosso colega Giannazi. Eu gostaria, para que não fosse feita uma coisa genérica, que fosse abordado item por item. Que ele explicasse cada um, porque senão vai acontecer uma exposição genérica, nós não vamos chegar à conclusão nenhuma.

Então dentro desse contexto Presidente, se o Carlos Giannazi permitir, se ler item por item a gente dá para saber o que está certo, o que está errado, e o que nós temos que tomar de providencia em nosso relatório.

Se for genérico ele poderá explicar hoje, dentro do possível, ponto a ponto. E se não for possível ele encaminhará para essa Comissão as explicações e a documentação necessária, que também nos satisfaz.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Pela gravidade da situação e pelo adiantado da hora, eu acatando, entendendo e louvando a explanação do Deputado Vitor Sapienza, eu acho que esse assunto tem que ser mais aprofundado realmente.

Nós temos um dossiê enorme, com as várias denúncias pontuando tudo isso que eu coloquei aqui. Eu quero fazer uma sugestão aqui para CPI do Ensino superior para que nós possamos realizar outra audiência com a presença do Simpro, da Federação que já está presente aqui para que nós possamos assim aprofundar todas essas denúncias ponto a ponto com tempo, porque hoje nós tivemos uma pauta que tomou tempo que foi a OAB. Então acho que isso nos atrapalhou. Como vai ter Comissão hoje e muita coisa acontecendo à gente não vai poder aprofundar, mas nós temos um dossiê enorme que foi protocolado inclusive nessa Comissão e na Comissão e Educação.

Então fica aqui a nossa sugestão para o aprofundamento. Nós queremos pontuar todas essas questões,mas junto com as entidades, com os alunos. Acho que a CPI tem que se abrir um pouco também, como já está aberta. Ter ouvido outros setores da sociedade, a DUSP veio aqui recentemente, isso é importante, é salutar, e eu acho que esse é um debate... A Audiência Pública que nós realizamos em Março deveria ser realizada agora dentro da CPI aqui do ensino superior privado.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – O Dr. Fernando vai responder as perguntas e se houver necessidade nós solicitaremos, se todos concordarem, ou se houver necessidade que responda por escrito e com a documentação necessária, depois nós discutiremos da necessidade ou não de fazermos outra Audiência Pública.

Com a palavra o Dr. Fernando.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Nobre Deputado Carlos eu tenho aqui a obrigação de prestar conta absoluta não só ao Ministério da Educação como a essa Casa e como à comunidade acadêmica e como a nossos alunos.

Então eu vou pontuar ponto a ponto, e se eu me esquecer de algum, por favor, o senhor me lembra.

Primeiramente o senhor falou que nós não recolhemos INSS, FGTS, IR. A Faculdade de Diadema quando eu assumi não tinha nada disso. Nós temos aqui a certidão emitida pela Internet, pela receita Federal, eu quero fazer parte aqui, da nossa instituição que ela tem validade até 15/11. Então nós estamos com INSS em dia. Vou anexar aqui.

Nós estamos com o nosso FGTS em dia até dia 04/11. Nós temos a certidão do Ministério da Fazenda...

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – O senhor está falando de todas as faculdades? Eu só queria alertar que está sendo gravada a sua intervenção, essa CPI está sendo gravada, tem notas taquigráficas e nós depois vamos utilizar isso que o senhor está falando em outros processos, porque nós temos informações que o senhor não paga em muitas faculdades.

Está sendo gravado, o senhor tem que falar a verdade aí. Isso pode depois ser utilizado contra o senhor.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Eu sempre falei a verdade, Deputado. E vou anexar os documentos aqui. Primeiramente o INSS, FGTS, IR da nossa instituição que agrega

todos que é IESP, inclusive eu tenho o certificado de previdência social. Então eu vou anexar todos aqui. Inclusive tem a Certidão do Estado de São Paulo e temos a Certidão do Município de São Paulo. Então não devemos nenhum tributo ao órgão federal, estadual e municipal.

Eu acho que isso é prova mais do que absoluta. Digo mais ainda. Eu tenho um convênio desde 2003 que é o programa do Governo do Estado de São Paulo criada em abril de 2003 que chama Escola da Família, já está completando 9 anos, eu sou parceiro pioneiro nesse programa, porque é um grande programa, o melhor programa que foi instalado pela OEA de projeto de inclusão de jovens e trabalho junto à comunidade nos finais de semana.

Eu tenho aqui o relatório onde o FDE – Fundo de Desenvolvimento da Educação, renova semestralmente esse convênio e você tem que apresentar as certidões. Eu vou deixar toda essa documentação aqui.

Essas são da IESP e da UNESP tem também todas as certidões. Eu vou aqui colocar o convênio que eu tenho com o Governo do Estado de São Paulo que é o Escola da Família. Eu tenho esse convênio desde 2003 renovado semestralmente, onde o FDE checa semestralmente as certidões senão ele não renova o convênio. E hoje eu tenho estudando em nossas escolas Um mil e 849 alunos com o auxilio do Governo do Estado onde limita a 310 e nós complementamos o resto da Bolsa.

Então aqui mostra outro documento que comprova que nós temos todas as certidões, pelas certidões você vê que está em dia com os tributos.

Tivemos recente a visita do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, verificando como estavam indo as instalações, a aplicação desses cursos/aula desses alunos porque são custeados com verba pública. Passo aqui também o relatório onde o auditor, o agente fiscal financeiro do Tribunal de Contas de São Paulo, atestando a excelência da faculdade. Passo aqui também o documento do Tribunal de Contas .

E ainda recente, isso só provas efetivas de que nós temos todas as certidões. Ainda ontem, teve agora o primeiro chamamento público da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, para os primeiros cursos técnicos no interior de São Paulo e na Capital, onde participaram mais de 400 instituições e nós fomos habilitados, não só pela questão das certidões, como também na questão acadêmica. Onde uma das instituições aqui que é uma das maiores do país, a Anhanguera, foi desclassificada porque não tinha as certidões do FGTS, e nós fomos classificados e assinamos ontem o contrato para prestação de serviços para os cursos técnicos da Secretaria da Educação que é regida pelo Ministério, prova mais uma vez que nós temos todas as certidões para fiscais junto aos órgãos federal, estadual e municipal.

Então o que se fala, o que se diz aí nobre Deputado, não é verdade.

Vamos agora a outro ponto, as demissões. O senhor falou das demissões que não cumpre acordo, que tem um desmando na faculdade. Eu queria que projetasse na tela. Esses números são números que não são criados e nem inventados. Eu vou anexar aqui todos os contratos de trabalho desse número de contratações, e vocês vêem no quadro: em Janeiro nós tínhamos 2 mil 430 professores.

Por favor, eu estou com a palavra, eu queria que enxergassem porque isso aqui são números, números são exatos.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu queria que apagassem a luz por favor.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Estão conseguindo enxergar? Esse quadro aqui eu quero ser ilustrativo e prático. Dizem que a UNIESP está em crise, pelo contrário. Ela está fazendo as suas adequações, seus ajustes, porque ela é uma instituição que tem responsabilidades com a educação desse país.

Esse ano, Janeiro, nós tínhamos 2 mil 430 professores administrativos contratados, todos na CLT. Estão aqui, instituição por instituição, contratados nessa instituição que tem todas as certidões que estão nas mãos dos Deputados, que é IESP – Instituto Educacional do Estado de São Paulo. Fechamos Dezembro com 3 mil 119, uma evolução e contratação de 28%, Não teve uma instituição nacional ou empresa que contratou como contratou o Grupo Educacional UNIESP nesse ano de 2011.

Então a responsabilidade que eu tenho perante esses professores e funcionários, que a maioria são país de famílias, eu tenho por obrigação contribuir e pagar não só os seus salários como os seus tributos também. e estão aí comprovados que estão todos recolhidos.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Professor só para tirar uma dúvida aqui. Aqui o senhor está apresentando o certificado a UESP.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Desculpe está aqui, eu dei errado. Mas são os dois, porque a UNIESP ela detém... Ela é uma empresa...

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – O Instituto Educacional do Estado é uma das...

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Todas as faculdades elas são mantidas pelo IESP – Instituto Educacional do Estado de São Paulo.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Quer dizer que essas certidões aqui valem para todas as outras?

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Tanto é que estão aqui os registros, a folha de contratação e está aqui o resumo de cada funcionário contratado, e estão todas aqui que são documentos que vão junto aos órgãos de FGTS, INSS, estão aqui todos contratados em uma única instituição que é o IESP. A UNIESP é uma instituição que é uma holding, ela não tem nada de educação, nada. A UNIESP é uma holding que controla, que é uma entidade de caráter com fins lucrativos, a UNIESP. Ela não tem nenhuma finalidade educacional.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – A UNIESP é uma empresa?

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – É uma empresa. Ela simplesmente dá o suporte nas instalações das faculdades. Ou seja, quando precisa fazer investimentos em infraestrutura de prédios e instalações é a UNIESP que entra que ela tem um fundo de investimento imobiliário que aporta recursos para a construção dos campus, para atender a demanda do alunado.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – A UNIESP, então a holding não é a mantenedora?

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – A mantenedora é o IESP. São duas empresas distintas Deputado. A UNIESP é uma empresa e a IESP que é parte educacional. E têm todas elas junto ao Ministério da Educação. Se você acessar o site do MEC, instituições credenciadas todas está IESP, e as que não estão, estão com processo de transferência junto ao Ministério da Educação. Quando a gente assume uma faculdade a gente deixa a pessoa jurídica e assume a pessoa educacional pela IESP.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Pela ordem Sr. Presidente. Eu estou convocada pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos, porque preciso dar quorum lá. O senhor me permite ausentar?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Claro Deputada, pelo adiantado da hora nos permite essa...

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – E eu quero aproveitar para dar uma sugestão. De nós realizarmos outra audiência, fazer um oitiva porque tem muita coisa ainda.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu acho que se o Professor José Fernando aceitar a nossa sugestão, de encaminhar respostas a todas essas reivindicações feitas aqui com a documentação, eu acho que nós estaremos satisfeitos.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Eu não concordo. Vamos colocar em votação.

O SR. – Sr. Presidente aproveitando esse momento da nossa Deputada, eu pediria então que suspendesse essa sessão porque eu também tenho reunião às 13 horas com a Comissão, o quorum está quase aqui no limite. Diante de tantas colocações trazidas aqui pelo Professor, e acho que até por respeito a ele, as acusações que foram colocadas e trazidas até essa Casa, a sugestão é que nós deixássemos aqui o convite ao Professor, se ele pudesse novamente comparecer um outro dia, podemos ainda verificar essa data com ele. Precisamos respeitar, mas temos também que levar em consideração as denúncias que chegaram aqui trazidas pelo Deputado Carlos Giannazi, também foi deixada aqui pelo Presidente do Sindicato quando aqui estiveram.

Para não deixarmos essas questões no ar, de acusações e de defesa, a sugestão é que nós possamos, se o Professor Jose Fernando aceitar outro convite, outro momento, que aí a gente faz só uma agenda com ele, porque é muito assunto, ele tem muitas faculdades, aí eu acho que dá tempo dele falar.

Então a sugestão que eu faria para nossa Comissão, antes da Deputada Leci se retirar porque eu também preciso me retirar e como eu disse tenho reunião às 13 horas também. Se o professor aceitar e com a anuência dos outros Deputados a gente poderia deixar aqui agendado para continuar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu faria uma conjugação de todas as sugestões e pediria ao Deputado Carlos Giannazi que fizesse de uma forma objetiva as denúncias. Daí encaminharia as denúncias ao professor, o professor responderia item por item, se fosse o caso, até

juntando provas. Não precisaria vir. Nós teríamos condições de uma análise da Comissão sentir se ele tem que vir ou não. Senão vai acontecer o seguinte: vai faltar objetivismo nisso aí, porque dentro desse quadro, o Giannazi fez umas colocações, o professor respondeu, porém ocorre que poderá haver choque de uma situação e de outra. Então a minha opinião, sugestão, é que o Deputado Giannazi fizesse as indagações que ele quer via Comissão.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Pela ordem Sr. Presidente. Eu confesso que eu estou muito mais confuso do que quando entrei aqui. Por exemplo, eu não sabia que a UNIESP era uma empresa, que o IESP era outra empresa.

Eu acho que essa audiência, minha sugestão é: nós prorrogamos, acabamos de prorrogar o tempo da CPI em mais 60 dias que eu acabei concordando com V. Exa.

Minha sugestão era reforçar aqui a sugestão do Deputado Geraldinho de que nós suspendêssemos os trabalhos agora. Que remarquemos uma data com o Professor José Fernando para terminar.

Eu como relator não quero ser injusto nas minhas afirmações no relatório. Eu sinto necessidade da gente continuar os trabalhos da Comissão com o Professor para nos esclarecer uma série de outras dúvidas que eu saio daqui.

Por exemplo, cada uma das 37 instituições tem CNPJ próprio? Essas coisas que nós precisamos formular melhor para que o professor pudesse nos responder.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – A sugestão Deputado Vitor Sapienza que eu corroboro, é que todas essas sugestões sejam formuladas via Comissão, e respondidas pelo Professor Fernando. E nós, de posse dessas respostas, nós avaliaremos a necessidade de convidar outra vez o professor.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu queria então fazer um requerimento para colocar em votação se nós continuamos a oitiva num outro momento, ou se então a gente encerra a oitiva com ele.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós não estamos para encerrar a oitiva, nós estamos colocando para encerrar a oitiva. Nós estamos colocando...

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu sou contra Presidente fazer uma Audiência Pública como está propondo o Deputado Giannazi, porque não cabe na Comissão.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL - Pela ordem Sr. Presidente. A Audiência Pública na verdade seria outra oitiva com a UNIESP, mas junto com o SIMPRO e com a Federação e com o dossiê que já temos aqui protocolado nessa Comissão. Aí nós vamos aprofundar, mas aí em que ter a participação das entidades também.

O SR. – Sr. Presidente, pela ordem. Eu pediria que V. Exa. se é esse o encaminhamento, colocasse em votação essa questão de ordem. A questão de ordem nossa é que continuemos numa próxima audiência, se o professor aceitar o nosso convite de voltar a essa Comissão para que nos continuemos o debate.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu sugiro que ele responda primeiro as indagações e anexe documentos e depois nós avaliaremos a necessidade de repetirmos a oitiva ou não.

O SR. – Meu querido Deputado Celso Giglio, nós não estamos querendo fazer dessa forma. Nós estamos pedindo para V. Exa. colocar em votação o encaminhamento que foi feito reforçado pelo Simão Pedro que eu faço, de nós continuarmos numa próxima reunião, não aceitando as respostas por documento, ou por Ofício, mas que continuemos esse debate. Nós já interrompemos por duas ocasiões as colocações do Professor Fernando. Eu estou achando que ele está sendo injustificado, então nós gostaríamos de outro momento com tempo para todos nós, analisar até as denúncias novas que chegaram aqui pelo Deputado Carlos Giannazi numa outra oportunidade, debatendo isso com maior tempo.

Evidentemente se V. Exa. puder aceitar e o Deputado Vitor concordar, não precisava nem colocar em votação. Tiraríamos uma data posterior a essa e continuaríamos o debate.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Pela ordem. Eu, em alguns momentos me sinto sendo... Simão Pedro, eu com toda sinceridade, não tenho condição de fazer relatório nenhum do jeito que está. Então eu comungo dentro da proposta minha, enriquecida se for o caso com aquela sugestão do Simão Pedro, no sentido de que se cada entidade tem um CNPJ ou se vale um para todos. Por quê?

Porque de posse desse documento, o professor está depondo sob penas da lei. Se ele falsear alguma informação essa CPI terá condições de tomar as providências, porque dentro do quadro, com toda sinceridade, eu vou me sentir hoje o relator. Eu não tenho condições nenhuma de relatar

nada, porque sem dúvida nenhuma o professor foi convincente na exposição. E V. Exa. também foi convincente quando expôs os problemas dos alunos.

Quando V. Exa. bateu na tecla de universidade é um conceito. Esse conceito pelo que V. Exa. expôs não existe universidade, é uma luta para ser. Então dentro desse quadro, como será feito o relatório?

Então eu comungo todinho com a opinião do Deputado Simão Pedro que não tem condições de fazer o relatório se não houver esses esclarecimentos que eu estou propondo.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Nós estamos confusos Sr. Presidente. O Professor José Fernando apresentou aqui alguns certificados de regularidade aqui do Fundo de Garantia da Caixa Econômica Federal. O documento diz o seguinte: o presente documento não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos decorrentes das obrigações do Fundo de Garantia.

Então nós temos que aprofundar Sr. Presidente. Não dá para gente aqui encerrar e nem pedir por escrito. Acho que há a necessidade, ficou muito claro aqui para todos nós, de uma nova audiência com a UNIESP e com as entidades representativas dos professores, ouvindo os dois lados frente a frente, olho no olho, aí sim eu acho que seria mais democrático e mais produtivo.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu comungo da opinião do Deputado Simão no sentido de que isso aqui não é uma Audiência Pública, não pode ser transformado em acareação, nada. Nós temos seguir certa sequência de CPI, se necessário for...

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL - Acareação pode sim está no regimento. Vamos fazer a acareação com a Federação, SIMPRO e UNIESP. Onde, está dentro do regimento.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu não conclui ainda. Eu queria dizer o seguinte. Depois de posse desse documento nós podemos trazer as pessoas que V. Exa. está mencionando para que eles esclareçam. Ele sentaria lá, eu, ou você ou o Simão Pedro perguntaríamos e ele responderia sim ou não, depois se fosse necessário teria essa acareação, senão nós vamos começar pelo fim.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu considero então mais uma vez esse assunto insuficiente. Eu queria fazer aqui uma recomendação: que essa CPI pudesse oficial o INSS perguntando em que situação se encontram os débitos de cada uma das instituições mantidas pela UNIESP. Também a Receita Federal em que situação se encontra a instituição com relação ao FGTS.

Precisaríamos ter a informação do Dr. Fernando, sobre cada CNPJ de cada uma das instituições mantidas pela UNIESP. Também podemos oficial o Ministério da Educação a respeito da instituição aqui, em que situação se encontra o processo relativo ao uso do nome. Em que pé se encontram as denúncias feitas ao MEC, aos processos abertos no MEC. Sugestão da gente fazer um encaminhamento do ofício.

Eu me encarregaria de junto ao MEC tentar apressar essas respostas para dentro do nosso prazo a gente obter essas informações o mais rápido possível. E com base nisso então deixar aqui a proposta de realizarmos uma nova oitiva com o responsável pela UNIESP, o professor e se necessário for, convocar de novo os representantes dos professores para que possam nos esclarecer.

Eu quero mais uma vez dizer que eu estou levando a sério o trabalho dessa Comissão, acho que aqui não há disputa, que o interesse quando nós entramos aqui de levar sugestões aos órgão competentes, ao MEC, ao Conselho Estadual de Educação, ao Governo do Estado para que tome providências cabíveis em relação à exigência da educação, o respeito aos direitos a legislação.

Então essa é a minha sugestão Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós também estamos levando a CPI muito a sério, e eu acho que ela tem dado resultados. É uma questão de metodologia e apenas estamos discutindo.

Eu acho que essas indagações a esses órgãos nós poderemos fazê-las, mas se o Dr. Fernando tiver a documentação que prove esta quitação, essa regularidade, eu acho que substitui. Por isso que eu fico com o Deputado Vitor Sapienza de formular todas essas questões, marcar uma nova data, estabelecer um prazo para ele encaminhar essa documentação. Se acharmos necessidade então faremos uma nova oitiva e o convidaremos para isso.

Aí estaremos menos confusos do que hoje em relação a esses fatos todos, uma vez que nós vamos ter essa documentação na mão.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Presidente eu queria fazer uma questão de ordem. Eu fiz um requerimento. Eu acho que V. Exa. teria que submetê-lo ao crivo dos Deputados que estão aqui e V. Exa. está arbitrando. V. Exa. é Presidente, mas...

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu não estou arbitrando. Nós estamos debatendo aqui.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Mas eu fiz um requerimento Sr. Presidente de oficial os órgãos. Então eu acho que isso...

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Um aparte Deputado Simão Pedro. Eu fui Delegado tributário. Toda certidão sai com ressalva. Qualquer órgão que você peça uma certidão ele ressalva posteriores verificações. Qualquer certidão. Do IR, do INSS e outras. Isso porque se a certidão for ampla, você tira o direito de amanhã ou depois... Vamos admitir uma certidão do INSS. Deu tudo certo. Se não fizer uma ressalva, vai um professor e faz uma denúncia, ele vai e apresenta a certidão. Por isso é feita a ressalva. Meu amigo assessor da Deputada Leci sabe o que eu estou falando. Fica ressalvada posteriores verificações. Se aparecer um fato... É muito simples, vamos ver como é que sai as certidões das contas do Governo que nós votamos.

Ou seja, se acontecer um fato novo ela não perde a validade. Então dentro desse quadro...

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Sr. Presidente eu apelaria novamente para V. Exa. Já estão chegando os membros da Comissão que vai reunir aqui e tem dois requerimentos: um era de questão de ordem que eu encaminhei a V. Exa. se nós já deixamos marcado a continuação dessa oitiva com o Prof. José Fernando e a outra o requerimento do Deputado Simão Pedro. Então eu pediria a V. Exa. que encaminhasse.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Vamos colocar então em votação a proposta do Deputado Vitor Sapienza.

Eu estou recebendo uma informação que a reunião da Infraestrutura será aqui ao lado. Nós estamos encerrando já.

Em votação a propositura do Deputado Vitor Sapienza que sugere que nos seja encaminhada toda a documentação respondendo a todas as perguntas aqui formuladas e as questões, inclusive, denunciadas pelo Deputado Giannazi.

Pela ordem Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Minha proposta é no sentido de que todas as dúvidas, principalmente as levantadas pelo Carlos e levantadas pelo Deputado Simão sejam formuladas e respondidas pelo Dr. Fernando. Aí nós poderíamos debater perguntas e respostas.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Aí determinaremos se vamos convidá-lo ou não para outra oitiva. Está em votação.

O SR. – Votação nominal, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – É regimental. Como vota o Deputado Geraldo Cruz.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Voto contra esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Contra Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Acompanho o voto do Deputado Geraldinho.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – A segunda proposta é no sentido de remarcarmos a oitiva.

O SR. – E com a presença, eu quero ressalvar, com a presença das entidades SIMPRO e da Federação.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Você não pode sugerir.

O SR. – Eu não tenho voto, mas eu estou sugerindo. Eu tenho voz.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Encerrada a primeira votação. Vamos colocar aqui em votação a proposta de fazermos um novo convite para o Dr. Fernando. Como vota o Deputado Vitor Sapienza?

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Contrário.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Como vota do Deputado Geraldo?

O SR. GERALDO CRUZ – PT – A favor.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Como vota o Deputado Simão Pedro?

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Pelo requerimento.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Leci Brandão?

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Pelo requerimento.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós então marcaremos Dr. Fernando uma nova oitiva, faremos um novo convite para o senhor e marcaremos uma data.

O SR. – É convocação Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Não, é um novo convite por que...

O SR. – Mas o requerimento foi feito como convocação.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Não sei se há necessidade de ser convocação porque eu vejo a disposição do Dr. Fernando voltar. Não acho necessário que seja convocação.

Agradecemos aqui a presença do Deputado Jooji Hato 3º Presidente da Casa e nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

* * *

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ENSINO SUPERIOR

26/10/2011

PRESIDENTE

DEPUTADO CELSO GIGLIO - PSDB

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ENSINO SUPERIOR

26/10/2011

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de apurar a real situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo.

Hoje presente aqui o Dr. Milton Linhares que representa o Dr. Antonio Carlos Caruso Ronca, Presidente do CNE – Conselho Nacional de Educação.

Presentes nesta reunião os Deputados Geraldo Vinholi, Geraldo Cruz, Donisete Braga, Alex Manente e esse Deputado na presidência. Deputado Simão Pedro que é o nosso relator.

A nossa preocupação na verdade, Prof. Milton é de que as universidades públicas de maneira geral oferecem uma qualidade boa de ensino, melhor de ensino, enquanto que com as privadas isso nem sempre acontece. Exemplo disso, o caso na área de Direito onde um número insignificante de formandos consegue passar no exame da Ordem e outros exemplos mais que poderíamos citar aqui.

E a CPI foi instalada para apurar essa real situação praticada pelas instituições particulares. Nós temos aqui feito inúmeras oitivas e certamente a presença do Prof. Milton ela vai ainda esclarecer e engrandecer a nossa CPI.

Eu queria pedir ao professor que tomasse assento à Mesa e tem 20 minutos para discorrer sobre o assunto da forma que lhe aprouver.

Antes disso eu dispenso a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. MILTON LINHARES – Sr. Presidente da CPI do ensino superior Deputado Celso Giglio meus cumprimentos, Srs. Deputados membros da Comissão aqui já nominados meus cumprimentos também, senhoras e senhores, antes de iniciar qualquer tipo de colocação queria me apresentar de uma forma um pouco mais detalhada.

Meu nome é Milton Linhares, sou membro do Conselho Nacional de Educação vinculado ao Ministério da Educação desde 2004, já estou no meu segundo mandato. Também sou membro do Conselho Estadual de Educação aqui de São Paulo no primeiro mandato, minha formação é na área de Engenharia com mestrado em Educação e doutorado em Ciências pela USP. Já milito na área de educação e especialmente na área de educação privada há mais de 30 anos. Hoje aqui eu represento o Presidente do CNE – Conselho Nacional de Educação, o conselheiro Antonio Carlos Caruso Ronca que me fez a designação em razão de estar em Brasília em compromissos pelo próprio Conselho Nacional de Educação.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, de fato a questão é bastante importante porque se trata de uma questão de soberania nacional. Quando se fala em qualidade de educação se pressupõe a preparação das pessoas para o exercício da cidadania plena, para o exercício de suas profissões, para o desenvolvimento econômico e social do país, isso tudo então tem conexão direta com a soberania nacional.

Quando temos um povo bem educado, quando a educação se faz presente no processo educativo e formativo das pessoas, as pessoas tem todas as condições de exercer essa cidadania, inclusive desonerando um pouco o Estado em outras questões. Por exemplo, saúde, tributos. Quem tem mais educação sabe se cuidar melhor. Quem tem mais educação não causa tantos problemas no trânsito. Quem tem mais educação se alimenta melhor, tem melhor emprego, e isso tudo acaba gerando uma vida mais saudável. E quando eu falo de desonerar o Estado é exatamente nesse sentido. Você desonerar despesas previdenciárias, com indenizações, com custeio de pessoas que sofrem com problemas oriundos da falta de educação.

Especificamente com relação ao setor privado, que é o objeto das discussões da CPI, eu quero lembrar inicialmente que pela nossa Constituição eu costumo dizer que o Estado tem a faca e o queijo na mão. Por que? Porque o Estado é responsável por avaliar e autorizar as iniciativas educacionais no setor privado, em qualquer nível de ensino. Especificamente sobre o ensino superior está lá no Art. 209 de nossa Constituição. O ensino é livre à iniciativa privada desde que avaliado e autorizado, nessa ordem, pelo Poder Público.

Então eu diria que o Estado tem a maior das responsabilidades nesses processos de avaliação. E avaliar sempre no sentido de aperfeiçoar e não no sentido de punir.

Nesse escopo hoje o Estado brasileiro, a União tem o sistema federal de ensino, tem meios, mecanismos procedimentais para acompanhar desde o nascimento até a sua conduta, até a realização e efetivação das atividades acadêmicas, toda e qualquer instituição superior a ele vinculado. O Sistema Federal de Ensino.

Por outro lado há também os sistemas estaduais que pela Constituição também e pela Lei 9394 de 96, a LDB faz essa separação clara. O Art. 16 da LDB diz exatamente isso: “o sistema federal de ensino compreende, no Inciso II as instituições de educação criadas e mantidas pelo sistema privado, lá no sistema federal.”

E nos sistemas estaduais é o Art. 17 que trata dessa matéria, os sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal compreendem no Inciso I as instituições de ensino mantida respectivamente

pelo Poder Público estadual e pelo Distrito federal e as instituições no Inciso II aquelas de ensino superior mantidas pelo Poder Público Municipal.

Então aqui no Estado de São Paulo, por exemplo, nenhuma instituição privada está vinculada ao sistema estadual. Todas elas estão vinculadas ao sistema federal de ensino, portanto, ao Ministério da Educação que cabe o dever e o poder de avaliar, autorizar, supervisionar, fiscalizar enfim, as iniciativas e todo o trabalho dessas instituições de ensino superior.

As poucas instituições, eu diria com uma composição mista entre público e privada vinculadas aos Estados e aí falando especificamente de São Paulo, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal deve imigrar para o sistema federal de ensino.

Eu lembro de algumas instituições aqui do Estado de São Paulo que tem uma composição, uma natureza jurídica que se confunde um pouco entre o público e o provado, porque suas receitas são originárias de recursos públicos em certa medida e de recursos privados das mensalidades dos alunos em outra medida.

Essa ADIM que eu não me lembro agora o número que foi julgada do ano passado para esse ano, teve origem no Estado de Minas Gerais por conta de uma instituição privada que estendeu seus domínios por todo o interior do Estado, tentando se vincular ao sistema estadual de ensino de Minas Gerais. O Ministério Público e o próprio Ministério da Educação ajuizaram essa ADIM, finalmente o Supremo decidiu de forma definitiva que estas instituições que tem a sua sobrevida, o seu custeio com recursos vindos do setor privado, devem se vincular ao Sistema Federal de Ensino.

Agora tem uma palavra na decisão do Supremo que é fundamental, que é a palavra preponderante. Quer dizer, quando uma instituição vinculada a um sistema estadual tem a origem de seus recursos para sua manutenção, preponderantemente, vinda do setor privado ela deve, necessariamente, ser vinculada ao Sistema Federal de Ensino.

Como eu disse agora a pouco, quando essas instituições daqui do sistema estadual e outras de outros sistemas estaduais tinham os seus recursos, de certa forma equilibrados, vamos imaginar 50% vindo da Prefeitura local e 50% das mensalidades de alunos, ou às vezes, 70% do setor público e 30% das mensalidades dos alunos, você podia até imaginar que a sobrevida delas advinha de recursos públicos. Mas em vários casos como foi o caso de Minas Gerais e outras do Estado de São Paulo, algumas instituições recebiam, preponderantemente, 80% das suas receitas vindas das mensalidades dos alunos. Então é praticamente uma instituição privada, e ela então se beneficiava do vínculo com o sistema estadual da unidade federativa ao qual ela pertencia. Pela decisão do Supremo isso então termina, tanto é que varias instituições aqui do Estado de São Paulo já estão fazendo a chamada migração de um sistema para outro. Do sistema estadual para o sistema federal.

Para falarmos um pouco de qualidade no ensino superior privado, alguns fatores devem ser levados em conta.

Quem trabalha na área de educação superior sabe que alguns insumos são fundamentais para que se tenha um projeto educacional de qualidade.

Em primeiro lugar a educação didático pedagógica de um determinado curso. E quando se fala de uma universidade se fala em pluralidade do conhecimento, universalidade do conhecimento, portanto, você tem as três grandes áreas do conhecimento numa universidade. Ao contrário de uma faculdade, que às vezes, ela tem o seu foco na área de exatas ou na área de humanas ou da saúde. Mas quando se fala numa universidade se pressupõe uma universalidade do conhecimento.

Então como as universidades em geral têm todas essas áreas abrangidas pelos seus cursos, o primeiro ponto que se deve observar é a organização didático pedagógica de um curso especificamente e de todos em geral.

Essa organização pressupõe um currículo adequado aos tempos que se vive. Componentes curriculares adequados as necessidades do mundo do trabalho e do mundo que a sociedade exige, e hoje nós vivemos a sociedade do conhecimento.

Em segundo lugar, a organização social, ou seja, o corpo docente dessa instituição, que normalmente se pressupõe um corpo docente de qualidade de quando os professores tiveram a possibilidade de no seu processo formativo chegarem ao mais alto grau do ensino superior que é o grau do doutorado. Se ele chegou ao grau do doutorado, certamente ele passou pela graduação, pelo mestrado, onde ele obteve praticamente todas as ferramentas teóricas e práticas para o exercício da sua profissão. Aprendeu a pesquisar. Quem ensina tem que saber pesquisar, porque o ensino é fruto da pesquisa.

Então um corpo docente com prevalência de doutores na sua totalidade, certamente tende a ser um bom corpo docente. Se não houver doutor no corpo docente, mas se houver mestres que já chegaram ao mestrado, também é uma forte tendência de que o corpo docente seja bem qualificado e seja capaz de ministrar boas aulas e oferecer um bom ensino.

Mas em determinadas áreas do conhecimento, principalmente nas áreas profissionais, nas áreas específicas, nem sempre o doutor, o professor portador do título de doutor é o melhor docente, é aquele que consegue ensinar mais e melhor e interagir com o processo de aprendizagem com os seus estudantes. Nem sempre. Então se pensarmos na área da Engenharia, o professor que tem sólidas experiências numa grande empresa de engenharia na construção de pontes, por exemplo, ele certamente dará uma melhor área dessa disciplina no curso de engenharia, do que um doutor que estudou física, que fez doutorado baseado em cursos físicos. Porque aquele que é o professor

profissional certamente dará uma melhor aula de construção de pontes ou de mecânica dos solos do que aquele que fez o doutorado.

Na área do Direito nós temos em vários cursos de Direito, magistrados lecionando. E o magistrado como todos nós sabemos, nem sempre é aquele que fez um doutorado. É aquele que fez o concurso público, que entrou na magistratura, que foi juiz, que foi desembargador, pode ser até hoje um Ministro de um superior tribunal federal, mas é um professor de Direito de excepcional qualidade, sem ter o título de doutorado e nem o título de mestre.

Então eu dou esses exemplos apenas para deixar bem claro que um corpo docente é fundamental como insumo indicador de qualidade no ensino superior. Mas há que se ter bastante cuidado quando se fala em corpo docente, entre o corpo docente titulado, com a titulação máxima obtida no curso superior, mais alto grau que o doutorado e aquele professor que é só graduado, mas é um excepcional profissional.

Não vou falar aqui da área médica, mas é comum também. É comum nós chamarmos os nossos médicos de doutores, aliás, nós chamamos de doutor o médico recém formado com 25 ou 26 anos de idade que acabou de sair de uma faculdade, de uma residência médica e nós já o chamamos de doutor, mas na prática, teoricamente ele não é um doutor que fez um doutorado. Ele é um doutor porque ele é um médico. Como um advogado que passa no exame de Ordem nós passamos a chamá-lo de doutor, mas não é doutor aquele titulado com o doutorado.

Mas enfim, esse é o segundo insumo que é a organização social, o corpo docente.

E o terceiro insumo é o insumo da infraestrutura. A infraestrutura de um curso que se dá pela verificação de seus laboratórios, das suas bibliotecas e quando se fala de laboratórios específicos da área estudada ou laboratórios de informática, que hoje em dia não se sobrevive mais sem isso em matéria de ensino, isso pressupõe laboratórios atualizados. Não adianta termos uma biblioteca com livros muito antigos, claro que os clássicos, antigos são importantes, autores consagrados são importantes, mas é preciso uma atualização. Laboratório de informática com equipamentos modernos. Não adianta termos investido há 10 anos atrás num laboratório de informática com os computadores da época que não tem comparação com os computadores produzidos hoje.

E bibliotecas são muito importantes, sem esquecer as bibliotecas virtuais. Hoje em dia a biblioteca virtual ela passa a ser quase que um item obrigatório de qualquer curso de ensino superior de qualidade.

É muito mais simples para o aluno no aconchego da sua casa ou no seu escritório, por falta de tempo, acessar bibliotecas virtuais com milhares e milhares de títulos a disposição, do que consultar uma biblioteca física entrando nas estantes para consultar 10 mil livros, sendo que na virtual ele tem 500 mil livros, 1 milhão de livros. Uma coisa não substitui a outra, mas ela é complementar, ela também é aceita hoje como indicador de qualidade.

Se pensarmos nessas três dimensões que eu acabei de dizer, a organização didático pedagógica do curso, o corpo docente e a infraestrutura, nessa ordem, você tem condições de fazer uma boa avaliação.

Mas quem é que avalia o ensino? É o Poder público, no caso do sistema federal é o Ministério da Educação que tem o poder de avaliar para autorizar e para acompanhar.

No caso do sistema estadual é o Conselho Estadual de Educação vinculado a Secretaria do Estado da Educação.

Só que as privadas não são vinculadas ao Sistema Estadual de Educação. São vinculadas ao Sistema Federal de Ensino.

Então é fundamental que a exigência desse acompanhamento e a exigência desses fatores de avaliação sejam cobrados do Poder Público Federal no que tange às instituições particulares de ensino.

O Presidente da CPI Celso Giglio fez uma menção no início da sua fala. De fato, os indicadores de qualidade das universidades públicas costumam ser melhores do que das privadas. É uma realidade. E tem alguns fatores que explicam essa existência dessa diferença.

O setor público comparativamente ao setor privado no país, ele é pequeno. Ele corresponde a menos de 30% em número de matrículas. Se hoje temos mais de 6 milhões de estudantes brasileiros, mais de 70% desses 6 milhões estão matriculados no setor privado. Um setor gigantesco.

Via de regra os cursos nas universidades públicas tem um número de vagas infinitamente menor do que no setor privado. O corpo docente do setor público, via de regra, é quase que 100% dele titulado com o diploma de doutorado. Quando no setor privado a LDB exige que pelo menos um terço do corpo docente sejam titulados como mestres ou doutores e apenas 1/3 trabalha em regime de tempo integral. Então o corpo docente do setor público tem melhor titulação e um vínculo de trabalho maior com a instituição, maior do que no setor privado.

Isso tudo faz com que ele pesquise mais, estude mais e possa oferecer o melhor ensino. E não podemos esquecer o nível do alunado também, que sai do ensino médio e vai para o ensino superior.

Claro, e isso é do conhecimento de todos, aqueles que melhor se preparam na educação básica, tem a melhor possibilidade de ser bem sucedido num processo seletivo de ingresso no ensino público, onde as vagas são menores, os cursos são gratuitos, e é óbvio que aqueles que melhor se preparam conseguem mais o acesso a essas vagas no setor público. E aqueles que ficam

de fora dos portões das universidades públicas bem conceituadas acabam tendo que se dirigir ao setor privado. Isso explica essa diferença tão grande nas proporções. 30% dos alunos nas públicas e 70% nas privadas, porque não há vagas para todos.

Na medida em que o Estado não cumpre e não tem a possibilidade de cumprir a sua missão constitucional de oferecer educação gratuita e pública para todos, ele tem que abrir para o setor privado.

E ainda bem que fez isso para que o setor privado pudesse colaborar com o Estado brasileiro e oferecer educação superior para um contingente enorme de estudantes, e esse contingente só tende a aumentar.

Não sei se o meu tempo está se esgotando, Presidente, para concluir. Obrigado.

Obviamente que o setor privado é composto de uma massa heterogenia de mantenedores. Você tem aquelas pequenas instituições focadas e preocupadas com qualidade que atendem uma parcela pequena de alunos, e têm os grandes grupos, as grandes universidades, as universidades que eu chamo de universidades massivas porque elas atendem milhares de estudantes. De 15 a 20 mil para frente.

Há universidades hoje, principalmente no Estado de São Paulo com 70 a 90 mil alunos, algumas até com 100 mil alunos. E aquelas pequenas, focadas com 2 a 3 mil alunos.

Se pegarmos os indicadores de qualidade, as notas dos cursos dessas escolas no ENADE, IGC medido pelo Ministério da Educação com base nos insumos e no desempenho dos alunos, dá para perceber que há uma conexão direta entre menor número de alunos e corpo docente focado, com bons indicadores. E aquelas que são massivas se desdobram para conseguir um indicador minimamente satisfatório. Difícilmente alcançam um bom indicador ou um excelente indicador. Esse é outro ponto que deve ser levado em consideração quando se fala em qualidade de ensino superior. É a dimensão e a natureza de uma instituição de ensino superior.

Para concluir e não exagerar muito mais do meu tempo aqui e depois para ficar à disposição dos Deputados para quaisquer perguntas, eu diria que a preocupação da sociedade com a qualidade é uma situação que já vem se configurando e da qual não há mais como revertermos, não há mais como virarmos as costas para questão da avaliação.

Embora as pessoas tenham de certa forma uma rejeição a avaliação, ninguém gosta de ser avaliado, começando pelas crianças na escola que quando se fala em provas a criança arrepia. De forma geral a avaliação é aquilo que vai cobrar algo de alguém, e ninguém gosta de ser cobrado, as instituições também não gostam de ser cobradas. Mas elas já estão se acostumando e eu tenho observado isso por todo país, como membro do Conselho Nacional já em 2º mandato eu já visitei várias instituições pelo país, em outros Estados também por força do exercício dessa função pública, o que percebo é que já há uma consciência de que a avaliação veio para ficar.

Se pegarmos o que aconteceu no Brasil de 1968 com a antiga LDB a antiga a 5540 até 1995 quando o ex-ministro saudoso Paulo Renato instituiu o Provão, nesse período até a instalação do provão, o Brasil tinha um sistema de avaliação que simplesmente avaliava e não se utilizava os resultados dessa avaliação. O Ministério da Educação praticamente não utilizava. Ele avaliava, olhava e deixava de lado. Avaliava, olha e utilizava , mas não se fazia uma supervisão, não se fazia um acompanhamento.

O primeiro a dar o ponto de partida no sistema de avaliação como uma forma de usá-la para fins de supervisão foi o Ministério de Educação no ano de 1995 sob a batuta do ex-ministro Paulo Renato. Isso foi de 95 até 2004. A primeira edição dele foi em 96 até 2003 na realidade, porque em 2004 uma nova lei, a Lei dos Sinaes, sistema nacional de avaliação do ensino superior aperfeiçoou o que vinha sendo feito, e criaram-se os sinais com três medidas. O Provão foi extinto, mas entrou no lugar dele o ENADE que é o Exame Nacional de Desempenho do Estudante, acompanhado de avaliação de instituições e avaliação de cursos. Então hoje nós temos a tríade de 2004 para cá dessa avaliação que são três indicadores: o exame nacional de desempenho do estudante, a avaliação da instituição como um todo e a avaliação de cada curso. Esse três indicadores estão sustentando hoje o sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior. E é um sistema que veio para ficar, a avaliação veio para ficar, as instituições já estão se acostumando com isso.

Então elas estão tentando se preparar e se aperfeiçoar a cada ano para tentar conseguir bons indicadores, para que a sociedade tenha informação de como é essa instituição.

Eu acho que tem muito a se falar ainda sobre tudo isso, talvez o fruto de um questionamento por parte dos Deputados membros dessa Comissão, talvez seja a maneira mais adequada de dar qualidade ao nosso debate.

Então Sr. Presidente eu acho que com essas palavras iniciais eu dou por encerrada essa minha primeira explanação e fico a disposição para quaisquer outros questionamentos sobre a matéria que estamos aqui tratando. Agradeço pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós que agradecemos ao Prof. Milton Linhares e colocamos os microfones á disposição dos Srs. Deputados.

Pela ordem Deputado Geraldo Cruz.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Presidente quero cumprimentar V. Exa. e o caro Deputado Simão Pedro e agradecer o professor pela presença.

Eu estava imaginando aqui Presidente, que a ausência dos outros convidados está combinando com a de alguns companheiros nossos Deputados. Eu sei que tem alguns que tem outras comissões, mas vou repetir aqui uma preocupação que eu levantei na outra reunião. Para V. Exa. verificar se a presença de outros membros não seria o caso de pedir aos seus lideres a substituição dos membros para que essa Comissão conclua o seu trabalho com um número pelo menos dando um quorum mais numericamente qualificado. Não que esse número não esteja sendo bastante qualificado nos trabalhos da Comissão.

E ao professor eu gostaria de indagar alguns questionamentos.

O senhor tem dois mandatos no Conselho Nacional e eu estava comentando sobre o seu comentário. Pontos que o senhor levantou são muito importantes de preocupação da população.

No Conselho Nacional de Educação não tem levantado essa preocupação de tantos novos cursos, e de faculdades criadas no Brasil especialmente em São Paulo, que é onde se constata um número maior de instituições no ensino superior. Porém, o que a gente percebe nessa criação de faculdades, eles se direcionam sempre nos cursos que eu diria que exigem menos investimentos em questões de laboratórios. Enfim o que o senhor já comentou, e o que a gente percebe é que um número muito grande de alunos, principalmente, na área da pedagogia, e formando muito professores. Evidentemente que uma formação que deixa muito ainda a desejar, bastante do ponto de vista da qualidade, cada dia mais, quando você falou do número de estudantes nas escolas, nas faculdades públicas porque aqueles que se preparam melhor entram, conseguem uma vaga porque são poucas vagas, mas o que a gente sabe e o que a gente pode ouvir até agora é que mais de 80% das faculdades públicas são alunos oriundos de instituições privadas. E mais, deve ir para mais de 90%, não temos esse dado ainda, das faculdades privadas são alunos de escolas públicas.

Uma das coisas, já foi até comentado aqui em outras oitivas é que na universidade pública tem o chamado vestibular e nas privadas tem apenas uma seleção e a maioria deles, pelo menos não me consta ninguém que foi reprovado num vestibular das instituições privadas. Entram e o importante é pagar a mensalidade.

Embora qualquer mudança passe pelo Ministério da Educação, e de forma geral mais pelo MEC.

Mas também eu percebo que o Estado também pode interferir nisso. Há certa omissão do Estado com os cursos superiores públicos. Os dados são, que do Governo Lula para cá começou a investir mais, criar novos campos, em São Paulo mesmo aumentou bastante, mas eu acho que há de certa forma, falta de vontade política do poder público de aumentar essas faculdades.

Em São Paulo tem uma luta do começo do ano que a USP queria fechar uma unidade aqui na Zona Norte, que foi uma luta para conquistar aquele espaço e eles queriam fechar. Então é uma contradição muito grande.

Então a pergunta é: O Conselho Nacional e o Estadual mesmo não sendo de responsabilidade essa questão da análise dos cursos, de um rigor maior para criar uma nova faculdade, buscar mais investimento... O Conselho também poderia fazer essas intervenções pelo menos como recomendação para o MEC para interferir, e ser mais rigorosa na abertura de novos cursos.

Porque é fato que essas pessoas que se formam, veja na OAB os advogados, outro dia eu tive notícia de que 80% não passaram, ou chegou a quase 90%. Somente 10% passaram.

Então isso pode ser um rigor na OAB, mas também pode estar trazendo dados que as faculdades que estão formando não estão de fato preparando essas pessoas para o mercado.

E aí eu acho que o problema não é desse ou daquele Governador ou Presidente ou Presidenta no caso da Dilma. Mas é um problema também da sociedade brasileira como um todo, a instituição como o Conselho de Educação também pode e deve levantar essas preocupações e intervir, fazer uma gestão que é também o que pode sair dessa Comissão aqui, seja recomendação para o MEC e para o Governo Federal ou Estadual diante dos dados que a Comissão tem apurado aqui através das oitivas.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – A palavra ainda continua aberta aos Srs. Deputados e aí o senhor responde numa vez única professor.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Bom dia Sr. Presidente Celso Giglio, Deputado Geraldo Cruz e cumprimento especial ao Prof. Milton Linhares, já agradecendo a sua disposição de vir aqui nos ajudar com importantes informações e reflexões a respeito do ensino superior privado no Estado de São Paulo.

Professor eu vi pelo currículo do senhor que o senhor foi vice-Reitor da UNIBAN por muito tempo, quase 10 anos. No decorrer dessa CPI, a gente recebeu a informação pelos jornais que a UNIBAN foi adquirida pelo Grupo Anhanguera que é um grupo privado, numa estratégia bastante agressiva, depois que a partir de 2008 colocou ou resolveu abrir o seu capital e comercializar as ações na Bolsa de Valores. Ela adquiriu a UNIBAN recentemente.

Nós chegamos há conversar um pouco sobre esse problema da abertura de capital do Grupo Anhanguera, o Pitágoras, a Estácio de Sá e outro na Bolsa de Valores essa estratégia que eu chamo de agressiva de aquisição de faculdades isoladas criando, não vou dizer um monopólio, mas criando

uma rede com objetivo claro de obter ações na Bolsa de Valores. A lucratividade dessas faculdades depois da entrada na Bolsa subiu de 7 para 20% segundo as reportagens e notícias.

Eu queria perguntar, na avaliação do senhor porque faculdades como a UNIBAN não conseguem sobreviver ou sucumbem a esse poderio econômico de outras que vão na estratégia de ir adquirindo, comprando essas faculdades menores?

Segundo, nós já conversamos aqui com representantes de mantenedoras, a semana passada ouvimos o dono da UNIESP ele disse que aumenta o lucro porque você economiza em ganhos de escala em compras, etc., mas temos muitas denúncias de estratégias de redução das folhas de pagamento. Por exemplo, como que se daria isso? Como se faz uma escala para pagamento de mestres, doutores que ganham de 17 reais a hora até 42 reais, então quando o professor vai galgando algumas posições ele é demitido e a faculdade contrata o professor início e assim por diante?

Então nossa preocupação com esse tema da qualidade da educação passa por essa preocupação. A gente tem uma visão de que o ensino não deveria ser um... Eu sou contra essa posição de abrir o mercado, transformar o ensino em uma mera mercadoria, eu acho que o ensino tem que ser uma questão estratégica, uma preocupação do Estado, da sociedade. Evidentemente, que nós temos um atraso muito grande em função da grande demanda de jovens que concluem o ensino médio e precisam entrar na universidade.

Já foi falado aqui que infelizmente houve uma paralisia do ensino superior público, que paralisou sua expansão e agora que retoma, o que permitiu uma entrada muito grande de faculdades privadas. Aqui em São Paulo 90% das vagas estão nas mãos da iniciativa privada, de instituições privadas.

Então eu queria perguntar, a partir da experiência que o senhor teve na UNIBAN, na gestão de instituições de ensino como essa que é muito importante, minha esposa mesmo fez pedagogia na UNIBAN, qual a visão que o senhor tem em relação a esse tema, a questão da qualidade que de fato isso veio aqui com muita preocupação na realização das oitivas, nas várias manifestações dos Deputados.

Querida que o senhor falasse um pouco como é que o senhor vê essa situação e essas dificuldades que muitas faculdades tem nas suas gestões.

Por exemplo, nós fomos fazer uma visita a UNITAU de Taubaté que 2 mil alunos estavam inadimplentes e foram enviados os seus nomes ao serviço de proteção ao crédito, o que gerou uma contestação do próprio PROCON, ações na justiça, manifestações por parte da UNE mostrando que essa atitude era uma atitude ilegal.

Então a gente tem um pouco essa preocupação. Como é que a gente garante a qualidade e se, na sua visão, a entrada das universidades nas Bolsas de Valores... Por exemplo, a Anhanguera antes de adquirir a UNIBAN, num curto período, de 17 instituições passou a ter 47 instituições.

Se esse controle não prejudica a qualidade?

São as questões que eu queria perguntar e desde já agradecendo mais uma vez a presença.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Com a palavra o Professor Milton.

O SR. MILTON LINHARES – Obrigado Presidente.

Iniciando com algumas observações sobre as indagações do Deputado Geraldo. Deputado, o Conselho Nacional de Educação ele é um órgão de natureza deliberativa e de assessoria ao Ministro do Estado da Educação. Ele foi criado lá em 95 e instalado em início de 96 em substituição ao instinto Conselho Federal de Educação. Já naquele momento, quando ele foi criado em 95/96, instalado, ele já passou a ter atribuições um pouco distintas do Conselho Federal de Educação no que tange a quantidade de atribuições. Ou seja, muito do que se fazia no Conselho Federal de Educação extinto em 94, o Conselho Nacional, este, deixou de fazer, por exemplo, a instauração de cursos. O antigo autorizava cursos, credenciava instituições, autorizava cursos de pós graduação de mestrado e doutorado, aprovava estatutos, aprovava regimentos e até legislava sobre política de preços, de mensalidades de instituições de educação superior.

Quando esse Conselho Nacional foi criado ele passou apenas a autorizar quatro cursos Direito, Medicina, Psicologia e Odontologia e a credenciar e credenciar instituições de nível superior e aprovar os seus estatutos e os cursos de mestrado e doutorado. Ou seja, suas atribuições foram enxugadas. Isso em 96 quando ele foi instalado. Em 2001 outro tipo de enxugamento aconteceu, em 2006 mais um aconteceu com o Decreto 5773 de 2006, ou seja, hoje nem mais os quatro cursos de Medicina, Direito, Psicologia e Odontologia nós autorizamos. Nós só ficamos com a atribuição de credenciar novas instituições e credenciar as já existentes, credenciar instituições para educação à distância e reconhecer os cursos de mestrado e doutorado no país e também atuar em grau de recurso quando for o caso, por conta de decisões acatadas dos Secretários do Ministério da Educação. Então ele também atua como instância recursal.

Então veja que ao longo do tempo, o Conselho foi sendo apurado em suas atribuições para que ele ficasse mais focado na expansão do ensino superior em relação ao credenciamento de novas instituições.

Para se credenciar uma instituição de educação nova no país hoje há um rito a ser seguido, por meio de um processo administrativo que eu diria que ele é bastante qualificado.

O proponente precisa apresentar a sua documentação, o seu projeto. Essa documentação é analisada, se toda a fase de análise documentação for atendida passa-se a terceira fase que é a fase de designação de uma Comissão de especialistas para visitar a instituição, e normalmente são especialistas com profundo conhecimento técnico em avaliação de instituições, que conhecem a área para poder dizer se aquela instituição tem condições ou não. Às vezes, eles passam 3 ou 4 dias visitando uma instituição para saber se ela tem condições de ser avaliada. E aí eu já faço uma ilustração aqui, ao contrário do setor público, onde uma universidade é criada num texto de uma assinatura de um Presidente da República num terreno.

É assim que acontece hoje. Uma criação de uma universidade pública nova, muitas vezes ela é feita por meio de um ato oficial, um Decreto do Presidente da República em cima de um terreno. E lá vão as autoridades inaugurar a pedra fundamental e aí se começa a contratar, se começa a construir. É assim que se cria no setor público.

Setor privado é diferente. Então eu vou voltar à avaliação do setor privado.

Feita essa visita, essa Comissão produz um relatório. Esse relatório volta para o Ministério da Educação que analisa tudo o que foi feito e emite o seu parecer final dizendo se é favorável ou não e aí esse processo vai então ao Conselho Nacional da Educação para que nós façamos a nossa análise num colegiado de 12 pessoas na Câmara de Educação Superior, a ainda existe a homologação do Ministro de Estado de Educação da nossa deliberação. Ou seja, nós não criamos nem decidimos, nós deliberamos. E a nossa deliberação está sujeita a homologação do Ministério da Educação.

Então esse processo é um processo bem feito pelo tempo de experiência que a gente tem lá, é um processo que tem condição de analisar profundamente se uma instituição proponente, se tem condição de ser criada ou não.

Quando ela é de fato criada, Deputado pode ter certeza que ela passou por um bom crivo de avaliação. E se fizermos uma comparação entre o que existe hoje com as novas que estão sendo criadas, e isso eu vejo ali porque eu trato de processos de credenciamento como também trato de processos de credenciamento das antigas. Muitas das novas têm melhores condições de desenvolver um bom trabalho a partir do momento que ela recebe a autorização, o ato de credenciamento do que aquelas mais antigas que já estão passando por processo de credenciamento e que já tem certos vícios de existência, eu diria.

Então eu diria que o Conselho Nacional de Educação tem tido sim uma preocupação pela expansão com qualidade do sistema de ensino superior do país. Se pegarmos os últimos credenciamentos novos, dos últimos 10 anos, certamente eu diria com mais de 90% de chance de acertar, que todos tiveram bons desempenhos e bons conceitos nos seus processos avaliativos para fins de credenciamento.

Agora o que está acontecendo que é uma coisa que vale a pena frisar também, nos atos de credenciamento daquelas que já existem. Muitas estão passando por um processo que nós chamamos lá de ajuste, por duas medidas: o estabelecimento de um protocolo de compromisso entre a instituição e o Ministério Educação que mais ou menos, soa como os TAC que o Ministério Público costuma firmar com determinadas pessoas jurídicas, em determinadas matérias que é o termo de ajuste de conduta. Então quando se fala em protocolo de compromisso entre uma instituição e o Ministério é porque o Ministério verificou e constatou determinadas irregularidades, deficiências, fragilidades, melhor dizendo que podem ser corrigidas com determinado tempo, normalmente esse tempo é de um ano, para que as instituições corrijam as suas fragilidades e apresentem e se submetam a uma nova avaliação in loco para saber se essas fragilidades foram superadas.

Feito isso, o processo recebe um tratamento do devido processo legal. Não é ainda um processo administrativo para fins de punição, mas é um processo administrativo para fins de aperfeiçoamento.

Quando isso ainda não é suficiente há ainda um termo de saneamento de deficiências institucionais. Ainda existe o termo de saneamento de deficiências previstos na Lei dos Sinais a Lei 10861, que prevê medidas corretivas.

Então eu acho que o poder público está agindo no sentido de corrigir as fragilidades e deficiências daquelas existentes. Isso também passa pelo Conselho Nacional de Educação. Então a nossa prática tem sido expandir porque é necessário expandir, o Brasil ainda está muito aquém dos níveis que precisa atingir em termos de ensino superior, mas expandir com qualidade. E tentar fazer a manutenção que existe, corrigindo fragilidades.

Não se fecha uma faculdade como se fecha um boteco ou um açougue. Se dá condição de melhorias, agora no limite, até o descredenciamento é previsto em lei depois de um processo da via administrativa, com amplo direito de defesa, amplo direito dos contraditórios, isso também é previsto em lei. E já houve em várias capitais e cidades do Brasil, faculdades descredenciadas porque não conseguiram superar as suas fragilidades detectadas pelo Ministério da Educação.

Então nessa ótica eu defendo que os processos hoje existentes são processos bastante intensos, e claro que todos podem ser aperfeiçoados o tempo todo, mas são processos bastante bem construídos que podem conduzir o Brasil a um patamar satisfatório de expansão no ensino superior com qualidade, em relação a expansão por meio das criações de novas.

E com relação à manutenção das antigas, também é um processo que tem todas as condições de propiciar correções àquelas que têm algum tipo de fragilidade.

Com essas observações, eu passo então às indagações do Deputado Simão, e ele fez menção ao fato de que ao longo de minha carreira de mais de 30 anos no ensino superior, basicamente ligado ao setor privado, de fato eu atuei por 15 anos dessa minha carreira toda, por 15 anos eu trabalhei na UNIBAN. E desses 15 anos, durante 9 anos eu fui vice-reitor, de 1999 até 2008. Eu saí de lá em agosto de 2008.

Durante a minha estada na universidade ela se tornou uma das universidades massivas aqui da Capital e do entorno de São Paulo, como Osasco, São Bernardo atuando também. Universidade massiva porque ela estabeleceu uma meta: crescer organicamente.

O que eu quero dizer com isso? Ela nunca comprou uma instituição pequena. Ela cresceu por livre expansão de suas unidades, seus prédios e da criação dos seus cursos.

Eu me lembro que quando ela se transformou em universidade lá em Janeiro de 1994, eu já estava lá há um ano, nós tínhamos 2 mil e 800 alunos. No ano seguinte, em 95, pulamos para 7 mil, no ano seguinte para 12 mil e foi uma expansão acelerada, criando campus na cidade de São Paulo, campus em São Bernardo e Osasco, por meio de um crescimento orgânico.

Agora todo crescimento quando se dá de forma muito acelerada como foi esse o caso, isso acaba implicando em problemas de gestão. Você fazer gestão em cima de uma organização de seres humanos que envolvem uma passagem diária de 70 mil seres humanos, mais tantos mil professores e funcionários todos os dias em unidades, é uma administração bastante complicada, eu posso assegurar isso aos senhores.

Quantas cidades há aí do interior do Estado com 5, 10, 20 mil habitantes, imagina administrar uma organização de 70 mil pessoas. Então é claro que há problemas de gestão.

Quando eu saí de lá em agosto de 2008, nós tínhamos aproximadamente 75 mil alunos e agora, com as notícias que foram veiculadas pela imprensa recentemente com a venda da UNIBAN para Anhanguera, foi noticiado que haveria lá 55 mil alunos. Então veja que ao longo de três anos, eu digo pelo tempo que eu saí de lá, já houve uma queda do número de alunos.

Agora, por que isso acontece? Aí o Deputado fez uma pergunta direta que dá para gente especular um pouquinho em termos de reflexão. Por que se vende uma instituição com 55 mil alunos, uma instituição pujante, grande, que atinge e já formou tanta gente?

Eu só posso imaginar que deve ter sido problema de gestão. Problema de gestão que acabou culminando na forma absolutamente impraticável de se aplicar aqueles conceitos que fizeram a mesma instituição crescer organicamente. O que é caro na gestão de uma instituição desse porte, com 9 unidades em São Paulo, mais uma em São Bernardo, outra em Osasco? É o custo operacional. Em cada unidade você tem que ter tudo aquilo que as outras tem. Tem que ter corpo docente, infraestrutura, segurança, bibliotecas, laboratórios, tudo. Tudo se repete. Então o custo operacional é alto. Ao mesmo tempo em que se pensa numa escala, o custo operacional é alto.

Por que outra instituição da mesma pujança e dimensão do número de alunos, mas com menor número de unidades consegue sobreviver? Porque uma é exatamente igual à outra, só que uma tem 11 e a outra têm 3 ou 4 unidades. Veja que a diferença de custo operacional de uma para outra é brutal. É muito mais barato você administrar três unidades ou quatro com o mesmo número de alunos, do que administrar onze. O custo operacional é muito alto nas onze.

Então eu diria que essa venda só pode ter sido originada por uma incapacidade de gestão do negócio como estava naquele momento. A não ser que haja outros motivos. Eu não sei também. Afinal de contas é uma instituição privada, têm lá os seus direitos, as suas obrigações, o seu jeito de ser administrada e o dono resolve o que fazer.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Vou pedir licença para interromper um pouquinho. Por exemplo, vamos citar aqui o caso da Anhanguera que comprou a UNIBAN. Ela compra uma unidade aqui, ela compra outra ali, compra outra acolá, vai comprando faculdades isoladas. E mesmo assim o lucro é cada vez mais alto.

Por exemplo, uma reportagem que eu li na Veja, mostrou que a margem de lucro, ele cita o caso da Estácio que vai comprando outras isoladamente, e não concentrando em poucas unidades. O lucro pulou de 7 para 20% em pouco tempo.

Então não tem uma contradição nisso que o senhor está falando, problema de gestão de gerenciar várias unidades em relação a essa estratégia?

Com a experiência do senhor, como é que o senhor vê?

É uma dúvida que me veio à cabeça agora.

O SR. MILTON LINHARES – É uma dúvida pertinente mesmo, porque pelo que eu falei você estender esse raciocínio para uma rede, a coisa vira contradição, mas aí é justamente a diferença entre você operar em rede e operar em uma instituição fechada sobre si mesma que não opera em rede. É grande, é massiva, mas não opera em rede. Ela tem a sua gestão própria, seja em 4 ou em 11 unidades.

A Anhanguera abriu capital na Bolsa de Valores, assim como a Cróton, Pitágoras, a Estácio, como a Kock, são quatro no Brasil hoje que abriu. Não há nenhuma vedação legal a essa prática. Elas fizeram aquilo que a lei permite fazer, e não há nenhuma ilegalidade.

Quando você abre o capital na Bolsa de Valores, todos os recursos adquiridos por conta dos investidores, eles tem que ser geridos de forma a satisfazer os investidores. Eles têm metas anuais a serem cumpridas. Pelo pouco que eu já li das gestões das empresas de capital aberto, tudo deve ser divulgado como fato relevante, qualquer tipo de crescimento e todas as metas também.

O que é difícil fazer quando você abre o capital na Bolsa? É difícil se crescer organicamente, ou seja, crescer somente pelo aumento de seu número de alunos, de seu número de cursos, dos processos seletivos, ou seja, crescendo como a UNIBAN cresceu em determinada época, como a UNINOVE vem crescendo, como a UNIP cresceu durante muito tempo sem comprarem nada. Cresceram por esforço próprio, por desempenho próprio. Esse foi o crescimento orgânico.

Esses grandes grupos de capital aberto, eles só tem um jeito de crescer para cumprir metas a cada ano. É o crescimento por meio de aquisições. E nesse cenário onde isso tem que ser dito, a dificuldade financeira daquela classe média ou da classe D, que quer ter condições de acesso ao ensino superior, mas não tem recursos, ela se dá por meio de cursos baratos. E uma faculdade pequena de 2 ou 3 mil alunos, pelos seus custos, não consegue fazer um curso barato.

Como fazer uma gestão para que um curso tenha um preço de mensalidade menor do que a média de mercado? Só operando em grande escala.

Então quando se fala em Anhanguera, se fala numa rede que cresceu por aquisições, tem um sistema próprio de gestão que quanto maior o número de alunos ela tiver, maior será a sua lucratividade.

Então isso explica um pouco o crescimento da lucratividade de 7 para 20% como foi falado pelo Deputado, por conta dessas aquisições.

O que significa passar numa tacada só, da noite para o dia, de 100 mil alunos para 155 mil alunos? No caso da aquisição da UNIBAN? Eles não tinham 100, eles tinham mais de 300, já são hoje quase 400 mil. Talvez seja a maior do Brasil em termos de número de alunos na rede Anhanguera, mas quem pesquisa a rede Anhanguera, que ela é uma rede aberta, basta entrar no site da Anhanguera e ver como eles operam, percebe-se que quanto mais alunos eles juntarem nessa massa que está crescendo, maior será a lucratividade, porque eles tem um custo fixo operando em rede que é muito pequeno quando você compara com o custo de uma UNINOVE, o custo de uma UNIBAN, UNIP, FMU que são as gigantes aqui, só para ficar na capital de São Paulo.

Estou citando esses nomes porque são nomes que citamos sempre como exemplo. Então isso explica a vontade e a volúpia desses grandes grupos em aquisições. E normalmente, se for feita também uma pesquisa das aquisições feitas pela Anhanguera, pela Kroc, Pitágoras, pela SEBE e pela Estácio, nós vamos observar que nem todas as aquisições são dessa ordem de grandeza como foi feita com a UNIBAN.

A grande maioria, de cada 10 aquisições, 9 são pequenas, instituições de mil, 2 mil, 3 mil alunos. Com pouquinhos milhões eles vão somando faculdades à rede. De vez em quando eles dão essa tacada forte como deram no caso da UNIBAN, de adquirir por uma montanha de dinheiro, uma montanha de alunos.

Mas o que eu quero frisar é que essa operação em rede está sendo também meio que a salvação para determinadas faculdades em certas localidades do país, que não tem a menor condição de sobrevivência.

Tem localidades onde você tem dificuldades em manter professor, mestre ou doutor, por exemplo. Às vezes, não precisa nem ir para o interior da Bahia, de Pernambuco. Às vezes, no entorno de certas capitais, no entorno de Salvador, Recife, Campo grande ou de Cuiabá, ou Manaus, a dificuldade é grande de se manter. Então os mantenedores pequenos que começaram com um sonho algum tempo atrás, percebem que hoje eles não conseguem cobrar menos do que 400 ou 500 reais uma mensalidade e não sobrevivem, porque não tem aluno.

Quantas vagas ociosas nós temos no país hoje? Mais de 1 milhão e 400 mil vagas no setor privado de vagas ociosas. Mais de 1 milhão e 400 mil num universo de 3 milhões e meio, mais ou menos, de vagas oferecidas.

Todo final de ano o Brasil tem mais de 3 milhões de vagas aí sendo oferecidas. As públicas são preenchidas, lá não sobre vaga.

Só nas privadas sobram 1 milhão e 400 mil vagas. Isso são dados do último censo de 2009 na educação superior.

Então vejam que apesar de tudo isso tem muita vaga sobrando. O que é que está faltando? Está faltando financiamento estudantil. Nesse sentido foi criado o PRO UNI pelo Governo que aí está. Acho que foi uma excelente iniciativa para o Governo e para as instituições também. Agora, qual o universo de estudantes atingido pelo PRO UNI em nível brasileiro? Hoje não chega a 1 milhão, desde os que entraram lá no início e os que estão entrando agora. Está na faixa de 800 mil estudantes atingidos pelo PRO UNI. É pouco. Para quem quer chegar a 30% da população em idade universitária matriculada no ensino superior, que é a idade entre 18 e 24 anos, nós estamos ainda em 13% aproximadamente, para quem quer chegar em 30 tem que criar muitas vagas ainda.

Aí alguém falou na rede pública. Novas universidades públicas estão sendo criadas. É a Federal do ABC, a Federal de São Carlos criando campus em Osasco, é a Federal de Foz do Iguaçu, é a Federal de Redenção no Ceará, então vejam, universidades federais estão sendo criadas, mas se formos pegar as vagas nessas universidades federais, elas são pouquíssimas.

Uma universidade pública para criar vagas hoje é um processo doloroso internamente para as que já existem. A UNB Universidade de Brasília tem cursos com 30 vagas a mais de 20 anos e não se aumenta o número de vagas. Não me lembro se é Arquitetura, não me lembro, não vou deixar isso registrado porque eu não me lembro. 30 vagas a mais de 20 anos numa escola pública. Quantos professores de Arquitetura, se for arquitetura o curso, tem nesse curso de 30 vagas? São uns 20 ou 25 professores encastelados lá. Vai falar numa Universidade pública em aumentar o número de vagas. Há uma revolução no feudo da Química, da Física, da Matemática, das Ciências Humanas, da Filosofia, Sociologia, Economia, Engenharia. A universidade pública tem essa deficiência, essa imobilidade, essa inflexibilidade de expansão que é violenta. O setor privado é muito mais dinâmico. Os cursos são criados com 100, com 200 vagas, mas vamos ver se elas são preenchidas no processo seletivo.

Aí vem uma Anhanguera, por exemplo, que opera em rede e que cobra 200 reais uma mensalidade, facilita muito para o aluno pobre, o de classe C e D e, às vezes, até da classe E que já está chegando.

Eu não classifico essas operações como um mal necessário para o ensino superior. Eu entendo que essa situação está se configurando pelo próprio cenário existente no Brasil. Um Estado que é o centralizador do controle das avaliações e da autorização do sistema privado e do sistema público federal, estou falando das estaduais. Não tem capacidade para expandir. Ele tem qualidade, mas não tem capacidade de expansão na velocidade que o país precisa e ao mesmo tempo ele é obrigado a ceder para iniciativa privada um papel que seria dele como Estado. E ele não tem essa capacidade de fazer essa expansão, então ele dá essa possibilidade ao setor privado. Ele avalia, ele autoriza, e tem que supervisionar e tem que acompanhar. É um papel difícil, mas o Brasil precisa crescer no setor do ensino superior e o crescimento só tem se dado pelo setor privado.

Então hoje quando o Conselho Nacional de Educação delibera sobre a criação de uma faculdade nova, de um centro universitário novo ou de uma universidade nova privada, ele faz com bastante critério, sempre com base na instrução processual avaliativa. Isso é fundamental e disso a gente não se afasta.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Sr. Milton, se o Presidente me permitir, eu fiquei agora aqui com outra questão. Por exemplo, os representantes dos professores reclamaram muito aqui para nós da precarização. Essas faculdades que vão adquirindo outras numa determinada região, o professor que é demitido depois ele não consegue arrumar emprego nessa região porque foi demitido dessa instituição, ele é obrigado a se deslocar para outra região, para outro Estado para poder trabalhar. Reclamam muito também da precarização dos salários, porque o lucro, sendo sincero, ele não é obtido só por economia de escala nas compras e assim por diante.. Como o senhor é gestor de instituições do ensino superior, certamente a folha de pagamento de uma instituição também tem um peso importante no seu movimento. Evidente que o Estado faz isso. Aqui em São Paulo, por exemplo, a lei de responsabilidade fiscal fala que o Estado pode investir até 51% em pessoal e cada ano que passa o Governo vai achatando e achatando, chegando a 38% aqui em São Paulo. Então professor ganha pouco, policial ganha pouco e assim por diante. E aí você tem uma sobra para investir em outras áreas.

Certamente deve ser assim nas faculdades. Eu queria fazer uma pergunta ao senhor: - Qual é a sua visão em relação a esse item qualidade do professor, investimento no professor?

Outra questão que o representante da CAPs nos falou aqui, é que é muito pequeno o investimento das faculdades privadas em pesquisa, muito pouca extensão, quase nada em pesquisa, somente dando conta da dimensão da transmissão de conhecimento, do ensino.

O senhor falou que em que investir em laboratórios, bibliotecas, mas na produção da pesquisa que deveria ser papel da universidade também privada, o investimento é muito baixo, muito pequeno. Tudo bem, vamos pegar aí publicação de artigos de revistas. Tem muitas faculdades que tem a sua revista para publicar ali um ou outro artigo, mas eu não avaliaria por aí a qualidade de investimento em pesquisa e extensão.

Então eu queria saber do senhor, aproveitando aqui a sua visita, como é que o senhor avalia esses itens?

O SR. MILTON LINHARES – De fato, a questão da política salarial do corpo docente nas instituições privadas, ela passa muito pela capacidade de gestão do mantenedor e do seu foco, da sua missão.

A folha de pagamento docente é o que maior pesa, a que mais pesa globalmente numa instituição de ensino superior. Ela deve ser, para dar um equilíbrio financeiro, ela deve representar entre 70 e 75% da folha de pagamento total. Os outros 30 ou 25% conforme o caso, dizem respeito a insumos, custeio e a folha administrativa.

Quando essa proporção ela destoa um pouco do que eu falei, ou para baixo ou para cima, você percebe a vontade de investimento do mantenedor no corpo docente para produzir conhecimento ou não. Isso é uma situação muito real. Há mantenedores que pensam exatamente como disse o Deputado aqui, aqueles que querem economizar até mesmo na política salarial do corpo docente. Pagam pouco o professor. Há outros que pagam um pouco mais.

Via de regra, os grandes grupos, não vou dizer os que operam em rede, mas em grandes escolas que eu conheço, às vezes, o professor tem um regime de trabalho em tempo integral

semanal, ganha mais do que o regime em tempo integral do que um professor doutor numa USP, por exemplo.

Eu conheço várias instituições que pagam para um professor com a mesma titulação, ambos doutores, ambos trabalhando em regime de tempo integral, que trabalham no setor privado, ganha às vezes, 40% a mais do que aquele do setor público como uma USP, UNICAMP ou UNESP.

Mas isso é fruto de uma realidade, porque tem os benefícios do setor público também. Estabilidade e tal, e o setor privado não. Isso também tem um custo. Nem sempre tem tantos doutores na praça em determinadas áreas disponíveis a se vincular ao setor privado. E quando vão, também fazem alguns tipos de exigências.

Mas, de fato, essa política salarial ela implica em qualidade de ensino também. Se você tem bons professores e paga bem, certamente você tem muito mais chance de ter um ensino de qualidade e a relação do processo de ensino aprendizagem funcionam bem melhor. O professor que tem mais vínculo, que tem mais afetividade com a instituição, que tem mais tempo, pouca rotatividade, ele tem também possibilidade de fazer um trabalho melhor. Se ele tem mais tempo de desempenhar trabalhos de pesquisa para produzir conhecimentos, para publicar os seus artigos com o incentivo, o estímulo da instituição onde ele está vinculado, certamente isso vai repercutir na sala de aula.

Mas, por outro lado, o que diz a realidade. Teoricamente o que eu estou falando é verdade, mas e a realidade o que mostra? A realidade mostra que a instituição privada, via de regra, quer contratar o professor por X horas, e que ele dê essas X horas na sala de aula e ponto final. Que ele seja um professor horista.

Por isso que alguém aqui disse que pouco se investe em pesquisa do setor privado. É verdade que hoje mais 90% das pesquisas brasileiras se dão nas universidades públicas. E 90% desses 90% se dão aqui na USP. Essa é a realidade. Até as públicas federais produzem muito pouco em relação aquilo que o Brasil precisa para ser uma potência econômica respeitável no mundo.

Nas privadas o investimento é ínfimo. Hoje as privadas investem em cursos de mestrado e doutorado, que teoricamente são os cursos que detém os professores com título de doutor, que vão trabalhar em regime de tempo integral, que vão produzir conhecimento, elas fazem isso por exigência de lei e porque o Ministério da Educação está começando, depois de um bom tempo, a pegar no pé dessas instituições.

Lá no Conselho Nacional de Educação nós estamos exigindo agora para universidade, no mínimo, para começar três mestrados e um doutorado e até 2016 mais quatro e mais dois, no mínimo.

Agora você tem universidades públicas com 30 mestrados e 15 doutrados, ou com 25 mestrados e 12 doutrados. Essas universidades têm muito mais chance de produzir porque tem os professores lá dentro que não estão preocupados somente em lecionar. Eles estão preocupados em produzir conhecimento e a difundir esse conhecimento.

No setor privado é diferente. Ele custa e não dá retorno. É bom que se frise isso. Quando se fala num curso de mestrado ou doutorado que a CAPs aprova, um curso de mestrado não tem mais do que 20 vagas. Um de doutorado não tem mais do que 15 vagas. Então esses cursos não dão retorno e são caros, porque esses cursos requerem a manutenção de um corpo docente ali fixo na instituição, às vezes, de 15 a 20 professores em regime de tempo integral, com titulação em doutor e ganhando bem.

Esses cursos não dão retorno mesmo, mas quando você pensa numa operação grandiosa em curso superior, você tem uma espinha dorsal que se chama graduação.

Eu costume, às vezes, fazer uma analogia entre o corpo humano e uma universidade. A espinha dorsal é a graduação. Um braço é o mestrado, outro braço é o doutorado, a extensão pode ser um pe, um dedo, uma mão, os cursos de extensão de aperfeiçoamento, mas a espinha dorsal é a graduação, é a que sustenta o organismo numa universidade.

Mas eu acho que, de fato, é um problema Deputado. Acho que essa não é uma questão que demanda uma resposta objetiva única sobre uma solução para essa equação problemática que é a reclamação dos professores que, quando a instituição que ele trabalha é adquirida por uma rede, a rede vai lá e dá uma enxugada. De fato, isso acontece, mas tudo por conta dessa gestão. Gestão administrativa, financeira, econômica.

Eu quero encerrar essas minhas observações sobre suas questões dizendo o seguinte: as pessoas falam que a educação não é mercadoria. De fato, não é mercadoria, mas quem faz a gestão em grandes grupos empresariais, trata a educação como uma prestação de serviços, que de fato é, está prestando serviço e auferindo uma receita com a prestação de serviço, e de fato não é mercadoria. Ninguém está vendendo essa mercadoria. Está prestando um serviço, porque o Estado não foi capaz de fazer, então o setor privado, por concessão de Estado, por legitimação de Estado está fazendo e está auferindo receitas. E essas receitas para que elas custeiem a subsistência do negócio ela precisa dar lucro. E isso não é ilegal, não é imoral, é perfeitamente, dentro do nosso Estado democrático de direito e dentro das nossas regras constitucionais é absolutamente permitido dentro de nosso país.

Então é uma equação complicada, o debate precisa ser promovido cada vez mais. Quanto mais se conversa e mais se fala sobre isso, acho que mais as coisas se clareiam, mas dificilmente se

terá uma solução e o Brasil vai virar da noite para o dia uma potência econômica por conta da educação. Ainda há muito a fazer.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós agrademos muito a presença do Prof. Milton Linhares, que deu uma grande contribuição para os trabalhos dessa CPI. Nós temos certeza de que a CPI que caminha já para as suas conclusões finais nos próximos dias, hoje teve uma contribuição muito grande e importante de nosso querido professor.

Nós o saudamos e agradecemos muito a sua presença.

Eu pediria aos Srs. Deputados que após o encerramento permanecessem dois minutos aqui para gente deliberar. Está encerrada a presente reunião.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu entendi que o senhor fosse só fazer as despedidas ao Prof. Linhares. Eu queria uma sugestão Sr. Presidente. Nós participamos de uma CPI da Segurança Alimentar e percebia que a preocupação do Presidente sempre que nós ouvíamos uma testemunha ou um convidado, o Presidente pedia aquele pedido de juramento no início.

Eu tenho percebido que V. Exa. não tem feito isso dessa forma, talvez por esquecimento ou por preocupação em ter o quorum e receber bem os convidados.

Mas pelo que eu tenho observado aí, se por acaso nossa relatoria suscitar de alguma medida judicial, se o depoimento não foi feito sob essa condição do juramento, ele não tem valor legal. Então eu queria fazer essa solicitação que nas próximas, V. Exa. procedesse, não que as pessoas que vem aqui voluntariamente como o Prof. Milton Linhares que vem aqui para contribuir e falar a verdade, mas acho que em outra situação era necessário.

Segundo, hoje nós fizemos um convite ao Prof. Julio Duringa da UNESP, e é a segunda vez que convidamos e ele não vem, então que nós pudéssemos agradecê-lo e dispensá-lo porque talvez não tenham interesse, ou talvez não veja condições de contribuir com o objetivo dessa CPI.

Lembrando também que na reunião passada, tanto eu como o Deputado Geraldinho solicitamos a continuidade daquela oitiva com o Presidente da UNIESP que tinha sido convocado para vir aqui e como nós não conseguimos terminar no tempo da CPI, nós tínhamos solicitado a continuidade daquela oitiva. Gostaria de saber se ele será convocado novamente e em que data para terminar a oitiva com ele. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Está encerrada então a presente sessão. Pediria então aos Srs. Deputados que aguardasse um minuto para gente deliberar.

* * *

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ENSINO SUPERIOR

09/11/2011

PRESIDENTE – DEPUTADO

CELSO GIGLIO – PSDB

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ENSINO SUPERIOR

09.11.2011

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Declaro abertos os trabalhos da 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de apurar a real situação do Ensino Superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo.

Esta reunião tem, por finalidade, ouvir a Professora Eunice Ribeiro Duran, Diretoria Científica do NUPES – Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da USP. A Professora Eunice representa também o Professor José Goldemberg.

Item 02 – Deliberar sobre assuntos de interesse da CPI.

Solicito à Secretária a leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.) Pela ordem, Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI – PSB – Propor a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Seu pedido é regimental, está dispensada a leitura da Ata da última reunião. Aprovada a Ata da reunião anterior.

Convido a Professora Eunice Ribeiro Duran, Diretora Científica da NUPES, para tomar assento à mesa e oferecer a ela o microfone com o tempo de 20 minutos para fazer a sua explanação.

A preocupação, Professora Eunice, dessa CPI é apurar a situação do Ensino Superior praticado pelas instituições particulares, mesmo porque nós entendemos que há uma inversão nos acessos à universidade pública, onde esse acesso é mais fácil alunos egressos das escolas privadas e os alunos de menor poder aquisitivo acabam migrando para as escolas particulares, que nem sempre oferecem ensino de boa qualidade e cursos que tenham boa perspectiva no mercado de trabalho.

Então nós queremos agradecer sua presença, dizer que estamos extremamente honrados com a sua participação nesta CPI. Os microfones estão ao seu inteiro dispor.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURAN – Me sinto muito honrada com este convite para participar desta Comissão. É sempre um prazer e uma recompensa intelectual, ver quando realmente o Poder Legislativo se preocupa com a educação. Não quero dizer que seja raro, tem havido uma preocupação basicamente constante, mas como eu acho que essa preocupação é fundamental, sempre que há uma oportunidade desta eu me congratulo com o Poder Legislativo por esta relação.

É difícil, digamos, falar a respeito dessa situação sem entender um pouco alguma coisa. Eu não sei o que os outros falaram antigamente, mas sobre o contexto como funciona o ensino privado. Então, por isso é possível entender um pouquinho a história e basicamente os ideais, as ideias e as ideologias que têm orientado a política educacional e o desenvolvimento da educação superior no Brasil.

Vocês estão notando que eu estou falando ensino superior e não universidade, porque esta é uma parte de uma representação ou uma ideia a respeito de ensino superior muito distorcida sobre o que é a realidade, não só no Brasil, mas nos demais países.

Ensino superior restrito à universidade existiu na Europa Medieval e durante, talvez, o estado moderno absolutista. Em nenhum país do mundo o ensino superior se restringe à universidade. Por quê? Porque universidade foi estabelecida e definida como uma instituição muito particular, e de excelência, desde o Século XIX ela se definiu pelo fato de realizar pesquisa.

Então a existência de instituições, como grandes universidades de pesquisa, é fundamental no mundo moderno. Todos os países estão tentando ter, não só universidades, mas universidades chamadas de nível internacional e esperam que participem da grande produção do conhecimento científico e humanístico e dialogam com o resto do mundo, coisa que é básico no sentido de nós formarmos um pessoal capacitado para se apropriar das novas tecnologias e criar novas tecnologias. E se apropriar do pensamento e se utilizar do pensamento científico humanístico, e ela é, digamos, uma fonte de conhecimento intelectual e a formação de uma elite intelectual.

O termo elite não é um termo muito criticado ultimamente, mas eu digo, você tem elite política, não posso negar que a Assembleia é uma elite política. Você tem elite no futebol, você tem elite na música, na música clássica, na música popular, quer dizer, você tem a grande elite do Judiciário. Então, digamos, elite não é uma coisa extraordinária e, digamos, formar um tipo particular de elite, que não é necessariamente a mais rica, mas é alguma coisa necessária. Então eu acho que as universidades têm esse papel.

Este não esgota o papel do ensino superior. O ensino superior, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, quando ele começa a se tornar um ensino de massa, ele tem muitas outras finalidades. E não só isso, você vai ter um público, essa parte acho fundamental, cada vez mais heterogêneo.

No Brasil, em 1980, ainda, você tinha um sistema de excelente ensino médio público que absolvía boa parte, que fornecia pessoal para as universidades.

Acontece que nesse tempo, não mais do que 15% dos alunos que começavam o 1º ano atingiam o ensino médio. Embora restrito, na verdade todo mundo queria aumentar o ensino, na verdade você não tinha sequer as condições para aumentar um ensino com esse grau de exigência, aliás, não tinha para aumentar ensino superior quase nenhum com, digamos, uma restrição do ensino médio que derivava de

um gargalo no ensino fundamental. Os alunos entravam no ensino fundamental, não conseguiam completar a 8ª Série. Então, havia uma quebra de 40%. Depois então entrava no Ginásio, outra quebra de 40%. Daí então na passagem do médio para o outro, aí quando chegava lá no final tinham 15% dos alunos que tinham iniciado.

Agora, o grande movimento de democratização é o movimento do que eu vou chamar de massificação. Massificação não no sentido pejorativo, de você incluir uma parcela crescente da população dentro das universidades, do ensino superior.

Agora, é muito diferente você ter 15% de alunos selecionados durante todo o ensino básico, candidatos com uma formação que é dirigida pelo ensino superior e você ter, na pejorativa, uma massa de estudantes que não vêm de uma população letrada e que começa especialmente a partir da década de 90 a conseguir ingressar no ensino superior. Então este movimento é o movimento de massificação de demanda. Nós temos que atender essa demanda. E isso vem de longe, vem desde à década de 60. Cada vez mais aluno forma no colegial, cada vez mais aluno chega no ensino superior.

A questão envolvida nisso é que esta população é heterogênea. Quando você tinha aqueles 15% era um ensino extremamente seletivo, sabe, você ia reprovando todo mundo que não cabia no padrão. Assim você tem um padrão, não é simplesmente um padrão de alta qualidade, é um padrão dirigido para prestar vestibular, o que é diferente necessariamente de um padrão de alta competitividade.

E o ensino público brasileiro todo, ensino superior, foi inteiramente orientado para criar instituições de tipo universidade de pesquisa, toda nossa legislação, todo ideal, toda reivindicação estudantil, toda regulação docente? Não. Só universidade que é bom, então nós criamos o melhor, tem que ter só universidade. Então eu simplesmente vou mostrar como isso ocorre no mundo com o problema da massificação.

Diga-se de passagem que, na Europa, até o final da Segunda Guerra universidade era uma zona de cultura geral, você formava apenas para duas profissões, você formava para advocacia e para teologia, o resto tudo você era formado em outros tipos de escolas: escolas técnicas, escolas de administração, isso tudo ficava fora da universidade.

Bom, agora, nós tivemos uma universidade universalista, tem de tudo dentro da universidade, todo mundo tem que fazer pesquisa, você tem que ter imensos laboratórios. O ensino não custa muito nas universidades, o que custa é a manutenção de toda a infraestrutura, as melhores bibliotecas do País, nós temos os melhores hospitais do País, quase os melhores hospitais do País, nós temos laboratórios extremamente elaborados e caríssimos. Nós temos que ter um pessoal todo em tempo integral, portanto, gasta mais do que no ensino privado. Você tem uma estrutura, aqui em São Paulo acho que 10,7 de ICMS é para manter três universidades apenas. Então você imagina como isso é caro.

Isso na verdade tem uma vantagem, São Paulo sempre esteve na frente do desenvolvimento científico. Vamos lembrar algumas coisas, como, por exemplo, o genoma hoje, como toda estrutura que foi inventada praticamente no Brasil das grandes estruturas de concreto, combate às pragas, tudo isso dependeu de pesquisa que foi feita na universidade, além de que toda indústria farmacêutica. E hoje, em grande parte, na formação na área das novas tecnologias educacionais, na computação, etc. Então não se trata aqui de ser contra.

Agora, em lugar nenhum do mundo essas instituições subsistem com pagamento dos alunos. O ensino superior frequentemente é pago, mas não pago o suficiente para sustentar a universidade. Até na China, eles agora introduziram ensino superior pago, o que me surpreendeu muito, diga-se de passagem, mas é verdade. Mas nenhuma dela se sustenta sem um pesado apoio governamental, porque a pesquisa, a infraestrutura de pesquisa e a infraestrutura do trabalho na frente do desenvolvimento intelectual mundial é uma coisa muito cara.

Agora, nem todo mundo está interessado em ser pesquisador universitário. Pelo menos, eu convivendo na minha, na verdade todos os nossos cursos são extremamente voltados para formar pesquisador. Então pesquisa é a palavra mais valorizada em todas as universidades públicas deste País, as que fazem pesquisa e as que não fazem pesquisa, mas elas acham que devem fazer pesquisa, então a pesquisa é a cerne da carreira, é a cerne das bolsas para os alunos, inclusive as bolsas de iniciação científica, há toda parafernália voltada para você valorizar a pesquisa. Então isso, em minha opinião tem que existir, mas ela não vai satisfazer a demanda de massa. Grande parte dos nossos alunos não gosta de estudar. Não sei como é a família de vocês, mas eu mesma tinha um irmão que não gostava de estudar, eu tenho um sobrinho para o qual matemática era detestável, eu tenho uma sobrinha que detestava português. Então, em primeiro lugar, uma massa de jovens que procura a universidade para ter uma preparação para arrumar um bom emprego.

Na universidade agora a gente está melhorando, mas a ideia de que isto era servir o capitalismo, se o aluno queria um emprego a universidade não podia, na verdade, fazer um curso que o preparasse para o emprego, isso seria servir ao capitalismo, mão de obra barata para o capitalismo. Então, essas coisas dão essas distorções na percepção e levou a esse problema, de que a universidade, esse tipo de desenvolvimento é um tipo de desenvolvimento para formar uma elite, não uma elite geral, uma elite de tipo específico. Quer dizer, a elite desta forma de conhecimento, que não é a única forma de conhecimento útil e nem a única forma de conhecimento nobre.

Então, a situação era melhor antes, porque, embora a ideologia seja constante, ela vai empurrando a política para concentrar nas universidades públicas, como são as nossas três excelentes universidades.

A manutenção dessas três universidades fez com que você satisfizesse apenas uma das demandas para o ensino superior, e grande parte da população não está interessada, não pode e não tem a preparação anterior para fazer esse tipo de estudo.

Eu quero dizer que participo da elite universitária, não tenho assim o respeito extraordinário pela elite universitária, para dizer que nós somos a luz do País, que nós somos o brilho necessário da nossa civilização. Eu acho que ela é uma especialidade, como outras. Você tem um Pelé de um lado, você tem um Prêmio Nobel do outro, você tem um grande concertista, você tem uma banda de enorme sucesso, eu acho que há diferentes caminhos através do qual você tem uma produção de qualidade.

Eu acho que isso é importante, só vou citar uns dados para mostrar como essa política esteve errada. Para dizer que o Estado de São Paulo está saindo dela desde a primeira gestão do Governador Alckmin. Eu tenho aqui um dado a respeito de conclusão do ensino superior. Diversos países europeus, incluindo a Nova Zelândia, Grécia, etc., do porcentual dos jovens entre 25 e 34 anos que completaram o ensino superior, formados no ensino superior.

Então, digamos, o campeão aqui na minha lista é o Canadá, o Canadá tem 54% da população. Essa aqui é uma estatística um pouco velha, de 2005, mas realmente, digamos, o balanço da situação, aumenta o número, mas o equilíbrio é mais ou menos igual até hoje.

Então, o Canadá tinha 54. Do ensino que eles chamam de tipo B, que é um ensino mais prático, não é necessariamente tecnológico no sentido estrito, mais prático, mais rápido, 26% haviam formados nesse tipo e só 28 nesse tipo de curso que é a nossa graduação universitária.

No Japão são 28% do ensino chamado tipo A, esse tipo universitário e 25% dos demais. Quer dizer, mais da metade está no outro tipo de instituição.

Todos os países que têm um altíssimo índice de jovens dessa idade formados, quer dizer, de 41 a 54%, todos eles, mais da metade se formam em outros tipos de estabelecimento. Então, em minha opinião, não é um desdouro você oferecer outro tipo de ensino, então a gente precisar valorizar o que é a competência e o interesse de cada um.

Eu mesma tinha um irmão, inclusive falecido, que nunca fez universidade. Meu pai era diretor da faculdade de educação, ele fez um curso técnico de comércio e se deu muito bem na vida. E meu pai, engraçado, um educador, podia ter criado enorme caso, ele falou: não, seu irmão não gosta disso, ele vai fazer outra coisa. Fez, depois, com 50 anos, por pressão da mulher, ele acabou obtendo um diploma de advogado, mas nunca usou, foi só um negócio de status. Então, um problema para a gente pensar.

E por que o ensino privado ampliou tanto no Brasil? Nós somos um dos países de maior índice de ensino privado no mundo. No Brasil, aliás, não tanto, mais em São Paulo, 85% estão no ensino privado. Então o ensino superior público ficou pequenininho.

E por que criou tanto ensino privado no Brasil? Porque a restrição financeira para criar instituições de tipo universitário não pôde atender esta demanda diferenciada, ela atendeu a demanda daquelas pessoas que estão se preparando desde o começo para entrar na universidade. Esses basicamente estão nas universidades públicas. Mas e o resto? E o jovem de classe média? Algumas carreiras na verdade que são ainda saídas, como, por exemplo, a pedagogia, formação de professores, que atende uma necessidade que não é exatamente essa de formar pesquisador.

Agora, qual é hoje no Brasil o número maior de alunos no Brasil? Quais são os cursos mais concorridos, mais frequentados? É administração, segundo lugar advocacia.

Por que administração? Porque administração serve para qualquer coisa, você tem uma lojinha usa o seu curso, se você trabalha num supermercado, com esse curso você pode chegar talvez até gerente, porque você já tem uma formação melhor, se você está numa empresa, um diploma lhe permite alcançar cargos superiores, se você está no banco e nas burocracias estatais ele serve para tudo. Em São Paulo menos de 20% passam na Ordem, as pessoas continuam a frequentar o curso de Direito, é porque nós somos um País de burocratas. Para lidar com a burocracia brasileira só mesmo fazendo o curso de Direito, então você precisa fazer um curso de Direito. Agora, nem todo mundo precisa fazer um curso para ser jurista. Alguns vão ser juristas, o resto fica trabalhando onde está, mesmo que seja advogado de porta de cadeia ele consegue na verdade uma situação. Administração e advocacia, são os dois, são esses os mais concorridos.

E o terceiro, na verdade é pedagogia, porque dá uma oportunidade muito ampla de acesso a esse mercado.

Agora, para formar professor, para formar advogado e para formar administrador a gente não precisa ter uma universidade atrás, você não precisa ter uma universidade que tenha um grande curso de física, que faça pesquisas na área de plasma, não é ir naquela área da divisão do átomo, que custa uma absurda fortuna. Você nem tem no Brasil, você tem que fazer a pesquisa no exterior. Você precisa ter uma boa biblioteca e você não precisa ter necessariamente um grande número de doutores. Para você fazer um bom curso de administração o bom mesmo é você ter alguns administradores dando curso, porque eles estão com a mão na massa, profissional, assim também Direito, frequentemente não é bom, não é necessário. E frequentemente não é nem bom que um pesquisador, que você contrate um doutor em direito, frequentemente, como professor de um curso de direito é melhor você contratar um desembargador, um bom advogado que entende da matéria, que orienta os alunos para a prática.

Então todas essas áreas de grande procura que são geralmente úteis, de repente a pessoa faz um curso desse e depois quer na verdade continuar uma carreira na linha da especialização, ela faz uma pós-graduação.

Nós temos que entender, apreciar e aceitar que as pessoas são diferentes, o público do ensino superior é um público muito diferenciado e não podemos atender a essa diversidade dentro da orientação que temos nas universidades. Então, não é que eu queira acabar com elas, mas é que nós temos um número restrito de universidades e uma grande massa de estabelecimentos de outro tipo que atendem à demanda de massa, como faz aqui a Europa, pelo menos a metade vai para outro tipo de curso que não é este tipo de curso voltado para pesquisa que nós temos.

É necessário saber que isso criou, digamos, um mercado, porque o Poder Público não atendia essa necessidade geral, não adiantava e não era viável economicamente você criar universidades, tipo USP para atender toda a demanda por ensino superior, inclusive para pessoa que não tinham esse tipo de interesse. Então há uma demanda, isso criou um mercado e o mercado se expandiu.

Agora, não há hoje no Brasil falta de vaga em universidade, nós temos mais vagas no ensino superior do que número de egresso do ensino médio, está sobrando vaga, quer dizer, nós estamos ainda a massa de alunos graduados no ensino médio para atender todas as vagas, porque há uma explosão de competição dentro do setor privado. O que nós temos é uma falta de vagas gratuitas, digamos assim.

Eu sou bastante contrária, quero já dizer minhas posições políticas, às políticas que têm sido seguidas pelo Ministério. Mas há uma que eu acho que foi razoável, não foi bem implementada, que era o ProUni. É mais barato você comprar uma vaga numa escola particular do que você montar uma universidade para dar um curso de administração para os alunos.

O problema do ProUni é que não há uma relação entre você distribuir as bolsas e avaliar a qualidade do ensino. E aí nós chegamos na questão da qualidade do ensino.

O ensino público, normalmente, não é muito mais caro para o contribuinte e é de qualidade relativamente menor, mas nós temos também um modo de medir qualidade que favorece muito essa questão. Por exemplo, ultimamente fui visitar faculdades municipais integradas que queriam passar a centro universitário. Era muito bem montadinha, não tinha nenhum grande laboratório, mas os cursos estavam muito bem montados, a biblioteca era razoável e eles só tinham curso noturno. Eles tentaram diversas vezes fazer curso diurno e não dava. Então eles estavam atendendo, eu até assisti a umas provas orais dos alunos, apresentar trabalho e havia uma satisfação razoável dos alunos, a parte de educação física era muito boa.

Agora, se você for julgar esta universidade, ela não tinha professor em tempo integral e tinham poucos doutores. Na verdade não precisa ter, nem pode ter, porque se você tem, digamos, só curso noturno, o que entra de dinheiro numa particular, por exemplo, não dá para você sustentar professores em tempo integral. E nem precisa, você usa muitos profissionais da área. Então isso é um tipo de ensino legítimo e válido. Então não há porque, digamos, nós sermos contrárias a esse tipo de ensino e não há porque, eu seria até favorável. Quando ele é bem ministrado é um curso de tipo diferente, você não forma um pesquisador de um aluno que trabalha e faz curso noturno, ele não é exatamente, digamos, o aluno de Harvard.

Agora, houve uma legislação brasileira que era bastante interessante, que proibia que as instituições tivessem lucro. Não adiantou nada, diga-se de passagem, porque havia uma imensa quantidade de subterfúgios através dos quais os donos de faculdade ganhavam muito dinheiro, pessoalmente. Então ela não era de fato isenta de lucro.

O reconhecimento da possibilidade de existências lucrativas foi simplesmente para fazer com que elas se submetessem à legislação no sentido de você poder fiscalizá-las, para não ter essa farsa de instituições pseudamente não lucrativas, que eram lucrativas no fundo e que tinham todas as isenções fiscais de um estabelecimento não lucrativo. Agora, sempre teve o lucro.

Agora, o lucro na verdade é um instrumento ao mesmo tempo muito ágil, também muito deformante em termos de ensino, porque se você está interessado exclusivamente no lucro, você na verdade não está interessado na qualidade. Se há público suficiente, se você cobra, a grande política é a seguinte: você faz um curso que o aluno possa pagar trabalhando, então ele trabalha de dia, paga a universidade à noite. O limite de renda dessa população não é muito alto, essa grande massa que procura ganha pouco. Então você tem que manter um custo mais ou menos razoável, que dê lucro de um lado e que os alunos possam pagar de outro.

Então, digamos, a questão do interesse de ensino propriamente, ela fica muito em segundo lugar e há problemas que impedem a qualidade, inclusive uma brutal exploração da mão de obra docente em relação ao quê? Os nossos sindicatos de ensino superior estão absolutamente ausentes, os sindicatos trabalham exclusivamente com os professores das instituições públicas que ganham melhor. O problema sala de aula e o problema de exploração da mão de obra que ocorre no ensino privado não há nenhuma fiscalização.

Então essas são duas coisas que são básicas para você ter um ensino de qualidade, o professor não pode ter uma carga de 40 horas de aula por semana. É impossível um professor dar um bom curso se ele dá 40 horas por semana. Você tem que ter uma limitação do número de horas de aula, você tem que ter na verdade pelo menos a proteção de um contrato trabalhista. E há uma tendência agora a fazer só a ficção de que os professores são autônomos. Então, você contrata o professor como autônomo e não paga nem férias, nem 13º e nem nada. Quer dizer, é uma área que abre uma perspectiva de exploração muito grande, porque a questão da qualidade do ensino fica em segundo lugar.

Não são todas, quer dizer, existem instituições muito boas e as que não têm finalidade lucrativa tendem a ser melhores do que aquelas que têm finalidade lucrativa. Embora para tudo isso haja exceção no Brasil, a gente tem que ter.

Agora, qual é o problema? O problema é controlar a qualidade do ensino particular. Eu acho que nós não podemos acabar com ele, mas assim como remédio, eu digo, os remédios hoje são governados pelo mercado, mas como as pessoa não entendem do remédio, se o remédio vai funcionar ou não, é fundamental que você tenha um controle estatal da qualidade do remédio que está sendo distribuído.

Em primeiro lugar, ele tem que ter os ingredientes que ele diz que têm, mas ele tem também que cumprir ao paciente. Se você tem um remédio que não serve para nada não nos adianta.

Então tem que haver uma fiscalização severa dessas áreas que afetam o interesse público. Quer dizer, o interesse público no sentido de interesse da população, para a qual ela não tem muito critério de avaliação. Boa parte das pessoas na verdade só vai descobrir se o curso foi bom ou não quando já pagou dois, três anos de curso. Então é esta a questão fundamental da fiscalização.

Existe já uma estrutura de fiscalização, ela havia mesmo antes do Provão. Vou dizer por que o Provão foi melhor, que é o problema de reconhecimento. Com a LDB, antigamente todos os cursos precisavam ser reconhecidos e as instituições também. Uma vez reconhecido, não se fazia mais fiscalização nenhuma, então normalmente as instituições montavam bom curso de começo, com bons professores e depois então aquilo ia ladeira abaixo. O que a LDB fez é que a instituições tinham que ser avaliadas periodicamente, podendo perder o seu estatuto e os cursos tinham que ser credenciados periodicamente.

O grande problema é que nós não montamos uma estrutura suficiente para fazer bem esse trabalho, então a fiscalização foi melhor do que não ter nenhuma, mas aí inclusive também houve muita pressão política, de tal forma que se tornou extremamente difícil você fechar um curso.

No Governo do Fernando Henrique havia um esquema montado que foi praticamente um dos únicos que funcionou, porque se você tenta fazer o controle por medidas burocráticas, o ensino privado é extremamente criativo, se você diz assim: tem que ter 20% de doutor. Não tem problema, eles contratam 25% de doutores em tempo parcial, aposentados da USP, e continua o resto como está. Você diz que tem que ter tempo integral, isso eles nunca fazem. Mas você diz que tem que ter um alto padrão para credenciar, você credencia e depois o padrão cai.

Então, não há um controle, e basicamente, onde está faltando o controle é nas contratações de professores. Você tem que ter na verdade um regime de trabalho que deveria ter sido imposto. Quando estive no Conselho Federal de Educação tentei trabalhar nessa linha de estabelecer o tipo de contratação de professor como um critério de qualidade do ensino.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Queria pedir licença a senhora para anunciar a presença do Deputado Geraldo Vinholi, Deputado Adilson Rossi, que é o Vice-Presidente da nossa Comissão, Deputado Simão Pedro, que é o nosso Relator, a nossa querida Deputada Leci Brandão e este deputado na Presidência.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURAN – Quero agradecer a presença dos deputados.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Àqueles que chegaram depois de iniciada a oitiva da Professora Eunice nós queremos dizer que ela é Diretora Científica do NUPES – Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo e representa também o Professor José Goldemberg. Então nós temos uma honra muito grande de tê-la aqui e vamos devolver a palavra para a Professora Eunice, para suas conclusões.

A SRA EUNICE RIBEIRO DURAN – Então, digamos, montar um esquema de fiscalização quando você tem meia dúzia de instituições é fácil. Agora, com o aumento enorme do número de instituições de cursos, o enorme crescimento do ensino, você tem que ter outras formas, você tem que trabalhar com indicadores, você tem que trabalhar estatisticamente, tem que ter testes. Não dá para você ter um exército de burocratas em cada instituição para verificar curso por curso. Isso deveria multiplicar por 10 o número de funcionários das Secretarias de Educação e do Ministério. Aí tinha que tirar os professores bons para você poder botar para fiscalizar os outros. Quer dizer, é inviável nesse tamanho de coisa, então você tem que usar os indicadores.

Como disse, a minha experiência é de muitos anos junto ao Governo, eu cheguei à conclusão de que se você faz uma exigência burocrática às pessoas, o ensino privado tem condições, não todos, eu não quero dizer que todos têm que burlar, então você fica numa situação difícil.

Qual foi, em minha opinião, o único instrumento que foi eficaz? E digo isso com toda sinceridade, porque de início eu estava no Ministério e fui contra, mas foi o Provão. Porque o Provão foi pela primeira vez em que a qualidade de ensino, com os erros do Provão, com a possibilidade de melhorar o Provão se tornou público e começou a afetar a direção da demanda, cursos que tinham um alto desempenho no Provão eles faziam propaganda da sua qualidade baseada no Provão, o que significava que os cursos que estavam, digamos em D, tiveram que tomar alguma providência para melhorar o desempenho, porque estavam perdendo aluno. Quer dizer, quando ele foi pensado não foi pensando com este efeito, mas teve essa enorme eficácia, que foi a primeira vez que aconteceu de as universidades começarem a treinar aluno para fazer Provão.

Os educadores, digamos, criticaram muito isso, mas a verdade é que esses alunos receberam uma formação melhor, porque o Provão é sobre o desempenho do aluno, quanto ele sabe da matéria, se ele sabe resolver um problema, se ele sabe escrever petição para o juiz. Então, você teve na verdade o mínimo de

iniciativa das universidades para poder melhorar este ensino. E de dar bolsa para alunos melhores para poder melhorar sua média também. Não é uma coisa que funcione tão bem, mas foi a única forma através da qual se atuou nas distorções de mercado através de um instrumento que influiu no mercado, então eu acho que isto foi um grande avanço, e era possível.

Com este conjunto de mecanismos montados com a LDB e com a avaliação de desempenho dos alunos, nós tivemos mecanismos bastante úteis para você fazer a avaliação do ensino público e do ensino privado, porque também tem muito ensino público ruim, que você tenta uma nota do Provão e chama atenção para aquele curso que ele tem que melhorar. Então ela funcionou bem dos dois lados.

Tinha que ter uma porção de aperfeiçoamento, mas não quero entrar na parte técnica do Provão, mas ele foi realmente eficiente e eficaz como instrumento de controle, porque ele podia servir também na hora do credenciamento, do reconhecimento superior. O curso pedia um reconhecimento, você olhava lá a nota do Provão e ele tinha D, você fazia um exame muito minucioso e mandava a instituição melhorar o programa, contratar mais professores, tinha um instrumento razoável.

Eu não gosto muito do atual sistema, os Sinaes, porque eles juntam tanto índice que você não sabe o que está sendo avaliado, se é o valor agregado, se é o interesse social, que é uma coisa muito diferente, se é o número de doutores, o que nem sempre é significativo. Então eles fazem lá uma combinação.

Na verdade o ENADE é o que mais ou menos ainda funciona, mas eu acho que ultimamente houve uma substituição de técnicos competentes, por militantes partidários, que fez com que se tornasse bastante complicado o funcionamento do Ministério e o funcionamento desse mecanismo. Quer dizer que esse mecanismo não chegou nunca a ser montado.

E agora eu entro aqui na questão do Estado de São Paulo. Em primeiro lugar. É difícil para o Estado de São Paulo controlar isso, por quê? Porque não é atribuição do Estado de São Paulo interferir no ensino privado, é do Governo Federal.

Em segundo lugar. O Estado de São Paulo não tem nenhum instrumento de avaliação dele próprio, as nossas universidades não têm instrumento de avaliação, as públicas, não existe. Há muito tempo que estou dizendo que nós temos que ter esse instrumento próprio do Estado de São Paulo, mas não se conseguiu montar. De modo que nós ficamos também dependendo das avaliações federais, que poderiam, na verdade sofrer uma melhoria grande.

Nós não podemos controlar mensalidade, nós não podemos controlar os cursos, nós não podemos controlar o credenciamento, então o nosso problema ficou muito sério.

Em algumas áreas a gente está conseguindo fazer alguma coisa, por exemplo, na área de formação de professores: a grande maioria dos nossos professores é formada em pequenas faculdades privadas em cursos noturnos, trabalhando durante o dia, que não é uma forma adequada de formar professor. E além de tudo não há nenhum esforço para você superar as deficiências com as quais esses alunos entram no ensino para formação para profissional, porque esses alunos que são normalmente, digamos, de camadas mais pobres da população fizeram o nosso ensino médio público, que é de baixíssima qualidade.

Então eles chegam no ensino superior para ser professor desconhecendo matemática, eles não têm competência no conteúdo que eles vão dar. Digamos, isso não é uma coisa impossível, porque frequentemente esses alunos fizeram um imenso esforço para terminar, para chegar, é a primeira geração daquela família toda que consegue atingir o ensino superior. Eles fizeram um enorme esforço durante todo esse tempo. Mas tem que superar essa deficiência, tem que dar cursos de nivelamento, isso resolveria o problema, porque daria uma chance a essas pessoas de suprirem as suas deficiências. Mas do jeito que está, nós temos professores que não sabem escrever uma carta sem erro de gramática, que não sabem fazer uma divisão por três algarismos, que não sabem calcular porcentagem, que não sabem fração. Bom, então nós temos na verdade uma péssima qualidade dos nossos professores do ensino básico, porque nós não temos nem a fiscalização para poder verificar e exigir uma formação melhor.

Eu acho que falta no Estado de São Paulo um sistema de fiscalização, mas isso não vai adiantar no ensino privado.

O que eu acho que nós deveríamos fazer? Nós deveríamos fazer aquilo que faz o ensino privado. Nós deveríamos ter um observador e um lobista dentro do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação. Mas nós deveríamos ter tanto no Executivo quanto no Legislativo uma pessoa encarregada de acompanhar a legislação que está sendo feita e de influir.

Quer dizer, São Paulo tem um peso enorme, ele não usa, porque nós estamos habituados a ignorar o Governo Federal. Poderia fazer exigências inclusive em termos da fiscalização das instituições privadas que estão trabalhando no Estado de São Paulo. Ou poderíamos fazer exigência de que a fiscalização dessas instituições passasse pelo Governo do Estado, com que o Governo do Estado teria que estabelecer um mecanismo de avaliação mais competente. A competência para isso está no Estado, que ele não faça me parece uma coisa inteiramente descabida. Então estas são as medidas que nós podemos tomar.

Há coisas que se fazem, como você tem, são exames de ordem, exames de ingresso. Por exemplo, no ensino público básico se faz um concurso de ingresso. O índice de reprovação é semelhante ao índice da OAB, 70% de reprovação. Você não consegue preencher as vagas. Não que não haja candidato, eles não conseguem passar nesse exame básico. Mas isso aqui é uma medida punitiva que não resolve, porque nós não estamos alimentando o sistema com professores adequadamente formados. E os que são formados nas nossas faculdades de educação pública não vão para o ensino público. Ou eles vão para o ensino privado, que paga mais, ou eles vão para funções fora da escola.

O curso de pedagogia hoje forma planejadores, pesquisadores, gestores de sistema e não forma professor para o ensino básico. Assim também os nossos cursos de licenciatura, eles dão bom conteúdo, mas uma parte pedagógica inteiramente irrelevante. Então são esses os nossos problemas que temos com

ensino privado. É necessário realmente que a gente tenha o ensino privado, mas é fundamental que o Estado de São Paulo, na união entre o Legislativo e o Executivo, estabeleça um sistema de fiscalização baseado num sistema de avaliação.

Eu estou no Conselho Estadual de Educação. Nós tentamos, mas é um Conselho muito desaparelhado, tem muitos poucos técnicos para você fazer esse serviço de modo que você não tem estrutura para fazer esse reconhecimento. A gente tem trabalhado muito lá em termos de fiscalização, mas a nossa fiscalização só vai para as municipais, o privado fica inteiramente fora dessa fiscalização. Então nós temos, eu acho, que é este problema central.

Eu não tenho aqui dados para dizer qual é o número de instituições péssimas no Estado de São Paulo, mas com o Provão eu podia dizer, era fácil, porque todas aquelas instituições que têm nota muito baixa no Provão decididamente são ruins. Não num ano, quer dizer, a gente tem que ter diversos anos, porque uma instituição pode ser melhor num ano, pior no outro, por causa inclusive do número de alunos que faz o exame. O Provão tinha essa vantagem, todos faziam.

Quando você começa a fazer como agora, por amostragem e amostragem é levantada pela própria escola, você pode fazer distorções enormes na amostragem, a amostragem fica insuficiente, tem número muito pequeno para você avaliar a escola. Quando é por amostragem você avalia o conjunto do Estado ou o conjunto do município, mas não dá para você ir escola por escola, porque tem escola que só foram cinco alunos que fizeram o exame, outra tem 40. Então a questão da substituição do exame universal pelo exame dos Sinais nós não podemos usar este recurso para avaliar escola por escola.

Então eu acho que as deficiências recentes do Governo Federal nesta área, e a ausência do Poder Estadual na área de fiscalização nos tornam extremamente desarmados.

Eu acho que nós deveríamos realmente fazer um esforço para que seja outorgada, delegada ao Estado de São Paulo a fiscalização das instituições privadas que trabalham aqui. Mas aí teria que ter a construção de um sistema de avaliação. Nós temos aqui pessoas que entendem muito disso, poderiam montar, mas custa algum dinheiro. Ou então nós temos que entrar em acordo com o Governo Federal no sentido de exigir certas partes do processo de avaliação que nós consideramos relevantes para poder avaliar a qualidade de ensino. Eu não sei se isso dá uma ideia da nossa impotência de um lado, porque o ensino do Estado é bom, não é uma minoria.

Agora, só para terminar, tem uma iniciativa estadual que realmente faz parte disso, é a única, e isso veio do primeiro Governo Alckmin, que foi o interesse pelas escolas técnicas e as escolas tecnológicas.

Houve um imenso aumento, ela multiplicou nos últimos 10 anos, ela cresceu a um ritmo superior a 10%. Na verdade ela atendia muito pouco da população, 3%. Agora nós já estamos atendendo perto de 10%. Não chega aos 25%, 54% do Japão, mas é um crescimento muito grande. E isto é um recurso para diversificar o sistema, para atender uma população que não tem interesse em ser pesquisador, mas que tem que ter uma boa preparação para o mercado de trabalho.

Naquela entrevista com o Ministro, aquele primeiro entrevistador, não sei se vocês viram no Roda Viva, o primeiro entrevistador... Aliás, não foi nesta entrevista, foi numa outra, o primeiro entrevistador, em que o Ministro fez uma exposição, digamos, como a situação estava boa e o primeiro entrevistador era um empresário, e disse: olha, eu não posso acreditar que esteja tão bom assim, porque eu não consigo um número suficiente de engenheiros, eu não tenho técnicos qualificados para trabalhar na maior parte da minhas empresas, eu estou importando mão de obra do Uruguai e da Europa para poder fazer o serviço. Então nós estamos com uma falta de pessoal qualificado enorme e ainda, digamos, temos que expandir essa área.

Agora, nós temos um problema muito grave com as escolas técnicas. Se fez uma mudança no Governo Fernando Henrique que só continua presente no Estado de São Paulo. O que aconteceu com as escolas técnicas federais? Elas montaram excelentes escolas, nas quais ela, ao mesmo tempo, dava o ensino médio e o ensino profissional. Eram tão boas que a procura foi imensa, então eles tinham um sistema seletivo que era mais grave do que o vestibular.

Outro dia eu estava dando parecer num curso técnico, na qual a relação entre aluno e vaga era de 11 para um, 11 candidatos para uma vaga para entrar numa escola técnica. Isso é mais ou menos a média superior à relação de candidato/vaga da Universidade de São Paulo. Então acaba transformando uma escola técnica numa escola de elite, porque obviamente você faz o exame em função de um exame de aproveitamento do ensino básico. Você pega os melhores alunos do ensino básico para botar no ensino técnico, e daí todos eles fazem fantásticos vestibulares e entram todos na universidade. Quer dizer, você na verdade não formou pessoal para o mercado de trabalho.

Agora, há um movimento na Fundação Paula Souza, na verdade se separou, tem algumas que ainda dão juntas, mas separou. Então o aluno quer fazer técnico, ele faz o técnico e faz o ensino médio regular.

E agora aí nós temos, digamos, eu acho um problema fundamental, é que para você realmente receber o diploma de ensino técnico você tem que fazer o ensino médio tradicional inteiro. Quer dizer, você exige daqueles alunos que precisam entrar no mercado de trabalho um estudo em tempo integral, com a mesma matéria do ensino médio, que está todo dirigido, o ensino médio, para a entrada na universidade. Então nós temos aí um descompasso.

Eu acho que aí há uma possibilidade fácil de resolver. A legislação manda que você tenha pelo menos 25% do ensino médio em matérias fora do currículo básico. Se você permitir que esses 25%, poderia ser 30, contasse quando o aluno entrasse no ensino técnico, ele era dispensado de 30% da carga e daria para ele o diploma de ensino médio. E depois com mais seis meses ele tem o certificado de técnico.

É uma medida simples que eu estou tentando defender. Eu acho que ninguém pode ir contra essa medida, porque a ideia de que o aluno, precisa ter física de 3º ano, literatura do 3º ano para poder inclusive prestar vestibular é um engano, porque o aluno aprende muito na escola técnica.

Outro dia eu vi uma estatística do Canadá a respeito dos alunos que tinham pelo menos nível três em línguas, e havia uma questão muito interessante, os alunos dos colégios acadêmicos tinham 60%, os que estavam fazendo curso técnico tinham 63%. Eu acho que o ensino técnico é um ensino excelente. Aprender a fazer é tão importante quanto aprender a pensar e você não tem um trabalho técnico, digamos, se você não pensa, o raciocínio não é alguma coisa restrita, não é você fazer um artigo, não é para você resolver um problema, consertar uma máquina, não é estabelecer um programa, você precisa ter uma mente criativa, você precisa resolver problemas, você precisa raciocinar e isto é um excelente treinamento.

Então eu sou uma imensa defensora de escolas técnicas, que não é simplesmente para formar uma mão de obra de apertar botão. Não é isso. A nossa tecnologia hoje implica num trabalhador que saiba pensar, que seja criativo e essa gente que a gente tem que valorizar.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós agradecemos, a senhora deu muitas luzes aqui a nossa CPI.

Eu queria registrar a presença, ainda, do Deputado Geraldo Cruz e também do ilustre Deputado Vitor Sapienza.

Nós agora queremos deixar a palavra para os nossos deputados. Deixamos os microfones aqui com os senhores deputados para que façam suas perguntas a Professora Eunice.

O SR. ADILSON ROSSI – PSB – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI – PSB – Primeiro, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado aqui a minha satisfação em retornar a esta Comissão Parlamentar, da qual estive ausente nas últimas reuniões e isto não se deu por displicência e nem por vontade própria, mas por questões partidárias. Hoje eu retorno aqui com muita alegria, com muita satisfação. E embora entenda que já estamos aí na reta final de nossos trabalhos, me colocar à disposição de V. Exa. para dar aqui a minha pequena parcela de contribuição.

Quero também cumprimentar a Professora Eunice e parabenizá-la pelo trabalho que ela está fazendo à frente da NUPES e também agradecer a maneira clara com que a professora trouxe aqui preciosos esclarecimentos a nossa Comissão.

E aproveitar o momento para fazer aqui duas perguntas, que na verdade se resumem talvez em uma só, a senhora consiga me dar a resposta das duas perguntas. A senhora falou aí sobre o aumento do ingresso dos alunos do ensino básico, fundamental, ensino básico para os cursos superiores, um aumento que vem aí desde 1960. A senhora qualificou isso como a massificação do ensino e isto, com certeza, levou ao aumento das faculdades, da instituições de ensino, principalmente de ensino particular.

A pergunta que eu faço é: este aumento dessas instituições de ensino não gerou aí uma queda na qualidade do ensino?

Segunda pergunta. Há um livro de sua autoria, a Professora Eunice é coautora, chamado O Ensino Superior em Transformação, que é aí o resultado, o fruto de um Seminário que tinha como objetivo analisar o conjunto das iniciativas políticas do Governo Federal e procurar conhecer o que acontece no sistema de ensino quando essas iniciativas públicas são juntadas às iniciativas das próprias instituições.

Eu entendo aí, a senhora citou inclusive a questão da ETECs, das escolas de tecnologia, eu perguntaria: se houvesse um aprofundamento nesta junção das iniciativas públicas, agora estou falando de ensino público, das iniciativas públicas e iniciativas das próprias instituições de ensino, isto não corroboraria de forma positiva para uma melhor qualidade no ensino e para suprir uma deficiência de vagas no ensino público?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Professora, responde ao término.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu não sei se tem algum outro deputado inscrito. (Pausa.) Bom, primeiro eu quero me desculpar, V. Exa. sabe bem, eu fui fazer fisioterapia, que estou com o joelho meio estourado, mas eu cheguei na metade e V. Exa. mencionou alguma coisa que eu também sou adepto, é o ensino técnico. Eu entendo que nós estamos cheios de acadêmicos, acadêmico disso e na hora de colocar em prática não se faz nada.

Dentro desse quadro eu me preocupo, quando noticiaram nos noticiários, aumentou, dentro da linha do Deputado Adilson, aumentou a quantidade de alunos no ensino superior. Nós estamos trocando quantidade e continuamos trocando quantidade por qualidade.

Dentro desse quadro eu tive, quando o Brasil reatou relações com Cuba, houve um sorteio de 30 deputados da Assembleia, eu tive a felicidade de passar 10 dias em Cuba e visitei as escolas básicas em Cuba. Naquela época, eles, na parte da manhã o ensino normal e na parte da tarde ensino profissional

maciço em cima de todos eles, dando uma profissão, o pessoal passava oito horas por dia vendo. Eu vi o porquê da diferença do nível de escolaridade e de profissionalização daquele pessoal em relação, infelizmente, ao nosso País.

Eu presido a Comissão de Tecnologia da Assembleia, nós tivemos a semana passada uma experiência. Nós recebemos os dirigentes do SENAI, e alguns depoimentos de ensino à distância, do que eles estão fazendo com referência à profissionalização. Eu senti que falta no nosso Estado, eu não vou falar no Brasil, uma integração de quem pode propiciar alguma coisa no sentido de avançar.

Eu digo isso no seguinte sentido: ao contrário do que o pessoal imagina, nós não podemos nos esquecer de que de certa forma, os recursos que são canalizados para o SENAI têm mais ou menos algo idêntico aos recursos públicos, que é um desconto que ocorre em cima da folha de pagamento dos operários da indústria, porém, havia necessidade, faça a sua experiência, de ocorrer uma integração entre as forças atuantes que visam à profissionalização e o aperfeiçoamento da mão de obra.

Então, dentro desse quadro eu gostaria que a senhora abordasse alguma coisa. Mesmo porque hoje eu costumo ler a parte econômica dos jornais e me senti entusiasmado hoje com a possibilidade de fruto de pesquisas, de nós transformarmos o lodo em energia. E eu entendo que tudo isso é fruto de pesquisas, é fruto de alguma coisa que esta Comissão e a experiência da senhora pode colaborar para existir essa convergência das forças atuantes dentro dessa linha.

Quero parabenizar, em que pese não presenciar tudo que a senhora falou, mas os 10 minutos, me penitencio por ter perdido os 30 anteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Ela responde no final, deputado.

Tem a palavra o Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Professora Eunice, é uma satisfação conhecê-la pessoalmente. Desde meu primeiro curso de filosofia já lia os trabalhos da senhora e para a gente é uma honra receber a senhora aqui, com todo o conhecimento e experiência que a senhora tem.

Cumprimentar meus colegas, Deputado Adilson Rossi.

Eu também por problemas, hoje a cidade de São Paulo está mal humorada, eu levei uma hora da Avenida Conselheiro Carrão até aqui. Poderia ter saído mais cedo, mas não sabia que ia estar tão complicado. Mas perdi boa parte da explanação da senhora, peguei a parte final. E algumas questões que gostaria de dialogar com a senhora, Professora Eunice.

Primeira questão, eu sei que a senhora defendeu que o ensino superior privado é uma necessidade, ele complementa, mas é uma necessidade. A questão é: será que se a gente for muito complacente com essa coisa do mercado, do setor privado ir assumindo funções estratégicas da sociedade, do Estado, nós não vamos enfraquecendo a necessidade de que o Estado assuma sua função?

Por exemplo, por muito tempo o ensino público superior ficou paralisado, sem abrir vagas, a expansão muito lenta. Eu vejo mesmo aqui no Estado de São Paulo que o ensino superior público tem uma excelente qualidade. Você pega a USP, UNESP, Unicamp é incontestável a qualidade, a própria disputa que há entre os estudantes para ingressarem nessas instituições. Eu mesmo tenho um filho estudando na USP. Eu percebo que o Orçamento do Estado cresce, mas a expansão é muito pequena.

Conseguimos da USP abrir um campus na Zona Leste, mas ele está paralisado, ele está em crise. Até vivenciamos no início do ano propostas de extinção de cursos, redução do número de alunos e assim por diante.

O ensino superior federal vive, nos últimos anos, um processo de expansão. Ontem mesmo o Ministro da Educação esteve em São Paulo, visitando a cidade de Franco da Rocha, com o Secretário da região metropolitana do Governo Alckmin, para ver a possibilidade de abrir um novo campus na UNIFESP onde era o antigo Juqueri, que é um belo complexo de prédios planejados pelo arquiteto Ramos de Azevedo e que hoje é um belo patrimônio, mas muito mal cuidado, abandonado e que pode ser revivido com um campus universitário lá.

Mas essa expansão do ensino superior, eu concordo que nem tudo o Estado tem condições de assumir, mas essa é uma questão que eu queria ouvir mais da senhora.

A outra é a questão do custo. Eu não sei se entendi bem, mas quando a senhora falava do aluno do ProUni, que custaria menos do que um aluno num curso superior de uma instituição pública. Como é que a gente poderia avaliar isso? Como é que a gente pode discutir o custo para a sociedade, para o Estado?

Porque nisso eu concordo com a senhora, quando a senhora avalia que quando o mercado entra nessa área visando ao lucro, quer dizer, é lógica do mercado, é lógica de uma instituição capitalista maximizar seus lucros. E aí vai ter que tirar de algum lugar, normalmente se tira da exploração da mão de obra. E nós já recebemos aqui vários depoimentos comprovando isso, inclusive dos representantes dos Sindicatos de Professores do Ensino Superior Privado, que nos passaram depoimentos muito contundentes em relação à baixa qualidade, as artimanhas. A senhora foi muito generosa em falar criatividade de algumas instituições, mas artimanhas, malandragens e sacanagens mesmo, desculpe a expressão, para diminuir.

Por exemplo, eu vou até citar aqui o caso que nós ouvimos, de instituições que fazem uma tabela. Um professor com mestrado que entra numa faculdade privada, o valor da hora/aula, e pagam por hora/aula, que é um absurdo, nisso eu concordo com a senhora também, que deveria ter uma jornada mínima, com possibilidade de ele se dedicar.

Porque o aluno é exigente, eu já dei aula durante dois anos numa autarquia municipal e ser professor é uma exigência diária, os alunos nos exigem o tempo todo. Então imagina um professor que não tenha tempo de atualizar suas leituras, de se dedicar a uma pesquisa, se debruçar num trabalho de extensão, o que enriquece muito a sua experiência e o capacita melhor para o desempenho do ensino. Então as faculdades, nesse aspecto eu concordo com a senhora, que isso prejudica muito a qualidade.

Nós estamos terminando de ouvir a parte dos depoimentos, oitivas e eu chego a essa conclusão, que para mim essa história de faculdades venderem ações no mercado, na Bolsa de Valores, essa história de as faculdades entrarem comprando as outras, buscando se expandir para se valorizar, busca desenfreada de lucro, quer dizer, isso tem uma ligação íntima com a perda de qualidade que nós já vivenciamos em muitas instituições.

Mas eu queria ouvir um pouco mais da senhora a respeito desses temas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Com a palavra a Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Professora Eunice Duran, eu fiquei muito feliz quando a senhora, logo assim que chegou disse que a senhora gosta quando o Poder Legislativo se preocupa com a educação.

Como a gente foi convidada para fazer parte dessa equipe de Parlamentares, e sendo a senhora quem é, uma pessoa de maior respeitabilidade, enfim, a gente se sente contemplada quando alguém fala bem do Poder Legislativo, que o Poder Legislativo se preocupa com a educação. Isso nos deixa muito felizes em tempos tão injustos.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURAN – Desculpe, eu não entendi, eu falei?

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – A senhora não disse: É muito bom quando o Poder Legislativo se preocupa com a educação?

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURAN – Mas eu disse também que não é raro.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Isso é muito bom a gente ouvir.

Veja bem, professora, aqui nesta Casa eu tenho aprendido muitas coisas com todas as autoridades que aqui vêm, mas essa é minha opinião, talvez a senhora tenha dado aqui hoje um dos melhores depoimentos, eu ouvi coisas assim muito boas, que vão me ajudar muito, enquanto cidadã, porque a senhora disse inclusive que quem deveria dar aula nas universidades, nas faculdades de direito e de administração seriam os administradores, os desembargadores, que nem todo mundo faz administração e direito precisa ter acesso a tantas outras coisas que nos impõem aí nas universidades. E eu não tenho curso universitário.

Mas eu tenho duas perguntas para a senhora, vou objetivar. O que a senhora acha dos alunos que estudam nas universidades públicas, depois de formados, retribuírem com trabalhos, ou até com dinheiro, depois de formados?

Outra coisa, a senhora falou muito bem aqui da questão da elite, que tem a elite musical, tem a elite de futebol, enfim. O que a senhora pensa? Porque as principais universidades na verdade são frequentadas por aqueles alunos que vêm de famílias que tem um poder aquisitivo melhor, que podem fazer os cursos de pré-vestibular, que são os mais caros, então na verdade as universidades públicas são frequentadas por aqueles que podem pagar. Essa é a grande realidade brasileira. E eu queria saber o que a senhora acha disso, se a senhora é contra essa questão de cotas? O que a senhora acha da democratização do acesso dos alunos mais pobres? Porque a sua opinião vai ser fundamental para que eu possa falar desse assunto daqui por diante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Agora nós devolvemos então a palavra para a Professora Eunice, para que possa responder as perguntas formuladas aqui pelos nossos colegas.

A SRA. EUNICE RIBEIRO BRANDÃO – Eu creio que as perguntas me permitem talvez explicar melhor coisas que eu deixei de lado. Eu agradeço muito ao Simão Pedro, porque deixei de falar de um assunto que me preocupa muito, que é essa questão da internacionalização do ensino superior como negócio. Realmente a inversão de capital estrangeiro dessa questão eu acho extremamente preocupante.

E participei inclusive de uma reunião lá na Universidade de São Paulo sobre esta questão e o que me parece fundamental é que haja uma fiscalização, também aí, porque a compra de uma instituição privada por um capital estrangeiro na verdade ela consiste numa espécie de burla, porque se essa instituição estrangeira, esse capital estrangeiro tivesse que criar a instituição dele, esta instituição teria que ser reconhecida, ela teria que ser avaliada previamente.

Agora, quando você compra uma instituição ela já está reconhecida. Na verdade eles compram junto com a instituição o reconhecimento da instituição, e daí você tem que esperar renovação do conhecimento para fazer uma alguma fiscalização. E como eu disse, essa nossa parte não está bem organizada no Governo Federal, esse tipo de fiscalização tem sido extremamente precário. Então nós estamos aqui vendendo não só instituições de ensino superior, nós estamos vendendo o credenciamento que elas obtiveram.

Se houvesse uma boa fiscalização é possível que você tenha instituições de ensino superior no exterior que queiram abrir filiais aqui, mas daí tem que começar do zero. Abre a filial, a gente fiscaliza, algumas delas inclusive podem ser de melhor qualidade do que muitas das particulares nacionais que nós temos. Então o meu problema é a questão da fiscalização.

A reunião que eu tive é porque havia uma preocupação de que, não é mais o GATE, aquele órgão internacional, essa questão da liberação do comércio. Como é que chama a instituição internacional? (Pausa.) Organização Mundial do Comércio, havia exatamente uma pressão desta Organização do Comércio para liberar o mercado do ensino superior no Brasil. Nós fizemos lá, não sei depois que fim levou, mas houve uma oposição bastante grande, ou uma preocupação muito grande com essa liberação.

Então eu creio que aí volta à questão de que o Estado de São Paulo tem pouco poder, estamos na esfera privada que volta para a esfera federal.

O que eu acho é que o Estado de São Paulo deveria fazer reclamações permanentes ao Governo Federal, ter uma presença intensa. A Câmara de Deputados de São Paulo designando uma pessoa, um assessor que fique lá em Brasília acompanhando essas coisas, ela pode ter uma imensa influência nessa legislação. Assim como o Governo do Estado e assim como o Conselho Estadual de Educação, que tem sido bastante omisso nessa atuação junto ao Governo Federal.

Tem muito a questão da qualidade. O meu primeiro problema, quando eu coloquei aqui é que nós temos que diversificar a ideia de qualidade. Qualidade não é só aquela qualidade de um excelente curso médio para um aluno que quer fazer uma carreira de engenharia na USP, engenheiros de certo tipo, você não forma engenheiros de produção, você forma engenheiros com uma enorme base teórica. A gente precisa deles, mas isso não satisfaz as necessidades de uma mão de obra que pode fazer um excelente trabalho como engenheiro de produção num curso que não seja necessariamente dado por uma instituição tão pesada e tão cara como a Universidade de São Paulo.

Então, essa questão da expansão do ensino superior está muito ligada à ideia de que nós só podemos expandir o ensino superior paulista criando universidade.

Eu fui contra a criação da USP Leste. Eu acho que se deveria fazer um bom instituto tecnológico na Zona Leste, porque boa parte dos cursos que são dados na Zona Leste, de início houve uma espécie de uma propaganda no sentido bom, da universidade de informação que recebeu muito aluno da Zona Leste. Cada vez menos atende às necessidades da Zona Leste, porque a Universidade da Zona Leste quer ser igualzinha a USP, fazendo os mesmos tipos de pesquisas e com a pós-graduação. Universidade cumpre um papel importante, quase metade dos alunos da USP é de pós-graduação, não é de graduação, sustentar pós-graduação junto com a pesquisa é o que a torna tão cara.

Agora, com uma escola tecnológica, junto com uma escola técnica atenderia muito melhor as necessidades daquela população. Não que a gente queira impedir que eles venham até à Universidade de São Paulo, eu acho que é necessário que você abra a possibilidade de vir.

Agora, eu quero fazer uma correção, desculpem, porque eu não ia fazer, por gentileza, mas não é verdade que os estudantes mais pobres estão nas universidades particulares e os estudantes mais ricos nas universidades públicas, nós fizemos pesquisas sobre isso desde 1990. O que há é que a distribuição de renda é muito parecida, mas com uma boa diferença: tem um percentual maior de alunos das camadas mais pobres nas universidades públicas do que nas privadas, e há uma porcentagem menor de estudantes ricos nas universidades públicas do que nas privadas. As pessoas têm que ter isso com muita seriedade. Mas o que acontece? É que, embora as universidades, as instituições privadas de ensino têm uma porcentagem menor de alunos pobres, elas atendem muito pouco alunos, porque 15% das matrículas estão nas públicas. E as privadas atendem número muito maior, embora em proporção menor.

Então, o nosso problema não está em dizer que a pública escolhe os alunos mais ricos, o problema está em, mesmo admitindo um número maior de estudantes pobres, ela admite muito pouco os estudantes pobres, porque admite muito pouco os estudantes em relação ao conjunto de alunos matriculados no ensino superior, dos quais 85% estão no ensino privado.

Nós não vamos resolver o problema dentro da universidade pública, porque se você bota lá 300 vagas, mesmo porque se quisesse fazer cota teria de ser em adicional, não podia ser retirando as demais vagas, acrescentar o número de vagas para você fazer cota. E não adianta muito esse negócio de cota, porque é uma gota d’água no oceano dos alunos que estão terminando o ensino de 2º grau. Procurei uma vez, tem projeto da UPS de favorecer os alunos do ensino público, num ano 350 vagas era 0,06% do número de alunos que se forma no ensino médio. Quer dizer, com mais boa vontade você precisa fazer o cálculo aritmético do que isso representa, de fato, assim também não é por cotas.

Além do que, há distorções básicas das cotas, cota para negros, por exemplo, estão sendo baseadas no número de negros da população. Agora, o número de negros na população é muito superior, em porcentagem, do que o número de negros que se forma, efetivamente, no ensino médio. Quer dizer, a grande exclusão está antes, porque não conseguem terminar o ensino médio. Se você for fazer uma proporção, você deveria fazer uma cota em que você reserva o número de vagas em termos do percentual não da população, mas em termos do percentual de egressos do ensino médio, daí você dá uma equalização maior na competição.

Essa questão do ensino, eu acho que é um tipo de ensino que interessa a poucos alunos e poucos alunos estão preparados para fazer, a não ser alguns cursos de maior procura, mas os alunos obtêm uma facilidade maior no mercado de trabalho com um bom curso de gestão tecnológica, na tecnologia do que com um curso extremamente teórico de administração, de economia na Universidade São Paulo. Quer

dizer, não precisamos de tanta gente assim com essa excelente formação teórica e que não vai, na verdade, servir como elemento fundamental.

O que eu acho que seria, efetivamente, uma forma de democratizar o acesso nas universidades públicas é que as universidades fizessem cursos pré-vestibulares gratuitos. Essa experiência não vai custar muitos recursos, você pode fazer isso com um mínimo de recursos atendendo uma população na qual os alunos são selecionados para entrar pelo nível de renda. Então, você abre os cursos. E por que é bom e barato? Você pode usar os próprios alunos das universidades, com uma bolsa de monitoria para esses alunos, você na verdade tem um grupo extremamente capacitado. Eu fiz cursinho para entrar na faculdade de filosofia, que era daquele tempo dos alunos do grêmio, eles tinham excelentes cursos pré-universitários, no qual eu participei. Só que eles fazem tudo isso por iniciativa própria, podem fazer isso.

Você pode ter uma equipe de professores, com que esses alunos, mesmo que não conseguiram entrar na USP depois, eles realmente tiveram oportunidade de melhorar a sua qualificação profissional. E com as novas tecnologias, eu acho que você pode usar as novas tecnologias no estudo presencial. Eu acho que é importantes que esses cursos sejam presenciais para ele ter uma vivência da universidade, para ele poder discutir com seus colegas livremente, não é a mesma coisa discutir na rede e discutir ali, na presença do professor, é outra coisa. Eu acho que seria possível aproveitar todos esses alunos que estudam gratuitamente a fim de que eles contribuam ou paguem o ensino gratuito através do trabalho nesse tipo de instituição. Eu tenho defendido isso há 15 anos, por enquanto não tive muito sucesso.

O SR. – Professora, só um parênteses? A Comissão de Educação e Cultura da Assembleia apresentou uma emenda colocando recursos para esse tipo de cursinho pré-vestibular na UPS e na UNESP. Infelizmente o Governo do Estado cortou todos os recursos, toda a contribuição, porque normalmente é dividido: uma parte do dinheiro vem do orçamento do Estado, Secretaria de Desenvolvimento; e a outra da própria universidade, mas as universidades ficaram a pé. Eu conversei com o Reitor da UNESP recentemente, estamos conversando com o Diretor da Unidade Leste que nos solicitou isso, ou seja, infelizmente o atual Governo cortou os recursos e estamos tentando restabelecer para o ano que vem.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURAN – O que eu digo é que precisa de pouco recurso, isso é o que as pessoas não entendem. Porque se fala muito, na verdade, na retribuição do aluno, esta elite de 15%, elite nesse caso aqui é na questão econômica, que tem o privilégio do estudo gratuito, quando 85% das pessoas estão pagando pelo seu estudo, que eles retribuam de alguma forma, inclusive através desse tipo de serviço.

Há inclusive uma outra fonte de mão de obra, é que os alunos das licenciaturas têm que fazer estágio, se substitui estágio para ele pegar esses alunos e realmente dar a eles a base que está faltando, você tem, ao mesmo tempo uma avaliação do aluno, porque ele está fazendo um serviço no qual você pode julgar a competência do aluno que vai ser professor, porque ele consegue, porque dentro da sua turma você tem um porcentual grande de alunos que conseguem terminar o curso pré-vestibular e consegue entrar numa instituição de ensino superior.

A UNESP estava fazendo, com grande sucesso, esse tipo oficial. Não é que precisa, mas eu acho que as universidades têm recursos suficientes para fazer essa iniciativa, não precisa muito de dinheiro do Governo não, se utilizando seu próprio pessoal e utilizando a mão de obra dos alunos.

É uma excelente parte da educação dos alunos lidar com a população pobre, especialmente para os futuros professores lidar com as deficiências do ensino médio, porque ele vai receber os alunos que vêm com essas deficiências, ele vai fazer com que esses alunos superem essas deficiências e utilizar essa experiência depois no próprio ensino médio.

Agora, do ensino superior privado? Eu queria dizer, o que eu não falei, que há uma outra vantagem do ensino superior privado: ele atende a demanda. As universidades não fazem nenhum estudo para saber onde se concentra a demanda. A universidade pública não pode só atender em função da demanda, porque você precisa fazer cursos também para qual há pouca demanda, mas os cursos são fundamentais. Você tem cursos para qual há pouca demanda, porque elas são muito exigentes, você precisa ter uma excelente preparação para entrar, você não pode atender todos os alunos que querem fazer medicina, por assim dizer, mas você tem áreas na qual há uma grande demanda e a universidade não tem a flexibilidade para abrir cursos ou aumentar cursos nessas áreas. Quando ela vai aumentar todo mundo quer uma fatia do bolo, todo mundo quer aumentar o número de professores. É um problema extremamente complicado dentro de uma universidade pública na qual todos os professores são estáveis e você não pode mandá-los mudar de campo.

Eu tenho esta ideia de que esta flexibilidade, de aproveitar novas, como está mudando muito o mercado de trabalho, você precisa ter uma instituição flexível. O ensino privado tem um faro extraordinário, ele abre onde tem demanda. Não que eu ache que tenha que abrir só para que o ensino privado para que faça isso, o caso é que não há uma política educacional de ensino superior para orientar as nossas instituições a fazer. Mas precisa ter uma organização das universidades mais flexíveis. A questão de que o pessoal das universidades é funcionário público é um veneno na universidade, porque o regime do funcionalismo público é bom para repartição pública, mas não serve para universidade.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – A senhor me dá um aparte, dentro dessa linha?

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURAN – Pois não.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu acho que as universidades UNESP, UNICAMP e USP constituem uma caixa preta. E vou dizer para a senhora por que. Eu ousei pedir para o Tribunal de Contas cópia das auditorias nas três universidades, pedi uma sessão secreta para debater a matéria e o PT foi contra. Eu fiz o seguinte: por sugestão do Deputado Adriano Diogo eu dei uma cópia de todo o trabalho feito para todos os deputados, inclusive para a bancada do PT, aí eles concordaram comigo que eu tinha razão de uma sessão secreta. Nessa sessão secreta eu elenquei 36 distorções absurdas e trouxemos o Presidente, o Diretor do Tribunal de Contas para abordar os problemas que lá existem.

Eu entendo que a matéria envolvendo o ensino superior público deveria ser objeto de um trabalho profundo desta Casa no sentido de evitar as distorções profundas que existem dentro do ensino.

Eu não quero comentar aqui, mas como V. Exa. está abordando, de certa forma, aquilo que eu levei para Casa “massarocas”, e li todos os pareceres. Para vocês terem uma ideia, chegou um determinado momento que as três universidades deviam para o IPESP R\$3.500 bilhões de contribuições previdenciárias. Foi feito um acordo e isso foi, ao longo do tempo, pago.

Estou dizendo isso, porque eu estou vendo a boa intenção de V. Exa., que V. Exa. conhece profundamente a matéria e eu tenho um defeito grave: eu não sei ficar quieto. Eu vou começando a me mexer, me mexer e chega num determinado momento que eu tenho que dar um desabafo, senão vou ter um enfarte.

Então, dentro desse quadro nós tínhamos que começar a abrir as autênticas caixas pretas e a senhora sabe que eu tenho razão. Eu não queria abordar isso, mas chega num determinado momento que eu tenho de desabafar, desculpa.

O SR. – Deputado Vítor Sapienza, o Reitor João Grandino Rodas virá à Comissão de Ciências e Tecnologias em breve.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Só para nos abordarmos aquilo que V. Exa. pediu, nós não vamos discutir outra coisa.

O SR. – Mas poderíamos aproveitar e fazer esse debate.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – É a Zona Leste, nós vamos fazer um dia abordagem em cima das universidades públicas, não vamos transformar uma coisa... O Juarez, que é da vossa bancada dizia que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURAN – Eu acho que o senhor tem razão. Eu passei uma boa parte muito impopular, porque embora do ensino público, eu passei um tempo que estive no Ministério tentando exatamente abrir as caixas pretas, porque eu acho que já muito desperdício de recurso. Mas eu acho que o desperdício de recursos é geral, nas públicas e nas privadas.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Só que tem uma coisa: na privada não somos nós que pagamos a conta, na pública somos nós que pagamos.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURAN – Por isso que eu defendo a existência de um sistema de avaliação e de política educacional para as instituições públicas do Estado de São Paulo. Eu acho que seria fundamental, embora haja uma fiscalização do Tribunal de Contas.

Por outro lado, eu também queria enfatizar que sem nós mudarmos a estrutura do funcionalismo público das instituições de ensino, com regime especial é muito difícil. Para você demitir um funcionário, já não digo um professor, um motorista que bebe constantemente, e que já deu umas três trombadas, a única coisa que você pode fazer em todo esse processo, é mais barato e mais fácil você encostar ele, ele ficar lá sem trabalhar, porque o conjunto de defesas, das prerrogativas do funcionalismo público é excessivo. E se mostrar que um professor falta, você não tem instrumentos legais para afastá-lo. Então, realmente essa questão é uma outra questão que eu tenho batalhado. Sabe, eu não quero um regime de funcionalismo público e não quero a CLT, eu quero um regime específico para as universidades que têm autonomia.

Há muita fiscalização burocrática, mas não pega o cerne dos problemas. Então é um problema muito complicado, eu sou a favor de que a gente estabeleça um sistema, e precisa tomar cuidado para que ele não se transforme em um instrumento de perseguição política, como já foi no passado, e que não seja alguma coisa que não tenha critério acadêmico de modo, e que seja feita por pares que entendem da questão acadêmica, do que é o bom professor e o bom pesquisador. Eu sou a favor.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu gostaria de pedir um segundo para a Professora Eunice, porque alguns deputados vão precisar se retirar.

Nós temos aqui um ofício que foi enviado pelo José Fernando Pinto da Costa, que havia sido convocado para estar na nossa Comissão hoje, ele enviou um ofício dizendo da impossibilidade de se apresentar à nossa Comissão por compromissos anteriormente assumidos como mantenedor junto ao Ministério da Educação. Eu gostaria de consultar os membros desta Comissão se nós vamos fazer uma

nova convocação ao Sr. José Fernando Pinto da Costa ou se haveria uma outra sugestão dos membros desta nossa Comissão.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Como V. Exa. mencionou, ele havia sido convidado ou convocado?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Ele foi convocado, não foi convidado, ele foi convocado para se apresentar à nossa Comissão, até levando em conta algumas acusações que existem contra a UNIESP.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu entendo que antes de nós deliberarmos V. Exa. ou o Presidente, deveria ouvir os nossos procuradores para nós sentirmos qual o remédio que aplicaríamos nisso para nós não nos precipitarmos numa decisão a respeito da matéria, mesmo porque aí cabe desobediência, e como tal, eu gostaria e sugeriria a V. Exa. que nós ouvíssemos os nossos Procuradores antes de votar qualquer coisa, para que a gente pudesse depois nos arrepender por uma possível precipitação.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Embora, Deputado Vitor Sapienza, ele tenha justificado aqui a impossibilidade de vir à nossa Comissão. A questão é que estamos caminhando já para os finalmentes da nossa Comissão e precisamos estabelecer nossa agenda.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Deputado Adilson, primeiro foi feito um convite, ele não atendeu?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Foi feita uma convocação, não foi feito um convite.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Então houve um erro, dentro desse quadro nós temos que aceitar ou não a explicação dele. É isso que estou colocando à apreciação dos membros.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Sr. Presidente, na última sessão eu havia pedido que fosse explícito a convocação e houve divergências, não foi feito, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Foi feita convocação.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Então ele tem que vir.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Ele justificou a falta, mas foi feita convocação.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Porque se ele não quiser vir é pior para ele, porque ele deixou uma má impressão aqui muito grande em relação às explicações que ele deu. Eu estou preocupado com a questão do tempo, eu preciso apresentar o relatório. É uma pena que a gente está interrompendo a Professora Eunice, mas a gente precisa definir hoje, Sr. Presidente, o prazo final para que possa apresentar uma versão do relatório antes de proceder à votação. Nós temos até 15 de dezembro, relativamente tem um tempo, quem sabe poderia ser no dia 16, 23. Eu precisaria combinar com V. Exas. um prazo para entregar o relatório, a versão preliminar, fazer os ajustes e depois a gente apresentar o relatório final.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Nós estamos aqui, Deputado Simão Pedro, estabelecendo o dia 07 de dezembro para V. Exa. entregar o relatório para nós analisarmos, talvez até se houver tempo votar o relatório no próprio dia 07. Teríamos aí, na verdade, três quartas-feiras, se bem que uma delas está prejudicada, porque o dia 16 é logo após o feriado do dia 15.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Eu não tenho problema com o dia 16, mas vamos combinar dia 07 de dezembro eu apresento a primeira versão do relatório, se não tiver consenso a gente vota no dia 14. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Perfeito, a questão aqui é essa convocação feita ao Sr. José Fernando Pinto da Costa. Nós vamos fazer uma nova convocação ou vamos abrir mão de ouvi-lo aqui na nossa Comissão?

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Presidente, eu, naquela ocasião, eu entendo da mesma forma do nobre Deputado Simão Pedro e do nobre Deputado Cruz, que foram quem levantaram as dúvidas, que esse cara tem que completar o que ele apresentou, porque é grave a situação, principalmente alguma coisa que não foi devidamente explorada por esta Comissão, e eu tinha pedido que as dúvidas fossem feitas item por item, porque no momento em que você faz várias faculdades, universidades pertencerem a uma *holding*, eu posso utilizar *holding* como uma forma, um subterfúgio. Eu quero esclarecer para a professora que eu fui delegado tributário, eu entendo que falta neste País uma coisa chamada fiscalização inteligente,

eu uso a *holding*, e mesmo sendo benemerência, não tendo fins lucrativos, eu uso a *holding* e tiro recursos numa reforma, num aluguel e utilizo uma forma fraudulenta de levar isso em consideração.

Dentro desse quadro, naquela ocasião eu propus que fosse feito um elenco, eu fui derrotado porque a votação não foi técnica, foi política, então eu perdi. Mas hoje eu tenho que mostrar aos senhores que naquela ocasião eu tinha razão. Então, dentro desse quadro eu reforço a tese do meu amigo Simão Pedro, que ele volte aqui para concluir aquilo que ele começou a falar.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, a Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB – Eu acho que esta Comissão não pode ser desrespeitada, eu sou a favor de convocá-lo.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Eu gostaria de colocar em votação se nós vamos convocá-lo novamente ou se vamos dispensar a presença aqui do Presidente da UNIESF, José Fernando Pinto da Costa.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu reforço a posição do Deputado Simão Pedro, para nós é fundamental o depoimento dele, porque senão não vamos concluir. Eu estou com o Deputado Simão Pedro, ou seja, tem coisas que precisavam ser esclarecidas e que não foram.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Vamos colocar em votação, os que são favoráveis à nova convocação do Presidente da UNIESP, José Fernando Pinto da Costa.

O SR. – Sr. Presidente, inclusive essa instituição estava fazendo propaganda no seu site dizendo que oferece cursos gratuitos de ensino superior. Depois ela explica que é o FIES é há possibilidade do aluno conseguir uma bolsa do ProUni, ela continua fazendo. Primeiro usando a logomarca UNE, que engana os estudantes. Segundo, dizendo: venha para cá que você vai estudar gratuitamente na instituição. Depois ela explica que é a possibilidade de conseguir uma bolsa do FIES e do ProUni. Então é um absurdo. Em todo caso eu vou pela maioria.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Então nós vamos convocar novamente o Sr. José Fernando Pinto da Costa e colocar nesta convocação que ele não vindo poderá ser conduzido coercitivamente, que acho que não foi colocado na outra convocação, uma vez que não é um convite, é uma convocação. Gostaríamos também de estabelecer qual é a data que nós vamos convocá-lo, Deputado Simão Pedro, porque isso pode atrasar um pouco.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Dia 16.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Não há problema para nenhum deputado dia 16? (Pausa.) Então vamos convocar uma reunião para a próxima quarta-feira, enviar também a convocação ao José Fernando Pinto da Costa e vamos manter o mesmo dia 07, Deputado Simão Pedro, V. Exa. vai ter que trabalhar com menos prazo. E suficiente o dia 07 para nós?

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – O ideal seria dia 14, mas vamos apresentar uma versão inicial dia 07, fazemos um debate e dia 14 votamos, pode ser?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Ótimo, se há concordância de todos os membros da Comissão, acho que fica estabelecido então a convocação do Presidente da UNIESP para o dia 16, a próxima quarta-feira, e a entrega do relatório pelo nobre Deputado Simão Pedro para nós avaliarmos no dia 07.

Professora, a senhora tem a palavra para suas considerações finais.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Eu queria dar uma sugestão para o nobre Deputado Simão Pedro, o que eu aprendi neste instante, com a professora, eu queria sugerir para V. Exa., como Presidente da Comissão de Educação, que V. Exa. a trouxesse numa exposição, porque nós temos muita coisa para aprender com ela, e para ela a exposição tem que ser uma hora, uma hora e pouco, e eu gostaria que V. Exa., como Presidente, da mesma maneira que V. Exa, mesmo não sendo membro da Comissão de Ciências e Tecnologia, que fez com que a bancada apreciasse uma sugestão de V. Exa., que V. Exa. apreciasse uma sugestão deste Deputado, mesmo não sendo da vossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Com o maior prazer, Deputado. Obrigado.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURAN – Eu vou responder rapidamente as perguntas, como eu sei que tem um problema de tempo, os deputados que quiserem mais informações, e não tenham uma obrigação imediatamente após, eu posso ficar mais um pouco.

Primeiro, o sistema S. Agora, o Sistema S tem duas vantagens: é um sistema flexível, ele realmente atende a necessidade do mercado, e não só no ensino superior. Quer dizer, realmente a formação não é básica de nível vocacional ou profissionalizante, que não é exclusivamente técnico inclusive, é uma área que está dentro das competências do Ministério do Trabalho e nós não temos tido, em São Paulo, uma política para atuação do nosso Ministério do Trabalho.

Eu acho que você simplesmente interferir com o Governo Federal, que já é tão complicado, tão burocrático, tão incapaz de fazer avaliação, ainda no sistema S, tem que ser alguma coisa feita com muito cuidado. Eles dão curso para padeiro, para garçom, para cabeleireiro, quer dizer, é uma parte de qualificação de mão de obra extremamente importante e flexível.

Eu acho que é possível fazer acordos com o SENAI e SENAC, mas eu seria contra, na verdade, digamos, uma atuação da forma como foi proposta inicialmente, porque destruiria a flexibilidade dessas instituições. Eu acho que acordos com o SENAC seriam necessários, porque eles prestam serviço excelente, a qualidade dos cursos deles realmente é muito boa.

A resposta para o Deputado Simão Pedro, sobre a expansão, como eu digo, expandir onde? Eu acho que tem que expandir no ensino superior, mas eu acho que nós já temos três grandes universidades que cumprem esse papel de fazer a ponte com o desenvolvimento científico e humanístico internacional e que nós temos que expandir num outro lugar, como parece ser a política do Estado agora. E há um problema da fixação do porcentual que vai para as universidades, o problema é que se destinou um porcentual bastante bom, mas para três universidades, uma parte desse porcentual deveria ter ficado para criar novas instituições que não fossem universidades.

O SR. – Ou senão aumentarmos de 9,57 para 11%, aí sim teria possibilidade de custeio da expansão bem maior.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURAN – Eu acho que as universidades devem crescer na medida em que cresce a arrecadação do Estado. É a minha opinião pessoal, não estou representando ninguém com essa opinião. É que o porcentual é suficiente para termos uma instituição de ensino superior tipo universidade de pesquisa em número suficiente para as necessidades de São Paulo. O que eu acho que nós não temos instituições públicas suficientes para atender a demanda.

Quando eu falo de ensino de massa, eu não quero falar massificação de estudante, muito pelo contrário, eu quero dizer que quando você tem muita gente para atender tem que diversificar o atendimento e tem que diversificar a avaliação da qualidade. Você não pode avaliar uma instituição que faz um excelente serviço em áreas de administração, formação de professores, fisioterapeutas e etc., em cursos noturnos no interior do Estado de São Paulo com os mesmos critérios que você vai avaliar a Universidade de São Paulo, ela tem outro objetivo, tem outra finalidade. E nós temos que ter um tipo de avaliação que leve em consideração quais são os objetivos que a instituição se coloca e se esses objetivos são legítimos, do ponto de vista de uma política educacional.

Eu acabei de visitar uma, foi municipalizada muito recentemente, era privada, faz um bom serviço, não era lucrativa. As não lucrativas, na verdade, devem ser favorecidas, porque elas prestam um serviço, em grande parte, melhor do que as demais. Mas você não pode avaliar todas, porque se comparar com a Universidade de São Paulo ela vai ter uma avaliação péssima, porque ela não é objeto de pesquisa, ela não tem um grande número de doutores, não tem um grande número em período integral, embora a qualidade de ensino que ela oferece, nessas condições, é muito boa.

A segunda coisa que eu queria insistir, é que é necessário, e isso o Governo Federal tem que fazer, é o sistema de contratação, tem que proteger os docentes da exploração do capital privado. Tem que haver condições mínimas de carreira, o máximo possível de professores horistas, mas não se pode deixar uma instituição trabalhar inteiramente com pessoal horista, eles têm que ter um contrato de trabalho, horário, horas de trabalho e com horas de trabalho reservar para todo seu aperfeiçoamento e preparação de aula e coisas desse tipo.

É muito difícil controlar o número de alunos. No Conselho Estadual de Educação eu controlei o número de alunos por classe, o ensino presencial estabelecemos, e durante o tempo que estive lá, respeitamos a ideia de que na renovação de conhecimento e aprovação tinha que ter turmas de no máximo 50 alunos. Teoricamente você pode ter uma aula magna até com 500 alunos e com um grande professor, mas depois você tem que dividir esse grupo em turmas de 50 alunos. Então, o máximo de 10% de aulas magnas e o resto em turmas de 50 alunos, para proteger, exatamente, as condições de trabalho do professor, que eu acho que esse é assunto que tem ficado muito separado. Agora, o que eu não sei é se o Tribunal Regional do Trabalho tem condições de fazer essa fiscalização no Estado de São Paulo para estabelecimento de ensino privado, e eu acho que para a empresa privada deveria ter condições, e isso eu acho que seria uma medida extremamente positiva.

Quebra de qualidade, quando você aumenta muito, é uma coisa quase que inevitável. Então, um bom modo de você ter um excelente ensino é você pegar só os melhores os alunos, os melhores professores e botar todo o dinheiro em cima deles, porque seria uma maravilha. Mas você tem que ter um ensino diferenciado, pode cair a qualidade, mas não tanto, como tem caído, tem caído a qualidade do ensino básico público, está caindo demais, porque você não está sabendo lidar com a diversidade dos alunos, está acostumado, no ensino básico, preparar aluno para passar no vestibular. Essa não é a função do ensino básico.

Acho que não respondi alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Respondeu, professora. Nós agradecemos a Professora Eunice Duran pela sua disposição em nos atender, os esclarecimentos foram de suma importância para o enriquecimento da nossa Comissão, e acredito que vão ser muito úteis ao nosso Relator.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURAN – Eu gostaria muito de agradecer o convite e queria também manifestar a minha admiração pelo nível das perguntas que foram feitas. A gente julga muito a capacidade das pessoas não só pela qualidade das respostas, mas pela qualidade das perguntas. E eu acho que esta Comissão teve um desempenho ótimo em fazer perguntas que apontam para problemas que eu acho cruciais no ensino superior. Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE – CELSO GIGLIO – PSDB – Muito obrigado, professora, muito obrigado aos membros da nossa Comissão.

* * *

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ENSINO SUPERIOR

16/11/2011

PRESIDENTE – DEPUTADO

CELSO GIGLIO - PSDB

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ENSINO SUPERIOR

16/11//2011

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Havendo número regimental declaro abertos os trabalhos da sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de apurar a real situação do Ensino Superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo, com a seguinte pauta. Ouvir o Professor José Fernando Pinto da Costa que é Presidente da UNIESP, União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo. Item dois, deliberar sobre assuntos de interesse desta CPI.

Solicito à Senhora Secretaria a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - Solicito à V. Exa. a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Está dispensada a leitura da ata da reunião anterior de acordo com o nosso Regimento. Aprovada a ata da reunião anterior.

Registro a presença dos nobres Deputados, Deputado Simão Pedro, Deputado Geraldo Cruz, Deputado Vitor Sapienza, Deputada Leci Brandão, Deputado Adilson Rossi e este Deputado Celso Giglio na Presidência.

Eu convido o Professor José Fernando Pinto da Costa, Presidente da UNIESP, União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo a usar a tribuna por 15 minutos. Enquanto o professor usa a tribuna, os interessados em fazer perguntas ao professor, nós pedimos que se inscrevam junto à Secretária, Dona Leda para que tenhamos logo em seguida a palavra dos senhores Deputados e depois dos participantes.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – O evento termina em duas horas e nós, de acordo com as inscrições estabeleceremos um prazo para as perguntas. Pela ordem, Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Primeiramente bom dia a todos e a todas, Deputados e Deputadas. Presidente, eu gostaria de propor que nós pudéssemos já ir diretamente para os questionamentos, até porque na sessão anterior onde nós tivemos a presença do Sr. José Fernando, ele já teve a oportunidade de fazer uma ampla explanação sobre o funcionamento da sua Instituição.

Inclusive tomou muito tempo essa explanação e nós perdemos tempo na questão dos questionamentos. Então, até por isso, nós deveríamos, se houver o consentimento de todos os membros da CPI, para que nós pudéssemos ir diretamente ao que interessa aqui, que são os questionamentos que não foram respondidos da outra vez outros questionamentos que nós temos.

Inclusive nós temos hoje aqui um dossiê enorme com diversas irregularidades que foram enviadas por vários sindicatos dos professores do Estado de São Paulo. Então, para que pudéssemos ganhar tempo, eu proponho que os questionamentos já comessem a ser feitos e o Sr. José Fernando possa assim, respondê-los.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – O tempo oferecido ao professor é pequeno e não afetará de forma alguma o andamento dos nossos trabalhos. Com a palavra o professor então, para usar a tribuna.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Agradeço ao Presidente, Deputado Celso Giglio, e aos demais membros da Comissão e aos Deputados aqui presentes. Agradeço a oportunidade que nós temos para poder colocar claro o trabalho sério e transparente que o Grupo Educacional UNIESP vem fazendo em todo Estado São Paulo em seus 12 anos de vida. Então, agradecer esse pequeno relato que vou dizer da UNIESP e agradecer aqui a presença dos nossos alunos, dos nossos professores, coordenadores, diretores aqui, parceiros da UNIESP, nossas associações, ONGS, Entidades e amigos.

Agradecer aqui aos convidados presentes para que possamos aqui, justamente, nobre Deputado Celso, deixar às claras que a UNIESP é uma instituição que presta relevante serviço ao Estado de São Paulo e hoje, já no Estado do Rio de Janeiro e recente agora, nesta data, segunda feira, dia 14 de novembro no Estado de Tocantins, fazendo um grande projeto lá, em parceria com a prefeitura municipal em uma concorrência pública no qual era uma concorrência pública, no qual era uma fundação municipal e o prefeito promoveu uma concorrência pública a nível nacional e nós fomos convidados.

Assim, estivemos lá e ganhamos a concorrência pública, assinamos o contrato segunda feira e os documentos se fazem presentes, no qual temos a missão de levar essa Educação que promovemos aqui no Estado de são Paulo e Rio de Janeiro, agora no nosso Tocantins e precisamos de um ensino superior de qualidade no qual a UNIESP prega e realiza e não só promove a questão da inclusão social através da Educação.

Vou contar em breve relato um pouco da UNIESP. A UNIESP começou o seu projeto no Município de Presidente Epitácio em 1998 para 99. Deixei a minha profissão como engenheiro, era engenheiro da CESP, Companhia Energética de São Paulo, no qual eu conheci um professor, José Gonzaga da Silva Neto, que me levou para a Educação e hoje realizo Educação com amor, com realização, não por questões financeiras, mas deixar aqui nobre Deputado Celso, minha declaração de imposto de renda, meu e da minha esposa que é Vice-Presidente e está aqui presente, Cláudia Pereira, para deixar claro o nosso patrimônio aberto.

Inclusive, deixar todas as contas da pessoa física minha e da Cláudia, para ficar aberto à Comissão, para deixar total transparência de que só construímos a Educação para as pessoas que não tiveram oportunidade e que estão tendo sim, acesso ao ensino superior de qualidade. Quem diz isso é o Ministério da Educação, então, quero deixar claro que quem dá o atestado de reconhecimento, credenciamento, de autorização é o próprio Ministério da Educação.

Então, eu venho aqui com muita tranquilidade, com muita paz, promover a transparência total a todos vocês, a esta Casa de Leis, total transparência nossa, de nossos professores, coordenadores e nossos alunos que é o fato mais importante que é eles estarem aqui presentes, agradecer porque tudo isso existe para atender a vocês e fico muito feliz por vocês estarem aqui.

E hoje, Presidente, estão assistindo se estiverem ao vivo aqui na TV Assembléia, eu pedi que todas as escolas colocassem no telão, na sala dos professores para que hoje todo o corpo docente, discente, tenha esta oportunidade de acessar ao vivo e ver a nossa real construção de uma Educação solidária.

Então eu quero aqui, não só isso, como amanhã nós vamos deixar o nosso site essa audiência pública para que todos os alunos de todas as unidades do Grupo Educacional UNIESP tenham acesso e fique registrado aqui, na Assembleia legislativa do Estado de São Paulo, o nosso testemunho, a nossa seriedade de construção dessa educação para todos.

Presidente Celso Giglio e membros desta Casa, Deputados, eu fico muito feliz aqui hoje porque a gente está construindo uma educação. A Educação permite, quem me disse isso foi o nosso parceiro e jornalista (ininteligível) no qual criamos juntos a “catraca livre”, quem disse para mim e

me marcou, que a Educação permite erro porque nós estamos construindo, e se temos sim, algum erro, no fato de nós estarmos construindo e quem só realiza tem (ininteligível), mas eu sou um construtor e às vezes a gente comete alguns erros.

Mas aqui eu hoje, a oportunidade para que a gente possa de fato colocar, encerrar porque essa orquestra de tentativa de destruição do projeto que nós estamos construindo com os professores, coordenadores e diretores de levar escola para pessoas carentes, para as pessoas se me permitem, que nunca tiveram acesso ao ensino superior nesse país, levar a educação, não é para qualquer mantenedora, é muita responsabilidade.

Levar escola para pobre não é qualquer mantenedora neste país que leva. Escola para rico é fácil, ele paga a mensalidade e você paga as suas obrigações, agora o pobre, muitos têm dificuldades até para ter dinheiro para o transporte e eu tenho aqui justamente, levar escola para os pobres.

Então, venho aqui, minha missão, eu e minha esposa aqui presente, temos essa obrigação e responsabilidade. Não podemos permitir que essa orquestra de alguns sindicatos, que usam e dizem que defendem a classe, que defendem os professores, fiquem dizendo algo aqui e acolá da UNIESP. Vamos hoje, realmente poder, se diz aí, vamos colocar as coisas bem claras para a gente realmente por uma pedra neste assunto, porque nós temos muito trabalho e muita construção porque nós só chegamos hoje a 17,54 do alunado de 18 a 24 anos com acesso ao ensino superior nesse país.

Então, hoje é o momento para todos aqui, se estamos em uma Comissão que está analisando a situação do Ensino Superior no Estado de São Paulo, poder alavancar aqui uma força junto com a Assembleia, com os Deputados, com os próprios sindicalistas, que a gente está construindo uma Educação para todos.

Então, eu queria hoje, Presidente, que a gente pudesse esclarecer e deixar a gente trabalhar em paz, porque é todo mês fiscal do Imposto de Renda na nossa porta, é Delegado, Procurador, nós somos fiscalizados 24 horas. Não me aflige em nada, pelo contrário, isso me dá segurança porque eu sou 24 horas fiscalizado pelos órgãos federais, estaduais, municipais e agora pela Assembleia, pelo sindicato, isso não me faz, pelo contrário, faz nós crescermos. Por isso que a UNIESP cresce em uma velocidade exponencial. Mas é isso que faz com que nós tenhamos mais responsabilidade.

Se alguém acha que eu vim aqui com medo, com insegurança, está redondamente enganado porque eu quero construir uma Educação e não paro mais. Hoje o Brasil, nós estamos entrando no Estado de Tocantins e hoje de manhã eu disse, nós vamos acolher toda a Região Norte e Nordeste com os maiores projetos sociais e quem disser isso e me deu o reconhecimento foi um grande cidadão que é o exemplo da superação que é o nosso Maestro João Carlos Martins, quando o conheci, e depois ele veio falar comigo. Nós temos um projeto de música aqui no Centro de São Paulo, ele me disse, Fernando, fui saber quem é você em Brasília. Ele me disse, eu posso deixar claro que são palavras do nosso Maestro João Carlos Martins, “Você é o grande referencial na Educação solidária e social nesse país”.

Isso me deu uma responsabilidade muito grande. Fizemos um evento histórico para a UNIESP. Levamos 650 alunos do Programa PROUNI, Novo FIES e do Programa do Governo do Estado, Escola da Família na Sala São Paulo, no dia 21 de abril de 2011, fizemos ali um concerto com a Orquestra Filarmônica Bachiana regida pelo João Carlos Martins, com a nossa Bateria vencedora Vai-vai e o Coral dos Meninos de Paraisópolis, ali, a foto aqui, presentes todos os alunos felizes ali com o Maestro. Isto é o que faz a gente ter mais vontade de construir um país mais igual, mais justo, porque só a Educação promove a igualdade social nesse país.

Muito obrigado, Presidente.

Aplausos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Eu me inscrevi. Eu gostaria de fazer alguns questionamentos.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Nós vamos oferecer, Deputado, inicialmente a palavra aos membros da Comissão, em seguida nós estaremos oferecendo à Vossa Excelência. Com a palavra o Deputado Vitor Sapienza? Deputado Geraldo Cruz?

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Senhor Presidente, cumprimentar aos membros desta Comissão, ao professor que novamente comparece a esta Comissão. Um bom dia a todos os presentes.

Mas professor, nós temos um relatório aqui do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo, de Ribeirão Preto, do ABC, de Bauru, Campinas, Jaú, São Paulo, Sorocaba e Presidente Prudente. Eles apresentam neste relatório várias irregularidades da instituição que V. Exa. representa nesse momento. Irregularidade em atraso de pagamento de seus professores, irregularidade de professores que foram demitidos e não pagam Fundo de Garantia em atraso.

Esse relatório que V. Exa. deve ter conhecimento tem processo no Ministério do Trabalho, são vários processos que se forem relatados todos aqui vou ocupar um tempo muito grande de todos.

Esse relatório então, por suas declarações são inverídicos, pelo que V. Exa. diz. Então estes Sindicatos, esses representantes dos professores deveriam ser processados por V. Exa., não? O Ministério do Trabalho tem essas ações contra também, elas são todas irreais por seu relatório apresentado aqui. Quem está falando a verdade afinal de contas? O Sindicato ou é o senhor?

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Eu queria me explicar. Está aberto ou não?

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Professor José Fernando, por uma falha nossa, deixamos de pedir ao senhor que fizesse o juramento de praxe e eu peço que o faça agora, por favor.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Juramento. Juro com o dever da consciência dizer toda a verdade, nada omitindo que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Faço isso em nome dos nossos alunos, professores, coordenadores e diretores, e membros desta Casa.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Os senhores Deputados farão as suas perguntas e em seguida o professor as responderá. Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO – PCdoB - Eu não tenho nenhuma pergunta para fazer a V. Sa. professor porque eu já ouvi os seus esclarecimentos e independente disso eu também vou ter que me retirar porque tenho uma reunião extraordinária que não posso deixar de comparecer aqui na Assembleia, mas estou acompanhando atentamente com muita atenção todo o desenrolar dessa Comissão de Inquérito. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Com apalavra o Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Caro Fernando, V. Exa. fez uma exposição em que primou pela humildade. Eu participei de diversas outras audiências e houve uma acusação que eu gostaria que V. Exa. nos esclarecesse no seguinte aspecto. V. Exa. frisou na última vez que esteve aqui que as instituições, as faculdades que V. Exa. administra gozam de praticamente isenções tendo em vista a atividade que ela de propõe e, aí entra o grande problema que eu tenho dúvida.

V. Exa. diz que todas as faculdades pertencem a uma holding e não de V. Exa., mas de dirigentes de sindicato, nós ouvimos a seguinte acusação. Que a Holding cobra das faculdades aluguéis acima do normal, que a holding de tempo em tempo promove reformas e essas reformas muitas vezes são superfaturadas e com isso ela obtém de certa forma, um recurso, um plus que ela não conseguiria obter no Mercado. Como isso ficou registrado mesmo porque ao lado desse esclarecimento eu me preocupo, eu fui autor de um pedido ao Deputado Milton Monti que até agora não foi atendido, e a minha proposta é no sentido e na conclusão desta CPI, nós pedimos ao Governo Federal uma CPI a respeito da ingerência de grupos estrangeiros na aquisição de faculdades no Brasil.

Nós tememos e eu quero dar um depoimento, eu tenho uma menina de 18 anos que cursa a faculdade e eu começo a me preocupar com algumas questões que ela levanta, mesmo porque uma forma de você minar o desenvolvimento de um país é você começar a influenciar a juventude que um dia vai mandar através de programas que não são nacionalistas.

Então eu gostaria que V. Exa. nos esclarecesse primeiro o problema do Holding e segundo, o que V. Exa. acha na conclusão dessa CPI no sentido de pedir uma CPI na Câmara Alta em Brasília afim de investigar o porque desse posicionamento de grupos estrangeiros no controle de nossas faculdades. Por hora as minhas dúvidas são nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado e Vice Presidente desta Comissão, Deputado Adilson Rossi.

O SR. ADILSON ROSSI – PSB – Gostaria de cumprimentar ao nosso Presidente Deputado Celso Giglio e parabenizá-lo pela maneira brilhante com que vem conduzindo os trabalhos desta CPI, cumprimentar a todos os membros da CPI, também ao professor Fernando Costa e procurar saber dele, não obstante entender que é UNIESP segundo as suas palavras aqui introdutórias tem como grande objetivo prestar um benefício para a Educação no nosso país.

Eu não quero questionar essa intenção em hipótese alguma, acredito até na sinceridade de sua declaração, mas todas estas situações vividas pela UNIESP, processos no Ministério Público do Trabalho, paralisação das aulas, atraso no pagamento de professores, manifestação de alunos. Eu gostaria de saber do nobre professor se isto não mancha a imagem da UNIESP, e acredito que algumas destas situações até fugiram ao controle do professor, entendendo que a UNIESP se tornou grande. A minha pergunta é se todas estas situações não trazem um mal para a imagem da UNIESP

e, sobretudo um prejuízo para a Educação no nosso país, contrário àquilo que a UNIESP se propõe a fazer que é trazer benefícios para a Educação. Gostaria de saber do professor a respeito disso, é a minha pergunta Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Simão Pedro, relator desta Comissão.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Bom dia para todos e para todas, sejam bem vindos. Senhor Presidente Celso Giglio em nome de quem cumprimento a todos os demais colegas Deputados, professor José Fernando.

Professor, na última vinda do senhor aqui não foi possível concluir os trabalhos no tempo que tínhamos disponível e ficaram várias questões, várias perguntas. Então eu queria relembrar algumas questões que geraram dúvidas. A UNIESP, eu até tinha perguntado se este problema que o MEC abriu um processo para que a UNIESP parasse de usar o nome da UNIESP porque dava a impressão que ela é uma universidade, “uni” de universidade e isso poderia passar para os alunos e estudantes, para a população como se fosse uma espécie entre aspas, de propaganda enganosa e V. Exa. disse que a UNIESP era de união de um grupo de faculdades. Eu pergunto se neste período de pouco mais de 20 dias isso foi resolvido ou não.

A outra dúvida que ficou no ar era a respeito da questão jurídica. V. Sa. explicou mais eu acho que não ficou muito bem entendido aqui, a UNIESP na verdade é uma empresa, uma holding que controla um fundo de investimento nas faculdades ligadas a esta holding e a instituição de ensino na verdade não é a UNIESP, mas UESP que é outra.

Então, se o senhor puder explicar melhor a distinção dessas duas empresas, dessas duas instituições, como funciona e qual a relação entre as duas, se complementaridade e como é que funciona este fundo de investimento, porque eu acho que isso é bom ficar esclarecido para saber como funciona.

Outra questão é saber se aqueles problemas contidos no relatório citado de problemas de ordem trabalhista, o atraso de pagamento dos funcionários, professores demitidos que não conseguiram receber os seus direitos, se os problemas relativos a recolhimento de Fundo de Garantia, INSS, etc., se isto está resolvido porque o relatório a bem da verdade é um relatório de abril.

Nós o recebemos aqui, teve uma Audiência pública, então se nesse período foi solucionado ou não estes problemas se têm pendências ainda. Que o Senhor pudesse nos explicar.

Por último uma observação que eu fui abrir aqui o site da UNIESP e reparei que há uma propagando “vem estudar de graça na UNIESP. Aqui você pode, aqui você não paga” fazendo uma relação disso com o FIES que é um programa de financiamento estudantil antigo, recebeu este nome aperfeiçoado pelo Governo Federal, pelo Ministério da Educação, inclusive é um bom programa que oferece juros de 3,4% ao ano no financiamento. Mas é um financiamento, quer dizer, o aluno no final vai ter que custear isso. A sua família vai ter que pagar.

Então, falar que o aluno vai estudar de graça não é também uma forma de propaganda enganosa, não é uma forma de atrair os alunos para a faculdade, depois ele entra e se matricula com a esperança de não pagar e de repente ele se vê com um financiamento.

Quer dizer, isso é correto? Do meu ponto de vista não é muito ético fazer esse tipo de propaganda porque pode ser uma forma de atrair o aluno, ele pode achar que vai estudar de graça e na verdade não é de graça. Ainda mais em uma instituição particular que cobra mensalidades. Pode oferecer bolsas, pode oferecer algum desconto ou coisa parecida, mas não é de graça.

Então, se a UNIESP além do nome não está utilizando, não está incorrendo em um processo. Eu queria deixar muito claro aqui que a minha impressão pessoal, eu não tenho nada contra as instituições de ensino privado. Elas cumprem um papel no nosso sistema educacional, mas fico preocupado, eu estudei em faculdades particulares também, fiz a minha filosofia na FAE, mas se não é estamos incorrendo em problemas que não é uma forma de atrair o aluno de forma incorreta, ou seja, se não era melhor mostrar as qualidades da instituição, a sua pontuação no MEC, a sua pontuação dos cursos do que tentar atraí-lo com a ideia de que vai estudar gratuitamente em uma faculdade particular e depois não é assim que acontece.

São estas as questões Presidente, que eu queria levantar para o professor José Fernando para que a gente fique bem esclarecido a respeito do tema UNIESP. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Com a palavra o Deputado Carlos Giannazi, mas peço licença Deputado, para anunciar apenas algumas pessoas de quem nós recebemos aqui os cartões. A presença da Sra. Flávia Petra Melara Bernardes da UNIESP de Araraquara. O Sr. Marco Antonio Ferreira Mateus, Diretor Geral de Mirassol, Faculdade de Mirassol. O Sr Eudi Paulo Scarpin da UNIESP, Diretor também da UNIESP de Birigui. A Sra. Isabel Cristina Bispo Frozi, Diretora da unidade de Araçatuba, e o professor Dr. Atis Tenfus (ininteligível) Diretor do Grupo Tecmed. Obrigado pela presença.

Com a palavra a Deputada Leci Brandão, por compromisso anteriormente assumido tem que se retirar, mas a palavra agora, nós agradecemos a presença dela. A palavra com o Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Senhor Presidente, senhores Deputados, Deputadas, alunos, professores, público presente. Em primeiro lugar eu gostaria de esclarecer que quando nós protocolamos, quando nosso mandato protocolou aqui nessa CPI do Ensino Superior Privado requerimento para que houvesse investigação das faculdades mantidas pela UNIESP, nós estávamos na verdade dando continuidade a um trabalho que nós já vínhamos realizando principalmente desde o ano passado.

O nosso mandato tem recebido, não só o nosso, mas outros Deputados também, muitas denúncias contra a UNIESP. Denúncias de alunos, de pais de alunos, de professores, funcionários e também de ex-mantenedores de faculdades que foram vendidas para a UNIESP.

Tanto é que o volume foi tão grande de denúncias que nós no início deste ano realizamos uma grande audiência pública, inclusive aqui mesmo neste espaço, no plenário Paulo Kobayashi com alunos, professores, Com sindicatos de professores, com várias instituições, pais de alunos compareceram e nós fizemos aqui um amplo debate e registramos todas as denúncias que foi fruto inclusive de uma representação que nós enviamos ao Ministério Público Estadual e também de um pedido que nós fizemos para a Comissão de educação, para que o caso fosse investigado.

Na ocasião nós tivemos um encontro aqui mesmo na Assembleia Legislativa com o Ministro Fernando Haddad que esteve aqui em um evento discutindo o Plano Nacional de Educação e nós estivemos na sala da Presidência aqui da Assembleia Legislativa uma conversa com o Ministro sobre a situação da UNIESP e ele nos informou que a UNIESP estava sendo investigada pelo MEC principalmente na questão do PROUNI e do FIES. Havia uma investigação em curso porque o próprio MEC recebeu também denúncias em relação a este fato.

O que eu gostaria de registrar aqui primeiramente, não queremos aqui destruir nenhum projeto pedagógico, nenhuma universidade, até porque eu sou também professor universitário, trabalhei no ensino superior privado durante 18 anos. Eu sou formado pela USP com Mestrado e Doutorado, eu conheço profundamente o ensino superior privado. Eu lecionei em várias universidades, eu sei o que é estar em uma sala de aula, eu conheço os alunos das universidades privadas. Então nós atuamos muito nessa área da Educação.

Sem contar que nós estamos trabalhando há muito tempo também na Comissão de Educação. O Deputado Simão Pedro também é professor, é formado em filosofia e é o Presidente da Comissão de Educação aqui da Assembleia Legislativa. Enfim, nós sabemos muito bem do que nós estamos falando.

Então eu gostaria de levantar algumas indagações até porque nós recebemos além de todas essas denúncias que eu já citei, recebidas pelo nosso mandato, que foi fruto até da audiência pública, nós recebemos aqui um enorme relatório com denúncias contra a UNIESP que o Deputado Geraldo Cruz acabou de citar aqui inclusive, falando dos vários sindicatos espalhados por todo o Estado dando conta de denúncias gravíssimas contra a UNIESP de desrespeito aos professores, funcionários e aos próprios alunos como a retenção de Fundo de Garantia, o não pagamento do INSS, do não pagamento das rescisões, da demissão em massa de professores, enfim, da contratação de professores sem a mínima qualificação e da própria falta de contratação de professores porque muitos alunos reclamam da falta de aulas. Mas isto conta no relatório que nós recebemos aqui nessa CPI, eu gostaria de ler aqui rapidinho um trecho para ilustrar o que eu estou dizendo.

A UNIESP tem como política atrair alunos com baixas mensalidades e ofertas de bolsa de estudo. Depois de certo tempo em que o aluno está matriculado a bolsa é reincidida e o aluno constrangido a aderir ao FIES que é o Financiamento Estudantil com valor de mensalidades superior ao que tinha sido oferecido no início do curso.

Os alunos também reclamam de falta de aulas, cobranças indevidas das mensalidades, falta de infraestrutura, junção de classes para suprir falta de professores, queda na qualidade de ensino, atraso no envio ou emissão de boletos, falta de retorno sobre as reclamações e irregularidades no Programa Aluno Pesquisador.

E tem outro item que está registrado aqui que é gravíssimo, que ainda essa pergunta não foi respondida. O Deputado Simão Pedro fez hoje, fez da outra vez, nós reafirmamos também na outra sessão que é a questão da utilização da UNIESP, dessa logomarca que foi proibida pelo MEC. Tem a decisão aqui do MEC proibindo que a UNIESP utilize este UNIESP porque tem a decisão aqui do Instituto Educacional de São Paulo, pratica ação irregular de suas mantidas e de outras instituições de ensino superior que por sua vez utilizam nome comercial diferente da autorizada pelo MEC, qual seja, UNIESP, induzindo os seus estudantes a acreditarem se tratar de uma universidade. É o MEC quem está colocando.

Mas eu gostaria então, além de todas estas questões que nós já levantamos em uma audiência anterior que não foram respondidas a maioria delas, eu gostaria de colocar as seguintes questões para que o senhor José Fernando Costa respondesse.

Primeiramente em relação à pendência jurídica sobre a compra da Faculdade de Diadema. Nós temos aqui uma informação, gostara que o senhor confirmasse, me parece que houve uma decisão jurídica, uma nova decisão jurídica que o antigo proprietário retomou o campus porque me parece que a UNIESP não pagou, não honrou os compromissos com o pagamento da compra do campus de Diadema.

O mesmo acontece com a Faculdade de Taquaritinga, também me parece que há uma pendência jurídica em relação ao pagamento da compra dessa faculdade. Sem contar que nós

recebemos aqui denúncias de alunos que entraram em contato com a Assembleia Legislativa dando conta de que não estão conseguindo, não conseguem receber os seus diplomas, os seus certificados, essa é uma pergunta.

A outra é em relação à Faculdade Santa Izildinha que também foi comprada me parece recentemente pela UNIESP e têm várias reclamações, várias denúncias também principalmente dos alunos dando conta da cobrança de uma taxa de antecipação semestral, do aumento absurdo das mensalidades após a compra, e tantas outras denúncias que eu gostaria que o senhor esclarecesse, mas principalmente em relação a isso. Houve o aumento das mensalidades? Segundo os alunos o aumento inclusive abusivo e os alunos pagam uma taxa inclusive para poder se matricular. Ou seja, houve uma mudança, uma quebra do contrato com a instituição anterior.

Tem outro ponto importante que nós queremos retomar que é a questão de Presidente Prudente, alguns TACs foram assinados com o Ministério Público e nós temos denúncias que persistem ainda que esses TACs não foram respeitados, que a UNIESP não respeitou o Termo de Ajuste de Conduta feito com o próprio Ministério Público do Trabalho. Essas são as questões que eu gostaria de colocar e se a UNIESP continua ainda não depositando o Fundo de Garantia e o INSS dos professores que é uma das principais denúncias apresentadas pelos sindicatos e pelos professores até de forma individual.

O professor tem a rescisão do seu contrato e depois não consegue receber o seu Fundo de Garantia porque descobriu que a UNIESP não depositou o Fundo de Garantia desse professor. Então inicialmente seriam estas as questões até para não complicar um pouco mais, e depois nós voltamos na segunda fase com outros questionamentos.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Vou pedir agora então, ao professor José Fernando que responda a essas perguntas iniciais e depois nós estaremos abrindo os nossos microfones para a platéia. Por favor, aqueles que desejarem usar da palavra se inscrevam com Dona Leda. Professor, a palavra é do senhor.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Obrigado, Presidente, por poder estar aqui esclarecendo todas as perguntas aos nobres Deputados. Iniciando aqui, foram muitas perguntas no mesmo sentido, mas eu vu tentar sintetizar começando pelo nobre Deputado Geraldo Cruz que cumprimento e poder esclarecer todas estas denúncias que surgiram dos sindicatos, surgiram da federação, que realmente o protege os professores, os funcionários.

Eu preciso deixar bem claro estas questões porque, e deixar aqui que está sendo gravado e quem está assistindo à TV Assembleia, vou deixar bem claro estas questões que envolvem sindicato e federação paulista.

Tivemos sim, no final do ano passado uma audiência, eu não me recordo bem a data, lá no Sindicato dos Mantenedores, o SEMESP no qual foi intermediado pelo advogado do SEMESP que representa as Instituições de Ensino, Dr. Kovac e estiveram lá todos os sindicatos tanto de Mogi como de Ribeirão, Campinas, São Paulo, Presidente Prudente, enfim, toda região do Estado de São Paulo.

Foi nomeada ali uma Comissão nossa do Grupo Educacional UNIESP e do Sindicato. O Presidente foi por parte dos Sindicatos foi o sindicalista, me foge à memória, Jamil você que era da Comissão como, Rosival? Celso Napolitano que esteve na última sessão aqui, aliás, na penúltima sessão, última sessão, Celso Napolitano e mais dois membros e mais três membros nosso para fazer justamente reuniões mensais para que seja aclaradas todas estas denúncias para que nós possamos resolver passo a passo.

Tínhamos problemas sim, nobre Deputado, não fujo à minha responsabilidade, tivemos problemas porque acreditamos em um programa do Governo Federal, o Programa do Novo FIES que considero um dos maiores programas criados pelo Governo Federal que dê acesso à oportunidade aos jovens carentes, acesso ao ensino superior.

Considero de fato este programa como um programa da democracia na Educação. Realmente hoje nós podemos dizer a todos, e muitos alunos aqui estudam neste programa que de fato o financiamento estudantil que agora recente mudou o nome para Fundo de Financiamento Estudantil.

Eu tentei mudar o nome porque era importante criar, não era financiamento, eu considero isto como investimento. Educação é investimento, não é financiamento. Então por isso poderia chamar muito bem Fundo de Investimento Estudantil.

Mas o Congresso agora dia 26 de outubro homologou como Fundo de Financiamento Estudantil. Um dos grandes projetos do atual Governo Federal nesse projeto de inclusão de jovens.

Acreditamos nobre Deputado desde o lançamento, eu estive em outubro especificamente no dia 25 se não me falha a memória em outubro do ano passado em uma audiência com o Ministro Fernando Haddad e com o Secretário Executivo Henrique Paim cumprimentando este grande projeto e três dias antes tinham regulamentado o Fundo de Garantia, ou seja, nós poderíamos assinar como fiador para o aluno porque antes não era.

Isso foi aprovado em Medida Provisória em outubro e três dias depois eu estive com o Ministro cumprimentando-o porque com a criação do fundo garantidor, realmente a instituição que

assina pelos alunos na questão junto com o Governo Federal na questão, na pessoa do fiador no financiamento.

Aí consolidou o grande projeto de inclusão. Nós acreditamos nesse projeto,. Abraçamos este projeto, fizemos toda uma mobilização. Diretores, coordenadores, professores, fomos até os alunos, fomos aos nossos parceiros, ONGs e Igrejas, Associações, fomos às comunidades. Eu pessoalmente estive aqui na Zona Sul no Bairro Jangadeiro em um domingo pela manhã para dizer como funcionava o FIES na ONG Janga Mais Ação, estive em vários cultos da Igreja Universal aqui na João Dias.

Depois fizemos um grande vestibular histórico em um domingo na Igreja Universal ali no Brás, tinha mais de 1350 candidatos e fomos a inúmeras igrejas e temos uma parceria muito forte com os evangélicos e com considero importância nesta questão que eles levam a fé e nós estamos levando saber e a oportunidade deles terem uma faculdade com o auxílio do Governo Federal. Deixa eu tomar uma água aqui.

Acreditamos friamente neste projeto porque como eu disse, a missão da UNIESP é levar Educação para todos. Nesse intervalo, é um programa novo de grandes mudanças onde o aluno realmente não precisa mais ter a pessoa do fiador, o aluno pode ter restrição no banco para assinar o contrato. O aluno tem toda a orientação, está disponível. O juro é 3,4, bem lembrado aqui pelo nobre Deputado. Ele começa a pagar depois de um ano e meio.

Então é um programa realmente que consolida e isso eu digo, não é fazer grandes elogios, mas dizer ao nosso Presidente Lula que deixou este grande projeto e disse ele por telefone, quando minha esposa estava internada no Sírio Libanês e nosso médico da família, Dr. Roberto Kalil Filho, ele estava com o Roberto Kalil, minha esposa estava internada.

Foi justamente no dia desse grande evento (ininteligível) foi que por coincidência nosso funcionário e parceiro, na caminha da aí em 68 com o Lula nas carreatas, ele reconheceu. Está aqui presente o nosso motorista, o Aparecido, o Lula chamou ele de “Cidão” e disse a ele e teve a oportunidade de falar sobre o FIES que estava acontecendo. Ele prontamente pediu para que nosso motorista ligasse para mim e eu tive a oportunidade de falar por 10 minutos com o Presidente Lula. Contar realmente o que estava acontecendo com o FIES.

Ele disse para mim, aguarde que vai ter grandes mudanças. O que estava acontecendo Deputado Geraldo? Nós acreditamos no FIES e fomos de corpo e alma. Fizemos toda essa mobilização, temos o nosso parceiro aqui, as nossas ONGs e Igrejas e tivemos a oportunidade de levar milhares de alunos, como disse na Igreja Universal do Brás, para que todos tivessem acesso ao ensino superior.

Foi quando eles nos procuraram e fizemos toda a recepção aos nossos alunos para que recebessem a melhor informação. Foi quando eles foram à Caixa Econômica Federal para assinar o contrato de financiamento, a Caixa não estava preparada e nem tinha conhecimento das mudanças que ocasionaram.

Assim, nós, a Caixa exigia fiador, aí tivemos que levar a lei em mãos criando o Fundo Garantidor. Depois levamos, não, o aluno se tiver restrição no CERASA não pode assinar financiamento. Aí tivemos que ir à Defensoria Pública Federal e colocar a questão e defender o aluno. Aí uma determinação da Caixa e do Banco do Brasil extinguiu a questão da exigência do aluno com restrição. Então, todos os alunos mesmo com restrição, poderiam assinar o contrato da Caixa.

E ainda tivemos outra questão que era exigir ao aluno que tinha que ter feito o ENEM. Mas como o aluno que se formou há 10 anos ou cinco anos atrás fez o ENEM? Aí tivemos nova luta em Brasília e isso ida e vinda, foi quando a Caixa simplesmente começou atender somente a cinco alunos.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Senhor Presidente, perdão. Só pedir para interromper um pouco o professor Fernando, é possível Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Geraldo Cruz.

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Senhor Presidente, eu só queria mais uma vez aqui reconhecer a capacidade do professor Fernando de querer responder a esta Comissão saindo totalmente fora, nós não estamos discutindo aqui o PROUNI que é um excelente programa do Governo Federal, o Lula ou FIES ou, o Lula que foi o melhor Presidente que o Brasil teve em toda a sua história.

Mas enfim, sobre esses TACs assinados no Ministério Público, as perguntas das irregularidades, se o professor pudesse. Eu sinceramente Professor, se não tivesse esse relatório em mãos eu estaria agora fazendo uma Moção de Apoio a V. Exa. se tivesse só ouvido aqui e dando todos os aplausos possível, como foi dado aqui por seus colegas. Mas de fato V. Exa. tem uma capacidade de desviar o foco do assunto, colocar outras questões que foi e é fundamental para o nosso país.

Eu gostaria que se possível, até para que nós pudéssemos ter um relatório dessa Comissão de fato que pudesse contribuir, inclusive a intenção da Comissão, de alguns membros aqui, encaminhar esse relatório para ao Ministério Público, ao Ministério do Trabalho, mas são tantas

questões aqui nesse relatório e pela segunda vez professor, me desculpa a minha franqueza e a minha até simplicidade, V. Exa. sai sempre fora desse assunto aqui dos TACs, dessas multas que o próprio Ministério Público aplicou a Vossa Excelência.

Como está isso? Como está hoje essa relação trabalhista? Se o senhor puder deixar registrado aqui para nós, talvez dê um pouco de tranquilidade para nós. Porque quanto ao debate do ensino, da qualidade do ensino nós já ouvimos tanto de V. Exa. como de outros que compareceram a esta Comissão, mas hoje era para V. Exa. falar específico sobre essas denúncias. Elas são verdadeiras? Esse TAC que V. Exa. mesmo assinou representando seu Advogado no Ministério Público, como eles estão? Estão sendo cumpridos?

Acho que aí talvez nossa Comissão tem pouco mais de meia hora para concluir os trabalhos até meio dia, a gente tem outras atividades, se for possível, professor José Fernando, pediria novamente desculpa à V. Sa., mas se o senhor pudesse ser mais objetivo quanto às perguntas colocadas.

O SR. – (Ininteligível)

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Pois não.

O SR. - Dentro do que o Deputado Geraldo está levantando, eu acredito o seguinte professor Fernando Costa, que pode ter ocorrido de ter dificuldades econômicas, financeiras em uma determinada fase. Então vamos admitir que procede todas aquelas ações.

Dentro deste quadro eu acredito que V. Sa. Tentou fazer um acordo. Muito bem, dentro desse quadro, dentro da linha que o Deputado Geraldo Cruz está levantando, o seguinte, feito o acordo, V. Sa. Está cumprindo? Está sendo recolhido o INSS, não vamos nos esquecer que a retenção da parte do empregado do INSS é apropriação indébita. Dentro deste mesmo quadro, está sendo recolhido o Fundo de Garantia? Todos aqueles acordos que foram feitos com o Sindicato estão sendo cumpridos?

Porque eu acredito que dificuldade todos passam na vida. Se em determinado momento constatado que o empreendimento teria que fazer uma reformulação, foi feito uma reformulação, talvez tenha sido suspensa a compra da Faculdade de Diadema, todo um quadro, a gente gostaria de saber o seguinte. Passado, constatado a crise, feito o acordo, este acordo está sendo cumprido? Basicamente é aquilo que o Deputado Geraldo Cruz levantou e que esta Comissão tem interesse em saber como é que andam aas coisas.

Mesmo porque se não houver uma intervenção firme de V. Sa., vai acontecer problemas para os senhores, para o Estado e para os alunos, coisa que esta Assembleia quer evitar.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL - Pela ordem, Senhor Presidente. Só aproveitando

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Deputado Giannazi, só para concluir aqui o que era interessante ouvir, não é? O Ministério da Justiça do Trabalho condenou a 49 milhões de pagamento de multa e foi recente agora, em 2010 por conta do descumprimento de legislação. Portanto, com todo respeito, professor Fernando, com todo respeito a, eu diria que o senhor trouxe até uma boa torcida aqui, está bem representado, está bem apoiado.

Mas aqui nós estamos falando de fatos concretos, não é subjetivo e nem fomos nós da Comissão que criamos qualquer denúncia, foi o que trouxeram a nós e trouxeram documentado como foi relatado.

Então, repito aqui, o que eu gostaria de ouvir é enfim, respostas concretas com relação a estas questões que V. As. Tem conhecimento e a gente gostaria apenas de ouvir um pouco isso. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Oportunidade dos questionamentos feitos tanto pelo Deputado Geraldo Cruz como também pelo Deputado Vitor Sapienza, gostaria de acrescentar ainda que de fato há um grande abismo entre todas as denúncias que nós recebemos, as denúncias do relatório e tantas outras e o que o Sr. José Fernando Costa está dizendo aqui. A explanação do Sr. Fernando Costa não bate com as denúncias que são muitas.

Nós temos aqui várias delas, e me parece que há mesmo assim, uma expansão. O senhor mesmo disse que continua comprando outras faculdades, agora pelo Brasil afora, foi para o Rio de Janeiro, me parece que está indo para o Norte do país. Eu gostaria de saber se essas compras todas são feitas no que nós conhecemos aqui, usando um jargão Marxista de acumulação capitalista.

Ou seja, do sentido mais selvagem possível, ou seja, essas compras são realizadas com uma super exploração do trabalho dos professores que não são pagos corretamente, do não depósito do Fundo de Garantia, do INSS, também o mesmo acontece com os funcionários e com todas essas

denúncias em relação aos alunos que são pelas denúncias que nós recebemos aqui, enganados pela universidade.

Então, com todas estas denúncias a UNIESP continua expandindo, comprando outras faculdades. Então fica aqui essa nossa pergunta, há uma acumulação selvagem capitalista para manter essas compras?

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Professor José Fernando, nós da nossa parte pediríamos objetividade a V. Exa. nas respostas, mesmo porque essa sessão deverá terminar às 12:30, podendo ser prorrogada para mais tempo durante o dia de hoje até para outro dia, o que nós pretendemos evitar. Então nós pediríamos objetividade para que todas as perguntas dos Deputados e da platéia possam ser respondidas a contento para que nós não precisemos realizar outra sessão como esta. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Presidente, nobre Deputado Geraldo, vou ser bastante breve, mas quis contra um pouco a história porque essa minha luta foi justamente para implantar este programa do Governo Federal que é o FIES. E foi nesta minha luta que fui mal interpretado e fui injustiçado.

Ou seja, hoje Nobres Deputados, estudam oito mil alunos, cerca de oito mil alunos sem receber nenhum centavo em nossas escolas. Ou seja, o Programa ainda está em implantação, está em reformulação em sistema. Isso foi tudo ocasionado pela Caixa Econômica Federal que hoje não é mais o agente financeiro.

Hoje o agente financeiro do programa, depois da conversa que tivemos mudou para o Banco do Brasil que está indo muito bem. Isto é questão de 60 a 90 dias.

Então, muitos alunos que estão aqui presentes podem ter certeza de que estão estudando sem ainda contrato assinado, mas eu não deixei nenhum aluno fora da sala de aula, todos estão estudando.

Então tivemos um momento de desembolso, ou seja, de valores que a gente deixou de cumprir algumas obrigações, mas hoje eu digo aqui à Comissão, nós temos todas as documentações fiscais em mãos, tanto é que ganhamos segunda feira uma licitação pública dentro da Lei 866 e assinamos o contrato com uma prefeitura municipal de Colinas, no Tocantins.

Eu vou repassar novamente, tinha as certidões na última, vou repassar novamente todas as certidões aqui presentes. Seja do FGTS, seja ela da Receita Federal, seja ela do Imposto de Renda, da dívida ativa do Governo do Estado de São Paulo. Tanto aqui também peguei a certidão na, sobre nada consta de falência do grupo, nada.

Está aqui a certidão também. Tributos municipais estão todos aqui em ordem, e temos aqui do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo dando fé de que a instituição não tem nenhum processo de falência, de dissolução, nada! Pelo contrário, temos todas as certidões e passo aqui a relação de todas as filiais com o seu CNPJ que contempla o Grupo Educacional UNIESP para que faça parte aqui e a gente encerre aqui que nós não estamos recolhendo FGTS, INPS, Imposto de Renda, Imposto, nós temos todos os documentos em dia.

Tivemos sim, problemas no primeiro semestre, mas em função de que nós conseguimos com muita luta vencer essas obrigações nossas.

E digo mais, tanto é que os salários estão em dia, nobre Deputado Geraldo, estão em dia, e na segunda feira agora dia 14, foi depositado a primeira parcela do 13º o qual nossa obrigação era dia 30. Então já cumprimos com a primeira parcela do 13º ainda tendo oito mil alunos estudando em nossas escolas sem assinar o contrato com o Governo Federal. Nós estamos custeando e graças a Deus, nosso grande protetor está me protegendo e assim nós estamos lutando.

Então eu quero deixar claro que não há não recolhimento de FGTS, INPS, estão aí as certidões, estão todas aí. Vou anexar o contrato que assinamos segunda feira

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Um minuto, só

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Com a prefeitura

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Deixa eu falar, Deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Senhor Presidente
O SR. – Calma, também não é

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Senhor Presidente, Senhor Presidente.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Eu tenho que falar

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – Presidente, eu gostaria aqui de fazer uma solicitação para que esses documentos que forem entregues sejam analisados rigorosamente pelos Procuradores que assessoram esta CPI do Ensino Superior. E dizer que esses documentos na verdade trazem dúvidas porque me parece que a UNIESP segundo as denúncias depositam apenas algumas dívidas do Fundo de Garantia. Algumas partes, as outras ficam descobertas, foram estas as denúncias que nós recebemos.

Então nós queremos por isso mesmo, fazer uma rigorosa investigação e ver a veracidade de todos estes documentos.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Serão encaminhados, Senhor Deputado, de acordo com o procedimento normais desta CPI e nós traremos à Comissão a resposta depois de analisados. Com a palavra o professor Fernando.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Dando continuidade, obrigado. Vamos esclarecer então esta dúvida que está documentado. Estes documentos nobre Deputado Carlos, você acessa pela internet, certo? Não precisa nem ver a veracidade. Na internet quem libera é o órgão federal, então isso nós temos que estar colocando.

Tanto é que confirma, eu vou passar aqui o contrato assinado com o Município de Colinas no Tocantins, onde a nossa instituição que representa todo o Grupo Educacional UNIESP aqui em questão que é a IESP que eu vou explicar mais a frente. Está aqui assinado o contrato no qual nós participamos da licitação dentro da 866.

Teve Ministério Público presente, teve Juiz de Direito, teve Prefeito, Câmara de Vereadores no qual vamos fazer um trabalho a convite, nós fomos convidados, e o prefeito de lá é do Partido dos Trabalhadores. Esteve aqui nos conhecendo, viu a seriedade e quem indicou ele foi Brasília, ele não me falou quem foi, então, foi Brasília quem indicou a ente para participar porque eu nem conhecia e nem sabia que existia Colinas no Tocantins. Você me desculpa.

Então eu vou passar aqui o documento também do contrato que assinamos aqui, contrato de compra e venda na forma e na condição seguintes que se faz jus. Vendedora Município de Colinas, Tocantins. Outro, como compradora o Instituto Educacional do Estado de São Paulo, IESP.

Na audiência passada, eu anexei também outro contrato que tinha acabado de assinar com o Governo do Estado de são Paulo, o FDE, no qual fomos habilitados para fazer cursos técnicos em todo o Estado de São Paulo.

Então, com isso eu, mostramos aqui certo? Que também participamos há dias e assinamos um contrato com o próprio Governo de São Paulo. (ininteligível) todos os documentos, tem uma Comissão do FDE que é o Fundo de Desenvolvimento da Educação.

Então, acho que vamos encerrar a conversa das certidões porque nós temos todas aí, está paga a primeira parcela do 13º para deixar aí fato consagrado, consolidado e “concretado” estas questões da certidão. Querem ver aos órgãos federais? É só acessar a internet.

Bom, só dando continuidade aqui aos sindicatos, tivemos sim nobre Deputado Geraldo, dificuldades, mas estamos hoje praticamente com 90% de tudo aquilo que nós combinamos com o sindicato acordada. Nós fomos procurados pelo sindicato desde fevereiro e eu não sei por que cargas d’água, certo? Mas para mim há uma orquestração clara e isso eu coloco aqui bem claro, nobre Presidente, para a gente convocar aqui até o SEMESP, que é uma orquestração entre SEMESP e Federação dos Professores muito clara com a tentativa de desarticular o trabalho do Grupo Educacional UNIESP.

Isso não foi dito por mim, foi dito por sindicalistas que fizeram parte dessa reunião que era justamente para criar dificuldades e sim prejudicar, e sim desarticular e vir até a encerrar as atividades da UNIESP. Isso não foi dito por mim, posso trazer a pessoa que disse aqui.

Então, há uma orquestração entre sindicato e digo aqui, entre sindicato que é o nosso SEMESP, que diz que representa a gente, mas elas representam grandes grupos estrangeiros, eu quero aqui levantar aqui, o nobre Deputado Adilson Rossi fez e muito bem, levantar. Eu quero falar desse negócio que é gravíssimo isso aí, e o SEMESP representa grandes grupos estrangeiros, não as instituições brasileiras. E estão muito orquestrados com sindicatos

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Sr. Fernando quem levantou esta questão fui eu e não o Deputado Adilson Rossi.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – A, ok, desculpa. Eu marquei aqui errado.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - Deputado Vitor Sapienza.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Então eu queria deixar bem claro essa posição do sindicato que simplesmente se afastou da UNIESP e sim, começou a trabalhar nos bastidores, me desculpa aqui usar aqui a Casa para promover audiências públicas, para promover articulação contra os Deputados, para que crie todo esse momento que só a UNIESP, só que com a UNIESP está tudo em ordem.

As suas escolas estão muito bem avaliadas pelo MEC. Nós sim, não estamos comprando escolas, nós estamos assumindo escolas em dificuldades financeiras. Vou te citar algumas e responder a pergunta do Deputado. Estamos assumindo algumas escolas em dificuldades e assim vamos continuar fazendo porque eu sou contra fechamento de escola. Porque se fecha uma escola se abre um presídio, abre uma cela para que não tenha oportunidade.

Então a minha luta é assim, não é fechar escola, é abrir escola. Então nobre Deputado Geraldo, a minha luta é essa. Salvei muita escola e vou citar algumas aqui só para levantar. A exemplo dela é Diadema, quero já responder Diadema, eu vou deixar os documentos aqui que foi tão levantado pelo Deputado Carlos e da questão de Diadema que tem um processo, tal.

Esta a nossa advogada aqui que está cuidando e pode dizer do processo como está, certo? Mas eu vou só anexar os documentos aqui. Nós assumimos a instituição e foi dito na reunião passada. Quando assumimos Diadema fazia 15 meses que ela não recolhia o FGTS, fazia quatro anos que não recolhia os impostos de Renda, não recolhia o (ininteligível) do trabalho e nem o INSS. Regularizei todas, todas estas certidões estão regulamentadas. Está aqui, olha.

Nós assumimos a escola com o compromisso de arcar com até cinco milhões e meio da despesa, certo? Oferecemos um milhão e assumimos as despesas. As despesas hoje levantadas, isso lá época já chega a 10 milhões, o dobro do valor acordado no contrato, 10 milhões. Só de impostos que ele não recolhia lá atrás com duas Folhas de salário atrasadas, ele não pagou nem abril e nem maio, porque assumi em junho com duas Folhas atrasadas, sem pagar FGTS 15 meses, quatro anos sem pagar nenhum imposto federal. Eu assumi coloquei em dia, a escola está muito bem avaliada, foi recredenciada semana passada pelo Ministério da Educação. Então, onde vê irregularidade? Não vê, o que estão tentando é se articular para tentar destruir a imagem da UNIESP. Está aqui, o meu advogado está aqui, Dr. Ivan Caiuby Guimarães, vou anexar aqui o resumo, o contrato de compra e venda, está aqui o contrato de compra e venda. Eu assumi cinco, já está em 10 milhões, histórico.

Está aqui, eu vou anexar e o contrato aqui que eu fiz com a Caixa Econômica Federal de parcelamento do FGTS, quando eu assumi tinha 15 meses, está aqui o contrato com a Caixa, e já está pago não tem mais nenhuma parcela em aberto.

E tem aqui os que estavam em aberto, os meses referentes que também eu vou passar aqui o contrato, está aqui. E o resumo da planilha que eu já assumi 10 milhões pagos e a escola foi comprada por cinco milhões, está aqui.

Então eu não vejo aonde dizer, isto está na Justiça, está sendo levantado, então Deputado Carlos, a informação que você recebeu não procede. São pessoas más, que querem destruir ou querem tomar aquilo que depois (ininteligível). E esta escola nobre Deputado, é uma escola que tem todas as certidões também, é uma pessoa jurídica.

Então falando de Diadema, então nobre Deputado, só para responder aqui, nós não temos mais crise. O sindicato que afastou, ele criou uma orquestração junto com o SEMESP, um afastamento da UNIESP. Só que a UNIESP tem uma missão clara que é levar Educação para todos e não vai mudar essa trajetória. E tem responsabilidade sim, primeiro junto ao Ministério da Educação, segundo com os órgãos federais e com os alunos e principalmente professores. Então eu concluo aqui as questões do Deputado Geraldo Cruz.

Quero agora levar aqui a questão do nosso Deputado Sapienza que é a questão holding.

O SR. - Só pela ordem, Senhor Presidente. Eu ouvindo o Sr. José Fernando Costa, eu não posso admitir que o senhor ataque tão frontalmente assim sem provas os sindicatos que representam os professores do estado de São Paulo., que tem como função defender os direitos trabalhistas dos professores.

É inconcebível que o senhor venha aqui atacar os sindicatos que nem estão presentes aqui para se defender. Eu tenho relatório aqui que foi protocolado nesta CPI. É algo sério, são denúncias consistentes e o senhor sabe disso.

Agora, nós não vamos tolerar que o senhor ataque aqui o SIMPROS, a Federação dos Trabalhadores em Educação, é um absurdo isso. Uma afronta a todos os professores inclusive contratados pela sua instituição. Porque eu vejo aqui, tem professores me parece da instituição, tem alunos, mas os professores que estão hoje podem ser as próximas vítimas amanhã e terem o seus direitos suprimidos e não pagos no caso de uma demissão.

É isso o que nós estamos acompanhando. São muitas denúncias contra a UNIESP e agora o senhor atacar os sindicatos é demais.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado, eu quero testemunhar, não tenho autorização para defender o depoente, mas não houve ataque ao sindicato, ele está se defendendo.

O SR. - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Tenho a impressão de que foi respeitoso

(Aplausos.)

O SR. - pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Foi respeitoso
O SR. – Ele é professor?

O SR. - Calma, calma!

O SR. - (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – São posições antagônicas

O SR. - Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Deputado Giannazi é um homem sério, de bastante respeito nesta Casa também, mas neste momento como Presidente eu tenho que promover justiça e pediria aos senhores que não se manifestassem porque isso não ajuda o andamento dos trabalhos. Muito obrigado.

O SR. - Pela ordem, Presidente.

O SR. - Presidente, se fosse para trazer, claro que nós traríamos os alunos que

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Pedro Simão.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Presidente.

O SR. – (Ininteligível) prejudicados que são milhares, inclusive. Eu não sabia que era para trazer também alunos e professores prejudicados pela UNIESP.

O SR. - Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Silêncio! Nós pedimos silêncio.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Professor Fernando Costa

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – E aqueles que desejarem se manifestar que se inscrevam com Dona Leda. Pela ordem, Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Senhor Presidente, eu vou continuar aguardando as respostas das questões, das minhas indagações que o professor ainda não respondeu, mas ele fez uma afirmação que eu queria verificar se ele pudesse esclarecer melhor, professor, quando o senhor, eu escrevi aqui literalmente. “Há uma orquestração entre a SEMESP que é o Sindicato das Mantenedoras patrocinadas por grupos estrangeiros e os Sindicatos de Professores para prejudicar a UNIESP”.

Eu gostaria que o professor esclarecesse um pouco melhor essa afirmação e dizer que o professor também usa sempre essa frase que é “a UNIESP não compra faculdades e sim incorpora”, mas os contratos que ele nos passou aqui são muito claros. Por exemplo, esse do FECOLINAS, comprador Instituto Educacional do Estado de São Paulo, vendedor A FECOLINAS. E esse contrato com a de Diadema a mesma coisa, quer dizer, trata-se de um negócio entre duas partes, não é? Dizendo aqui claramente da compra da Faculdade de Diadema.

Então, é mais por estes termos, professor, que não ajuda muito a gente esclarecer de fato as questões que estão sendo levantadas e eu espero com toda seriedade e respeito que seja oportunidade de fato esse debate aqui para que a UNIESP possa esclarecer e não fiquem dúvidas pendentes em relação ao relatório que foi aqui apresentado, audiência pública e tudo o que já foi colocado aqui. A segunda vez que a UNIESP é chamada para essa reunião. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Para concluir, professor.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Só para complementar aqui, nobre Deputado Celso, aquela audiência proferida aqui dirigida pelo Deputado Carlos Giannazi do PSOL, teve professores, alunos, mas sem apresentar nenhuma prova. Quero deixar registrado isso, nenhuma prova, fez acusação simplesmente, mas sem apresentar nenhuma prova. Eu estou apresentando todas as provas legais e fiz um juramento aqui.

Queria sim, naquela audiência aqui usando esta Casa de Leis, certo? Que fez toda acusação e sem nenhuma prova, aí fica difícil poder se defender. Então, queria deixar só claro isso, nenhuma prova na audiência pública, mas vamos à verdade.

Respondendo aqui, só concluindo aqui, Deputado Geraldo, só apresentar na tela o nosso crescimento de contratação de professores que isso que reflete a qualidade do ensino, a seriedade da instituição, o trabalho sério que todos os professores fazem e os alunos aqui presentes acreditam na instituição.

Então nós saímos em janeiro com 2430 contratações todas pela CLT, vou anexar todos os documentos. E fechamos agora dia 30 de outubro com 3131 contratações de professores e administrativo. Ou seja, tivemos um aumento de contratação de janeiro a setembro, outubro, de 28%. Isso mostra a seriedade da instituição.

Ninguém vem estudar na instituição se ela não faz um trabalho sério, e os professores fazem. Então isso mostra um crescimento em contratação de professores que foi para atender ao Programa do Governo Federal que tem oito mil alunos estudando, eu vou deixar os documentos aqui, inclusive o nome de cada um com CNPJ.

E estão estudando ainda sem contrato assinado por uma questão que o Programa está sendo implantado e suas dificuldades, mas acredito no Programa e acredito que o Governo Federal que prega que a nossa Presidente Dilma diz que só não estuda quem não quer. Isto é o que nós estamos pregando diurnamente, 24 horas e todos aqui da família UNIESP fazendo um trabalho para implantar este projeto.

Então, aqui mostra, o próximo quadro eu queria mostrar, às vezes que o pessoal, não, mas, aqui está a Folha de Pagamento, a evolução que saiu de dois milhões, 600 ou 800 eu não estou enxergando daqui e foi para quatro milhões, duzentos e vinte e seis agora em outubro.

Isso houve um acréscimo na Folha de 47%. Estou suportando porque tenho oito mil alunos ainda para ser assinado e a Caixa Econômica Federal pela sua gestão que hoje não pratica nem um programa mais do Governo Federal, nem o FIES, nem o Programa Renda Mínima, nem o Programa Minha Casa minha Vida e nem o Programa de saneamento que estava tudo lá na Caixa e foi para o Banco do Brasil pela inoperância da Caixa.

Estamos sim, entramos com uma interpelação contra a Caixa Econômica Federal onde tem oito mil alunos estudando às nossas custas, está o retrato da Folha de Pagamento e a contratação. Então saímos de dois milhões e oitocentos, seiscentos e fomos para quatro milhões e duzentos.

Mas eu queria deixar claro que às vezes, como foi dito pelo Deputado Carlos Giannazi que não apresenta prova, fala, mas não apresenta prova, eu não, falo a verdade e fiz juramento aqui perante esta Casa de Leis. Queria mostrara tela a evolução do ganho salarial Carlos, que você diz do Sindicato, mas não tem ninguém aqui. Aquela última reunião aprecia as corujas cochichando para você falar isso ou aquilo outro, tudo coisa do SEMESP.

Eu vou dizer depois o que o SEMESP, do que o Sindicato, vamos falar um pouco a verdade. Aqui, ganho salarial evoluiu o salário médio de um milhão, cento e dezoito, mil cento e dezoito salário médio, e foi para mil trezentos e quarenta e dois. Então houve uma evolução do ganho salarial em nove, 10 meses de 15%, nobre Deputado Geraldo.

Então não houve redução de salário, pelo contrário. Teve um ganho salarial de 15%, isso eu vou deixar com a Folha de Pagamento registrado e todos, então essa é a verdade.

Então, como uma escola que tem crise, que não tem qualidade, que não tem professor, toda essa acusação sem comprovações de prova, mostra esse quadro bem claro da evolução do trabalho da UNIESP. Um trabalho sério dos professores.

E o sindicato diz que defende a classe. Como defende se a escola está crescendo e está afastado nobre Geraldo, desde fevereiro não nos procura, não faz. Pelo contrário, vai ao Ministério público, vai á Defensoria Pública, vai ao Promotor, vai a não sei onde. Eu não sei aonde, parece que eles querem perder o emprego de. Quantos funcionários são? Cadê o quadro dos funcionários? Quantas contratações nós tivemos? Três mil e trinta. Querem prejudicar 3300 contratos de trabalho? É isso o que eles querem?

Então, é por isso que eu falo nobre Deputado Simão, a orquestração. Não é possível uma entidade que representa pode ser contra a própria classe. Mostra as verdades.

Eu quero deixar o documento aqui, vou passar aqui Deputado, a relação aqui de todos os funcionários com a Folha de Pagamento, o registro de cada um. Todos registrados, todos! Não tem ninguém sem registro com na CLT, todos! Com esses quadros anexo vai ver aqui não só estou falando a verdade, mas com documentos, com provas legais.

Então vamos atentar aos fatos e quando trouxer denúncias que nos procure. Para você ter uma ideia nós somos fiscalizados sim, o Ministério Público, Procuradoria, Delegacia do Trabalho, Agentes do INSS, do Imposto de Renda. Ali é um verdadeiro balcão de visitas. Não me aflige em nada, pelo contrário, Carlos. Me faz crescer porque eles apontam aquilo que pode ter algum desvio

e a gente vai e corrige porque a nossa escola é jovem, ela pode cometer erros. Só quem constrói que promove alguma falha. Mas eu vim aqui, se tiver alguma falha minha eu vim aqui corrigi-las.

Então, só para concluir aqui do Geraldo. Geraldo, está aqui os números, a responsabilidade que eu tenho perante o nosso corpo docente e a administrativo e com os nossos alunos que hoje totalizam mais de 45 mil alunos em nossa instituição. Crescemos muito. Veja se o gráfico de crescimento de alunos está aí. Então eu não trouxe, mas em 12 anos crescemos não só por questão de mensalidade, por outros fatores que eu vou elencar.

Vamos agora ao nobre Deputado Vitor Sapienza explicar a questão da holding. Não é holding. Foi aqui mal explicado, é um Grupo Educacional, holding vem de

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Quem falou holding foi V. Exa. na última vez que veio aqui. Deu uma ênfase grande de holding, holding, holding e está anotado, está registrado e está gravado. V. Exa. que falou de holding, não foi criação minha, não.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Ok. Mas se foi dito é interpretação, porque são várias instituições no qual é uma instituição única, é o Instituto Educacional do Estado de São Paulo que (ininteligível) todas certidões que eu vou passar aqui todos os documentos do Ministério da Educação no qual nós promovemos a transferência, está aqui o documento, todas as instituições que assumimos a gente concentra em um único CNPJ por várias questões de responsabilidade perante os órgãos, perante.

Então nós fazemos uma transferência de (ininteligível) que são as faculdades. A faculdade nobre Deputado são instituições credenciadas autorizadas pelo Ministério da Educação, ela não é pessoa jurídica, é uma concessão dada pelo Ministério da Educação.

Hoje eu represento 37 instituições, 38 agora com Colinas do Tocantins, represento juto ao Ministério da Educação essas instituições que eu vou passar aqui os documentos e todas as que foram autorizadas com Portaria do Ministério da Educação e as que estão ainda em processo de autorização. Tem os protocolos aqui que o Ministério da Educação não só analisa a questão de quem está assumindo a idoneidade, como analisa a instituição que está assumindo se tem irregularidade fiscal, como tem a sua vida acadêmica, se tem alguma ocorrência.

Como todas estão sendo transferidas e as últimas agora ainda estão em processo de transferência, eu vou passar todos os documentos aqui para que faça jus. São documentos do Ministério da Educação com publicação no Diário Oficial.

Então todas estas transferências são autorizadas e agregam ao Grupo Educacional UNIESP que eu vou explicar o que é a UNIESP com relação à marca. Então, todas são legais, são autorizadas pelo Ministério da Educação.

Agora dito pelo nobre Deputado Vitor Sapienza, a questão do trabalho estrangeiro nas instituições, é isso nobre Deputado?

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – Perfeito.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Eu venho aqui fazer um relato aqui, que eu estou sentindo como brasileiro, como defende este país que saí da minha profissão justamente para defender a Educação para as pessoas que não tiveram acesso. E vejo sim, um escândalo que está ocorrendo no Mercado, os grandes fundos estão comprando a Educação no país. Vocês estão notando pela mídia.

A última foi a UNIBAN que tem uma história aqui na Cidade de São Paulo bonita. Tem uma história de grandes realizações e grande trabalho, foi comprada por um grupo que ninguém sabe quem é.

Alguém sabe quem comprou o grupo? Ninguém sabe. São fundos americanos, fundos europeus que compraram. Quinhentos e 10 milhões comprados pela UNIBAN. Isso eu só vi no Jornal, quer dizer, o que está acontecendo?

Então, aqui, não só isso, nós estamos vendo vários e vários fundos, vindo ao Brasil e comprando. Comprou recente, a Anhanguera está comprando várias instituições com dinheiro de estrangeiros. Não é dinheiro nosso, dinheiro estrangeiro.

E fazendo coisas que o Ministério da Educação está analisando, não sou eu quem está dizendo, mas o Ministério. Então, você tem a questão da Anhanguera, a questão da Estácio que assumiu uma universidade na Cidade do Rio de Janeiro hoje, assumiu algumas aqui especificamente aqui em São Paulo, a Estácio que ninguém sabe quem é.

Quem controla é um fundo de investimento, a (ininteligível) que comprou uma grande instituição recente lá no Norte, a Universidade UNI, também que ninguém sabe quem é. É muito grave isso.

Eu digo sim, e acho que poderia sim começar os nobres Deputado e Comissão, não só a nível de Congresso como a Assembleia, para começar a ver esse dinheiro que está vindo aqui e comprando a Educação do país. E nós estamos aí vendo.

Agora, a UNIESP não. A minha esposa está aqui, é Vice-Presidente, eu sou o Presidente e respondemos friamente. E já tivemos propostas, Deputado. Várias propostas, mas digo aqui com toda clareza UNIESP é invendível, ela não se vende porque ela é dos brasileiros, não é minha. Ela é dos alunos que acreditam na UNIESP, dos professores que dão de si ali para defender esse crescimento da UNIESP. Não é minha. Eu só estou aqui cumprindo uma missão e quero amanhã passar essa missão para quem vai seguir essa missão da UNIESP.

Então, nobres Deputados, Vitor Sapienza, é muito grave essa questão do estrangeiro comprar toda a Educação. E vou dizer mais aqui, a gente sabe, a gente é assediado pelos grandes grupos como eu não vendi, aí eles começam a me atirar. Aí que eu falo nobre Deputado, a questão da orquestração.

Vê o que o SEMESP, o Kovac foi intermediário da venda da UNIBAN. Ele que promoveu a coisa, ele que está junto com os sindicatos fazendo essa desarticulação com o nosso grupo que tem um trabalho brasileiro

O SR. - Pela ordem, Presidente. Repete o nome de quem foi o intermediário.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Kovac, ele é quem foi intermediário, intermediador da venda da UNIBAN para a Anhanguera.

O SR. - Quem é esse personagem?

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Ele é Diretor Jurídico do SEMESP. Ele pode dizer muitas coisas, e diz que representa mantenedoras junto com os sindicatos. Eles conversam muito nessas questões, nobre Deputado. Essa é a verdade que se corre no meio aqui.

Então, como eles não conseguiram comprar a UNIESP porque ela não está a venda, eles querem desarticular fazendo este trabalho de minar, minando o trabalho da UNIESP. Usando esta Casa de Leis promovendo audiência pública, digo aqui, (ininteligível) qual a preocupação do sindicato com a marca UNIESP? O que interessa a marca UNIESP? O sindicato pode chamar Pedro, Joaquim, Mané. A Marca UNIESP não tem, é problema é sindicalista.

Quem interessa, fez a denúncia no Ministério da Educação? O SEMESP, o Sr. Kovac. Tem inúmeras faculdades isoladas que usa a marca “UNI”. Eu não falo de universidade, eu falo de União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo.

Então, a situação é grave. Por isso que existe uma orquestração entre o sindicato

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – Eu só gostaria de esclarecer ainda que nós aqui desta CPI não temos nenhuma relação com o SEMESP que me parece que é um Sindicato dos Mantenedores, dos donos, dos proprietários, dos empresários da Educação do Estado de São Paulo.

Em nenhum momento aqui houve a participação nas nossas audiências do SEMESP, nós estamos no campo oposto. A nossa relação aqui é com o Sindicato dos Professores, do SIMPROS de todo o Estado de São Paulo e com a Federação dos Professores também do próprio Estado de São Paulo.

Então, agora se o SEMESP que é essa entidade, esse sindicato que representa os donos, os empresários, eu diria que muitos deles são verdadeiros mercadores da Educação, isso não é um problema nosso aqui. E me parece que V. Exa. quer dar a entender aqui, só que nós somos todos adultos aqui, que existe uma orquestração agora de entidades internacionais querendo aqui nos direcionar para destruir a sua reputação, a reputação da UNIESP. Acho que é uma distorção grotesca aqui que não convence ninguém aqui.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Professor, nós pedimos que o senhor se apressasse um pouco para que

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Então, falando aqui, eu sim, vejo com muita preocupação Deputado Vitor Sapienza, essa questão do estrangeiro junto às instituições educacionais privadas do país. Eu só reforço aqui a orquestração em função desse trabalho porque já tentaram comprar várias vezes a UNIESP, o Grupo UNIESP e não conseguiram e nem vão conseguir. Pelo contrário, a UNIESP continua assumindo novas escolas em dificuldade.

Então, muito bem levantado essa questão do trabalho estrangeiro junto às instituições educacionais de São Paulo.

Agora, indo às perguntas do Deputado Simão Pedro, eu quero passar aqui a marca UNIESP no qual disse a quem interessa. Ao sindicato interessa a marca UNIESP? Não. Interessa ao SEMESP.

Então o SEMESP no qual pelo seu jurídico fez uma denúncia ao Ministério da Educação que a UNIESP usava a marca UNIESP dizendo que era universidade e nunca fiz. Nós defendemos, quero passar o documento, só veja aqui no painel Grupo Educacional UNIESP, União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo. Não fala nunca, e os contratos que os alunos assinam não falam em universidade, não fala UNIESP, fala sim, Instituto Educacional do Estado de São Paulo que é pessoa jurídica com CNPJ e faculdade no qual estuda. Faculdade, nós temos 37 faculdades. Aí põe o nome da faculdade, se é Faculdade São Paulo, se é Santa Izildinha, se é Faculdade de Diadema, e outras.

Então eu quero passar o documento aqui que nós entregamos ao MEC nobre Deputado, com relação à marca UNIESP em fevereiro e até agora está tudo em paz com o Ministério da Educação. Eles pediram sim, que nós mudássemos a marca, focássemos mais a questão, houve sim um entendimento com o Ministério, com os técnicos do Ministério e foi-se adequado aí a marca e nós estamos hoje em paz com o Ministério da Educação.

Quero só passar aqui o documento, o ofício que fizemos ao MEC, aqui em mãos e foi protocolado em cinco de fevereiro no qual foi uma denúncia pelo SEMESP na pessoa do Sr. Kovac.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Professor, o senhor está dizendo então que houve, porque o MEC abriu um processo, que é o processo 23 mil, (ininteligível).

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – É 23000.011121/2010-62.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Mas o senhor está dizendo que houve então um acordo com o MEC para uso da marca, do nome UNIESP, não?

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – O Grupo Educacional UNIESP e não mais como UNIESP, Grupo Educacional UNIESP. Estamos anexando o documento e (ininteligível) com protocolo inclusive, dia 09/02/2011, no qual responde ao processo 23000.011121/2010-62. Esse é o processo

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - E o MEC deu por encerrado esse assunto?

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Já estamos constando no MEC e até agora não houve nenhum questionamento e acreditamos que esteja encerrado esse assunto.

Outra pergunta aqui é a questão do FIES, muito bem dito pelo, Programa que nós acreditamos e abraçamos. Só falando rapidamente do FIES, já disse aqui que é um dos maiores programas de inclusão de jovens e quero dizer aqui que estamos sofrendo um pouco, mas acreditamos no programa porque o programa está melhorando mês a mês depois que foi para o Banco do Brasil e passou a gestão do controle, do gerenciamento ao próprio Ministério da Educação.

Quem controlava era o FNDE, o FNDE é repasse então não é para controlar. Aí foi para o Ministério da Educação. Hoje está todo informatizado, você tem acesso a todos, todos os alunos conseguem ver o seu extrato do financiamento, consegue visualizar.

Então hoje, e vem fazendo algumas alterações, recente agora foi permitido a inclusão de novas instituições que só tinham autorização, não tinham avaliação. Permitiu caso de erro de aluno que às vezes aluno quer fazer um curso, mas depois quer fazer outro. É permitida hoje a troca de curso. Então houve um ajuste que está sendo ajustado pelo Secretário de Ensino Superior que estivemos semana passada, por isso que eu não estava na Audiência passada.

Eu estive com o Ministro, estive com o Henrique Paim e estive com o Luiz Claudio Costa justamente discutindo estas questões do FIES e estivemos lá para que o programa do Governo se amplie.

E foi quando nós demonstramos aqui, foi dito aqui no site nosso “o aluno estuda sem pagar nada”. Eu quero explicar isso aqui porque realmente é uma revolução no Ensino. Nobre Deputado Simão, você sabe a dificuldade que o aluno tem. Ele tem medo de assinar um financiamento porque tem que pagar lá na frente.

Então o que diz a lei? Nos cursos de licenciatura, amanhã se o aluno for professor ele não precisa pagar desde que ele esteja em sala de aula por 100 meses seguidos, uma carga horária mínima de 20 horas. Então ele estará isento, não é que ele não vai pagar, um por cento de amortização por mês de trabalho em sala de aula.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Queremos anunciar a presença do Deputado Carlos Cezar, pedimos que tome assento na Mesa se assim o desejar.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Nobre Deputado, então, esse é um programa que o aluno tem assinar o financiamento e depois tem que pagar, exatamente. Só que nós

tivemos hoje, graças a Deus, tivemos hoje uma demanda muito alta no período noturno, Então as nossas escolas hoje estão sem espaço físico para atender toda essa demanda.

Eu não gosto de deixar ninguém sem ser atendido, eles querem ter uma esperança de estudar. Foi quando nós criamos um programa que foi justamente, o aluno estuda de manhã e a tarde sem pagar nada e sem fiador.

Ou seja, através do FIES ele assina o contrato, tem uma Portaria interna, eu quero fazer anexo aqui para que ele de manhã e a tarde, porque a noite realmente a gente não teme espaço para atender toda a demanda de alunos. Estamos com problemas de espaço praticamente em todas as unidades.

Foi que eu incentivei os alunos de manhã e a tarde pelo novo FIES e nós vamos pagar para ele o financiamento lá na frente. Dou o termo aqui, tem uma Portaria que eu vou passar aqui garantindo e um termos aqui, um certificado que a Fundação UNIESP, nós temos uma Fundação no que eu e minha esposa somos Presidente e Vice-Presidente. Responsabilizamos, a Fundação tem 12 anos, tem relevantes serviços prestados junto ao Governo Federal, junto ao Governo do Estado, em vários municípios. Eu sou o Presidente, eu represento, é uma Fundação. Tem vários Programas do Governo Federal, está aqui a Fundação com o termo aqui citado, das nossas responsabilidades

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Professor, só para eu entender, isso é importante. Quer dizer que a UNIESP ela faz com que o incentivo ao aluno contrair o empréstimo via FIES e a UNIESP assume que vai pagar esse financiamento para o aluno lá na frente, é isso?

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Isso! A Fundação UNIESP arca com esse. Nobre Deputado, é uma questão financeira.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Não é uma gestão temerária, senhor Presidente? Ou seja, do que vive a UNIESP então se ela faz isso?

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Deixa eu só explicar. É uma questão simples.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – De onde vem os recursos da UNIESP para pagar os professores, aumento dos professores? Queria entender.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Não vem do estrangeiro, vem suando a camisa de todos aqui, todos os professores aqui. O que vem? É uma simples conta financeira. Ao invés de pegar o dinheiro no Mercado Financeiro para expandir a estrutura física, crescer a estrutura física para atender grande demanda que tem mais noturno, o que nós optamos?

Ao invés de pagar o juro que é altíssimo aos bancos, eu preferi fazer com que de manhã e a tarde faço essa ação social para que o aluno assim, porque têm muitos, mais da metade dos alunos não assinam o financiamento, têm medo de assinar.

Nós damos um documento, faço com que, está ocioso, de manhã e a tarde a escola está ociosa. Eu tenho que ter uma gestão de equilíbrio, então eu vou pagar este financiamento depois que ele se formar, um ano e meio, mais três (ininteligível) a duração do curso a 3,4% ao ano.

Então, ao invés de captar a 1,8 ou 2,2% ao mês eu prefiro incentivar o aluno a estudar de manhã e a tarde que eu tenho ociosidade e o custo será só de professor, nós vamos ter contratação de mais professores, mas está ociosa a escola. Porque pagar para o Mercado Financeiro juros absurdos no Mercado Financeiro, eu prefiro dar Bolsa e dar garantia e o Governo, e esse dinheiro que vem do FIES não vem do Orçamento e nem de contribuinte, ele vem do jogo das loterias.

Tudo o que é loteria uma parte vai para o Fundo de Financiamento Estudantil e os que não pegam prêmio, este ano foi 240 milhões foi para financiar. Então esse dinheiro está parado lá na Caixa agora no Banco do Brasil e nós estamos capitalizando. O Governo quer garantia de que vai receber porque ele vai descontar do meu próprio repasse do que eu sou fiador do próprio aluno Então, eu já sou fiador deles. Esses alunos de manhã e a tarde eu faço esse trabalho porque a noite nós estamos tomados.

Então é uma questão financeira. Nós criamos para que tenhamos um equilíbrio para quem atende um número maior de alunos dentro das vagas autorizadas pelo Ministério da educação. Ficou claro?

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Uma espécie de jogada financeira, vamos dizer assim? Ou seja, o senhor tem a garantia de que os alunos vão ter o financiamento e por conta dos juros baixos o senhor assume a dívida do aluno e com isso tem a garantia de que o aluno vai estudar ali. Ou seja, o senhor tem o aluno garantido.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Não. O Aluno tem duas responsabilidades. Primeiro ele tem que ser bom aluno, ele tem que estudar senão ele não renova no semestre seguinte. Eu estou apostando no talento do aluno, estou apostando no conhecimento dele e

nos nossos professores porque se amanhã eu não tenho os professores que se dedicam, esse aluo não vai arrumar emprego. Eu quero ver ele arrumando emprego.

E outra, ele tem que fazer seis horas de atividade social em instituição de ensino para ele ter este benefício sem pagar nada, trabalhos sociais.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - São exigências do FIES ou é uma

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Não. É uma exigência

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Uma exigência que a UNIESP

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Não, nossa. É nossa pela contrapartida.

Então ele tem uma contrapartida não só de ser bom aluno, mas de fazer um trabalho social junto à comunidade dele. Junto às instituições carentes ali, associações que vão fazer um trabalho coordenado

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Isso não é uma exigência indevida? Porque o financiamento é do aluno. É a família dele quem vai pagar, eu acho que o senhor não podia do meu ponto de vista estar exigindo nada do aluno porque ele, é o nome dele, é o nome da família, o financiamento está em nome dele.

O senhor está fazendo uma exigência a mais, ou seja, é lógico que ele prestar serviço na instituição, mas eu acho que o senhor está invadindo. A instituição está invadindo a privacidade dos alunos, eu não sei se isso do ponto de vista, até da relação contratual mesmo não é uma exigência indevida por parte da instituição em relação a este aluno.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Nobre Deputado, isso entra tudo, gera um relatório mensal. Nós temos um coordenador de projeto social em cada instituição. Eu queria que o senhor conhecesse a nossa instituição, o nosso departamento de projetos sociais.

Isso entra como atividade complementar. Toda essa atividade que se devolve junto à comunidade que é fundamental ele devolver à sociedade aquilo que ele está aprendendo.

Nós estamos fazendo esta concessão, este benefício ao aluno. Ele tem sim, tem que devolver à sociedade. Nós somos uma instituição particular, não somos instituição pública. Então,

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Mas isso é dinheiro público, não é dinheiro da instituição.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Não é dinheiro público, não.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Eu acho que quando o aluno estuda em uma universidade como a USP, UNESP, UNICAMP que o financiamento é público, talvez uma contrapartida seja importante, eu até defendo isso, não é? Mas, ele está contratando um financiamento no Mercado, com juros baixos, mas ele vai pagar de certa forma, de outra forma. Agora, exigir que ele, além disso, dê uma contrapartida, eu acho isso, a não ser que esteja no contrato do FIES.

Agora, a instituição UNIESP exigir isso do aluno de uma forma até meio impositiva, eu considero indevido isso. Gostaria de ter um esclarecimento melhor se isso ocorre, porque eu acho que isso é grave.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Bom, a primeira, que eu falei que ele tem que ser bom aluno, a lei exige. Para ele renovar o próximo semestre ele tem que ter aproveitamento nas disciplinas, isso está na lei. Esse outro ponto que a instituição vai pagar o financiamento é o mínimo que a instituição tem que cobrar para ele ter um envolvimento, e o próprio Ministério da educação na sua avaliação que faz em nossa instituição, tem um item, quarto item além da parte acadêmica, estrutura, biblioteca, enfim, é o envolvimento com a comunidade.

Ele faz esse trabalho socialmente e muitos aqui fazem. E de livre e espontânea vontade nos projetos sociais que eu vou dizer mais a frente. Então, eu não vejo nada aio de cobrar esse trabalho voluntário, que é um trabalho voluntário no qual ele vai ter o seu financiamento pago pela Fundação UNIESP.

Agora ao nobre Deputado Adilson Rossi, deixar aqui, ele está presente Presidente Celso Giglio?

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Ele teve que sair um pouco.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Então “tá”. Eu vou então, depois eu queria justamente, tem duas partes importantes aqui e eu queria só a presença dele. Então, colocando a questão do Deputado Carlos

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Professor, o senhor pode responder porque a sessão está sendo gravada e ele tomará conhecimento através da

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Realmente ele falou aqui das acusações que repercute nas instituições, a questão do TAC, a questão sai no Jornal, que sai sobre a marca UNIESP, que sai na internet, que sai daqui.

Realmente prejudica e muito a instituição, por isso que estou aqui hoje para a gente esclarecer, deixar aqui gravado, vamos passar aos nossos alunos. Realmente traz insegurança ao alunado, professores, coordenadores. Tanto é, vou passar aqui um documento que na última sessão um Jornal de Presidente Prudente que tem uma universidade, o Jornal tem uma universidade.

Olha o que ele colocou aqui na capa do Jornal (ininteligível) Notícia. Diz o seguinte, “Presidente da UNIESP depõe em CPI, não convence e é convocado de novo”. Quer dizer, isso aqui, você imagina lá em Presidente Prudente no qual eu sofri lá com o prefeito que é dono da universidade, que responde a inúmeros processos e seu filho agora foi recém condenado no Rio de Janeiro por desvio de 32 milhões. Usa isso aqui, usa esse trabalho importante que vocês estão promovendo para difamar e escrever um monte de coisa aqui junto com o sindicalista de Presidente Prudente.

Porque o Sindicalista de Presidente Prudente? Ele foi Vereador junto com o Prefeito. Responde processo crime por distribuição de cesta básica junto com o Prefeito. Este é o Presidente do Sindicato que faz acusações aqui ao Carlos Giannazi, que promoveu audiência, que é o sindicato lá de Presidente Prudente.

E sempre nos procurou prejudicar e onde originou aquele TAC de 49 milhões que essa é realmente as causas que chegam até a gente tentando difamar. Mas pelo contrário. Eu estive lá no dia seguinte, fui à Rádio lá e dei uma declaração que está no nosso site, (ininteligível) a minha declaração clara, transparente. Eu tenho uma obrigação com a comunidade de Presidente Prudente e Venceslau.

Então, eu quero (ininteligível) eles usam, fazendo acusações. Queria anexar isso aqui, a foto aqui, passa lá, por favor. Então, nobre Deputado Adilson Rossi, realmente nos prejudica, mas a gente vai até a Rádio, explica à comunidade, explica aos alunos e vamos vencendo a orquestração. Até quando essa orquestra de difamação contra a UNIESP vai, eu não sei por que eu fiz um Check-up recentemente no Roberto Kalil Filho e ele falou que eu tenho mais 50 anos de Educação. Então vão ter que me agüentar mais 50 anos.

Bom, vamos agora a outra, traz sim prejuízo e ele também levantou a questão da instituição que está comprando todas, estrangeira, então reforçando aqui esta questão das questões da estrangeira.

Agora tem o outro lado também, tem jornais que reconhece o nosso trabalho. Não fui eu, foi o Jornal Folha de São Paulo, dita pela jornalista que vocês conhecem muito bem, que é crítica, Elvira Lobato. Escreveu agora no dia 26 de setembro “Faculdades paga ONG e Igreja para captar novos alunos”. Entendeu? Classe de pedagogia da UNIESP uma das que tem modelo voltado para alunos pobres. Ela escreveu aqui o desafio que os alunos estão fazendo para estudar. Ela entrevistou aluno por aluno, foi na residência de alguns alunos da Zona Leste.

Então, nobre Deputado Adilson, às vezes a gente reconhece, é reconhecido. Uma grande jornalista por um Jornal reconhecido que é a Folha de São Paulo, eu quero passar aqui um exemplar, uma Xerox para cada Deputado e anexar também ao processo, à CPI. A gente tem elogio, isso é elogio da Elvira Lobato reconhecendo a instituição como uma instituição que atende aos pobres neste país, para mim é bastante. O resto é deixar a turma latir que faz parte. Nós caminhamos uma caminhada segura e determinada.

Bom, falando agora do Carlos Giannazi, ele falou do PROUNI e do FIES. Bom, vamos falar do PROUNI. Saiu na Folha de São Paulo em 25 de agosto de 2004 quando o Ministro Tarso Genro, Secretário Executivo Fernando Haddad tinha pretensão de lançar o programa FIES, ou o PROUNI, aliás, por determinação da Casa Civil pediu que reunisse todas as instituições no Ministério da Educação e ali saísse um documento de quantas aderiram ao novo programa, o PROUNI que é reconhecido hoje como um dos grandes projetos do Governo Federal na gestão anterior.

Somente de 740 presentes, somente 33 assinaram um termo de adesão ao PROUNI, está aqui na Folha publicado. Das 33 nós tínhamos sete instituições na época, sete CNPJ, assinamos de 33, sete. Isso deu em porcentagem quase 30%. Aqui tem sim, a nossa querida Universidade Bandeirante, UNIBAN, que agora não é mais, é dos estrangeiros. Também fez presença lá, assinou. Instituição Brasileira criada com o trabalho do seu fundador e Reitor que hoje pertence a grupos estrangeiros, não pertence a brasileiros mais. Pertence a Fundos de Investimentos.

A nossa não. A nossa sem fins lucrativos de caráter beneficente e social reconhecida pelo Ministério da Educação conforme certificado que eu já anexei na audiência passada, mas eu vou publicar no Diário Oficial, 08/09/2010, assinada pelo Secretário, vou passar aqui, reconhecida como entidade beneficente social.

Queria aqui anexar também essa matéria do Jornal que reconhece lá em 2004, Deputado Simão, nós acreditamos no PROUNI. Está aqui. Fernando Haddad me pediu, isso eu digo claro aqui, ele me pediu para ajudar a aprovar o PROUNI. Eu fiz, eu e ele na Assembleia, Câmara de Deputados de Educação e Cultura, fiz uma ação contra os interesses da maioria dos grupos, dos grandes grupos, me expus para defender a criação do PROUNI.

Então aqui é verdade e o Fernando Haddad pode confirmar esta história e também o relator do projeto, Deputado do Paraná, relator (ininteligível) que é do Partido dos Trabalhadores na época,

que fez a lei do PROUNI, nós incentivamos e convencemos alguns Deputados de que o projeto era importante, acreditamos no projeto e hoje é dos grandes projetos.

Então, como a acusação do qual eu defendi a criação do projeto, e quero anexar aqui a relação nobre Deputado, a relação de todos os alunos do PROUNI aqui e hoje totaliza 5228 alunos estudando. E minha exigência para eu ter o título de assistente social que hoje é a Bolsa de estudo, a nova lei regulamenta as entidades de assistência social, é Bolsa de Estudos. Eu estou relacionando aqui todos os alunos tirados do programa do Governo que estuda através do PROUNI e a minha cota não chega a 4000 alunos.

E eu estou oferecendo hoje 5200, ou seja, mais de 1200 Bolsas do PROUNI eu estou oferecendo sem ganho, sem benefício nenhum. Então, onde há alguma irregularidade aqui, eu pergunto? Aqui tem provas, então eu encaminho lá a relação dos alunos que estão estudando no PROUNI e foi alegado pelo Deputado Carlos Giannazi que tem irregularidade no PROUNI.

Onde não tem nem o ofício do Ministério da Educação dizendo da irregularidade, pelo contrário, o certificado é levantado, ou seja, a minha reputação junto ao PROUNI é exemplar junto ao Ministério da Educação.

O FIES, ele falou que tem irregularidade no FIES. Tem sim, promovida pela Caixa Econômica Federal. Ela é quem deixou 8000 alunos inseguros estudando nas escolas, mas eu não os deixei fora da sala de aula, pelo contrário. Vocês vão estudar e nós vamos garantir que vamos resolver isso aí.

Estive com o Ministro da Educação e me prometeu resolver essa semana, palavra do Secretário do Ensino Superior Luiz Claudio Costa. Estava lá o Eduardo Fonseca, nosso procurador. Esteve lá conosco e nos prometeu, amanhã estamos indo para Brasília para resolver em definitivo isso. Porque disse bem claro o Ministro, se não resolver eu vou por esses oito mil alunos na rua, vou fazer uma passeata aqui no Centro de São Paulo e o Fernando Haddad não quer colocar esses alunos no FIES, disse isso aí. Aí ele falou, não, vamos resolver.

A Caixa Econômica criou aí, não quer atender pobre, a Caixa só quer atender pessoas ricas. Essa é a verdade. Tanto é verdade que se quiserem que eu anexe documento de todo o processo que a Caixa fez está à disposição, está o nosso advogado aqui o Ivan Caiuby.

Já entramos com uma interpelação junto ao FNDE, junto ao “coiso” e oito mil alunos. Isso está bem claro dito às autoridades, está em documento e uma interpelação judicial. Isso sim.

Então não existe nada de FIES. Bolsa de Estudo, corte. Eu sou o maior defensor de bolsa de estudos para que o aluno tenha acesso ao ensino. Nós temos programa próprio. Exemplo disso são milhares, eu vou anexar documento aqui.

Carlos Giannazi vem sentir o peso aqui de quantos alunos estão estudando com bolsa de 30 a 50 e você diz que eu corto bolsa dele. Sente o peso da responsabilidade aqui. Vem pegar aqui.

(Aplausos.)

Passa às mãos dele. Essa é a responsabilidade social que eu tenho neste país. Olha o peso, dá quase nove mil alunos, dá oito mil, mais os alunos das outras faculdades que estamos incorporando, a (ininteligível). Mais de nove mil alunos bolsistas de 30 a 50%. Então, não é verdade que eu corto bolsa, pelo contrário, eu sou uma pessoa, às vezes até me criticam os meus diretores aí que eu gosto de dar bolsa de estudo, que eles têm responsabilidade.

Se eu dou uma bolsa de 30, eles têm que fazer um trabalho social junto à comunidade, se eu der uma bolsa de 50, ele tem que fazer um trabalho social junto à comunidade, porque de graça eu não dou nada não. Ele tem que dar um retorno à sociedade no qual ele é assistido.

A marca UNIESP nobre Deputado Carlos, acho que já esclareci, então fica a resposta, tem um documento que já anexei. Você falou da faculdade de Diadema, está aí o documento. Você falou da Faculdade de Taquaritinga, olha. Eu vou dizer para você só resumindo a história de Taquaritinga eu fui lá para assumir a escola a pedido dos meus companheiros do Rotary Club, eu sou Rotariano. Fui Presidente do Rotary em Prudente, sou membro do Rotary hoje. Fui para lá para salvar a instituição.

Fazia simplesmente quatro anos que não pagava nada. Nem FGTS, 13º, férias, nada na escola. A escola estava simplesmente largada, a mantenedora era um ex-prefeito de lá certo? Com alguns empresários de lá. Eu fui lá e salvei a instituição, está lá a escola e graças a Deus peguei a escola sucateada academicamente e a semana pensada saiu o IGC, o Índice Geral do Curso publicado pelo Ministério da Educação. Quando eu a assumi tinha conceito dois, fizemos um trabalho de três anos, viramos ela para conceito três.

Então, você falar um negócio, vai ver os processos. Pega os processos antes de falar uma acusação que eu estou lá, que não paguei. Pelo contrário, eu assumi responsabilidades lá e coloquei o salário em dia. Sabe o que fizeram lá? Fizeram empréstimo na conta dos funcionários para os mantenedores, para os sócios Deputado Simão. Eu fui ao Banco do Brasil e acertei tudo, fizemos várias audiências. Fizemos um TAC e paguei todo aquele pessoal que continua na instituição, paguei todos os direitos anteriores. Está lá. Está no processo. Agora vem e fala, às vezes é coisa de sindicalista que não gosta dos professores, essa é a verdade.

Falou da Santa Izildinha. A escola de São Mateus do nobre Deputado Simão, região, ela vinha atravessando dificuldades. A fundadora faleceu, as filhas com dificuldades, nós assumimos.

Ela tinha alguns problemas de arrecadação de imposto, FGTS, digo ao senhor que está tudo em ordem, tudo em ordem a Santa Izildinha. O salário está em dia, tudo em dia. Tinha sim, alguns professores que não tinham registro em carteira porque tinha bolsa da FACESP, outra era funcionária e estava aposentado, outro estava com (ininteligível) de saúde pelo Estado e não podia. Falei, aqui só ficam pessoas com registro e todos foram retirados. Então nobre Deputado Carlos, eu já convidei o Simão para conhecer a santa Izildinha, uma escola que tem um trabalho grande lá em São Mateus e toda Região.

Aqui está o representante da Comunidade de São Mateus, o Jeremias que sabe o projeto que estamos fazendo lá em São Mateus. Fazendo um trabalho nobre, não temos mais espaço a noite. Abrimos de manhã e a tarde nesse programa e estamos vendo mais quatro unidades, eu não sei se veio o nosso parceiro aqui, o Favela que é nosso parceiro lá na Zona Leste.

Ele esteve comigo na semana passada, nós estamos buscando uma escola para fazer locação em Itaim Paulista, Itaquerá, Cidade Tiradentes e tem outra região, qual é? Guaianazes, em Guaianazes. Nós vamos fazer mais quatro unidades e vamos implantar para levar o FIES a toda Zona Leste, agora eles têm oportunidade de estudar.

Santa Izildinha. Agora ele falou Presidente Prudente, o TAC. Esse cidadão que é Presidente do Sindicato, é interessante que eles têm uma velocidade de auto, de se manter no cargo como Presidente. Já faz ali uns 20 dias e o pior, 20 anos ou mais, 20 anos. Incrível que ele emprega e isso que eu levanto (ininteligível) ele emprega em Presidente Prudente a filha, o genro, o tio, a tia, tudo está no cargo lá e pior, quando tem alguma reclamação que vai lá pedir apoio, ah não!

Encaminha aqui para o nosso advogado, o advogado é a filha que ganha 20% de toda ação trabalhista. Então este é o sindicato que representa em Presidente Prudente no qual o Presidente responde a um processo crime junto com o prefeito Agripino de Oliveira Lima, distribuição de cesta básica.

Será que ele tem interesse de nós crescermos lá, nobre Deputado? Nós temos lá hoje cinco mil alunos. Vencemos lá o mal, hoje eu sou reconhecido pela comunidade de Presidente Prudente com título de cidadão. Minha esposa também presente, foi reconhecida pela Câmara Municipal com título de cidadã com trabalhos relevantes sociais, foi a Câmara que outorgou. Então, como pode ter qualquer coisa? (Ininteligível) construímos um templo lá, uma instituição que é reconhecida hoje e a escola foi credenciada com conceito quatro. Então onde Deputado Carlos, existe alguma coisa que incrimine o nosso trabalho, o trabalho dos professores?

Então, eu acho que deixei claro aqui Presidente, com as perguntas aqui dos nobres Deputados, continuo aberto. Só que, eu me esqueci de algo, mas posso dizer aqui com mais alguns documentos aqui, a nossa responsabilidade social, eu quero anexar aqui também, é o programa que somos parceiros do Estado de São Paulo desde a sua criação em 2003. Somos pioneiros junto à Secretaria da Educação, ao FDE. Temos todos aqui, hoje já chegamos a ter quase sete mil alunos, mas aí o Governo anterior diminuiu e hoje estamos com 1849 alunos, está aí no gráfico.

Esses aqui, todos os alunos estudando com o auxílio do Governo do Estado de São Paulo no qual nobre Deputado Simão, eles têm a bolsa integral, mas tem que fazer um trabalho voluntário nos finais de semana na abertura das escolas junto à suas comunidades.

Então tem um trabalho. O Estado está fazendo isso e então aquilo que você nos coloca, eles fazem um trabalho de oito horas no sábado e domingo, 12 horas sábado e domingo.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Para concluir professor.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Eu estou aqui copiando o que o Estado, como o Estado paga para eles estudar e cobra esta questão social, esse trabalho voluntário, nós também vamos pagar o FIES no período manhã e tarde e também estamos cobrando só seis horas de atividade.

Então eu quero passar aqui o documento da Escola da Família. E quero aqui só anexar os documentos e todos os alunos que estão estudando, para concluir, que estão aguardando esta questão do FIES, Caixa Econômica Federal, são oito mil.

Então eu quero deixar anexado aqui também todos os alunos que estão estudando sem pagar nada nas suas escolas. Eu acho que estou esclarecendo aqui a maioria das dúvidas, mas me coloco à disposição. Deixar bem claro que a nossa instituição é invendível. Ela será sempre 100% brasileira. Então eu digo aqui, estou eu e minha esposa, não tem ninguém por detrás. Nossa instituição, e dizem que gente não paga ação trabalhista, que não paga isso. Todas as ações trabalhistas estão sendo cumpridas. Tanto é Deputado, que nós recebemos as mensalidades dos alunos na IESP, a gente não colocou uma cobradora externa para não ter bloqueio judicial.

Ah, vamos por em uma conta, uma cobrança de terceiros para não ter o bloqueio judicial, eu não faço isso. Mantenho lá, se tiver algum bloqueio eu vou ver o que aconteceu porque às vezes um não recolhimento em uma ação cível, ou seja, trabalhista, a gente vai lá e detecta. Nós não temos nenhuma ação trabalhista julgada sem pagar, nenhuma! Todas são julgadas e a gente nem recorre, heim! A gente vai e paga na primeira instância. Faz um acordo e recolhe e todos os tributos são recolhidos.

Então, digo aqui que são inverdades que a gente não paga as rescisões, os acordos. Todos! Temos muito porque a gente assume escolas com problemas, arcamos muito com responsabilidades

dos que se dizem mantenedores, não é? Que são Educadores, mas não cumpriam com as suas responsabilidades.

Então, eu conluo aqui as minhas palavras e convido a Comissão para nos conhecer e a nossa luta. O nosso dia a dia, nossa dificuldade. E fala que não tem diploma, pelo contrário. A gente registra o diploma só na Universidade Federal de São Carlos.

É muito mais caro, mas a gente reconhece. Às vezes está em greve e a gente atrasa, mas estamos solucionando todos os processos. Tem uma equipe de advogados aqui presente, o Ivan Caiuby, temos aqui vários advogados contratados e temos um grande escritório de advocacia para cuidar de todas as ações nossas.

E (ininteligível) resolver todas, fazer acordos em todas. Então, só aqui para concluir as minhas palavras, eu queria que, e seria ótimo que esta Comissão aqui que está discutindo o Ensino Superior Particular do estado de São Paulo, para que juntos, viessem juntos solucionar este entrave que está nos causando e prejudicando oito mil alunos de sair desta angústia, de não poder assinar o contrato. De estar estudando e será que vai continuar ou será que não vai?

Então eu queria aqui, nessa Comissão, chamar o Ministro, chamar a pessoa da Caixa Econômica, chamar pessoal do FNDE para falar que trabalho a UNIESP vem fazendo no FIES.

Agora, acusações? Traga as pessoas para a gente ver, acarear o que é e criou-se um tamanho entrave deixando oito mil alunos inseguros. Graças a Deus nós estamos conseguindo pagar, não sei até quando. Você viu que a Folha evoluiu quase dobrou, mas eu queria aqui junto, para a gente buscar uma solução e eu acredito muito no Ministério da Educação. Palavra do Luiz Claudio, o próprio Paim, Henrique Paim, Secretário Executivo, para que se faça um acordo e a gente possa dar tranquilidade a esses alunos. Para que eles possam estudar com garantia de que tem o financiamento.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Conclui, Professor. Nós temos quatro aqui, pessoas da platéia querendo fazer suas perguntas.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Ok.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Para que nós possamos encerrar, professor.

O SR. - Pela ordem, Presidente. Eu sugeriria a V. Exa. que se abrisse a possibilidade das perguntas e depois o depoente responderia as quatro em conjunto, porque senão nós vamos ultrapassar todinho o horário.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Vai ser exatamente assim, eu só pergunto ao professor se ele concluiu.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Concluí, sim.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Muito obrigado. São quatro perguntas aqui, eu então pediria que o pessoal fosse breve. Ana Maria de Oliveira, da Faculdade Santa Izildinha, por favor. Em pé, por favor, para que todos possam vê-la.

A SRA. ANA MARIA DE OLIVEIRA - Bom, eu quero cumprimentar a Casa, os senhores e senhoras, o Presidente. A minha indagação seria, eu não vim aqui para “tacar” pedra, nem atacar ninguém, eu tenho dúvida em relação à UNIESP porque era Faculdade Santa Izildinha pelo qual eu assinei o contrato e na renovação do contrato, eu estou no quarto ano de pedagogia, meu curso é anual. A renovação do contrato veio semestral em um valor abusivo a mensalidade. Essa é a minha indagação e eu sou PROUNI.

Como todos aqui sabem, não é? Não quero ser repetitiva, que o PROUNI é sim excelente. Eu sou prova disso, tenho bolsa de 50%, mas quero saber dos outros alunos também que lá na instituição pela Santa Izildinha tem outras bolsas, (ininteligível) como ex-alunos, e eu tinha bolsa de escola pública. Eu quero saber se vão manter essas bolsas.

Como o Presidente disse que luta pela inclusão social e lá a nossa comunidade é carente, na Zona Leste, eu quero saber se esse valor de mensalidade é plausível para a Zona Leste, para a inclusão. Seria o serviço social que o Presidente defende.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT - Qual o valor, por gentileza?

A SRA. ANA MARIA DE OLIVEIRA – Setecentos e sessenta e cinco a mensalidade para quem não é bolsista, Pedagogia, curso de Pedagogia. Eu estou no quarto ano, mensal. E o curso era anual e o contrato agora passou a ser semestral.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Lamarck Boco, Diretor da Unidade de Rio Claro.

O SR. LAMARCK BOCO – Excelências, eu desde criança passava em frente à Assembleia Legislativa e tinha profundo, ainda tenho consideração por esta Casa (ininteligível). Sempre gostaria de conhecer, hoje está sendo a primeira vez que entro aqui. Vim a um convite para honrar a Casa onde trabalho que é a UNIESP, como várias pessoas que aqui estão, alunos, professores, doutores, funcionários. Eu gostaria de deixar um registro de descontentamento de que nós fomos tratados como torcida.

Nós não somos torcida, nós viemos aqui apenas honrar a nossa Casa, é o que eu gostaria de deixar registrado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Eu queria esclarecer aqui ao Sr, Diretor que da parte desta Presidência não há e dos demais membros da Mesa nenhum tratamento que os discrimine. Nós apenas procuramos manter o formato da nossa audiência que não é uma audiência de debate e procuramos evitar as manifestações de aplauso ou contrárias.

(Manifestações sobrepostas e inaudíveis.)

O SR. – (Ininteligível) eu tenho (ininteligível), 35 de educação (inaudível)

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Que Deputado

O SR. - Eu não admito isso!

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Que Deputado

O SR. - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Que Deputado o tratou desta forma?

O SR. – (Inaudível.)

O SR. - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Que Deputado os tratou desta forma?

O SR. – Eu vou de novo, eu vou reafirmar e me parece que lhe (ininteligível) eu lamento muito que um professor que relata uma história dessa na Educação, eu estou falando de coisas que está aqui, viu professor. Está defendendo uma instituição que assinou um TAC com o Ministério Público, o senhor está defendendo uma instituição que assinou um TAC com o Ministério Público, não fui eu que assinei.

O SR. - Eu estou defendendo

O SR. - Não fui eu que assinei, a instituição, o senhor falou que veio defender a instituição que trabalha e uma instituição que o senhor trabalha assinou um TAC com o Ministério Público e não cumpriu. É essa a instituição que o senhor coloca todos os seus anos de carreira e de Professor e de Educador. Então nós estamos aqui fazendo o nosso papel e vocês vieram para bater palma para um professor. Vocês não bateram palmas para nenhum Deputado aqui e nenhum Deputado falou mentira.

(Manifestações inaudíveis.)

O SR. - Batia palma toda hora. Toda hora vocês bateram palmas.

O SR. – Pela ordem!

(Manifestações inaudíveis.)

O SR. - Continuo afirmando e lamentando. E é por isso que a Educação não vai para frente, por conta disso.

(Manifestação inaudível.)

O SR. – Pela ordem!

(Manifestação inaudível.)

O SR. – Pela ordem!

O SR. – O negócio é o seguinte, existe

O SR. - Estou falando em meu nome!

O SR. – Em seu nome! Existe um Regimento Interno da Assembleia Legislativa que proíbe, proíbe! Manifestação ou de vaia ou de aplauso. O Presidente e os Deputados cumpriram o Regimento Disciplinar que para a Assembleia é igual a Constituição. É proibida a manifestação quer de apoio, quer de repúdio.

O que o Deputado Cruz fez foi simplesmente, talvez não tenha usado a palavra certa, foi fazer

O SR. – (Inaudível.)

O SR. – Um momentinho só, fazer cumprir o Regimento da Casa. É proibido qualquer manifestação e o Deputado Carlos, meu particular amigo sabe bem que em uma audiência pública na qual eu presidia, estava envolvida a FATEC e a Paula Souza. Eu fui obrigado a dizer a eles o seguinte, Deputado, a continuar essa manifestação eu vou encerrar a audiência e pedir que todos se retirem.

Então o Deputado Cruz cumpriu simplesmente o Regimento Interno da Casa que está acima de qualquer manifestação de professor, de aluno, de CPI. Existe um Regimento e tem que ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Com a palavra o Senhor Renildo Agripino do Campus de Direito. Senhor Agripino, aliás, Senhor Renildo Agripino.

O SR. RENILDO AGRIPINO – Ilustre Presidente, senhores Deputados. É com muito prazer que estou aqui nesta Casa. Até porque, para dar meu testemunho Senhor Presidente, Dr. Fernando.

Eu gostaria de frisar a V. Sa. e aos senhores presentes, eu sou oriundo da Cidade do Recife, Olinda e na verdade eu tive um sonho, na verdade lá em recife não houve nenhuma possibilidade de poder realizar este sonho.

Chegando aqui em São Paulo com muito esforço, com muito trabalho, com muita labuta cheguei ao conhecimento da instituição chamada, esta que nós primamos, essa que nós respeitamos que é a nossa instituição que está localizada ali na Álvares Penteado.

Em outras palavras, eu gostaria de dizer que na verdade a instituição que eu faço parte, a nossa Faculdade no dia 15/10 do mês passado me proporcionou um grande sonho e uma grande realização. Fez com que este oriundo de Olinda pudesse estar ao lado do Dr. Ives Gandra Martins ali na Ordem dos advogados de São Paulo.

E outra coisa interessante ainda, eu gostaria de mostrar a V. Sa., ao Senhor Presidente, qual é a instituição que poderia proporcionar a este aluno oriundo de Recife, de Olinda estar inserido como estagiário na Ordem dos Advogados do Brasil. Aqui está senhoras e senhores esse sonho que está sendo realizado.

Gostaria de parabenizar ao Senhor Presidente, a todos desta Casa e dizer que estou feliz, contente porque esta instituição é séria e tem um nome a zelar. Muito obrigado, essa é a minha fala.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Sr. Jeremias Ribeiro, Diretor da União Central Trabalhista.

O SR. JEREMIAS RIBEIRO - Nobres Deputados, senhoras e senhores, boa tarde a todos. Eu gostaria de deixar registrado aqui o nosso apoio ao nosso Presidente Fernando Costa que tem feito um trabalho exemplar na Cidade de São Paulo, agora em outros estados e convidar os nobres Deputados também para visitar este trabalho que está sendo feito na Cidade de São Paulo.

Parabenizar à Mesa, ao nosso Presidente e ao nosso Deputado Vitor Sapienza que tem um grande serviço prestado à Cidade de São Paulo. Eu já o conheço, já tive oportunidade de estar ao lado dele, parabéns Deputado. Parabéns Deputado Simão Pedro que a semana passada a gente conversou um pouquinho também.

Eu gostaria que o nobre Deputado viesse conhecer este projeto que está sendo feito pelo Grupo Educacional UNIESP e dizer a vocês que São Mateus hoje tem um grande trabalho junto à UNIESP. Primeiramente graças a Deus e depois à ousadia, à eficiência, à capacidade do nosso Presidente.

Fica aqui registrado o nosso apoio a ele e gostaria que os nobres Deputados fossem conhecer este trabalho na Zona Leste e em toda Cidade de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Professor, tem apenas uma pergunta para responder, da Dona Ana Maria de Oliveira.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Respondendo à nossa aluna Ana Maria que faz Pedagogia no quarto ano, que eu tenho o maior carinho porque você vai ser amanhã uma professora. Você vai ensinar o saber às crianças.

E reconhecer a instituição na qual você estuda que agora está na nossa responsabilidade, tem uma excelente avaliação pelo MEC e principalmente nos cursos de Licenciatura. O que me despertou foi justamente eu assumir esta instituição, ela vinha com algumas dificuldades, a gente assumiu justamente para dar continuidade à vida desta instituição que tem um trabalho excelente na Zona Leste, e tem uma avaliação.

O que eu tenho a dizer para você com relação ao preço. Você tem um contrato anual, será respeitado na sua integridade. Os valores das mensalidades ali assinadas serão absolutamente respondidos. Só que as vantagens que a UNIESP está oferecendo aos alunos que estão cursando são melhores da gestão anterior.

É só uma questão de fazer números somar e o desconto, ou seja, os valores são menores. Então não é verdade, falta alguma explicação e a gente cobra valor de antecipação, não tem nada disso. Isso é uma opção de aluno.

O aluno tem três opções para pagamento. Ele pode pagar a vista, ele pode pagar com uma entrada e mais seis parcelas ou as seis parcelas, opção. Isso os alunos entrantes. Para os alunos veteranos será obedecido o contrato na sua integridade, você pode ficar tranqüila e a bolsa de estudo ali oferecida no qual você faz um trabalho brilhante porque você é uma professora assistente, uma professora pesquisadora do Programa da Prefeitura Municipal de São Paulo junto ao CIEE, é isso? Você faz este projeto?

Não, tem este projeto e a gente tem este conhecimento lá da Santa Izildinha em São Mateus que tem vários alunos que tem auxílio do CIEE por ser o segundo professor na Rede.

Então, tudo será obedecido nos contratos, fique tranqüila e pode ter certeza, você está agora em uma instituição que vai dar continuidade à Faculdade Santa Izildinha. Do jeito que estava ela ia ter dificuldades no futuro.

Então, eu tenho a dizer para você o seguinte, quando fecha uma Faculdade, imagine aqueles alunos que estudaram que amanhã vão procurar emprego e fala que Faculdade você estudou? A Faculdade tal. Um exemplo, Diadema. Mas ela fechou! Que Faculdade é essa?

Eu até hoje só abri Faculdade, nunca fechei uma. Estou voltando uma Faculdade que eu criei em 2002 em Ilha Solteira e depois eu deixei lá para alguns gestores, alguns mantenedores da região que tinha faculdade em Pereira Barreto, faculdade em Andradina. O que aconteceu? Passados oito anos o Prefeito Edson Gomes que foi Deputado aqui da Casa me convocou para reassumir a faculdade que eu deixei outro grupo tocar e estou reassumindo a Faculdade de Ilha Solteira que eu criei em 2001. Então esse é o meu trabalho.

Agora, falando do TAC Deputado Geraldo, o TAC é um termo de ajuste de problemas anteriores que eu levantei em Presidente Prudente. Nós éramos duramente perseguidos.

Eu fiquei 90 dias deputado, com Habeas Corpus por quê? Dizia o Prefeito e o sindicato que eu estava construindo um campus universitário que eu tinha decisão judicial de parar as obras que a prefeitura ganhou em primeira instância e precisava demolir. Eu simplesmente, não é que desobedecei a Justiça, eu simplesmente parei as obras para proteger as obras contra enchentes e contra grandes chuvas. Depois recorremos ao tribunal e assim o projeto foi aprovado porque o prefeito não tinha interesse que nós construíssemos um campus universitário.

Então essa é a verdade. Fizemos um TAC pelo caso, criaram muitas coisas, mas o TAC está sendo cumprido, está sendo questionado, tanto é que nós estamos ajudando a APEE, ajudando, a isso já acordado. Temos, já eliminamos algumas multas, estamos resolvendo tudo.

A Dra. Renata que é a Procuradora sabe do trabalho sério nosso e nós estamos negociando par e passo com a Procuradoria. Então, eu estou muito tranqüilo Presidente Celso e membros da Comissão, com a minha responsabilidade. Pode acreditar que nós estamos fazendo a coisa do coração.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Nós agradecemos a

O SR. GERALDO CRUZ – PT – Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Geraldo.

O SR. GEARALDO CRUZ – PT – Senhor Presidente, só para deixar registrado aqui. Primeiro nós não convidamos o Professor José Fernando aqui por conta de acusação nossa, de nenhum Deputado desta Casa. Ele foi convidado, o Professor José Fernando pela segunda vez por conta que a primeira vez ele não teve tempo hábil para esclarecer os questionamentos feitos.

Ele só foi convocado aqui por conta de denúncias formuladas, escrita, aqui tem pelo Ministério do Trabalho, tem TAC assinado no Ministério do Trabalho e não cumprido. Não fomos nós, nós apenas estamos tentando contribuir para que as instituições públicas e privadas funcionem bem e com qualidade, é isso.

Esse é o nosso papel aqui. Encaminhar para o Ministério Público, para quem de direito, Ministério da Educação para verificar esta questão aqui. Não havia que é uma honra de recebê-los

todos na Assembleia, que venham todo dia, a Casa é vossa, é do povo não é do Deputado. Ela é de todos nós.

Sempre recebemos a todos com muito carinho e com respeito. Mas também, nós queremos que seja recíproco o respeito, só isso. Não queremos ser tratados melhor do que ninguém, nós queremos ser tratados igual. Aliás, se quiséssemos, tinha corrigido por diversas vezes a fala do professor que pelo Regimento aqui, que eu tenho divergência e não concordo, teria que ser tratados todos de V. Sa. e V. Exa. e ele usou do jeito que quis falar e ninguém questionou.

Por quê? Porque nós queremos essa relação igual, nós não estamos querendo, aqui ninguém é melhor do que ninguém. Portanto, a maneira como o professor veio hoje aqui, eu repito, é uma maneira desagradável porque a Comissão não tratou ele dessa forma. A Comissão tratou muito bem, foi uma acusação feita e está aqui.

Quem assinou esse TAC não fui eu e nem o Deputado Carlos Giannazi e nem o Celso Giglio. Nenhum aqui, quem assinou foi essa instituição que você representa e não cumpriu. Por não cumprir o TAC assinado, e na minha educação o que eu aprendi dos meus pais, palavra e assinatura não podem voltar atrás. Quem assina tem que cumprir.

Quando deixa de cumprir é porque a pessoa tem um caráter duvidoso, só isso. Simplesmente isso. Não fui eu que assinei TAC com o Ministério Público. Já até assinei quando prefeito de uma cidade aqui em Embu das Artes, eu assinei vários deles e cumpri, porque só assino aquilo que eu sei que posso fazer para tentar manter sempre de cabeça erguida e olhando tranqüilo para as pessoas que confiaram em mim e me deram o voto para que eu pudesse estar nesta Casa de Leis. Muito obrigado.

Então nós estamos aqui fazendo um trabalho que não fomos nós que escolhemos, não somos nós que estamos fazendo denúncias a esta instituição. Possivelmente podemos até fazer, ou defender se for o caso. Nós não sabemos o dia de amanhã, mas as denúncias aqui foram e eu acredito que são verdadeiras porque senão não assinava um TAC.

Quando eu assino é porque devo. Eu tenho certeza de que o Promotor e nem o Ministério Público não botou o revólver ou o senhor assina ou morre! Assinaram e cumpriram, não fomos nós, está certo? Nós desejamos que esta instituição continue crescendo, professor e que trabalhe para melhorar sempre a Educação do nosso país para que a gente possa ter um país de fato desenvolvido e um país com qualidade de vida como o Brasil está caminhando e caminhou nos últimos anos.

Nós vamos torcer sempre por isso. Nós não queremos fechar instituição de ninguém e nem perseguir nenhuma, embora não concordamos que Educação seja um comércio. Infelizmente o Poder Público deixou de investir especialmente no Ensino Superior muito, agora que está se recuperando. Por conta disso que criou tantas e tantas faculdades e universidades, algumas boas e outras um monte de picaretas que tem aí na rua e o nosso trabalho é tentar melhorar o máximo possível.

Portanto eu quero pedir desculpas aqui Senhor Presidente, senhores Deputados se eventualmente, em determinado momento nós falamos um pouco exaltados, mas não é a nossa prática, não é a nossa vontade. A nossa vontade aqui como eu disse é de fazer o melhor possível pela Casa e representar com dignidade aqueles que em nós confiaram e especialmente na minha pessoa. Muito obrigado Senhor Presidente, parabéns pela condução dos trabalhos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL –dar aqui algumas sugestões para a CPI do Ensino Superior tão bem presidida por Vossa Excelência. A primeira delas é que todas as oitivas em relação ao caso da UNIESP fossem encaminhadas para o Ministério da Educação, para que o Ministério da Educação aprofunde as investigações e análises de tudo o que foi dito tanto pelos representantes da UNIESP como também pelos Sindicatos, por nós, pelos alunos e professores.

A segunda sugestão que eu faço é que a nossa competente séria assessoria aqui da CPI possa fazer um breve relatório dando conta da análise também, que tem que ser feita sobre os documentos encaminhados hoje pelo Sr. Fernando Costa, é muito importante que nós tenhamos aqui uma apuração um pouco mais rigorosa pelas pessoas especializadas nessa área para que possamos aqui continuar este debate.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Registrado a manifestação de V. Exa. e encaminhada para os membros da CPI para o nosso debate. Agradecendo a presença de todos. Agradecendo a presença dos senhores Deputados

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Agradecendo a presença do professor José Fernando

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Presidente, deixa eu só, pela ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Pela ordem, Professor.

O SR. JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA – Eu queria colocar duas palavras aqui, Deputado Geraldo e Deputado Carlos. Deputado Geraldo, o senhor pode olhando nos olhos, eu sou uma pessoa de compromisso e sério. Deixei a minha profissão como engenheiro para assumir responsabilidade junto ao Ministério da Educação.

Tudo o que eu assino eu assumo responsabilidade, portanto, eu assinei o TAC e estamos cumprindo. Não tem nada de que não esteja sendo cumprido aqui. Somos uma família de compromisso com a Educação deste país.

Ao Carlos Giannazi que esteve com o Ministro aqui nesta Casa, fez todas estas acusações aqui levantadas por ele, o MEC fez sim, um ofício pedindo explicação de todas as acusações. Eu queria só aqui para concluir, anexar essa resposta nossa que foi feita, ele proferiu aqui essa audiência, depois esteve com o Ministro.

O Ministro me conhece muito bem, da minha seriedade, então, portanto, eu fiz todas as citações levantadas pelo Deputado Carlos Giannazi relatada aqui em mais de 23 folhas ao Ministério da Educação em seis de maio de 2011, que esse processo está lá. Então nós não fugimos e nem fomos citados e nem o Ministério da Educação está ausente, pelo contrário, está presente prevendo toda a nossa responsabilidade junto ao Ministério da Educação.

Respondi a todas as suas acusações feitas ao Ministro da Educação sem provas, mas eu documentei todos com prova que foram quase 60 kg de documentos, passo aqui ao professor.

O SR. PRESIDENTE CELSO GIGLIO – PSDB – Feitos os agradecimentos, declaramos encerrada a presente sessão.

* * *

6.2. Apresentações dos Depoentes

O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA NO ENSINO SUPERIOR

Participação no Desenvolvimento Econômico-Social Paulista

Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP

Prof. Hermes Ferreira Figueiredo
2011



O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP



O SEMESP

Fundado em 1979, o SEMESP congrega as mantenedoras de Instituições de Ensino Superior Privadas de todo o Estado de São Paulo.

Tem como objetivo preservar, proteger e defender o segmento privado de educação superior, bem como prestar serviços de orientação especializada aos seus associados.

O Sindicato, instalado em sede própria na cidade de São Paulo, conta com uma equipe de profissionais especializados nas áreas jurídica, administrativa, econômica, de comunicação, de marketing e eventos, educacional e de informática.



O SEMESP em defesa do Ensino Superior Privado

O SEMESP tem uma posição de liderança e representatividade junto aos mantenedores, ao governo e à sociedade.

No seu papel de preservar, proteger e defender os interesses das IES privadas, o SEMESP ampliou sua interlocução com a sociedade e com o governo.

O SEMESP possui 387 entidades mantenedoras associadas, representando 504 instituições de ensino superior mantidas.



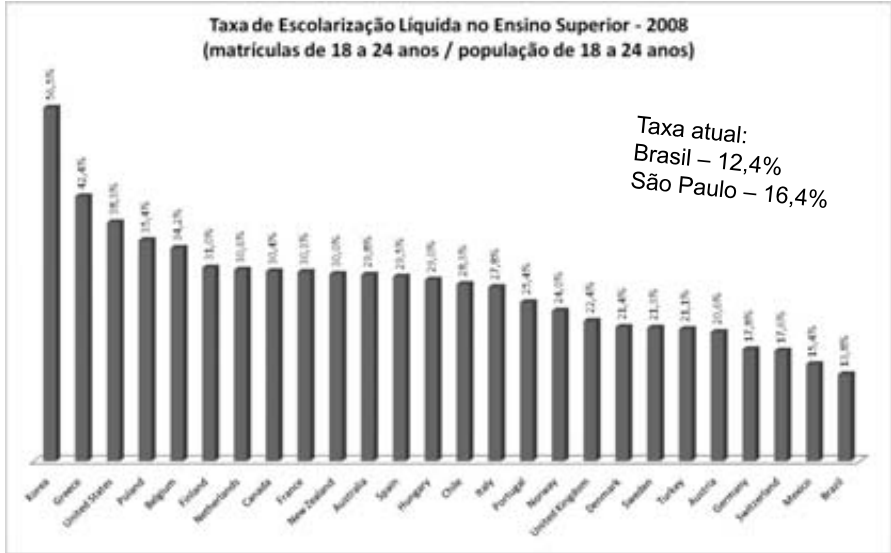
Situação atual da Educação Superior Brasileira

Autorização, avaliação e supervisão do ensino superior privado

- O ensino superior privado está vinculado ao Sistema Federal de Educação
- Autorização e supervisão: Ministério da Educação
- Avaliação: INEP



- A consciência do atraso do Brasil em termos educacionais é fundamental para análise dos desafios ao seu desenvolvimento econômico e social.
- Dois indicadores comprovam o atraso de um século da educação no Brasil:
 - Os Estados Unidos completaram a universalização de acesso ao ensino fundamental no final do século 19, precisamente em 1891. No Brasil, isso só ocorreu no final do século 20.
 - Nos Estados Unidos a proporção dos jovens matriculados no ensino superior no início do século 20 era de 9%, muito parecida com a situação do Brasil hoje: 12% dos jovens estão nas universidades.



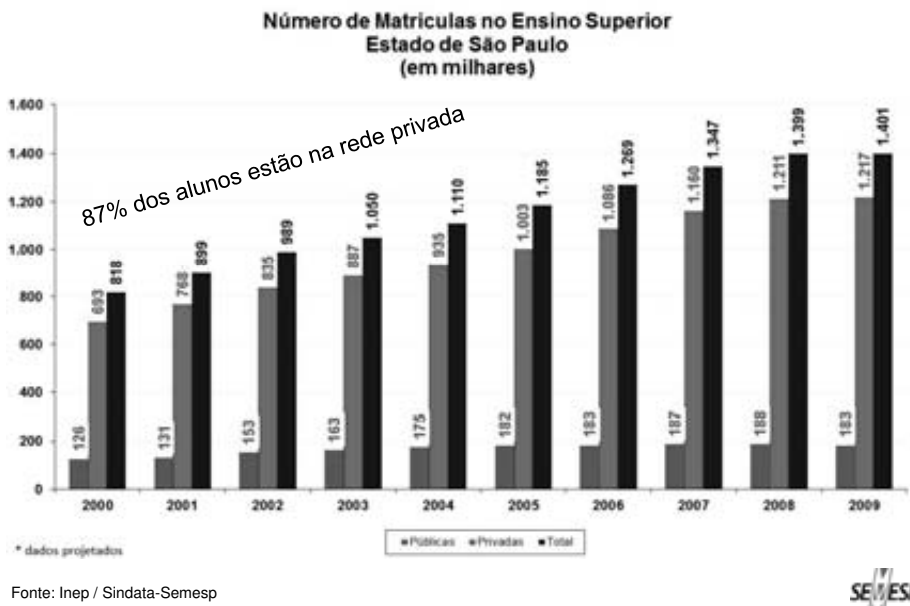
Fonte: MEC/INEP, SINDATA/SEMESP, OCDE



Contribuição da iniciativa privada no desenvolvimento da Educação Superior no Brasil e no estado de São Paulo



Fonte: Inep / Sindata-Semesp



Impacto econômico do setor de ensino superior privado no estado de São Paulo

SETOR PRIVADO DO ENSINO SUPERIOR PAULISTA GERA:

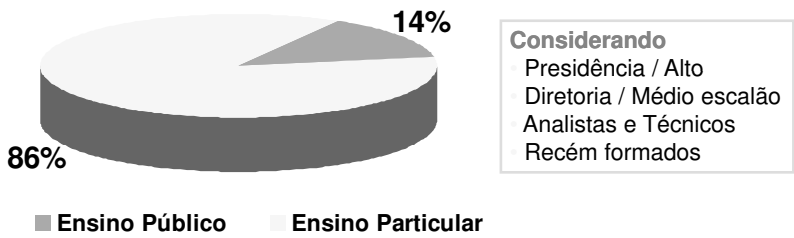
- 117 mil empregos, sendo 63 mil professores e 54 mil técnico-administrativos;
- Faturamento anual de R\$ 7,5 bilhões;
- Massa salarial anual de R\$ 4 bilhões;
- Investimento anual de R\$ 700 milhões (acervo de biblioteca, equipamentos, obras e reformas, etc);
- Geração anual de R\$ 315 milhões de renda indireta (alimentação, moradia, transporte, material escolar, etc.);
- Mais de 8 mil projetos sociais por ano;
- Atendimento a mais de 7 milhões de pessoas por ano.

Fonte: Sindata-Semesp



Impacto do ensino superior privado na formação da mão-de-obra e na empregabilidade no estado de São Paulo

Ensino Particular é o principal responsável pela formação universitária da maioria dos quadros de funcionários das maiores organizações.

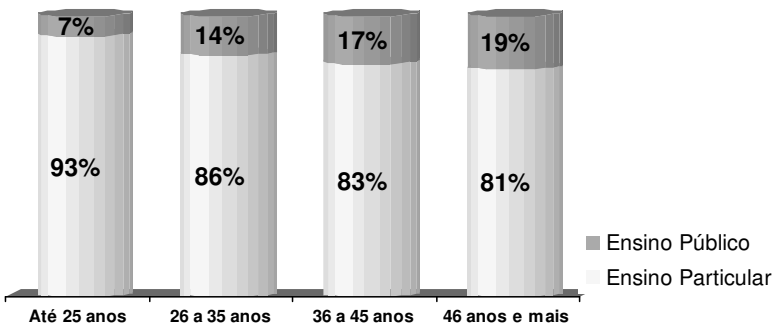


86% dos empregados, com nível superior, nas 500 maiores empresas do Estado de São Paulo são oriundos de instituições de ensino superior privadas

Fonte: Pesquisa SEMESP no Estado de São Paulo



Quanto mais jovem, maior é a força do ensino Particular

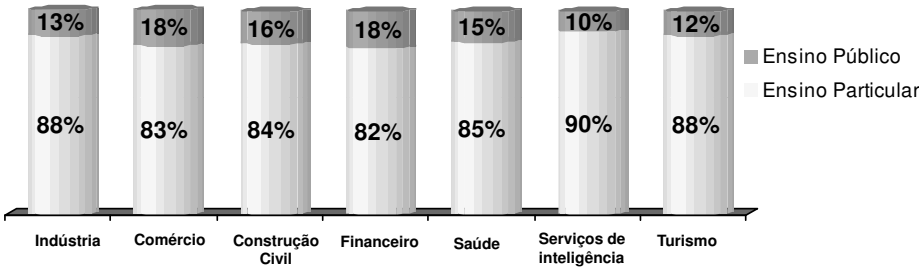


Entre os mais jovens, a empregabilidade do ensino superior privado é ainda maior: 93% dos jovens até 25 anos, com nível superior, nas 500 maiores empresas do Estado de São Paulo.

Fonte: Pesquisa SEMESP no Estado de São Paulo



Força do Ensino Particular está fortemente presente em todos os segmentos



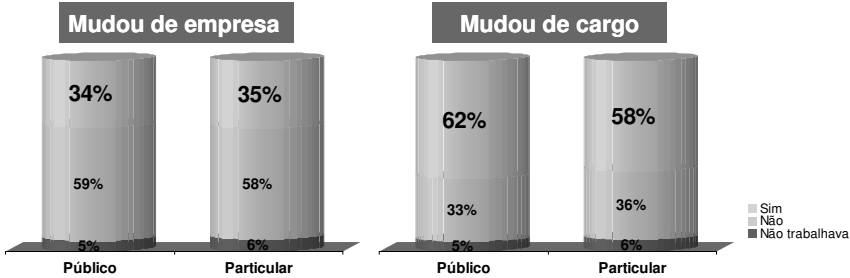
Em todas as áreas, o setor privado de ensino superior é responsável por mais de 80% dos empregados nas 500 maiores empresas do Estado de São Paulo

Fonte: Pesquisa SEMESP no Estado de São Paulo



Crescimento profissional ocorre igualmente entre egressos do ensino Particular e do público para jovens profissionais e técnicos

“Quando terminou o seu curso, ou no ano seguinte você ?”

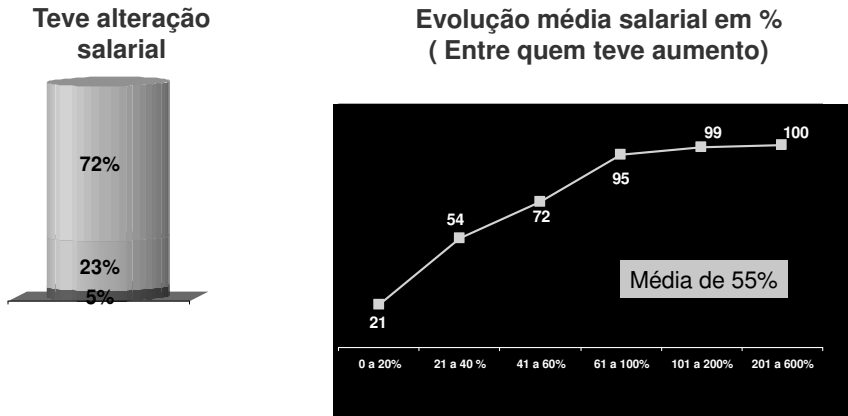


Fonte: Pesquisa SEMESP no Estado de São Paulo



Ensino superior propicia uma elevação salarial média de 55% em ¾ dos jovens profissionais

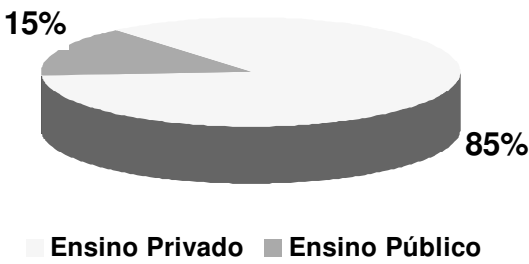
“Quando terminou o seu curso superior , ou no ano seguinte você ?”



Fonte: Pesquisa SEMESP no Estado de São Paulo



Pós-Graduação - Ensino Privado também é o principal formador de cursos posteriores ao bacharelado



85% dos empregados, com pós-graduação, nas 500 maiores empresas do Estado de São Paulo, realizaram o curso em instituições de ensino superior privadas

Fonte: Pesquisa SEMESP no Estado de São Paulo



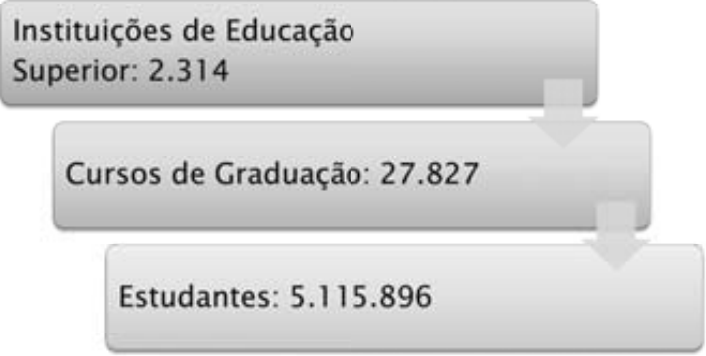
O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES

Diretoria de Avaliação da Educação Superior DAES/INEP
Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e IES

Constituição Federal – CF 88

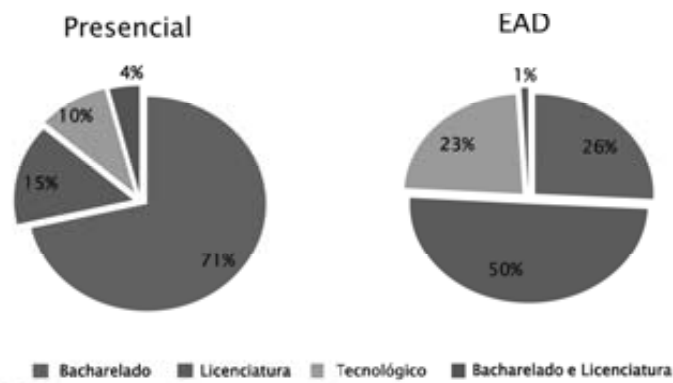
O Artigo 214 define cinco metas a serem alcançadas pelo Estado, sendo uma delas
A MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO

Dados da Educação Superior Brasileira



Fonte: Censo da Educação Superior/INEP/2009

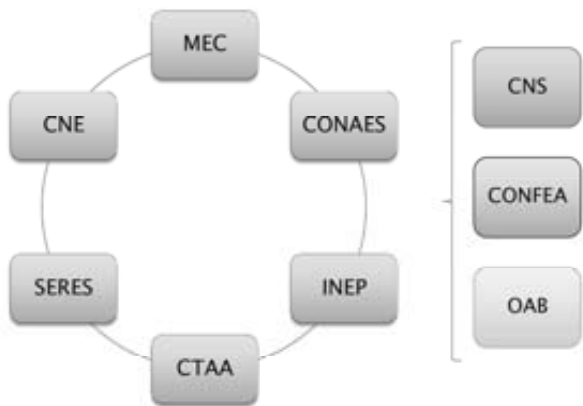
Matrículas em Cursos de Graduação por Grau Acadêmico e Modalidade de Ensino – 2009



Importância da Avaliação

para a Sociedade
• informação
para o Estado
• desenvolvimento de políticas públicas
para a IES
• desenvolvimento do seu PDI, revisão de sua missão, planos, métodos e trajetória
para os Estudantes
• orientação

Instâncias de Avaliação



Legislação

- › Constituição Federal – 88
- › LDB – Lei 9.394 / 96
- › PNE – 2001 e PNE – 2011
- › Lei do SINAES – 10.861 DE 2004
- › Decreto 5.773 de 2006
- › Portaria Normativa nº 40 consolidada em dezembro de 2010

SINAES

- Em abril de 2004, com a aprovação da Lei 10.861, que institui o SINAES, consolida-se definitivamente a idéia de avaliação, tendo como objetivo aferir a qualidade das IES, de cursos de graduação e de desempenho de estudantes, nos termos do Artigo 9, VI, VII e IX da Lei 9.394/96.

LDB – Lei 9.394/96

Art. 45

- › A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas e privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

Art. 46

- › A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de IES, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

OBJETIVOS DO SINAES

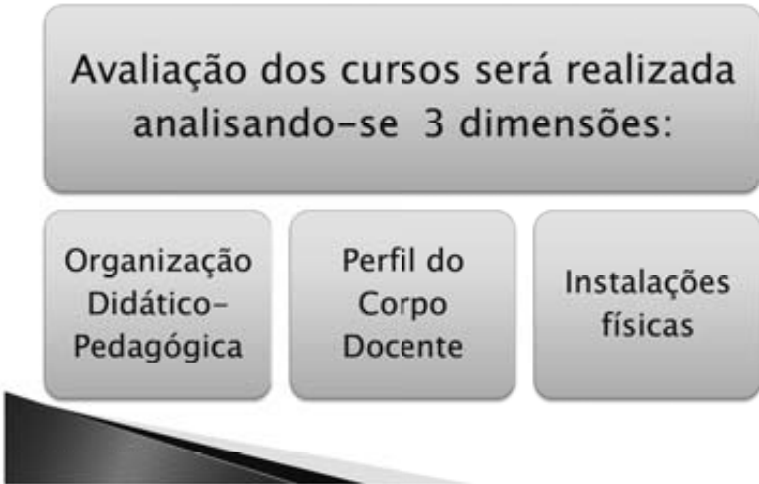
- Melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta
- Identificar mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação
- Promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia.



O SINAES promove a avaliação de



Art. 4



AVALIAÇÃO DE CURSOS

- Tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes

Instrumentos de Avaliação de Cursos

- Possuem 3 DIMENSÕES
- Cada dimensão “n” INDICADORES
- A cada indicador terá os seus CRITÉRIOS DE ANÁLISE

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

- Objetivos do curso e Implementação das Políticas institucionais
- Perfil do egresso
- Número de vagas
- Conteúdos Curriculares e Metodologia
- Autoavaliação
- Atuação do Coordenador
- Estágio e Atividades Complementares
- Atendimento ao discentes

CORPO DOCENTE

- Composição, titulação, formação e regime de trabalho do NDE
- Titulação, formação e regime de trabalho do COORDENADOR
- Colegiado do Curso
- Titulação, regime de trabalho e tempo de experiência do CORPO DOCENTE
- Alunos por turma e número médio de disciplina por docente
- Pesquisa e produção científica

INSTALAÇÕES FÍSICAS

- Salas de reuniões, de professores e de aula
- Acesso aos equipamentos de informática
- Registros acadêmicos
- Livros da Bibliografia básica e complementar
- Periódicos especializados
- Laboratórios

Portaria Normativa 40 de dezembro de 2007 consolidada em 29 de dezembro de 2010

- › Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o cadastro do e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (BASis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Fluxo da Avaliação



Indicadores de Qualidade
Art. 33B, I e II, Portaria 40

- › De cursos superiores: o Conceito Preliminar de Cursos (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 5 de agosto de agosto de 2008;
- › De Instituições de Educação Superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC).

IGC
Portaria nº40

O Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) é um indicador de qualidade de instituições de educação superior que considera, em sua composição:

- A média dos últimos CPCs, contando o ano do cálculo e os dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada curso.
- Média dos conceitos CAPES, também ponderada pelo número de matrículas de cada um dos programas de pós graduação.
- Distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino.

CPC
Portaria nº40

O Conceito Preliminar de Curso - CPC consubstancia diferentes variáveis que traduzem resultados da avaliação de desempenho de estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. O conceito preliminar se constitui elemento de referência nos processos de avaliação para subsidiar a renovação de reconhecimento dos cursos de graduação.

CRONOGRAMA – CICLO SINAES
Renovação de Reconhecimento de Cursos e Avaliação Institucional Externa



Ciclo Avaliativo do SINAES

- › Todos os cursos avaliados a cada três anos: inicia-se pelo ENADE (aplicado aos estudantes nas áreas definidas anualmente por Portaria Ministerial) e posteriormente realiza-se a avaliação *in loco* dos respectivos cursos e IES.

Conceito Enade

Calculado para o curso da IES, localizada em um município, considerada uma área de avaliação. A nota do curso inclui o desempenho dos alunos nas provas de formação geral e componente específico.

Objetivos – Enade

Contribuir para a avaliação dos cursos de graduação por meio da verificação das competências, habilidades e conhecimentos desenvolvidos pelos estudantes;

Aferir o desempenho dos estudantes no que se refere ao uso, síntese e integração de conhecimentos adquiridos ao longo do curso;

Possibilitar aos cursos o acompanhamento dos resultados de suas ações pedagógicas;

Avaliar comparativamente a formação oferecida pelas IES aos estudantes das respectivas áreas avaliadas.

Cursos do ENADE 2010

Agronomia	Biomedicina	Educação Física
Enfermagem	Farmácia	Fisioterapia
Fonoaudiologia	Medicina	Medicina Veterinária
Nutrição	Odontologia	Serviço Social
Tecnologia em Agroindústria	Tecnologia em Agronegócios*	Tecnologia em Gestão Ambiental*
Tecnologia em Gestão Hospitalar*	Tecnologia em Radiologia	Terapia Ocupacional

*Novos em relação ao ENADE 2007

Cursos do ENADE 2007

Agronomia	Medicina Veterinária
Biomedicina	Nutrição
Educação Física	Odontologia
Enfermagem	Serviço Social
Farmácia	Tecnologia em Agroindústria
Fisioterapia	Tecnologia em Radiologia
Fonoaudiologia	Terapia Ocupacional
Medicina	Zootecnia

Competência da DAES/INEP

Elaborar instrumentos de avaliação

Operacionalizar procedimentos

Constituir banco de avaliadores e capacitá-los

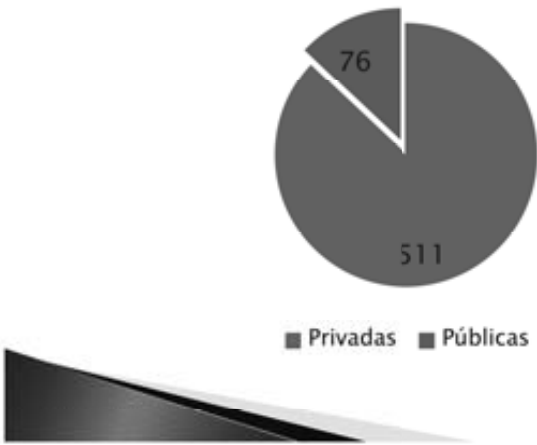
Orientar as IES sobre a avaliação

Realizar avaliações e acompanhar CTAA

Cursos do ENADE 2008

Arquitetura e Urbanismo	Biologia	Ciências Sociais
Computação	Engenharia	Filosofia
Física	Geografia	História
Letras	Matemática	Pedagogia
Química	Tecnologia em Alimentos	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Tecnologia em Automação Industrial	Tecnologia em Construção de Edifícios	Tecnologia em Fabricação Mecânica
Tecnologia em Gestão da Produção Industrial	Tecnologia em Manutenção Industrial	Tecnologia em Processos Químicos
Tecnologia em Redes de Computadores	Tecnologia em Saneamento Ambiental	

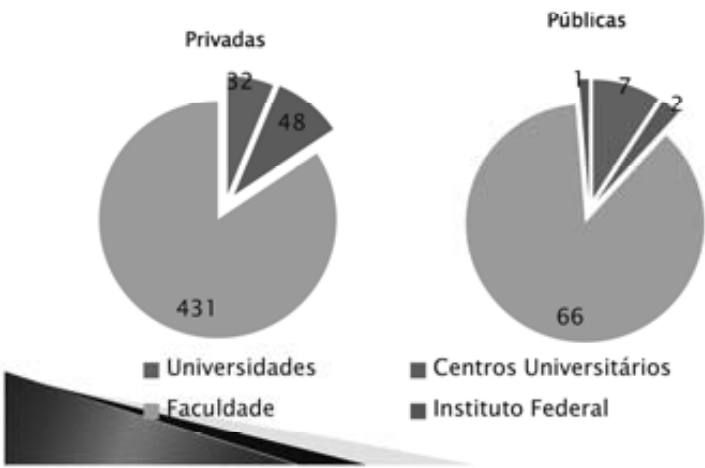
Quantidade de IES no estado de São Paulo: 587



Cursos do ENADE 2009

Administração	Arquivologia	Biblioteconomia
Ciências Contábeis	Ciências Econômicas	Comunicação Social
Design	Direito	Música
Psicologia	Secretariado Executivo	Teatro
Turismo	Relações Internacionais	Estatística
Tecnologia em Design de Moda	Tecnologia em Gastronomia	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
Tecnologia em Gestão de Turismo	Tecnologia em Gestão Financeira	Tecnologia em Marketing
Tecnologia em Processos Gerenciais		

IES por categoria administrativa

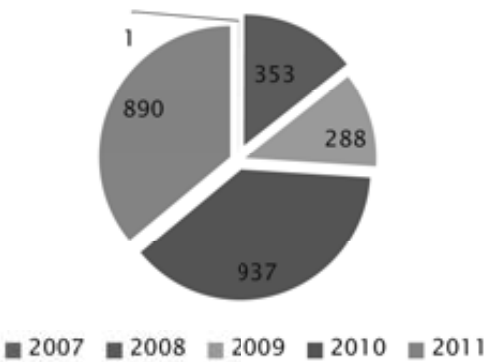


Quantidades de cursos no estado de São Paulo : 8.651

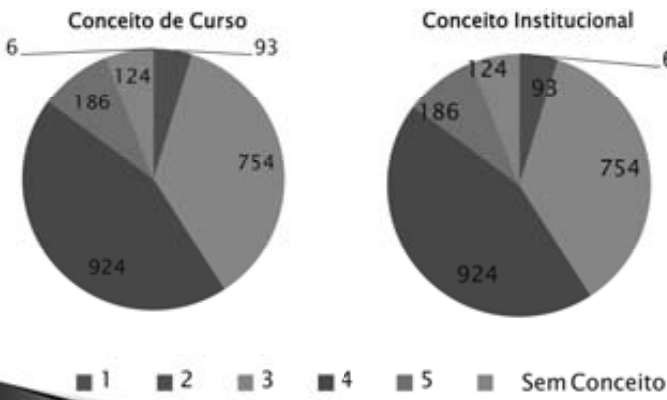
Bacharelado	4757
Licenciatura	1732
Tecnológico	2162



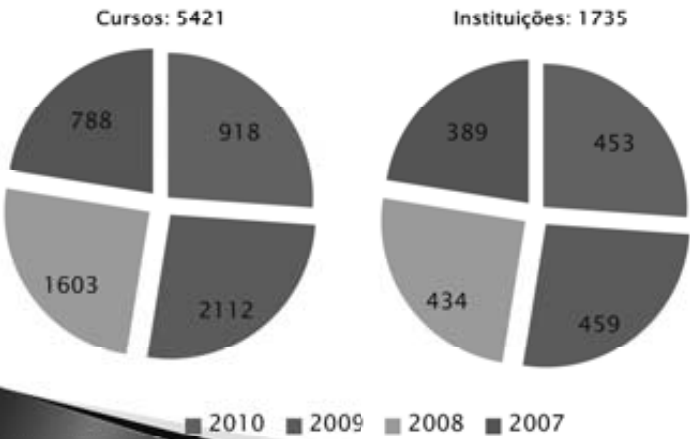
Quantidade de Processo Avaliados no sistema e-MEC: 2469



Resultados das Avaliações



Levantamento participação Enade/ Ano



Agradecemos pela atenção

Diretoria de Avaliação da Educação Superior
Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e de Instituições de Educação Superior

Diretora

• claudia.griboski@inep.gov.br

Coordenadora-Geral

• suzana.funghetto@inep.gov.br

CENTRO PAULA SOUZA

GOVERNO DE SÃO PAULO

Futura Sede, na Nova Luz

www.centropaulasouza.sp.gov.br

CENTRO PAULA SOUZA

GOVERNO DE SÃO PAULO

LEI 9394/96
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

TÍTULO IV
Da Organização da Educação Nacional

Formação de gestores
Julho de 2011

www.centropaulasouza.sp.gov.br

CENTRO PAULA SOUZA

GOVERNO DE SÃO PAULO

- Artigo 8º - União, Estados e Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.
 - § 1º - União – compete a coordenação e articulação
 - § 2º - Dá liberdade de organização aos Sistemas.
- Artigo 9º - A União: (dentre outras)
 - Elabora PNE
 - Organiza, mantém e desenvolve os órgãos e instituições oficiais do sistema federal
 - Assegura processo nacional de avaliação
 - Baixa normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Artigo 10 - O Estado (dentre outras)

- Organiza, mantém e desenvolve os órgãos e Instituições oficiais do seu sistema
- Define formas de colaboração com os Municípios
- Autoriza, reconhece, credencia, supervisiona e avalia os cursos e IES de seu sistema
- Assegura o ensino fundamental e oferece, com prioridade, o ensino médio.

Artigo 11 – O Município (dentre outras)

- Oferece educação infantil e, como prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Artigo 16 – Sistema Federal:

- Instituições mantidas pela União
- IES privadas
- Órgãos Federais de Educação

Artigo 17 – Sistema Estadual:

- Instituições mantidas pelo Poder Público Estadual
- IES municipais
- Instituições de Ensino Básico privadas
- Órgãos Estaduais de Educação

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Título V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino.

Capítulo II

Da Educação Básica

Seção IV A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Capítulo IV

Da Educação Superior

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Artigo 44 - A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

- I - cursos sequenciais por campo de saber
- II - de graduação, compreendendo cursos tecnológicos, de bacharelado ou de licenciatura
- III - de pós-graduação, compreendendo programas e cursos
- IV - de extensão

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Cursos Superiores

“Pós-médios”

Cursos Sequenciais

Formação específica – 1600 horas

Complementação de estudos – até 1600 horas

“Graduação”

Levam à obtenção de grau acadêmico

Bacharelados – 2400 a 7200 horas

Licenciaturas – 2800 a 3200 horas

Tecnológicos – 1600 a 2400 horas

“Pós-Graduação”

Programas e Cursos

Levam à diplomação:

Programas de Mestrado e Doutorado

Certificados:

Cursos de Especialização –(inclui MBA)

“Extensão” – Cursos

Levam a Certificados

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Características - Graduação

Bacharelado

Licenciatura

Tecnologia

Graduação

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Modelos Formativos

B

T

Básico

L

www.centropaulasouza.sp.gov.br



- ❑ **Artigo 45 – IES podem ser públicas ou privadas e terem diferentes graus de abrangência.**
- ❑ **Artigo 46 - Autorização e o reconhecimento de cursos passam a ter prazos limitados, com renovação periódica após processo de avaliação.**

www.centropaulasouza.sp.gov.br



- **Artigo 48 – Diplomas têm validade nacional.**
- **Artigo 49 - Aceitação de transferência (vagas), por processo seletivo.**
- **Artigo 50 - Aceitação de matrícula em disciplinas (vagas), por processo seletivo.**
- **Artigo 51 – Efeito do processo seletivo sobre o ensino médio.**

www.centropaulasouza.sp.gov.br



- **Artigos 52 – As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:**
 - I - produção intelectual institucionalizada**
 - II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;**
 - III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.**

www.centropaulasouza.sp.gov.br



- **Artigo 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades:**
 - I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior**
 - II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;**
 - III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;**
 - IV - fixar o número de vagas;**
 - V - elaborar e reformar seus estatutos/regimentos;**
 - VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;**
 - VII - firmar contratos, acordos e convênios;**

www.centropaulasouza.sp.gov.br



- **Artigo 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades:**
 - VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;**
 - IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;**
 - X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.**

www.centropaulasouza.sp.gov.br



- **Artigo 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.**
- ...
- § 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

www.centropaulasouza.sp.gov.br



- **Artigo 55 – Provimento de recursos da União para as suas IES.**
- **Artigo 56 – IES públicas devem obedecer ao princípio da Gestão Democrática (artigo 206 da Constituição)**
 - **Assegura existência de órgãos colegiados deliberativos**
 - **Participação da comunidade externa**
 - **Mínimo de 70% de docentes nos colegiados**
- **Artigo 57 – Nas IES públicas, os docentes ficam obrigados a um mínimo de 8 horas semanais de aulas.**

www.centropaulasouza.sp.gov.br

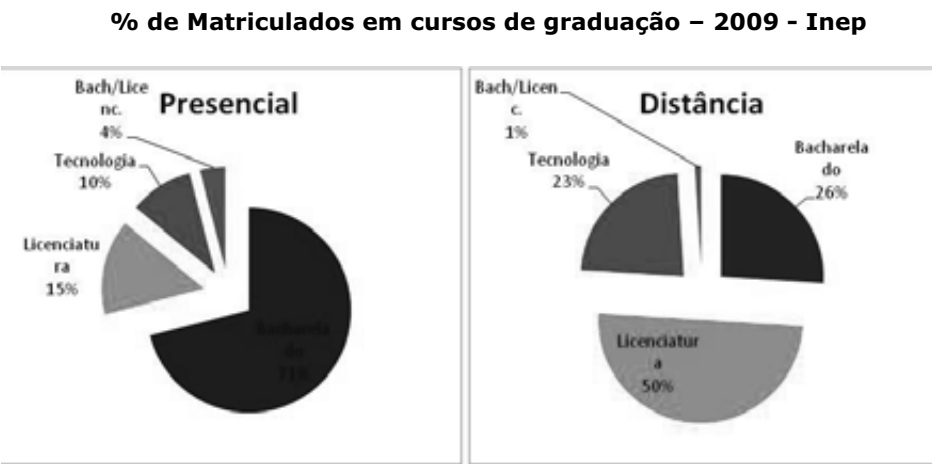


O BRASIL E O MUNDO:

FORMAÇÃO SUPERIOR, EM ESPECIAL EM CURSOS DE TECNOLOGIA OU SIMILARES

Formação de Gestores
Julho de 2011

www.centropaulasouza.sp.gov.br

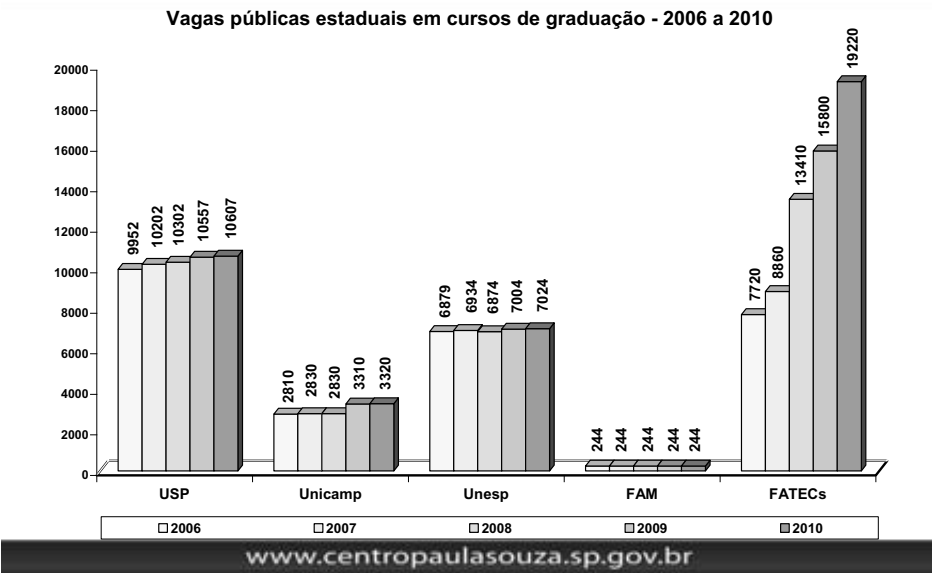
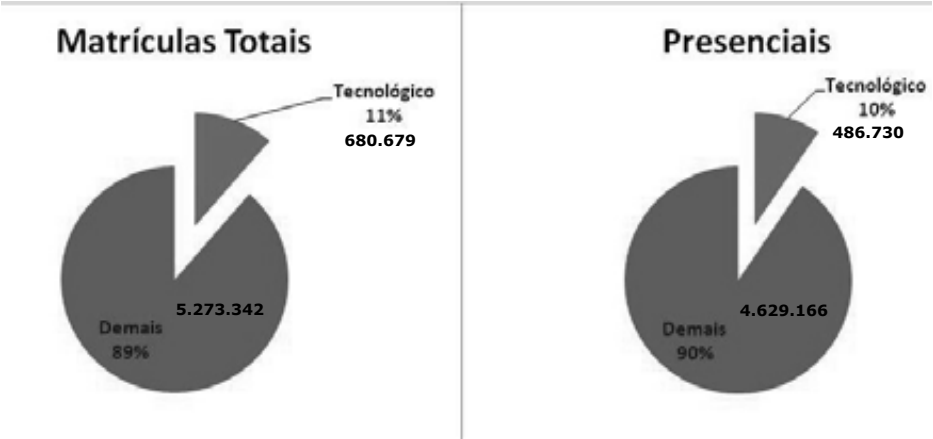


Matriculados totais e cursos com mais matrículas – INEP-2009

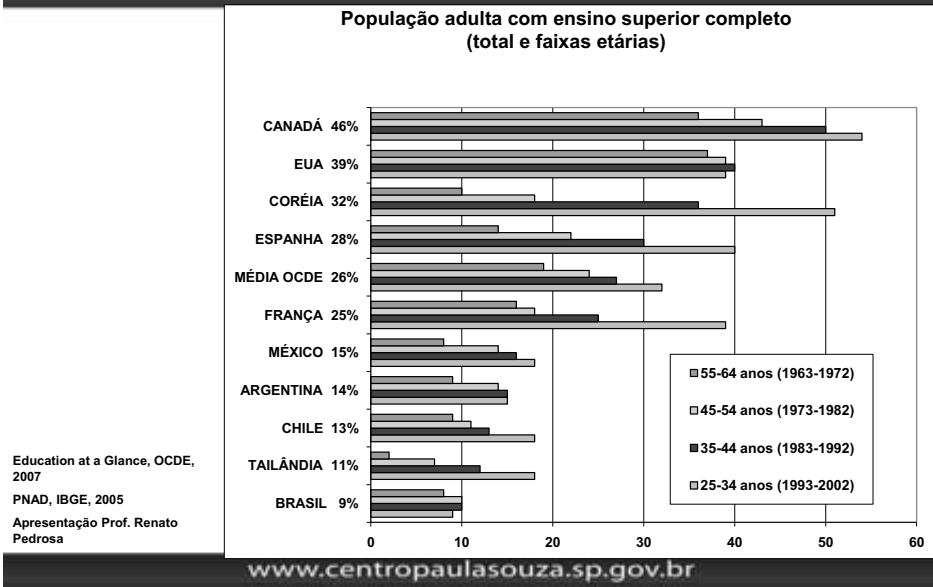
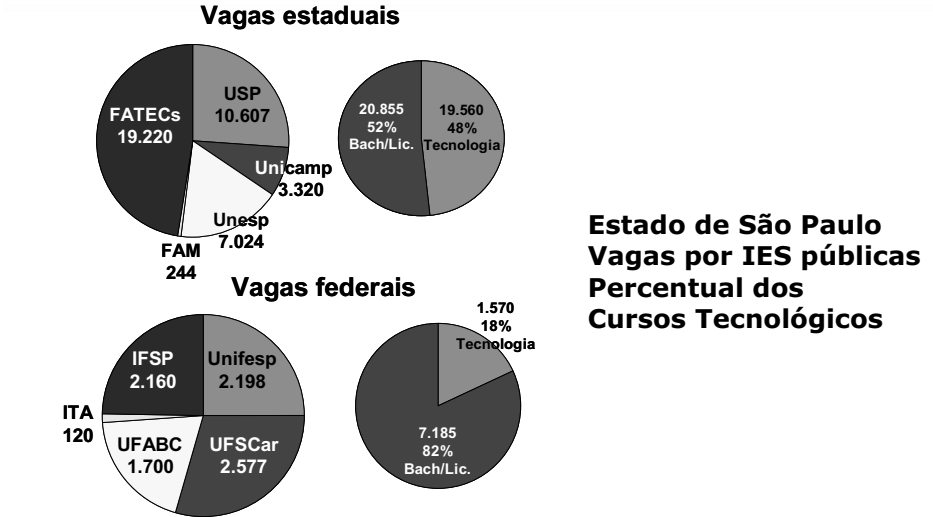
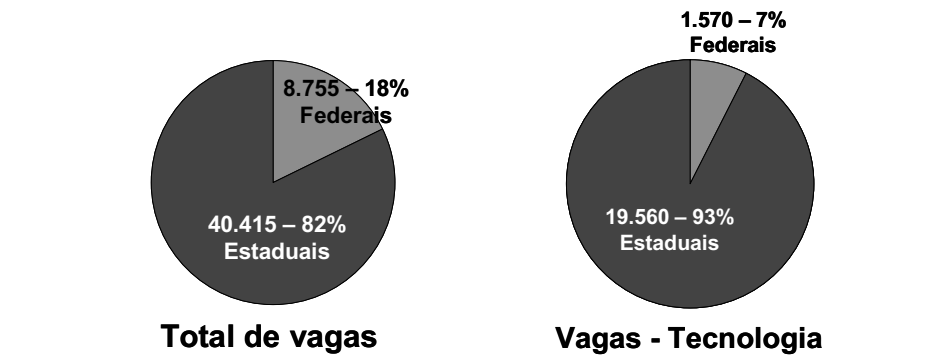
Curso	Total		Presencial	
TOTAL	5.954.021	100%	5.115.896	100%
Administração	1.102.579	18,5%	874.076	17,1%
Direito	651.730	10,9%	651.600	12,7%
Pedagogia	573.898	9,6%	287.127	5,6%
Engenharia	420.578	7,1%	419.397	8,2%
Enfermagem	235.804	4,0%	235.281	4,6%
Ciências Contábeis	235.274	4,0%	205.330	4,0%
Comunicação Social	221.211	3,7%	205.409	4,0%
Letras	194.990	3,3%	145.241	2,8%
Educação Física	165.848	2,8%	163.528	3,2%
Ciências Biológicas	152.830	2,6%	133.204	2,6%
Outros Cursos	1.999.279	33,6%	1.795.703	35,1%



Participação dos cursos tecnológicos



Estado de São Paulo – vagas públicas e gratuitas



Principais Problemas

- Nos cursos tecnológicos:
- Preconceito;
 - Corporativismo;
 - Confusão com cursos sequenciais;
 - Discussão sobre a regulamentação profissional



Vantagens e perspectivas

1. Expansão
- Maior visibilidade;
 - Mais informação, menos preconceito
2. Referencial público
- Quantidade de cursos públicos consegue manter um referencial para que a sociedade consiga entender o que podem ser esses cursos

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Condições para o desenvolvimento do ensino.

Formação de Gestores
Julho de 2011

www.centropaulasouza.sp.gov.br



- 2.1. Corpo Docente:
- * Titulação docente.
 - * Dedicação docente.
- 2.2. Corpo Discente:
- * Comprometimento.
 - * Dedicação discente.
- 2.3. Instituição/Governo
- * Valorização e respeito.
 - * Infraestrutura.
 - * Fomento.

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Importância de atividades curriculares que desenvolvem a “pesquisação”

Formação de Gestores
Julho de 2011

www.centropaulasouza.sp.gov.br



1. Trabalho de Graduação (TG) (TCC ou outro nome que indique essa atividade)

www.centropaulasouza.sp.gov.br



2. Atividades autônomas de projetos

Integração, através do desenvolvimento de um projeto, das disciplinas de um dado semestre do curso. Podem fazer parte de uma disciplina, ou serem destacadas para oferecimento por um ou mais docentes envolvidos no semestre

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Exemplo: Curso Superior de Tecnologia em Banco de Dados
Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza

3º Semestre		
Linguagem de Programação II	4	
Estrutura de Dados		4
Análise e Projetos de Sistemas	4 + 4 de AAP	
Estatística		2
Gerência de Projetos e Processos	4	
Inglês III		2

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Exemplo: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial
Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza

4º Semestre - Pessoas		
Inglês IV	2	
Sistema de Informação –RH	2	
Gestão de RH	4	
Endomarketing	4	
Técnicas de Negociação	2	
Liderança	2	
Responsabilidade Social	2	
Projeto Integrador	2 + 4 AAP	
Inglês III		2

www.centropaulasouza.sp.gov.br



3. Iniciação Científico-Tecnológica

Realização de projeto de pesquisa científico-tecnológica sob a orientação de docente do curso.
Nas Fatecs, sua validade como TG fica condicionada à realização do projeto com sua apresentação em Congresso da área (Regional, Nacional ou Internacional)

www.centropaulasouza.sp.gov.br



4. Iniciação ao trabalho (estágio)

Aproveitamento da prática do estágio para a elaboração de análise crítica de procedimentos ou outras, com a sistematização e tratamento de dados de maneira a produzir algo novo.

www.centropaulasouza.sp.gov.br



5. Publicação de trabalho

Divulgação de resultados de projeto realizado (AAP, IC, IT etc) em meio de divulgação catalogado

www.centropaulasouza.sp.gov.br



6.1. Fomento

Institucional:

-Cultura Institucional da produção do conhecimento como meio de desenvolvimento autônomo do aluno;

-Atividades curriculares que incentivem ou possibilitem essa postura: metodologia científica, empreendedorismo, língua estrangeira etc.

www.centropaulasouza.sp.gov.br



6.2. Fomento

Financeiro

-Agências de fomento federais, em especial CAPES e CNPq;

-Agências de pesquisa estaduais (FAP) como Fapesp, Faperj, Fapemig etc;

-Ações institucionais, como

- bolsas de monitoria;
- bolsas de iniciação científica;

www.centropaulasouza.sp.gov.br



6.2.1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI

(CNPq, semelhante ao programa de IC - PIBIC)

- Contribuir para a formação de recursos humanos para atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.
- Contribuir para o engajamento de recursos humanos em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.
- Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País.

www.centropaulasouza.sp.gov.br



6.2.2. Iniciação Tecnológica e Industrial – ITI

(CNPq)

Estimular o interesse para a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a participação em atividades de extensão em estudantes do nível médio, superior ou de profissionais de nível médio.

Benefícios
Bolsa mensal, conforme tabela CNPq

Critérios mínimos
ITI-A - Aluno do nível superior ou profissional de nível médio com até 3 (três) anos de formado.
ITI-B - Aluno de nível médio.

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Considerações finais

As formas apresentadas não são excludentes, nem únicas possibilidades e nem devem ser implantadas de forma única. Além disso, algumas competências devem ser desenvolvidas ao longo do curso, para garantir que o formado carregue consigo as ferramentas necessárias para que continue sozinho a sua atualização e a produção de conhecimento em sua área.

Sobretudo, o desenvolvimento de um espírito crítico, curiosidade, ética e outros pilares que possam, em conjunto com o conhecimento, garantir essa qualidade da formação. E esse desenvolvimento deve permear todas as disciplinas do currículo e não apenas fazerem parte da “metodologia científica”, do “projeto de trabalho de graduação”, “ética e cidadania”, etc.

www.centropaulasouza.sp.gov.br



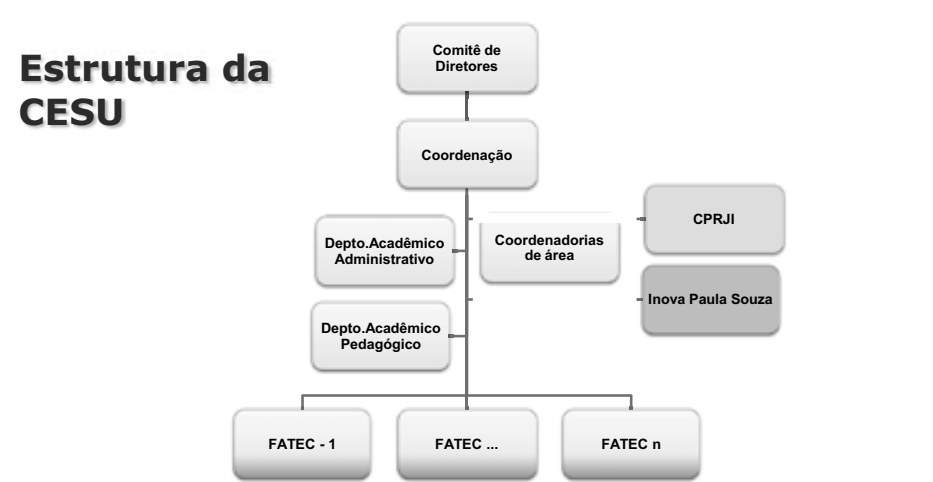
O Centro Paula Souza: Estrutura e participação em cursos de tecnologia

Formação de gestores
8ª turma

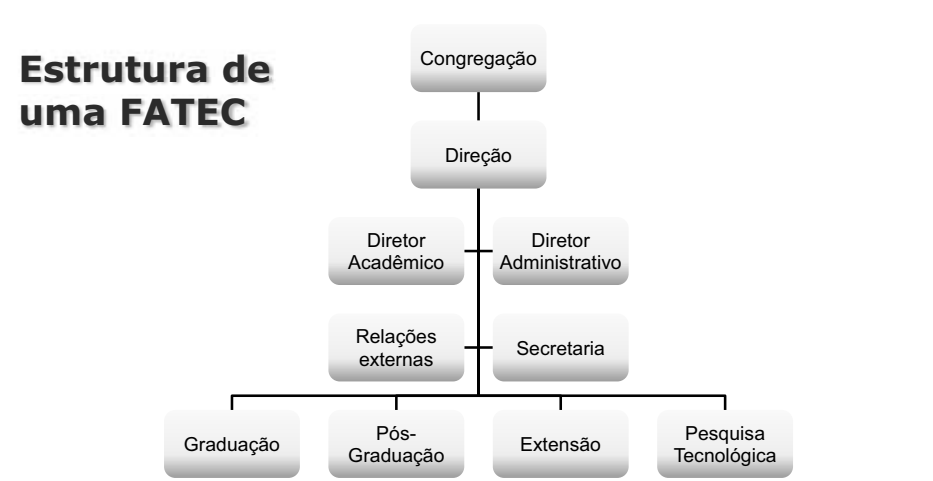
www.centropaulasouza.sp.gov.br



www.centropaulasouza.sp.gov.br



www.centropaulasouza.sp.gov.br



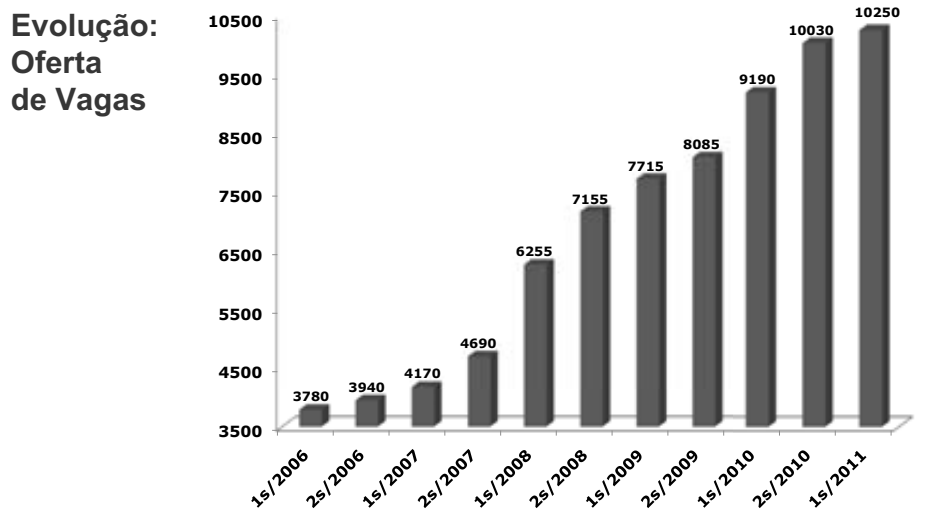
www.centropaulasouza.sp.gov.br



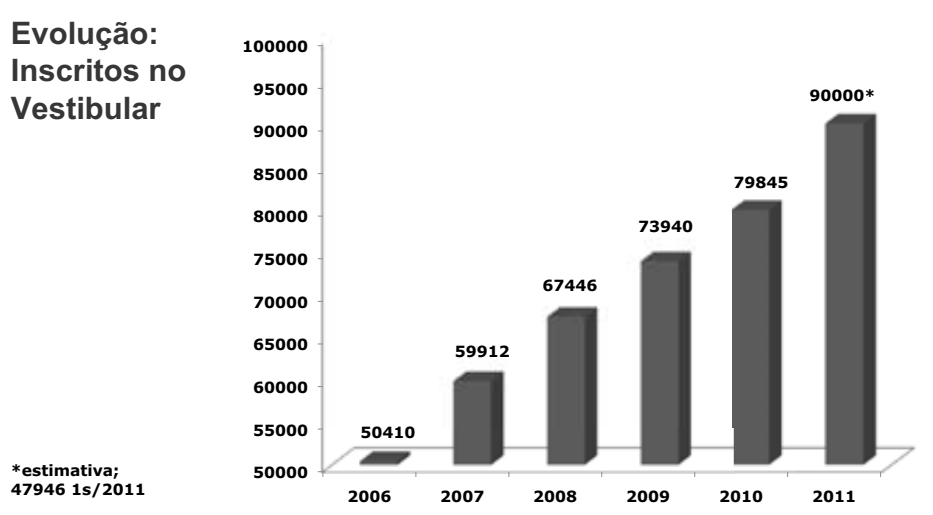
O Centro Paula Souza em números 1s/2011

Item	ETECs	FATECs
Escolas	198	51
Municípios abrangidos	+ de 200	47
Tipos de cursos	87	58
Empregabilidade dos egressos	77%	93%
Alunos matriculados	~200.000	50.342
Inclusão social – FATECs 2s/10		
Alunos oriundos de escolas públicas		~73,7%
Afrodescendentes		25,0%

www.centropaulasouza.sp.gov.br

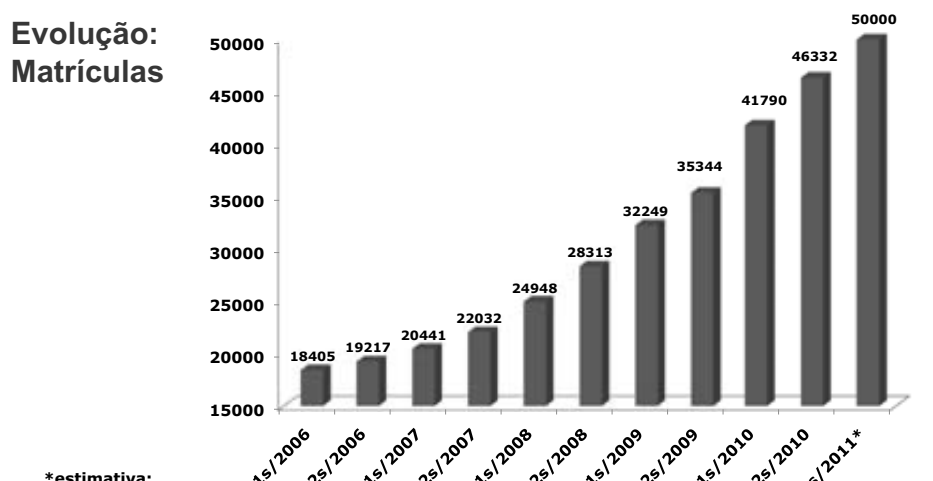


www.centropaulasouza.sp.gov.br



*estimativa;
47946 1s/2011

www.centropaulasouza.sp.gov.br



*estimativa;

www.centropaulasouza.sp.gov.br



CENTRO PAULA SOUZA

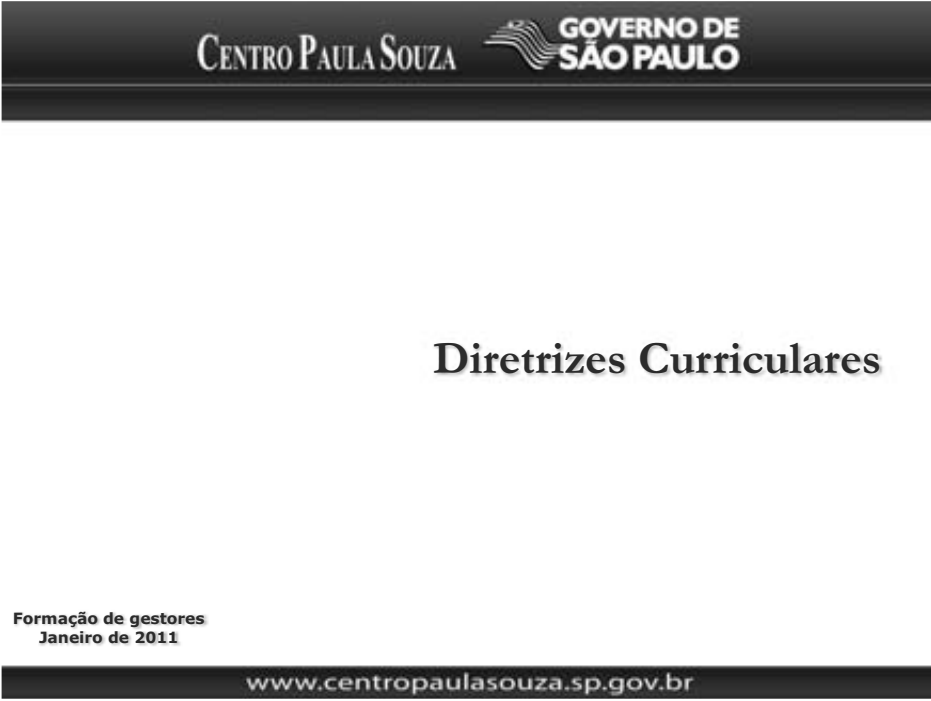
GOVERNO DE SÃO PAULO

Corpo Docente - Titulação

Categoria	Total	%
Graduado	244	12,4
Especialista	314	15,9
Mestre	991	50,4
Doutor	417	21,2
TOTAL	1.966	1.586

Setembro/2010

www.centropaulasouza.sp.gov.br



- CENTRO PAULA SOUZA

GOVERNO DE SÃO PAULO
- Eixos tecnológicos

Ambiente e Saúde

Controle e Processos Industriais

Gestão e Negócios

Hospitalidade e Lazer

Informação e Comunicação

Infraestrutura

Produção Alimentícia

Produção Cultural e Design

Produção Industrial

Recursos Naturais

Apoio escolar

Militar

Segurança
- www.centropaulasouza.sp.gov.br

- CENTRO PAULA SOUZA

GOVERNO DE SÃO PAULO
- Avaliação

Institucional:

Interna

CPS tem SAI, agora web-SAI;

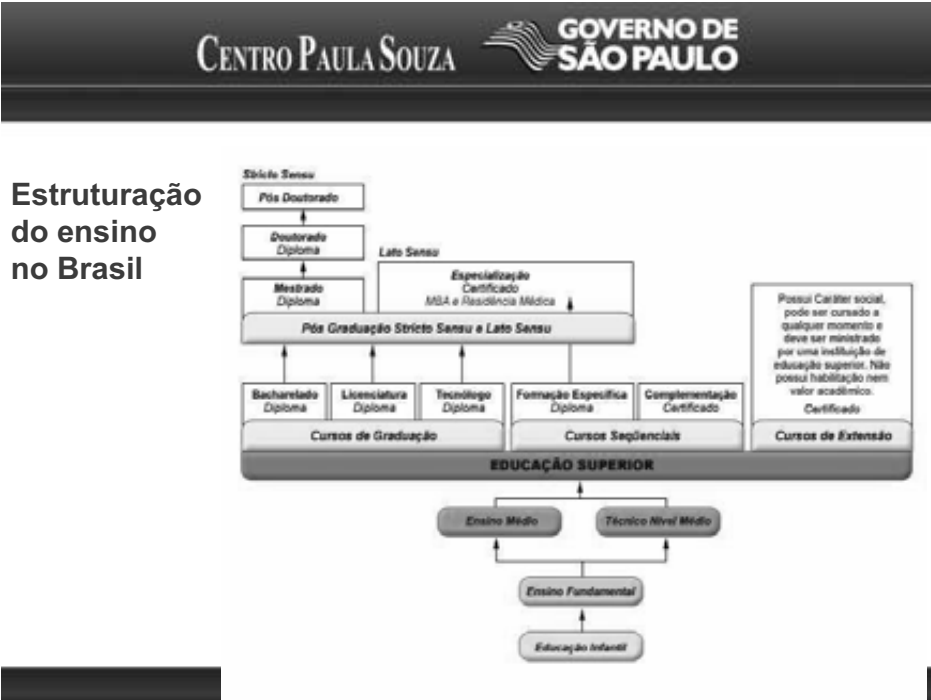
Externa

CEE-SP

Visitas e/ou análise de especialistas ad hoc para ensino superior, com reconhecimentos periódicos.

De egressos:

ENADE
- www.centropaulasouza.sp.gov.br





www.centropaulasouza.sp.gov.br

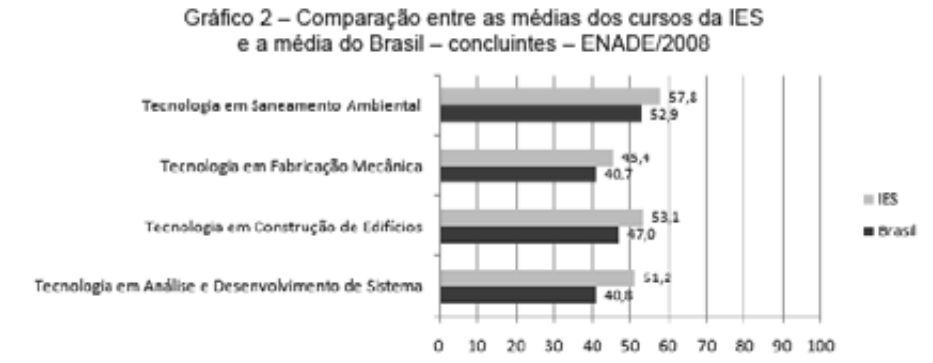


Quadro 2 – Distribuição dos conceitos por curso – ENADE/2008

Área	Conceito ENADE	Conceito IDD
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema	4	3
Tecnologia em Construção de Edifícios	5	SC
Tecnologia em Fabricação Mecânica	4	SC
Tecnologia em Saneamento Ambiental	5	SC

Fonte: MEC/INEP/DAES - ENADE/2008

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Fonte: MEC/INEP/DAES - ENADE/2008

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Quadro 2 – Distribuição dos conceitos por curso – ENADE/2008

Área	Conceito ENADE	Conceito IDD
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema	4	3
Tecnologia em Fabricação Mecânica	5	SC

Fonte: MEC/INEP/DAES - ENADE/2008

FATEC INDAIATUBA

www.centropaulasouza.sp.gov.br



Quadro 2 – Distribuição dos conceitos por curso – ENADE/2008

Área	Conceito ENADE	Conceito IDD
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema	4	3
Tecnologia em Fabricação Mecânica	5	SC

Fonte: MEC/INEP/DAES - ENADE/2008

FATEC SOROCABA

www.centropaulasouza.sp.gov.br



INTERCÂMBIOS CULTURAIS

INGLÊS
ESPANHOL

www.centropaulasouza.sp.gov.br



AGÊNCIA INOVA PAULA SOUZA

FOMENTO A PESQUISA
PARCERIAS

www.centropaulasouza.sp.gov.br



A SECRETARIA

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS

ENSINO SUPERIOR

ENSINO PROFISSIONALIZANTE

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

EMPREENDEDORISMO E MPES

SALA DE IMPRENSA

PREÇOS E LICITAÇÕES

CONCURSOS CPRTI

direto ao assunto

> Arranjos Produtivos Locais (APLs)

> Atlas de Competitividade da Indústria Paulista

> Conselho Nacional de Secretários de CT&I

HOME / NOTÍCIAS /

NOTÍCIAS

25 JUL 2011 Iniciação científica

Agência Inova Paula Souza pede bolsas ao CNPq

Agência de incentivo à inovação tecnológica do Centro Paula Souza apresentou plano para oferecer bolsas de iniciação científica a estudantes das Faculdades de Tecnologia do Estado

Fonte: Centro Paula Souza

Equipe técnica do Centro Paula Souza detalhou projeto enviado ao CNPq

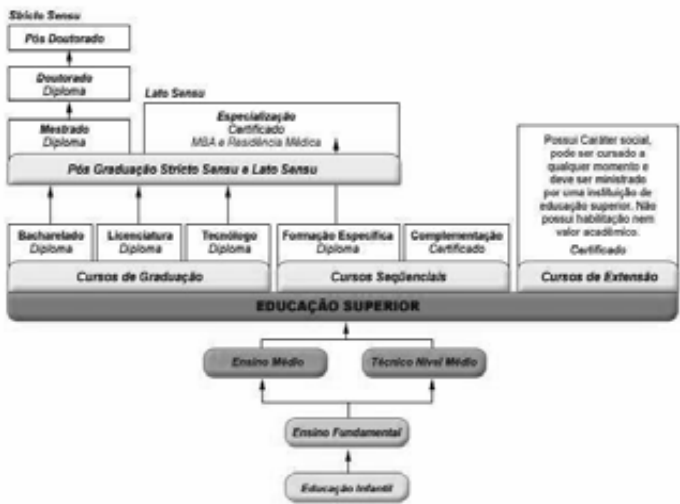
A Agência Inova Paula Souza, órgão de incentivo à inovação tecnológica do Centro Paula Souza, apresentou um plano ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para oferecer bolsas de iniciação científica a estudantes das Faculdades de Tecnologia do Estado (Fatecs). A iniciativa é uma das primeiras ações da agência para estimular a inovação dentro das Escolas Técnicas (Etecs) e Fatecs estaduais.

O pedido será avaliado pelo CNPq e prevê a concessão de incentivos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), que tem por objetivo "estimular os jovens do Ensino Superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação", segundo o órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Em outra frente, a Inova Paula Souza deve assinar um acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) para a capacitação de docentes do Centro Paula Souza em gestão de inovação. Ambas as ações buscam estimular a cultura e a gestão da propriedade intelectual dentro do Centro Paula Souza, criando oportunidades de desenvolvimento de pesquisas tecnológicas aplicadas e fazendo a ponte com o setor produtivo para levar projetos desenvolvidos por alunos e professores ao mercado.



Estruturação do ensino no Brasil



cesu@centropaulasouza.sp.gov.br

www.centropaulasouza.sp.gov.br

6.3.Documentos Encaminhados pelos Convidados

81

9

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº
03617640

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0473473-08.2010.8.26.0000, da Comarca de Diadema, em que é agravante UNIESP UNIAO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SAO PAULO sendo agravado ROMEU DA COSTA PEREIRA E OUTRO.

ACORDAM, em 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PAULO ALCIDES (Presidente) e PERCIVAL NOGUEIRA.

São Paulo, 14 de julho de 2011.

ROBERTO SOLIMENE
RELATOR

81

PODER JUDICIÁRIO

Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

Agr. Instrumento n. 0473473-08.2010.8.26.0000
Diadema – 2ª Vara Cível
Agravte: Uniesp – União das Instituições Educacionais do Est. de S. Paulo
Agravdos: Romeu da Costa Pereira e outra

Voto n. 11.020

TUTELA ANTECIPADA – Cessão de cotas – Empresa – Escola superior – Negócio complexo – Demanda que depende de extensa dilação probatória – Reintegração na posse favorável aos vendedores – Obrigações em aberto e que continuam em nome destes – Restrições desabonadoras – Não pagamento do aluguel do prédio onde funcionam os cursos – Garantia real imobiliária que também se desvaneceu – Riscos graves para os direitos dos vendedores – Agravo desprovido.

Cuida-se de ação revisional de contrato de cessão de cotas de empresa escolar que é promovida pela agravante em face dos agravados, os quais, em contrapartida, formularam reconvenção para irem além, resolver o contrato entabulado com a parte contrária em 16.4.2009 e que se acha reproduzido a fls. 237/245.

PODER JUDICIÁRIO

Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

Ao longo dos sete volumes, as partes trocaram graves acusações de insinceridade na formulação do negócio e inadimplemento do que ficou avençado.

O agravante, pretendendo revisar disposições do pacto, afirmou que ao tomar posse do mesmo descobriu mais débitos do que aqueles enumerados pelos vendedores quando da celebração (primeiro parágrafo de fl. 8) e por tal razão, surpreendido com novos fatos, não consegue executar o avençado, o que o teria levado a postular a alteração do originariamente convencionado.

Em sentido inverso, os agravados se disseram prejudicados pelo inadimplemento injustificado dos compradores (sexto parágrafo de fl. 868) e, em razão disso, pediram a resolução do contrato, com retomada imediata da posse, pena de os seus alegados prejuízos se eternizarem.

O MM. Juiz acolheu o pleito dos agravados e sua r. deliberação está copiada a fls. 45/46. Mandou reintegrá-los na posse e outras providências.

Al n. 0473473-08.2010.8.26.0000
2



PODER JUDICIÁRIO
Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

O agravo foi interposto para bloquear a devolução do estabelecimento aos agravados.

A interposição é tempestiva e o recurso se encontra devidamente preparado (fls. 2, 23/25 e 45), tendo sido respondido pelos adversários (fls. 861/921 e outras manifestações, fls. 1138/1145, 1148/1149, 1171/1172 e 1177/1183).

E destas novas manifestações, delas sempre se deu conhecimento aos agravantes.

Inicialmente processado sem efeito suspensivo (fl. 826), este Rel. reconsiderou seu primeiro posicionamento, mantendo o negócio em mãos dos agravantes pelas razões minuciosamente declinadas a fls. 841/843.

É o resumo do necessário.

Conheço do recurso, pese matéria preliminar deduzida pelos agravados em sentido contrário.

Justifico.

AI n. 0473473-08.2010.8.26.0000
3



PODER JUDICIÁRIO
Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

Somente na origem é que se afirmará se a resposta à reconvenção seria ou não tempestiva. O tema, além de estar além dos limites do presente recurso, aqueles estritamente postos na interposição feita pelo agravante, também importa matéria inócua, na medida em que este último tem direito à resposta judicial ao seu pleito de revisão do contrato, contido na ação.

Se intempestiva a resposta à reconvenção, ainda assim haverá de se examinar os interesses deduzidos na causa principal por seu autor, o agravante, pelo que o mérito do presente recurso deve ser enfrentado.

Aqui só está em julgamento quem terá a posse provisória do estabelecimento empresarial ao longo da demanda. Não estão em julgamento as razões da inicial e da reconvenção. Por isso, absolutamente inadequado pretender-se a ampliação dos limites do recurso para nele rediscutir-se todo o *imbróglio* negocial.

E, feitas tais considerações, é de se confirmar a r. deliberação impugnada. Ao menos até esta altura, sem razão o

AI n. 0473473-08.2010.8.26.0000
4



PODER JUDICIÁRIO
Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

agravante, porque evidenciados riscos para os direitos dos agravados. Há prova documental indicadora de sérios entevos institucionais envolvendo os quadros docentes (fls. 950, 959/962 e 1237). O agravante apresentou prova documental de meados de janeiro passado (fls. 1165/1166) a ele favorável, no entanto, depois dessa data, continuaram a chegar aos agravados avisos de outras restrições desabonadoras, algumas do final de 2010 e outras de janeiro e mesmo de fevereiro de 2011.

Isso tudo levou a crer que, aquele que comprou, pode mesmo não estar realizando sua parte nas tratativas. A fase probatória lhe será útil para buscar reverter tal impressão. Contudo, não se olvide: ainda há dois outros graves sintomas contra os interesses da agravante e que se revelaram relevantes para rechaçar o recurso em apreço e confirmar a r. decisão impugnada.

O primeiro deles diz respeito à garantia real imobiliária prometida pelo agravante aos agravados e que se desvaneceu.

AI n. 0473473-08.2010.8.26.0000
5



PODER JUDICIÁRIO
Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

Esta recaía sobre o prédio da rua Álvares Penteado, n. 208 e 216, cf. o disposto na cláusula 2.1.3.5 de fl. 240. A respeito, de se destacar que o contrato em discussão é de 16.4.2009, quando, do ponto de vista técnico-jurídico, o imóvel oferecido como garantia não era de quem se comprometera a tanto (Uniesp). Só o foi – e por pouquíssimo tempo – entre 17.8.2009 (aquisição pela Uniesp) e 9.9.2009, quando deu-se a venda para o “BIC Arrendamento Mercantil”, leia-se nos docs. de fls. 923/930.

Mais uma vez, considerando os lineamentos estritamente jurídicos, o negócio, feito com garantia de quase oito milhões de reais (fl. 240), está absolutamente dela desprovido, assim violados os ditames dos arts. 391 do Cód. Civil e 591 do Cód. de Processo Civil.

E pior: obrigações dos vendedores, assumidas pelo comprador, continuariam a vencer, expondo cada vez mais estes a riscos, não se olvidando que o agravante está na dependência de prova técnica para convencer de suas razões, verdadeira *exceptio non adimpleti contractus*.

AI n. 0473473-08.2010.8.26.0000
6



PODER JUDICIÁRIO
Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

A situação é de tamanha gravidade que nem os alugueres do imóvel onde funciona a escola, ainda de propriedade dos agravados, estão sendo pagos, o que restou expressamente confessado no último parágrafo de fl. 1162.

E a reforçar tal assertiva o doc. de fl. 1153, de lavra do Banco do Brasil S/A, indicando o que seria a devolução de cheque “*sem fundos – primeira apresentação*” (verbis), pretensamente utilizado pela agravante para realização de um depósito judicial.

Ora, como já afirmado, se a culpa pelo impasse eventualmente for dos agravados, só a instrução responderá, impossível visualizar as razões do agravante em afirmações unilaterais e ainda despojadas de imprescindível laudo contábil correspondente.

No entanto, repito outra vez, a existência de comunicações do Serasa e de outros bancos de dados, envolvendo os vendedores e as garantias que eles deram no passado à escola; a discussão de inúmeros créditos trabalhistas; a inadimplência de

Al n. 0473473-08.2010.8.26.0000
7

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

alugueres e, principalmente, o desvanecimento das garantias do contrato em discussão, importaram circunstâncias decisivas e que fizeram coro ao deliberado na origem, recomendando a continuação do processo, porém, com os agravados na posse, assim removido o efeito suspensivo por este Rel. outorgado a fls. 841/843, seguindo a demanda cf. posto a fls. 45/46 pelo MM. Juiz na origem.

Ante o exposto, pelas razões postas no voto, conheço do recurso, mas nego provimento.

[Assinatura de Roberto Solimene]

ROBERTO SOLIMENE
relator

Al n. 0473473-08.2010.8.26.0000
8

Processo	CÍVEL
Comarca/Fórum	Fórum de Diadema
Processo Nº	161.01.2009.027830-2
Cartório/Vara	2ª. Vara Cível
Nº de Ordem/Controle	2478/2009
Grupo	Cível
Ação	Procedimento Ordinário (em geral)
Tipo de Distribuição	Dependência
Distribuído em	30/10/2009 às 18h 03m 01s
Moeda	Real
Valor da Causa	7.000.000,00
Qtde. Autor(s)	1
Qtde. Réu(s)	2

Despacho Proferido

VISTOS. Firmou-se Instrumento Particular de Cessão de Cotas de Instituição de Ensino. A autora adquiriu dos réus as cotas da **Diadema Escola Superior de Ensino S/S Ltda.**, bem como a autorização do Ministério da Educação, quanto à instalação, funcionamento e desenvolvimento tanto desta como daquela Faculdade de Administração de Diadema (cláusula 1.1 – fls. 49). Ajustou-se o preço (cláusula 2.1 – fls. 50). A autora se responsabilizou pelo pagamento de determinada importância no ato da assinatura da carta proposta, além da quitação de débitos existentes perante terceiros (fls. 51). O prédio onde as instituições de ensino desenvolvem as atividades, pertencem ao primeiro réu. Estabeleceu-se que o locaria para a autora, mediante o pagamento inicial de R\$ 30.000,00, elevando-se o numerário no segundo ano (fls. 54). Para lastro do cumprimento das obrigações, a autora deu em garantia hipotecária o imóvel da Rua Álvares Penteado nº 208 e 206 (cláusula 2.1.3.5 – fls. 52). Comprovou-se que não honrou com o que assumiu. Não pagou no prazo de trinta dias após a assinatura do negócio jurídico os débitos relativos ao imposto de renda sobre aluguéis e salários, e demais verbas previdenciárias dos empregados/terceiros e do FGTS. Salvo o pedido de parcelamento do saldo remanescente dos programas REFIS e outros (fls. 2458/2475), não negociou o saldo apurado do endividamento bancário e com fornecedores, assim como deixou de promover a substituição de todas as garantias pessoais e reais prestadas pelos sócios retirantes, ora réus. Por fim, em total desrespeito à manifestação de vontade e, conseqüentemente, da própria garantia do contrato, alienou o imóvel que ofereceu em vinculação a tal fim (fls. 52 e 1301/1306). A questão gera extremo desequilíbrio, a ponto do nome do primeiro réu ser anotado nos órgãos restritivos por dívida que já não mais era de sua responsabilidade, mas sim da autora (fls. 2660/2661). A verossimilhança da alegação se evidencia por sobredito histórico. Já o dano de difícil reparação se caracteriza pela repercussão patrimonial aos réus caso se prossiga com a situação. **DEFIRO** a tutela antecipada para **REINTEGRAR** os réus na posse e na administração da instituição de ensino, mantendo-se como fiéis depositários, inclusive de todos os documentos contábeis. Por consequência, dada a incompatibilidade desta decisão com a liminar e comando posterior proferidos na cautelar, **REVOGO-OS** (fls. 119 e verso e 1594). Dispensa-se a autora do pagamento dos aluguéis a partir do cumprimento da reintegração de posse. Expeça-se mandado de levantamento em favor dos réus das quantias que lhes são devidas. Para garantia da autora, em hipotética modificação da decisão judicial, o imóvel dos réus, onde estão instaladas as instituições de ensino, permanecerá caucionado, vedada a transferência ou oneração a qualquer título. Expeça-se mandado de averbação. Diante do que ora se decide, caberá aos réus a resolução direta das pendências financeiras, não competindo ao juízo qualquer manifestação (fls. 2658/2659). Apreciada a medida acima, passa-se ao despacho saneador. A segunda ré subscreveu o contrato. Irrelevante que detivesse parte mínima das cotas sociais. Possui legitimidade para figurar no polo passivo. Afasto a preliminar (fls. 1733/1737). Fixo como ponto controvertido o direito da autora à revisão do valor do negócio, aferindo se há desconformidade com o que se pactuou, mormente em relação ao valor da receita líquida e alunos matriculados, circunstância que lhe permitiria reduzir os pagamentos proporcionalmente (cláusula 2.1 e 2.1.1 – fls. 50). Por outro lado, também se apurará, conforme deduzido em reconvenção, se os réus fazem jus à rescisão do contrato, com imposição à autora das perdas e danos e da multa de 10% (cláusula 2.1.3.3, letra e – fls. 51/52 e 2142/2144). Determino a perícia contábil. Nomeio o Dr. Antonio Carlos Lório. Faculto quesitos e assistentes. Intime-se-o para a estimativa dos honorários. Por fim, comprove a autora o pagamento do aluguel referente a março de 2010 (fls. 2663). Int. Diadema, 24 de setembro de 2010.

Antonio Luiz Tavares de Almeida Juiz de Direito

73



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

ACÓRDÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA

REGISTRADO(A) SOB Nº



03696871

4

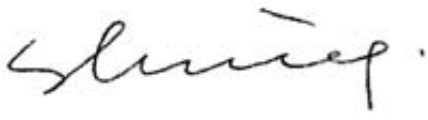
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0473473-08.2010.8.26.0000/50000, da Comarca de Diadema, em que é embargante UNIESP UNIAO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SAO PAULO sendo embargado ROMEU DA COSTA PEREIRA E OUTRO.

ACORDAM, em 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "REJEITARAM OS EMBARGOS. V. U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PAULO ALCIDES (Presidente) e PERCIVAL NOGUEIRA.

São Paulo, 6 de outubro de 2011.


ROBERTO SOLIMENE
RELATOR

73



PODER JUDICIÁRIO

Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

Embargos de Declaração n. 0473473-08.2010.8.26.0100/50000
Embargante(s): Uniesp União das Instituições Educacionais do Est. de S. Paulo
Embargado(s): Romen da Costa Pereira e outro

Voto n. 13.602

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. Alegação de omissão. Inocorrência. Evidente caráter infringente. Descabimento. Conhecidos e rejeitados.

Com declaro efeito infringente, a Uniesp não só quer reverter o r. deliberado pela turma, como, ainda, prequestionar a incidência dos arts. 131, 165 e 458, todos do Cód. de Processo Civil, afirmando que os adversários não correm perigo e, por isso, o aresto não teria razão de ser.

É o resumo do necessário.





PODER JUDICIÁRIO
Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

A matéria trazida novamente a debate pela embargante já foi amplamente apreciada quando do exame do recurso integrativo, constatando-se, na verdade, a irrisignação da recorrente e a tentativa, aliás, expressa, de emprestar aos embargos de declaração efeitos infringentes, o que não se mostra viável no contexto do artigo 535 do Código de Processo Civil.

Nas palavras de **PONTES DE MIRANDA**, nesse tipo recursal “*não se pede que se redecida; pede-se que se reexprima*” (cf. “Comentários ao Cód. de Processo Civil”, tomo VII, Rio de Janeiro, Forense, 1975, p. 400). Então, a procura de reexame da matéria que se constitui em objeto do *decisum*, à luz de argumentos relevantes para a solução da *quaestio iuris*, na busca do que seria a edição de uma decisão infringente, é estranha ao âmbito de cabimentos dos embargos declaratórios.

É a mesma orientação adotada no E. Superior Tribunal de Justiça, confira-se:

“**PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE**

Embargos declaratórios n. 0473473-08.2010.8.26.0000/50000





PODER JUDICIÁRIO
Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

IRREGULARIDADES NO ACÓRDÃO – PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - DESOBEDIÊNCIA AO ART. 535 DO CPC. 1. Não-ocorrência de irregularidades no acórdão quando a matéria que serviu de base à oposição do recurso foi devidamente apreciada, com fundamentos claros e nítidos, enfrentando as questões suscitadas ao longo da instrução, tudo em perfeita consonância com os ditames da legislação e jurisprudência consolidada. O não acatamento das teses deduzidas no recurso não implica cerceamento de defesa. Ao julgador cumpre apreciar o tema de acordo com o que reputar atinente à lide. Não está obrigado a julgar a questão de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso. As funções dos embargos de declaração, por sua vez, são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não

Embargos declaratórios n. 0473473-08.2010.8.26.0000/50000





PODER JUDICIÁRIO
Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão. 2. Enfrentamento de todos os pontos necessários ao julgamento da causa. Pretensão de rejugamento da causa, o que não é permitido na via estreita dos aclaratórios. Não preenchimento dos requisitos necessários e essenciais à sua apreciação. 3. Embargos rejeitados" (EDcl na MC 11.218/SP, 1ª Turma, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ. 03.08.2006).

A contradição, para justificar a correção via declaratórios, deveria ser interna, inerente ao próprio julgado, e não em comparação com a letra da lei ou, principalmente, com o entendimento da parte. Nesse sentido já decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça: "(...) *A contradição que autoriza os embargos de declaração é do julgado com ele mesmo, jamais a contradição com a lei ou com o entendimento da parte*" (REsp 218.528-SP – Edecl – 4ª T – rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA – v.u. – J. 7.2.2002 – DJU 22.4.2002, p. 210).

Embargos declaratórios n. 0473473-08.2010.8.26.0000/50000



PODER JUDICIÁRIO
Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

Por outro lado, conforme adverte MÁRIO GUIMARÃES, "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes, claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisa dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" ('O Juiz e a Função Jurisdicional', 1ª ed., Forense, 1.958, § 208, pág.350).

Nesta linha, há precedente jurisprudencial (RT 413/325), dispondo que não se exige do Magistrado "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia".

E, ainda, conforme o disposto na RJTJSP 11/114, não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a 'res in judicium deducta', pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado." (cfr.).

Embargos declaratórios n. 0473473-08.2010.8.26.0000/50000



PODER JUDICIÁRIO
Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

Na verdade, a embargante pretende somente rever decisão unânime, para o que não se prestam os presentes embargos, rediscutindo questões que, mediante fundamentação pertinente, já encontraram desate derradeiro. Também nesse sentido o E. Superior Tribunal de Justiça – 1ª T. - REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo: "Mesmo nos embargos de declaração, com o fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535 do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material). Esse recurso não é o meio hábil ao reexame da causa".

Com todo o respeito, nesse sentido a jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça: EDclResp 739/RJ – rel. Min. **ATHOS CARNEIRO** – DJ 12.11.1990; EDcl no MS 10.841/DF – 3ª Seção – rel. Min. **HAMILTON CARVALHIDO** – J. 24.5.2006; EDcl no REsp 480.328/PR – rel. Min. **DENISE ARRUDA** – 1ª T – J. 27.9.2005; e EDcl no AgRg no REsp 1.018.252/RS – rel. Min. **FERNANDO GONÇALVES** – 4ª T – J. 7.10.2008.

Embargos declaratórios n. 0473473-08.2010.8.26.0000/50000



PODER JUDICIÁRIO
Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

A jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o magistrado não está obrigado a se pronunciar sobre todas as questões suscitadas pela parte, máxime quando já tiver decidido a questão sob outros fundamentos, cf. EDclEDclREsp 89.637/SP – rel. Min. **GILSON DIPP** – DJ 18.12.1998 e EDclEDcl no MS 13.763/PR – rel. Min. **HAMILTON CARVALHIDO** – 6ª T – J. 2.2.2006.

Só é possível o prequestionamento por meio de embargos declaratórios quando tendo ocorrido, de fato, omissão no julgado, este, ao esclarecê-lo, aborda os dispositivos legais desejados pela parte, vide EDcl no CC 47.784/SP – 1ª Seção – rel. Min. **JOSÉ DELGADO** – j. 12.12.2005.

Não é a hipótese e, assim, não há o que declarar.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

ROBERTO SOLIMENE
relator

Embargos declaratórios n. 0473473-08.2010.8.26.0000/50000

7

Fonte:
<http://www.redebomdia.com.br/noticia/detalhe/3499/Faculdade+dobra+mensalidade+e+pro+voca+protestos>

dia a dia +

07/11/2011 21:16

Faculdade dobra mensalidade e provoca protestos

Aumentos foram anunciados depois que instituição Faimi em Mirassol foi vendida para um grupo de São Paulo Agência BOM DIA jornalismo@bomdiariopreto.com.br

Cerca de 500 estudantes protestaram nesta segunda-feira (7) na porta da Faimi (Faculdades Integradas de Mirassol), recentemente vendida para o grupo Uniesp, da Capital, contra aumento de mensalidades anunciado para o próximo ano.

Para conter os estudantes, a polícia usou spray de pimenta e provocou revolta. “Só viemos defender nossos direitos”, diz a estudante Marina Fagundes, que cursa pedagogia. O valor do curso dela saltou de R\$ 250 para R\$ 518. “Eu não tenho como pagar esse preço’, disse Marina.

A maior polêmica envolveu o curso de direito. A instituição chegou a apresentar mensalidade de R\$ 1.018 (valor atual é R\$ 400). “Isso é loucura. A maioria do pessoal da minha sala vive de estágio, que paga R\$ 300”, disse Rúbia Conde, 20 anos.

Na segunda, porém, em entrevista ao BOM DIA, o diretor da Faimi, Marco Antônio Ferreira Matheus, disse que o curso de direito ficará em R\$ 647, aumento de 65%.

Os alunos, no entanto, ainda não tinham sido comunicados sobre o novo valor. E a falta de diálogo é apontada como um dos problemas pelos alunos. “Procuramos a reitoria para conversar e ninguém quis nos dar uma satisfação. Simplesmente nos disseram que os preços foram definidos em São Paulo”, disse Marina.

COMPARTILHE [facebook](#) [twitter](#) [orkut](#) [rss](#)

Sidnei Costa/Agência BOM DIA



Alunos com cartazes de protestos contra reajustes nas mensalidades

Comentários "Aumentar o valor da mensalidade no meio do ano letivo, é brincadeira, pois se fizessem isso de um semestre para o outro certamente iriam perder muitos alunos, aumento absurdo o MEC tem que ficar de olho." Marcelo, Vendedor

"A Faculdade pode aumentar o valor sim , mas para aqueles alunos que irão começar o curso, agora os alunos que ja estão cursando fizerão um planejamento de vida em cima do valor adiquerido não é facil pagar contas,alimentação moradia, e uma umento de 100% é muita coisa. Ja é feito um grande sacrificio para poder ter uma formação e uma profição." mariana, monitora

18/11/2011

Por descumprir TAC, Uniesp terá de pagar multas

Apesar de exaltar a "expansão" do grupo econômico na CPI, o dono da Uniesp, Fernando Costa, não consegue fugir dos problemas graves exatamente onde nasceu a empresa, o oeste paulista.

Lá, a Procuradoria do trabalho está movendo ações de execução para que a Uniesp pague as multas por descumprir um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 2006.

Só as ações entre 2010 e 2011 cobram R\$ 6,5 milhões em multas, por não honrar o acordo relativo aos casos de Presidente Prudente, Birigui, Presidente Epitácio e Araçatuba.

Em 2006, a Procuradoria do Trabalho elaborou um TAC pensando em pôr fim aos problemas que enfrentavam os professores e técnicos da Uniesp. A empresa assinou o documento, que sempre descumpriu, originando ações de cobrança das multas a partir de 2008.

Os valores que serão pagos são revertidos ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Entre as ações de execução contra a Uniesp estão: [1805](#), de 2010; [574](#), [1226](#) e [1638](#) (de 2011).

Entre os problemas enfrentados pelos empregados estão atrasos no pagamento de férias e salários, atraso no pagamento de verbas rescisórias, 13º salário e na rescisão contratual.

Sobre o assunto, em 16/11, o dono da Uniesp disse que "estamos resolvendo tudo" e que a "doutora Renata sabe do nosso trabalho sério". Os documentos mostram que Renata Botasso é a procuradora que está cobrando o empresário pelo desrespeito à legislação trabalhista.



Relatório sobre a UNIBAN elaborado pelo Sindicato dos Professores de São Paulo

Maio/2011

O Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP) tem recebido inúmeras denúncias contra a Uniban– Universidade Bandeirante de São Paulo, cuja razão social é Academia Paulista Anchieta Ltda, CNPJ 62655261/0001-05

Pesam contra a instituição acusações de descumprimento da legislação educacional, da legislação trabalhista e da Convenção Coletiva de Trabalho.

Convém ressaltar que algumas exigências presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 939/1996) têm impacto nas relações de trabalho dos professores nas instituições de ensino superior.

É o caso, por exemplo, da exigência de manter 1/3 do corpo docente contratado sob Regime de Tempo Integral (RTI), como determina o artigo 52 da LDB.

A contratação do professor é assunto afeito ao Direito do Trabalho, embora o Regime de Tempo Integral tenha surgido na legislação educacional por necessidades de natureza pedagógica (manter professores por mais tempo na instituição, desenvolvendo, além das aulas, atividades de pesquisa, orientação e estudo).

Um outro aspecto recorrente refere-se aos mecanismos adotados pelo encobrir as irregularidades e coagir os professores. Destaca-se aqui o papel exercido pelo departamento jurídico da instituição, que se vale de “medidas criativas” para dificultar a comprovação de irregularidades ou facilitar a burla.

O diretor jurídico da Uniban é o advogado Décio Lencioni Machado. Surpreendentemente, ele é também vice-presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação e apresentou-se como tal na mesa redonda realizada no Ministério do Trabalho – Gerência Regional Norte (ver os cartões de apresentação na página 10) .

A mesa redonda havia sido pedida pelo Sinpro São Paulo em virtude das inúmeras denúnicas contra a Uniban e foi realizada dia 05 de maio de 2011. A ata encontra-se na página 07 (Anexo I).

Seguem o detalhamento de algumas das denúncias e cópia de documentos que podem melhor ilustrá-las.



As denúncias contra a UNIBAN

• Alteração unilateral do contrato de trabalho e redução dos salários e carga horária

A Uniban alterou unilateralmente o contrato de trabalho de diversos professores que até meados de abril de 2011 trabalhavam em Regime de Tempo Integral (RTI).

O Regime de Tempo Integral engloba 40 horas semanais, parte delas em sala de aula (regência de aulas) e parte em outras atividades docentes. No holerite, essa parcela da remuneração é discriminada como **“atividades acadêmicas”**.

Das atividades exercidas fora da sala de aula para completar as 40 horas, parte era exercida na Uniban e parte, em casa. Os professores eram obrigados a assinar dois registros de ponto diferentes: um, para as aulas e outro, para as demais atividades.

Nos dias 14 e 15 de abril os professores foram avisados por e-mail de que haviam sido cortados do Regime de Tempo Integral, passando a receber apenas pelas aulas ministradas. As demais atividades, exercidas no período em que os docentes não estavam em aula, deveriam ser imediatamente suspensas.

Trecho do e-mail enviado aos professores do Instituto de Educação, em 15/04/2011

Abaixo informo os docentes que permanecem como TI (Tempo Integral) no Instituto de Educação, conforme lista encaminhada pela Vice-reitoria: (...)

Reproduzo abaixo as orientações encaminhadas via e-mail da Vice-reitoria aos que não estão na lista acima.

"Os docentes que deixaram de ser TI's e ainda estão trabalhando como tal precisam ser rapidamente informados, para descontinuar as atividades que exercem."

(...).

Trecho do e-mail enviado aos professores do Instituto de Educação Desportiva, em 14/04/2011

Prezados,infelizmente acabei de receber a lista de corte dos professores TIs. (...) a função e atividades que exerciam como professor TI, a partir de hoje, estão extintas. Portanto, não devem mais cumprir os horários e atividades programadas. (...).

Segue abaixo a lista completa dos TIs cortados

(...)

A parcela do salário denominada “atividades acadêmicas” não constaram mais dos holerites de março e abril desses professores, embora eles tivessem trabalhado em regime de 40 horas nesse período.

Como se verá no próximo item, as “atividades acadêmicas” não só desapareceram dos holerites, como também não foram pagas.

Ver também:

Anexos VI – emails enviados aos professores comunicando a redução da carga horária, pela supressão do regime de tempo Integral – pag. 19 e 20.

• Não pagamento do trabalho realizado em março e abril de 2011 (“atividades acadêmicas”), recibos “frios”

Desde o início de março, a UNIBAN tinha deixado de pagar a parcela da remuneração correspondente às atividades docentes desenvolvidas na universidade para complementar as 40 horas semanais. Essa parte do salário vinha discriminada no holerite como “atividades acadêmicas”. Apesar do não pagamento, os professores trabalharam normalmente as 40 horas semanais, até os dias 14 e 15 de abril, quando foram avisados da redução de carga horária.

Na mesa-redonda realizada no Ministério do Trabalho dia 05 de maio, os representantes da Uniban comprometeram-se a pagar as diferenças devidas. O Sr. Décio Lencioni Machado negou que a redução tivesse sido unilateral, mas calou-se ao ouvir a leitura dos e-mails enviados pelos coordenadores aos docentes. Ele ainda tentou atribuir a redução a um ajuste da *“relação de professores em tempo integral juntamente com o Ministério da Educação em relação ao percentual legal exigido acerca do tempo integral”*.

A Uniban de fato pagou a dívida com os professores entre os dias 07 e 09 de maio, mas o fez da pior maneira possível.

Os professores foram chamados, um a um, a uma sala para receber os salários atrasados, em cheque.

Para receber o cheque, cada professor era obrigado a assinar um recibo em via única, dando quitação a *“serviços prestados em vestibulares”*. Quem não aceitasse os termos do recibo ou exigisse uma cópia, não receberia o montante.

Esse recibo frio tinha como objetivo descaracterizar a mudança no regime de contratação de um número elevado de docentes durante o semestre letivo, com as conseqüências danosas que de fato ocorreram.

Ver também:

Anexo I– ata da mesa redonda realizada no Ministério do Trabalho – Gerência Regional Norte – pag. 08 e 09

• Burla ao artigo 52 da LDB (menos de 1/3 do corpo docente em regime de tempo integral)

Segundo informações obtidas pelo Sinpro, a Uniban já está tentando defender-se de uma provável acusação de desrespeito ao inciso II do artigo 52, que exige a contratação de pelo menos 1/3 do corpo docente em regime integral.

Para burlar a fiscalização do MEC, a Uniban colocou na lista de “T.I.s” coordenadores que exercem atribuições puramente administrativas e outros funcionários que também não dão aulas.

O descumprimento do artigo 52 não é um fato inédito na Uniban. Na verdade, ela foi obrigada a ampliar o quadro de seus professores em regime de tempo integral depois que o Ministério Público Federal, em 2009, moveu uma ação civil pública contra a Instituição, acusada de não respeitar o limite de 1/3 do corpo docente em regime integral.

Na ação, o procurador colocou o MEC também como réu, já que o Poder Público havia deixado de fiscalizar a instituição.

A fiscalização foi feita e constatou-se que não havia 1/3 de professores em tempo integral. Em abril de 2010, o MEC deu trinta dias de prazo para a regularização. Em maio, a Uniban ampliou o quadro de docentes em T.I.

A maior parte desses professores voltaram a gora a ser “aulistas”.

• Desvio de função: exigências indevidas de tarefas administrativas

Para atender ao MEC, que exigia o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases (L. 9394), professores, antes aulistas, passaram a ser contratados em Regime de Tempo Integral (R.T.I.), por 40 horas semanais.

Logo depois, a Uniban cortou a maior parte dos coordenadores pedagógicos , transferindo as atribuições deles para os professores de tempo integral.

Ocorre que essas atribuições são atividades puramente administrativas, não típicas da atividade docente. Entre elas,destacam-se: atender alunos para tratar de atividades próprias de secretaria, como trancamento de matrícula ou transferência de sala, de período ou de campus; organizar e aplicar as provas de DP aos sábados sem a devida remuneração; providenciar atividades para os alunos em caso de falta do professor etc.

Dessa forma, a Uniban continuou desacatando a legislação educacional, não respeitando o Decreto 5.773, artigo 69:

Decreto 5.773, de 09/05/2006

Art. 69. (...).

Parágrafo único. O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele **reservado o tempo de pelo menos vinte horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.**

Ver também:

Anexos III – denúncia assinada por professores da Uniban, entregue ao Sinpro-SP em abril de 2011 – pag. 13 e 14.

Anexo VIII– reportagem sobre a ação civil pública – Folha de S. Paulo,– página 23

Anexo IX - ação civil pública contra a Uniban (2009) – página 24

• Desconto indevido / punição aos professores / assédio moral

Professores denunciam que a Uniban pune atrasos no lançamento de notas e faltas dos alunos e envio de provas com descontos nos salários de até 10%, como atesta e-mail enviado ao sindicato por um professor, cujo nome deve permanecer em sigilo:

“Os docentes têm que lançar as faltas dos alunos mensalmente no sistema, em prazo determinado. O docente que perder o prazo tem 10% de seu salário bruto descontado em folha. Aliás, essa prática ocorre também com o docente que perde o prazo estabelecido para lançamento de notas.

Há um sistema de imputação de provas semestrais que deve seguir um padrão da instituição – 5 questões dissertativas e 10 de múltipla escolha. Cada docente deve imputar ao menos 03 avaliações neste padrão no sistema. Há um prazo para isso e quem perde o prazo tem desconto no salário”

• Salários pagos incorretamente e com atraso

No início do ano letivo de 2011 houve alteração da carga horária – redução ou ampliação - para a maior parte dos professores.

Os salários referentes a fevereiro de 2011 foram **pagos incorretamente**. Chama a atenção o fato de que a Uniban ficou devendo dinheiro tanto para quem teve a carga horária reduzida, como para quem ampliou o número de aulas.

Quem teve ampliação da carga horária, trabalhou e não recebeu. Quem sofreu redução de carga horária, teve o salário reduzido em proporção muito maior.

Isso não sugere apenas um “erro”, mas um procedimento deliberado para reduzir a folha de pagamento de fevereiro. Como se a empresa tivesse tomado emprestado parte dos salários do corpo docente e devolvido trinta dias depois.

Para parte do corpo docente, as diferenças salariais foram pagas (?) junto com o salário de março, no final do mês. O mero pagamento com atraso não elimina o problema.

Atrasos sistemáticos de salário e não aplicação do reajuste definido na data base são problemas frequentes na UNIBAN.

Da última, vez, em 2010, a empresa recusou-se a pagar o reajuste salarial retroativo a março e o abono de 5% em agosto, ambos fixados pela Convenção Coletiva de Trabalho de 2010.

O Sindicato dos Professores de São Paulo –Sinpro-SP e outros dois sindicatos – Sinpro ABC e Sinpro Osasco - convocaram a empresa para uma reunião no Foro de Conciliação de Conflitos Coletivos, instância prevista na Convenção Coletiva e composta por representantes das entidades sindicais patronal e de trabalhadores.

Na primeira reunião, marcada para o dia 27/09, a Uniban não compareceu. Limitou-se a informar ao sindicato patronal que pagaria o reajuste e as diferenças retroativas em 30/09. Quanto ao abono que os professores deveriam ter recebido em agosto, a empresa iria quitar a dívida apenas em 1º de novembro.

Inconformados, os três sindicatos convocaram nova reunião, dia 07/10, para cobrar a multa por descumprimento na Convenção Coletiva. A reunião contou ainda com a participação do sindicato dos

auxiliares de administração escolar do ABC (SAAE-ABC) que aproveitou a ocasião para fazer novas denúncias contra a empresa.

Na sessão do Foro, a representante da Mantenedora recusou-se a pagar a multa por descumprimento da Convenção e, ao justificar por que a Uniban não havia pago corretamente os professores, alegou:

“não se trata de problemas financeiros e sim de reestruturação, visando possível abertura de capital” (ata da reunião do Foro Conciliatório para Solução de Conflitos Coletivos, dia 07/10/2009)

Ver também:

Anexo II - Ata do Foro de Conciliação de Conflitos Trabalhistas (07/10/2010) – pag. 11 e 12

Anexo IV – Coletânea de artigos publicados sobre a dívida de 2010 da Uniban com os professores:

- SINPROs exigem que UNIBAN pague abono e diferenças salariais (30/09/2010) – pág. 15
- UNIBAN deve dinheiro e respeito aos empregados (11/10/2010) -- pág. 16
- Quem trabalha na UNIP ou UNIBAN deve ficar de olho no bolso (29/10/2010) -- pág. 17
- Artigo do Sinpro-SP de 2008 que denuncia irregularidades semelhantes às atuais. pág. 18

- Recibo de férias

As denúncias de professores sobre o não recebimento do recibo de férias, bem como falta de pagamento das mesmas, atraso no recebimento dos salários. não são novas. Em 2008, a Uniban alterou unilateralmente e na última hora o período de férias.

A falta de recibo deixa o professor sem referência para saber se as férias foram concedidas e foram pagas corretamente.

Ver também:

Anexo V – denúncia do Sinpro-SP sobre irregularidades na concessão e pagamento das férias em 2008 - pág. 18.

ANEXO I

Ata da mesa redonda realizada em 05 de maio de 2011 em decorrência de diversas denúncias, inclusive a mudança do regime de contratação de “tempo integral” para “aulista”, em abril de 2011.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO - SÃO PAULO/SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NORTE - SÃO PAULO/SP

Processo : 46474.001335/2011-31

SUSCITANTE : SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO

SUSCITADA : ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA LTDA (UNIBAN MATRIZ)

Aos cinco dias do mês de maio de 2011, às 11:30 horas, nesta Gerência Regional do Trabalho e Emprego – GRTE Norte, reuniram-se sob mediação do agente administrativo Christopher Yuri S.S Martins, de um lado o Sindicato suscitante representado pelos Sr.Ailton Fernandes e Sra. Sílvia Celeste Barbara, e de outro lado, a empresa suscitada representada pelo Dr. Décio Lincioni Machado e Dra. Ana Paula Ribeiro. Iniciadas as discussões, dada a palavra aos representantes presentes, discutiu-se a pauta conforme narrado a seguir: 1º - Não fornecimento de comprovantes de férias – O sindicato alega que a suscitada não apresenta os comprovantes de férias. A empresa se comprometeu a apresentar tais comprovantes assinados pelos funcionários no Sindicato. 2º - Atraso no pagamento de salários – quanto a tal reclamação, ficou esclarecido por parte da suscitada que não se referia a salários e sim ao reajuste salarial e ao abono do ano anterior. Ela ainda alega que os referidos pagamentos foram devidamente quitados, inclusive retroativamente. Professores que trabalham em jornada integral (T.I) - A empresa reconhece que houve atraso no pagamento em uma parte dos salários dos professores em tempo integral (T.I) no mês de março e abril de 2011, uma vez que estava ajustando a sua relação de professores em regime de dedicação integral juntamente com o Ministério da Educação em relação ao percentual legal exigido acerca do tempo integral, e afirmou que sanará esta pendência até o dia 13 de maio de 2011. 3º - Redução de salários desproporcional com a redução de carga horária – O sindicato levantou o fato de que a empresa está alterando a carga horária de alguns professores de forma unilateral sem o expresso consentimento dos funcionários, bem como que em 15 de abril de 2011 os professores em regime de T.I foram avisados por e-mail de que não mais prestariam serviços nessas condições de jornada de trabalho e que agora passariam a receber por hora/aula ministrada. A suscitada firmou compromisso de verificar perante o seu departamento de RH a bilateralidade e, portanto, a adequação legal. 4º - Assédio moral por parte do RH – Foram trazidas reclamações dos professores de “maus tratos” por parte do departamento pessoal para com os professores quando estes iam solicitar esclarecimentos quanto aos descontos abusivos em seus holerites, nos quais os representantes da empresa negaram a ocorrência dos fatos relatados, assumindo

GRTE - Norte/SP Av. General Ataliba Leonel, 2764, São Paulo CEP 02242-000
Telefones (11) 2973-8927 / 2973- 2865 / 2979-6296
e-mail: sdsp.spoorte@norte.gov.br



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO - SÃO PAULO/SP
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NORTE - SÃO PAULO/SP

compromisso de verificar eventuais ocorrências dos fatos relatados. Tendo em vista o entendimento entre as partes, archive-se o presente.

The image shows a document with several handwritten signatures and a circular stamp. In the top left, there is a signature that appears to be "L. A. B." with "Bar" written below it. In the top right, there is a signature that appears to be "J. P. B." with "Bar" written below it. A large, stylized signature, possibly "M. A. B.", is written across the middle of the page. In the bottom left, there is a circular stamp with the text "CHURCH OF THE HOLY SPIRIT" around the perimeter and "NEW YORK, N.Y. 10020" in the center. A signature is written over the stamp.



Decio Lencioni Machado
Presidente do Conselho Jurídico

Rua Bela Vista, 739
Chácara Santo Antônio - São Paulo
CEP 04709-001

Tel 55 11 5180 9012

dmachado@uniban.br

www.uniban.br



Conselho Estadual de Educação

Cons. Décio Lencioni Machado
Vice-Presidente da CES
Pça da República 53, Sala 223
01045-903 São Paulo, SP
Tel (11) 3255-2762
E-mail: dmachado@uniban.br
decio.machado@uniban.br

ANEXO II

Ata da reunião com a Uniban para cobrar as importâncias devidas aos professores e funcionários

ATA DO FORO CONCILIATÓRIO PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS COLETIVOS ENTRE A MANTENEDORA, ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA (UNIBAN), O SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE SÃO PAULO (SAAESP), SINDICATO DOS PROFESSORES DE OSASCO; SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DO ABC (SAAE ABC), O SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO, O SINDICATO DOS PROFESSORES DO ABC (SINPRO ABC), O SINDICATO DOS PROFESSORES DE OSASCO, COM A PRESENÇA DO SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO (SEMESP) E DA FEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO (FEPESP), REALIZADA NO DIA 7 DE OUTUBRO DE 2010.

Aos sete dias do mês de outubro de 2010, às 10:00 horas, na sede do SEMESP, localizada na rua Cipriano Barata, 2431, Ipiranga, São Paulo, Capital, realizou-se o Foro Conciliatório para solução de conflitos coletivos entre a Mantenedora, Academia Paulista Anchieta e os Sindicatos acima relacionados para tratar do seguinte assunto: não concessão do reajuste salarial 2010 e outras questões apontadas abaixo pelo SAAE ABC. **Presentes:** Hermann Hoty Silva e Ana Paula Ribeiro, representando a Mantenedora; Rodrigo Capelato e Raquel Torcani Carmona Cicate, representando o SEMESP; Celso Soares Nogueira, representante do SAAE ABC; Beatriz Cristina Visini, representante do SAAE São Paulo; Aloísio A. Silva e Leonida Rosa Silva, representando o SINPRO ABC; Walter Alves, representando o SINPRO São Paulo e SINPRO Osasco. Após a abertura dos trabalhos os representantes dos empregados questionaram acerca do pagamento do reajuste e abono salarial 2010. Os representantes da Mantenedora informaram que devido a uma reestruturação da UNIBAN, a instituição atrasou o pagamento dos reajustes relativos aos meses de março, abril e maio, tendo efetuado o pagamento de 2% de antecipação em maio de 2010. Informou ainda que efetuou o pagamento destes reajustes no dia 30 de setembro de 2010. Quanto ao abono, a Mantenedora comprometeu-se a efetuar o pagamento até o dia 1º de novembro de 2010. Com relação aos empregados demitidos, a Mantenedora informou que efetuou o pagamento da diferença dos reajustes da maioria deles. Os representantes dos empregados questionaram o pagamento da multa prevista na Convenção Coletiva pelo seu descumprimento. Inclusive ressaltaram que a mesma diante de problemas financeiros deveria ter procurado os Sindicatos antes de proceder aos atrasos no pagamento do reajuste e abono salarial devidos. Os representantes da Mantenedora informaram que não se trata de problemas financeiros e sim de reestruturação, visando possível abertura de capital, informaram ainda que não efetuarão o pagamento das multas previstas nas Convenções Coletivas. Dando continuidade a reunião, o representante do Sindicato dos Auxiliares do ABC apresentou outros questionamentos, além do atraso no pagamento do reajuste, quais sejam: exigência de três controles de ponto eletrônico manual e na portaria; não concessão de cesta básica (Cláusula 48 CCT); refeitórios não compatíveis com o número de funcionários (Cláusula 47 CCT); não mantém Creche (Cláusula 23 CCT); falta de vestiários, masculino e feminino; intervalo de refeição de meia hora para os seguranças; não fornece uniformes para os seguranças (Cláusula 18 CCT); não fornece comprovantes de pagamento (Cláusula 7 CCT); não fornece comprovante de recibo de férias; Não paga adicional noturno.; o setor de RH orienta aos funcionários a se movimentarem contra o Sindicato; desrespeito ao período aquisitivo de férias; não aceitação de atestado médico e dentista (Cláusula 12 CCT); trabalhadores do laboratórios de animais, falta de treinamentos, insalubridade e periculosidade; assédio moral dos chefes: Gimenes, Campos, Ricardo, Luiz e Chiba; manipula a CIPA – não tem materiais de primeiros socorros; convênio médico em desacordo com a Cláusula 40 CCT; descontos no salário dos funcionários de objetos desaparecidos, sob ameaça de demissão; punição de funcionários devido ao caso "Geise"; punição para os sindicalizados; não admite delegado representante (Cláusula 31 CCT); não cumpre a Cláusula 50, banco de horas; não se enquadram na legislação, quanto ao número de deficientes; não tem quadro de avisos (Cláusula 32 CCT); não emite ao Sindicato Relação

Nominal (Cláusula 36 CCT); não cumpre Bolsa de Estudos (Cláusula 16 CCT); não paga horas extras (Cláusula 9 CCT). A Mantenedora apresentará uma resposta ao representante do SAAE ABC até o dia 8 de novembro de 2010 (segunda-feira). Com relação aos empregados demitidos cujos pagamentos da diferença do reajuste ainda não foi efetuado, a Mantenedora se prontificou a apresentar uma eventual proposta até o dia 18 de outubro de 2010 diretamente aos Sindicatos.

Encerrando-se o presente Foro, lavrando-se a ata que será assinada em três vias. São Paulo, 7 de outubro de 2010.

Hermann Hoty Silva
MANTENEDORA

Ana Paula Ribeiro
MANTENEDORA

Rodrigo Capelato
SEMESP

Raquel Torcani Carmona Cicate
SEMESP

Celso Soares Nogueira
SAAE ABC

Beatriz Cristina Visini
SAAE SP

Aloísio A. Silva
SINPRO ABC

Leonida Rosa Silva
SINPRO ABC

Walter Alves
SINPRO São Paulo e SINPRO Osasco.

Anexo III

Denúncia de Professores da Uniban, encaminhada aos Sinpro-SP em abril/2011

Texto de Denúncia contra a UNIBAN

Este texto tem por objetivo denunciar as condições de trabalho as quais os professores da Universidade Bandeirante Brasil – a UNIBAN - estão sendo submetidos neste momento.

A expansão da universidade privada no Brasil ocorreu como parte do projeto político neoliberal, antidemocrático, privatista e sem compromisso algum com a qualidade real da educação brasileira. Isto pode ser percebido tanto pelas políticas educacionais e condições dos professores do setor público, como no desmonte sofrido em nossas escolas. Os trabalhadores do setor privado também são vítimas dessas determinações de expansão desordenada da educação que visa exclusivamente a criação de um MERCADO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA O MERCADO. Assim, o aluno do Ensino Superior é tratado como um cliente que compra um produto com a promessa de inserção no mercado de trabalho, ou seja, empregabilidade. Para isso os cursos se tornam cada vez mais curtos, suas cargas horárias são cortadas e principalmente se ignora a essência da Universidade: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em nome da autonomia universitária as UNIVERSIDADES PRIVADAS hoje podem formar cursos, alterar duração, colocar disciplinas à distância, alterar calendário e editais ao gosto de seus proprietários. A Educação saiu definitivamente da esfera de direito e se estabeleceu como direito. Com o slogan de "RESPONSABILIDADE SOCIAL" a UNIBAN indica que seu público é a classe C e D que não teriam condição de estudar se não fossem os preços baixos da mensalidade oferecida. No entanto vale perguntar: às custas de quem?

A situação da UNIBAN há alguns anos vem mudando no cenário das Universidades Privadas em São Paulo. Esta instituição cresceu vertiginosamente nos anos 90 chegando a ser uma das maiores da cidade, tendo vários campi espalhados pela cidade. Levou a cabo a máxima de qualificar mão de obra barata, rápida e obtenção de lucros estratosféricos. O proprietário, Heitor Pinto da Silva, foi candidato a vice-governador ao lado de Paulo Maluf e é uma das figuras mais exóticas do ensino privado no Brasil. Dirige a Universidade como se fosse a sua casa: ordenou a retirada de todas as latas de lixo das salas de aula (na Uniban só há lixeiras nos corredores), também ordenou a retirada das mesas e cadeiras dos professores das salas de aula para que fiquem de pé o tempo todo (em alguns campi é possível encontrar algumas sobrando) entre outras atitudes excêntricas do Sr. Reitor. Em julho os professores tiram apenas 20 dias férias. Este ano cancelou a iniciação Científica sem nenhuma explicação. Os professores pesquisaram, elaboraram projetos, redigiram estes projetos, apresentaram no prazo do Edital, aguardaram aprovação, divulgou-se aos alunos que se inscreveram para no fim, simplesmente tudo ser ignorado pelo Sr. Reitor que resolveu que pesquisa não é importante na sua Universidade. Mais de 200 professores e seus projetos foram tratados como lixo.

No entanto, a situação vem piorando muito e são os professores que estão sendo diretamente afetados. Com a concorrência de novos grandes conglomerados de Ensino Superior, o fim da demanda reprimida da década de 90 e da primeira década deste século, aliado a excêntrica administração da UNIBAN o número de alunos vem caindo sistematicamente. Turmas funcionam com números reduzidos e chegam a fechar em alguns campi.

A pressão para que a UNIBAN respeitasse as normas instituídas pelo MEC fez com que o Sr. Reitor tomasse novas providências. A lei determina que as Universidades tenham um terço de seus professores como TEMPO INTEGRAL, ou seja, os professores que cumpram 40 horas – SENDO NO MÁXIMO 20 HORAS EM SALA DE AULA E 20 DEDICADOS A PESQUISA E APERFEIÇOAMENTO.

O programa de tempo integral foi colocado em prática no ano de 2010 para que atendêssemos as exigências do MEC. Foi tudo colocado em prática de uma hora para outra e os professores tiveram que colocar nos seus currículos LATTES que eram professores exclusivos da instituição. Descrevemos abaixo o

- Foram propostos alguns nomes das mais diversas áreas da UNIBAN e atividades que seriam de responsabilidade destes Tis. Como elaboração de Planos de Cursos, documentação para o MEC, verificação do acervo da biblioteca entre outras funções. Nenhuma ligada a pesquisa.
- A carga horária (fora da sala de aula) foi dividida em horas cumpridas obrigatoriamente na Instituição – com o pagamento de meia hora aula - e as horas restantes externas com o pagamento de 15% da hora aula.
- No início deste ano atribuiu-se uma divisão entre os Tis – um seria responsável pelo bom andamento do curso e os outros acompanhariam um campus específico. E receberam uma nomenclatura:

- O professor - responsável pelo bom andamento do curso – foi nomeado de **MENTOR**.

- O professor – que acompanharia um campus específico – foi nomeado de **TUTOR**.

- A maioria dos Coordenadores Pedagógicos foi cortada, ficando apenas um por campus, evidenciando o **OBJETIVO MAIOR DA UNIBAN: ENXUGAR CUSTOS** – colocar os professores Tis para cumprir o papel dos coordenadores, claro sem pagar pela nova função. Assim, os professores Tis cumprem função de coordenação, mas não recebem para tal e nem tem a carteira de trabalho alterada.
- Assim as atribuições ADMINISTRATIVAS passaram a ser função do docente TI: fazer transferência de alunos;

- Trancamento de matrículas;
- Organizar e aplicar as provas de DP (aos sábados – mesmo que o professor não leccione aos sábados – deve trocar horas TI pelo sábado);
- Atendimento dos alunos para todas as dúvidas e solicitações;
- Organizar trabalhos para alunos que retornam ao curso, reprovados e outras situações;
- Providenciar substituição ou trabalhos para o caso de falta do docente;
- Criar cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização;
- Fazer a escolha de provas semestrais que serão aplicadas no sistema da instituição;
- Passar nas salas de aula de seu curso e listar representantes de sala;
- Supervisionar e assinar os estágios.

Além das atribuições cotidianas dos professores:

- Preparar as aulas;
- Digitar mensalmente as faltas dos alunos;
- Elaborar 3 provas por disciplina lecionada e digitar questão por questão no sistema;
- Colocar exercícios na plataforma virtual da instituição – Chamados de Aprofundamento

Além disso, sistematicamente (já ocorreu ao menos três vezes nos últimos dois anos) a UNIBAN altera o dia do pagamento dos salários dos professores, sendo que a cada mudança alega motivos diferentes. Neste mês o comunicado diz:

"Em virtude da mudança da estrutura organizacional para atender exigências do Ministério da Educação (MEC), o pagamento referente ao mês de março, será, excepcionalmente creditado no 5º dia útil de abril".

A maior consequência é um desconto gigantesco no imposto de renda dos professores no próximo salário que cai no mesmo mês. Sendo ainda que no último mês todos os salários foram pagos com erro de cálculo e o RH não explicou alegando que "os ajustes seriam feitos no próximo pagamento"

Enfim, o descontentamento é enorme, a pressão da UNIBAN é grande e a maior arma da instituição é a ameaça de demissão do trabalhador que precisa pagar suas contas e sustentar sua família. Professores que de alguma forma reclamaram levaram Advertência do RH ou foram demitidos. Assim, visto que o cenário do ensino em geral é degradante o professor é forçado a se submeter às condições impostas. O MEC, como principal órgão regulador do ESTADO, faz pressão para que as Instituições Privadas de Ensino cumpram a lei, mas não investiga e nem supervisiona as condições a que os trabalhadores estão submetidos. O MEC lava as mãos e diz que não é de sua responsabilidade questões ligadas ao mundo do trabalho.

ASSIM, PODEMOS DIZER QUE A UNIBAN ESTÁ CUMPRINDO A LEI: TEM UM TERÇO DE SEUS PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL. MAS ÀS CUSTAS DE QUE? Da precarização do trabalho do professor, acúmulo de funções, cumprimento de função docente e administrativa, e pagamento de meia hora aula ou de 15% da hora aula.

Pedimos intervenção imediata do MEC e do Ministério Público e a atuação do SINPRO – SP para que a UNIBAN não continue desrespeitando os trabalhadores do ensino dessa forma arbitrária e livre de qualquer sanção como vem acontecendo há meses.

Professores da Uniban

Anexo IV

Coletânea de artigos publicados em 2010 denunciando a Uniban pelo não pagamento do reajuste salarial de data base e o abono salarial fixado na Convenção Coletiva de Trabalho

SINPROs exigem que UNIBAN pague abono e diferenças salariais

A UNIBAN deixou de pagar o abono de 5% e as diferenças do reajuste de março, que deveriam ter sido quitados até 20 de agosto. E não se dignou a dar qualquer satisfação aos professores.

Para cobrar os valores, os SINPROs São Paulo, ABC e Osasco convocaram uma reunião, mas a UNIBAN não compareceu. Limitou-se a enviar um ofício comprometendo-se a quitar as diferenças retroativas até 30/09 e o abono, apenas em outubro.

Ainda que pague, o problema não está resolvido.Afinal, a UNIBAN descumpriu a Convenção Coletiva e por isso, está sujeita à multa de 1%, acrescida de juros, para cada professor atingido. (cláusula 55)

Os SINPROs São Paulo, ABC e Osasco convocaram a UNIBAN para nova reunião no dia 07/10. Querem discutir o pagamento do abono e a multa por descumprimento da Convenção. A UNIBAN terá ainda que comprovar o pagamento das diferenças no dia 30.

Fonte: Fepesp, 30/09/2010 – www.fepesp.org.br

Anexo IV

Coletânea de artigos publicados em 2010 denunciando a Uniban pelo não pagamento do reajuste salarial de data base e o abono salarial fixado na Convenção Coletiva de Trabalho

UNIBAN deve dinheiro e respeito aos empregados

A UNIBAN não pagou no dia 20/08 o abono salarial e as diferenças salariais devidas a todos os professores e funcionários administrativos das onze unidades paulistas (nove no município de São Paulo e outras duas, em São Bernardo e Osasco).

A UNIBAN só decidiu se mexer depois que os SINPROs São Paulo, ABC e Osasco convocaram uma reunião no **Foro Conciliatório para Solução de Conflitos Coletivos**, dia 27/09.

As diferenças salariais foram quitadas no dia 30 e a Mantenedora prometeu pagar o abono até o dia 01/11, ou seja, com setenta e três de atraso. Nem um pio sobre a **multa por descumprimento da Convenção**.

Os SINPROs ABC, São Paulo e Osasco convocaram a UNIBAN para nova reunião, no dia 07/10. Desta vez, ela também contou com a participação dos sindicatos que representam os funcionários administrativos de São Paulo e do ABC.

Os representantes da Mantenedora se recusaram a pagar a multa e ainda deram uma surpreendente justificativa para o desrespeito à Convenção: **"Não se trata de problemas financeiros, mas de uma reestruturação visando possível abertura de capital"**, como consta da ata da reunião.

Mas são os trabalhadores que devem financiar essa **"reestruturação"**? A instituição deveria ter pensado duas vezes antes de fazer gentileza com chapéu alheio. De certo, apostou na impunidade.

Por esse motivo, os departamentos jurídicos dos sindicatos preparam ações de cumprimento, caso a UNIBAN persista na decisão de não pagar o que deve a seus funcionários.

Fonte: Fepesp, 11/10/2010, www.fepesp.org.br

Anexo IV

Coletânea de artigos publicados em 2010 denunciando a Uniban pelo não pagamento do reajuste salarial de data base e o abono salarial fixado na Convenção Coletiva de Trabalho

Quem trabalha na UNIP ou UNIBAN deve ficar de olho no bolso

Quem trabalha na UNIP ou na UNIBAN deve ficar atento nos próximos dias. Nos dois casos, há dinheiro a receber. Entenda o que está sendo cobrado e denuncie imediatamente ao sindicato ou à FEPESP, se não receber!

UNIBAN

Depois de ter sido convocada duas vezes para o Foro Conciliatório para Solução de Conflitos Coletivos, a UNIBAN foi obrigada a quitar a dívida devida a todos os professores e funcionários, decorrente da Convenção Coletiva.

As diferenças salariais do reajuste de data base foram pagas no dia 30/09 e o abono será quitado no dia 1º/11.

A cobrança foi feita pelos SINPROs São Paulo, ABC e Osasco a partir de denúncias recebidas. A UNIBAN ainda deve a multa por descumprimento da Convenção, que deve ser paga a todos os trabalhadores atingidos.

Fonte: Fepesp, 29/10/2010 – www.fepesp.org.br

Anexo V

Denúncia sobre irregularidades na Uniban, especialmente sobre as férias, são antigas, como atesta a notícia divulgada pelo Sinpro-SP, em 2008.

Desmoralizados, dirigentes da UNIBAN aterrorizam professores

Com a presença dos docentes que não conseguiram evitar a pressão da reitoria e dos coordenadores, as reuniões da UNIBAN, em plenas férias, estão acontecendo sob um clima de terror e de insegurança. Dirigentes da instituição evitam levantar a cabeça e tentam explicar, envergonhados, porque o salário ainda não foi pago e porque o calendário escolar foi desrespeitado. Aliás, onde foi parar o dinheiro da folha de pagamento das férias dos professores?

Enquanto isso, SINPRO-SP recebe mais denúncias de irregularidades (saiba mais sobre elas) e aguarda reunião na subdelegacia regional da DRT nesta sexta-feira. Autuação pode servir de base para ampla ação judicial contra a escola. MEC, Conselho Nacional de Educação e ProUni também serão acionados.

Irregularidades denunciadas agora pelos professores da UNIBAN

1. Salários dos professores não foram reajustados de acordo com o novo horário de duração das aulas;

2. Convocação de professores aos sábados para aplicação de provas de DP sem o pagamento de horas extras;

3. Convocação de professores aos sábados e domingos para aplicação de provas vestibulares sem o pagamento de horas extras;

4. Não-pagamento de janelas;

5. Não-pagamento do adicional de 25% ao professor que lecionam em campi localizados em municípios diferentes daquele onde está contratado;

6. Não-pagamento de salários diferenciados a professores com titulação diferenciada em desrespeito ao Plano de Carreira.

Nos últimos anos, 62 processos contra a UNIBAN tramitaram pelo departamento jurídico do SINPRO-SP. Doze deles ainda estão em andamento.

Fonte: Sinpro-SP, 03/07/2008 – www.sinprosp.org.br

Anexo VI

E-mail de 14/04/2011 comunicando o fim do regime de tempo integral para parte dos professores do Instituto de Educação Desportiva da Uniban

----- Mensagem encaminhada -----
De: Instituto de Educação Desportiva <iedesportiva@uniban.br>
Assunto: Corte de TIs
Para: >
Data: Quinta-feira, 14 de abril de 2011, 19:58

Prezados, infelizmente, acabei de receber a lista de corte do professores TI. Tentei falar pessoalmente com cada um de vocês hoje a tarde para não receberem um email de forma impessoal.

Para aqueles que não puderam me atender, ou que estavam com o telefone desatualizado, me desculpe. Mas a função e atividades que exerciam como professor TI, a partir de hoje, estão extintas. Portanto, não devem mais cumprir os horários e atividades programadas.

Referente aos pagamentos deste e outros períodos, esse é um assunto que devemos aguardar o pronunciamento do setor responsável, que é o recursos humanos. Assim que obtiver alguma informação, serei o primeiro a transmitir.

(...)

Atenciosamente,

Prof. Ms. Luiz Carlos Delphino de Azevedo Jr.
Coordenador Academico do Instituto de Educação Desportiva
Universidade Bandeirante de São Paulo – UNIBAN”

Anexo VI

E-mail de 15/04/2011 comunicando o fim do regime de tempo integral para parte dos professores do Instituto de Educação da Uniban

----- Mensagem encaminhada -----
De: Instituto de Educacao - UNIBAN <ieducacao@uniban.br>
Data: 15 de abril de 2011 09:07
Assunto: Lista TIs - Instituto de Educação
Para:

Professores

Abaixo informo os docentes que permanecem como TI (Tempo Integral) no Instituto de Educação, conforme lista encaminhada pela Vice-reitoria:

Mirlei / Neide / Edson Facco / Cristina Máximo/ Regina Umaras
Cézar / Tania Tanaka / Luiz Henrique / Daniela Toma
Icimone / Marco Antonio
Vanir / Marlene / Antonio Poso
Claudia Munhoz / André Wagner / Christian
Diana / Ubiratan /Oswaldo
Cristina Colasanto / Elisete / Walkiria / Renata Marcílio / Claudia Leitão /Solange Leite/
Marcia V. / Fernanda Mazzante/ Vania Warwar / Edson Alves
Cristina Miyuki/ Sandra Guimarães / Cassio Rodrigues
leda

Reproduzo abaixo as orientações encaminhadas via e-mail da Vice-reitoria aos que não estão na lista acima.

"Os docentes que deixaram de ser TI's e ainda estão trabalhando como tal precisam ser rapidamente informados, para descontinuar as atividades que exercem."

Em nome dos Mentores, agradeço o companheirismo que marcou as atividades desenvolvidas pelo grupo nesse período e esperamos que em breve possamos retomar algumas ações que serão infelizmente interrompidas.

Obrigada

Profa.Roseana F.lalongo
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Coordenação AcadêmicaUNIBAN - Universidade Bandeirante Brasil

Anexo VII

Procuradoria exige mais docentes em tempo integral

Quatro universidades de SP sofrem pressão de órgão

FÁBIO TAKAHASHI

DA REPORTAGEM LOCAL

O Ministério Público Federal exige que quatro universidades privadas de São Paulo (Unib, Uniban, Unicsul e Unisa) aumentem, em até 45 dias, a proporção de professores contratados em tempo integral.

Caso as exigências não sejam cumpridas, a Procuradoria afirma que irá recorrer à Justiça. A medida foi tomada após o órgão receber informações das próprias instituições admitindo que não atingiram a proporção de um terço (33,3%) de professores com dedicação integral, exigida pela Lei de Diretrizes e Bases.

Das quatro universidades, a Unisa foi a que informou o menor percentual (8,4%). O maior foi da Unib (33,1%). Uniban e Unicsul declararam, respectivamente, 26,5% e 23,6%.

O objetivo de ter professores em tempo integral é incentivar a pesquisa e oferecer melhores condições de ensino (com horário remunerado para preparação de aulas, por exemplo). A carga horária é de 40 horas semanais, sendo apenas metade em sala de aula. Os docentes com esses contratos custam mais às instituições, pois é necessário um número maior de professores para atender o mesmo número de alunos.

"É muita cara-de-pau. O próprio cara admite que não cumpre a lei, que é bem clara", disse o procurador da República em São Paulo Sergio Gardenghi Suiama, que assinou ontem as recomendações às escolas.

As universidades citadas pelo procurador afirmam que seguem ou já estão próximas de atingir o percentual exigido.

O número de docentes com dedicação integral é uma das exigências para que as escolas sejam classificadas como universidade. A modalidade dá mais autonomia que os demais modelos (faculdades e centros universitários), como na abertura de cursos, por exemplo.

A investigação começou após a **Folha** publicar, em maio do ano passado, reportagem que mostrou que apenas 37 das 86 universidades privadas do país cumpriam a proporção prevista na Lei de Diretrizes e Bases. As informações tinham como fonte o Censo da Educação Superior do MEC de 2006.

Na capital, área de atuação de Suiama, sete instituições não haviam atingido o patamar necessário e foram questionadas pela Procuradoria.

Além das quatro instituições notificadas, a Universidade São Marcos e a Unicid informaram já terem se adequado, dados que ainda serão averiguados pelo Ministério Público.

Já a Unicastelo não respondeu aos questionamentos até o momento, segundo Suiama.

São Paulo, quinta-feira, 08 de janeiro de 2009

FOLHA DE SÃO PAULO **cotidiano**

Anexo IX

Ação civil pública contra a Uniban movida em 2009 pelo Ministério Público Federal



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA ____ª VARA CÍVEL FEDERAL
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO – SP

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL vem, por intermédio do Procurador da República *in fine* assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, propor, com fulcro nos arts. 127, *caput*, e 129, III, da Constituição da República, na Lei Complementar nº 75/93 e na Lei nº 7.347/85, a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA com
PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

em face de:

- ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA S/C LTDA, CNPJ 62.655.261/0001-05 com endereço na Rua Maria Cândida, 1813, Vila Guilherme, São Paulo, SP, CEP 02071-013, mantenedora da Instituição de Ensino Superior denominada **UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO - UNIBAN**;

- UNIÃO FEDERAL, tendo por seu representante legal, na forma do art. 12, I, do CPC, dos arts. 9º, § 3º, 35, IV, e 37 da Lei Complementar nº 73, de 10.2.93, e disposições da Lei nº 10.480/2002, o Procurador Regional da 3ª Região, com endereço na Avenida Paulista, 1842, 20º andar, Torre Norte, São Paulo, SP, CEP 01310-200,

em razão dos fatos e fundamentos que a seguir aduz.

I – DOS FATOS

Foi instaurado no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo o Procedimento Administrativo nº 1.34.001.003697/2008-92, visando a apurar fatos narrados em matéria veiculada pelo Jornal "Folha de São Paulo" (DOC. 1). A reportagem, datada do dia 12 de maio de 2008, constatou que diversas Universidades privadas, entre elas a IES-Ré, deixam de cumprir a exigência legal consignada no art. 52, inciso III, da Lei nº 9.394/96, que assim dispõe:

"Art. 52: As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

(...)

III: um terço do corpo docente em regime de tempo integral."

(grifo nosso)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Instada a se manifestar sobre o assunto, a Instituição de Ensino Ré informou que o percentual de docentes por ela contratados em regime de tempo integral é de **26,5% (vinte e seis vírgula cinco por cento)**, inferior ao mínimo exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (DOC. 2).

Diante do exposto, foi expedida à UNIBAN a **Recomendação MPF/PRSP nº 02/2009** (DOC. 3), determinando que a Universidade promovesse a adaptação de seu corpo docente a fim de que fosse atingido o percentual mínimo exigido pela Lei nº 9.394/96, em seu art. 52, inciso III, qual seja, de um terço do corpo docente em regime integral, efetuando, se necessário fosse, novas contratações, ou realocando os docentes já contratados. Determinou-se ainda o encaminhamento, ao Ministério Público Federal, de relação completa dos docentes contratados pela UNIBAN, contendo nome, CPF e regime de dedicação laboral, a fim de se verificar o cumprimento da legislação mencionada.

Ocorre que, transcorrido o prazo para o cumprimento espontâneo de referida Recomendação, a UNIBAN sequer se manifestou acerca do quanto determinado por este órgão ministerial, mantendo-se inerte.

Cumpré ressaltar, ainda, que a União é responsável pela fiscalização das instituições de ensino superior por ela autorizadas a funcionar, com vista ao indispensável controle acerca do “cumprimento das normas gerais da educação nacional” (art. 209, inciso I da CF/88), condição inexorável à exploração do ensino pela iniciativa privada. Contudo, **encontra-se omissa no que tange ao seu dever constitucional de fiscalizar o cumprimento das diretrizes e normas da educação nacional**, mostrando-se inerte no que concerne à fiscalização do cumprimento do art. 52, inciso III, da LDB, uma vez que a Instituição de Ensino-Ré, como se demonstrou, manteve-se operante com percentual de docentes em regime integral inferior ao mínimo exigido pela lei.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Destarte, em face da recusa da Universidade Bandeirante de São Paulo em atender à Recomendação do Ministério Público Federal, e da omissão da União Federal em relação a seu dever de fiscalizar o cumprimento das normas da educação nacional, propõe-se a presente Ação Civil Pública, com os fundamentos de Direito que se seguem.

II - DO DIREITO

a) Do percentual mínimo de professores em regime de dedicação integral exigido pela Lei nº 9.394/1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1.996) assim dispõe, em seu artigo 52:

“Art. 52: As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:
(...)
III: um terço do corpo docente em regime de tempo integral.”
(grifo nosso)

A exigência de um percentual mínimo do corpo docente em regime de dedicação integral está consignada na LDB por razões pedagógicas, e tem como finalidade garantir o comprometimento de ao menos parte do corpo docente para com a Instituição de Ensino.

É notável a crescente desvinculação dos docentes em relação às Instituições de Ensino nas quais exercem suas atividades. A grande maioria dos docentes de Ensino Superior acaba por ministrar aulas em diversas instituições, além de exercer outras atividades profissionais, o que acaba por prejudicar o comprometimento do docente para com as atividades desenvolvidas pelas Universidades.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Por outro lado, também não se pode exigir que todos os docentes permaneçam vinculados em regime de dedicação integral à Instituição de Ensino em que lecionam, ignorando a dinâmica profissional predominante no cenário do Ensino Superior.

Nesse sentido, a fim de conciliar a necessidade de manutenção de um corpo docente comprometido com a IES e a dinâmica profissional dos professores de ensino superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que um percentual mínimo de um terço (aproximadamente 33,3%) do corpo docente deva ser contratado em regime integral.

Referida exigência tem como escopo garantir, como já explicado, que a Universidade mantenha uma parcela do corpo docente comprometida integralmente com os programas desenvolvidos por ela – não só a atividade docente em sentido estrito, mas também os projetos de pesquisa, extensão e planejamento didático.

Contudo, como se pôde constatar, a Instituição de Ensino-Ré deixou de dar cumprimento a referida exigência legal, **em vigência há mais de dez anos**. Nem há que se falar, portanto, em justificativa fundada em necessidade de adaptação às normas legais vigentes, tendo em vista que transcorrida mais de uma década desde a aprovação e publicação do texto legal.

Ainda, conforme se verifica de manifestação encaminhada ao Ministério Público Federal, a IES-ré não apresentou qualquer justificativa para o descumprimento da legislação vigente, e, após a Recomendação expedida pelo MPF, determinando o cumprimento da obrigação legal, tampouco demonstrou interesse em se ajustar às determinações da Lei nº 9.394/96.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Desta maneira, a presente ação tem o intuito de adequar a conduta da IES-ré à exigência legal determinada pelo art. 52, inciso III da Lei nº 9.394/96, qual seja, de manter um terço do corpo docente em regime de dedicação integral.

b) Dos danos morais coletivos

Os danos morais revelam-se ante o prejuízo suportado pela coletividade ao ver frustradas as sua intenção de contar com uma formação acadêmica adequada às normas legais vigentes e que oportunize aos estudantes uma chance no disputado mercado de trabalho.

Pode-se dizer, portanto, que os danos perpetrados pela IES-Ré atingem a moral coletiva, na medida em que a sociedade como um todo se vê frustrada pelo oferecimento enganoso de um serviço, o qual, em princípio, lhe seria destinado a obter um legítimo acesso a educação superior, nos moldes delineados e autorizado pelo Poder Público.

É notável a péssima qualidade de ensino oferecida pela Universidade Bandeirante de São Paulo. A Universidade figura no *ranking* do Ministério da Educação como uma das piores Instituições de Ensino no país: de acordo com o IGPC - Índice Geral de Cursos da Instituição, novo indicador usado pelo MEC para determinar a qualidade de instituições de ensino superior, a UNIBAN obteve nota 195.3, em uma escala de 0 a 500 (DOC. 4). Tal pontuação situa a UNIBAN na posição de **4º pior instituição de ensino do Estado de São Paulo, e 10º pior instituição de ensino no território nacional**.

Mais. A avaliação da Universidade não é diferente no que tange ao curso de Medicina, responsável pela formação de centenas de profissionais da saúde anualmente em nosso país. A UNIBAN obteve a **pior nota**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

em uma escala de 1 a 5. Segundo o Ministério da Educação, os cursos que obtiveram nota 1 e 2 **não possuem condições de funcionamento** (DOC. 5).

Não é difícil relacionar o descumprimento da legislação pertinente às Instituições de Ensino Superior à péssima qualidade do ensino ministrado pela Universidade. Reportagem do jornal “Folha de São Paulo” revela diversas reclamações de alunos da UNIBAN, segundo as quais **seus docentes não conseguem atender aos estudantes fora do horário de aula**. Isso naturalmente deriva da ausência de um corpo docente comprometido com a Universidade, conforme o indicado pela própria matéria jornalística. (DOC. 6).

Outro dado objetivo que comprova a ocorrência do dano moral coletivo, resultante do descumprimento da legislação educacional pela IES-Ré, está consignado no Cadastro de Reclamações Fundamentadas referente ao período de 2008, consolidado pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de São Paulo – PROCON-SP. Na Área de Serviços Privados, competindo com as fornecedoras de serviços de televisão a cabo e internet, notadamente alguns dos maiores alvos de reclamações por parte dos consumidores, a UNIBAN figura como a **9ª empresa que mais recebeu reclamações de seus consumidores**. Ressalta-se que, das 38 reclamações fundamentadas registradas pelo PROCON em 2008, **nenhuma foi atendida**. (DOC. 7, p. 20)

Por fim, prova cabal da má-qualidade dos serviços oferecidos pela Universidade-Ré está consignada no Relatório Técnico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, autarquia vinculada ao Ministério da Educação e responsável pelo estudo dos resultados do ENADE, componente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

No Relatório que consigna os resultados da Universidade Bandeirante de São Paulo no ENADE 2007 (DOC. 8), verifica-se que o desempenho da IES foi sofrível. **Em relação a praticamente todos os cursos, os resultados da UNIBAN foram inferiores à média brasileira das Instituições de Ensino Superior**.

Quando aos resultados obtidos pelos cursos da UNIBAN no ENADE 2007, a situação não é menos desanimadora (DOC. 9). A grande maioria dos cursos (15 dos 24 cursos avaliados) obteve conceito de **“baixo”** (1 e 2) a **“regular”** (3). Apenas 2 cursos obtiveram conceito 4, enquanto os outros constam como **“Sem Conceito – S/C”**.

Comprovado, portanto, o dano moral coletivo ocasionado pelo desrespeito da Ré à legislação educacional, gerando graves consequências à sociedade.

Tais consequências, suportadas difusamente pela sociedade, provocam indiscutível lesão na esfera psíquica da coletividade e, via de regra, dão ensejo ao ressarcimento propugnado pelo autor, conforme previsto no inciso V, e caput, do artigo 1º, da Lei nº 7.347/85:

“Art. 1º - Regem-se pelas disposições desta lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:
(...)
V - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (grifos nossos).”

O Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90, a seu turno, também contempla a indenização por dano moral, nos incisos VI e VII do artigo 6º:

“Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

(...)
VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais, morais, individuais, coletivos e difusos;
VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.” (grifos nossos).

Nesse diapasão, a doutrina de Carlos Alberto Bittar Filho bem esclarece a natureza do dano material coletivo:

*“[...] chega-se à conclusão de que o dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em **dano moral coletivo**, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável, do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial. Tal como se dá na seara do dano moral individual, aqui também não há que se cogitar de prova da culpa, devendo-se responsabilizar o agente pelo simples fato da violação (damnum in re ipsa).”* (grifo nosso).

Veja-se, ainda, a respeito do tema, o preclaro entendimento do Procurador da República André de Carvalho Ramos:

“Assim, é preciso sempre enfatizar o imenso dano moral coletivo causado pelas agressões aos interesses transindividuais. Afeta-se a boa-imagem da proteção legal a estes direitos e afeta-se a tranquilidade do cidadão, que se vê em verdadeira selva, onde a lei do mais forte impera”

[...]

¹ In: Do Dano Moral Coletivo no Atual Contexto Jurídico Brasileiro. *Revista de Direito do Consumidor*, n. 12, São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 55.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

*Tal intranquilidade e sentimento de desapeço gerado pelos danos coletivos, justamente por serem indivisíveis, acarretam lesão moral que também deve ser reparada coletivamente. Ou será que alguém duvida que o cidadão brasileiro, a cada notícia de lesão a seus direitos não se vê desprestigiado e ofendido no seu sentimento de pertencer a uma comunidade séria, onde as leis são cumpridas? A expressão popular ‘o Brasil é assim mesmo’ deveria sensibilizar todos os operadores do Direito sobre a urgência na reparação do dano moral coletivo.”*²

Também a jurisprudência passou a apresentar resposta às novas demandas pleiteando a indenização por danos morais coletivos:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA. (...) DANOS MORAIS COLETIVOS.
(...) A ocorrência de danos morais coletivos é matéria relativamente nova na jurisprudência. Doutrinariamente, o dano moral é conceituado como o prejuízo de caráter intrínseco ao íntimo do ofendido, isto é, ligado à esfera da personalidade. A coletividade, por óbvio, é desprovida desse conteúdo próprio da personalidade. Entretanto, não pode permanecer desamparada diante de atos que atentam aos princípios éticos da sociedade.
Costuma-se dizer que o dano moral tem dupla função: reparar o dano sofrido pela vítima e punir o ofensor. O denominado “dano moral coletivo” busca, justamente, valorar a segunda vertente, mas sob um prisma diferente. **Mais do que punir o ofensor, confere um caráter de exemplaridade para a sociedade, de acordo com a importância que o princípio da moralidade administrativa adotou hodiernamente.** Dessa forma, o dano moral coletivo tem lugar nas hipóteses onde exista um ato ilícito que, tomado individualmente, tem pouca relevância para cada pessoa; mas, frente à coletividade, assume proporções que afrontam o senso comum. É o que se verifica no caso dos autos. Por natureza, trata-se de um ilícito contratual, cujos efeitos atingiram a comunidade local. **Mensurado individualmente, não daria ensejo à indenização pela pouca importância na esfera de cada cidadão. Contudo, na sua generalidade, leva à sua reparação aos olhos da sociedade.**

² In: A ação civil pública e o dano moral coletivo. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 25, São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 83.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Mantido o quantum indenizatório fixado na sentença (R\$ 50.000,00), já que adotou como critério a capacidade econômica da ré, estando de acordo com o intuito de exemplaridade e reparabilidade. Apelação parcialmente provida para que para que a Brasil Telecom promova a reabertura dos postos de atendimento que foram extintos. (TRF da 4ª Região. 3ª Turma. Apelação Cível nº 2002.70.02.003164-5/PR. DJU 27.09.2006 – grifo nosso)”

“APELAÇÃO CÍVEL. (...) TOMBAMENTO. NEGLIGÊNCIA DOS PROPRIETÁRIOS. DESTRUIÇÃO PARCIAL DO BEM. DANO MORAL COLETIVO. Com a evolução do amparo ao meio ambiente no Brasil, a doutrina pacificou o entendimento acerca da possibilidade de reconhecimento da indenização por dano moral coletivo, quando decorrente de agressões ao patrimônio ambiental, com respaldo, após 1994, no art. 1º da Lei da Ação Civil Pública. (...)” (TJSC. 1ª Câmara de Direito Público. Apelação Cível nº 2005.013455-7. Decisão Unânime, DJ 18.11.2005 – grifo nosso)”

Cabível, portanto, a indenização por danos morais coletivos ora pleiteada, em razão da comprovação objetiva do dano moral coletivo em face da péssima qualidade dos serviços educacionais oferecidos pela Universidade.

III - DA LEGITIMIDADE ATIVA

O vigente texto constitucional confere legitimidade ao Ministério Público para zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; ao mesmo tempo, assegura, como função institucional, a promoção da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129, II e III, C.F.):

“Art. 127 - O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

(...)”

“Art. 129 - São funções institucionais do Ministério Público: (...) II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; (...)”

Nesse sentido, a peça vestibular destaca, suficientemente, o interesse difuso que se visa proteger com a propositura da presente demanda, e do meio postulatório de que se valeu o MPF para tanto, isto é, da Ação Civil Pública, a saber: **o direito difuso à educação**, constitucionalmente assegurado no art. 205, da Constituição Federal, direito este titularizado por todos, de toda a sociedade, de indeterminação absoluta, cuja relevância social é indiscutível.

Nessa mesma linha de entendimento, impende destacar o importante precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em matéria de legitimidade do Ministério Público, em casos de Inquérito Civil e de Ação Civil Pública, na **defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos**:

“RE N. 163.231-SP
RELATOR: MIN. MAURÍCIO CORRÊA
EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROMOVER AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E HOMOGÊNEOS. MENSALIDADES ESCOLARES: CAPACIDADE POSTULATÓRIA DO PARQUET PARA DISCUTI-LAS EM JUÍZO.
1. A Constituição Federal confere relevo ao Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a **defesa da ordem**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127).

2. Por isso mesmo detém o Ministério Público capacidade postulatória, não só para a abertura do inquérito civil, de ação penal pública e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, mas também de outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, I e III).

3. Interesses difusos são aqueles que abrangem número indeterminado de pessoas unidas pelas mesmas circunstâncias de fato e coletivos aqueles pertencentes a grupos, categorias ou classes de pessoas determináveis, ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

3.1. A indeterminidade é a característica fundamental dos interesses difusos e a determinidade a daqueles interesses que envolvem os coletivos.

4. Direitos ou interesses homogêneos são os que têm a mesma origem comum (art. 81, III, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), constituindo-se em subespécie de direitos coletivos.

4.1. Quer se afirme interesses coletivos ou particularmente interesses homogêneos, stricto sensu, ambos estão circunscritos a uma mesma base jurídica, sendo coletivos, explicitamente dizendo, porque são relativos a grupos, categorias ou classes de pessoas, que conquanto digam respeito às pessoas isoladamente, não se classificam como direitos individuais para o fim de ser vedada a sua defesa em ação civil pública, porque sua concepção finalística destina-se à proteção desses grupos, categorias ou classe de pessoas.

5. As chamadas mensalidades escolares, quando abusivas ou ilegais, podem ser impugnadas por via de ação civil pública, a requerimento do Órgão do Ministério Público, pois ainda que sejam interesses homogêneos de origem comum, são subespécies de interesses coletivos, tutelados pelo Estado por esse meio processual como dispõe o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal.

5.1. Cuidando-se de tema ligado à educação, amparada constitucionalmente como dever do Estado e obrigação de todos (CF, art. 205), está o Ministério Público investido da capacidade postulatória, patente a legitimidade ad causam, quando o bem que se busca resguardar se insere na órbita dos interesses coletivos, em segmento de extrema delicadeza e de conteúdo social tal que, acima de tudo, recomenda-se o abrigo estatal. Recurso extraordinário conhecido e provido para, afastada a alegada ilegitimidade do Ministério Público, com vistas à defesa dos interesses de uma coletividade,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

determinar a remessa dos autos ao Tribunal de origem, para prosseguir no julgamento da ação.” (grifo nosso)

A legitimidade ministerial é corroborada ainda pelos seguintes preceitos normativos:

“Lei Complementar nº 75/93 - Estatuto do Ministério Público da União

Art. 5º São funções institucionais do Ministério Público da União:

I - a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os seguintes fundamento e princípios:

(...)

II - zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos:

(...)

d) à segurança social, à educação, à cultura e ao desporto, à ciência e à tecnologia, à comunicação social e ao meio ambiente;

(...)

V - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto:

a) aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde e à educação;

(...)

VI - exercer outras funções previstas na Constituição Federal e na lei.”

Art. 6º - Compete ao Ministério Público da União:

(...)

VII - promover o inquérito civil e a ação civil pública para:

a) a proteção dos direitos constitucionais;

(...)

c) a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor;

d) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos;

(...)

XII - propor ação civil coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

XIII - propor ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços;"

Por fim, há que se repisar que os interesses defendidos na presente ação referem-se à **educação**, extrema e cuidadosamente tratada pela Constituição Federal e legislação ordinária, já que, como é cediço, é a base para o desenvolvimento humano, social e econômico, sendo direito diretamente ligado à cidadania e à formação e desenvolvimento individuais (dignidade humana).

Patente, portanto, a legitimidade ativa do Ministério Público Federal para o ajuizamento da presente Ação Civil Pública.

IV - DA LEGITIMIDADE PASSIVA

A Instituição de Ensino Superior anteriormente referida figura no pólo passivo desta demanda por ser autora da ilegalidade combatida nesta ação, qual seja, o descumprimento do disposto no art. 52, inciso III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Por seu turno, a União Federal é responsável pela fiscalização das instituições de ensino superior por ela autorizadas a funcionar, com vista ao indispensável controle acerca do "cumprimento das normas gerais da educação nacional" (art. 209, I da CF/88), condição inexorável à exploração do ensino pela iniciativa privada.

Encontrando-se omissa no que tange ao seu dever constitucional de fiscalizar o cumprimento das diretrizes e normas da educação nacional, tem-se por legitimada passivamente a União Federal para a presente ação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Deveras, a Constituição Federal estabeleceu como condição imprescindível à incursão da iniciativa privada no ensino o cumprimento das normas gerais da educação (art.209, I, CF/88). Por conseguinte, para garantir efetividade ao mandamento constitucional, exige-se em contrapartida a existência de fiscalização acerca do cumprimento das aludidas normas.

Coube, então, à Lei 9.394/96 disciplinar a quem caberia a fiscalização destas normas gerais, o que fez mediante um sistema de colaboração entre as diversas esferas de atuação do Poder Público. Conforme teor do art. 16 da referida lei, a União é responsável pela fiscalização das instituições de ensino superior, integrantes do sistema federal de ensino:

"Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

- I - as instituições de ensino mantidas pela União;*
- II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;*
- III - os órgãos federais de educação."*

Desta feita, resta inconteste que a responsabilidade por fiscalizar e coibir a prática abusiva relatada neste autos é, indubitavelmente, da União Federal, através do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

V – DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

Como já demonstrado, o art. 16 da Lei 9.394/96 preceitua que as Instituições de Ensino Superior Privadas fazem parte do sistema federal de ensino.

Em se tratando de ilegalidade decorrente de ato praticado por Instituição de Ensino Superior Privada, como é o caso em tela, justifica-se a competência da justiça federal para julgar o presente feito.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Outrossim, a competência federal advém de expressa disposição constitucional, tendo em vista que a União figura como ré litisconsorte. Reza o art. 109, I da CF/88:

*"Art.109 - Aos juizes federais compete processar e julgar:
I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e do Trabalho." (grifo nosso)*

Assim, resta demonstrada a competência da justiça federal para julgar o presente feito.

VI- DO PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

O fundamento legal para a concessão de liminar na ação civil pública está explicitamente previsto no art. 12 da Lei n.º 7.347/85 c/c o art. 84, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor (aplicável à ação civil pública, por força do que dispõe o art. 21 da Lei n.º 7.347/85).

Nesse passo, os requisitos para a concessão de liminar, com natureza de antecipação de tutela, na ação civil pública, são a urgência, ou, nos termos da lei, o justificado receio de ineficácia do provimento final, consubstanciada no que se convencionou chamar *periculum in mora*, e a relevância do fundamento da demanda, ou *fumus boni juris*.

In casu, a relevância do fundamento da demanda (*fumus boni juris*) resta evidenciado, tendo em vista todos os argumentos de fato e de direito expostos ao longo da peça vestibular, que demonstram o descumprimento da legislação vigente, especificamente em relação ao artigo 52, inciso III da Lei nº 9.394/96, por parte da Faculdade-Ré.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

O fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação decorre do contínuo funcionamento da Instituição-Ré em desacordo com as normas legais vigentes, de maneira que, não sendo concedida a antecipação de tutela, centenas de alunos continuarão sendo prejudicados pelo serviço fornecido em desacordo com a lei, em condições pedagógicas insatisfatórias.

Como já visto, a exigência legal de manutenção de, no mínimo, um terço dos professores em regime de dedicação integral é fundada em razões de caráter didático e pedagógico que visam a garantir o funcionamento satisfatório das Universidades, especialmente no que tange à qualidade do serviço prestado aos alunos da Instituição, e ao próprio papel da Universidade como pólo de ensino, pesquisa e extensão – tripé indissociável no qual deve se sustentar a Instituição de Ensino Superior..

Dessa maneira, o descumprimento da legislação vigente não constitui mera ofensa ao ordenamento jurídico, mas também descomprometimento da Universidade para com o cumprimento de sua função social.

Presentes os pressupostos autorizadores da concessão da medida liminar, quais sejam, a plausibilidade do direito e o perigo da demora, deve o pedido *in limine* ser concedido.

Assim sendo, requer o Ministério Público Federal a concessão da medida liminar para que:

- a) seja determinada à Instituição de Ensino Ré a obrigação de cumprir o quanto determinado pelo art. 53, inciso II, da Lei nº 9.394/96, ou seja, a **manutenção de um terço do corpo docente em regime de dedicação integral**, determinando-se multa cominatória de **R\$ 10.000,00 (dez mil**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

reais) por dia enquanto perdurar o descumprimento de referida norma legal, a ser revertida para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, criado pelo Decreto n.º 1.306/94.

VII - DO PEDIDO PRINCIPAL E DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante de todo o exposto, requer o Ministério Público Federal:

a) a citação das demandadas, na forma da lei, para, querendo, contestarem a presente Ação Civil Pública;

b) a confirmação do pedido liminar referido no item anterior, com a consequente condenação da IES-ré na **obrigação de fazer**, consistente em cumprir o quanto determinado pelo art. 53, inciso II, da Lei nº 9.394/96, ou seja, a **manutenção de um terço do corpo docente em regime de dedicação integral**, determinando-se multa cominatória de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia** enquanto perdurar o descumprimento de referida norma legal, a ser revertida para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, criado pelo Decreto n.º 1.306/94;

c) a condenação da IES-ré no pagamento de **danos morais coletivos** suportados pela sociedade no âmbito dos interesses difusos, no valor de **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais), a ser revertido ao fundo a que se refere o artigo 13 da Lei nº 7.347/85.

d) a condenação da IES-Ré em custas e honorários advocatícios, valor a ser revertido para a Conta Única do Tesouro Nacional;

e) por fim, a condenação da União Federal à **obrigação de fazer**, qual seja a de, efetivamente, fiscalizar a instituição de ensino



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

superior ora demandada, no sentido de exigir o cumprimento das normas gerais da educação nacional, aplicando-lhe as penalidades cabíveis.

Requer-se, ainda, o julgamento antecipado da lide, conforme art. 330, inciso I do CPC, por tratar-se de matéria exclusivamente de direito e, caso Vossa Excelência entenda ser necessária qualquer dilação probatória, protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais).

São Paulo, 26 de março de 2009

SERGIO GARDENGHI SUIAMA
Procurador da República

Relatório sobre as irregularidades da UNIESP

Federação dos Professores do Est. de São Paulo

SINPAAAE Ribeirão Preto

SINPRO ABC

SINPRO Bauru

SINPRO Campinas e Região

SINPRO Jaú

SINPRO Santos

SINPRO São Paulo

SINPRO Sorocaba

SINTEE Presidente Prudente e Região

Abril/2011

As irregularidades da Uniesp

O grupo econômico Uniesp (União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo, presidido pelo Sr. José Fernando Pinto Costa, é responsável por 25 faculdades isoladas que oferecem 40 cursos e 7 escolas de educação básica.

O grupo teve origem na região do oeste paulista, há 12 anos. Em pouco tempo, revelou uma política agressiva de expansão pela aquisição de estabelecimentos em 23 cidades do estado de São Paulo.

A partir daí, os problemas foram estendidos e multiplicados para as outras cidades e regiões onde o grupo passou a atuar.

A UNIESP tem como prática recorrente desrespeitar direitos trabalhistas e, quando cobrada, usar de inúmeros subterfúgios para furtar-se ao cumprimento das obrigações.

Foi por este motivo que em fevereiro de 2010 a Justiça do Trabalho acatou dois pedidos de execução de multa no valor de R\$ 49 milhões. A execução foi requerida pelo Ministério Público do Trabalho da 15ª Região em Presidente Prudente, depois que a UNIESP descumpriu sistematicamente os termos de ajustamento de conduta (TAC) acordados em 2006.

Apesar de tudo, o grupo recebe recursos públicos que certamente tiveram importante contribuição para o crescimento da empresa. A UNIESP opera por meio do Instituto Educacional do Estado de São Paulo – IESP (CNPJ 63.083.869/0001-67), com faculdades cadastradas no Fies (Programa de Financiamento Estudantil), Prouni (Programa Universidade para Todos) e Bolsa-universidade (programa estadual paulista).

A empresa ainda possui isenção da contribuição patronal ao INSS (ver anexo1, pág. 7).

A Fundação Uniesp de Teletradução, também do senhor José Fernando Pinto da Costa, recebeu em 2010 verbas do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 23, assinado com o Ministério do Trabalho e Emprego. *(ver anexo 2, pág. 8)*.

Os problemas não atingem apenas professores, funcionários e alunos.

A Uniesp têm mantido disputa com ex-mantenedores de algumas das faculdades que adquiriu. Discute-se exatamente a anulação do negócio (em Diadema e Taquaritinga, por exemplo) ou a ausência de pagamentos aos antigos proprietários (em Ribeirão Preto e São Paulo, por exemplo).

Legislativo sem resposta

Os mantenedores da Uniesp não enviaram representante à audiência pública de 29/03/2011, no evento convocado com antecedência pelo deputado estadual Carlos Giannazi, na Assembleia Legislativa de São Paulo. A audiência reuniu alunos e trabalhadores da Uniesp para discutir os problemas. ***(ver Anexos 3, páginas 9 e 10. Segue também gravação da Audiência Pública, feita pela TV Assembleia).***

Estudantes

Durante as ações para tentar pôr fim às irregularidades trabalhistas, os sindicatos tiveram contato com alunos que fizeram graves denúncias, especialmente em relação ao FIES.

A UNIESP tem como política atrair alunos com baixas mensalidades e oferta de bolsa de estudo. Depois de certo tempo em que o aluno está matriculado, a bolsa é rescindida e o aluno constrangido a aderir ao FIES, com um valor de mensalidade superior ao que tinha sido oferecido no início do curso. **(ver propaganda na página 13)**

Os alunos também reclamam de falta de aulas, cobranças indevidas nas mensalidades, falta de infra-estrutura, junção de classes para suprir falta de professores, queda na qualidade de ensino, atraso no envio ou emissão de boletos, falta de retorno sobre as reclamações, irregularidades no Programa Aluno Pesquisador (retenção do dinheiro destinado à alimentação e transporte).

Vale registrar também que a Uniesp continua desrespeitando a determinação da Sesu, que em despacho publicado no Diário Oficial em 14 de janeiro de 2011 desautorizou o uso do nome Uniesp, pois entendeu que ele induzia os estudantes a acreditarem tratar-se uma universidade:

“o Instituto Educacional do Estado de São Paulo - IESP pratica unificação irregular de suas mantidas e de outras Instituições de Ensino Superior, que por sua vez utilizam nome comercial diferente do autorizada pelo MEC, qual seja "UNIESP", induzindo seus estudantes acreditarem se tratar de uma Universidade” (No -4 - CGSUP/DESUP/SEsu/MEC / Mantidas - PROCESSO Nº 23000.011121/2010-62)

Por esse motivo, o despacho determinava que as instituições se abstivessem de *“utilizar o nome Uniesp”*. Fotos recentes das unidades de São Paulo e a propaganda do processo seletivo no site demonstram claramente o descumprimento às determinações da Sesu. **(ver anexos 4 e 5, página 11 e 12)**

Professores e funcionários técnicos e administrativos

Entre os problemas relacionados, estão: atrasos de pagamento de salários; retenção da contribuição do empregado ao INSS; demissões em massa de professores e contratação por salários mais baixos; falta de depósito do FGTS; desconto nos salários de um seguro coletivo inexistente e irregularidades na contratação de plano de saúde; não homologação das rescisões contratuais.

Sobre essa última irregularidade, vale registrar que a prática de demitir professores em massa para contratar outros por salários mais baixos. Por conta disso, o número de professores demitidos e que não receberam as verbas rescisórias é bastante expressivo.

Muitas vezes, em ações na Justiça do Trabalho, o Sr. José Fernando da Costa procura atribuir a responsabilidade para antigos donos de colégios e faculdades por ele adquiridas.

Mesmo quando se buscam alternativas de acordo, os problemas acabam não sendo resolvidos pelo descumprimento daquilo que havia sido negociado.

Em 2006, sob pressão do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, a Uniesp assinou um Termo de Ajustamento de Conduta que acabou não sendo cumprido. Isso resultou em quatro ações de cumprimento (Processos: 00468-2008-057-15-00-0; 00469-2008-057-00-3; 01016-2008-115-15-00-0; 01020-2008-026-15-00-4) e multa de R\$ 49 milhões **(ver anexo 7, páginas 14 a 19 e anexo 8, página 20).**

Em 2007, a Uniesp assinou outro Termo de Ajustamento de Conduta, desta vez com o Ministério Público do Trabalho da 2ª Região **(ver anexo 10, páginas 30 a 32)**

Apesar do compromisso assumido, a Uniesp continuou incorrendo em várias irregularidades. Desde então, várias iniciativas foram feitas para obrigar a Instituição ao cumprimento da lei. **(ver anexo 11, páginas 33 a 38)**

Em setembro de 2010, a Federação dos Professores do Estado de São Paulo e os sindicatos que a integram também procuraram alternativas para resolver pela via negociada os problemas que atingiam professores e funcionários de todas as unidades no estado de São Paulo.

Pesavam sobre a Uniesp as seguintes denúncias: a) atraso de salários; b) falta de depósito do FGTS; c) desconto indevido de “plano de previdência privada” e de “seguro de vida” que, na verdade, nunca existiram; d) não recolhimento do INSS descontado dos salários; e) falta de homologação das rescisões contratuais.

Na época, chegou a ser criado um grupo para fiscalizar o cumprimento do acordo firmado no Foro Conciliatório de Conflitos Coletivos. O acordo acabou sendo descumprido pela Uniesp. **(ver página 21 e seguintes)**

Nas áreas da base de representação dos sindicatos que integram a Fepesp, os problemas são bastante semelhantes:

São Paulo - Na capital, a empresa adquiriu as Faculdades Renascença, Hoyler e Teresa Martin (Fatema); Nessa época, 2006, demitiu os empregados não homologou as decisões. A mudança de proprietários ocorreu no segundo semestre desse ano – em outubro, o sindicato registrava as primeiras reclamações contra as demissões.

Atualmente, conta com 251 professores que enfrentam atrasos habituais de salários; atraso do 13º, falta de depósito do FGTS; más condições de trabalho nas instalações. Os salários de dezembro só foram pagos no dia 31/01 depois que os professores decidiram reunir-se em assembleia que seria realizada em 3/2. Até 10/03, parte dos funcionários ainda não tinham recebido o salário de fevereiro.

Os empregados e familiares continuam sem plano de saúde, mas o desconto de valor referente ao assunto vem sendo feito regularmente na folha de pagamento. Todos estão há 2 meses sem receber o auxílio-alimentação.

Santo André - Na região, a Uniesp comprou o IESA, em Santo André, em 2009. A empresa demitiu trabalhadores, mas não homologou essas rescisões. Os que foram contratados ganham menos (hora-aula era R\$ 30 passou para R\$ 17). A empresa também não deposita os valores do FGTS dos trabalhadores.

Em agosto e setembro de 2010, professores da Uniesp-Santo André paralisaram as atividades por causa dos atrasos de salários, recorrentes desde 2009.

Bauru - Na cidade, a Uniesp comprou o Colégio Fênix, em 2009. A primeira denúncia que chegou ao sindicato, logo após a compra, foi: atraso no pagamento de salários. Houve ainda: atraso no pagamento das férias; atraso no pagamento do 13º salário; hora-extra sem a devida remuneração; desconto irregular de previdência privada e seguro de vida; redução do valor da cesta básica de forma unilateral. Os atrasos nos pagamentos mensais foram mantidos até fevereiro de 2011. O 13.º salário de 2010 foi pago em 16 de janeiro. Os salários de dezembro só foram entregues em 28 de janeiro de 2011. Os salários de fevereiro foram pagos em 11/03, duas cestas básicas permanecem em atraso. Não recolhe FGTS.

Campinas – Na cidade, a Uniesp começou a atuar comprando a Faculdade Fleming e o Colégio Seta, em outubro de 2010. Em 23 de dezembro, todos os professores foram demitidos por telegrama.

Professores e o sindicato se mobilizaram e recorreram ao Ministério Público do Trabalho, incluindo também outras denúncias, o não pagamento do 13º salário e dos de dezembro ; falta de homologação das rescisões contratuais e pagamento das verbas rescisórias.

Diante da mobilização, a Instituição revogou as demissões em janeiro de 2011. Quem não aceitou retornar, ficou sem receber os salários, o 13º e as verbas rescisórias. Quem voltou, recebeu o salário de dezembro apenas em 22 de janeiro.

Os problemas no Colégio Seta e Faculdades Fleming não são recentes. Segundo o Sindicato dos Professores de Campinas e Região, desde 2008 os professores não têm o FGTS depositado, nem receberam o 13salário e o abono constitucional de 1/3 nas férias.

Jaú - Na cidade, os primeiros problemas foram notificados em 16 de junho de 2010. Os empregados sofrem com atrasos constantes no pagamento de salários (no mínimo, de 15 dias) e os demitidos ainda não fizeram a homologação. Em 2011, os salários de janeiro foram pagos em 3/03; os de fevereiro não tinham sido pagos até 14/03.

Presidente Prudente - Na região oeste do estado, a Uniesp comprou faculdades e colégios em Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio. Em 2006, o Ministério Público do Trabalho propôs um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) à empresa, que foi assinado. Mas ela não cumpriu.

Os pagamentos ocorrem em data variável, mas sempre fora do 5.º dia útil do mês seguinte, afetando professores, técnicos e administrativos. Os trabalhadores também têm o valor do INSS recolhido, mas não depositado. O FGTS não é depositado desde setembro/2009. O salário de janeiro foi pago em 28/02; o de fevereiro não foi pago até 14/03.

Ribeirão Preto - Na cidade, a empresa comprou a Faban (Faculdade Bandeirante) em 2009. Em julho de 2010, demitiu 46 dos 73 professores, com o pretexto de “realinhamento de custos” ou contratação por salários mais baixos. As verbas rescisórias não foram pagas.

Em setembro do mesmo ano, os professores ameaçaram greve por atraso no pagamentodos salários. Em dezembro de 2010, mais 36 professores demitidos, sem o pagamento das indenizações devidas.

No caso do salário de janeiro, até 11/02, só os empregados administrativos haviam recebido os valores desse período. Professores não receberam os salários de fevereiro até 14/03.

Guarujá - Na cidade, os empregados sofrem com salários e 13.º em atraso, não pagamento dos salários de julho/2010, ausência de depósitos no FGTS desde setembro de 2010. A faculdade da Uniesp (Sociedade Brasileira de Educação Renascentista) ainda enfrenta ação de despejo do imóvel que ocupa. Os salários de janeiro foram pagos em parcelas (metade, entre 15 e 20/02; restante, na primeira semana de março). Os salários de fevereiro não foram pagos até 14/03.

Sorocaba - Na região de Sorocaba, a Uniesp está em três cidades (Sorocaba, Vargem Grande Paulista e São Roque) e conta com cerca de 120 professores. Eles sofrem com pagamento com atraso desde o segundo semestre de 2010; não pagamento da segunda parcela do 13º salário até 14/03; atraso no salário de dezembro (pago no início de fevereiro), salário de janeiro foi pago em fevereiro. Os salários de fevereiro não foram pagos até 14/03

ANEXO 1

Registro do Instituto Educacional do Estado de São Paulo(IESP) no Sistema de Informações do Conselho Nacional de Assistência Social (SICNAS):

ANEXO 3

Material sobre a Audiência Pública sobre a Uniesp, realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo, dia 29/03/2011

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

registro

SUAS

Sistema de Informações do Conselho Nacional de Assistência Social

SICNAS

Faça seu cadastro

Dados Cadastrais

Informações Sobre Registros e Certificados

Dados Cadastrais

Dados Gerenciais

Entidades Mantidas

Processos/Emissão de Documentos

Certidão

CNPJ: 03.083.869/0001-67

Nome da Entidade: INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tipo de Logradouro: RUA Endereço: CONSELHEIRO CRISPINIANO Número: 116 Bairro: CENTRO

Município: SAO PAULO UF: SP

CEP: 01.037-000 Caixa Postal:

Ponto de Referência: DDD: 11 Telefone: 21734739

Fax: 21734729 E-mail: contabilidade@uniesp.edu.br

Site:

Tempo de Existência: 39 anos

Denominação Anterior:

Sede Anterior:

Natureza Jurídica:

Área de Atuação / Serviços Prestados: EDUCAÇÃO

Objetivo Estatutário:

Acessar área restrita

Registre aqui a sua denúncia

Pesquisar Nova

Validar Certidão

© 2007 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - versão 2.4.2

http://aplicacoes.mds.gov.br/sicnas/carregarDadosCadastrais.action?codigoEntidade=9... 23/2/2011

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

registro

SUAS

Sistema de Informações do Conselho Nacional de Assistência Social

SICNAS

Faça seu cadastro

Entidade

Informações Sobre Registros e Certificados

Dados Cadastrais

Dados Gerenciais

Entidades Mantidas

Processos/Emissão de Documentos

Certidão

CNPJ: 03.083.869/0001-67

Nome: INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Município: SAO PAULO UF: SP

Numero	Assunto	Decisão
00000.212322/1962-00	*CERTIFICADO	*DEFERIDO
00000.250481/1976-40	*REGISTRO DE ENTIDADE	*DEFERIDO
28010.000599/1992-19	*RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO	*ARQUIVADO
28096.025714/1995-18	*RECADASTRAMENTO	*DEFERIDO
44306.005024/1997-59	*RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO	*DEFERIDO
71010.000416/2005-70	*RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO	*DEFERIDO
71010.000876/2006-80	PROUNI	*DEFERIDO
71010.001928/2010-11	*RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO	*DEFERIDO
44000.000955/2005-55	*AÇÃO POPULAR	*SEM DECISÃO
71010.001865/2009-14	*RECURSO	*EXTINTO (ART. 38 MP 446/2008)
44000.004128/2007-01	*RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO	REMETIDO PARA MEC – ART. 35 LEI 12.101/2009
	*RECURSO	*EXTINTO (ART. 38 MP 446/2008)

Acessar área restrita

Registre aqui a sua denúncia

Pesquisar Nova

Validar Certidão

© 2007 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - versão 2.4.2

http://aplicacoes.mds.gov.br/sicnas/carregarCadastroProcessos.action?codigoEntidade=... 23/2/2011

Anexo 2 – Convênios da Uniesp com o Ministério do Trabalho

Diário Oficial da União - Seção 3

220

Nº 14, quinta-feira, 21 de janeiro de 2010

Diário Oficial da União - Seção 3

158

Nº 4, quarta-feira, 7 de janeiro de 2009

Diário Oficial da União - Seção 3

119

Nº 182, quarta-feira, 23 de setembro de 2009

Diário Oficial da União - Seção 3

114

Nº 125, sexta-feira, 3 de julho de 2009

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Epíctio: Prorrogação de Ofício Nº 00012/2009 ao Convênio Nº 00151/2007. Nº Processo: 46516-00312/0731. Convênio: Con- cordante: SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPRE- GO, Unidade Gestora: 380908, Gestão: 09001. Conveniente: FUN- DADAO UNIESP DE TELEDUCACAO, CNPJ nº 03.802.620/0001- 32. Executor: FUNDAÇÃO UNIESP DE TELEDUCACAO, CNPJ nº 03.802.620/0001-32. Interventente: COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS DO FAT/MTE, Unidade Gestora: 380916. Objeto: Pro- nugar "De Ofício" o prazo de vigência de que trata a Cláusula Nona do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 151/2007, por 04 (quatro) meses. Vigência: 31/12/2007 a 31/12/2009. Data de Assinatura: 18/08/2009. Assina: Pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO E EM- PREGO - MIN. DO TRABALHO / EZEQUIEL SOUSA DO NAS- CIMENTO- Secretário de Políticas Públicas de Emprego.

(S/CONV - 22/09/2009)

Diário Oficial da União - Seção 3

158

Nº 4, quarta-feira, 7 de janeiro de 2009

Diário Oficial da União - Seção 3

114

Nº 125, sexta-feira, 3 de julho de 2009

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Epíctio: Prorrogação de Ofício Nº 00002/2008 ao Convênio Nº 00113/2007. Nº Processo: 46069-004654/0701. Convênio: Con- cordante: SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPRE- GO, Unidade Gestora: 380908, Gestão: 09001. Conveniente: FUN- DADAO UNIESP DE TELEDUCACAO, CNPJ nº 03.802.620/0001- 32. Executor: FUNDAÇÃO UNIESP DE TELEDUCACAO, CNPJ nº 03.802.620/0001-32. Interventente: COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS DO FAT/MTE, Unidade Gestora: 380916. Objeto: Pro- nugar "De Ofício" o prazo de vigência de que trata a Cláusula Nona do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 113/2007, por 06 (seis) meses. Vigência: 31/12/2007 a 30/06/2009. Data de Assinatura: 22/12/2008. Assina: Pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MIN. DO TRABALHO / EZEQUIEL SOUSA DO NASCIMENTO- Secretário de Políticas Públicas de Emprego.

(S/CONV - 06/01/2009)

Diário Oficial da União - Seção 3

119

Nº 182, quarta-feira, 23 de setembro de 2009

Diário Oficial da União - Seção 3

114

Nº 125, sexta-feira, 3 de julho de 2009

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Epíctio: Prorrogação de Ofício Nº 00012/2009 ao Convênio Nº 00151/2007. Nº Processo: 46516-00312/0731. Convênio: Con- cordante: SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPRE- GO, Unidade Gestora: 380908, Gestão: 09001. Conveniente: FUN- DADAO UNIESP DE TELEDUCACAO, CNPJ nº 03.802.620/0001- 32. Executor: FUNDAÇÃO UNIESP DE TELEDUCACAO, CNPJ nº 03.802.620/0001-32. Interventente: COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS DO FAT/MTE, Unidade Gestora: 380916. Objeto: Pro- nugar "De Ofício" o prazo de vigência de que trata a Cláusula Nona do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 151/2007, por 04 (quatro) meses. Vigência: 31/12/2007 a 31/12/2009. Data de Assinatura: 18/08/2009. Assina: Pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO E EM- PREGO - MIN. DO TRABALHO / EZEQUIEL SOUSA DO NAS- CIMENTO- Secretário de Políticas Públicas de Emprego.

(S/CONV - 22/09/2009)

Diário Oficial da União - Seção 3

158

Nº 4, quarta-feira, 7 de janeiro de 2009

Diário Oficial da União - Seção 3

114

Nº 125, sexta-feira, 3 de julho de 2009

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Epíctio: Prorrogação de Ofício Nº 00002/2008 ao Convênio Nº 00113/2007. Nº Processo: 46069-004654/0701. Convênio: Con- cordante: SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPRE- GO, Unidade Gestora: 380908, Gestão: 09001. Conveniente: FUN- DADAO UNIESP DE TELEDUCACAO, CNPJ nº 03.802.620/0001- 32. Executor: FUNDAÇÃO UNIESP DE TELEDUCACAO, CNPJ nº 03.802.620/0001-32. Interventente: COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS DO FAT/MTE, Unidade Gestora: 380916. Objeto: Pro- nugar "De Ofício" o prazo de vigência de que trata a Cláusula Nona do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 113/2007, por 06 (seis) me- ses. Vigência: 31/12/2007 a 31/12/2009. Data de Assinatura: 30/06/2009. Assina: Pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO E EM- PREGO - MIN. DO TRABALHO / EZEQUIEL SOUSA DO NAS- CIMENTO- Secretário de Políticas Públicas de Emprego.

(S/CONV - 02/07/2009)

Uniesp: desrespeitos sistemáticos a trabalhadores e alunos

Presente em pelo menos 23 cidades paulistas, a Uniesp acumula irregularidades nas faculdades e colégios que mantêm: atrasos de pagamento de salários, retenção da contribuição ao INSS, demissões em massa e contratação por salários mais baixos, falta de depósito do FGTS, não homologação dos demitidos.

O desrespeito aos trabalhadores resulta em prejuízo aos alunos, que ficam sem aulas, com classes superlotadas e sem recursos condizentes com uma educação de qualidade.

A UNIESP descumpra a lei e não honra os compromissos que assume, inclusive com o Ministério Público e com as entidades sindicais.

Inexplicavelmente, é a mesma UNIESP que goza de isenção fiscal e recebe recursos públicos do Bolsa-universidade, do Prouni e do FIES.

Uma oportunidade de mostrar essa situação e mudá-la é participando da audiência pública requerida pelo deputado Carlos Giannazi.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A UNIESP

Dia 29 de março, às 15h, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - São Paulo)

Venha debater o assunto e cobrar soluções dos responsáveis

FEFESP

Federação dos Professores do Estado de São Paulo

Sinpaee Ribeirão Preto | Sinpro ABC | Sinpro Bauru | Sinpro Campinas | Sinpro Jau | Sinpro Santos | Sinpro São Paulo | Sinpro Sorocaba | Sintee Presidente Prudente

Audiência pública expõe irregularidades da Uniesp

Problemas tão graves quanto os que afetam os professores atingem também os alunos das faculdades e colégios da Uniesp espalhados pelo Estado de São Paulo. Esta é uma das conclusões a que chegou quem presenciou a audiência pública para debater a crise na empresa no dia 29/03, na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Participação – A audiência pública foi proposta pelo deputado estadual Carlos Giannazi (Psol), que elogiou a mobilização: “Precisamos criar a cultura da participação nessas lutas”, destaca o parlamentar. Também esteve presente ao evento o deputado Ary Fossen (PSDB). Nenhum representante da Uniesp compareceu ao evento para responder aos alunos e professores.

Professores – O grupo econômico Uniesp acumula irregularidades em relação aos trabalhadores: atrasos de pagamento de salários, retenção da contribuição ao INSS, demissões em massa e contratação por salários mais baixos, falta de depósito do FGTS, não homologação dos demitidos.

Estudantes – Os alunos que estiveram na audiência fizeram algumas denúncias sobre as faculdades da instituição, entre elas: tentativa de cobrança de mensalidades dos alunos que já têm financiamento governamental; falta de professores; instalações físicas precárias.

Dinheiro público – O que causa bastante espanto é que, apesar das irregularidades, a UNIESP recebe recursos públicos que vêm do governo federal (Prouni, Fies e convênios com o Ministério do Trabalho) e do governo estadual (Bolsa-universidade).

Decisões

Diante dos problemas relatados, as pessoas presentes à audiência tomaram algumas decisões de encaminhamento. São elas:

- Pedir ao MEC (Ministério da Educação) uma devassa na mantenedora (requerer reunião com o órgão para tratar do assunto);

- Pedir convocação da Uniesp na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa;

- Protocolar denúncias na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do ensino superior, que será aberta em breve na Assembleia;

- Requerer informações à FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) sobre os convênios da Bolsa-universidade com a Uniesp.

FEFESP

Federação dos Professores do Estado de São Paulo

Sinpaee Ribeirão Preto | Sinpro ABC | Sinpro Bauru | Sinpro Campinas | Sinpro Jau | Sinpro Santos | Sinpro São Paulo | Sinpro Sorocaba | Sintee Presidente Prudente

ANEXO 4



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO EM BAURU
COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN
Rua Júlio de Mesquita Filho, nº 10-31 – C2 – Jd. Panorama, Bauru/SP, CEP 17011-137
Fone: (14)3214-3611/Fax:3226-4714
www.ort15.oav.br

profissional de Presidente Prudente indicado, dentro da listagem mencionada, uma das entidades beneficiadas.

O número global de empregados das sociedades discriminadas a seguir é de, atual e aproximadamente, 2.000 (dois mil).

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO RENASCENTISTA, CNPJ: 07245843/0001-05, situada à Rua Alvares Penteado, 216, Largo do Café, município de São Paulo/SP;

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO RENASCENTISTA, CNPJ: 07245843/0002-88, situada à Av. São Paulo, 965, bairro Nogara, município de Mirandópolis/SP;

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO RENASCENTISTA, CNPJ: 07245843/0003-69, situada à Rua João Escanhuela, 133, Jardim Capuano, município de Birigüi/SP;

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO RENASCENTISTA, CNPJ: 07245843/0004-40, situada à Rua Alfredo Pacheco, 750, centro, município de Guararapes/SP;

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO RENASCENTISTA, CNPJ: 07245843/0005-20, situada à Rua Laguna, 274, Vila Liberdade, município de Presidente Prudente/SP;

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO RENASCENTISTA, CNPJ: 07245843/0006-01, situada à Rua Pernambuco, 17-05, centro, município de Presidente Epitácio/SP;

UNESP – UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ: 06120096/0001-08, situada na Rua Álvares Penteado, 216, Largo do Café, município de São Paulo/SP;

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARAÇATUBA, CNPJ: 03859131/0001-17, situada na Rua Sarrão Mendes, 244, Jardim Icaray, Município de Araçatuba/SP:

INSTITUTO EDUCACIONAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO, CNPJ:
01611343/0001-55, situada na Rua Pernambuco, 17-05, centro, município de
Presidente Epitácio/SP:

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PRESIDENTE EPITÁCIO CNPJ:
01154240/0001-03, situada na Rua Pernambuco, 17-05, centro, município de
Presidente Epitácio/SP:

CESV – CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PRESIDENTE VENCESLAU,
CNPJ: 03934135/0001-12, situada na Av. Princesa Isabel, 230, centro, município de
Presidente Venceslau/SP:

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE GUARARAPES, CNPJ: 03656707/0001-49, situada na Rua Alfredo Pacheco, 750, centro, município de Guararapes/SP;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO EM BAURU
COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN
Rua Júlio de Mesquita Filho, nº 10-31 - C2 - Jd. Panorama, Bauru/SP, CEP 17011-137
Fone: (14) 3214-3611/Fax: 3226-4714
www.ort15.gov.br

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PRESIDENTE PRUDENTE, CNPJ:
03800350/0001-20, situada na Av. Da Saudade, 535, Cidade Universitária,
município de Presidente Prudente/SP:

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PRESIDENTE PRUDENTE – CESPP,
CNPJ: 05430746/0001-59, situada na Av. Da Saudade, 535, Cidade Universitária,
município de Presidente Prudente/SP:

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MIRANDÓPOLIS, CNPJ: 02274342/0001-25, situada na Av. São Paulo, 965, bairro Nogara, município de Mirandópolis/SP:

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BIRIGÜI, CNPJ: 02660889/0001-69, situada na Rua João Escanhuela, 133, Jardim Capuano, município de Birigüi/SP;

CENTRO EDUCACIONAL DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO CRIANÇA FELIZ LTDA – ME, CNPJ: 02882970/0001-93, situada na Rua Laguna, 308, Vila Liberdade, município de Presidente Prudente/SP;

INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO LTDA, CNPJ:
05142696/0001-04, situada na Rua Pernambuco, 17-05, centro, município de
Presidente Epitácio/SP:

CENTRO EDUCACIONAL DE BIRIGÜI LTDA, CNPJ: 05381989/0001-44, situada na Rua João Escanhuela, 133, Jardim Capuano, município de Birigüi/SP;

CENTRO EDUCACIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA, CNPJ:
05653158/0001-84, situada na Av. Da Saudade, 535, Cidade Universitária,
município de Presidente Prudente/SP:

CENTRO EDUCACIONAL DE GUARARAPES LTDA, CNPJ: 06342287/0001-14, situada na Rua Alfredo Pacheco, 750, centro, município de Guararapes/SP:

CENTRO EDUCACIONAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO LTDA, CNPJ: 06341809/0001-63, situada na Rua Pernambuco, 17-05, centro, município de Presidente Epitácio/SP;

CENTRO EDUCACIONAL DE MIRANDÓPOLIS LTDA, CNPJ: 06353311/0001-10, situada na Av. São Paulo, 965, bairro Nogara, município de Mirandópolis/SP;

CEPV - CENTRO EDUCACIONAL DE PRESIDENTE VENCESLAU LTDA, CNPJ:
06218294/0001-09, situada na Av. Princesa Isabel, 230, centro, município de
Presidente Venceslau/SP:

CENTRO EDUCACIONAL DE ARAÇATUBA LTDA, CNPJ: 07665013/0001-29,
situada na Rua Sarjob Mendes, 244, Jardim Icaray, Município de Aracatuba/SP.

todas através de seu representante legal, neste ato firmam o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região em Bauru**, representado pelo Procurador do Trabalho *in fine* assinado, nos autos das **Peças de Informação em epígrafe**, com fundamento no §6º do artigo 5º da Lei 7.347, de 24/07/85 e

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO EM BAURU
COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS - CODIN
Rua Júlio de Mesquita Filho, nº 10-31 - C2 - Jd. Panorama, Bauru/SP, CEP 17011-137
Fone: (14)3214-3611/Fax:3226-4714
www.ort15.oov.br

artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil e artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho, sob as seguintes condições:

1. Compromete-se, imediatamente, a efetuar até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado, ressalvado eventual prazo diferenciado fixado em instrumento de negociação coletiva de trabalho;
2. Compromete-se, imediatamente, a submeter à assistência da autoridade competente o termo de rescisão do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de um ano de serviço;
3. Compromete-se, imediatamente, a efetuar os pagamentos de todas as parcelas devidas na rescisão do contrato de trabalho no prazo legal, com a devida discriminação das verbas;
4. Compromete-se, imediatamente, a depositar o correspondente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço de seus empregados, na forma e no prazo do art. 15 da Lei nº 8036/90;
5. Compromete-se, imediatamente, a cumprir todas as disposições constantes nos vigentes e nos futuros instrumentos de negociação coletiva de trabalho;
6. Compromete-se, imediatamente, a conceder intervalo para repouso e alimentação de no mínimo uma hora e no máximo duas horas, para trabalho contínuo cuja duração ordinária exceda seis horas, e de quinze minutos quando a duração ordinária do trabalho ultrapassar quatro e não exceder seis horas;
7. Compromete-se, imediatamente, a não prorrogar a jornada normal de trabalho além do limite legal de duas horas diárias, sem qualquer justificativa legal;
8. Compromete-se, imediatamente, a depositar o correspondente à Contribuição Social, na forma prevista no art. 2º da Lei Complementar nº 110/01;
9. Compromete-se, imediatamente, por ocasião do pagamento do salário, a efetuar contra recibo assinado pelo empregado e preenchido corretamente;
10. Compromete-se, imediatamente, a, nos casos legais, fornecer, gratuitamente, vestimenta de trabalho e de fazer sua reposição, quando danificada;
11. Compromete-se, imediatamente, a, nos casos legais, conceder ao empregado, antecipadamente, vale-transporte para utilização efetiva no deslocamento residência-trabalho e vice-versa;
12. Compromete-se, imediatamente, a efetuar o pagamento da gratificação natalina no prazo legal;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO EM BAURU
COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN
Rua Júlio de Mesquita Filho, nº 10-31 – C2 – Jd. Panorama, Bauru/SP, CEP 17011-137
Fone: (14)3214-3611/Fax:3226-4714
www.ort15.gov.br

13. Compromete-se, imediatamente, a conceder férias nos 12 (doze) meses seguintes ao período aquisitivo;
14. Compromete-se, imediatamente, a participar ou manter-se participando como interveniente na contratação de estagiários tão somente para as atividades em que haja condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estágio, seguindo programa curricular que contemple o planejamento dos cursos, a duração, a natureza, e a intencionalidade educativa;
15. Compromete-se, imediatamente, a conceder período mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho;
16. Compromete-se ainda a, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, entregar, comprovando nos autos mencionados no mesmo prazo, os seguintes bens às entidades filantrópicas de Presidente Prudente abaixo especificadas, que escolherão tais bens, observando o limite estabelecido, devendo haver pronto contato com as beneficiadas;
 - a) 02 (dois) computadores, no valor unitário máximo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para a Associação Prudentina de Prevenção a AIDS – APPA, situada à Av. Manoel Goulart, 3.261, Jardim das Rosas;
 - b) 02 (dois) computadores, no valor unitário máximo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para a Associação Civil Beneficente Creche “Anita Ferreira Braga de Oliveira”, situada à Rua Joaquim Nabuco, 1.390, Vila Nova;
 - c) 01 (um) computador, no valor máximo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para a Associação de Desenvolvimento de Crianças Limitadas Lumen Et Fides, situada à Av. Maria Fernandes, 449, Jardim Alto da Boa Vista;
 - d) 01 (um) computador, no valor máximo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para a Associação Bestesda – Bola no Pé Bíblia na Mão, situada à Rua Antonio Lutero dos Santos, 76, Vila Iti.

Ficam cientes as pessoas jurídicas de que o presente **TERMO DE COMPROMISSO** tem eficácia de título executivo extrajudicial, conforme dispositivos legais acima referidos e que o seu descumprimento implicará, solidariamente, **multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), por trabalhador e por item descumprido (itens 1 a 15), até o efetivo cumprimento da obrigação**, reajustável até a data do efetivo pagamento e reversível ao FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador), nos termos dos artigos 5º, § 6º, e 13 da mencionada Lei 7.347/85. No caso do item 16, o seu descumprimento implicará o débito no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), acrescido de 100% (cem por cento), em favor do FAT.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
 PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO EM BAURUR
COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN
 Rua Júlio de Mesquita Filho, nº 10-31 – C2 – Jd. Panorama, Baurur/SP, CEP 17011-137
 Fone: (14) 3214-3611/Fax: 3226-4714
www.prt15.gov.br

A audiência encerrou-se às **19:35**. O presente termo, após lido e achado conforme, vai assinado por todos os presentes, pelo que eu, Luís Fernando Onorato, lavrei-o.



CÁSSIO CALVILANI DALLA-DÉA
Procurador do Trabalho

José Fernando Pinto da Costa
representante legal de todas as sociedades
integrantes do grupo UNIESP

Nivaldo Fernandes Gualda Junior
Advogado

Geraldo Mugayar
Advogado/Federação dos
Trabalhadores do Ensino São Paulo

José Carlos Henrique
Gerente Departamento de Pessoal.

Ademir Rodrigues
Presidente/Sindicato
Trabalhadores em Ensino
de Presidente Prudente

ANEXO 8



IMPRESA/NOTÍCIAS/

UNILSP é executada pelo MPT em quase R\$ 50 milhões

25/02/2010 12:05 | Fonte: ASCOM PRT-15

UNIESP é executada pelo MPT em quase R\$ 50 milhões

A Justiça do Trabalho aceitou 2 pedidos de execução de multa, feitos pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em Presidente Prudente, contra o grupo empresarial UNIESP (União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo), obrigando o pagamento de multa no valor de R\$ 49 milhões por descumprimento de termo de ajustamento de conduta (TAC). O grupo educacional possui unidades em 18 municípios do estado.

Acordo descumprido, firmado pelo grupo em outubro de 2006, refere-se às unidades de Presidente Prudente e Presidente Epitácio, contendo 15 cláusulas relativas a irregularidades que eram praticadas pelas empresas.

Apesar do TAC, o grupo se comprometeu a pagar salários em dia, submeter as rescisões à assistência de autoridade competente, pagar as parcelas devidas nas rescisões, depositar FGTS, cumprir os instrumentos coletivos, fornecer uniforme (quando necessário), conceder férias, 13º no prazo legal e férias, manter estádios apenas em áreas onde se fazem necessários, depositar contribuição social, emitir recibo de pagamento, conceder vale-transporte e regularizar questões referentes à jornada de trabalho – períodos de descanso e horas extras.

Em agosto de 2007, a Gerência Regional do Trabalho de 9ª Região encaminhou relatório de fiscalização indicando que as unidades de Presidente Prudente e Presidente Epitácio haviam descumprido o acordo assinado com o MPT, motivo pelo qual incidia a multa prevista no compromisso.

Segundo os auditores fiscais, a unidade de Presidente Epitácio não pagou corretamente as verbas rescisórias de diversos trabalhadores, o que ensejou uma ação de execução de multa no valor de quase R\$ 2 milhões, proposta em maio de 2008.

Nesse processo, foi realizado um novo acordo em setembro de 2008, em que foi perdoadada grande parte da dívida, desde que a empresa efetuasse o pagamento das diferenças devidas aos credores prejudicados, sob pena de executar o valor original. A empresa apresentou compromissos de diversos pagamentos, porém, o processo ainda está em fase de levantamento das quantias pagas, para verificar sua correção.

A unidade de Presidente Prudente descumpriu o compromisso ao não disponibilizar assistência médica hospitalar aos seus empregados • havia previsão no instrumento coletivo •, além de pagar incorretamente as verbas rescisórias de diversos trabalhadores. A multa diária incidente por todos os dias de atraso, multiplicada pelo número de trabalhadores prejudicados, chegou a R\$ 1,6 milhões. Ao contrário da unidade de Epitácio, não houve acordo nesse processo.

Nova execução = em dezembro de 2009, as 2 unidades foram submetidas a nova fiscalização, que constatou novo descumprimento do TAC assinado com o MPT. O grupo empresarial havia "criado" outra pessoa jurídica no mesmo local, mas foi requerida a sucessão, assim como a execução de multa prevista pelo descumprimento que, desta vez, soma valor superior a R\$ 10 milhões, no caso de Eutácio, e R\$ 1,5 milhões, na unidade da Prudente.

As irregularidades constatadas são relativas a atraso salarial, incorpção, atraso no pagamento de verbas rescisórias e descumprimento de instrumento coletivo. As multas foram pleiteadas no dia 12 de fevereiro, nas Varas do Trabalho da Presidente Vandrícia e Presidente Prudente.

Juntado todas as multas incididas sobre os acordos firmados perante o MPT, chega-se ao valor total aproximado de R\$ 49 milhões – unidade de Eptácio (R\$ 2 milhões do descumprimento inicial e R\$ 26 milhões referentes ao 2º descumprimento); e unidade de Prudente (R\$ 16 milhões do descumprimento inicial e R\$ 15 milhões referentes ao 2º descumprimento).

"O MPT entende que será difícil realizar acordos com o grupo, porque já há novas denúncias de que as irregularidades continuam, principalmente no que tange ao pagamento de salários em atraso", afirma a procuradora Renata Crema Botasso, responsável pelas execuções.

Fonte: Procuradoria Regional do Trabalho 15ª Região, em 25/02/2011
http://www.art15.gov.br/site/noticias.php?met_id=9403

ANEXO 9

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em agosto de 2007, entre a Uniesp e o Ministério Público do Trabalho da 2ª Região.



Ilmo. Sra.

Dra. Silvana Márcia Montechi Valladares de Oliveira

DD. Procuradora do Trabalho.

Prezada Senhora:

O SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 50.270.172/0001-53, estabelecido nesta Capital à Rua Borges Lagoa, nº. 208 - Vila Clementino - Cap: 04038-020 - através de seu diretor-presidente, infra-assinado, vem, DECLARAR para os devidos fins legais que este Sindicato vem requerendo frente a DRT NORTE fiscalizações junto ao Instituto Educacional Teresa Martin (FACULDADE TERESA MARTIN) inscrita no CNPJ nº. 63.083.869/0001-67 a fim de regularizar denúncias apresentadas pelos professores desta Instituição de Ensino onde apresenta irregularidades pelos seguintes motivos:

- Ausência de homologação;
- Redução da carga horária e consequentemente a redução salarial;
- Não cumprimento da isonomia salarial;
- Não recolhimento de FGTS;
- Atraso no pagamento dos salários de forma constante (Inst. Normativa nº. 1 de 07/11/89).

Sindicato dos Professores de São Paulo
Rua Borges Lagoa 208 - Cep 04038-000
Tel (11) 5080-5989 Fax (11) 5080-5985
<http://www.singrosp.org.br>



Além das mencionadas fiscalizações, foi ajuizado Ação Coletiva contra a referida Instituição de Ensino, sob o nº. 01238200603602005, onde foram pleiteadas as diferenças salariais ante o descumprimento dos reajustes normativos de 2002 a 2006.

Cumpra esclarecer que as decisões de 1ª e 2ª instância restaram procedentes e atualmente os autos encontram-se no TRT 2ª Região com Recurso de Revista interposto pela FACULDADE TERESA MARTIN em 14/04/08, a qual foi denegado seguimento em 08/05/08 assim aguardando publicação.

Outrossim, cumpre ressaltar que estamos fornecendo cópias das mencionadas fiscalizações junto a DRT bem como cópias das decisões do processo Coletivo em andamento.

Aproveitamos o ensejo para reiterar nossa estima e consideração.

São Paulo, 26 de junho de 2008

Saudações.

Luiz Antonio Barbagli
- Presidente -

Sindicato dos Professores de São Paulo
Rua Borges Lagoa 208 - Cep 04038-000
Tel (11) 5080-5989 Fax (11) 5080-5985
<http://www.singrosp.org.br>



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DA DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS
Rua Aurora nº 955 - 4º andar - Santa Ifigênia - São Paulo/SP - CEP: 01209-001 - Tel.: 2172-7900

INTIMAÇÃO n.º 3203 / 2008

INQUÉRITO CIVIL Nº 13914/2006

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, por sua Procuradora que esta subscrive, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Ministério Público da União, Lei Complementar n.º 75, de 20.05.93, especialmente o artigo 8º, inciso VII, **INTIMA** o SINPRO - Sindicato dos Professores de SP para tomar ciência e dar cumprimento ao despacho abaixo transcrito:

"Intime-se o Sindicato da Categoria Profissional, para que, no prazo de trinta dias, informe se dispõe de informações que possam auxiliar as investigações do Ministério Público do Trabalho, notadamente quanto às questões dos contratos de trabalho mantidos com a instituição de ensino investigada (Faculdades Integradas Teresa Martin/Instituto Educacional Teresa Martin). Segue anexa cópia do TAC, para ciência e, se possível, divulgação."

Fica consignado que a falta injustificada e/ou o retardamento indevido no cumprimento da requisição do Ministério Público do Trabalho implicará a responsabilidade de quem lhe der causa, conforme disposto no artigo 8º, inciso IX, § 3º, da Lei Complementar n.º 75, de 20.05.93; no artigo 10 da Lei n.º 7.347, de 24.07.85; bem como no artigo 330 do Código Penal.

O horário de atendimento ao público no Cartório desta Coordenadoria é das 10 às 17 horas, de segunda a sexta-feira.

São Paulo, 28 de maio de 2008

Silvana Marcia Montechi Valladares de Oliveira
SILVANA MARCIA MONTECHI VALLADARES DE OLIVEIRA
Procuradora do Trabalho

SINPRO - Sindicato dos Professores de SP
A/C REPRESENTANTE LEGAL
RUA BORGES LACOA, 208 - VILA CLEMENTINO
04038-000 - SÃO PAULO - SP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho - 2ª Região - SP.
Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos -CODIN

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n.º 0184/2007

Inquérito Civil n.º 13914/2006

Compromisso que celebra, perante o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pela Procuradora do Trabalho Silvana Marcia Montechi Valladares de Oliveira, com base no art. 5º, § 6º, da Lei n.º 7.347/85, com a redação dada pelo art. 113, da Lei n.º 8.078/90, como compromitentes as entidades UNIESP – UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n.º 06.120.096/0001-08 com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Álvares Penteado, 216 CEP 01012-001 e FACULDADES INTEGRADAS TERESA MARTIN, CNPJ/MF n.º 63.083.869/0001-67, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antonieta Leitão, n.º 129, CEP.: 02.925-160, ambas neste ato representadas pelo Sr. JOÃO BATISTA DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, Coordenador de Recursos Humanos, portador da cédula de identidade RG n.º 26.464.829-8, devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 181.710.558-26, a quem foram conferidos poderes especiais para a celebração de termo de compromisso de ajustamento de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho - 2ª Região - SP.
Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos -CODIN

conduta, assistido pelo advogado Dr. ABÍLIO JOSÉ MARCELINO DE MELO, OAB/SP n.º 209.814, na forma seguinte:

I – JUSTIFICATIVA

Considerando as denúncias de irregularidades atinentes ao pagamento a destempo e em parcelas de verbas decorrentes da rescisão contratual e de utilização de ação judicial simulada, com o propósito de quitar parcelas decorrentes da cessação do contrato de trabalho em juízo;

Considerando os elementos contidos nos autos do procedimento preparatório n.º 13914/2006, posteriormente convertido em inquérito civil de mesmo número, em que se constatou a celebração de diversos acordos em juízo para o pagamento de parcelas decorrentes da rescisão contratual;

Considerando o dispositivo contido no artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, que estabelece a obrigatoriedade de homologação das quitações dos contratos de trabalhadores com mais de um ano de serviço e fixa prazo para o pagamento das parcelas decorrentes da cessação do contrato de trabalho;

Considerando que o pagamento em juízo das parcelas decorrentes da cessação contratual, por meio de lide simulada, induz o trabalhador a erro, frustrando a percepção de outras parcelas trabalhistas não quitadas no decorrer do contrato laboral, prática que afronta os princípios de proteção ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho - 2ª Região - SP.
Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos -CODIN

trabalhador em que se funda o direito do trabalho;
o Ministério Público do Trabalho, com o escopo de adequar a conduta das empresas às normas legais, propõe compromisso de ajustamento, nos termos a seguir especificados.

II - OBJETO

Comprometem-se as empresas a cumprir as seguintes **obrigações de fazer e de não fazer**, em qualquer um de seus estabelecimentos, atuais ou futuros:

- II.1- Submeter o pedido de demissão ou o recibo de quitação contratual, firmado por empregado com mais de um ano de serviço, para a homologação do sindicato representativo da categoria profissional, ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho, em conformidade com a regra insculpada no parágrafo primeiro do artigo 477, da CLT, com as ressalvas do parágrafo terceiro do mesmo artigo;
- II.2- Não induzir os seus empregados a recorrer ao Poder Judiciário, sem que haja verdadeira lide, apenas para o recebimento de parcelas trabalhistas incontroversas;
- II.3- Não se utilizar do processo judicial, em ação simulada, com o objetivo de promover a quitação das verbas decorrentes da cessação do contrato de trabalho.

III - CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PELA EMPRESA COMPROMITENTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho - 2ª Região - SP.
Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos -CODIN

III.1- O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO acompanhará o fiel cumprimento das obrigações especificadas neste instrumento, diretamente ou por meio de auditores fiscais ou mediante auxílio de outros órgãos públicos ou entidades privadas.

III.2- No primeiro ano após a celebração do presente termo, a cada seis meses, as compromitentes apresentarão: cópia das declarações prestadas ao Ministério do Trabalho e Emprego, para inclusão no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e cópia dos termos de quitação contratual referentes ao período;

III-3. Após o primeiro ano de vigência do termo, os documentos comprobatórios de seu cumprimento só deverão ser juntados quando requisitados pelo Ministério Público do Trabalho.

IV - MULTA POR INADIMPLEMENTO

IV.1 - Em caso de descumprimento de qualquer uma das obrigações ora assumidas, as compromitentes responderão pelo pagamento de multa diária no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais), reajustável até a data do efetivo pagamento, por obrigação descumprida e por empregado encontrado em situação irregular ou prejudicado, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, nos termos do artigo 13 da Lei n.º 7347/85. A multa poderá ser revertida, a critério do Ministério Público do Trabalho, a outro órgão público ou privado

4

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho - 2ª Região - SP.
Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos -CODIN

encarregado de promover ações em benefício dos direitos dos trabalhadores.

IV.2 – O valor da multa será atualizado pelo índice de correção das dívidas trabalhistas.

IV.3- Os diretores das compromitentes ficam solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa.

IV.4 – A multa ora fixada não substitui as obrigações objeto deste instrumento.

V- VIGÊNCIA

O presente Termo de Compromisso terá vigência imediata, a partir de sua assinatura e é firmado por prazo indeterminado.

VI- DISPOSIÇÕES FINAIS

VI.1- Este compromisso terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos artigos 5º, § 6º, da Lei n.º 7347/85, 585, VII, do Código de Processo Civil e 876 da CLT.

VI.2- Aplica-se ao presente Termo de compromisso o disposto nos artigos 10 e 448 da CLT, estabelecendo-se que qualquer alteração na estrutura jurídica das compromitentes não afetará a exigência de seu integral cumprimento.

VI.3 - Por estarem assim compromissadas, as empresas firmam o presente instrumento, na presença da Procuradora do Trabalho abaixo identificada, do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, da Procuradoria do Trabalho na Segunda Região, em São Paulo, para que produza os seus efeitos legais.

5

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional do Trabalho - 2ª Região - SP.
Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos -CODIN

VI.4 - O presente termo é firmado em três vias de idêntico teor, permanecendo uma na Procuradoria Regional do Trabalho e sendo entregue as outras duas aos representantes legais das compromitentes.

São Paulo, 15 de agosto de 2007.

Silvana Marcia Montechi Valladares de Oliveira
SILVANA MARCIA MONTECHI VALLADARES DE OLIVEIRA
Procuradora do Trabalho

Pelas Empresas:

UNIESP – UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO e
FACULDADES INTEGRADAS TERESA MARTIN

João Batista da Silva Filho
JOÃO BATISTA DA SILVA FILHO
PREPOSTO

Dr. Abílio José Marcelino de Melo
Dr. ABÍLIO JOSÉ MARCELINO DE MELO,
OAB/SP n.º 209.814

ANEXO 10

Ata do Foro Conciliatório para Solução de Conflitos Trabalhistas, realizado em setembro de 2010. Participaram da reunião a UNIESP, a Federação dos Professores do Estado de São Paulo (pelos sindicatos) e Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP).

ATA DO FORO CONCILIATÓRIO PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS COLETIVOS ENTRE A MANTENEDORA, UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNIESP), O SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE SÃO PAULO (SAAESP), SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DO ABC (SAAE ABC), O SINDICATO DOS PROFESSORES DE MOGI DAS CRUZES E REGIÃO, O SINDICATO DOS PROFESSORES DO ABC (SINPRO ABC), O SINDICATO DOS PROFESSORES DE BAURUR, O SINDICATO DOS PROFESSORES E AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE RIBEIRÃO PRETO E O SINDICATO DOS PROFESSORES E AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE PRESIDENTE PRUDENTE, COM A PRESENÇA DO SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO (SEMESP), REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2010.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2010, às 10:00 horas, na sede do SEMESP, localizada na rua Cipriano Barata, 2431, Ipiranga, São Paulo, Capital, realizou-se o Foro Conciliatório para solução de conflitos coletivos entre a Mantenedora, UNIESP e os Sindicatos acima relacionados para tratar dos seguintes assuntos:

- não pagamento de ou pagamento em atraso dos salários;
- não pagamento das férias gozadas;
- não recolhimento do FGTS;
- não pagamento das verbas rescisórias;
- não homologação das rescisões;
- não entrega do holerite aos empregados;
- desconto indevido dos salários dos empregados referente a previdência privada;
- não concessão do plano de saúde ou concessão de plano não existente na região;
- salário do professor ingressante menor do que os salários já contratados;
- não recolhimento das contribuições sindicais dos empregados.

Presentes:

- José Fernando Pinto da Costa, Presidente da UNIESP, bem como os Diretores Regionais e advogados da UNIESP, constantes na lista de presença;
- José Roberto Covac, representante do SEMESP;
- Celso Napolitano, representante da FEPESP e, na oportunidade, representante do Sindicato dos Professores e Auxiliares de Ribeirão Preto;
- Celso Soares Nogueira, representante do SAAE ABC;
- Beatriz Cristina Visini, representante do SAAE SP;
- Sebastião Clementino da Silva, representando o SINPRO Baurur;
- Aloísio A. Silva e Leonida Rosa Silva, representando o SINPRO ABC;
- José Cursino dos Santos Filho e Paulo Cesar, representando o SINPRO Mogi e Região;

Após a abertura dos trabalhos, José Roberto Covac esclareceu o objetivo do Foro Conciliatório intermediado pelo SEMESP, qual seja, resolver conflitos e evitar que questões simples sejam levadas ao Poder Judiciário.

Os participantes se apresentaram e os representantes dos professores e auxiliares, iniciando a reunião, esclareceram que os principais fatores que levaram a solicitação do presente Foro foram os seguintes: atraso nos salários; não oferecimento do plano de saúde ou concessão de plano não existente na cidade; concessão de cesta básica em desacordo com o que dispõe a Convenção Coletiva; não pagamento do vale transporte; descontos salariais relativos a previdência privada sem anuência dos empregados; não oferecimento do holerite aos empregados; salário do professor ingressante na Mantenedora menor do que os já contratados; não pagamento das verbas rescisórias; não recolhimento das contribuições sindicais dos empregados.

Celso Napolitano solicitou a interrupção da gravação do Foro Conciliatório, visto que todo o conteúdo da reunião estará constante na presente ata, o que foi acolhido pelo representante da Mantenedora. José Fernando Pinto da Costa colocou as dificuldades enfrentadas pela Mantenedora junto ao Ministério Público do Trabalho, oriundas de problemas ocasionados por ex-empregados, que em nome da mesma firmaram acordos trabalhistas onerosos, não promoveram a defesa da instituição adequadamente, bem como por infrações que estão sendo investigadas em âmbito cível e criminal, que repercutiram nas finanças da instituição e impossibilitaram o cumprimento de alguns encargos

trabalhistas e obrigações da Convenção Coletiva. Tais fatos inviabilizaram, a obtenção de créditos e empréstimos junto a instituições financeiras.

A Mantenedora esclareceu que os problemas estão sendo resolvidos e apresentou a seguinte proposta:

- com relação ao recolhimento do FGTS, a Mantenedora apresentou comprovante do pedido de parcelamento, datado de 22/09/2010;
- no que se refere aos planos de saúde, para aquelas cidades não abrangidas pelo plano de saúde, a Mantenedora se compromete a regularizar a situação no prazo de 60 dias e, nesse período, arcará com o pagamento do tratamento dos empregados;
- o pagamento das homologações e rescisões serão efetuadas em 60 dias;
- o pagamento das contribuições sindicais em atraso serão pagas em 30 dias;
- até o sexto mês do ano de 2011, o pagamento do salário será até efetuado no décimo dia útil de cada mês, em contrapartida, a Mantenedora concederá previdência privada, sem nenhuma contrapartida dos empregados; bem como a devolução dos descontos efetuados anteriormente. Além disso, a Mantenedora oferecerá plano odontológico e seguro de vida;

Os representantes dos empregados argumentaram que os temas aqui aventados já foram objeto de várias Mesas Redondas, inclusive de um TAC em 2006 e apresentaram a seguinte contra proposta:

- Negaram-se a receber qualquer benefício que não esteja previsto na Convenção Coletiva, reivindicando apenas o cumprimento da mesma, fato que não vem ocorrendo;
- os descontos efetuados dos salários dos empregados, relativos a previdência privada e seguro de vida serão devolvidos aos empregados em trinta dias;
- os atrasos dos pagamentos dos salários e abono devem ser regularizados até o dia 15 de outubro de 2010;
- os representantes dos empregados aceitaram a proposta do plano de saúde, qual seja, nas cidades não abrangidas pelo plano de saúde, a Mantenedora se compromete a regularizar a situação no prazo de 60 dias e, nesse período, arcará com o pagamento do tratamento dos empregados daquela cidade;
- a homologação e o pagamento das verbas rescisórias, das rescisões já efetuadas até a presente data, devem ser regularizadas em quarenta e cinco dias, sem prejuízo das multas provenientes da mesma, desde que não haja ação trabalhista em andamento;
- os salários, a partir de setembro de 2010, devem ser pagos no prazo legal;
- aguarda e solicita a comprovação do deferimento do pedido de parcelamento do FGTS junto a Caixa Econômica Federal e a comprovação do depósito a partir de setembro de 2010 no prazo legal;
- solicitou a criação de uma Comissão para gerenciar as propostas apresentadas, que será representada por três pessoas indicadas pela Mantenedora e três pessoas representantes dos Sindicatos envolvidos. Pela Mantenedora foram indicados os nomes de Jamil Zogbi, Dra. Vitória Nogueira e Rosival Jaques Molina e, para representar os empregados, Celso S. Nogueira (SAAE ABC e FEPAAE), Paulo César dos Santos (SINPRO Mogi) e Celso Napolitano (FEPESP).
- os demais itens constantes da pauta inicial não discutidos na presente data, serão apreciados pela Comissão já constituída.

A Mantenedora concordou com as propostas acima apresentadas pelos representantes dos empregados.

José Fernando P. da Costa disponibilizou seu telefone (11) 6187 – 0070, para que os representantes dos sindicatos, caso necessitem, entrem em contato com ele.

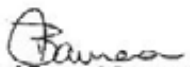
A lista de presença em anexo é parte integrante da presente ata.

Encerrando-se o presente Foro, lavrando-se a ata que será assinada em três vias. São Paulo, 27 de setembro de 2010.

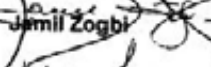
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO FORMADA PELOS REPRESENTANTES DA UNIESP E PELA FEPESP, REPRESENTANDO OS EMPREGADOS DA MANTENEDORA, COM A PRESENÇA DO SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO (SEMESP), REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2010.

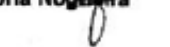
Aos dezolito dias do mês de outubro de 2010, às 10:00 horas, na sede do SEMESP, localizada na rua Cipriano Barata, 2431, Ipiranga, São Paulo, Capital, realizou-se a reunião da Comissão formada pelos representantes da Mantenedora, UNIESP e pela FEPESP, representando os empregados da mesma. **Presentes:** Raquel Torcani Carmona Cicate, representante do SEMESP; Celso Napolitano, representante da FEPESP; Jamil Zogbi, representante da Mantenedora; Vitória Nogueira, representante da Mantenedora. Abertos os trabalhos, os representantes da Mantenedora apresentaram os comprovantes do pagamento dos salários em atraso, do abono salarial e do depósito do FGTS, relativo ao mês de setembro de 2010. Informaram que ainda não há definição da Caixa Econômica Federal quanto ao deferimento do pedido de parcelamento do FGTS pendente até agosto de 2010, cumprindo com os itens constantes da pauta da reunião. Os participantes acordaram os seguintes procedimentos para a verificação do cumprimento da pauta de 27 de setembro de 2010: serão encaminhados ao SEMESP, que se compromete a enviar aos membros da Comissão, os documentos que comprovem a devolução dos descontos efetuados relativos a Previdência Privada e seguro de vida até 27 de outubro de 2010; comprovante de homologação de pagamento de verbas rescisórias de demissões efetuadas, bem como comprovante de recolhimento das contribuições sindicais até 10 de novembro de 2010. A próxima reunião ficou agendada para o dia 29 de novembro de 2010, às 10:00 horas, na sede do SEMESP, oportunidade em que serão apresentados os comprovantes de cumprimentos dos demais itens. Ficou acertado, também, que, caso seja necessário, uma das partes poderá convocar reunião extraordinária.

Encerrando-se o presente Foro, lavrando-se a ata que será assinada em três vias. São Paulo, 18 de outubro de 2010.


Raquel Torcani Carmona Cicate


Celso Napolitano


Jamil Zogbi


Vitória Nogueira

Anexo 11

CARTA ABERTA À COMUNIDADE TERESA MARTIN

As Faculdades Integradas Teresa Martin foram compradas pela UNIESP, uma “holding” educacional, com fins lucrativos, que congrega outras nove instituições de ensino no Estado de São Paulo.

As atitudes iniciais da nova gestão se caracterizaram pelo total desprezo aos princípios da boa conduta pedagógica, à ética no oferecimento de serviços educacionais e aos direitos trabalhistas e humanos.

- Como exemplo, enumeramos algumas das atitudes adotadas pela gestão comandada pela UNIESP:
- Junção de turmas/disciplinas comprometendo a qualidade de ensino e a seqüência dos cursos
 - Redução de carga horária de professores, com o semestre já iniciado, contrariando a convenção coletiva de trabalho
 - Proposta de brutal redução dos salários e supressão de direitos trabalhistas acumulados ao longo de anos de trabalho na Instituição
 - Demissão de profissionais, com titulação e histórico de dedicação à Instituição, que se recusaram a compactuar com a perda da qualidade no ensino.
 - Não pagamento das verbas rescisórias aos professores e funcionários demitidos, causando assim o impedimento do acesso ao fundo de garantia e ao seguro-desemprego, ameaçando a sobrevivência e a integridade física dos mesmos.
 - Pressão para que professores e funcionários demitidos aceitem acordos completamente lesivos aos seus direitos trabalhistas.
 - Repressão a alunos e professores que reagiram a essas medidas.

Assim, fica configurado o descompromisso educacional, ético e trabalhista da UNIESP.

Diante do exposto, denunciemos o verdadeiro caráter dessa Instituição e pedimos o apoio da comunidade para que esse estado de coisas seja revertido.

PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DEMITIDOS DA TERESA MARTIN/UNIESP.

CARTA ABERTA À COMUNIDADE DA TERESA MARTIN A UNIESP DESRESPEITA DIREITOS TRABALHISTAS E HUMANOS DE EX-PROFESSORES E EX-FUNCIONÁRIOS

A UNIESP, instituição que se orgulha em congregar várias Faculdades no estado de São Paulo e de ter atingido a cifra de quase 16.000 alunos em apenas 07 anos de existência parece ter demonstrado, ao adquirir a gestão das Faculdades Integradas Teresa Martin, como alcançar resultados tão expressivos em tão pouco tempo: **ela não respeita os direitos trabalhistas e humanos de professores e funcionários demitidos.**

Após assumir a gestão das Faculdades Teresa Martin, além de “juntar” turmas e disciplinas, aumentando o número de alunos por salas e reduzindo carga horária e salário de professores, ela demitiu vários outros professores e funcionários entre os dias 01 e 14 de agosto (no dia 1º, de setembro demitiu mais funcionários).

O depósito das verbas de rescisão, correspondentes aos direitos trabalhistas, e a homologação das contas dos primeiros demitidos deveriam ter sido realizados entre 11 e 24 de agosto. Até agora nada disso foi feito e não sabemos quando irá ocorrer. A única promessa, ainda não oficializada e/ou encaminhada, é a de pagar os valores referentes às verbas rescisórias em parcelas cujos valores correspondam ao antigo salário dos demitidos, sem juros, sem reajustes (como por exemplo, os que forem alcançados em dissídios coletivos) e sem multas pelo atraso. Como a maior parte dos demitidos tinha muito tempo de instituição, em alguns casos, tal situação pode se prolongar por anos.

Não bastasse isso, a UNIESP ainda ameaça os que não aceitarem tal proposta com o não pagamento, puro e simples, de seus direitos trabalhistas, induzindo-os ao recurso à justiça e aos seus prazos, que podem chegar a décadas.

Gostaríamos de alertar a todos: isso não se trata apenas de um desrespeito aos direitos trabalhistas. É, também, e principalmente, uma afronta à ética e uma enorme violência aos direitos humanos, pois, além de expressar a imposição da vontade do mais forte, trata seres humanos como objetos de realização de seus interesses e, mais ainda, ameaça a integridade física dos demitidos e de seus familiares, ao impossibilitar que os mesmos tenham acesso a recursos para fazer frente aos seus compromissos financeiros. É importante lembrar que tal atitude da UNIESP impede até mesmo que os demitidos tenham acesso ao Fundo de Garantia.

Tal truculência é uma séria violação aos direitos humanos, pois procura sufocar ex-professores e ex-funcionários para aceitarem uma proposta de acordo francamente lesiva aos seus direitos e interesses. Como se já não bastasse o fantasma do desemprego, **parecem querer afirmar: ou aceitam ou passarão, desde já, privações.**

É irônico verificar que uma instituição de ensino que se diz “antenada” com os novos tempos, com uma administração calcada nos novos modelos de gestão, pratique, em realidade, métodos de alcance de lucros típicos dos conquistadores da América e dos piratas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Era muita ingenuidade imaginar que esses mecanismos de acumulação primitiva tivessem ficado para trás. A UNIESP tem o mérito de parecer querer dar razão a Marx, quando ele afirmava, nas célebres passagens do capítulo XXIV de *O Capital*, que o capital se acumulou originalmente a partir da violência, da usura, dos açambarcamentos, da expropriação, do saque e da exploração do trabalho escravo, ou seja, que ele surgiu manchado de sangue.

Assim, solicitamos a adesão de amigos, alunos, funcionários e professores à nossa luta. Aos amigos pela solidariedade. Aos alunos, pois a ética e o respeito aos direitos são as bases da formação de qualquer profissional. Como acreditar que tais princípios sejam realmente praticados por uma instituição que viola, tão flagrantemente, direitos trabalhistas e humanos? Aos professores e funcionários, pois, além do sentimento de coleguismo, advindo de tantos anos de trabalho em conjunto somos, infelizmente, forçados a lembrar um famoso bordão da propaganda nacional: Nós somos vocês amanhã!

Continuaremos até que nossos direitos sejam respeitados.



AOS PROFESSORES DAS FACULDADES INTEGRADAS TERESA MARTIN.

O mês de outubro já se iniciou. Este é, tradicionalmente, o mês em que as instituições educacionais começam a organizar o ano letivo seguinte. Nós, professores, devemos também fazer isso. Devemos nos preocupar com a possibilidade e com as condições de trabalho para o ano que vem.

E este ano, no caso da Teresa Martin, com um grave agravante: **não devemos esperar e não podemos, continuar acreditando em ilusões.** Isso já aconteceu durante duas oportunidades durante o ano de 2006.

No primeiro semestre acreditamos nas palavras da antiga direção de que nada iria mudar, que ela só negociava uma parceria para injetar um pouco mais de recursos na instituição e que as coisas seriam resolvidas. Não foi o que aconteceu as Faculdades foram vendidas e a situação se alterou, e bastante.

No início segundo semestre acreditamos nas afirmações da nova direção de que nada iria mudar, que só ocorreriam pequenos ajustes. Não foi o que aconteceu: a nova direção assumiu com posturas francamente autoritárias, reduziu carga horária, demitiu professores e funcionários e estabeleceu um ambiente de controle e de desconfiança, deteriorando as condições de trabalho e ensino.

É por isso que não podemos esperar grandes mudanças e continuar acreditando em ilusões. A proposta da UNIESP é bem clara e já foi anunciada várias vezes. Entretanto é interessante explicitá-la novamente:

• Para o ano que vem, as coordenações de curso poderão indicar quais os professores que elas entendem que deverão permanecer. Os demais serão demitidos.

• Para o ano que vem haverá um novo PLANO DE CARREIRA, com salários menores. Uma redução de 40% para quem é doutor; 50% para quem é mestre; de 64% para quem é especialista.

• Aqueles que forem convidados a permanecer deverão aceitar a redução de salários. Para isso, na melhor das hipóteses, serão demitidos e recontratados, com o novo CNPJ da instituição, negociando, contudo, a devolução dos 40% da multa rescisória do FGTS. Se tal situação não for ainda possível, deverão pedir demissão para serem recontratados na sequência.

• E aí que o problema fica bem mais grave: se forem demitidos, tendo que devolver os 40%, os professores abrem mão de um direito acumulado ao longo de anos de trabalho. Se tiverem que se demitir estarão, ao mesmo tempo, dando um cheque em branco à UNIESP, pois ela pode não honrar a recontração e, aí, é perda do emprego sem direito a várias indenizações. Mas, se, por outro lado, ela honrar a palavra (coisa rara até hoje!!!), irão fazer um novo contrato. Deve ser lembrado que a UNIESP pratica uma grande rotatividade de professores. Caso esse professor venha a ser, nos próximos semestres, vítima dessa política de rotatividade, será demitido com um novo valor de fundo de garantia. Seu saque do FGTS será diminuído e a multa em relação ao mesmo também.

• Por último devemos lembrar, ainda, que as classes aumentarão de tamanho. Serão no mínimo 60 alunos por sala. Será um grande aumento de trabalho conjugado com uma brutal redução de salários.

Assim, professores:

- A ilusão é uma má conselheira.
- Somente a nossa organização pode alcançar conquistas.
- Temos direito e necessidade de um pronunciamento oficial por parte da UNIESP, acerca de nossa situação profissional no ano de 2007.
- Vamos nos organizar para garantir o emprego, os salários e as condições de trabalho
- Vamos exigir uma resposta oficial e um canal direto de negociação com a direção

- Pela Garantia dos Empregos e dos Salários
- Pelo Respeito aos Direitos Trabalhistas.

Sindicato dos Professores de São Paulo
Rua Borges Lagoa 208 - Cep 04038-000
Tel (11) 5080-5988 Fax (11) 5080-5985
<http://www.sinprosp.org.br>



São Paulo 04 de outubro de 2006

À
Faculdade Teresa Martin/UNIESP
Departamento jurídico

At.: João Batista da Silva Filho / Dr. Alexandre Machado Alves

Prezados Senhores,

O SINPRO-SP e os professores das Faculdades Teresa Martin vêm por meio desta solicitar uma reunião com a Direção da Instituição no dia 06/10/2006 (sexta-feira) às 21:00 horas para tratarmos da situação atual a qual se encontra esta instituição.

Com a certeza que nossa solicitação será atendida, pois acreditamos no bom senso da vossa pessoa, aguardamos a confirmação da reunião por escrito até as 14 horas do dia 06/10/2006 no Sindicato dos Professores de São Paulo(SINPRO-SP).

Atenciosamente

Osvaldo Souza Santos
Diretor do SINPRO-SP

Osvaldo@sinprosp.org.br



ILMO. SR. SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO PAULO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DE SÃO PAULO (SRTE/SP) - Norte - SP

O SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO, com sede e foro nesta Capital, a Rua Borges Lagoa, 208 - Vila Clementino - São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob nº 50.270.172/0001-53, através de seu diretor-presidente, infra-assinado, vem respeitosamente, requerer de V.Sª, a **MESA REDONDA** na ESCOLA TERESA FRANCISCA MARTIN S/C LTDA (ESCOLA TERESA MARTIN), inscrita no CNPJ sob nº 61.260.352/0001-70, com sede à Rua Antonieta Leita, 129 - CEP 02925-160 - Freguesia do O - São Paulo - SP, conforme as Leis da Consolidação de Trabalho e a Convenção Coletiva de Trabalho, pelo(s) seguinte(s) motivo:

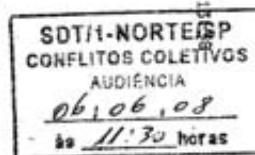
- Não Pagamento do Reajuste de 2008 conforme Convenção Coletiva de Trabalho
- Não Cumprimento do Recesso Escolar ➔ ???
- Duração da hora-aula é de 55 minutos
- Isonomia salarial
- Sábado não é considerado dia útil para pagamento

Agradecemos antecipadamente o pronto atendimento por parte dessa Superintendência.

São Paulo, 27 de maio de 2008.

PROF. LUIZ ANTONIO BARBAGLI
CPF Nº 537.157.998-20
Presidente

PAC/WA/nm
0092/2008



Sindicato dos Professores de São Paulo
Rua Borges Lagoa 208 - Cep 04038-000
Tel (11) 5080-5988 Fax (11) 5080-5985
<http://www.sinprosp.org.br>



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO
SUBDELEGACIA DO TRABALHO E EMPREGO 1 NORTE/SP
Av. Gen. Ataliba Leonel, 2764 - Parada Inglesa - 02242-000 - São Paulo/SP
Fone: 6973-8927 - FAX 6979-6296

Processo 46.474.001628/2008-12.

SUSCITANTE: SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO.
SUSCITADA: ESCOLA TERESA MARTIN S/C.

Aos seis dias do mês de junho de 2008, às 11:30 horas, nesta Gerência Regional do Trabalho e Emprego - GRTE NORTE, reuniram-se sob mediação da auditora fiscal do trabalho Márcia Henriques Fernandes, de um lado o Sindicato suscitante representado pelos Srs. Osvaldo Souza Santos e Pedro Artur Caseiro, e, de outro lado, a empresa suscitada representada pelo Sr. João Batista da Silva Filho, preposto, assistido pela Dra. Camila Zulli Noronha. Iniciada a discussão, dada a palavra aos representantes do Sindicato e aos representantes da empresa, discutiu-se a pauta conforme narrado a seguir: 1 - pagamento do reajuste de 2008 - a empresa declarou que os salários foram reajustados em 6,75% e apresentou a folha de pagamento comprovando a concessão do reajuste salarial; 2 - não cumprimento do recesso escolar - ficou acordado que a empresa enviará ao Sindicato cópia do calendário escolar; 3 - duração da hora aula (55 minutos) - a empresa confirmou que a duração da hora-aula é de 55 minutos; o Sindicato alertou para a cláusula 11, da CCT, que define a hora-aula em 50 minutos, de forma que a empresa teria, a princípio, duas opções: refazer os horários, adequando o tempo da hora-aula ou, com a anuência dos professores em assembléia, reajustar o valor da hora-aula, proporcionalmente; 4 - isonomia salarial - o Sindicato declarou que a escola possui professores em funções idênticas, mas com salários diferentes; a escola informou que os professores mais antigos e que possuíam outra função, de fato, recebem remuneração maior que os admitidos recentemente; o Sindicato esclareceu que, conforme cláusula 7, da CCT, a escola estaria irregular; 5 - não considerar sábado dia útil (pagamento da salário) - a empresa declarou que efetua o pagamento dos salários conforme previsto na Convenção, comprometendo-se a enviar ao Sindicato as relações bancárias dos últimos três meses. Tendo restado pendentes de discussão e solução os itens 3 e 4, as partes concordaram em retomar as discussões em data a ser definida. Aguarde-se trinta dias. Após, se não houver manifestação das partes, archive-se.

Dr. Zulli
92/2008

Marta R. Ferreira
Ministério do Trabalho
02082/08 11/19/08

Assinatura

ANEXO 10

Reprodução reportagens de jornal/site/revista:

FOLHA.com

07/07/2010 - 10h31

Faban demite 56% de seus professores em Ribeirão Preto (SP)

JULIANA COISSI

DE RIBEIRÃO PRETO

A Unesp, grupo universitário que adquiriu a Faban de Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo) em junho do ano passado, demitiu 41 professores, de um quadro de 73 docentes. O corte foi comunicado por telegrama.

Julho deve ser de estudo e descanso para vestibulando
Jabulani, a bola mais criticada

A instituição confirmou as demissões e disse que elas ocorreram por um "realinhamento de custos".

A **Folha** apurou que a intenção da faculdade é recontratar professores, inclusive colocando anúncios em jornal, mas com salários bem menores.

O salário de um professor especialista de 24 aulas semanais, por exemplo, que era de R\$ 1.800 deve cair para R\$ 1.000. O salário de um mestre passaria de R\$ 3.000 para R\$ 1.800, e o de um doutor, de R\$ 4.000, para R\$ 2.800.

A demissão de professores não é exclusividade da Faban. Nos últimos anos, outras faculdades particulares da cidade já enxugaram o quadro de docentes.

Há dois anos, por exemplo, a Barão de Mauá iniciou um processo que chamou de readequação do quadro, que resultou em um enxugamento de 525 docentes para 480.

Segundo João Alberto Velloso, reitor na época, não foi um corte, mas uma forma para que os professores fossem mais valorizados e acumulassem mais aulas.

A demissão na Uniesp Faban foi determinada pela matriz da instituição, em São Paulo, na última quarta-feira. Os demitidos receberam os telegramas quatro dias depois. Os professores dizem que o texto não dava as razões do corte.

Sem se identificar, um dos demitidos reclamou que quem perde o emprego agora não consegue se colocar no mercado no segundo semestre, porque as outras sete instituições universitárias privadas da cidade já fecharam a programação.

Outra professora, que também pediu anonimato para não se "queimar" no mercado, disse que o grupo deve entrar com uma ação judicial contra a Faban.

"Demitir por telegrama, assim, faltando 20 dias para começar o outro semestre? Eu não fui contratada por telegrama", reclamou uma das professoras.

Especialista em políticas da educação superior, o professor Afrânio Mendes Catani, da USP de São Paulo, disse que o enxugamento de professores têm ocorrido em todo o país.

"Vemos que o ensino privado já atingiu um limite de absorção de novos alunos. Como isso, as faculdades estão reduzindo custos, o que acaba resultando na demissão de professores."

Para Catani, falta vontade política e rigor do governo federal ao autorizar a abertura de faculdades.

<http://www1.folha.uol.com.br/saber/763191-faban-demite-56-de-seus-professores-em-ribeirao-preto-sp.shtml>

A ESTÂNCIA

de Guarujá

2 A 8 DE ABRIL DE 2011
Nº 4.961 - ANO 61
R\$ 1,00

www.estanciadeguaruja.com.br

estanciadeguaruja@uol.com.br - estanciadeguaruja.com.br

ANTÔNIO BARAÇAL (1963-1998) - ANTÔNIA ROSA BARAÇAL (DIRETORA PRESIDENTE)



O fim da batalha de José Alencar

O ex-vice-presidente da República e empresário José Alencar morreu na última terça-feira, dia 29 de março, após 10 anos de luta contra um câncer no intestino. Brasileiros procuram homenagem

Página 5



Amamentação reforça laços

Página 4



Futebol em luto O adeus a Afonsinho

A cultura Por Onde Anda, dedica a requiem do jogador

Página 9



Social

O representante do programa Fim de Jogo, da TV Guarujá, Walter Gonçalves Filho está muito próximo com a grande audiência que vem alcançando no horário das 21 horas. Parabéns

Mais Social nas páginas 6 e 7



A Estância

Revista Internacional da Banho de Mar de Guarujá

Grupo Uniesp acumula várias irregularidades

O grupo econômico Uniesp (União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo) acumula irregularidades em relação aos trabalhadores como atrasos de pagamento de salários, retenção da contribuição ao INSS. Alunos e professores realizaram manifestação e pediram ao MEC uma decisão na manutenção. Unidade de Guarujá também tem problemas e alunos aguardam solução.

Câmara recua e faz convites a secretários

Página 3

Médicos fazem passeata e paralisação

Página 6

Semana Espírita inicia em Guarujá

Página 8



Página 4

ÍNDICE

OPINIÃO Página 2

POLÍTICA Página 3

GERAL/POLÍCIA Página 4

GERAL Página 5

ROSÂNGELA BOZZI Página 6

JOSÉ FLÁVIO Página 7

ESPORTE/GERAL Página 8

VARIEDADES Página 9

ESPECIAL Página 10

Canoístas da Baixada Santista completam desafio de 270 km



Página 8

763 DIAS DE CENSURA

"Homem do Tempo" avisa: Faltam 639 DIAS

Para que a segurança pública seja prioridade em Guarujá



CIRCULA EM GUARUJÁ, VICENTE DE CARVALHO, SANTOS, BERTIÓGA E CUBATÃO

[illegible][illegible]

Colégio Adélia
 Ensino Fundamental e Médio

CONHEÇA Nossos Cursos

CONHEÇA Nossos Cursos Ensino Fundamental Ensino Médio	CURSOS MODULARES CURSO DE INGLÊS CURSO DE INFORMÁTICA CURSO DE ARTE
CONHEÇA Nossos Cursos Ensino Superior Ensino Técnico	CURSOS MODULARES CURSO DE INGLÊS CURSO DE INFORMÁTICA CURSO DE ARTE

Av. Miguel Messia Gaze, 242 - Santa Rosa - Goiânia
 Tel.: 3248-4200 - www.colégioadélia.com.br

Sindicato dos Funcionários Públicos da Prefeitura Municipal de Goiânia
FILIE-SE
 Rua Manoel Hipólito do Prado, 84
 Jardim Boa Esperança - Vicente de Carvalho
 Telefone: 3363-5914

WTC
 Rua Mário Ribeiros, 700 - Centro - Goiânia
 Tel: (31) 3387-5564
 Avenida Thiago Ferreira 574
 Vicente de Carvalho - Goiânia
 Tel: (31) 3352-2904
e-mail: atguia@atguia.com.br - www.atguia.com.br

PENSANDO EM COMPRAR OU VENDER?
www.classiweb.net
 Anúncios grátis para Pessoa Física.

Empresário, ligue e solicite-nos
 uma visita para conhecer nossos planos

INDICADOR JURÍDICO

|| SUZANA DUARTE
 Advogada - Av. Adhemar de Barros, 1347,
 conjunto 12A - Tel.: (13) 3355-8917 / 3355-8445
 E-mail: suzanaduarte@uol.com.br

|| ADVOGADOS ASSOCIADOS
 Dra. Maria Mota Suman
 Av. D. Pedro II, 1795, salas 417 / 418
 Tel: (31) 3352-1639

|| RITUNO YAMAZAKI
 Advogada - OAB Nº 58186 - Av. Adhemar de Barros,
 1.196, conjunto 5A - Tel.: (31) 3387-5000

|| DR. FABRÍCIO MOURA JÚGO
|| DR. JOÃO FRANGE JUNIOR
|| DR. FÁBIO MOURA JÚGO
 Advogados - R. Don Raimundo de Brito, 141 - Acleração
 São Paulo - Tel.: (11) 3222-4278 / Cel: (11) 3222-0633
 e-mail: jugo@yahoo.com.br

|| PAULO FERNANDO FORDELLONE
 Advogado - Rua Santa Amara, 320,
 Vila Misa, Goiânia - Tel.: (13) 3355-2919

|| TATHIANA GIMENES PRIETO ALVAREZ
 Advogada - Av. Café e Indústria
 Avenida Adhemar de Barros, 1347
 17 B - Tel.: (13) 3386-7961

Babe's
 - Auto
 Charge
 Lavagem
 Manutenção
 Car Wash
 Auto Detailing
 Waxing
 Polishing
 0800-733073

MOTO SOM BARAÇA
PROPAGANDA
 Tel.: (131)
 9125-3715

Casa Esperança Centro Espírita
Segunda-Feira Espírita (Luz)
 A espiritualidade é essencial para quem deseja crescer e
 realizar a vida em harmonia com o universo da humanidade.
 Espiritismo, visão, missão, mensagem, propósito, valores.
 Tel: 31 41. Para de graça o livro de 100 páginas
 Av. Guaraná, 1940 - Fátima - 700 - Goiânia - Goiás

Jornal Oeste Notícias - 31/03/2011:

Assembleia Legislativa vai pedir ao MEC uma devassa na Uniesp

Instituição, que tem campi na região, foi tema de audiência pública; entidades relatam diversas irregularidades

Uma audiência pública realizada na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) esta semana discutiu diversas irregularidades envolvendo a Uniesp (União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo), que tem campi em Presidente Prudente e região. Entre as denúncias apontadas estão atrasos no pagamento de salários, retenção da contribuição ao INSS, demissões em massa, contratação por salários mais baixos, falta de depósito do FGTS e não homologação dos demitidos. Ficou decidido que será feita uma solicitação ao MEC (Ministério da Educação) para a realização de uma devassa na mantenedora. Também será pleiteada uma reunião com o órgão para tratar do assunto, além da convocação da empresa pela Comissão de Educação da Assembleia. As denúncias podem ser ainda protocoladas na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Ensino Superior, que será aberta em breve na Alesp. Ainda serão requeridas informações a FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) sobre os convênios da bolsa-universidade com a Uniesp. Segundo a diretora de Comunicação da Fepesp (Federação dos Professores do Estado de São Paulo), Sílvia Barbara, há irregularidades em todos os níveis: "A Uniesp tem diversos procedimentos no Ministério Público. Também não cumpre o TAC [Termo de Ajustamento de Conduta] em relação a direitos de funcionários e acadêmicos". Ela aponta que apesar de apresentar diversos problemas, o grupo é conveniado ao governo federal e recebe vários benefícios da União, como verbas do Fies (programa de Financiamento Estudantil) e Prouni (Programa Universidade para Todos). "Programas de bolsa universidade do governo estadual também beneficiam alunos. O intuito é verificar as irregularidades existentes", explica.

Jornal Folha de S. Paulo - 07/07/2010 - 10h31



Faban demite 56% de seus professores em Ribeirão Preto (SP)

A Uniesp, grupo universitário que adquiriu a Faban de Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo) em junho do ano passado, demitiu 41 professores, de um quadro de 73 docentes. O corte foi comunicado por telegrama.

A instituição confirmou as demissões e disse que elas ocorreram por um "realinhamento de custos".

A **Folha** apurou que a intenção da faculdade é recontratar professores, inclusive colocando anúncios em jornal, mas com salários bem menores.

O salário de um professor especialista de 24 aulas semanais, por exemplo, que era de R\$ 1.800 deve cair para R\$ 1.000. O salário de um mestre passaria de R\$ 3.000 para R\$ 1.800, e o de um doutor, de R\$ 4.000, para R\$ 2.800.

A demissão de professores não é exclusividade da Faban. Nos últimos anos, outras faculdades particulares da cidade já enxugaram o quadro de docentes.

Há dois anos, por exemplo, a Barão de Mauá iniciou um processo que chamou de readequação do quadro, que resultou em um enxugamento de 525 docentes para 480.

Segundo João Alberto Velloso, reitor na época, não foi um corte, mas uma forma para que os professores fossem mais valorizados e acumulassem mais aulas.

A demissão na Uniesp Faban foi determinada pela matriz da instituição, em São Paulo, na última quarta-feira. Os demitidos receberam os telegramas quatro dias depois. Os professores dizem que o texto não dava as razões do corte.

Sem se identificar, um dos demitidos reclamou que quem perde o emprego agora não consegue se colocar no mercado no segundo semestre, porque as outras sete instituições universitárias privadas da cidades já fecharam a programação.

Outra professora, que também pediu anonimato para não se "queimar" no mercado, disse que o grupo deve entrar com uma ação judicial contra a Faban.

"Demitir por telegrama, assim, faltando 20 dias para começar o outro semestre? Eu não fui contratada por telegrama", reclamou uma das professoras.

Especialista em políticas da educação superior, o professor Afrânio Mendes Catani, da USP de São Paulo, disse que o enxugamento de professores têm ocorrido em todo o país.

"Vemos que o ensino privado já atingiu um limite de absorção de novos alunos. Como isso, as faculdades estão reduzindo custos, o que acaba resultando na demissão de professores."

Para Catani, falta vontade política e rigor do governo federal ao autorizar a abertura de faculdades.

http://www1.folha.uol.com.br/saber/763191-faban-demite-56-de-seus-professores-em-ribeirao-preto-sp.shtml

Jornal Cruzeiro do Sul (Sorocaba – SP)

18/03/2011 | UNIESP

Funcionários enfrentam problemas trabalhistas

Notícia publicada na edição de 18/03/2011 do Jornal Cruzeiro do Sul, na página 004 do caderno A - o conteúdo da edição impressa na internet é atualizado diariamente após as 12h.

Leandro Nogueira

Os professores universitários e outros profissionais que trabalham na unidade em Sorocaba da União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (Uniesp) enfrentam problemas trabalhistas. A holding (grupo) de ensino superior está em 23 municípios, entre as cidades de cobertura do Cruzeiro do Sul, também em São Roque. O Sindicato dos Professores de Sorocaba e Região (Sinpro-Sorocaba) enumera atrasos salariais e do 13º salário, demissões em massa para contratações por menores remunerações, falta do depósito do FGTS e ou recolhimento do INSS. "Algumas unidades sofreram pontualmente, mas não há nenhum atraso de salário, existem alguns débitos fiscais que já estão sendo regularizados", são as explicações do diretor-presidente da Uniesp, Fernando Costa.

A Uniesp em Sorocaba tem 450 alunos matriculados e segundo o diretor da unidade, Araldo Gadernal, parte das denúncias do Sinpro-Sorocbaba. Declara que os pagamentos de dezembro foram feitos no início de fevereiro, os de janeiro no começo de março e o pagamento de fevereiro ainda não havia sido creditado até a quarta-feira, dia 16. "O problema do atraso é grave porque ocorre mês a mês, opina o diretor Araldo.

Ele diz que diariamente entra em contato com a sede da Uniesp em São Paulo pedindo a liberação dos salários de fevereiro, que deveriam ter sido pagos no quinto dia útil deste mês. Enfatiza que, diferente da versão do sindicato, em Sorocaba não houve demissões em massa. Quanto ao 13º salário, afirmou não saber precisar com quantos dias de atraso foi pago, mas declara que foi creditado. Sem dar detalhes, explicou que houve problemas com o vale refeição e alguns planos de saúde, além do vale transporte, em negociação. Acrescentou que, em menor escala, outros profissionais além dos professores também são atingidos.

Nenhum professor que confirmou a situação autorizou conceder entrevista. "É uma instituição que persegue, alguns já foram demitidos, em uma assembleia (do sindicato) pouquíssimos compareceram", explica o diretor jurídico da regional do Sinpro-Sorocaba, Cristiano Leon Martins. O professor João Francisco Pires Luiz lecionava na Uniesp de Sorocaba até dezembro do ano passado. Crê que foi demitido também em represália às denúncias que fez ao Sinpro. Diz que o salário que deveria ser pago em abril de 2010 saiu com

45 dias de atraso e que desde 2008 sofria com os atrasos salariais na maioria dos meses. "Quando a gente ligava diziam que não tinha programação de pagamento. O funcionário é tratado como lixo", lamenta. Acrescenta que pretende acionar a instituição na Justiça. Declara que até hoje não recebeu o salário de dezembro, a rescisão do contrato e sequer fez a homologação.

Repasses do FNDSE

O diretor-presidente da Uniesp, Fernando Costa, atribui "o sofrimento pontual" de algumas das unidades ao fato, segundo dele, do atraso dos repasses do Fundo Nacional da Educação (FNDE). A instituição recebe verbas públicas do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Fernando Costa explica que os alunos estudam com o auxílio do Governo Federal, com financiamento de até cem por cento "do qual eu sou o fiador", ressalta o diretor presidente. Segundo ele, hoje são 6.800 alunos com esse benefício e o atraso nos repasses chega a quase R\$ 2 milhões.

Jornal Oeste Notícias (Presidente Prudente-SP)

(16/03/2011) COLUNA DO OESTE

Uniesp será alvo de audiência na Assembleia Legislativa de SP - A Uniesp (União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo) será alvo de uma audiência pública marcada para o próximo dia 29 de março na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A iniciativa parte da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp) juntamente com o deputado Carlos Giannazi (Psol). Conforme comunicado da Fepesp distribuído à mídia, a Uniesp estaria acumulando irregularidades nas faculdades e colégios que mantém no estado tais como: atrasos de pagamento de salários, retenção da contribuição ao INSS, demissões em massa e contratação por salários mais baixos, falta de depósito do FGTS, e não homologação dos demitidos.

Irregularidades - Em 2006, O Ministério Público do Trabalho propôs um Termo de Ajustamento de Conduta à Uniesp, que foi assinado. Mas ela não teria cumprido. Segundo a Fepesp, os pagamentos ocorrem em data variável, "mas sempre fora do 5º dia útil do mês seguinte, afetando professores, técnicos e administrativos". Os trabalhadores também têm o valor do INSS recolhido, mas não depositado, segundo a entidade. O FGTS não estaria sendo depositado desde setembro de 2009.

Os salários - Conforme a Fepesp, o salário de janeiro teria sido pago em 28/02 e o de fevereiro não teria sido repassado até a última segunda-feira (14). Além de Prudente, conforme a entidade, o atraso estaria atingindo unidades de instaladas nas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto, Sorocaba, Jaú e Guarujá. "É a mesma Uniesp que recebe recursos do Bolsa-universidade, do Prouni e do Fies, tendo isenção fiscal das contribuições sociais", dispara a Fetaesp na nota.

Fonte: http://oestenoticias.com.br/home.php?data_capa=

Jornal Folha de São Paulo- 29/03/2011

Ribeirão Preto



Em 15/03/2011

Uniesp Problemas trabalhistas em colégios e faculdades da Uniesp serão tema de audiência na Assembleia no dia 29. Para os professores, em Ribeirão também há salários atrasados e falta de rescisão a demitidos. A Uniesp nega e diz que não sabia da audiência.

Em 29/03/2011

Educação A situação da Uniesp, que opera em Ribeirão Preto na antiga Faban, será alvo de audiência pública hoje na Assembleia Legislativa, em São Paulo.

Problemas - De acordo com a Fepesp (federação dos professores), a instituição não deposita o FGTS desde 2009 e ainda não pagou a rescisão de empregados demitidos em dezembro -a Uniesp negou haver problemas há duas semanas.

Jornal Diário do Grande ABC – 10/09/2010 – 7:17

Uniesp atrasa aulas e pagamento de professor

Deborah Moreira

Do Diário do Grande ABC



Centenas de alunos da Uniesp (União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo) Santo André deixaram de ter aula no período noturno da quarta-feira quando cerca de 30 professores paralisaram suas atividades por falta de pagamento dos salários. O atraso também ocorreu durante o pagamento de agosto, referente ao mês de julho.

"Fizemos a primeira paralisação no dia 16 de agosto para reivindicar a regularização no pagamento dos salários e outros benefícios como depósitos no FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) que estão irregulares", explicou Aloisio Alves da Silva, presidente do Sinpro ABC (Sindicato dos Professores Particulares da região).

Professores, que preferiram não se identificar, e o Sinpro ABC, afirmam que os pagamentos estão atrasando desde dezembro de 2009, quando a Uniesp comprou a unidade do Iesa (Instituto de Ensino Superior de Santo André).

A faculdade afirmou que os atrasados dos dois últimos meses ocorreram por questões internas com os bancos responsáveis por repassar os valores. "Prefiro não dar nomes, mas em agosto ocorreu atraso porque o antigo banco que mantínhamos relação comercial impediu o repasse dos salários de todos os funcionários. E neste mês o atraso foi por conta da mudança de instituição financeira. Mas isso não voltará a acontecer", declarou Claudio José Munhoz, diretor geral da unidade. Segundo ele, os atrasos ocorridos desde quando assumiram a unidade seria por conta do período de transição, que seria visto como normal para a instituição.

"Temos a informação de outros sindicatos que onde quer que o Grupo Uniesp se instale ele precariza o ensino. Além de atrasar pagamentos, demitem professores que ganham mais para contratar novos com salários mais baixos", disse Aloisio Alves. Segundo ele, cerca de dez docentes que ganhavam em torno de R\$ 33 a hora/aula foram demitidos e novos profissionais teriam sido contratados por R\$ 15 a hora/aula. Sobre essa questão, a Uniesp preferiu não

<http://www.dgabc.com.br/News/5830014/uniesp-atrasa-aulas-e-pagamento-de-professor.aspx>

Diário do Grande ABC –30/04/2010 – 7:14

sexta-feira, 30 de abril de 2010 7:47

Alunos protestam contra aumento de mensalidades

Evandro De Marco

Do Diário do Grande ABC



Alunos da Uniesp (União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo), em Santo André, realizaram protesto na noite de ontem contra o aumento nas mensalidades e a cobrança de taxa extra de R\$ 220 nos cursos da instituição.

Com apitos, buzinas e gritos de protesto como "ninguém vai pagar", os estudantes encheram o pátio para pressionar o diretor Nemias Mota. Os alunos não concordam com novas regras impostas pela instituição na cobrança das mensalidades.

Com o reajuste, o curso de Letras, por exemplo, passaria de R\$ 229 para R\$ 443,99. Porém, os alunos têm de pagar a taxa extra para que a mensalidade salte para este valor. Se o aluno optar por não pagar a taxa extra, a mensalidade vai para R\$ 573,99.

Porém, a faculdade concederá descontos de até R\$ 250 aos estudantes que paguem as mensalidades até o primeiro dia útil.

"Só recebo uma vez por mês e não tenho como pagar essas taxas já em maio", reclamou a gerente de vendas Sonia Geroldo, 46 anos, que cursa o 3º semestre de Gestão Financeira.

O conselheiro tutelar Alexandre Gomes Fernandes, 50, começou o curso de Gestão em Logística neste ano. Com os novos valores, ele já pensa em desistir. "Assim não vai dar para continuar."

Desde o início da semana, a direção da Uniesp tem se reunido com representantes dos alunos, mas, segundo os estudantes, até agora, nada mudou. "Falam que são as normas da Uniesp", contou a estudante de Administração Bruna Soares, 24.

A Uniesp assumiu o Iesa (Instituto de Ensino Superior de Santo André) no início do ano.

Diretor da unidade, Nemias Mota disse ontem aos alunos que a decisão do impasse será do presidente da instituição, Fernando Costa, que deverá dar uma resposta hoje.

O Diário tentou contato com o diretor da unidade, mas ele não retornou a ligação até o fechamento desta edição.

<http://www.dgabc.com.br/News/5808055/alunos-protestam-contr-aumento-de-mensalidades.aspx>

Diário do Grande ABC - 1 de maio de 2010 - 15:52

Alunos rejeitam proposta da Uniesp e vão ao Procon

Evandro De Marco

Renato Castroneves

Na noite de ontem, centenas de alunos se aglomeraram em frente à Uniesp (União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo), em Santo André. Eles ouviram a proposta da instituição para reajustes nas mensalidades e pagamento de taxa extra de R\$ 220. De manhã, houve protesto em frente à instituição.

O diretor da unidade, Nemias Mota, pouco falou e desistiu após ser xingado por um aluno. "Depois deste palavrão não tenho mais nada a dizer", disse antes de sair.

A proposta de pagamento da taxa extra em duas vezes de R\$ 110 - e não mais em duas de R\$ 125 ou R\$ 220 à vista - foi rejeitada pelos alunos, que ameaçam procurar o Procon na segunda-feira. "Vou ver se eles aceitam denúncia conjunta de todos os alunos através de abaixo-assinado", afirmou Andréia Dias, 28 anos, estudante do 3º semestre de Administração de Empresas.

"Só maquiaram a antiga proposta. Não vamos voltar às aulas", promete a estudante do 5º semestre de Letras Rúbia Leite, 26. O diretor da faculdade não retornou aos contatos do Diário

<http://www.dgabc.com.br/News/5808342/alunos-rejeitam-proposta-da-uniesp-e-va-o-procon.aspx>

Jornal Folha de S. Paulo - 02/09/2010 - 19h03



Professores da Uniesp em Ribeirão Preto e Taquaritinga, em SP, ameaçam greve

O Ministério Público do Trabalho de Ribeirão Preto (313 km de São Paulo) recebeu denúncia de professores da Uniesp Faban da cidade de Taquaritinga de que há atraso no pagamento de salários -- da letra I a Z, docentes não receberam o pagamento em agosto (relativo a julho). A denúncia aponta também, que diante do atraso, há risco de greve a partir deste mês.

Professores ouvidos pela **Folha** confirmam a intenção de greve, que deve ser articulada em uma reunião.

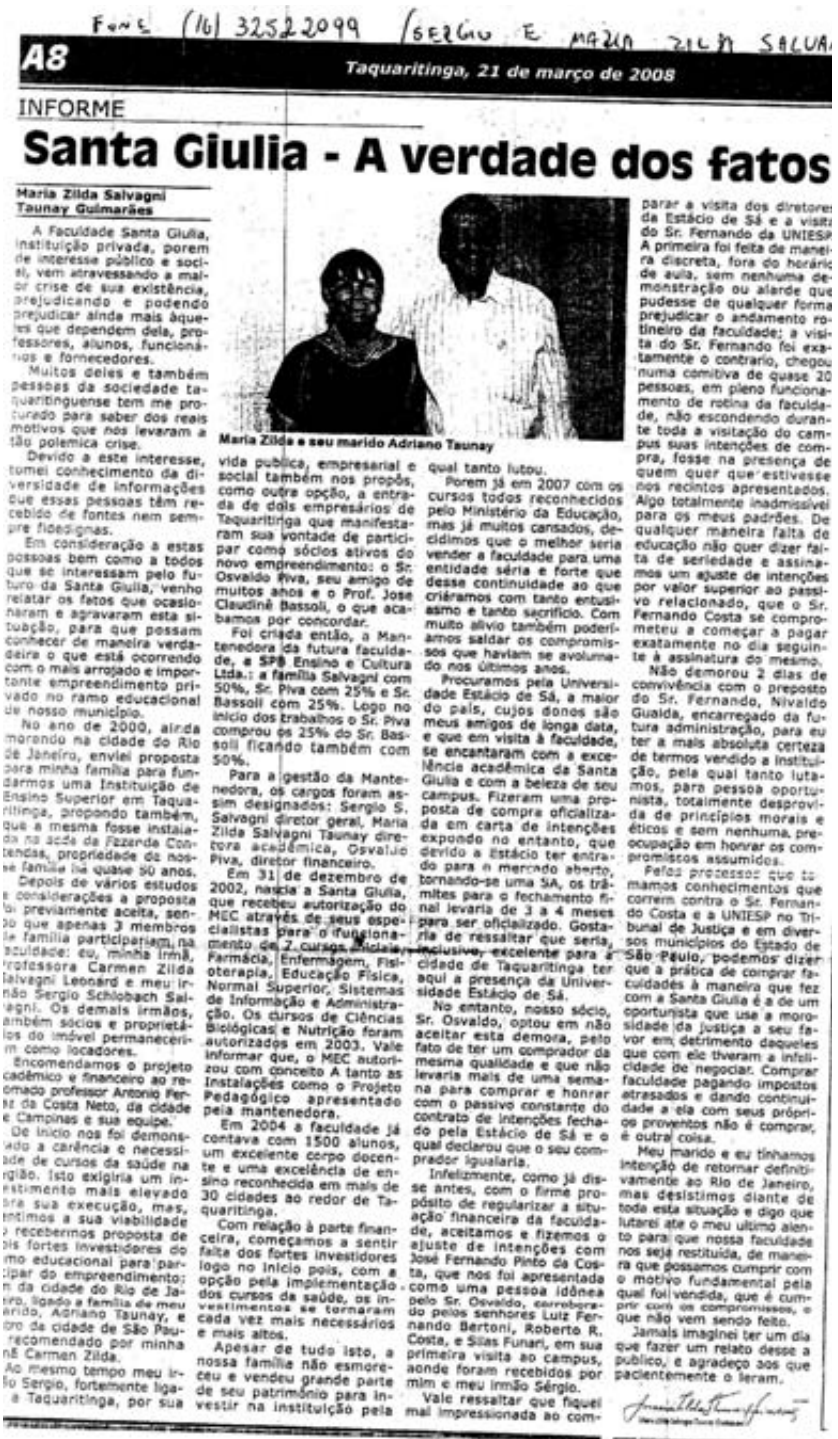
A instituição vive momento de crise: professores afirmam que o aluguel das duas unidades em Ribeirão, assim como a conta de telefone, está atrasada há dois meses. E que no campus em Taquaritinga funcionários não conseguem fazer ligações --só recebem, por falta de pagamento.

Em Ribeirão, os dois campi reúnem 1.200 estudantes, com cerca de cem professores.

Como a **Folha** publicou neste mês, a Uniesp Faban ainda não pagou os professores que foram demitidos em julho deste ano. O prazo era até sexta-feira da semana passada.

Além disso, a instituição estaria pagando o salário dos que ficaram por ordem alfabética e, até agora, só tinha chegado à letra "i". Em julho, a reportagem publicou que havia demitido de uma só vez por telegrama 41 docentes por contenção de despesas. A faculdade ainda não se pronunciou.

<http://www1.folha.uol.com.br/saber/793196-professores-da-uniesp-em-ribeirao-preto-e-taquaritinga-em-sp-ameacam-greve.shtml>



ANEXO 12

Comentários de alunos, ex-alunos, empregados e ex-empregados sobre a notícia *UNIESP é executada pelo MPT em quase R\$ 50 milhões*

Fonte: Jus Brasil
<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2095510/uniesp-e-executada-pelo-mpt-em-quase-r-50-milhoes>

Ex - funcionario 4 de Março de 2010 - 06:48:34
bom dia

Sou ex funcionario do grupo uniesp e atual estudante da mesma. A empresa em si desrespeita os funcionarios e alunos com condutas inadequadas a uma instituição de ensino. Estrutura-se com balanços fraudulentos a fim de arrematar empréstimos bancarios e fazer novas aquisições. O Presidente do grupo, o Sr. Fernando P. Costa é um homem influente na politica e no meio empresarial, por isso a demora na finalização do processo. Ele trata seus colaboradores de modo submisso, muitas vezes os humilhando. Como aluno tambem percebo que o nivel de ensino decaiu muito nos ultimos anos. Os campus estão cada vez mais degradados pelo tempo, falta infraestrutura para cursos que a faculdade vem lecionando a anos, como Direito, contabilidade, pedagogia. etc. Agradeço o espaço que me foi consedido e espero que a justiça seja feita

thiago 19 de Dezembro de 2010 - 19:01:35
Não existe ninguém humano nesta Universidade chamada UNIESP, somente professores infíéis e falidos. Quem faz uma universidade de verdade são alunos e professores comprometidos com o desenvolvimento e sonhos das pessoas, pois são sonhos que nos levam a escolher uma profissão e lutar por ela, mas o que tenho visto aqui na unidade de Diadema são professores inflexíveis que me faz lembrar-se dos soldados NAZISTAS, que diante de um pedido de misericórdia pela vida, atiravam na cabeça dos condenados, ou seriam universitários? Irei dedicar as minhas horas vagas para difamar esse lixo e não serei ético, pois a direção da UNIESP não é, e eu já tenho uma lista de professores... Formei-me em letras e ainda não tenho o meu diploma, ou seja, não posso fazer uma pós-graduação, não posso exercer a profissão de professor, não posso prosseguir com os meus sonhos. Estou muito revoltado com a UNIESP de Diadema, já fui ofendido pela direção, já fui desrespeitado e humilhado por professores e outros funcionários porque reivindiquei os meus direitos. Atualmente a minha esposa foi retida por faltas, pois se recusaram a abonar as mesmas. Ela conseguiu um emprego que Coincidiu com o horário da faculdade, pois em outros horários ela não teria acesso ao transporte público. Diante disso pedimos para que a direção da faculdade abonasse as faltas, isso porque faltavam apenas 20 dias para encerrar o semestre, caso não fosse possível ela perderia todo o semestre e também a bolsa de estudos que tinha. Nós não temos condições de pagar o valor integral e o emprego veio em boa hora, e foi uma questão de necessidade e não de escolha, agora eu pergunto: é justo? Não poderiam fazer nada? Esse caso é tão impossível? Não se podem abrir exceções para casos excepcionais? Porque tanta inflexibilidade e rigidez? Fico indignado e até entendo o porquê de algumas pessoas fazerem loucuras e até acabarem com as suas vidas e com a dos outros.

Atual Funcionária 22 de Abril de 2010 - 13:25:46
Boa Tarde, concordo em gênero, número e grau com nosso amigo "Ex - funcionário" do comentário anterior. Infelizmente ainda atuo na empresa mas espero ansiosamente que por pouco tempo. A instituição em que trabalho foi comprada pela Uniesp em Maio de 2009, antes disso a instituição mantinha em dia os pagamentos de funcionários, assim como benefícios, no entanto, depois da compra a faculade decaiu drasticamente, a falta de respeito com alunos e funcionários é demasiado grande, alunos e nós funcionários ficamos de mãos atadas sem chance de recorrer a algo ou alguém, o sindicato que aparenta ser somente de "aparência"... e a diretoria que não toma providência alguma para resolução dos problemas das unidades. Falo pela unidade de Ribeirão Preto, Taquaritinga e muitas outras que estão com o pagamento de Março atrasado até o presente momento. É lamentável ver professores, mestres e doutores sem motivação alguma sendo humilhados e nada valorizados. Funcionários desde a diretoria até a limpeza, sem salário e sem motivo para irem trabalhar. Assim como alunos descrentes nos serviços da instituição. Para melhoria geral, as portas fechadas seriam a melhor das piores hipóteses. Agradeço a oportunidade de desabafo.

nayara 5 de Maio de 2010 - 17:20:09
Que vergonha..nos alunos pagamos as nossas mensalidades em dia..ate porque ganhamos desconto...mas pensei que a uniesp prezava mesmo era a ETICA...etica sim..de levar responsabilidade ao aluno...mostrar que na nossa vida devemos honrar com nossos compromissos... que palhaçada.....coitado desses pobres funcionarios...muitos devem ate passar fome...aposto que quem atrasa esse pagamento deve ate jogar comida fora!!!!

Maria 18 de Janeiro de 2011 - 09:49:35
Agora o MEC está proibindo a UNIESP a usar o nome como se fosse universidade para enganar alunos. Divulguem e cobrem o cumprimento da determinação do MEC. Segue a publicação no Diario Oficial da UNIÃO
Pg. 18. Seção 1. Diário Oficial da União (DOU) de 14/01/2011 Ver Original: Pg. 18. Seção 1. (DOU) de 14/01/2011
N 4 - CGSUP/DESUP/SESu/MEC
INTERESSADOS: Instituto Educacional do Estado de São Paulo e Mantidas
PROCESSO Nº 23000.011121/2010-62
O Secretario de Educacao Superior, substituto, adotando por base os fundamentos expostos na Nota Tecnica nº 245/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, que demonstrou que o Instituto Educacional do Estado de São Paulo - IESP pratica unificacao irregular de suas mantidas e de outras Instituicoes de Ensino Superior, que por sua vez utilizam nome comercial diferente do autorizada pelo MEC, qual seja "UNIESP", induzindo seus estudantes acreditarem se tratar de uma Universidade, em desacordo com o artigo 10 do Decreto nº 5773/06 e art. 52 da Lei 9394/96, a Secretaria de Educacao Superior, no uso de suas atribuicoes legais, nos termos do artigo 46 da Lei 9394/96 e art. 48 do Decreto 5773/2006, determina que:
i. As instituicoes Faculdade Renascenca, Faculdades Integradas Teresa Martin, Faculdade Renascenca, Faculdade do Guarujá, Faculdade Diadema, Faculdade de Vargem Grande Paulista, Faculdade de Sorocaba, Faculdade de São Roque, Faculdade de Presidente Venceslau, Faculdade de Presidente Prudente, Faculdade de Epitacio, Faculdade de Mirandopolis, Faculdade de Hortolandia, Faculdade de Guararapes, Faculdade Aracatuba, Faculdade Brasileira de Recursos Humanos, Faculdade Birigui, Faculdade Bandeirantes, mantida pela Associacao Bandeirantes de Ensino; Faculdade Jauense, mantida pela Associacao Educacional de Jau, Faculdade Centro Paulistano, mantida pelo Centro de Ensino Superior de São Paulo, Faculdade Horizontes, mantida pelo Instituto Superior de Educacao e Pesquisa Horizontes S.A., Faculdade de Tecnologia Liceu Noroeste, mantida pelo Liceu Noroeste S/C, Instituto de Ensino Superior Santo Andre mantido pela Organizacao Santo Andreense de Educacao e Cultura Ltda, Faculdade de Taquaritinga, mantida pela Uniao das Instituicoes Educacionais do Estado de São Paulo Ltda o Instituto Educacional do Estado de São Paulo, a Associacao Bandeirantes de Ensino, a Associacao Educacional de Jau, o Centro de Ensino Superior de São Paulo, o Instituto Superior de Educacao e Pesquisa Horizontes S.A., o Liceu Noroeste S/C, a Organizacao Santo Andreense de Educacao e Cultura Ltda, a Uniao das Instituicoes Educacionais do Estado de São Paulo Ltda mantenham a identidade institucional de todas as suas mantidas, preservando os nomes originais constantes de seus atos autorizativos, inclusive na divulgacao comercial, publicitaria e durante o processo seletivo, informando aos alunos vestibulandos/candidatos a exata instituicao a qual o curso pretendido pertence, e abstenha-se de utilizar o nome "UNIESP"
ii. O Instituto Educacional do Estado de São Paulo IESP assegure corpo docente e infra-estrutura individualizada para cada uma de suas mantidas, em acordo com os referenciais de qualidade de instituicoes e cursos constantes da legislacao educacional e dos instrumentos de avaliacao aplicados pelo INEP;
iii. O Instituto Educacional do Estado de São Paulo IESP protocole pedidos de aditamento de atos autorizativos originarios de todas suas mantidas e cursos que atualmente funcionem em desacordo com seus atos autorizativos originarios, no que se refere a nome e a enderecos;

iv O Instituto Educacional do Estado de São Paulo, a Associacao Bandeirantes de Ensino, a Associacao Educacional de Jau, o Centro de Ensino Superior de São Paulo, o Instituto Superior de Educacao e Pesquisa Horizontes S.A., o Liceu Noroeste S/C, a Organizacao Santo Andreense de Educacao e Cultura Ltda, a Uniao das Instituicoes Educacionais do Estado de São Paulo Ltda e suas mantidas demonstrem cumprimento das medidas acima no prazo de 30 dias contados a partir da publicacao do Despacho; v. As instituicoes Faculdade Renascenca, Faculdades Integradas Teresa Martin, Faculdade Renascenca, Faculdade do Guarujá, Faculdade Diadema, Faculdade de Vargem Grande Paulista, Faculdade de Sorocaba, Faculdade de São Roque, Faculdade de Presidente Venceslau, Faculdade de Presidente Prudente, Faculdade de Epitacio, Faculdade de Mirandopolis, Faculdade de Hortolandia, Faculdade de Guararapes, Faculdade Aracatuba, Faculdade Brasileira de Recursos Humanos, Faculdade Birigui, Faculdade Bandeirantes, mantida pela Associacao Bandeirantes de Ensino; Faculdade Jauense, mantida pela Associacao Educacional de Jau, Faculdade Centro Paulistano, mantida pelo Centro de Ensino Superior de São Paulo, Faculdade Horizontes, mantida pelo Instituto Superior de Educacao e Pesquisa Horizontes S.A., Faculdade de Tecnologia Liceu Noroeste, mantida pelo Liceu Noroeste S/C, Instituto de Ensino Superior Santo Andre mantido pela Organizacao Santo Andreense de Educacao e Cultura Ltda, Faculdade de Taquaritinga, mantida pela Uniao das Instituicoes Educacionais do Estado de São Paulo Ltda o Instituto Educacional do Estado de São Paulo, a Associacao Bandeirantes de Ensino, a Associacao Educacional de Jau, o Centro de Ensino Superior de São Paulo, o Instituto Superior de Educacao e Pesquisa Horizontes S.A., o Liceu Noroeste S/C, a Organizacao Santo Andreense de Educacao e Cultura Ltda, a Uniao das Instituicoes Educacionais do Estado de São Paulo Ltda sejam notificadas do presente despacho de saneamento.
Em 11 de janeiro de 2011

Ana 14 de Maio de 2010 - 09:31:05
Boa tarde, sou aluna do Uniesp/lesa Sto Andre, essa unidade foi adquirida em dez/09, com a antiga IESA, tinhamos um excelente nivel de estudos e professores, eramos respeitados e ouvidos, tinhamos limpeza das salas, banheiro, pátio, enfim, o ambiente era limpo, tinhamos professores gabaritados. Nos dias de hj... o nivel de estudos está péssimo, pois os melhores professores foram demitidos e contrataram professores para ganhar R\$15,00h/aula, não há profissionais da limpeza, os banheiros, salas de aula, pátio, enfim toda a instituição esta uma nojeira de tão sujo, não há extintor de incêndio em todos os andares, não há papel higienico e papel toalha e quando eles colocam é de péssima qualidade, parece papel reciclado, não há sabonete liquido, e nessa época de gripe suína, não há alcool em gel. Não temos atendimento digno dos funcionários, pois estão revoltados por falta de pagamento. quando fiz minha matrícula em 2009 IESA o horário era das 19h30 as 22h20, porém para a UNIESP não pagar adicional noturno, passou o horário para as 19h, o que acabou prejudicando 80% dos alunos IESA. O nivel dos seguranças é péssimo, no mês passado dois deles foram encontrados PELADOS e BEBADOS dentro da instituição. Estamos brigando para não pagar um REAJUSTE DE 100% na mensalidade, e a proposta da UNIESP para que não sofremos esse aumento é PAGAR TAXA DE R\$220,00 agora dia 20/05/10. Isso é só um pouco do que esta acontecendo no campus SANTO ANDRE.

Epitácio 17 de Maio de 2010 - 05:12:30
Estou lendo os comentários e horrorizada, quero dizer que tudo começou aqui em Epitácio. A UNIESP é uma construção em estrutura de areia sem cimento, é um crescimento sem consolidação das estruturas anteriores. Estou aguardando a hora de cair essa falsa estrutura como efeito dominó. Até hoje Epitácio não está consolidada na sua organização. Já comemos o pão que o Diabo "Fernando" amassou e assistimos o crescimento desta Instituição que sabemos que não vai dar certo. Já tivemos salários atrasados, ficamos sem férias e 13º, fizemos empréstimo em nosso nome para pagar nossos salários. Recebemos o piso salarial da instituição baixissimo, menor que o Estado, o vale alimentação de R\$45,00, atrasa todo mês ... isso qdo paga, com suas festas de aniversário faraônicas ... enchendo a barriga de quem não precisa e deixando os pobres funcionários que ganham R\$500,00 por mês sem salários!!! É preciso fazer alguma coisa para barrar o Diretor Presidente que só pensa em crescer ... crescer ... crescer ... e comprar ... comprar ... comprar, sem estruturar as instituições mais antigas. Veja bem, o MEC avaliou esta Instituição com conceito 4,0 e somos tratados desta maneira sem pagamento!!!

Vítima 20 de Maio de 2010 - 12:55:54
Vergonhoso!!! Instituições com este comportamento tem seus dias contados...é o q eu espero

Aluno Campus... 23 de Junho de 2010 - 06:38:47
Aqui no Campus em Hortolândia, os professores estão com salários atrasados há 3 meses, uma vergonha, os professores estão ameaçando deixar a Faculdade, nós alunos não sabemos mais o que fazer....onde está o caráter destas pessoas que ao menos deveriam nos dar uma satisfação....um absurdo.

Atual Professor 23 de Junho de 2010 - 12:49:34
Sou professor do Campus Hortolândia. Gostaria de reafirmar que não há limite para a falta de respeito da direção e de seus acionistas. Os alunos que realizam o pagamento de suas mensalidades em dia, não recebem qualquer retorno deste investimento em infra-estrutura ou materiais didáticos. Os professores, que passam constantemente por atrasos salariais, são tratados com total falta de respeito, muitas vezes recebendo informações contraditórias ou inverídicas, como se a instituição estivesse fazendo o favor em deixar-nos trabalhar sem pagamento. Espero em breve deixar tal instituição para nunca mais me relacionar com tais pessoas.

Professora -... 23 de Junho de 2010 - 17:53:09
Faço das minhas palavras o comentário do professor acima. Nos tratam com grande descaso na instituição. Não vejo a hora de pegar mais aulas em outra instituição para que eu possa pedir as contas na UNIESP e nunca mais ter que voltar lá.

Professor 23 de Junho de 2010 - 18:07:47
Também sou professor do campus Hortolândia. A instituição, que teria que nos pagar todo quinto dia útil, disse esse mês que nosso pagamento seria pago entre os dias 16 a 22. Contudo hoje já é dia 23 e nada! Reamente um absurdo! Estamos quase no quinto dia útil do mês 07 e nem o mês 06 nós recebemos ainda. Estou envergonhado de trabalhar em uma instituição desse nível. Além de que nosso diretor tem sido (e sempre foi) inútil durante esses 3 meses de atrasos salariais.Lastimável ver instituições desse porte, que só tem interesse em ter mais e mais alunos e não oferecer nada em troca a eles. A não ser professores desestimulados que entram em sala de aula de aula gratuitamente.

Professor 23 de Junho de 2010 - 20:57:37
Concordo com todas essas colocações... tb sou professor e atuo em Mirandópolis. Já não conto mais com esse salário. Fazemos tudo para ser ótimos profissionais, no entanto, nesta instituição "podre", não dá para ter compromisso!!! Torço para q seja breve o fim trágico desta instituição de fachada.

Kiki 24 de Junho de 2010 - 10:47:05
É pessoal... E eu que achei que trabalhar para a UNIESP seria bom... Adoro meu trabalho, mas estou sem o pagamento do mês até hj, e vejam só: o holerite diz que o pagamento foi creditado em minha conta no dia 07/06... Que coisa, não? Acho que meu banco não percebeu, porque está me cobrando multa e juros pelo fato de a conta estar negativa! É realmente uma vergonha, mas se Deus quiser, logo terei um novo emprego que me honre, pois se eu não cumprir minhas obrigações e meus horários, sou penalizada. Mas e a instituição? Não paga pela injustiça a qual nos submete? E o que podemos fazer? Qual a opção para quem tem família e depende do emprego? Só Deus sabe...

professora... 3 de Julho de 2010 - 22:33:24
Colegas, em Ribeirao Preto, a situação não foi diferente. Nossos salários atrasadissimos. Dia 2 de julho foi depositado o referente a MAIO. E dia 3 recebemos um telegrama de demissão. Fica a dúvida: ...

Indignado 7 de Julho de 2010 - 08:20:25
Pessoal, o caso é mais sério do parece, não se trata somente de atrasos de salários, desreispeito a funcionários e alunos. Vejam com quem esse "notório cidadão" Fernando Costa e sua Instituição de fachada se relacionam e tirem suas próprias conclusões sobre quem sairá perdendo.
<http://blogdoprotogenes.com.br/?p=1909>

ex professor 5 de Agosto de 2010 - 21:25:56
Colegas, somos de Ribeirao Preto. Fomos demitidos dia 02 de julho e até hoje (6 de agosto) não recebemos as verbas da homologação.
Como lidar com empresários desta "magnitude"???
Teremos que reclamar na Justiça do Trabalho, e esperar anos para receber?
Que Instituição é esta e porque não levarmos isso tudo para o público e alunos????

16.000º Ex professor 6 de Abril de 2011 - 12:19:36
Tabém estou no barco dos professores demitidos de Ribeirão. Isso não pode ficar assim, temos que deixar os alunos atuais, os que estão se formando e os que estão entrando nesta desrespeitosa entidade sobre os métodos ilegais utilizados por ela! Temos que divulgar todas estas inconformidades à população de uma forma geral. Fica aqui minha indignação com as autoridades, que ainda não fizeram nada para evitar esses problemas.

professora indignada 6 de Agosto de 2010 - 12:38:08
só tenho uma coisa para pensar: é uma quadrilha que administra tudo isso!

aluno de prudente 12 de Março de 2011 - 18:49:23
é mesmo professora, é uma quadrilha de iluminatis que administram isso. agora estamos pagando o pato. Essa faculdade poderia ser fechada! e que devolvessem todo o nosso dinheiro gasto com um ensino de péssima qualidade

ex-funcionária 9 de Agosto de 2010 - 13:52:58
Atrasos constantes no pagamento dos salários e férias, não pagamento do FGTS desde novembro de 2009, atrasos no pagamento de verbas rescisórias, não pagamento das multas por atrasos, etc, etc. A verdade é que enquanto os prejudicados (funcionários, professores e alunos) ficarem quietos, tudo continuará do mesmo jeito.

Juliana 30 de Agosto de 2010 - 08:06:51
Prezados, bom dia!
Sou aluna do campus Centro Velho e por lá tbm é esta mesma palhaçada...a minha turma era da Teresa Martin, e em um belo dia nos informaram que a UNIESP havia comprado a Teresa Martin e iam os ser transferidos para o centro sem ao menos ter dado tempo para procurmos outra instituição nas proximidades da Freguesia do Ó. Ao sermos transferidos, ficamos 3 semanas sem uma sala de aula, nos colocaram numa sala minúsculacom mais de 60 alunos, alguns tiveram que se sentar no chão, passamos por muitos constrangimentos.
Agora estamos no nosso ultimo ano, ficamos sabendo que a nossa antiga grade curricular iria ser substituída pela da UNIESP, enfim...estamos tendo materia repitida, não sabemos como será o nosso diplona (se será bachelarelado ou tecnologo). Estamos tentando conversar com uma funcionária de lá uma tal de Cristiane que nos trata com muito descaso, nem parecemos clientes deles...Olha são tantos problemas, tanto descaso, tanta falta de respeito conosco, com os professores...o MEC tem que tomar alguma providência contra essa instituição de merda, já mandei vários e-mails para o MEC, secretaria da edução, vereadores, procon e nada até agora foi resolvido. Tbm estou com problemas com a minha rematrícula que já efetuei com dias de antescendencia e até agora não obtive acesso ao painel do aluno...Juro que se eu pudesse eu teria me transferido de instituição mas até a grade curricular eles enrolam pra te dar...fiquei impossibilitada para me transferir de universidade...eles empacaram a minha vida. NÃO RECOMENDO ESSA FACULDADE NEM PARA O MEU MAIOR INIMIGO.

Carlos Silva 1 de Setembro de 2010 - 06:55:13
Gostaria de registrar aqui o descaso em que a secretaria, diretoria, tesouraria, enfim, todos os departamentos da UNIESP tem feito para com seus clientes/alunos.
Estou preocupado com meu futuro e dos alunos que depositaram seus sonhos nesta instituição, vislumbrando dias melhores em suas profissões, além da preocupação de não saber o que realmente está por vir.
Sou aluno do 8º semestre de ADM, e fico entristecido de saber de tantos problemas.
Mas uma pergunta é a principal de todos os problemas incorrentes desta instituição:
""Será que o MEC, a Secretaria de Educação, os órgão controladores das instituições de ensino superior simplesmente estão fazendo vistas grossas para a UNIESP?""
Acredito que para solucinar os problemas dos alunos, professores e funcionários, somente mudando de instituição.
Boa sorte a todos nós que direta e indiretamente estamos envolvidos nesta situação.

fernandooo 2 de Setembro de 2010 - 06:14:16
Bom dia !!!
Na boa não da para aguentar os descasos feitos com os alunos e professores, o ensinho em sí pode até parecer +/- mas a responsabilidade em que tem com o aluno é uma merda para falar o portugues claro a UNIDADE CENTRO VELHO
TA UMA VERGONHA o aluno tem q implorar para efetuar o pagamento da mensalidade em dia com os descontos em pontualidade.... a tesouraria esta um descaso com o aluno ... onde se viu pedir para o aluno comprovante de pagamentos efetuados em - JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, E JULHO ...sendo que a faculdade não deixa o aluno fazer as provas finais de semestre sem estar em dia com a mensalidade c/ a faculdade ... é uma falta de respeito tremenda ... agradeço o desabafo !!!
FACULDADEEEE UNIESP É UM LIXOOOO !!!!!

mario 9 de Setembro de 2010 - 17:19:07
Boa Tarde, concordo em gênero, número e grau com nosso amigo, porque a unidade do Centro velho está realmente um lixo, falta estrutura, os prof. não uma remuneração adequada, sem contar ahumilhação que temos que passar até para efetuar o pagamento das mensalidade, A UNIESP DO CENTRO VELHO REALMENTE ESTÁ UMA VERGONHA. Sou aluno de Direito na mesma istituição, e sou formado em ADM também na uniesp 2008, a até hoje não recebemos o DIPLOMA e sabe lá quando vamos receber. (Os professores do Curso de Direito não tem mais vontade de dar aula,,,

ALUNO 12 de Março de 2011 - 18:47:35
aqui na unidade de Presidente Prudente também ta um LIXO
MEC... por favor!! cadê sua atitude???

Insatisfeito 2 de Setembro de 2010 - 12:00:22
Falo com muita tristeza que isto é tudo menos uma empresa. Nossa faculdade tambem foi adquirida pela Uniesp, e desde entao, tudo virou uma desgraça. Salarios que atrasam, descaso. Quem reclamar é despedido e nao recebe nem sua rescisão. A empresa nao paga ninguem. Nao paga fornecedores. Tem unidades sem telefone, internet, e como fazemos com os alunos, que ficam nos cobrando e nao conseguimos ajudar. A empresa paga vergonhosos 45 reais de vale alimentacao que nunca cai. NUNCA compra nada para as unidades, absolutamente nada, nem livros. Deixa as coisas apodrecendo, predios caindo aos pedaços. Ridiculo. Isso é uma faxada. Nao existe preocupacao com o ensino. E ainda por cima, ficam comprando avioes, carros caros para os presidentes. Absurdamente ridiculo. Faxada. Ate energia das unidades e cortada de vez em quando.

Ex Funcionário... 16 de Setembro de 2010 - 13:12:50
Concordo plenamente em gênero e grau com nosso amigo acima e todos os outros que citaram suas opiniões aqui. Trabalhei na Unidade de Presidente Prudente onde nem uma ilha de edição para os alunos de comunicação existia, laboratórios de informática com 256MB de memória ram em alguns casos, tentaram melhorar mas só porque o MEC foi fazer visitar ou o Sr. Ministro foi pra lá. Padronização do serviço era proposta. "Vamos padronizar o serviço...", só que se envolvesse 1 centavo, o projeto simplesmente era ignorado. 45 reais de vale alimentação, salário inicial de R\$513,10 até junho de 2010. Fundo de Garantia sem ser depositado no mínimo a 6 meses. Nem aumento nem demissão, tá insatisfeito? Pede as contas e não recebe. Graças a Deus, arrumei um novo emprego, pedi as contas no dia 30/08 e até hoje (16/09)não recebi 1 centavo sequer, sem contar que os colaboradores (ou escravos, como queiram) não receberam pagamentos em setembro referentes a agosto, professores não receberam agosto referente a julho e setembro referente a agosto. Como que se trabalha num lugar desse?

REVOLTADO 16 de Setembro de 2010 - 15:17:59
SOMOS OBRIGADOS A OUVIR QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE SÓLIDA E EM CRESCIMENTO CONSTANTE, PRA CRESCEER É NECESSÁRIO DEIXAR DE HONRAR SEUS COMPROMISSOS COM FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES? DEPENDEMOS DO NOSSO SALÁRIO PARA SUSTENTAR NOSSOS FILHOS,TEMOS FAMÍLIA! QUEREM CRESCEM COM NOSSO TRABALHO, ISSO PRA MIM JÁ TA SENDO UM TRABALHO ESCRAVO ATÉ QUANDO TEREMOS QUE COOPERAR COM O CRESCIMENTO DA UNIESP???

CLAUDIO 17 de Setembro de 2010 - 17:35:06
SEM COMENTARIOS, A COISA TA PRETA MESMO!!! SÓ PAGANDO JUROS, E ISSO N/ É REEMBOLSADO PELA UNIESP;
MEUS AMIGOS A MELHOR SUJESTÃO É ORAR P/ QUE "DEUS POSSA MUDAR ESSE QUADRO, PORQUE ATÉ O MOMENTO, O PAGAM/ DE AGOSTO N/ FOI DEPOSITADO!! COMO COMER??? PRQ/ EM VEZ DE 45 REAIS N/ MUDA P/ CESTA BÁSICA!! SERA QUE O MPT VAI RESOLVER? E ESSE SALÁRIO DEFASADO!!! ATÉ QDOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOO.

Funcionário 21 de Setembro de 2010 - 16:40:49

Pessoal, realmente a situação está dramática. Este sindicato dos professores não faz nada para ajudar os funcionários, mesmo depois de denúncias formais. É uma vergonha. Várias unidades (Taquaritinga, Guarujá, Conselheiro Crispiniano), simplesmente estão sem telefone. Nao existe nenhuma infra. É tudo amador, laboratorios, salas de aula. LIXO . Como pode o MEC não ver isto? Recebemos um salário de fome, enquanto o presidente não toma nenhuma ação descente. Depois se diz um grande visionário, um empreendedor. Está mais para um estelionatário oportunista, porém, sem visão, nem escrúpulos. VERGONHA...

Paulo 21 de Setembro de 2010 - 21:54:16

Em Diadema, não é diferente a situação. Iremos denunciar no Ministério Público Federal. Temos constatado práticas de estelionato, fraude e abusos em condições de trabalho escravo. Denunciem também.

Jose da Silva 21 de Setembro de 2010 - 19:34:54

De fato, ver tudo isto é muito humilhante.
Várias unidades sem telefone, internet, algumas tem até energia elétrica desligadas. É muito descaso com os alunos e funcionários. Estamos todos a ver navio. Este mês o salário atrasou geral. Houve focos de greve. Pq o Ministério do trabalho não reage, se já houve tantas denúncias formais? Até focos de paralização já ocorreram neste mês. Os salários são depositados sem multa,e o FGTS está atrasado a vários meses. A Realidade é a mesma, em TODAS AS UNIDADES. É triste, pois os alunos são os mais prejudicados, junto com os funcionários.

Janaina 13 de Outubro de 2010 - 20:10:28

ReclamaçãoABUSO DE AUTORIDADE E MÁ FÉ! CONSELHEIRO CRISPINIANO
De Professor, Coordenador à Direção de Ensino!
(Prof º Rosângela/ Coord.Márcia Feldman / Diretor de Ensino :Joaquim)
Na semana passada, fui prestar prova semestral, e a Professora de Planejamento (Profª Rosângela) além de me desconhecer como aluna dizendo que meu nome não se encontrava na sua lista de chamada, me impediu de fazer a prova e determinou que eu fosse até a Coordenadora Márcia Feldman do Curso de Pedagogia.Esta por sua vez não resolveu meu problema.Voltei à Professora para definir data e horario de prova e ela disse que iria conversar com seus colegas (Professores) e a Coordenadora Márcia, para saber \"sobre mim\". Eu fiquei indignada e procurei a Direção Acadêmica que por sua vez, reportou a solicitação à Coordenação .Não resolveu meu problema!
A Coordenadora e Professora referida, me pressionaram pelo fato de eu terreclamado meus direitos, deixando claro que minha situação acadêmica desde então tornou-se \"\`delicada\`\" e que eu só poderia prestar as referidas provas em DEZEMBRO 8 e 9 como sendo: provas SUBSTITUTIVAS e PAGARIA por cada uma delas!
Diante de tanta pressão e injustiça, fui procurar a Direção Acadêmica MAIS UMA VEZ, que, acatou o ARGUMENTO da Professora e Coordenadora que eu ESTAVA com muitas faltas! (Mas como, sendo que meu nome nem constava na lista de chamada da Professora e ela NÃO ME RECONHECEU COMO ALUNA????????????????????????????)
O Prof. Joaquim, Diretor de Ensino me deu duas sugestões:TRANCAR MATRÍCULA ou fazer um REQUERIMENTO na Secretária, para PEDIR UMA CONCESSÃO para realizar as provas antes de Dezembro e do período de fechamento e lançamento de notas e não RECLAMAR UM DIREITO (como se fosse mauis um FAVOR que a Universidade me faria ao invés de DEVER, sendo que eu PAGO pelos Serviços dela!)
Pedi ainda para eu AGUARDAR o deferimento da Direção (QUE POR SINAL QUEM DEFERE É O MESMO QUE ME ACONSELHAVA) rs...irônico!!! Sabendo da impropriedade da solução dele, fiz o REQUERIMENTO para que me servisse de PROVA DOCUMENTAL até que ponto um aluno é MANIPULADO NUMA UNIVERSIDADE pelas autoridades que lhe representa, mesmo o aluno estando no seu DIREITO!!!
Desde quando aluno tem que IMPLORAR para fazer prova?
Desde quando Professor Universitário de CURSO DE PEDAGOGIA, que prega HUMANISMO , trata aluno assim?
Desde quando uma Direção Acadêmica aconselha um aluno a Trancar Mattricula porque reclama seus direitos ou manipula situações internas para intimidar o aluno a NÃO RECLAMAR?

..... ..
TESOURARIA
Como se não bastasse a situação acima, me vejo obrigada todo mês a levar XEROX do demonstrativo de pagamento em dia, porque no meu painel DE ALUNO consta PARCELAS EM ABERTO!
Tenho visto pessoas se desesperarem em situação similar pelas cobranças indevidas e outros setores desta Universidade e NÃO CONSEGUEM AO MENOS comunicar-se com representantes dos DEPARTAMENTOS porque eles não atendem! E se por acaso conseguir é depois de muuuita persistência e desgaste como no meu caso,,E mesmo assim, sujeito à humilhação, pressão, constrangimento e ainda sob o abuso da autoridade e ameaça de ver seu caminho acadêmico e esforço comprometidos!
Depois disso, estou tendo vários outros tipos de problemas!
NEM NO PAINEL DE ALUNO consigo entrar! Bloquearam meu Login e não tenho acesso a nenhuma informação!
Me sinto totalmente lesada em todos os meus direitos e possivelmente vítima de algum tipo de preconceito! Não entendo!
Observações:
RECLAMO AQUI PELA JUSTIÇA E DIGNIDADE!

Carlos 6 de Dezembro de 2010 - 14:59:22

Fico triste, entrei em uma instituição chamada faban onde por mais simples que fosse a sua estrutura tínhamos um corpo docente de primeira qualidade tivemos conceito Mec em 3 lugar na cidade de Ribeirão Preto no Curso de Engenharia más tudo isso está mudando após a venda da instituição para a uniesp recentemente perdemos os dois melhores professores que já tive em minha vida (Fernando Fortuna e Emerson ambos de Calculo)e já fomos informados que a nossa melhor professora só escapou por estar de licença maternidade.
Aqui fica meu comentario pessoal a minha sala está se reunido para mudar de faculdade estamos analisando outra faculdade que tenha uma grade parecida e iremos sair se todos nós reagíssemos assim eles teriam que mudar pois afinal o mais importante eu cumpro eu cumpro com os meus compromissos

financeiros com a instituição coisa que ele faz
Acorda Pessoal!!!!

Milena 12 de Dezembro de 2010 - 03:40:18

Então sou a vitima mais recente da UNIESP?
unidade de Presidente Prudente.
Foram abertos novos cursos dentre eles enfermagem, Ed. Fisica
Gosta de ser mal tratado?
De levar patada?
de precisar e virarem as costas para você?
Ter um site para visualizar suas notas/faltas porém elas nunca aparecem (o boleto esta sempre lá)
venha para UNIESP
Agora se você gosta de ser bem tratado, ser respeitado, procura instituição de ensino que preste auxilio
qualquer outra menos UNIESP
Motivo pelo qual fiquei extremamente indignada.
Por motivos pessoais perdi a prova e paguei para fazer a repositiva quando fui requer a repositiva a
senhora que atendeu disse para eu olhar o site dia e hora da prova foi o que fiz, no quadro de horário
aparecia dia 10/12/2010 após o intervalo foi o que fiz chequei na faculdade às 8:50 AM dava tempo de
estudar mais um pouco quando entro na sala a aprova já havido sido aplicada descí na secretaria falei
com o professor que ministra a disciplina Prof Wagner Silva Negre foi extremamente educado e sugeriu
que eu fizesse a prova junto com a turma da noite porém como estou fazendo o curso para tirar a
habilitação no período noturno não posso faltar, fui na secretaria para ver o que poderia ser feito 1ª a
senhora que me atendeu não acreditou que havia paga a repositiva 2ª foi procurar em um caderno 3ª
chego o professor e os dois disseram - falta no curso da carta ou fica com ZERO.fique sem rumo, voltei
para minha casa a pior parte da historia começa agora liguei na UNIESP para saber o que poderia ser
feito a mesma senhora me atendeu no telefone eu: Oi, bom dia eu fui ai às 9horas é sobre a prova
repositiva que o horário foi informado errado.

ELA:VOCÊ DE NOVO MENINA EU JÁ NÃO TE ATENDI? tom de voz agressivo EU: (pausa)

ELA:FALA O QUE VOCÊ QUER.

EU:e agora o que faço para ter direito a fazer essa prova?

ELA:faça um requerimento demora para ser lido.

fim da ligação caiu uma secretaria de instituição de educação não vai desligar o telefone da cara de um
aluno certo? tenho minhas duvidas.

fui na faculdade a senhora fingir estar ocupada para não me atender demorou mas fui atendida por
outra pessoa que simplesmente jogou o formulário para que preenchesse
FIM. pareesse pouco mas é lugar para educar as pessoas e tratam os alunos assim?

Krissa 2 de Fevereiro de 2011 - 19:49:41

Eu me sinto envergonhada de trabalhar numa instituição que leva esse nome (UNIESP). Sinto pela forma
como foi tratada, pq do meu ponto de vista ético e profissional, o aluno não tem culpa de nada que a
instituição "apronta" com seus colaboradores. Trabalho na biblioteca de uma das UNIESP e,
francamente, a única razão de eu me apresentar todos os dias com um sorriso no rosto são os alunos.
Sinto muito vc ter sido exposta a tal situação.

thiago 16 de Dezembro de 2010 - 21:40:37

não existe ninguém humano nesta faculdade...somente professores infiéis e falidos...quem faz uma
universidade de verdade são alunos e professores comprometidos com o desenvolvimento das pessoas,
mas o que tenho visto aqui na unidade de Diadema são professores inflexíveis que me lembram os
soldados NAZISTAS que diante a um pedido de misericórdia atiravam na cabeça doS
UNIVERSITÁRIOS????? vou dedicar as minhas horas vagas para defamar esse lixo...e não seri ético tenho
uma lista de professores

Eliana 23 de Fevereiro de 2011 - 08:05:36

Como disse, não existe ninguém humano nesta faculdade...somente professores infiéis e falidos!
Está corretíssimo. No campus de Presidente Prudente existem caso de pessoas que estão de DP por
muitos anos e não é por falta de estudo..
Eles não vê o aluno como "aluno" e sim como uma maquina para fazer dinheiro.

thiago 19 de Dezembro de 2010 - 19:25:59

vamos encher a internet de denuncias contra a UNIESP usem todas as redes de relacionamentos
http://www.youtube.com/watch?v=f9WbXRwq1XY
http://www.youtube.com/watch?v=sWIRTacl-DQ

maria 28 de Dezembro de 2010 - 19:38:02

Presidente Epitacio
Tudo começou aqui! O Fernando é conhecido aqui como "Fernandinho beira-rio". O nome UNIESP aqui
é palavrão. Aqui ee,e ele é odiado. Ninguém gosta dele. Ele é muito mal conceituado nesta cidade.Pronto!
Disse tudo!

Uniesp de... 17 de Fevereiro de 2011 - 16:49:07

Conheço muito bem esse Fernandinho beira-rio, agora esse malandro que se passa por professor
ministra as "aulas" em Presidente Prudente.
O que eu tenho a dizer é que em PP, falta materiais como data-show, computadores e até bebedouros,
um descaso total.

UNIESP de PP 17 de Fevereiro de 2011 - 16:50:33

Conheço muito bem esse Fernandinho beira-rio, agora esse malandro que se passa por professor
ministra as "aulas" em Presidente Prudente.
O que eu tenho a dizer é que em PP, falta materiais como data-show, computadores e até bebedouros,
um descaso total.

Mayara Alencar 29 de Dezembro de 2010 - 23:49:17

Vocês estão todos equivocados, pois trabalho na UNIESP a 5 anos e atrasou salario uma unica vez e isso
é uma coisa normal.Eu adoro trabalhar aqui é uma maravilha...
adoro o dr. fernando, abraço meu traia...
Até mais galera!!

Maria 18 de Janeiro de 2011 - 09:52:21

MEC proíbe a UNIESP de usar o nome UNIESP como se fosse universidade.
Pg. 18. Seção 1. Diário Oficial da União (DOU) de 14/01/2011 Ver Original: Pg. 18. Seção 1. (DOU) de
14/01/2011
N 4 - CGSUP/DESUP/SESu/MEC

Célia 31 de Janeiro de 2011 - 00:51:20

Sou docente da Uniesp Diadema e até agora não recebi o salário referente ao mês de janeiro. Estou
desiludida com essa instituição e me sinto muito prejudicada, pois todos sabem que janeiro é um mês
de muitos compromissos, nuca passei por nada semelhante. Esse desrespeito começou no meio de
2010, achei que tivesse melhorado após a visita do ministério do trabalho. Esse respeitado proprietário
pagou dois meses na data e voltou a cometer esse crime logo no início do ano. Por favor, precisamos
nos unir e fazer algo. Sou um profissional qualificado com mestrado e antes de tudo um ser humano que
precisa de dinheiro para sobreviver.

Por que? 16 de Fevereiro de 2011 - 15:11:19

Bem, li vários comentários a respeito da Uniesp. Apenas 2 dúvidas:
1)Por que vocês, professores e funcionários, não se mobilizam em todas os campi quando os salários
atrasam? (como por exemplo, esse mês está tarasado) A Uniesp tem sorte de ter excelentes
funcionários e professores, porém parecem que são contrololados como "cachorrinhos" pelo sr.
Fernando Costa. Cadê a dignidade de vocês, não estão cansados de serem humilhados e "pisados"?
2)Como o MEC, o Ministério Público e o Sindicato permitem estas atitudes do mantenedor? A Uniesp
tem laboratórios de informática antigos (quando tem), não tem livros, não tem funcionários suficientes,
as salas não tem ventiladores suficientes, bebedouros quebrados, não tem luzes de emergência para
eventual falta de energia, extintores vencidos (quando tem), instalação elétrica nas "coxas", não tem
técnico de segurança responsável, não tem técnico de enfermagem responsável (cadê o Coren que não
vê isso?) e assim por diante. Exemplo: quando o MEC vem autorizar ou reconhecer algum curso, os
materiais vem de outra Faculdade, daí o MEC vai embora e o material volta para a outra Faculdade.
Os funcionários e professores são humilhados, pois o sr. Fernando tem a postura dos antigos coronéis.

Faculdade ??? 17 de Fevereiro de 2011 - 16:46:45

Você está completo de razão, o ensino de qualidade baixo, professores ignorantes que sequer pensam
no aluno como um estudante e ser humano. Essa faculdade é Desumana, estudo na instituição de
Presidente Prudente e lá está como as outras, um fracasso.

Fabi 17 de Fevereiro de 2011 - 11:06:48

Concordo com meus amigos que essa faculdade é um lixo. Estou cursando na instituição de Presidente
Prudente e fiquei de exame em uma matéria de Letras, vocês podem acreditar que eu peguei DP por 0.3
e tanto a Secretária quando os coordenadores do meu curso sequerem "ligaram" para o meu problema,
é um descaso total..

felipe 17 de Fevereiro de 2011 - 12:01:30

Essa faculdade é um LIXO. um abuso !

Fernando Nascimento 17 de Fevereiro de 2011 - 12:03:50

Para vocês sentirem a noção do descaso: fiquei de exame em uma matéria do curso de letras, fiz a prova
e peguei DP por 0,2. Chorei e insistir para passar e nem professor e nem coordenador me deram esse
0,2. Descaso Total !!

Aluno 26 de Fevereiro de 2011 - 11:26:34

Exatamente isso, a faculdade só pensa em crescer financeiramente. Eles pensam que nós somos uma
máquina de dinheiro, só isso... uma p

Fabiana 17 de Março de 2011 - 02:04:26

Gostaria de saber quando o MEC vai dar um jeito nisso. será que eles sabem do q ocorre nessa
faculdade?? Professores agora quase não trabalham porque nem recebe seu salário...
O ensino está lá embaixo... MEC ACORDAAA

Emerson Ferreira 17 de Fevereiro de 2011 - 12:13:14

Na UNIESP/Presidente Prudente é um descaso total. Professores incompetentes que te deixam para DP
por 0,2 (como comentou o amigo). é um descaso total mesmo. Sou Aluno desta faculdade e mal começa
o ano estou pensando em transferir para uma outra instituição.

Réplica 18 de Fevereiro de 2011 - 10:29:58

na Unesp, por exemplo, meu amigo ficou de DP por 0,03. Logo, vc deveria ter pedido revisão de
prova/exame, assim teria chance de obter os pontos que necessitava. Teu coordenador não te orientou
sobre isso?

Kelly M 23 de Fevereiro de 2011 - 08:00:51

aconteceu a mesma situação comigo. Porém não adiantou conversas, fiquei de DP por 0,3 (mudei logo
de faculdade) Essa faculdade deve ser FECHADA

UNIESP.....não ENTRO 23 de Março de 2011 - 16:20:25

Ótimas notícias, acho que finalmente essa faculdade "xexelenta" vai pagar tudo o q me deve. Nunca
mais colo meus pés nesse lugar. Tenho provas de que os professores que lá estão não trabalham
empenhados. o único objetivos deles é deixar alunbos com DEPENDÊNCIA. fiquem espertos para
aqueles que ainda pensam em entrar na UNIESP !!

Elder 17 de Fevereiro de 2011 - 12:49:43

A UNIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE, para terem uma idéia nem existem Laboratório de Informática
para os alunos de outros cursos. Isso mesmo, se vc tiver que fazer uma pesquisa ou mexer na internet
todos os computadores estão em uso para o curso de "Informática" para os outros não existem...

Informação errada... 18 de Fevereiro de 2011 - 10:27:01

oi Elder,
os laboratorios não estão disponíveis para o curso de "Informática" e seim para as aulas de
"informática" que tem na grade dos cursos. Se o teu curso não tem aula de "informática" na grade fale
com o seu coordenador te explicar o porquê disso. Com relação a ter um laboratório para pesquisa, que
não tenha aulas, concordo com você.
Até.

VISITANTE... 22 de Fevereiro de 2011 - 21:05:40

Tenho acompanhado estes comentários postados, Pô se a Uniesp é tão ruim, por que os alunos não se
transferem para outra instituição.O que faz que continuem na Uniesp????O mesmo digo para os
funcionários, busquem algo novo. Por que pelo que vemos reclamar neste caso não resolve
nada.Transfiram-se , demitam-se.... mudem de vida, não fiquem na mesmice.Obrigado

Felipe 23 de Fevereiro de 2011 - 07:41:18

FGTS, não homologação dos demitidos.
"Na hora que o professor é aviltado, a qualidade de ensino é prejudicada. Essas mazelas devem ser conhecidas pelo público", destaca Cláudio Jorge, secretário-geral da Fepesp. "Antes da Uniesp chegar, a faculdade não tinha problemas. Em 2011, temos recebido salário na data certa, mas isso veio depois de greve", diz Arlindo Munhoz, professor do IESA (Santo André).
A audiência pública foi proposta pelo deputado estadual Carlos Giannazi (Psol): "Precisamos criar a cultura da participação nessas lutas", destaca o parlamentar. Nenhum representante da Uniesp compareceu ao evento para responder aos alunos e professores.
O que causa bastante espanto em todos os que conhecem a Uniesp é que, apesar de apresentar problemas em várias escolas e universidades, o grupo econômico é conveniado com o governo federal para receber verbas do Fies e Prouni, além de atender alunos pelo Bolsa-universidade, do governo estadual.
Depoimentos
Os alunos que estiveram na audiência fizeram algumas denúncias sobre as faculdades da instituição, entre elas: Tentativa de cobrança de mensalidades dos alunos que já tem financiamento governamental; Falta de professores; Instalações físicas precárias.
"Em SP, a Uniesp mistura alunos dos cursos de Secretariado com Hotelaria, e de Ciências contábeis com Análise de sistemas". José Cecílio dos Santos, aluno de enfermagem.
"Eu estudo para ser um bom profissional, mas desde o começo do ano só tenho duas aulas por dia". Renata Fernandez. - SP
"Os professores não receberam e não queriam dar aulas. Mas a greve é a melhor maneira de ajudar os estudantes". Wilma Schmidt Lima, aluna de Direito (São Roque)
Decisões
Diante dos problemas relatados, as pessoas presentes à audiência tomaram algumas decisões de encaminhamento. São elas:
- Pedir ao MEC (Ministério da Educação) uma devassa na mantenedora (requerer reunião com o órgão para tratar do assunto);
- Pedir convocação da Uniesp na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa;
- Protocolar denúncias na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do ensino superior, que será aberta em breve na Assembleia;
- Requerer informações à FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) sobre os convênios da Bolsa-universidade com a Uniesp.
O deputado Giannazi colocou o gabinete à disposição para também receber denúncias sobre as irregularidades da Uniesp. Para saber mais sobre as denúncias relacionadas à Uniesp e as lutas dos sindicatos nesse assunto, visite a página da Fepesp: www.fepesp.org.br
Fonte: Fepesp

LU 31 de Março de 2011 - 10:39:05
Otimas noticias, espero que o MEC faça sua parte!

aluno que comemora 31 de Março de 2011 - 00:24:11
Uhhull! isso mesmo, quero que essa faculdade se EXPLODA! professores que não recebem, aulas fracas.. e mais coisas! bem feito UNITONTA!

triste...realidade 31 de Março de 2011 - 00:26:54
...essa faculdade está perdida..coitados daqueles que ainda estudam. Quando eu estudei em meados de 2007 essa "facul" já tinha problemas, e agora quando fui visitar meus amigos (campus de PRESIDENTE PRUDENTE) nem papel higiênico o banheiro têm. E o que falar dos computadores?? do tempo das cavernas!

triste realidade 31 de Março de 2011 - 00:27:54
...essa faculdade está perdida..coitados daqueles que ainda estudam. Quando eu estudei em meados de 2007 essa "facul" já tinha problemas, e agora quando fui visitar meus amigos (campus de PRESIDENTE PRUDENTE) nem papel higiênico o banheiro têm. E o que falar dos computadores?? do tempo das cavernas!

A 1 de Abril de 2011 - 15:59:10
ótimas notícias... espero que essa faculdade NÃO EXISTA MAIS ! Claro, sobre o comando privado dessa CAMABADA DE LADRÃO

carlos 2 de Abril de 2011 - 23:23:14
Adovgados do ministério público estiveram numa das unidades da Uniesp nessa sexta feira. Diretores e funcionários estavam extremamente nervosos. Será o início do fim? Fernando Hadad Fernando Costa está dizendo por aí que vocês São,aliados. Meu Deus cadê a. justiça, o ministério público e o MEC?

Coencidência ou não 3 de Abril de 2011 - 10:45:16
Coencidência ou não, basta acessar o site da uniesp <http://www.uniesp.edu.br> no icone no ticias ou no Informativo Acadêmico <http://www.uniesp.edu.br/informativoAcademico.as> p que verás o Sr. Ministro da Educação em várias fotos desde o início de sua gestão com o Sr. Fernando Costa.

EX-FUNCIONÁRIO... 4 de Abril de 2011 - 19:24:12
Só espero que esse processo realmente dê um basta nas falcatruas e irregularidades cometidas pelos mantenedores da uniesp e não termine em mais uma festa faraônica regadas a champanhe, vinhos e uisque oferecida pela Sra. Claudia Aparecida Pereira e seu marido Fernando Costa, no Clube A, no Terraço Itália, ou em outros espaços caros de São Paulo. Tudo pago com dinheiro dos alunos e das Faculdades que por sinal são filantrópicas.

Gê 6 de Abril de 2011 - 00:58:27
Espero que paguem caro mesmo! Eu que não indico colega para estudar nesse LIXO de faculdade!

ANEXO 13
Depoimentos registrados na Internet, no endereço RECLAME AQUI (www.reclameaqui.com.br)

São Paulo - SP
Sábado, 09 de Abril de 2011 - 18:51
UNIESP E DEPUTADO FEDERAL RODRIGO GARCIA

Deputado poderia por gentileza me responder Uma associação chamada Vida e Esperança em julho começou a anunciar que Deputado Estadual Rodrigo Garcia havia conseguido bolsa de estudo 100% em uma faculdade Chamada UNIESP, somente na área licenciatura e todo foram estudar , fizemos vestibular e e começamos a estudar sem pagar qualquer valor , após a eleição começou a surgir um boato na faculdade que não havia bolsa nenhuma, somente fim novembro começamos a ser cobrados e todos estão com debito com faculdade de R\$ 5027,00 e não sabemos o que fazer . A associação nos abandonou e faculdade começou a ligar em nossa residencia

As reuniões são feita na Paroquia Nossa senhora Aparecida na Vila Zatt, e foram feita as inscrições neste local e tem cerca de 300 associados em vários cursos de Licenciatura..
na faculdade UNIESP- INSTITUTO EDUCACIONAL DOESTADO DE SÃO PAULO – IESP -FACULDADE RENASCENÇA situada na rua Conselheiro Crispiniano

Rodrigo só na minha sala , curso pedagogia existiam 108 alunos e 80% era da Associação Vida e Esperança situada na R. Moraes Madureira 121 Vila Zatt- Pirituba -SP TEL 3979-8017 a Presidente e Sra Terezinha Abreu .Nas reuniões foi pedido voto para sua campanha e acreditamos que vc , uma pessoa seria e com futuro brilhante na politica, não irai se meter em confusão, por isso demos credito a panfletos que foram colocados na região e fomos ate paróquia para nos cadastra, após este empasse, falamos com padre da paroquia e este não sabia de nada, disse que emprestou o salão da paróquia para as reuniões e inscrições, por que você sendo politico serio ele deu credito

Deputado a situação é grave e uma comunidade grande que reúne pessoa Pirituba que foi iludida em seu nome, você não irá investigar o que houve ?

Após o recesso do fórum estaremos entrando com processo contra faculdade e Associação

Confio em você e sei que houve um equivoco, solicito a sua ajuda em investigar o que aconteceu ?

Esta lista pessoa que assina esta solicitação
Eliana de Lima
Hildete silva Lima
Fabiana Bonfim Silva
Cláudia Pereira da Silva
Edi Lopes
Auzira Lopes
Regina B. da Costa Santana
Lis Conceição Moraes
Orlanete Maria de Alencar
Francimar Francisca de Sousa Pereira
Maria Aparecida Silva
Maira Aparecida Sabino
Ingrid Walesca Marques Rojas
Paula Aparecida Vieira Silva
Maria de Lourdes da Cunha
Tatiane Fernandes Pradela
Elaine Rosa Ferreira
Fabiano Gotola carvalho
Jacqueline Pietro Guedes
Maria Aparecida Ives da Silva Oliveira
Natalia Falcão da Silva
Alessandra Laurenzano
Fernanda Aparecida Pires de Camargo
Maria de Lourdes da Costa Silva
Roberto Luiz da Silva
Giovana Farias Malaxo Rocha
Valdelucia Nascimento
Cristiane Novaes Assunção
Cristiane Ribeiro de Andrade Silva
Miriam Aparecida Gomes
Claudilan Ramos Cruz
Adrana Costa Reis
Andre Luiz da Silva
Bruna Ramos Barreto de Santana
Maria Luiza de Oliveira Almeida

obrigada aguardo resposta

São Bernardo do Campo - SP
Quinta-feira, 07 de Abril de 2011 - 13:21
Diploma
Boa Tarde !

Não sei mais o que fazer, foi varias vezes na faculdade uniesp, na alvares penteado,solicitei meu diploma em março de 2009, me formei em 2008, fazer fazer 3 anos e nada do diploma, esse Professor Joaquim, nao tem respeito nenhum pelo alunos, não responde os e-mails , ja fui 8 vezes na faculdade falar com ele, não quer atender os alunos, os proprios funcionarios, fala Edmilson, acho que ele não deve esta contente com o emprego dele, pois não gosta de atender nenguem eu perguntei o que faço, os proprios funcionarios ja dissem, tem muitos alunos que esta recorregando a justiça , pois ninguem nos fala de prazo e nada, é uma bagunã essa faculdade, me arrependo muito de ter estudado nesse lugar, é uma zona, gostaria da ajuda de vcs pois não sei o que fazer, não adianta ir na faculdade que ninguem sabe de nad,a mandar e-mail o Joaquim não responde, não sei mesmo o que fazer, estou perdendo oportunidades, pois não tenho o diploma em mão, perder 4 anos do meu tempo nesse lugar.
Comente

Diadema - SP
Quarta-feira, 06 de Abril de 2011 - 08:18
NÃO ME DEIXAM PAGAR , ME PROIBIRAM DE FAZER PROVA E ESTÃO IMPONDO QUE EU ME CADASTRE NO FIES

Bom dia, eu estudo na Uniesp unidade Diadema, estou com problemas financeiros desde o mês 12/2010. E desde então fui impedido de me matricular, estou procurando a faculdade diariamente para fazer um acordo mas a Instituição não me atende, alegam que só pode ser feito acordo pelo site, acredito que outros alunos também estão com o mesmo problema, a Instituição disponibiliza o boleto para pagarmos no site, só que na maioria das vezes o Boleto vem incorreto e temos que pedir uma correção, só que essa correção é demorada e geralmente só nos mandam depois do vencimento, e assim temos que pagar o valor integral, como se não bastasse , estou sendo impedido de fazer as Avaliações referentes ao terceiro semestre, causando um enorme constrangimento, pois eu tive que me retirar da sala, e também a faculdade está impondo para os alunos que ainda não fizeram a rematricula que essa rematricula só poderá ser feita se o aluno optar pelo FIES, acho isso um absurdo, pois a faculdade está nos forçando a optar pelo Fies, sendo que eu estou procurando a Instituição desde o Mês de Dezembro para regularizar a minha situação, e ainda por cima estão querendo me cobrar o valor integral das mensalidades referentes ao ano de 2011 sendo que sequer disponibilizaram os boletos para que eu efetuasse o pagamento, espero que alguém responda esse e-mail, pois ta muito dificil da maneira que está.

Como pode a Faculdade não ter uma Tesouraria na Unidade?

Tem também uma mensalidade referente ao Mês de Setembro de 2010 que estão alegando que eu não paguei, eu tenho certeza absoluta que paguei diretamente na Unidade, porém meu comprovante foi extraviado, o mais estranho é que andei pesquisando, e grande parte dos alunos está com o mesmo problema justamente no mes de setembro , pois no mes de setembro a grande maioria teve que pagar direto na Unidade porque mais uma vez deu problema nos boletos, acho muito contraditorio uma Instituição de Graduação em Administração e Contabilidade ter tantos erros na parte Financeira, mas enfim, isso não cabe a mim, o que cabe a mim é regularizar a minha situação só que está muito dificil devido ao total descaso que a Instituição tem com os alunos, acho que mesmo inadimplentes , temos os mesmo direitos que todos, ainda mais quando a inadimplencia é consequencia de erros administrativos da Instituição.

Comente

São Paulo - SP

Sexta-feira, 01 de Abril de 2011 - 15:34

SOLICITAÇÃO DE DIPLOMA

Terminei o meu curso de Secretariado Executivo Bilingue na Faculdade Hebraico Brasileira Renanscença, hoje denominada UNIESP Faculdade Renascença em 1995. No dia 24/07/2008 através do protocolo 11878, fui atendida pelo funcionário Vinicius na unidade Centro - Rua Alvares Penteado, 216 - telefone 2173-4700, onde SOLICITEI o meu diploma. No referido protocolo consta que a documentação solicitada estaria pronta no prazo de 536 dias úteis.

Resumindo, tive prejuízos profissionais na empresa em que trabalho e a última pessoa que me garantiu resolver a questão (Professor Joaquim Santiago - joaquim.santiago@uniesp.edu.br - telefones 2173-4710 / 4707 / 4730 / 4785) em janeiro/2011 me solicitou novamente toda a documentação para as providências e até o momento não houve pronunciamento.

Ligo sempre e a resposta é sempre a mesma: "O professor só responde e-mails" ou "seu diploma ainda não chegou"

Preciso de ajuda porque estamos em um processo de plano de carreira na empresa e pela minha pontuação é claro que fui prejudicada por não ter comprovado o meu grau de instrução por falta do diploma, que é o único documento que a empresa aceita.

Selma Regina Pinto

Endereço Comercial: Rua Av. Professor Frederico Hermann Jr, 346 - Alto de Pinheiros - 05459-900 - São Paulo - SP

Espalhe essa reclamação

São Paulo - SP

Segunda-feira, 28 de Março de 2011 - 01:29

O ALUNO PARA RESOLVER QUALQUER ASSUNTO NA UNIESP É SÓ PELO COMPUTADOR, QUE NUNCA RESPONDE

Sou aluna recém chegada nesta universidade, desde 21 de fevereiro/2011, venho para esta através de uma transferência, fator motivo de uma oferta com um preço bem acessível. Telefonei para saber o preço do curso, junto deste vários tipos de bolsa de estudo com direito 50% de desconto. Daí providenciei a minha transferência e documentação exigida pela universidade, no intuito de estudar nesta faculdade,então, dirigi-me até esta.

Chegando lá, apresentei toda a minha documentação, encaminharam-me para o setor social para ter a bolsa de 50 % até o final do curso.

Tão logo, voltei para completar a matricula. FOI AÍ QUE COMEÇOU O PESADELO:

O contrato da prestação de serviço saiu com um valor altíssimo, muito caro, depois de tanta peregrinação levei um susto, este fato não foi avisado anteriormente, alegam que é preço sem desconto e com o desconto chega ao preço que foi passado durante a venda deste curso, então muito assustada, sem tempo para pensar acabei assinando, foi cobrado pela matricula, aproximadamente o preço das prestações prometida durante a venda.

Depois da matricula, precisava estar entrando no site da UNIESP, portal do aluno para negociar dia de vencimento, então assim o fiz.

SOCORRO!!!!

Este PORTAL DO ALUNO (site da UNIESP) não funciona, para começo de conversa, entrei neste no mesmo dia que fiz a matricula e já estava devendo duas prestações, janeiro e fevereiro, então escrevi uma mensagem, duas, três, quatro,..., um montão de vezes, tentei fazer acordo pelo site que não fala, e nada, não vem retorno nenhum. Todas as vezes que enviamos uma mensagem sai um aviso que no máximo 48 horas entram em contato, contato que nunca vem. Paguei a matricula e não abateu em prestação nenhuma.

Enviei muuuuiitos emails, pedindo explicações, e NADA..., até para o Sr. DIRETOR FRED BATISTA RIBEIRO tentei falar, mas foi em vão

Realmente, pelo visto entrei numa Barca Furada e NÃO TENHO ONDE E A QUEM RECLAMAR, COMPUTADOR NÃO FALA E O ÚNICO MEIO DE COMUNICAÇÃO NESTA UNIVERSIDADE, É SÓ POR EMAIL OU PORTAL DO ALUNO. O serviço de secretária é só para registrar a matricula e dar o contrato para assinar. SÓ.

PEDIDO;

Sr. Presidente JOSÉ FERNANDO PINTO DA COSTA, O SENHOR PRECISA APARECER., Vai aí um ditado popular:

"Quem engorda a galinha do vizinho é o próprio dono".

Realmente não posso dar boas referências de sua universidade, NÃO EXISTE NINGUÉM RESPONSÁVEL para conversar e este seu projeto de tentar enrolar estudante é monstruoso, é tentar destruir um sonho de muita gente que com esta sua conduta pode se tornar um enorme pesadelo, causando dívidas impagáveis a muitas pessoas humildes e inocentes.

UM BOM EMPRESÁRIO É AQUELE QUE SABE ADMINISTRAR ELEGANTEMENTE A SUA EMPRESA, SEM COLOCAR EM RISCO A DESGRAÇA DOS OUTROS.

A BOA PROPAGANDA É AQUELA QUE É FEITA DE BOCA.

ESTOU MUITO ASSUSTADA COM ESTA UNIVERSIDADE (UNIESP)

ANTES DE CHEGAR AQUI (RECLAMEAQUI) FORAM MUIIIIIITAS TENTATIVAS DE ENTENDIMENTO E ATENDIMENTO.

Comentários (1)

Diadema - SP

Domingo, 27 de Março de 2011 - 23:40

Falta de Respeito

Venho através dessa informar minha irritação com a instituição de ensino Uniesp, estou cursando o terceiro semestre de administração nesta instituição sou bolsista do prouni (50%), com isso tenho que pagar os outros 50%.

Porem este ano teve rematricula e ai tive a grande surpresa nao consegui fazer minha rematricula pela internet como foi informado pois constava dois pagamentos em aberto porém ja havia feito os pagamentos com isso me direcionei a tesouraria de minha unidade(Diadema) on de me informaram que deveria enviar os boletos para o e-mail boletos@uniesp.com.br ou pelo próprio portal do aluno tentei das duas formas e foi me respondido no dia 19/01/2011 com o nome Ana Paula da Silva Assistente do financeiro que estavam faltando os comprovantes de 02/07/2011 isso que no dia 12/01/2011 eu ja havia enviado as cópias dos boletos pagos,enviei tambem um e-mail diretamente a Diretora da Unidade Sra. Roseli Martins onde não fui respondido passou-se um mes e nada mudou fui ate a tesouraria com os boletos pagos em mãos onde me informaram para deixar uma cópia com eles para que ele mandassem ao financeiro fiz isso no dia 28/03/2011 com o protocolo 0008 assinado e carimbado pela tesouraria e assim se fez fui varias vezes ate a tesouraria onde me informaram que nao tinha obtido resposta até hoje tento por várias vezes falar com a roseli porém nunca deixam pois falam que ela nao ira resolver nada. peço ao pessoal do reclameaqui que me ajude pois estou com muito medo de perder minha bolsa hoje estou em pregado graças ao curso que faço perdendo a faculdade posso acabar perdendo o emprego. por favor me ajudem pois nesta instiuição ninguém ouve o aluno.

Espero que isso seja resolvido da melhor forma possivel pois nao quero ter que entra nas pequenas causas para que esse problema seja sanado.

Tenho cópia de todos os E-mails enviados a faculdade e cópia dos boletos e o protocolo assinado e carimbado.

Comentários (1)

Quinta-feira, 24 de Março de 2011 - 08:17

FALTA DE RESPEITO COM ALUNOS

MAS UM DIA MANDANDO ESTE PEDIDO DE E-MAIL OS BOLETOS QUE PRECISO PAGAR POIS NÃO GERA DO MÊS 03/11 E 04/11 E VOCÊS NÃO FALAM NADA ,FAVOR CONFERIR ,MINHA SITUAÇÃO MAS RÁPIDO POSSÍVEL GRATO.

POIS ACHO QUE VOCÊS ESTÃO FAZENDO POUCO CASO DE MIM, ISSO ACARRETA PERCA DE ALUNOS SE CASO CONTINUAR VOU EMBORA DA FACULDADE POIS NÃO SOU PALHAÇO DE NINGUÉM, MS DE 28 DIAS PEDINDO BOLETO .MUITO OBRIGADO FINANCEIRO QUE NÃO RESOLVE NADA. SÓ SABE COBRAR E NEM SABE FAZER ISSO DIREITO POIS ALUNOS QUER PAGAR E NÃO QUEREM RECEBER

Comente

Ferraz de Vasconcelos - SP

Domingo, 20 de Março de 2011 - 12:20

BOLETO

QUANDO ENTREI NA UNIESP, ME INTERESSEI PELO CURSO CIENCIA DA COMPUTAÇÃO PAGUEI O VESTIBULAR, PAGUEI A MATRICULA E PAGUEI A 1ª MENSALIDADE DE R\$ 311,00. TUDO OK

RECEBI UMA MENSAGEM PELO COORDENADOR DO CURSO DIZENDO QUE AS AULAS COMEÇARIAM NA SEGUNDA SEMANA DE FEVEREIRO, OK? FUI NA FACULDADE ORIENTADO PELA MENSAGEM E CHAGANDO LÁ ME DEPARO COM VÁRIOS ALUNOS EM UMA SALA ESPERANDO UMA REUNIÃO COM O COORDENADOR DO CURSO.

E O ASSUNTO ABORDADO FOI: PARA OS ALUNOS QUE SE INGRESSARAM NO CURSO CIENCIA DA COMPUTAÇÃO A FACULDADE NÃO PODERÁ MINISTRAR O CURSO, POIS NÃO HOUVE FECHAMENTO DE TURMA A PROPOSTA DA FACULDADE FOI DE MIGRARMOS PARA O CURSO DE ANALISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E APÓS SE FOSSE NECESSARIO ESTARIA COMPLETANDO O CURSO E FAZENDO 1 ANO E MEIO DE CIENCIA. ACHEI A IDÉIA INTERESSANTE POIS ESTARIA PAGANDO UM VALOR MENOR DO CURSO DE R\$ 311,00 PASSARIA PARA R\$ 230,00.

HOJE 20/03/2011 ESTOU SOFREND0 TRANSTORNOS COM ISSO, POIS MEU CURSO FOI MIGRADO ESTOU TENDO AULAS DE ANÁLISE DE SISTEMAS SÓ QUE MEU BOLETO DE MARÇO ESTA VINDO NO VALOR DE R\$ 467,00

A FACULDADE ESTA ME COBRANDO AS MENSALIDADES DE JANEIRO E FEVEREIDO CUJO AS MESMAS FORAM PAGAS AINDA PELO CURSO DE CIENCIA DA COMPUTAÇÃO

E ATÉ HOJE ELES NÃO FIZERAM A REGULARIZAÇÃO.

PARTE ADMINISTRATIVA DA FACULDADE UNIESP DE O A 10???

0,000

NÃO RECOMENDO A NINGUÉM

UNIESP é executada pelo MPT em quase R\$ 50 milhões

Extraído de: Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região - 25 de Fevereiro de 2010

A Justiça do Trabalho acatou 2 pedidos de execução de multa, feitos pelos Ministério Público do Trabalho (MPT) em Presidente Prudente, contra o grupo empresarial UNIESP (União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo), obrigando o pagamento de multa no valor de R\$ 49 milhões por descumprimento de termo de ajustamento de conduta (TAC). O grupo educacional possui unidades em 18 municípios do estado.

O acordo descumprido, firmado pelo grupo em outubro de 2006, refere-se às unidades de Presidente Prudente e Presidente Epitácio, contendo 15 cláusulas relativas a irregularidades que eram praticadas pelas empresas.

Ao assinar o TAC, o grupo se comprometeu a pagar salários em dia, submeter as rescisões à assistência da autoridade competente, pagar as parcelas devidas nas rescisões, depositar FGTS, cumprir os instrumentos coletivos, fornecer uniforme (quando necessário), conceder férias, 13º no prazo legal e férias, manter estagiários apenas em áreas onde se fazem necessários, depositar contribuição social, emitir recibo de pagamento, conceder vale-transporte e regularizar questões referentes à jornada de trabalho períodos de descanso e horas extras.

Em agosto de 2007, a Gerência Regional do Trabalho de PP encaminhou relatório de fiscalização indicando que as unidades de Presidente Prudente e Presidente Epitácio haviam descumprido o acordo assinado com o MPT, motivo pelo qual incidiu a multa prevista no compromisso.

Segundo os auditores fiscais, a unidade de Presidente Epitácio não pagou corretamente as verbas rescisórias de diversos trabalhadores, o que ensejou uma ação de execução de multa no valor de quase R\$ 2 milhões, proposta em maio de 2008.

Nesse processo, foi realizado um novo acordo em setembro de 2008, em que foi perdoada grande parte da dívida, desde que a empresa efetuasse o pagamento das diferenças devidas aos empregados prejudicados, sob pena de executar o valor original. A empresa apresentou comprovantes de diversos pagamentos, porém, o processo ainda está em fase de levantamento das quantias pagas, para verificar sua correção.

A unidade de Presidente Prudente descumpriu o compromisso ao não disponibilizar assistência médica hospitalar aos seus empregados - havia previsão no instrumento coletivo - , além de pagar incorretamente as verbas rescisórias de diversos trabalhadores. A multa diária incidente por todos os dias de atraso, multiplicada pelo número de trabalhadores prejudicados, chegou a R\$ 16 milhões. Ao contrário da unidade de Eptácio, não houve acordo nesse processo.

Nova execução
As irregularidades constatadas são relativas a atraso salarial, incorreção e atraso no pagamento de verbas rescisórias, bem como descumprimento de instrumento coletivo. As multas foram pleiteadas no dia 12 de fevereiro, nas Varas do Trabalho de Presidente Venceslau e Presidente Prudente. Juntando todas as multas incididas sobre os acordos firmados perante o MPT, chega-se ao valor total aproximado de R\$ 49 milhões unidade de Eptácio (R\$ 2 milhões do descumprimento inicial e R\$ 16 milhões referentes ao 2º descumprimento) e unidade de Prudente (R\$ 16 milhões do descumprimento inicial e R\$ 15 milhões referentes ao 2º descumprimento).

"O MPT entende que será difícil realizar acordos com o grupo, porque já há novas denúncias de que as irregularidades continuam, principalmente no que tange ao pagamento de salários em atraso", afirma a procuradora Renata Crema Botasso, responsável pelas execuções.

em dezembro de 2009, as 2 unidades foram submetidas a nova fiscalização, que constatou novo descumprimento do TAC assinado com o MPT. O grupo empresarial havia "criado" outra pessoa jurídica no mesmo local, mas foi requerida a sucessão, assim como a execução da multa prevista pelo descumprimento que, desta vez, soma valor superior a R\$ 10 milhões, no caso de Eptácio, e R\$ 15 milhões, na unidade de Prudente.

Autor: ASCOM PRT-15

Ao presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito,
senhor deputado Celso Giglio

"Por educação entendemos, preliminarmente, a influência intencional e sistemática sobre ser juvenil, com o propósito de formá-lo e desenvolvê-lo. Mas significa também a ação genérica, ampla, duma sociedade sobre as gerações jovens, com o fim de conservar e transmitir a existência coletiva."

LUZURIAGA Y MEDINA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia, tradução de Luiz Damasceno Penna e J.B.Damasceno Penna. 5ª edição, SP, Ed. Nacional, 1971.

Com o intuito de contribuir com os trabalhos desta importante CPI, indicaremos as principais reclamações trazidas por estudantes universitários, e alguns relatos das pessoas que buscam orientações junto às entidades estudantis.

Desde a reativação da Ouvidoria da UNE, em Julho deste ano, e da Ouvidoria da UEE, em Julho de 2010, passamos a receber inúmeras denúncias de contratação de professores inabilitados para as matérias que lecionam por parte das faculdades privadas de vários cantos do país; casos de alteração injustificada e sem efeito prático na grade de uma série de cursos de faculdades privadas – o que obriga alunos que já estão na iminência de se formar a permanecer por mais alguns semestres em sala de aula, além dos custos econômicos não previstos na grade inicial do curso; casos de universidades privadas que não divulgam corretamente os seus regulamentos internos ou que os edita sem qualquer tipo de deliberação com os alunos, impondo-lhe muitas vezes obrigações absurdamente desproporcionais em troca de serviços nem sempre prestados com grande eficiência; impossibilidade de re-matricula por inadimplência de mensalidades; interrupção das aulas por falta de professores, em geral, em decorrência da má gestão da universidade, dentre outros casos igualmente sérios relacionados principalmente ao ensino superior privado e ao ensino à distância.

Em anexo estão alguns casos que exemplificam as situações supracitadas.

Universidade UNIFAI - Centro Universitário Assunção, em São Paulo/SP.
Matrícula do último semestre negada por inadimplência.

Boa tarde.

Meu nome é Jean dos Reis Souza, Sou aluno de Engenharia da Computação, Da Universidade Unifai, situada no bairro Santa Cruz, São Paulo.

Sendo assim, farei um breve relato do ocorrido.

Em agosto de 2009, perdi o emprego, e então com muita luta e esforço tenho tentado cumprir com as mensalidades, venho fazendo acordos para tentar concluir o curso. Entretanto, fiz um acordo no início do ano de 2011 para pagar o segundo semestre de 2010, e devido ao desemprego não consegui cumprir este acordo, mas estudei o primeiro semestre de 2011, e agora que estou no meu último semestre, não posso me matricular devido estas pendências, gostaria de saber se existe algo que a lei pode me auxiliar, tenho consciência que tenho o dever de pagar pelo serviço prestado, e não quero fugir da minha obrigação, além disso , levando em consideração que só me resta este semestre, a faculdade poderia se sensibilizar, me dando a oportunidade de refazer o acordo, incluindo as mensalidades do período do primeiro semestre de 2011, e renegociar em um número maior de prestações. Consegui um emprego, sem registro e acredito que fazendo esforços conseguirei pagar algo que possa estar dentro da minha atual realidade.

Confesso que se estivesse com mais de 1 ano para me formar, eu desistiria e não pediria ajuda. Mas, só me falta 1 semestre para me formar. Gostaria de saber amigos estudantes da UNE, se há algo que possa ser feito.

Dados do Aluno

Nome: Jean dos Reis Souza

Rua: João Barbosa nº39

Jd Zaira 2 - Mauá - São Paulo

Fone: (11)2865-5732 / (11)45186247 / (11)97153298

Centro Universitário Assunção (UNIFAI)

Curso: Engenharia da Computação

Universidade Bandeirantes UNIBAN - São Paulo/SP

Qualidade do corpo docente

À UNIBAN

Eu, Marcela Pereira Santos, RA 080064540, aluna do 4º Ano do Curso de Administração de Empresas no Campus Rudge, venho através desta expressar a minha indignação e decepção com a Uniban em relação a esses 4 anos letivos, onde a Universidade tem demonstrado total desrespeito, displicência e descaso no que diz respeito às necessidades e reivindicações dos alunos desta turma.

Lembrando que o art. 20 do CDC dispõe que:

O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: (...)

§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.

Segue abaixo um breve relato do que vem acontecendo desde o 1º ano sem que haja soluções cabíveis:

1º Ano – 2008 - Tinha na grade 5 disciplinas das quais tivemos problemas com 2 delas.

- TGA (Teoria Geral da Administração) tivemos troca de professor por 2 vezes. Na primeira semana de aula o professor pediu demissão, tivemos que esperar mais ou menos 10 dias pela substituição, onde iniciou a Professora Rosa Lídia que em razão de problemas de saúde na família faltou algumas vezes e depois foi substituída por outro professor, Robinson. Com essas trocas ficamos muitos dias sem aula sem que fossem repostas e fomos os únicos prejudicados.
- Contabilidade, nós tivemos um professor que nem ele mesmo entendia o que tentava nos ensinar, logo no início passou um trabalho em grupo onde nenhum dos grupos conseguiu concluir, e pior nem o próprio professor conseguiu solucionar o trabalho e

chegar aos resultados, alegando que o livro didático é que estava errado. Obtive ótimas notas nessa disciplina, porém conhecimento nenhum da matéria e fui para o 2º ano totalmente despreparada.

Fato que ocorreu com a maioria da turma.

2º Ano – 2009 – Foi o único ano em que não tivemos grandes problemas.

3º Ano – 2010 – Foi o ano mais conturbado do nosso curso.

- Controladoria – no 1º semestre apesar da má qualidade do profissional que administrava a disciplina conseguimos ter um resultado razoável, porém ao voltarmos das férias de Julho, estávamos sem professor, ficamos muitos dias sem aula. Veio um bom professor Sr. Paulo Ribeiro, que tinha domínio do assunto e boa didática, porém em função de problemas de saúde na família faltava muito, colocaram outra substituta uma semana antes das provas AC. Mais uma vez fomos prejudicados.
- AFO – O Profissional contratado para administrar essa disciplina tinha conhecimento, mas não tinha didática e era praticamente impossível absorver o conteúdo. Fizemos várias reclamações ao professor e à coordenação referente ao problema. Após a coordenação orientar o Professor, ele teve humildade e tentou mudar seus métodos, mas a maioria da sala terminou o ano sem conhecimento nenhum do conteúdo dessa disciplina..
- Marketing – No 1º semestre, nós havíamos “ganho na loteria”, pois o Professor José Luis Cunha era excelente, era visível que dar aulas era uma paixão para ele, pois além do conhecimento, passava firmeza e clareza nas suas exposições. Infelizmente esse profissional maravilhoso teve problemas de saúde e no 2º semestre mais uma vez estávamos nós sem professor. Para a nossa infelicidade substituíram o excelente Professor José Luiz Cunha, pela Profissional Inês Pereira.

Segundo a coordenação da Universidade ela tem um ótimo currículo, porém nunca fez parte de um corpo docente, não tinha didática e não conseguia transmitir o seu conhecimento para a turma, a mesma nos informou que não era da área de marketing, o que nos deixou surpreso com o porquê de colocarem alguém que não atua profissionalmente na área, por tanto sem experiência alguma, para ministrar a disciplina. Segundo a profissional em questão, ela aceitou como um desafio, só que não somos cobiças para servirmos de laboratório, resumindo por várias aulas ela ficou em sala lendo resumos de um livro sobre marketing, e revistas, frisando “lendo” nunca explicou nada e quando escrevia algo no quadro perguntava: “Leram? E o que está escrito, apagava e copiava mais, na concepção dela assim ela estava ensinando. Reclamamos várias vezes com ela referente à sua didática e referente aos métodos que ela estava

adotando, demos sugestões informamos várias vezes onde o professor anterior tinha parado com a matéria, mas não adiantou.

Reclamamos com a coordenação, voltamos a reclamar com a própria professora, pois o conteúdo programático não estava sendo passado. A Srta. Inês Pereira não gostou de nós reivindicarmos por uma aula de qualidade e surtiu, se exaltou dentro da sala de aula, chorou e em alta voz disse que nunca mais daria aula para nossa turma e abandonou a sala de aula.

Colocaram o Professor Fabio Boiani, que a 2 semanas antes das Provas AC conseguiu transmitir o conteúdo programático.

O 3º ano foi horrível, foi o ano em que tivemos mais problemas e o pior de tudo saímos prejudicados por não adquirir o conhecimento, afinal pagamos a Universidade para isso.

4º Ano – 2011 – Inacreditavelmente neste 4º ano por uma falta de tato e bom senso a Uniban escalou a Srta. Inês Pereira para nos dar aula de Mercado de Capitais.

Apesar do desconforto e de certa resistência em tê-la novamente como professora, resolvemos dar a oportunidade para a Srta Inês Pereira nos passar seu conhecimento, afinal esta é a área em que ela atua profissionalmente. Mas, infelizmente mais uma vez constatamos que mesmo tendo conhecimento, a mesma continua não tendo didática e não consegue passar o conteúdo para os alunos. Não planeja a aula, continuou trazendo jornais e revista para serem lidos durante a aula chegou a ficar por 3 aulas seguidas passando a mesma informação (endereços de site e blogs) e o conteúdo programático nada. Voltamos a questioná-la porque as provas estavam se aproximando e nós não entendíamos nada do que ela falava em sala de aula, também questionamos os assuntos do conteúdo programático e a resposta dela foi enfática: “Já conversei com outros professores e isso não será abordado na prova”, entre outras coisas.

Havíamos redigido este mesmo email para enviar para a reitoria, porém fomos orientados pelo Professor/Coordenador Fabio Boiani a esperarmos, pois ele solucionaria esse problema. Antes do término do 1º semestre ele se reuniu com a turma e nos pediu para continuarmos a ter aulas com a Inês Pereira até o término do semestre, pois naquele momento seria impossível conseguir uma substituição, no entanto, nos garantiu que no 2º semestre teríamos um novo professor de Mercado de Capitais, nos deu a sua palavra. Acatamos o conselho e o pedido do professor Fabio e continuamos a ter aulas com a Inês.

Na prova AC tivemos mais uma surpresa, a prova toda abordou assuntos que segundo ela não seriam abordados em prova e por isso ela achou desnecessário discutir em aula,

resultado, ninguém conseguiu fazer a prova e apesar deste pequeno detalhe a nossa nota da sala foi 7, e segundo ela fomos beneficiados.

Não consigo ver benefício algum em ter uma nota excelente e conhecimento algum sobre a matéria em questão.

A nossa prova é uma vergonha para nós universitários e para essa instituição.

Enfim voltamos das nossas férias, ansiosos por conhecer nosso novo professor de Mercado de Capitais e recuperamos um pouco do prejuízo, o professor/coordenador Fabio Boiani nos falou que o novo professor só iniciaria em agosto e que na primeira semana a Inês Pereira permaneceria para não ficarmos sem aula.

E finalmente dia 11 de Agosto tivemos a terrível notícia de que fomos “levados em banho Maria”, porque a Universidade não vai substituir a Professora Inês Pereira.

Estamos nos sentindo desrespeitados e injustiçados, por tudo o que já ocorreu com a nossa turma e a Universidade não é capaz de atender a um pedido de troca de professores.

A nossa turma não pediu para a Universidade demitir a Professora Inês Pereira, nós só queremos ter um docente que possa nos agregar conhecimento e até isso a Uniban está nos negando. Temos a impressão que a Universidade esquece que nós somos os clientes e estamos muito insatisfeitos, pois pagamos por um serviço que não recebemos e isso fere o Código de Defesa do Consumidor.

Com esta atitude estamos perdendo a oportunidade de adquirirmos um conhecimento de qualidade, a Universidade esta nos privando do direito a realização de sonhos e projetos que fizemos ao ingressar nesta instituição.

O que esta acontecendo à missão e visão da instituição?

Visão: “Ser uma instituição de referência na Educação Superior no que diz respeito à qualidade de ensino e do corpo docente, à pesquisa e ao compromisso social.”

Missão: “Promover a formação integral do indivíduo, por meio da capacitação profissional, da produção e aplicação do conhecimento, da promoção da cultura, do respeito aos valores ético-morais, através de um processo educativo contínuo de qualidade, voltado para o desenvolvimento da sociedade.”

Já que nossa voz não chega aos ouvidos da instituição, talvez se faça necessário que uma mídia televisiva, internet, redes sociais fale por nós.

TURMA DO 4º ANO DE ADMINISTRAÇÃO 2011– UNIBAN - CAMPUS RUDGE

Universidade 9 de Julho – UNINOVE, São Paulo/SP

Grade de aulas e outros

Bom dia!

Ingressei no curso de psicologia da uninove em janeiro de 2006. Ao tentar ingressar no 7º semestre em 2009, eu e muitos alunos fomos impedidos por uma clausula no contrato que impede a continuidade caso o aluno tenha alguma dependência. Quando iniciei a faculdade os alunos tinham 3 provas, tinha a ma global e recuperação, que acontecia em uma semana .Em uma semana o professor fazia o resumo das matérias, tirava as dúvidas e o alunos faziam a prova sem nenhum custo.Agora eles tiraram a recuperação em sala e colocaram o que chamam de PRA (programa de recuperação do aluno) onde pagamos R\$39,00 por disciplina, o aluno vai um dia assinar presença e no outro faz a prova.Eles também mudaram a carga horária de algumas disciplina para manter o aluno na faculdade, quem cursou 40 horas ficar retido até cursar 80 horas.O problema é que eles só abrem essas recuperações próximo ao retorno das aulas, eles abrem quando querem e não quando o aluno precisa. As provas são muito difíceis, quase impossível de se fazer, não há como ler mais de 300 páginas de um livro em 1 dia.Nós alunos não conseguimos acesso ao Reitor STORÓPOLIS, não há diálogo entre coordenação e alunos, diretoria e alunos.Ontem uma outra diretora da saúde ficou de nos dar uma posição e estamos no aguardo.Quando pedimos revisão de prova eles dão qualquer desculpa e não nos mostram, outras vezes falaram para mim que a prova havia sumido.

O que queremos é o direito a outra prova, é saber se uma vez cursada a disciplina somos obrigada a fazer de novo, queremos saber os nossos direitos.Não temos professores para tirar as dúvidas , eles falam que sim , mas é mentira.Lá na uninove um professor elabora a prova, o outro aplica e um outro corrige. Muitos não conseguem passar e u estou a três anos assim.Se a une quiser ter uma noção do que estar acontecendo , é só abrir um espaço para os alunos que foram prejudicados por essa instituição .

Quais são os nossos direitos?

Aguardo um retorno urgente.
(7463-25-04 ou 3663-10-66)
Angela Oshiro.

Universidade Anhanguera – Taubaté/SP

Entrada barrada por inandimplencia

Bom dia!

Meu nome é Aline e estudo na Anhanguera de Taubaté.

Gostaria de saber se instituição pode barrar a entrada dos alunos que estejam com débitos financeiros, seja eles qual for.

Bom a Anhanguera não libera a rematricula se houver débitos anteriores, mas também não pode ser somada junto ao acordo, ou seja, você deve fazer um acordo dos débitos anteriores e após pagamento da 1ª parcela que estariam liberando sua rematricula, enquanto isso seu RA fica bloqueado?

Em fim, queria um auxilio sobre qual providencias cabíveis a serem tomadas, eu não falo somente por mim, que fui barrada por estar apenas com a rematricula a ser quitada, mas por todos os alunos,

Sem contar na exposição ao constrangimento que os alunos estão passando, ontem mesmo tive uma colega, de outra cidade, que foi barrada na portaria da faculdade, muitos alunos se sentem envergonhados, por tal acontecido.

Obrigado aguardo um retorno.

Aline de Paiva
(12) 7898 4480

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Volume 122 • Número 34 • São Paulo, sábado, 18 de fevereiro de 2012

Centro Universitário de São José do Rio Preto – UNIRP - São José do Rio Preto/SP
Matricula recusada por inadimplência

Meu nome é Analia de Souza Gama da Silva, tenho 46 anos e estou cursando o sexto semestre de Pedagogia na UNIRP (Centro Universitário de Rio Preto). Pois estou desempregada, estou passando por sérias dificuldades financeiras, por isso não consegui cumprir um acordo de seis parcelas de R\$415,00, pois tenho que ajudar em casa, sou casada, e desde que comecei a fazer o curso pago a faculdade com a bolsa de estágio, agora que estou no final do curso tentei fazer um outro acordo dentro das minhas condições, mas a faculdade se nega a me rematricular enquanto eu não pagar o acordo total que dá R\$2,500,00, pois eu preciso concluir este curso para ter uma vida mais digna e começar a trabalhar para pagar os meus compromissos, vocês podem me ajudar para terminar esse curso, pois as aulas começam dia 1º de Agosto. Sem mais agradeço desde já.

Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/ SP

Meu nome é Lucas Bomtempo Correa Leite, 19 anos,
Sou estudante na Faculdade De Direito de São Bernardo do Campo, na qual estou cursando o 1º semestre (1º ano).
Venho a comunicar este e-mail com o intuito de finalizar o ato da cobrança pela segunda correção de provas - uma reavaliação da correção feita pelo próprio professor - a qual gira em torno de dez a vinte reais. Tal acordo, não vem estipulado no contrato estudante-aluno, de matricula, de normas da faculdade. (enviado posteriormente neste e-mail)
Pela minha experiência de vida até agora, tal acordo, deve ser visto de modo a ser assinado pelo aluno, retratando que ele concorda com o que foi dito, com o estipulado, e não como um cartaz ou um aviso posterior ao período de inscrição e de provas.
Minha tese foi fundamentada em uma busca minuciosa no portal da UNE, em certos pontos que também contém neste e-mail. Buscando assim, o lugar onde o aluno encontra o conforto, a segurança, e o apoio para lutar pelos seus ideais, sem represália.
A minha finalidade final, e mostrar que estou correto ao reivindicar esta cobrança a um preço zero - com a ajuda da UNE - e ter esta, como uma prova, para mostrar a coordenação da minha faculdade.
Pretendo, dependendo da resposta deste e-mail, anexar uma lista de com o carácter de Abaixo Assinado, contendo assinaturas de todos os alunos que compartilham desta ideia. Deixo como ultima nota, que eu sei o intuito da faculdade, que ao fazer isso, a instituição coíbe a grande quantidade de revisões - porém a meu ver, seja errada, creio que seja esta.

Universidade Cruzeiro do Sul – São Paulo/SP
Mudança no conteúdo programático e aplicação de penas aos estudantes insatisfeitos

Boa noite, UNE

Meu nome é Robson Gimenes, tenho 35 anos, e sou ou era estudante de química da Universidade Cruzeiro do Sul. Meu contado é um pedido de ajuda urgente, é referente aos abusos com os alunos matriculados na unicsul. A universidade está com um contrato abusivo, mudando o conteúdo programático no meio do curso, não entregando o histórico escolar se tiver pendências financeiras, obrigando os alunos tirarem as DP obrigatoriamente ser ter condições etc.. Eu sou do curso de química, aonde eles decidiram fechar a turma da manha, á qual eu estudo, nós alunos decidimos pedir uma explicação com o pro - reitor, o mesmo não quis nos atender, fomos até a central do aluno, e entramos com um baixo assinado. Após 5 dias do ocorrido fomos notificados que teria uma reunião, na qual o coordenador do curso Dr. Tomás Herrera Vasconcelos, relataria o fato não esperado, que todos que tiveram na sala do Pro- reitor Dr. Luiz , estavam advertidos, e essa advertência ficaria constando em nosso histórico escolar, prejudicando nossa passagem pela universidade. O pior não foi isso, eu Robson Gimenes, fui expulso por chefiar a manifestação, sem si quer uma defesa. Gostaria de uma ajuda, vocês podem me indicar alguém, ou algum órgão de defesa, neste caso.

Obrigado,

Robson Gimenes

Tel.:011-38690197